



Análises de uma pesquisa nacional

Organizadores: Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco

Gustavo Venturi, Paul Singer, Antonio Lassance, Marília Pontes Sposito,
Nadya Araujo Guimarães, Ana Karina Brenner, Juarez Dayrell,
Paulo Carrano, Gabriela Calazans, Maria José Carneiro, Regina Novaes,
Gevanilda Santos, Maria José P. Santos, Rosângela Borges,
Beatriz Carlinni-Marlat, Paulo Kriskche, Vilma Bokany



Retratos da juventude brasileira

Análises de uma pesquisa nacional

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria
Presidente: Nilmário Miranda
Vice-presidente: Elói Pietá
Diretores: Selma Rocha
Flávio Jorge
Iole Ilíada

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial
Rogério Chaves

Assistente Editorial
Raquel M. Costa

Instituto Cidadania

Presidência
José de Filippi Junior

Vice-diretoria executiva
Maria Victoria Benevides

Diretoria administrativo-financeira
Pedro Paulo Martoni Branco

Conselho
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
João Antônio Felfício

Conselho Fiscal
Clara Levin Ant
Paulo Tarciso Okamoto

Preparação de texto
Márcio Guimarães de Araújo

Revisão
Maurício Balthazar Leal

Capa
Mário Pizzignacco

Editoração Eletrônica
Enrique Pablo Grande

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 São Paulo SP Brasil
Tel.: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
<http://www.fpabramo.org.br>
editorial@fpabramo.org.br

Instituto da Cidadania
Rua Pouso Alegre, 21
Ipiranga
04261-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 6915-7022
<http://www.icidadania.org.br>
icidadania@uol.com.br

Organizadores

Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco

Gustavo Venturi – Paul Singer – Helena Wendel Abramo –
Antonio Lassance – Marília Pontes Sposito – Nadya Araújo Guimarães –
Ana Karina Brenner – Juarez Dayrell – Paulo Carrano – Gabriela Calazans
– Maria José Carneiro – Regina Reyes Novaes – Gevanilda Santos –
Maria José P. Santos – Rosângela Borges –
Beatriz Carlinni-Marlat – Paulo Krischke – Vilma Bokany

Retratos da juventude brasileira

Análises de uma pesquisa nacional

2ª reimpressão



O Instituto Cidadania agradece a colaboração das quatro empresas parceiras que garantiram o suporte financeiro necessário ao desenvolvimento das várias etapas do Projeto Juventude: CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Vale do Rio Doce, Telemar e Usiminas. E, no tocante à realização da pesquisa nacional Perfil da Juventude Brasileira, cujos resultados são explorados nesta publicação, cabe reconhecer e agradecer o apoio do Sebrae-Nacional e do Instituto Hospitalidade pelo apoio imprescindível à sua concretização.

Sumário

9

Apresentação

Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco

23

Introdução metodológica

Gustavo Venturi

27

A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social

Paul Singer

37

Condição juvenil no Brasil contemporâneo

Helena Wendel Abramo

73

Brasil: jovens de norte a sul

Antonio Lassance

87

Algumas reflexões e muitas indagações sobre as
relações entre juventude e escola no Brasil

Marília Pontes Sposito

129

Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas

Pedro Paulo Martoni Branco

149

Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?

Nadya Araujo Guimarães

175

Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros

Ana Karina Brenner, Juarez Dayrell e Paulo Carrano

215

Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva:
elementos para a reflexão

Gabriela Calazans

243

Juventude rural: projetos e valores

Maria José Carneiro

263

Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença?

Regina Novaes

291

A juventude negra

Gevanilda Santos, Maria José P. Santos e Rosângela Borges

303

Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem

Beatriz Carlini-Marlat

323

Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática

Paulo J. Krischke

351

Maiorias adaptadas, minorias progressistas

Gustavo Venturi e Vilma Bokany

447

Índice dos quadros

Apresentação

Helena Wendel Abramo
Pedro Paulo Martoni Branco

Este livro dá continuidade às revelações trazidas à luz pelo Projeto Juventude, um amplo e diversificado conjunto de produtos nascidos das múltiplas atividades empreendidas desde meados de 2003.

No primeiro livro, lançado em agosto de 2003, sob o título *Juventude e sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação*, foram abordados por especialistas e pesquisadores variados temas reputados como obrigatórios para que se pudesse avançar na compreensão da complexa realidade que envolve os 34 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos.

Por sua vez, o objetivo desta publicação é divulgar e estimular o uso ainda mais intenso dos resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” – um amplo levantamento quantitativo sobre esse contingente populacional, cujo planejamento atendeu ao propósito de que o estudo tivesse represen-

tatividade estatística nacional e permitisse que a abordagem se desdobrasse na apresentação de resultados desagregados segundo as características regionais e outros aspectos fundamentais para a melhor compreensão do que é a juventude brasileira, respeitando a diversidade de temas e as características sociodemográficas e culturais que qualificam a juventude do país.

Realizar estudos e desenhar propostas, oferecendo-as como subsídios para a atuação dos governantes e das organizações da sociedade, além de trazê-las ao domínio público para que possam ser tomadas como referência para o debate das soluções que precisam ser encontradas para a superação dos grandes desafios que se colocam para o desenvolvimento da cidadania brasileira com mais justiça, equidade e inclusão, tem sido, ao longo de mais de 12 anos, o principal objetivo do Instituto Cidadania.

O Brasil chegou ao terceiro milênio carregando uma enorme dívida social. Nosso país ainda não se revelou capaz de satisfazer necessidades básicas de milhões de cidadãos. Alimentação, saúde, moradia, educação, segurança e trabalho estão entre os bens existenciais fundamentais que são sonegados ou negados a imensos contingentes de excluídos.

Construir propostas viáveis e consistentes para superar essas carências tornou-se a vocação do Instituto Cidadania desde 1991, quando Luiz Inácio Lula da Silva apresentou à nação o documento *Política Nacional de Segurança Alimentar*, que inspirou a campanha de combate à fome liderada por Betinho. Nos 12 anos seguintes, o Instituto Cidadania deu continuidade a esse trabalho, elaborando seus projetos em ambiente suprapartidário. Incorporou nas discussões a contribuição pluralista de sindicatos, movimentos populares, organizações não-governamentais (ONGs), empresários, entidades da sociedade civil, intelectuais, especialistas, administradores públicos e parlamentares.

Inúmeras propostas de políticas públicas foram produzidas e oferecidas às autoridades dos três níveis federados, dos três poderes e de diferentes partidos. Em cada ato de lançamento, elas foram declaradas de domínio público, para serem utilizadas por todos quantos estejam interessados em construir um Brasil mais justo. Dessa forma e sob esse signo, o Projeto Moradia, o Projeto Segurança Pública, o Projeto Reforma Política e o Projeto Fome Zero, entre outros, atingiram os objetivos propostos. Alguns deles converteram-se em programas concretos de governo a partir de janeiro de 2003. Outros serviram como fonte reconhecida de análises e diagnósticos.

Ao se afastar da coordenação do Instituto para assumir a Presidência da República, Lula participou das discussões que concluíram pela escolha do tema juventude como foco prioritário do trabalho em 2003 e 2004.

Voltado para os jovens brasileiros e contando com sua participação nas distintas etapas do cronograma, o Projeto Juventude buscou propiciar mudanças e avanços na maneira de os poderes públicos compreenderem as demandas da juventude brasileira nas múltiplas dimensões envolvidas: trabalho, educação, saúde, cultura, lazer, esportes, vida artística, sexualidade, direitos, participação, segurança e várias outras.

Esse programa consistiu em reunir contribuições já existentes em âmbito nacional e internacional, explicitar pontos de controvérsia, incentivar o debate e avançar na produção de conhecimento sobre as condições e as perspectivas da juventude brasileira. Sempre com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e a ampliação das políticas públicas focadas no jovem, as atividades do Projeto Juventude envolveram múltiplos agentes e incentivaram o diálogo entre pontos de vista divergentes, reunindo informações e disponibilizando bibliografia e documentação. Produziram ou realçaram novos diagnósticos e interpretações por meio de estudos, debates e consultas.

Durante pouco mais de um ano, o Projeto Juventude reuniu análises e dados provenientes de distintos instrumentos acoplados. Promoveu a mais abrangente pesquisa quantitativa nacional já realizada no Brasil sobre o tema – que inspira esta publicação. Colheu diversificado acervo de narrativas pessoais sobre a participação juvenil em todas as unidades da Federação. Esse trabalho de investigação ainda resultará na publicação de mais um livro, além do já publicado em agosto de 2003 e deste agora revelado ao leitor.

O Projeto Juventude organizou também um seminário internacional, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a presença de especialistas de 17 países, além de 200 brasileiros de vários estados. Realizou seminários em 11 unidades da Federação, em parceria com ONGs e poderes públicos locais, e 20 oficinas temáticas e eventos de consultas a entidades, movimentos sociais e estudiosos.

Por meio do site www.projetojuventude.org.br, propiciou a realização de enquetes e debates e a divulgação de informações e documentos importantes sobre a questão, facilitando a interação entre jovens, instituições e movimentos de centenas de cidades brasileiras e de outros países.

Encerrando seu programa de trabalho em junho de 2004, o Projeto Juventude ofereceu aos poderes públicos dos três níveis, bem como às entidades e forças dinâmicas da sociedade civil brasileira, um conjunto integrado e consistente de subsídios, dados, análises, informações, sugestões e propostas que contemplam necessidades e anseios de nossa juventude, considerada em sua ampla diversidade e em suas fortes desigualdades sociais.

* * *

Entre os consensos que vêm sendo construídos no atual processo de debates sobre a necessidade de políticas de juventude, um deles é especialmente oportuno: *o de que os jovens têm de ser considerados como sujeitos de direitos*. Porém, *levar em* consideração os sujeitos a quem se destinam as políticas implica, necessariamente, procurar conhecer suas realidades, questões, práticas, opiniões e demandas. Com este objetivo foi realizada a pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, um amplo levantamento (quantitativo) de dados sobre os jovens de 15 a 24 anos do país.

Apesar da contribuição de várias e importantes pesquisas que vêm sendo produzidas e publicadas nos últimos anos no Brasil, ainda permanecem grandes áreas de desconhecimento e, principalmente, a necessidade de relacionar aspectos diferentes da realidade dos jovens com suas práticas, valores e opiniões. Por isso o conjunto dos colaboradores do Projeto Juventude entendeu a importância de investir esforços na realização deste levantamento, atualizando e ampliando a pesquisa pioneira sobre o tema que foi realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1999. Buscou-se, assim, ofertar um conjunto de novas informações e conhecimentos estatisticamente representativos que contribuíssem para enriquecer diagnósticos e leituras que pudessem embasar melhor os debates que se processam sobre as políticas de juventude e sobre as abordagens que vêm sendo feitas por inúmeros interessados, notadamente estudiosos do tema – que poderiam se beneficiar dos seus resultados, aprofundando e ampliando as análises existentes.

A pesquisa que aqui se apresenta vem contribuir para preencher algumas dessas lacunas. Sua importância, em primeiro lugar, advém de sua amplitude, em vários sentidos: no tamanho da amostra (3.501 jovens investigados), nos âmbitos geográficos abarcados (urbano, rural, pequenas, médias e grandes ci-

dades, na capital e no interior); na contemplação de diferentes variáveis (renda, gênero, idade, escolaridade, raça/etnia, religião, situação conjugal, situação no mercado de trabalho); no escopo dos temas investigados (160 questões, divididas em mais de dez temas: ser jovem, escola, trabalho, valores e referências, sexualidade, drogas, cultura e lazer, mídia, violência, política e participação, direitos); na possibilidade de abordar e relacionar dados sobre características demográficas, situações de vida e percepções, opiniões e valores dos jovens. Enfim, gerando resultados e interpretações extraídos do tratamento de uma grande diversidade de variáveis e de indicadores capazes de instigar os analistas a abordagens originais e/ou complementares que podem permitir avanços consideráveis no entendimento disponível sobre o tema.

Para explorar os dados levantados por essa pesquisa e produzir um conjunto de perspectivas sobre as várias dimensões que afetam a vida dos jovens, convidamos pesquisadores reconhecidos para analisar itens da pesquisa (entre os temas abordados nas perguntas, aspectos do perfil ou variáveis a partir das quais os dados foram tabulados). Cada autor selecionou, do conjunto das 600 tabelas produzidas, os dados que lhe interessava analisar, acessando, para tanto, os cruzamentos elaborados pela equipe da pesquisa, coordenada por Gustavo Venturi.

Alguns autores examinaram minuciosamente os dados recolhidos, outros fizeram uma leitura mais panorâmica, à luz de reflexões já desenvolvidas e dialogando com informações trazidas por outras pesquisas. Todos, evidentemente, desenvolveram as interpretações a partir das questões e dos argumentos de que já eram portadores, mas, no exame dos dados, puderam descobrir novos aspectos, confirmações ou negações, a respeito da realidade dos jovens brasileiros. E, mais importante, levantaram perguntas para orientar o debate e futuras investigações, como fazem notar Marília Sposito e Regina Novaes – pesquisas quantitativas servem menos para provar realidades do que para levantar novas questões a serem investigadas.

Desse modo, para além de uma apresentação de tipo relatorial sobre os dados, temos, com o conjunto dos artigos e ensaios desta publicação, um belo acervo de reflexões, em cujo interior as interpretações dos dados contribuem para iluminar dimensões pouco exploradas anteriormente; reforçar teses já desenvolvidas e questionar outras; problematizar certos enunciados e repensar ou reequacionar determinadas conclusões correntes sobre o universo juvenil.

Pode-se dizer que esse reforço em si já representa um importante avanço no conhecimento da juventude brasileira, ou das juventudes do país – na sua complexidade e diversidade –, para acentuar a ótica que informa todas as leituras aqui propostas. O livro oferece também uma contribuição ao debate político, pois os autores, aderindo à proposta do Projeto Juventude, dirigem suas interrogações e reflexões para pensar o papel que os jovens podem assumir na transformação da sociedade brasileira e apresentam questões, pistas e mesmo recomendações para a formulação de políticas para este segmento.

* * *

Na multiplicidade dos artigos e ensaios ora divulgados foram abordados vários ângulos, mas não todos os possíveis – de resto uma missão inatingível por uma única publicação. De fato, os dados revelados pela pesquisa permitiriam o tratamento de outras facetas igualmente de grande importância, mas a pretensão de exauri-las todas se chocaria com os propósitos dos organizadores que, numa expressão sintética, poderiam ser traduzidos pela ambição de bem demonstrar, por intermédio dos conteúdos deste livro, o enorme potencial a ser explorado pela disponibilização por parte do Instituto Cidadania da base de dados e indicadores que resultaram da realização do levantamento. Com essa postura, espera-se que temas como a violência, a mídia, as diferenças de classe social e de renda, entre outros não tratados neste momento, ainda virão a merecer a devida atenção dos especialistas e, certamente, resultarão em novas revelações analíticas que também se tornarão públicas. Ademais dessa ressalva, é importante assinalar que, no interior de cada tema ou variável, muitas informações foram examinadas, mas não todas, nem foram feitos todos os cruzamentos possíveis. Nunca se alimentou a pretensão de esgotar a análise e o debate, sequer nos próprios temas tratados neste livro: a única intenção era de que outras e novas análises pudessem ser desenvolvidas sobre os dados, razão pela qual eles estarão sempre disponíveis para os pesquisadores como um acervo público de franco acesso.

É curioso notar que algumas das questões (e as tabelas em que se encontram traduzidas) foram tomadas por quase todos os autores (como as que tratam dos significados de ser jovem, dos valores, dos assuntos que mais os interessam e mais os preocupam), indicando, talvez, sua densidade e

original riqueza para sustentar distintas interpretações. É importante assinalar que, como demonstram Gustavo Venturi e Vilma Bokany, produzem-se interpretações variadas dos mesmos dados: veremos que em certos temas as leituras convergem e em outros se diferenciam até o ponto da oposição, o que, sem dúvida, contribui para o enriquecimento do debate.

Convictos da importância de apreender os sentidos da experiência histórica desta geração, os autores fazem vários tipos de alerta, principalmente na direção de tomar cuidado com óticas viciadas, com paradigmas que se naturalizam (Regina Novaes), com enunciados que se tornam pressupostos não contextualizados (Marília Sposito), que podem distorcer a visão da complexidade e a singularidade que constituem a realidade dos jovens do Brasil de hoje.

Em primeiro lugar, torna-se fundamental localizar, como faz Paul Singer, a conjuntura histórica em que vive essa coorte de jovens: crise social, sob a cerrada vigência do neoliberalismo, com desmonte das políticas sociais, desemprego de longa duração, violência urbana, produzindo características singulares de postura ideológica, política e de engajamento pessoal (como também conclui Paulo Krischke).

Os temas do desemprego e da violência aparecem com eloquência nos dados da pesquisa e são compreendidos como verdadeiros marcos por entre os quais se desenvolve a experiência desta geração. Disso decorrem muitas dificuldades, como a de projetar e se relacionar com o futuro pela efetiva possibilidade e medo de “sobrar”, como diz Regina Novaes, se não forem realizadas mudanças de curso na economia e na política, como demonstra Pedro Paulo Martoni Branco.

A importância do trabalho para os jovens é o tema de dois artigos: o de Pedro Paulo Martoni Branco e o de Nadya Guimarães. Ambos buscam compreender tanto as características do trabalho juvenil como os sentidos de que este se reveste para eles, concluindo que, em grande parte, é pela falta (ou a perspectiva de falta) que ele se impõe com tanta força na agenda.

Pedro Paulo faz uma densa análise das condições estruturais do mercado de trabalho e das demandas dos jovens ante o tema, cotejando os dados desta pesquisa com os de outras para refletir sobre o debate que se instaura sobre as políticas a adotar diante do “antagonismo” que emerge dessa situação. Incorporando muito do debate que se realizou no âmbito do Projeto Juventude, explora as possibilidades de respostas a serem dadas

no campo das políticas públicas e ações sociais, relacionando trabalho, educação, cultura e engajamento social e político.

Nadya Guimarães se debruça sobre a pesquisa para esmiuçar os múltiplos significados que o trabalho tem para esta geração de jovens, dialogando com as teses da sociologia do trabalho e também com enunciados a respeito da juventude, fazendo muitas indagações que levam a repensar teorias e medidas políticas. A partir da constatação de que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora, busca explorar as implicações do “achado intrigante” de que o trabalho, apesar de “disforme”, como diz Claus Offe, permanece como referência central para os jovens, levantando questões para as teses que afirmam a perda de sentido do trabalho na nova configuração social.

Mas, apesar de todas as dificuldades, adversidades e temores, os jovens manifestam, de forma surpreendentemente semelhante, otimismo e satisfação com suas vidas e com o fato de serem jovens (LASSANCE, ABRAMO, SANTOS *et alii*). E também a convicção de que podem mudar o mundo, embora o alcance e o sentido desta convicção sejam interpretados de forma diferente por autores como Singer, Lassance e Krischke.

Outros alertas balizadores são o cuidado com as definições muito generalizantes e a necessidade de abordar a multiplicidade do perfil da juventude brasileira, considerando as diferenças e as desigualdades de condições (de posição na estrutura social, renda, gênero, etnia, meio em que vivem etc.), assim como as variedades de práticas e opiniões, a partir do que se estabelece a importância de falar em juventudes, no plural, e não no singular.

Mas vários autores ressaltam a existência de alguns elementos, atitudes e percepções similares, comuns a diferentes setores e situações sociais, que podem dar consistência ao termo “juventude” e aparecer como marcas geracionais, por meio do que se pode esboçar a singularidade da condição juvenil no Brasil de hoje. Este é um dos pontos de discussão de Helena Wendel Abramo, Marília Sposito e Antonio Lassance. Helena e Marília, cada uma à sua maneira, buscam verificar de que modo se pode falar na existência de uma condição juvenil na atualidade, dialogando com a produção teórica a esse respeito.

Helena Wendel Abramo explora os dados do perfil e as percepções acerca da condição juvenil, buscando verificar o que aparece como traços gerais e diferenciais entre diversas situações, principalmente as que se produzem sobre dois momentos distintos da etapa juvenil: a adolescência e a

fase posterior aos 18 anos. Procura demonstrar a necessidade de assumir uma transformação no conteúdo e nas formas da condição juvenil, que não correspondem mais ao padrão estabelecido na experiência dos jovens de classe média de meados do século passado.

Marília Sposito centra sua análise na relação entre juventude e escola (e subsidiariamente família e trabalho), situando suas interpretações no debate sobre a configuração de uma nova condição juvenil, quando os caminhos e os contornos para a entrada na vida adulta se diversificam, tornam-se mais complexos e menos lineares.

Os modos como os jovens vivem essa etapa da vida se alteram, vigorando uma confluência de vários processos de socialização na experiência juvenil, na qual nem a família, nem a escola têm mais o monopólio. Dialogando com teses que apostam na desinstitucionalização dos processos de vivência juvenil, afirma a importância de investir investigação e importância política nas agências escola e família, que continuam a ser espaços formativos importantes para os jovens, apesar de transformados.

Antonio Lassance constrói uma análise de dispersão para verificar a homogeneidade ou heterogeneidade dos dados (usando conceitos de amplitude e desvio-padrão) para ver em que os jovens se assemelham nacionalmente e em que são diferentes segundo as regiões do país. Sua indagação é sobre a possibilidade e a pertinência de falar em juventude brasileira, se há consistências nessa identidade. Conclui afirmativamente, verificando que há proximidades, regionalmente, no perfil demográfico e em aspectos cruciais da condição de jovens, em assuntos de preocupação e nas disposições relativas à política. Não que os jovens sejam iguais em todo o país, mas as diferenças existentes são de matizes; diferem, porém, em termos de expectativa. Apresenta uma interrogação sobre a validade de pensar em políticas nacionais e de que modo devem contemplar as diferenças territoriais, levantando a possibilidade de que, talvez, faça mais sentido pensar em diferenças entre cidades de grande e de pequeno porte do que em diferenças regionais.

Os campos que compõem a vida juvenil são múltiplos e complexos, como afirmam vários autores. Lazer, cultura e sexualidade estão entre eles.

Paulo Carrano, Juarez Dayrell e Ana Karina Brenner analisam, juntos, os temas do lazer, da cultura e da sociabilidade, afirmando a importância dessas dimensões para a vivência juvenil, não como tempo negativo toma-

do em contraposição a estudo e trabalho, mas como fundamentais para a elaboração de identidades pessoais e coletivas, para a formação de valores e referências, para o desenvolvimento da relação com o espaço público, para a atuação coletiva. Destrinchando com muita acuidade os dados da pesquisa, mostram como a diversidade da cultura brasileira e as bases econômicas sociais desiguais incidem sobre as possibilidades de acesso, experimentação e criação dos modos da cultura, do lazer e do tempo livre. Por isso a necessidade de incluir o tema na perspectiva do direito e insistir na importância de políticas públicas neste campo.

Gabriela Calazans examina minuciosamente as informações referentes a comportamento sexual e reprodutivo, juntamente com valores, interesses e preocupações dos jovens, indicando diferenças de gênero, idade e escolaridade muito relevantes. Levanta uma série de novas possibilidades de olhares sobre dados normalmente interpretados sob a ótica das consequências negativas das práticas sexuais dos jovens (que têm orientado diagnósticos e políticas na área) e perguntas que abrem novas trilhas interpretativas dos significados destas práticas. Por exemplo, ao constatar a baixa indicação da sexualidade como tema de interesse e preocupação entre os jovens entrevistados, aponta a possibilidade de que reflitam mais a preocupação dos adultos que o interesse dos próprios jovens.

Buscar compreender o sentido das experiências dos jovens no seu contexto histórico e cultural, evitando partir de expectativas fundadas sobre o comportamento “adulto” ou o de outras gerações, como se estes indicassem um padrão normal ou desejável, é um alerta compartilhado por Gabriela Calazans e Beatriz Carlini-Marlatt. Beatriz clama por uma outra chave de abordagem da questão das drogas, afirmando a necessidade de situar o tema no interior de uma análise do mercado e das políticas de drogas no país e no mundo, para lograr uma compreensão mais abrangente das práticas, das atitudes e dos riscos que os jovens desenvolvem na relação com essas substâncias. E, contra a corrente de boa parte do debate sobre o tema, alerta para a importância de não restringi-lo às drogas ilícitas que, apesar de se constatar um crescimento no índice de seu consumo entre jovens nos últimos anos – o que requer atenção –, não constitui o principal problema em termos de saúde pública do país, mas dedicar maior atenção ao álcool e ao tabaco, que têm, na verdade, produzido os maiores índices de problemas (inclusive fatais) entre os

jovens brasileiros. Argumenta que estes são campos em que há ainda muito o que desenvolver em termos de política e legislação.

Explorar em que os jovens brasileiros diferem a partir de distintas variáveis e em que se assemelham é uma das chaves de análise, também, dos artigos de Maria José Carneiro, Gevanilda Santos *et alii* e Regina Novaes.

Maria José Carneiro afirma a importância de romper com a invisibilidade dos jovens rurais no país, incluindo-os no conjunto da juventude brasileira (permitindo comparar e verificar similitudes e diferenças neste conjunto), insistindo também na necessidade de focar a complexidade de suas vidas, para além do exame de sua posição no interior da categoria de trabalhador e na unidade familiar. Usando os dados da pesquisa juntamente com outras de sua própria autoria, examina a diversidade da situação dos jovens rurais, segundo múltiplas variáveis: região do país, tipo de produção agrícola, renda, gênero etc. Discute o sentido da escola e do trabalho, a relação com a família e o lazer e como se coloca a perspectiva de ficar no campo ou ir para a cidade, e ressalta também a “incrível” semelhança entre algumas das expressões dos jovens, apesar de todas as diferenças existentes.

Gevanilda Santos, Maria José Santos e Rosângela Borges assumem conjuntamente a tarefa de examinar o que é ser um jovem negro no contexto de uma sociedade globalizada e discriminatória. Reunindo numa mesma categoria os pretos e pardos (assumindo a perspectiva impulsionada pelo Movimento Negro Brasileiro), analisam como se situam os jovens negros nos dados relativos às situações de vida, às percepções sobre a própria juventude, às práticas e identidades culturais, à exposição à violência e a opiniões sobre o racismo e outros temas. E chamam a atenção para o fato de, ao lado das gritantes desigualdades raciais que marcam as condições de vida e o acesso a dimensões centrais da vida (como estudo, trabalho, lazer), haver similitudes ou pequenas diferenças, em termos de percepções, expectativas e valores relativos à própria condição juvenil.

Regina Novaes analisa a incidência das diferenças de religião nas práticas e opiniões dos jovens, na experiência histórica desta geração, marcada tanto pela secularização da sociedade, que suporia uma desafiliação religiosa, como pelo desemprego e violência, que produzem uma ambivalência em relação ao futuro e engendram novas necessidades e formas de vivências no campo da religiosidade. Argumenta que a conjuntura atual produz um campo religio-

so mais plural e competitivo, que envolve experimentação e circulação por diferentes religiões, produzindo a possibilidade de combinar elementos de diferentes espiritualidades em uma “síntese pessoal e intransferível”, assim como rearranjos provisórios entre crenças e ritos sem fidelidades institucionais. Analisa as diferenças de perfil dos jovens que professam as diferentes religiões; examina como as diferenças incidem nos valores, em algumas práticas e opiniões e em atitudes políticas; e conclui que a religião é elemento importante na composição da vida social contemporânea dos jovens, mas não no sentido unívoco (como fariam supor velhos esquemas interpretativos) de contracorrente da participação política e do ideário republicano.

Outra chave comum a muitos artigos é a interrogação sobre o papel que os jovens podem desempenhar na transformação de sua realidade e da sociedade, investigando seus valores, posições, disposições e práticas de participação. Vários autores questionam a afirmação corrente de alienação e conservadorismo acentuados entre os jovens desta geração, assim como de apatia ou falta de desejo ou empenho de participação.

Gustavo Venturi e Vilma Bokany tomam esta questão como mote de seu artigo para, na verdade, demonstrar a possibilidade de leituras diferentes dos dados, segundo a perspectiva com que se os interroga. Questionam as interpretações publicadas na imprensa quando da divulgação de seus resultados, apoiadas sobre sentidos comuns a respeito de uma juventude alienada e conservadora: tais qualificativos se fazem em relação a quê? Quais são os termos de comparação? Seleccionam algumas conclusões da mídia para mostrar erros ou vieses de leitura dos dados e apresentar alternativas de interpretações diferentes, usando para isso dados de outras pesquisas com a população em geral, desenvolvidas com a mesma metodologia que esta, pela mesma instituição à qual pertencem (Criterium em parceria com a Fundação Perseu Abramo). Concluem que o qualificativo “conservador” não se sustenta se a comparação se faz com outras categorias etárias ou com a população em geral; que a juventude, como conjunto, reflete tendências e escolhas da maioria da sociedade de que faz parte e, a rigor, segue emblematizando o seu “pólo” menos conservador.

Paulo Krischke faz um denso debate sobre a cultura política dos jovens, analisando os dados e as teorias relativas ao grau de adesão à democracia, por um lado, e à participação em modalidades convencionais e emergentes de atuação política, por outro. Recorre ao diálogo com outras pesquisas e

interpretações teóricas desenvolvidas por ele e por outros, dentro e fora do Brasil, para interrogar as tendências no grau de adesão à democracia nesta geração, levantando questões sobre esquemas interpretativos que estabelecem relações diretas entre o crescimento desta adesão à democracia e os processos de modernização. Mas questiona também interpretações que apontam crescentes despolitização e desafiliação à democracia e à vida partidária entre os jovens, ressaltando o aumento de modalidades de participação não-convencional. Interroga até que ponto essas características se confirmarão como tendências de uma geração e indica rumos e metodologias para a continuidade da investigação.

A pergunta principal do artigo de Paul Singer também se refere à disposição de mudanças dos jovens brasileiros deste início de milênio e os sentidos que elas revelam. Sob o pano de fundo de análise do sentido da experiência de diferentes gerações juvenis, analisa dados da pesquisa relativos aos valores, desejos e disposição de envolvimento com certas modalidades de ação. Constata a importância da solidariedade como valor, da preferência pela ação direta como modo de ação, e um desejo de mudança, com uma aposta na capacidade de mobilização da sociedade civil; um revigoramento da democracia como valor (conforme Krischke). Mas não deixa de apontar a existência de um hiato entre a percepção da necessidade e do desejo de mudar o mundo e o engajamento real (ou disposição) para fazê-lo. Afirma que a crise social e a pobreza que atingem grande contingente dos jovens constroem essa disposição. E conclui pela necessidade de políticas que garantam as bases materiais mínimas de sobrevivência dos jovens, a fim de que possam contribuir para as mudanças desejadas.

Além desses autores, que centram suas análises sobre a cultura política e a participação dos jovens, vários outros incorporam este tema em suas análises, extraindo diferentes (e divergentes) conclusões. De qualquer modo, apesar de distintas interpretações, o que parece importante ser ressaltado é que não se pode generalizar nem atribuir como essência de uma geração ou de uma condição juvenil os atributos de conservadorismo e alienação ou os de rebeldia ou contestação. Aqui também é necessário, como apontam Gustavo Venturi e Vilma Bokany, fazer uma distinção entre os grupos mais mobilizados (ou a vanguarda), e o conjunto dos indivíduos, como ocorre em todas as gerações e segmentos sociais. Esta lembrança pode ser impor-

tante para ajudar a desmistificar imagens correntes sobre a juventude: não se apresentam nem como autores da dissolução do tecido social e da esfera política, nem como atores privilegiados de sua reconstrução e reorientação, mas sim como sujeitos fundamentais, com toda a complexidade de suas dificuldades e potencialidades, nos processos de conformação e transformação de suas vidas e da sociedade, junto (em paralelo, na confluência ou em conflito) com outros segmentos e atores sociais.

É justamente para aprofundar o conhecimento dos sentidos e da potencialidade desses múltiplos modos de atuação que se encontra em preparação o terceiro livro desta série que resulta do Projeto Juventude. A partir das narrativas das trajetórias de jovens ativistas (dos mais diversos tipos e de todos os estados do Brasil), colhidas por seus companheiros de geração, se pretende ampliar ainda mais esse retrato sobre a juventude do país, agora ressaltando o foco na participação. Em breve se disponibilizará mais uma publicação com os mesmos objetivos de contribuir para a ampliação do conhecimento, o enriquecimento do debate e a valorização das ações em favor dos jovens brasileiros.

Ao expressarmos a enorme satisfação por se tornarem públicos os resultados desse esforço de organização editorial, agradecemos a todos os autores, que de modo tão dedicado e generoso se dispuseram a examinar as informações com as lentes do seu conhecimento acumulado e as interrogações construídas por uma reflexão acurada e comprometida, pois sabemos que esta não é uma tarefa fácil, principalmente no prazo tão reduzido que propusemos. Agradecemos também, de modo especial, à equipe de execução da pesquisa – abrigada na Criterium – e notadamente ao seu coordenador, o sociólogo e cientista político Gustavo Venturi, a cuja laboriosa e constante dedicação se deve creditar a disponibilização dos dados que permitiram aos autores das análises e ensaios a sua elaboração; à equipe editorial pela enorme tolerância com os atrasos que, se não foram voluntários, infelizmente ocorreram, implicando rearranjos de rota e, apesar disso, pelo especial cuidado com que se dedicou ao preparo dos originais e, finalmente, a todos os jovens e seus aliados que participaram de forma engajada, contributiva e vibrante durante as várias etapas que foram cumpridas pelo Projeto Juventude.

Os organizadores

Introdução metodológica

Gustavo Venturi

Mestre em sociologia e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Núcleo de Opinião Pública (NOP) da FPA.

Em meados de 2003, quando o Projeto Juventude nos procurou para planejar a pesquisa que resultaria no “Perfil da juventude brasileira”, havia um duplo desafio. Por um lado, tratava-se não apenas de atualizar, mas de ampliar e aprofundar os temas investigados em outubro de 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública (NOP), da Fundação Perseu Abramo (FPA), na pesquisa intitulada “Juventude: Cultura e Cidadania”¹. Por outro, se o estudo NOP-FPA havia restringido seu universo aos jovens de nove regiões metropolitanas² e do Distrito Federal, agora a meta seria retratar os jovens de todo o Brasil.

¹ Ver resultados no site da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br e análise em VENTURI, G. e ABRAMO, H. W. “Juventude, política e cultura”, *Revista Teoria e Debate* nº 45, jul-set 2000.

² Grandes Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Belém (PA).

Com coordenação geral do Instituto Cidadania, parcerias do Sebrae e do Instituto de Hospitalidade e realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, a presente investigação buscou então ampliar o espectro temático das questões abordadas na pesquisa NOP-FPA, incorporando a contribuição de diversos atores jovens e especialistas, articulados pelo Projeto Juventude. Partiu-se da avaliação – já presente no estudo de 1999 – de que o esforço e o investimento necessários para a nova pesquisa não valeriam a pena se esta se limitasse a levantar indicadores objetivos, como o acesso da juventude ao mercado de trabalho, à renda e à escolarização, entre outros – dados que já são sistemática e adequadamente aferidos pelo IBGE, Dieese e outras instituições.

Assim, sem deixar de traçar um retrato das condições objetivas em que vive a juventude, buscou-se direcionar o foco principal da investigação em dimensões subjetivas da condição juvenil, isto é, na visão dos próprios jovens sobre sua situação, sobre o momento em que vivem e seu lugar na sociedade. Com essa perspectiva foram cobertos 12 blocos temáticos – em sua maioria aqui tratados por um ou mais autores e cujos resultados encontram-se parcialmente reproduzidos no Anexo, ao final deste volume³. A saber: perfil sociodemográfico e situação familiar, percepções da condição juvenil, da escola, do mundo do trabalho remunerado e de políticas públicas voltadas para a juventude; valores e referências que norteiam suas escolhas, inserção em espaços de participação, percepções da política, dos direitos de cidadania e das relações de gênero; fruição cultural e lazer, influências e preferências de mídia, percepções sobre sexualidade e AIDS, sobre drogas lícitas e ilícitas, violência e políticas de segurança.

O desenho amostral foi refeito de forma a representar os jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos – mesmo recorte demográfico da pesquisa do NOP-FPA –, mas já não só residentes nas regiões metropolitanas: entre os dias 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003, uma equipe de quase 300 entrevistadores colheu 3.501 entrevistas, distribuídas em 584 setores censitários, de 198 municípios, em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional⁴.

³ Para a íntegra dos resultados, ver www.projetojuventude.org.br.

⁴ A amostra contemplou 24 estados da União e Distrito Federal, deixando de fora Amapá e Roraima em razão do custo operacional de sua cobertura, ante o peso estatisticamente residual de sua população.

Assim, o universo representado passou dos 9 milhões de jovens metropolitanos (6% da população brasileira) para os 34,1 milhões de jovens residentes no território nacional, correspondentes a 20,1% do total da população (Censo 2000, IBGE).

Tratou-se de uma amostra mista – probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), com controle de cotas de sexo e idade para a seleção do indivíduo (estágio final) –, estratificada por localização geográfica (capitais e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte, agrupando-se os municípios do interior em pequenos, médios e grandes, segundo sua distribuição nas macrorregiões Sudeste, Nordeste, Sul e Norte/Centro-Oeste. Com vistas a obter uma base de entrevistas razoável para a comparabilidade com os resultados da pesquisa NOP-FPA, a amostra nas nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal foi expandida para 1.200 casos.

Para trabalharem neste estudo os pesquisadores e supervisores de campo receberam instrução específica, inclusive participando de pré-teste nacional nos dias 1º e 2 de novembro de 2003, quando colheram cerca de 600 entrevistas (desconsideradas para o resultado final), utilizadas tanto para seu treinamento como para ajustes derradeiros no questionário (que já tinha sido pré-testado, em menor escala, em São Paulo). As entrevistas finais foram pessoais e domiciliares, com tempo médio de uma hora de aplicação, tendo sido verificados com retorno ao domicílio, ou por telefone, pelo menos 30% do material colhido por cada entrevistador.

O questionário estruturado – apropriado a estudos quantitativos desta natureza – totalizou 160 perguntas, parcialmente distribuídas em três subamostras equivalentes (A, B e C), variando entre 1.165 e 1.170 entrevistas cada uma, igualmente representativas do universo investigado. Esse mecanismo foi utilizado para contemplar todos os temas sugeridos, sem que as entrevistas atingissem o limite da inviabilidade, pelo tempo de aplicação.

Como em pesquisa por amostragem os números não têm a precisão que aparentam, convém lembrar os parâmetros estatísticos que devem reger uma leitura adequada dos dados: sempre com *intervalo de confiança* de 95% – o que significa que há uma chance em 20 de que cada taxa encontrada esteja fora da margem de erro prevista – o erro amostral máximo é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, para os resultados das perguntas com o total da amostra; de até ± 3 pontos para os resultados das perguntas

incluídas em apenas uma das três subamostras A, B ou C, e também de até ± 3 pontos percentuais para os resultados da subamostra metropolitana.

Ainda a título de orientação da leitura das tabelas e gráficos, quatro esclarecimentos finais: a classificação “espontânea” refere-se a respostas a pergunta aberta, em que não se ofereceram alternativas de escolha aos entrevistados; “estimulada”, ao contrário, indica que as respostas foram sugeridas em seguida à formulação da pergunta; os resultados de perguntas que admitiam respostas “múltiplas”, fossem espontâneas ou estimuladas, ultrapassam 100%, já que a base de cálculo das taxas percentuais é sempre a base de entrevistas, e não a soma das respostas; e, em razão do arredondamento das casas decimais, nem sempre a soma nas perguntas com resposta “única” totaliza 100%, podendo variar de 99% a 101%, sem que tenha havido erro de cálculo.

Pela parceria profissional na coordenação das equipes de coleta e checagem dos dados em seus estados ou regiões, agradecemos a Américo Canto (Acertar, PA e TO), Ana Kaiser (Prespem, SC e RS), Carlos Roberto Nunes (Check, PE-MA-PB-PI-RN), Domingos “Duna” Dias (Enquete, RJ), Joana D’Arc Melo (CE), João Alves (Pesquisa do Norte, AM), Consuelo Recamán (Escala, MG e ES), José Renato Melo (Opinião, AL, SE e BA), Márcio Joly (Feeling, PR), Marivaldo de Souza (AC e RO), Nilva Mariano (Vida Ser, GO e DF), Tuty de Castro (Evidência, MT), Socorro Freitas (Referencial, MS) e Vera Machado (Inquire, SP).

À equipe de entrevistadores, supervisores de campo, codificadores das perguntas abertas e digitadores, somando mais de 400 pessoas, nosso agradecimento. Pelo empenho e qualidade do trabalho, agradecemos aos que coordenaram as tarefas da Criterium: Paulo Barone (montagem e coordenação de campo), Maria “Susi” Martinez (coordenação de crítica e codificação), Wagner Santana e Vilma Bokany⁵ (análise dos dados) e Rita Dias (amostragem e processamento dos dados). E por fim um agradecimento especial aos 3.501 jovens que dedicaram seu tempo e atenção a manifestar suas opiniões, a descrever diversos aspectos de seu cotidiano e a expor seus interesses, temores e expectativas, revelando múltiplas faces de sua condição juvenil.

⁵ Funcionária do NOP, da Fundação Perseu Abramo.

A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social

Paul Singer

Nascido na Áustria, veio para o Brasil em 1940, fugindo do nazismo. Militou no sindicato dos metalúrgicos nos anos 1950, estudou administração e economia na USP. Anistiado em 1980, ajudou, no mesmo ano, a fundar o Partido dos Trabalhadores e desde 1996 milita na economia solidária.

Coortes e sua história

Compõem a juventude pessoas que estão na mesma faixa etária, digamos dos 16 aos 24 anos. Isto significa que estas pessoas nasceram [estamos em 2004] entre 1980 e 1988 e por isso fazem parte de uma coorte. Em função do momento histórico em que nasceram, elas estão fadadas a passar a vida juntas, atravessando as mesmas vicissitudes políticas e econômicas. Se são todas nascidas no Brasil e continuam no país em sua juventude, então é de esperar que a maioria vivencie a realidade brasileira ao mesmo tempo e em estágios vitais semelhantes: juntas terminarão os estudos, casarão e terão filhos, farão carreira, se engajarão em movimentos políticos, sociais, culturais etc. etc.

Os jovens de hoje nasceram em tempo de crise social. Não por acaso, quase dois quintos são desempregados¹ (ver Anexo, quadro 3). O que em absoluto era verdade para minha geração, nascida entre 1928 e 1936, e que teve a sorte de se graduar em algum curso, provavelmente nos anos 1950 ou início dos 1960. Aqueles eram tempos de industrialização e urbanização muito rápidas no Brasil, em que quase ninguém ficava desempregado por mais do que um par de semanas. A principal causa de sofrimento do povo era a inflação (chamada de “carestia”), não o desemprego nem a violência urbana (ver Anexo, quadro 28).

“Felizes aqueles tempos”, poderiam pensar alguns dos jovens de hoje, mas é bom que não se fiem nos velhinhos, que sentem saudades de sua juventude. Havia de fato muito otimismo, fora reconquistada a democracia (não por muito tempo) e parte da elite cria que estávamos erguendo uma nova civilização nos trópicos. Uma minoria, em evidência, enriquecia ou pelo menos prosperava; outra minoria, oculta, estava relegada a empregos ou ofícios mal pagos e a maioria jazia no mesmo abandono em que estava vegetando, diríamos, havia séculos. Os resultados dos Censos de 1960 e de 1970, dados a público ao mesmo tempo, revelavam um espantoso aumento da desigualdade. Era o Brasil com a renda mais concentrada do mundo que vinha à tona.

O mundo em que vive a atual coorte de jovens é o resultado de uma evolução histórica que as coortes de seus pais e avós construíram. A história sempre é feita por coortes. Embora elas se misturem em festas ou comemorações cívicas, nas famílias e no trabalho, a história, em cada período, é o resultado de coortes de adultos e velhos que desfrutaram de poder político e/ou econômico, sendo desafiadas e denunciadas por coortes de jovens que deles dependem. Este foi um fato comum nos séculos das revoluções, que começaram em 1789 com a Revolução Francesa e terminaram 200 anos depois, com a queda do Muro de Berlim.

Com a juventude de hoje se passa mais ou menos o mesmo. A posse do dinheiro e do poder político está nas mãos da coorte de seus pais e avós. Os que não têm renda abundante ou ao menos suficiente para satisfazer

¹ Dos jovens, 36% trabalham, 32% já trabalharam e estão desempregados, 8% estão procurando trabalho e 24% nunca trabalharam e nem estão procurando emprego (pesquisa do Projeto Juventude).

suas necessidades e anseios se encontram diante do dilema de submeter-se aos que possuem mais do que precisam ou revoltar-se e fazer voto de pobreza. Esta é – em alguma medida – a situação em que se encontra grande parte da juventude. Só se excetua uma fina camada de jovens de famílias muito ricas, que podem satisfazer suas fantasias mais fabulosas, condição que parece condená-los à privação do prazer de obter algo a custo de muita força, coragem, inteligência ou ao menos sorte².

A juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas também ao mundo deles. Neste mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque estes têm poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes. Os jovens tendem a acreditar que, devendo construir um novo mundo, eles serão capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo em que vieram à luz (ver Anexo, quadro 32)³.

Isso vale para uma parte da juventude, os restantes se submetem às imposições do mundo adulto ou mergulham na delinquência, nas drogas e na morte prematura.

“Pesquisa recentemente divulgada pela Unesco no Brasil mostra que em 2002 a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população. E o que é mais grave: enquanto as taxas referentes ao resto da população têm se mantido relativamente estáveis desde 1980, no segmento juvenil pulou de 30 naquele ano para os 54,5 de hoje” (Instituto Cidadania, p. 9).

Os jovens que se engajam na concepção de um mundo melhor a ser construído por eles, o pensam em geral em termos de sustentabilidade

² Em 2000, as famílias de 58,7% dos jovens viviam com menos de um salário-mínimo *per capita* e as de 12,2% (constituídos por 4,2 milhões de indivíduos), com menos de um quarto de salário-mínimo *per capita* (IBGE, Censo de 2000).

³ Segundo a pesquisa do Projeto Juventude, 84% dos jovens afirmam poder transformar o mundo (Instituto Cidadania, Projeto Juventude, documento de conclusão, 2004, p. 16).

ambiental e justiça social (ver Anexo, quadro 34). Este é o sonho que emerge com força dos Fóruns Sociais Mundiais, em que a presença juvenil é marcante. O mundo “realmente existente” é rejeitado pela maneira com que as grandes potências e as grandes transnacionais destroem recursos não-renováveis e a camada de ozônio e também pela volta do desemprego e da pobreza a países que os haviam abolido há duas gerações⁴.

A pesquisa do Projeto Juventude revela que as mudanças priorizadas em primeiro, segundo ou terceiro lugar pelos jovens são: acabar com a violência (40%), acabar com a miséria, pobreza e fome (30%), mudar as condições de trabalho ou emprego (30%) e reduzir a desigualdade social (9%) (ver Anexo, quadro 33). Como os jovens desejam múltiplas mudanças, as porcentagens somam mais de 100%. Mas fica evidente que também para a grande maioria dos jovens brasileiros as mudanças sociais são de longe as prioritárias.

Os ideais dos jovens de diferentes coortes

É interessante comparar os ideais dos jovens que almejavam ser revolucionários, isto é, desejosos de construir um outro mundo, em meados do século passado e no início do atual. O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, assistiu a extensa série de revoluções, tendo por palco todos os continentes, exceto a Oceania. A Chinesa, em 1949, a Cubana, dez anos depois, a Argelina, em 1962, a Vietnamita, que durou de 1965 a 1975, a dos Cravos, em 1974, e a Sandinista, na Nicarágua, em 1979, foram as revoluções que mais empolgaram jovens do mundo inteiro. Todas elas foram saudadas como rupturas com regimes opressivos e injustos e pontos de partida da construção de sociedades socialistas ou comunistas, em que a desigualdade e a subordinação seriam totalmente eliminadas.

Nestas revoluções, jovens tiveram papel de destaque, particularmente na Cubana e na dos Cravos, em Portugal. As mentes de muitos jovens se deixaram dominar pela crença de que a tomada do poder pela força, por um

⁴ Gerações sucessivas são a coorte dos pais e a de seus filhos. O tempo de uma geração à seguinte é medido pela idade média em que as mulheres da primeira geração se tornaram as mães da segunda. Esta idade pode ser próxima dos 33 anos. Quando dizemos “há duas gerações” estamos nos referindo a um período de cerca de 66 anos, ou seja, à idade média com que as mulheres da primeira geração se tornaram as avós da terceira.

número muito limitado de pessoas, seria a condição indispensável e suficiente para vencer todas as resistências à mudança redentora das instituições, sobretudo a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Contavam-se maravilhas dos regimes assim instituídos. Qualquer crítica ou restrição aos mesmos era desclassificada como invenção dos inimigos da revolução.

Isso começou a mudar quando a coorte dos pais dos jovens de hoje eram jovens, entre 1971 e 1979. Em 1968, a Primavera de Praga desmascarou o comunismo soviético e levou muitos partidos comunistas na Europa a romper com ele. Entre 1970 e 1980, sucessivos levantes operários na Polônia contra o regime “comunista” tiveram os mesmos efeitos sobre a juventude com aspirações revolucionárias, inclusive no Brasil. Em 1973, o presidente chileno Allende, que tentou conduzir uma revolução preservando as instituições democráticas, foi derrubado por um golpe militar sangrento. A derrota de Allende também abalou a crença de que a revolução social almejada seria produzida pela ação do poder estatal, limitada pelas regras da democracia.

Paulatinamente, as promessas de que após a tomada do poder todos os problemas seriam resolvidos se revelaram falsas. Os levantes populares contra o poder pretensamente revolucionário deixavam claro que grande parte do povo, sobretudo os jovens, estava insatisfeita e desesperada, disposta mesmo a morrer em protesto contra regimes pelos quais outros jovens se deixaram matar uma geração antes. Aos poucos, a ideia da tomada do poder como via rápida para um mundo melhor foi perdendo adeptos. Quando Gorbachev iniciou a *glasnost* em 1985 e, em seguida, levantes populares em toda a Europa Oriental eliminaram o comunismo soviético, a maioria dos redutos da revolução via tomada do poder caiu.

A desilusão com a via política para a revolução foi acompanhada por profundas mudanças econômicas e sociais: as fronteiras nacionais deixaram cada vez mais de ser barreiras às trocas comerciais e aos fluxos de capitais. Isso levou à transferência de um crescente volume de indústrias dos países adiantados, em que haviam sido erguidos Estados de bem-estar social, a países mais atrasados com custo do trabalho muito menor, por causa dos salários mais baixos e da ausência da maioria dos direitos sociais. A desindustrialização, combinada com o abandono do compromisso com o pleno emprego por parte dos governos, ensejou a volta do desemprego em massa

e de longa duração nos países desenvolvidos e semidesenvolvidos, entre os quais o nosso.

Governos neoliberais foram eliminando gastos sociais e substituindo serviços públicos de amparo aos carentes, de educação de jovens e adultos, de pré-escola, de ajuda a idosos, crianças abandonadas ou em situação de risco, desempregados e excluídos sociais, sem teto e semelhantes, por subvenções a organizações não-governamentais para prestarem estes mesmos serviços. A privatização de grande parte da assistência social foi abrindo imenso campo de atuação a pessoas movidas por sentimentos de solidariedade e também a outras, desprovidas de oportunidades aceitáveis de ganhar a vida. O voluntariado social ganhou grande destaque e se tornou muito atraente para numerosos jovens.

Muitas ONGs se tornaram empreendimentos econômicos de prestação de serviços sociais, sem fins de lucro. Surge, então, o Terceiro Setor como grande absorvedor de mão de obra juvenil, disposto a assumir, como missão, a ajuda aos outros e a solidariedade. As pessoas assim engajadas estão resolvidas a enfrentar o agravamento das condições sociais, provocado pela crise do trabalho, por meio da ação direta. A nova concepção de mudança aposta na capacidade de mobilização da sociedade civil para enfrentar os desafios ambientais, econômicos e sociais, colocados pela globalização neoliberal e pela revolução digital, sem negar a importância da ação estatal. Esta, no entanto, deve ser um apoio estratégico à luta das forças da sociedade civil, e não mais o farol que guia o povo numa marcha à redenção.

Os ideais e objetivos da atual coorte de jovens brasileiros

Essa profunda mudança de postura ideológica, política e de engajamento pessoal vem se desenrolando no último quarto de século e ainda vai levar tempo até se completar. Os jovens de hoje são os filhos da coorte de jovens que passou pelo trauma da desilusão com a via política para a revolução, nos anos 1970 e 1980. Para os filhos, possivelmente, este trauma é desconhecido ou não passa de uma vaga referência do passado.

A postura ideológica da juventude de hoje pode ser vislumbrada por resultados da pesquisa do Projeto Juventude. Perguntados a respeito dos *valores mais importantes para uma sociedade ideal*, os jovens escolheram (do primeiro

ao quinto lugar em ordem de prioridade) os seguintes: *solidariedade* (55%), *respeito às diferenças* (50%), *igualdade de oportunidades* (46%), *temor a Deus* (44%) e *justiça social* (41%) (ver Anexo, quadro 34). Estas respostas mostram que os jovens brasileiros estão em sintonia com os valores dos jovens progressistas em todos os países. Impressiona o destaque dado à solidariedade, referido por mais da metade dos respondentes. O que os jovens entendem por uma sociedade solidária? Possivelmente uma sociedade que não discrimina os diferentes por raça, religião, orientação sexual etc.; que oferece a todos os cidadãos *igualdade de oportunidades*, o que é mais do que igualdade de renda ou de nível de vida, pois trata das oportunidades que cada um deve ter de atingir, pelo próprio esforço, renda e nível de vida decentes.

É interessante observar a avaliação que os jovens de hoje fazem do ideal socialista, que também defende uma sociedade solidária, em que a liberdade e a igualdade dos cidadãos se tornem realidade. A pesquisa do “Perfil da juventude brasileira” perguntou aos jovens o que achavam do socialismo como solução dos problemas sociais. Mais da metade (52%) disse que o socialismo continua sendo uma alternativa, ante 21% que acham que o socialismo já foi uma boa solução, mas não tem mais futuro e 11% que acreditam que o socialismo nunca foi uma boa solução (ver Anexo, quadro 68). Obviamente, para a maioria dos jovens o socialismo nada tem a ver com as experiências ditatoriais, que pretendiam construí-lo no século passado.

Mas isso não quer dizer que 52% dos jovens assumem o socialismo como o objetivo pelo qual se dispõem a se engajar. A pesquisa pediu que os jovens se posicionassem no espectro político, que se estende da esquerda à direita: 5% se posicionaram na extrema-esquerda, 11% na esquerda e outros 11% no centro-esquerda; 23% no centro; 12% no centro-direita; 14% na direita e 6% na extrema-direita. Apenas 17% dos jovens não souberam se posicionar (ver Anexo, quadro 67).

Talvez o mais importante destes resultados seja a alta porcentagem – 83% – dos que sabem se posicionar politicamente, o que indica um grau surpreendentemente elevado de engajamento político, o qual cresce com a escolaridade: dos que têm apenas curso fundamental, posicionaram-se 78%; dos que têm curso médio, esta porcentagem sobe a 86%; e, dos que têm curso superior, nada menos que 93% souberam se posicionar. Como a escolaridade dos jovens está crescendo, o mesmo deve estar acontecendo

com a proporção deles que se posiciona politicamente, o que nos parece muito encorajador como tendência de revigoração da democracia no Brasil, independentemente da posição que os jovens resolvam ocupar no espectro político.

Há evidentemente muito equilíbrio entre os jovens, na sua distribuição entre esquerda e direita. Os que se colocam em alguma das modalidades de direita totalizam 32% e os que se posicionam em algumas das modalidades de esquerda somam 27%, sendo que 23% se posicionam no centro. Os jovens que se identificam com a direita são mais numerosos que os que se colocam à esquerda, mas a diferença não é grande (5%, sendo a margem de erro amostral de até 2% para mais ou para menos). O que interessa é que a maioria dos jovens identifica-se com ideais de esquerda – solidariedade, respeito às diferenças, igualdade de oportunidades –, mas se considera de centro, direita, centro-direita e extrema-direita. A explicação não é óbvia e provavelmente depende de o que estes jovens consideram que seja esquerda, centro e direita.

Talvez a pista mais preciosa do que a juventude brasileira pretende sejam as respostas à pergunta sobre a *intenção de fazer trabalho social ou negócio no bairro, bom para a comunidade*: 68% disseram que nunca pensaram em fazer isso, 20% ainda querem fazer, 10% pensaram, mas desistiram e 2% já estão fazendo (ver Anexo, quadro 51). Aos 22% que fazem ou querem fazer, foi perguntado *que tipo de trabalho social ou negócio gostaria de fazer ou faz?* Nada menos de 57% destes jovens gostariam de se engajar em trabalho social e 38% em algum negócio (ver Anexo, quadro 52).

Verifica-se que apenas 22% dos jovens fazem ou desejam fazer alguma coisa pela comunidade. É pouco diante dos 57% que dizem acreditar que os jovens podem mudar muito o mundo e os 27% que dizem que podem mudá-lo um pouco. Apenas um pouco mais de um quarto dos que acham que os jovens *podem mudar o mundo* muito ou pouco gostaria de ajudar a própria comunidade. Essa diferença entre os que dizem que *podem* e os que dizem que *querem* indica o hiato que vai da teoria à prática.

Em teoria, o mundo padece de violência, miséria e fome, desemprego, uso de drogas etc., e a maioria dos jovens acha que isso deve mudar e que eles, jovens, podem fazer que o mundo mude. Na prática, apenas 2% estão fazendo e outros 20% querem fazer com que isso aconteça; 68% nunca pensaram nisso; e 10% pensaram e desistiram. Por que tantos jovens acham

que a juventude pode fazer do mundo algo melhor e tão poucos manifestam a intenção de se engajar em algo que pode ajudar a comunidade?

A resposta está, provavelmente, na pobreza de grande parte dos jovens brasileiros. Pelos dados da pesquisa do Projeto Juventude, 42% dos jovens vivem em famílias com renda de até dois salários-mínimos e outros 31% em famílias com dois a cinco salários-mínimos de renda (ver Anexo, quadro 5). Grande parte destes jovens representa os 40% que estão desempregados e os 36% que trabalham, a maioria na informalidade (ver Anexo, quadros 3 e 44). Por mais que os jovens nesta situação acreditem que a juventude pode mudar as coisas, eles sabem que têm de cuidar antes da própria sobrevivência, evitando serem tragados pela violência criminosa ou mergulhando nela, como alternativa menos pior.

A pesquisa perguntou quais são as piores coisas de ser jovem: 23% responderam *conviver com riscos* (17% drogas e 9% violência) e outros 20% mencionaram *falta de trabalho e de renda* (ver Anexo, quadro 19). Perguntou também quais são os problemas que mais preocupam atualmente: 55% disseram segurança/violência, 52% emprego, 24% drogas e 16% fome/miséria (ver Anexo, quadro 20). Por estes dados, percebe-se por que quase quatro quintos dos jovens nunca pensaram ou já desistiram de se engajar em mudanças que beneficiem a comunidade.

Quando 84% dos jovens dizem que podem mudar o mundo (ver Anexo, quadro 32), todos sabem que essa potencialidade se restringe de fato aos 27% que vivem em famílias com mais de cinco salários-mínimos de renda familiar e aos 24% dos jovens que nunca trabalharam e não estão procurando trabalho (ver Anexo, quadro 11).

A juventude deseja ajudar o mundo a mudar e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política do que pela ação direta. Mas a maior parte dela, antes de poder contribuir para a mudança, tem de ser ajudada. É preciso garantir às famílias um mínimo de renda decente, que permita que os jovens frequentem escolas e cursos de educação de jovens e adultos para os que precisam trabalhar para sustentar suas famílias. O que o “Perfil da juventude brasileira” deixa entrever é que os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência. Esta deveria ser a prioridade zero de qualquer programa público para a juventude, porque o futuro do país pode vir a depender dele.

Condição juvenil no Brasil contemporâneo

Helena Wendel Abramo

Bacharel e mestre em sociologia pela Faculdade de
Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. Implantou e coordenou
a área de juventude da Ação Educativa entre 1995 e 1997.

Juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano.

No entanto, quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra. Há muitos ângulos pelos quais se pode abordar o tema (diferentes

referentes designados pelo mesmo termo); cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir.

No debate sobre políticas de juventude que se instaura agora no Brasil, essa tensão entre uma impressão de obviedade e a dificuldade de definições mais claras também vigora. O termo nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas, mas ainda permanecem uma grande indeterminação e muitas indagações a respeito do que, afinal de contas, está sendo designado por ele. Por que a juventude se torna hoje um tema relevante? Como se fundamenta a necessidade de políticas para esse segmento? O que constitui a juventude como singularidade ante outros segmentos populacionais?

Formular e buscar responder a essas indagações se coloca hoje não como mero exercício acadêmico, ou como pretensão de eliminar as imprecisões, mesmo porque não há respostas certas, unívocas, exatas. Mas para ajudar a clarear os termos do debate, que é também político, e verificar em que medida se está falando da mesma coisa e onde aparecem diferenças significativas.

Por muito tempo, pelo menos até os anos 1960, a visibilidade da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil; o debate se dirigia então para o papel que os jovens (principalmente por intermédio dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda) jogavam na continuidade ou transformação do sistema cultural e político que recebiam como herança. Depois, durante o último quartel do século passado, o foco da preocupação ficou centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos destes segmentos¹. Isso polarizou o debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância. Os

¹ Engendrando ações da sociedade civil e do Estado, e resultando no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que se tornou instrumento fundamental para implantar a ideia desses segmentos como sujeitos de direitos.

jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações, e do debate sobre direitos e cidadania (ABRAMO, 2003).

A percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente, emergindo com mais força de uns dez anos para cá. Em certa medida, como ampliação da preocupação vigente com a adolescência, na “descoberta” de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí². Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares³, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política. Por essas duas vertentes começaram a ser demandados, propostos, executados, algumas ações e projetos para esses segmentos, agora sob o termo “juventude”.

Se em 1987, em um dos primeiros artigos acadêmicos brasileiros a tratar do tema das políticas públicas para jovens, Maria das Graças Rua (1998) chamava a atenção para o fato de que o tema restava, no Brasil, ainda como *estado de coisas*, ou seja, como demandas sentidas, mas ainda não inseridas no debate público e sem força para gerar respostas por parte do Estado, o quadro mudou bastante de lá para cá e se expressa, hoje, como um problema político, logrando obter maior espaço nas agendas governamentais, a ponto de engendrar uma série de mobilizações para a posição de espaços institucionais e planos de políticas públicas para o segmento.

Pode-se dizer que, ainda segundo a formulação de Rua, estamos hoje no estágio da formulação: na definição e escolha de alternativas para buscar soluções para o problema político. Nesse processo de formulação, há

² Neste sentido, o tema emerge como fonte de preocupação com os problemas vividos e representados pelos jovens, tais como abundantemente apareceram nos noticiários: problemas de saúde vinculados a certos tipos de comportamento de risco, como gravidez precoce, o uso abusivo de drogas, as várias doenças sexualmente transmissíveis, a AIDS; o envolvimento dos jovens com a violência, como vítimas e/ou autores, e sua relação com a criminalidade e o narcotráfico, a alta taxa de homicídios entre rapazes do sexo masculino de 18 a 25 anos de idade.

³ Desde os *punks*, nos anos 1970, até os diversos grupos ligados ao *hip-hop*, a visibilidade da juventude mudou profundamente com relação à sua origem social e panorama de questões, por meio de novos rostos, linguagens, temas e formas de atuação.

vários debates em curso e um deles, ainda que não explícito, se faz sobre os sentidos do termo juventude, que traduz uma disputa pelo papel que se quer atribuir a esta categoria na conjuntura histórica atual, e sobre de que modo deve ser tomado como foco para as políticas públicas.

Diversos têm sido os pontos de partida deste debate: um deles é o que se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes, examinando seus valores, opiniões e a atuação social e política que desenvolvem para avaliar como os jovens podem vir a interferir no destino do país e também nas questões singulares que os afetam. Outro é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características que informam a respeito das situações de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, e sobre as vulnerabilidades que os afetam especialmente, para concluir sobre os focos prioritários para as políticas sociais necessárias. Outro, ainda, é o que, partindo da postulação do jovem como sujeito de direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas.

Não são abordagens contraditórias. Pelo contrário, devem ser complementares para a compreensão abrangente do tema e para a conformação de políticas. Neste artigo, a ideia é centrar-nos no exame dos traços e sentidos da condição juvenil na conjuntura atual, a partir de informações que os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” nos trazem. Não, evidentemente, com a pretensão de que dos dados estatísticos se possa extrair um conceito explicativo; mas com a intenção de verificar se (e como) as informações levantadas dão ou não apoio aos enunciados correntes (em debate) e quais pistas e questões podem ser desenhadas para ampliar a compreensão do significado da condição juvenil no Brasil nesta conjuntura histórica.

* * *

A noção de condição juvenil remete, em primeiro lugar, a uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total depen-

dência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade).

É forçoso, embora repetitivo, lembrar que os conteúdos, a duração e a significação social destes atributos das fases da vida são culturais e históricos, e que a juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada. Tal como foi consolidado no pensamento sociológico, a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe⁴. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil.

A existência desta segunda etapa de socialização produz um descolamento entre as capacidades físicas de produção e reprodução e a maturidade emocional e social para a sua realização: por isso a noção moderna de juventude acabou aparecendo como um período de interregno, de transição, de ambiguidade, de tensão potencial. Seu significado social é de uma “moratória”, como cunhou Erikson (1986; para uma atualização desta discussão sobre a moratória, ver MARGULIS, 1998 e também CALLIGARIS, 2000), compreendida como esse adiamento dos deveres e direitos da produção, reprodução e participação, um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação para o exercício futuro dessas dimensões da cidadania.

⁴ Embora muitos estudos históricos recentes estejam levantando o argumento de que não foi propriamente a juventude como uma noção socialmente reconhecida que “nasceu” na modernidade, mas uma determinada noção de juventude (resultante da experiência dos jovens burgueses), que se impôs como padrão, contra outras existentes anterior (nas sociedades medievais) e concomitantemente (em outras classes sociais). Ver estudos publicados no Brasil na coletânea intitulada *História dos jovens*, organizada por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, publicada pela Companhia das Letras em 1996.

Uma experiência restrita aos filhos das classes altas e médias (inicialmente apenas os rapazes, depois, paulatinamente, também as moças), que podiam manter seus filhos em tal situação. Constatação que levou toda uma vertente da sociologia a apontar a restrição do conceito de juventude a uma condição de classe ou, como disse Bourdieu (1983), a “apenas uma palavra”, que não se sustenta se observados os diferentes modos de inserção dos componentes desta categoria etária na estrutura social. A partir daí, muito da literatura sociológica oscilou entre uma tensão, como apontado por Margulis (1986) e também por Sposito (2003), entre análises que privilegiam o plano simbólico, a partir da ideia de uma condição juvenil referida a uma fase da vida, que no limite, podem desembocar na consideração da juventude como mero signo, uma construção cultural relativamente desvinculada das condições materiais e históricas, e análises que privilegiam a posição na estrutura socioeconômica e que, no limite, afirmam ser tal noção destituída de significação social.

Tal tensão pode ser resolvida, como sugerem, entre outros, Abad (2003) e Sposito (2003), pela distinção entre *condição* (o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional) e *situação*, que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. E nesse sentido, como afirma Margulis, é fundamental levar em consideração estes diferentes planos de análise: “a juventude, como toda categoria socialmente constituída, que atende a fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica, mas também tem que ser analisada a partir de outras dimensões: aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, nos quais toda produção social se desenvolve” (1996, p. 17).

Além da ótica analítica, é preciso levar em consideração as mudanças historicamente impressas a essa condição, que exigem a ampliação do foco da análise. E foram muitas as mudanças ao longo de todo o século passado, trazidas por transformações econômico-sociais, no mundo do trabalho, no campo dos direitos (por exemplo, as resultantes da coibição do trabalho infantil e a extensão da escolarização), e da cultura (uma intensa valorização da imagem e valores juvenis). Mas também pela experiência e ação dos próprios jovens: como aponta Morin (1986), por exemplo, as cultu-

ras juvenis do pós-guerra vieram introduzir conteúdos positivos à condição juvenil, ligados ao lazer e à experimentação, assim como trouxeram para o campo visível de sua vivência os filhos das classes trabalhadoras⁵.

Desse modo, produziu-se uma *extensão* da juventude, em vários sentidos: na duração desta etapa do ciclo de vida (no início da industrialização referida a alguns poucos anos, chegando depois a intervalos que podem durar dez ou 15 anos); na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, não mais só os rapazes da burguesia, como no início (operada principalmente pela inclusão no sistema escolar e no universo simbólico); nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida. Entre estes últimos, ressaltam a vigência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, não mais só a família e a escola; a importância dos campos do lazer e da cultura, principalmente na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores. Em decorrência, surgem muitas modificações no conteúdo da *moratória*: não mais só adiamento e suspensão, mas variados processos de inserção em várias dimensões da vida pessoal e social, como sexualidade, trabalho, participação cultural e política etc. A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta.

Mas é importante ressaltar que, em certa medida, a experiência dos jovens burgueses, que imprimiu o conteúdo da noção moderna de juventude, funciona até hoje como padrão ideal em torno do qual têm sido avaliadas as possibilidades de outros setores sociais de aceder a esta condição, de “viver a juventude”, como se diz, e também a partir do qual se medem as abreviações, extensões e interrupções da etapa, assim como os desvios e negações de seu conteúdo.

Certamente, a diferença entre “condição juvenil” e “situações juvenis” permanece, mas as questões colocadas agora são outras. Se há tempos atrás todos começavam seus textos a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, no singular, para não esquecer as diferen-

⁵ Ver os estudos do CCCS de Birmingham, in HALL e JEFFERSON, 1976; ver também ABRAMO, 1994.

ças e desigualdades que atravessam esta condição. Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a *juventude*, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida.

É evidente que não se esvanece a discussão sobre as desigualdades e injustiças presentes nessas diferenças; ao contrário, tal debate pode tomar mais concretude justamente porque os jovens dos setores mais desfavorecidos podem, agora, se pronunciar a respeito de sua experiência como jovens e expressar aquilo que lhes faz falta, que desejam e almejam para viver de forma digna e satisfatória sua juventude, em vez de se verem apenas no registro da negação de tal identidade⁶.

Muitos dos estudos recentes têm sido feitos sobre os modos de transição para a vida adulta, cuja finalização, classicamente, guarda os seguintes marcos: deixar a escola; começar a trabalhar; sair da família de origem, casar e formar um novo lar (e ter filhos)⁷. Contudo, tais estudos têm mostrado modificações nestes processos, trazidas em grande parte pelas mudanças no mundo do trabalho e nas possibilidades e padrões de inserção no “mundo adulto”. Sobre o pano de fundo de uma relativa descronologização do percurso das idades, e uma dificuldade geral de lograr inclusão plena, a entrada no mundo adulto se faz cada vez mais tarde (estendendo ainda mais o tempo da juventude), segundo etapas variadas e desreguladas, sem uma linearidade padrão (para uma abordagem dessa leitura, ver SPOSITO, 2003).

Uma das consequências do alongamento da etapa é que ela passa a comportar momentos diferenciados, como o momento inicial, da adolescência, mais afetado pelas transformações biológicas e suas consequências psicosociais, e a juventude propriamente dita (ou os jovens adultos, como dizem alguns), com questões mais centradas em torno da busca de inserção social.

⁶ O que, como aponta Vera Telles (1996), é condição mínima e inicial para que possam alcançar formulação no plano dos direitos.

⁷ BRASLAVSKI, citada por MARGULIS, Mario. *La juventud es mas que una palabra*. Buenos Aires, Biblos, 1996.

Emerge dessas transformações também a importância de examinar as condições da vivência juvenil e não apenas os modos da passagem para a vida adulta, ou seja, como chama a atenção Miguel Abad (2003), os processos que marcam a juventude como singularidade, abrindo para os jovens dificuldades e possibilidades específicas e não somente o modo pelo qual os jovens deixam de ser jovens.

A proposta deste artigo, portanto, como já dissemos, é tomar essa discussão sobre a condição juvenil e suas diferentes realidades a partir das informações trazidas pela pesquisa. Na primeira parte, selecionando dados relativos aos processos considerados constitutivos da condição juvenil: relação de dependência/independência da família de origem, situação matrimonial, condição de maternidade/paternidade, atividades nas quais suas vidas estão centradas (escola, trabalho, lazer), para verificar o que é possível inferir a respeito dos traços da vivência juvenil no Brasil de hoje.

Na segunda parte, o confronto dos dados das situações de vida com as opiniões e avaliações que os próprios jovens fazem dessas situações pode nos ajudar a construir pistas sobre os conteúdos da condição juvenil e de como os próprios jovens participam hoje da construção social a respeito do que seja tal condição.

Por fim, tentarei ver como os interesses, preocupações e percepções sobre direitos e políticas podem nos informar (e engendrar novas perguntas) a respeito das demandas que emergem dessas vivências, com a intenção de contribuir para o debate sobre a formulação de políticas para esse segmento.

I – Aspectos da condição juvenil

O grupo de idade tomado na pesquisa, de 15 a 24 anos⁸, é o que vem se tornando convenção, no Brasil, para abordagem demográfica sobre juventude, pois corresponde ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado à transição para a vida adulta. Diversas instituições de pesquisa (como IBGE e IPEA), assim como os últimos estudos aqui

⁸ Algumas instituições tomam para referência inferior os 16 anos. Em alguns países, o arco considerado é maior, indo até os 29 ou mesmo 35 anos.

publicados (ver, por exemplo, SPOSITO, 2003; POCHMANN, 2004 e FRIGOTO, 2004) têm usado este recorte, sem deixar de alertar para a necessidade de sempre relativizar tais marcos, uma vez que as histórias pessoais, condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos.

Nesta primeira parte do artigo, a proposta é observar o que os dados nos dizem sobre como os jovens entrevistados estão situados em relação aos processos classicamente definidos como transição para a vida adulta, tentando verificar, na contrapartida, o que pode ser ressaltado como elementos constitutivos da vivência juvenil, buscando ver de que modo se aproximam ou distanciam dos pressupostos e ideias correntes a respeito.

Tentaremos ver também quais traços são mais generalizados e onde as diferenças se fazem mais agudas, privilegiando o exame das diferenças etárias internas a esse período da vida, na perspectiva, principalmente, de averiguar se há diferenças significativas entre o primeiro momento desse período aqui considerado, que vamos chamar de adolescência (dos 15 aos 17 anos) e o terceiro (dos 21 aos 24 anos), que é justamente aquele que surge como “novidade” no nosso debate atual a respeito das políticas públicas.

1. Independência da família de origem/formação de novo núcleo familiar

A grande maioria dos jovens brasileiros é solteira (78%), embora não deixe de ser significativa a parcela daqueles que são casados, oficialmente ou não: um quinto da mostra, ou 20% dos jovens entrevistados (ver Anexo, quadro 13). Esta situação, contudo, se diferencia muito segundo a idade e o gênero: o grupo mais velho (de 21 a 24 anos), como seria de esperar, concentra a maioria dos casados (35% deles o são), enquanto entre os adolescentes (com idade entre 15 e 17 anos) o casamento ocorre para 5%. Em todas as faixas etárias internas a este universo pesquisado, as mulheres são, em maior proporção que os homens, casadas. Se tomarmos as duas pontas destas duas variáveis, podemos ter um bom exemplo das diferenças: enquanto a situação de casados é residual (1%) para os rapazes adolescentes, já é realidade para quase metade (exatamente 45%) das moças de 21 a 24 anos.

Estes dados são congruentes com tendências já conhecidas: as mulheres se casam mais cedo que os homens, e é justamente no começo da terceira década de vida que isso ocorre. (ver, por exemplo, CARAMANO, 2003).

A diferenciação mais significativa na situação conjugal se refere às condições de renda e escolaridade. A proporção de casados cai quanto maior é o nível de escolaridade e renda da família: enquanto apenas 10% dos jovens com ensino superior são casados, 43% dos que têm apenas até a 4ª série do ensino fundamental já compõem uma nova unidade familiar. Uma pequena minoria (5%) dos jovens situados na faixa de renda familiar mais alta (mais de dez salários mínimos mensais) é casada, enquanto esta proporção sobe para 30% entre os jovens pertencentes a famílias com renda mais baixa (menos de um salário-mínimo mensal).

Com relação à escolaridade, uma hipótese possível é que o casamento pode ser um fator de interrupção dos estudos; quanto à renda familiar, é mais difícil fazer inferências, pois sabe-se que são justamente os casais jovens com filhos que constituem o momento mais precário, em termos econômicos, do ciclo de vida familiar: desse modo, não é possível dizer se são os jovens cuja família de origem é mais pobre que se casam mais cedo, ou se mais jovens casados estão situados nesta faixa de renda porque a sua nova unidade familiar conta com uma renda mais baixa; ou, ainda, se ocorre uma combinação destes dois fatores.

É possível dizer que existe uma forte relação entre independência da família de origem (segundo os dados aferidos pela pesquisa, ser chefe de família ou casado/a com o chefe) e formação de um novo núcleo, pelo casamento, mas esta relação não é absoluta. Embora os totais das porcentagens de um dado e outro se aproximem (20% da mostra são casados, 19% são chefes ou esposo/a de chefes), nem sempre os sujeitos são coincidentes. Dos 20% de jovens casados, um quinto deles (22%) não se declara chefe ou casado/a com o chefe, mas dependente da família de origem (em 13% do pai ou mãe) ou da família do cônjuge (em 7% do sogro ou sogra). Por outro lado, poucos jovens solteiros são independentes: 3% se declaram chefes de família.

Estes dados estão em consonância com tendências reveladas por estudos atuais que indicam que, cada vez mais, jovens vivenciam certos elementos de “transição para a vida adulta” sem realizar a independência da família de origem (ver, por exemplo, SPOSITO, 2003 e CAMARANO, 2004).

2. Filhos

Também um pouco mais de um quinto dos jovens entrevistados já vive a condição de maternidade/paternidade, outro dado que varia muito

em função da idade e gênero (ver Anexo, quadro 10): enquanto apenas 4% dos adolescentes (7% das moças e 1% dos rapazes) têm filhos, 41% daqueles com mais de 20 anos já os têm, proporção puxada pelas mulheres, que, nesta faixa etária, já na sua maioria (55%) são mães.

A relação entre filhos e casamento é, evidentemente, alta, mas também neste caso não necessariamente coincidente. Três em cada quatro jovens casados têm filhos, mas 9% dos solteiros também (proporção que cresce no caso do grupo etário de 21 a 24 anos, em que 20% dos solteiros já têm filhos).

Embora estatisticamente seja difícil fazer qualquer tipo de inferência, pois o universo deste grupo é pequeno, parece relevante anotar que nem todos os adolescentes casam por causa da gravidez: dos 56 jovens de 15 a 17 anos casados entrevistados, metade deles ainda não tem filhos.

Interessante observar que, em consonância com muitas análises qualitativas recentes (entre elas CALAZANS, 2001 e KEHL, 2004), nem sempre a gravidez, mesmo no caso dos mais jovens, é “acidental”, pelo menos na declaração dos entrevistados: 40% dos jovens que já são pais ou mães disseram que a gravidez do primeiro filho foi planejada (ver Anexo, quadro 12). O que está sendo levantado é que nem sempre a gravidez e a chegada dos filhos, entre os mais jovens, são um precipitador indesejado de uma interrupção prematura da condição juvenil.

Também é considerado um traço da moderna condição juvenil a possibilidade da vivência de uma sexualidade ativa, dissociada da função reprodutiva, e já bem mais amplamente tolerada que em décadas recentes. A juventude hoje se constitui não mais como o momento de latência dada pela desconexão entre o desenvolvimento fisiológico da capacidade de reprodução e a permissão sociocultural para exercer a sexualidade (tal como se consolidou na modernidade), mas como o período em que se processam a iniciação e o desenvolvimento da sexualidade ativa. Nesse sentido, é congruente que os dados revelem uma variação significativa por idade com relação ao exercício da sexualidade: enquanto cerca de metade (52%) dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não tinha iniciado sua vida sexual no momento da pesquisa, esta proporção cai para 20% no grupo intermediário (de 18 a 20 anos) e para 7% no grupo de 21 a 24 anos.

No entanto, apesar dessa evidente mudança histórica de comportamento, ainda restam diferenças grandes no grau de aceitação social da

sexualidade juvenil, sobretudo no que diz respeito a expectativas de comportamento ligadas ao gênero. Considerado todo o grupo etário, de 15 a 24 anos, a porcentagem de moças que se declaram virgens é o dobro daquela dos rapazes: 34% e 16%, respectivamente.

A porcentagem dos que afirmam já ter iniciado a vida sexual não apresenta variação significativa em nenhuma das outras variáveis, nem mesmo a diferença entre situação urbana e rural (75% e 74%, respectivamente). A condição de maternidade/paternidade, contudo, acompanhando a tendência verificada na situação matrimonial, apresenta forte variação quanto à escolaridade e renda familiar, sobretudo escolaridade: a porcentagem de jovens com filhos vai acima de 30% entre os jovens com menor grau de escolaridade (até o ensino fundamental), mas cai para 9% entre os jovens com nível superior de ensino.

Podemos dizer então que, em relação aos três primeiros elementos que definiriam a transição para a vida adulta (saída do núcleo familiar de origem, casamento e filhos), fazem parte da vida de cerca de um quinto dos jovens, cada um deles, não necessariamente de forma coincidente. São processos que ocorrem, na sua grande maioria, na última das faixas etárias (21 a 24 anos); para os adolescentes (15 a 17 anos), constituem quase exceção, o que nos indica a grande diferença de significado que assumem estes dois períodos dentro da etapa juvenil. É preciso lembrar, porém, que tais processos não seguem necessariamente uma linearidade e que nenhum deles pode ser tomado isoladamente como marcos definitivos desta transição. Quem já passou por um deles deixa de se considerar jovem? Esta pode se constituir numa boa questão para pesquisas futuras.

As diferenças de gênero parecem ser as mais significativas na definição do ritmo deste processo, indicando que o fenômeno da extensão etária da vivência juvenil ainda tem maior incidência sobre os rapazes. Do mesmo modo, percebe-se uma diferença relacionada à renda familiar e escolaridade: quanto menor o nível desses dois fatores, maior a porcentagem de jovens que estabelecem independência em relação à família de origem, que casam e que têm filhos. No entanto, cabe dizer que essas diferenças dizem respeito apenas a uma maior ocorrência destes processos entre os jovens das classes de renda mais baixa, que não pode ser traduzido como *padrões* distintos de duração da vivência juvenil, relacionados à classe social, pois mesmo nas faixas de renda mais baixa a *maioria* dos jovens ainda é solteira e sem filhos, dependente da família de origem.

3. Educação e trabalho

Quanto a estudo e trabalho, o quadro já apresenta variações mais significativas com relação ao senso estabelecido, trazendo elementos para questões que já tem sido desenvolvidas sobre os conteúdos atuais da condição juvenil⁹.

A condição de estudante é válida para 64% dos jovens da mostra, mas varia muito segundo a idade: vale para a grande maioria dos adolescentes de 15 a 17 anos (cerca de 90%), mas para menos da metade (43%) dos jovens que têm entre 21 e 24 anos.

Sem entrar aqui na apreciação dos níveis de escolaridade e da qualidade do ensino recebido, pode-se dizer que tal variação tem a ver com o incremento na escolaridade dos últimos anos no país, que beneficiou os mais jovens; a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, do que puderam aproveitar quase todos os que são hoje adolescentes (ver, por exemplo, SPOSITO, 2003 e CAMARANO, 2003). Já os jovens das faixas etárias seguintes em grande medida já esbarraram no funil representado pelos ensinos médio e superior. Embora o número de estudantes matriculados nesses dois níveis de ensino também tenha crescido muito nos últimos anos no Brasil, ainda estamos longe de contar com cobertura completa, e nesses casos as diferenças socioeconômicas, étnicas e regionais passam a pesar de modo mais profundo.

A possibilidade de estudar varia bastante com a renda familiar, mas é importante notar que essa variação, para cima, só se torna significativa na última faixa de renda (a porcentagem de jovens estudando quase não varia nas três primeiras faixas – até cinco salários mínimos mensais por família –, ficando em torno de 60%; na quinta faixa, de mais de dez salários mínimos, sobe para 82%).

As relações entre estudo e trabalho são variadas e complexas, e não se esgotam na oposição entre os termos. A porcentagem de jovens estudantes

⁹ Os dados sobre escolaridade, trabalho e lazer serão analisados com muito mais detalhe e adensamento em outros artigos deste livro (Sposito, Guimarães, Martoni Branco, Carrano); o propósito de arrolar esta leitura dos dados aqui é apenas chamar a atenção para o fato de que a situação concreta dos jovens brasileiros hoje é diferente do que aparece em muitas definições teóricas (ou como referência do padrão ideal) de juventude, nas quais a condição de moratória (constituída basicamente pela possibilidade de se manter afastado das obrigações da inserção produtiva e dedicado à formação escolar) aparece como necessária e suficiente.

é maior entre aqueles que ainda não estão na PEA (84%) do que entre aqueles que estão (58%), todavia, vale notar que mais da metade dos jovens que estão trabalhando ou procurando trabalho também estuda (57% e 73%, respectivamente). Já a situação matrimonial apresenta maiores diferenças: entre os casados, apenas 36% continuam estudando, ao contrário dos solteiros (70% deles estudam). Pode-se sugerir, a partir desses dados, que a dificuldade de continuar estudando aparece mais fortemente vinculada ao casamento e à chegada dos filhos do que à entrada no mercado de trabalho. Ou ainda, a hipótese de que o tipo de trabalho que se impõe como necessidade após o casamento e a chegada dos filhos é mais difícil de conciliar com o estudo.

A relação com o mundo do trabalho, no conjunto, supera a relação com a escola: três quartos dos jovens da mostra estão na PEA, trabalhando (36%) ou em busca de trabalho (8% procurando o primeiro emprego, 32% já desempregados) (ver Anexo, quadro 3). Assim como a condição de escolaridade, há uma grande variação com a idade. Entre os adolescentes, pode-se dizer que o universo se divide em dois com relação ao mercado de trabalho: 48% ainda não estão na PEA. Na faixa etária intermediária, a proporção dos que estão na PEA sobe para 81%; já para o grupo de 21 a 24 anos, é apenas uma minoria que se encontra ainda fora: 8%.

A diferença de gênero é menor, embora ainda significativa. É maior a proporção de homens (82%) que de mulheres (71%) na PEA, em todas as faixas etárias e, principalmente, o índice de desemprego entre elas é mais alto que entre os homens: enquanto para estes a porcentagem de desempregados (somando quem já trabalhou e está desempregado com os que ainda estão procurando o primeiro emprego) é 35%, para as mulheres é de 46%.

Surpreendentemente, não há grande variação na porcentagem de jovens que estão na PEA por faixa de renda familiar ou escolaridade. A porcentagem gira em torno de 80% em todas as faixas de renda, com um pequeno decréscimo nos extremos: 73% entre os mais pobres e 72% entre os mais ricos. Já com relação ao nível de escolaridade, é o contrário: nos extremos estão os maiores índices de jovens na PEA: 84% entre jovens com até a 4ª série do ensino fundamental, 82% entre os jovens com ensino superior. A grande diferença, na análise dessas duas variáveis, não parece estar na *disposição a integrar* o mercado de trabalho, mas na *possibilidade de encontrar* trabalho: o índice de desemprego é que aumenta na proporção

inversa à renda (cai de 47% nas duas primeiras faixas de renda para 27% na última). O mesmo em relação à escolaridade: somente entre os jovens com ensino superior é que a proporção de jovens trabalhando supera (quase dobra) a de desempregados ou procurando emprego: 54% trabalhando, 22% já desempregados e mais 6% procurando o primeiro emprego.

As condições de trabalho são, como já se sabe, no conjunto, bastante desfavoráveis para os jovens: quase um terço (31%) dos que trabalham o faz com carga horária de mais de oito horas por dia (ver Anexo, quadro 45); dois terços (63%) trabalham na informalidade (ver Anexo, quadro 44); 30% ganham um salário-mínimo ou menos por mês, e somente 11% têm remuneração acima de dois salários-mínimos. Mas a observação do cruzamento dessas condições com algumas das variáveis levantadas na pesquisa pode nos dar um quadro inicial do quanto a qualidade do trabalho encontrado também é profundamente desigual segundo as diferentes situações vividas pelos jovens.

A diferença de gênero e idade é forte, levando à verificação de que a situação entre os adolescentes trabalhadores é alarmante: quanto menor a idade, maior a informalidade (88% dos adolescentes que trabalham estão no mercado informal, independentemente de gênero) e menor a remuneração (45% dos adolescentes recebem remuneração de até meio salário-mínimo). As mulheres têm pior situação que os homens com relação à precariedade do trabalho, situação que se agrava com a idade, a partir dos 18 anos: enquanto 48% dos rapazes de 21 a 24 anos trabalham de modo informal, essa proporção sobe para 62% no caso das moças da mesma idade. A desigualdade entre gêneros se repete, em toda as faixas etárias, com relação à remuneração: enquanto 36% dos adolescentes que trabalham ganham até meio salário-mínimo por mês, essa proporção sobe para 59% no caso das adolescentes que trabalham.

Com relação à escolaridade e renda, fica evidente a reprodução das desigualdades: quanto o menor o nível de ambas, mais precárias as condições de trabalho. A informalidade nas relações de trabalho, que é de 33% entre os jovens trabalhadores com nível superior de ensino, sobe para 87% entre aqueles que têm escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental; atinge 85% dos jovens trabalhadores que pertencem a famílias com renda de até um salário-mínimo, enquanto é de 50% entre os de renda mais alta. A diferença na remuneração alcançada com o trabalho apresenta o mesmo

quadro: enquanto 83% dos jovens trabalhadores com menor nível de ensino e 78% dos jovens de famílias mais pobres ganham um salário-mínimo ou menos por mês, essa proporção cai para 13% entre os jovens com ensino superior e 16% entre os que pertencem às famílias com maior renda. A carga horária também dá uma indicação de como o tipo de trabalho pode ser diferenciado para os jovens: enquanto 41% daqueles que têm somente até a 4ª série do ensino fundamental trabalham mais de oito horas por dia, esta sobrecarga atinge 13% dos jovens trabalhadores com nível superior.

Essas observações nos permitem também levantar a sugestão de que a grande desigualdade social parece estar não tanto no fato de os jovens entrarem ou não no mundo do trabalho¹⁰, mas no tipo de relação com o trabalho, nas condições e qualidade do trabalho encontrado.

O que leva os jovens ao trabalho? Os dados da pesquisa não permitem responder com precisão, mas levantam questões. Evidentemente, as situações são tão diversas e desiguais quanto o é a estrutura econômica e social do país, mas, como já apontaram vários estudos (entre eles MADEIRA, 1996; SPINDEL, 1988), não parece seguro afirmar que é apenas a necessidade extrema de garantir a sobrevivência da família que leva os jovens ao mercado de trabalho: daqueles que não são chefes de família, poucos são os que dão todo o seu salário para a família (6%). A maior parcela contribui, mas retém parte do que ganha para uso pessoal. Cerca de 31% dos solteiros ganham só para si, situação que varia muito com a renda familiar: na faixa mais abastada, quase dobra a porcentagem (56%) em relação às duas primeiras faixas (24%).

Na questão que investiga os sentimentos em relação ao trabalho, podemos colher mais alguns elementos para este tema. Para 39% dos jovens, a palavra que mais se aproxima do que pensam sobre o trabalho é *necessidade*, mas houve índices significativos de escolha também para as outras três palavras propostas pelos pesquisadores (*independência*, 26%; *crescimento*, 22%; *autorrealização*, 11%); apenas *exploração* teve uma escolha residual (1%). Podemos fazer uma conta que nos revela uma inferência curiosa: há mais jovens escolhendo atributos positivos que negativos em relação ao trabalho,

¹⁰ Claro que a idade com que se entra no mercado de trabalho, se falamos de adolescentes, ou pior ainda, de crianças (de menos de 14 anos) continua sendo uma decorrência e um agravante das desigualdades.

o que parece coerente com uma valorização do trabalho como demanda que aparece ao longo de toda a pesquisa.

As variações não são muito grandes, mas a ideia do trabalho como necessidade cresce com a idade, talvez mesmo em razão dos encargos que aparecem para parcela dos que estão nessa faixa etária (com casamento e filhos). E cai conforme aumenta a renda familiar: na faixa de renda mais alta (mais de cinco salários-mínimos), o trabalho como fator de independência (29%) supera a citação de trabalho como necessidade (24%), o que reforça a tese de que a “qualidade” do trabalho encontrado varia muito com a classe social.

Quase universal é a preocupação com o desemprego: altíssima, para todos os grupos pesquisados. Três em quatro jovens se dizem *muito preocupados* com o desemprego, e mais de um quinto se diz *um pouco preocupado*. Existe uma pequena variação quanto à escolaridade (de 80% que se dizem *muito preocupados* entre os que têm até a 4ª série para 70% entre os que têm ensino superior); e menor variação ainda quanto à renda: 78% das faixas mais baixas de renda familiar se dizem *muito preocupados*, e 71% das faixas mais altas sentem o mesmo. Ou seja, se a necessidade e o tipo de trabalho variam de acordo com a situação social, o medo da sua falta atinge todos os setores. Pode-se dizer mesmo que aparece como uma forte marca geracional.

4. Lazer

As atividades de lazer e entretenimento ocupam parte considerável do tempo livre dos jovens. Inquiridos sobre a atividade com a qual mais se ocupam nos fins de semana, revelam a alta importância que conferem à circulação e desenvolvimento da sociabilidade ligada à diversão: em respostas espontâneas e únicas, 78% deles apontam atividades realizadas fora de casa, a maior parte (45%) de lazer e entretenimento. Além de serem as mais realizadas, estas atividades são, para a grande maioria, as mais valorizadas: quando perguntados sobre o que mais gostam de fazer no tempo livre, esta é a resposta de 78%. E ainda é possível verificar que nessa categoria reside a maior parte do desejo não atendido: 45% deles citam diferentes atividades de diversão, quando perguntados sobre o que nunca fizeram, mas gostariam de fazer. Os motivos pelos quais não fazem são diversos, mas o principal é a falta de dinheiro (para 41%) ao lado da falta de tempo (17%) e impedimentos colocados pelos pais (12%) (ver Anexo, quadro 86).

É necessário reparar que há variação, por idade, no que os jovens fazem no tempo livre, mas não no que gostam ou gostariam de fazer, se pudessem, o que pode revelar uma grande homogeneidade de aspirações ao lado de uma grande diversidade de condições. A variação etária é atravessada pela de gênero: entre os rapazes, são os mais velhos que fazem mais atividades de lazer e entretenimento fora de casa e, entre as mulheres, são as mais jovens.

É possível ver que o arco de sociabilidade também muda: as visitas que os adolescentes fazem são mais para os amigos, e os mais velhos visitam mais os parentes. Tal diferença também se faz notar por gênero: entre os homens, só os adolescentes fazem visitas; e entre as mulheres, quanto mais velhas, mais dedicação a visitas. Esses dados são congruentes com os encontrados na variação entre casados e solteiros, que indicam uma mudança substancial na relação com o tempo livre segundo a situação matrimonial: a frequência a atividades de lazer e a possibilidade de sociabilidade com amigos diminui muito depois do casamento. Este pode ser um dos fatores que fazem que a diversão apareça, na percepção social corrente, como tão fortemente característica da vivência juvenil.

Por fim, é importante assinalar que atividades de cultura só aparecem com maior relevância no quesito do que não fazem, mas gostariam de fazer, quando atingem 24% das respostas, principalmente por parte das mulheres. Tal dado mostra que este é um campo no qual há muito o que desenvolver para que a cultura venha a se constituir em um campo garantido para o exercício da vivência juvenil.

II - Ser jovem

Apesar das diferenças em relação às situações concretas de vida, há algumas semelhanças (surpreendentes) nas percepções e avaliações que os entrevistados fazem da sua vida como jovens, levando a perceber a vigência de noções amplamente partilhadas a respeito de certas dimensões da condição juvenil. Na grande maioria, têm uma avaliação positiva desta condição: 74% dizem que há mais coisas boas do que ruins em ser jovem (ver Anexo, quadro 17).

Há certas variações nesse grau de positividade, mas são variações pequenas, saindo pouco da média geral e em todos os grupos essa resposta é dada por mais de dois terços dos entrevistados. A positividade é maior para

os homens, assim como para os mais jovens; desse modo, o maior índice está com os adolescentes homens (82%) e o menos alto com as mulheres de 21 a 24 anos (68%). Em relação à renda familiar, o índice cresce um pouco na última faixa de renda (de 75% para 79%), assim como entre os que têm grau superior de ensino (de 74% para 81%); também é um pouco mais alto no meio rural (80%) que no urbano (72%). Quanto à situação de trabalho, é entre os desempregados que ocorre a menor proporção de avaliação positiva (69%), mas os que estão trabalhando respondem do mesmo modo que os que não estão na PEA: 77% afirmam que há mais coisas boas do que ruins em ser jovem, o que parece reforçar a percepção de que, hoje, é mais a falta de inserção pelo trabalho do que o fato de estar trabalhando o que mina a sensação de viver a juventude.

Tal positividade também pode ser vista nas respostas relativas ao grau de satisfação com uma série de itens da sua vida: os jovens, na grande maioria, estão satisfeitos com sua saúde e aparência física, sua capacidade de tomar decisões, sua família, suas amizades, suas relações afetivas (um pouco menos que com as amizades), com o modo como usam o tempo livre e mesmo com as condições materiais de sua vida – com a casa e bairro em que moram e com a educação escolar que recebem. Só a satisfação quanto à possibilidade de trabalho é que divide os jovens: enquanto 50% se dizem satisfeitos, 49% se declaram pouco (24%) ou nada (25%) satisfeitos (ver Anexo, quadro 93).

Mas o que é, na avaliação dos jovens, o melhor dessa condição? As respostas, espontâneas e múltiplas¹¹, não indicam um só componente, mas um elenco variado de sentidos. Podemos dizer, no entanto, que as respostas mais recorrentes indicam dois grandes blocos de conteúdos: por um lado, a menor carga de responsabilidades, principalmente aquelas referentes à manutenção e aos cuidados com a família, consequência do casamento e chegada de filhos; de outro, a possibilidade de viver com mais alegria, de se divertir, sair, passear etc.

O primeiro elemento (classificado pelos tabuladores como *não ter preocupações/responsabilidades/compromissos*, conjunto no qual foi incluído “namorar sem compromissos/ter muitos namorados”) foi citado por 45% dos jovens

¹¹ A pergunta foi: “Quais são as melhores coisas de ser jovem?”.

como estando entre as melhores coisas de ser jovem (ver Anexo, quadro 18). É interessante notar que os mais jovens, em maior proporção que os mais velhos, aludem a esse fator: 50% e 48% nos dois primeiros grupos etários, e 39% no terceiro. Há também uma diferença de gênero: mais homens que mulheres dão esta resposta (48% e 43%, respectivamente). A citação a esse elemento cresce com o nível de escolaridade, chegando a 55% entre os jovens com nível superior de ensino. Ou seja, a valorização do adiamento das responsabilidades parece ser mais forte justamente nos grupos onde há menor incidência de jovens que já têm, de fato, tais encargos.

Aproveitar a vida/ viver com alegria é citado por 40% do total da amostra, mas é importante ressaltar que a principal categoria que compõe esse bloco, “curtir/ se divertir/brincar” é aquela citada, isoladamente, pelo maior número de jovens (39%), o que indica a força desse elemento (o aproveitamento prazeroso do lado lúdico da vida) na valorização da condição juvenil. Com sentido semelhante a este, no bloco anterior aparece também de citação de atividades de *lazer e entretenimento*, alcançando 26% de respostas. Aqui há mais respostas de homens (30%) que de mulheres (22%), puxadas sobretudo pela alusão a atividades de *esporte*, que são apenas residualmente citadas pelas moças (2%).

Poder estudar ou só se dedicar ao estudo é citado por 26% dos jovens, um pouco mais pelos adolescentes e pelas mulheres, e cresce com a escolaridade, chegando a 38% entre os jovens com formação universitária. Tal peso relativamente pequeno pode indicar aquela perda de centralidade do estudo na condição juvenil.

Já ter *liberdade* (citado por 22%) é mais valorizado pelos mais velhos, sobretudo os homens: 33% dos rapazes com mais de 20 anos formula desse modo o que é melhor de ser jovem, ante 14% das moças adolescentes, indicando a diferença existente entre o grau de autonomia vigente por idade e gênero. A citação desse elemento também é maior entre quem está na PEA (24%) do que entre quem não está (15%), o que tem relação com a maior idade de quem está na PEA, mas também com a mobilidade que é conquistada pelos jovens que começam a trabalhar, em razão tanto do maior “respeito” conferido pela família quanto do dinheiro sobre o qual podem decidir como gastar¹².

¹² Vários trabalhos mostram essa relação, como os estudos de MADEIRA, SPINDEL etc.

Talvez por conta de relações como essa que citamos acima, o trabalho, para 16% da amostra, apareça como elemento positivo da condição juvenil, expresso em frases como “poder trabalhar”, “trabalhar muito”, ou “ter mais facilidade ou oportunidade de conseguir trabalho”. É sobretudo no terceiro grupo etário (de 21 a 24 anos) que ocorrem estas respostas (somando 25%, um pouco mais entre os homens)¹³.

As *amizades* (ter amigos, e sair/se divertir com eles) estão entre as melhores coisas de ser jovem para 14% dos entrevistados. *Saúde*, citado por 13%, é o último elemento, com mais de 10% de respostas; os outros são *família* (5%), *lutar por seus objetivos* (2%), *religião* (1%), *independência financeira* (1%).

Já entre as *piores coisas* de ser jovem estão, com índices de citação muito semelhantes¹⁴, *conviver com riscos* (23% da amostra), *falta de liberdade* (22%) e *falta de trabalho e/ou renda* (20%); os outros agrupamentos são *imaturidade/irresponsabilidade* (juntando frases como “não ter experiência”, “não enxergar os perigos da vida”, “fazer as coisas sem pensar”), com 9%, e *desrespeito/incompreensão* (juntando ideias referentes à falta de compreensão, confiança e respeito de adultos pelos jovens), com 5% (ver Anexo, quadro 19).

A convivência com riscos diz respeito sobretudo às drogas (17% citam este elemento) e, em segundo plano, à violência e más companhias (9% e 7%, respectivamente), e preocupa mais os homens e os mais velhos: é resposta dada por 25% dos rapazes de 21 a 24 anos, ante 12% das adolescentes moças. São questões mais presentes (25%) no meio urbano que no campo (17%). Já a falta de liberdade (com o sentido principal de controle familiar) é queixa sobretudo das mulheres (27% delas dão essa resposta, enquanto 16% dos homens fazem o mesmo), e dos adolescentes (32% do grupo etário de 15 a 17 anos, ante 15% do de 21 a 24 anos), o que pode ser bem coerente com a situação de maior controle que é de fato vivida por esses grupos.

¹³ De forma oposta aparecem, classificadas junto ao primeiro bloco (“não ter responsabilidades”), frases referentes a não ter obrigações com o trabalho, citadas por 6% da mostra, ou seja, numa proporção bem menor do que aqueles que dão um conteúdo positivo ao trabalho como parte da condição juvenil. Interessante notar que a valorização do adiantamento com os encargos do trabalho é maior entre os adolescentes (9% deles dão esta resposta) que entre os do grupo de 21 a 24 anos (apenas 3%). De qualquer modo, não deixa de ser surpreendente que o trabalho apareça mais como o bom do que o ruim da condição juvenil.

¹⁴ Em repostas espontâneas e múltiplas.

A falta de trabalho como o pior da condição juvenil é citada principalmente pelos jovens, homens e mulheres, que estão no grupo etário intermediário, entre 18 e 20 anos de idade: 25% deles fazem essa avaliação, ao lado de 16% dos adolescentes. Vemos pelas categorias internas que tal avaliação é feita sobretudo pela referência à falta de experiência para conseguir trabalho.

Há ainda 26% dos jovens que dizem que não há nada de ruim, reforçando a noção da alta positividade que os jovens conferem à condição juvenil.

As respostas (também espontâneas e múltiplas) apontando os *limites da condição juvenil*¹⁵ aparecem em concordância sobretudo com um dos blocos da definição do que é bom em ser jovem: a juventude acaba principalmente quando chega a maturidade e se assumem responsabilidades (citado por 32%), quando se constitui família, se casa e tem filhos (citado por mais 31%) (ver Anexo, quadro 26). A noção de que o fim da juventude é marcado pela assunção de responsabilidades é mais forte entre os mais moços, entre os homens e entre solteiros. Já a de que é quando chega o casamento e os filhos é resposta dada mais entre as mulheres que os homens. Aproveitar a vida aparece para 14% dos entrevistados como constitutiva da juventude (respondendo que a juventude acaba quando se perde a alegria de viver). Começar a trabalhar é citado como fator negador da juventude por 12%, mesma porcentagem daqueles que citam limites etários e dos que respondem que nunca se deixa de ser jovem. A independência financeira é citada apenas por 5%.

Parece que a ideia da responsabilidade com filhos ocorre mais fortemente como definidor do que *é juventude* (pelo negativo, uma vez que, chegando tais responsabilidades, tal condição acaba), enquanto o aproveitar a vida é o que há de *melhor na juventude*.

1. Independência dos pais e importância da família

Apesar de a falta de liberdade ser um dos itens que aparecem como uma das piores coisas de ser jovem (citado por 22%), principalmente o controle dos pais (citado por 15%), poucos jovens que ainda moram com os pais têm perspectiva ou mesmo desejo de sair já da casa paterna. Perguntados se sairiam

¹⁵ A questão foi formulada da seguinte maneira: "Na sua opinião, quando é que uma pessoa deixa de ser jovem?".

já¹⁶, 17% dos solteiros respondem que sim, 40% que esperariam mais um tempo e 43% não têm perspectiva de sair (ver Anexo, quadro 16).

O desejo de autonomia cresce um pouco com a idade (é de 11% entre os adolescentes e de 22% entre os que têm de 21 a 24 anos) e com a escolaridade: a declaração de não ter planos de sair da casa dos pais cai de 50% entre os entrevistados com até nível fundamental de escolaridade para 24% entre os jovens com ensino superior.

Isso parece confirmar tendência de prolongamento da relação de dependência da estrutura dos pais, bastante explorado nos estudos recentes sobre a transição para a vida adulta. Uma das razões desse prolongamento, segundo alguns autores (ver por exemplo, SPOSITO e CARRANO, 2003), se relaciona às dificuldades financeiras para montar nova unidade doméstica; talvez seja esta a razão pela qual o desejo de sair da casa dos pais cresça conforme aumentam a escolaridade e a renda. Mesmo que a pergunta feita na pesquisa tenha buscado desvincular o desejo da possibilidade real imediata, talvez os jovens não consigam vislumbrar a chance de alcançar a independência, principalmente aqueles para quem ela parece mesmo mais distante; outra explicação pode ser o desejo de prolongar a condição juvenil, uma vez que ela pode ser vivida com maiores dimensões de realização ainda na condição de dependência dos pais, ou de adiar a transição, de modo que ela nem se configure como plano.

No entanto, podemos estar mesmo falando de um novo modelo cultural de transição para a idade adulta, em que (inclusive pelas razões econômicas) o fim da juventude não implica independência financeira dos pais: este fator aparece somente para 15% dos entrevistados como indicando o término da juventude (ver, por exemplo, CAMARANO, 2004).

Por outro lado, apesar das queixas sobre o controle dos pais e a falta de liberdade, e de jovens que citam a família como espaço de experiências de humilhação e violência, a família aparece como uma instância fundamental para a vida da grande maioria: como estrutura central para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, como referência ética e comportamental e para o próprio processo de amadurecimento.

¹⁶ A pergunta foi formulada da seguinte maneira: "Se pudesse decidir agora, sem se preocupar com qualquer coisa, você mudaria já, para morar sem seus pais (ou responsáveis), esperaria mais um pouco ou você não tem planos de morar sem seus pais?".

A família é a instituição em que os jovens mais confiam, dentre todos os itens pesquisados: 98% dizem que confiam, 83% totalmente (ver Anexo, quadro 69). Perguntados sobre qual fator é mais importante para seu amadurecimento, 72% da amostra citou a família, com frases focadas no apoio e orientação para o enfrentamento das questões com que se defrontam na vida. Outras instâncias, como escola, rua, trabalho e igreja, são citadas em escala bem menor (respectivamente, 13%, 7%, 5% e 3%) (ver Anexo, quadro 37). Importante relatar que essa atribuição de importância à família atravessa todos os grupos juvenis, consideradas todas as variáveis da pesquisa. E, dentro da família, a figura fundamental é a da mãe: para 59% dos jovens, a mãe é a pessoa a quem eles dão mais atenção no que diz (o pai é citado por 15%, e o esposo/a por 6%) (ver Anexo, quadro 36).

III – Demandas e direitos emergentes da condição juvenil

Que tipo de interesses, preocupações e demandas os jovens elaboram a partir dessas vivências concretas e interpretações simbólicas da condição juvenil? Algumas questões da pesquisa podem ajudar a construir pistas neste sentido, assim como sobre conexões que podem ser estabelecidas entre estes interesses e as percepções a respeito dos direitos e das políticas públicas. Evidentemente, contudo, podemos aqui apenas levantar questões para serem investigadas com outros instrumentos, novas análises e, principalmente, muito debate, para que se possa chegar a conclusões mais consistentes, que possam orientar definições políticas. Nesse sentido, é fundamental, por um lado, relacionar essas pistas com demandas que têm sido expressas publicamente por sujeitos e atores juvenis nos mais diversos tipos de espaço público (entre entidades e representantes de movimentos estudantis, grupos e movimentos culturais, juventudes partidárias, setores juvenis de movimentos sociais e sindicais, jovens engajados em ONGs e movimentos de solidariedade etc.). Por outro, confrontar as diferentes demandas dos jovens com aquelas que estão sendo enunciadas e incorporadas nos diagnósticos e agendas que orientam a formulação das políticas de juventude, para verificar os encontros e desencontros entre os distintos focos de tal formulação, não para autorizar ou desautorizar uns e outros em razão de uma legitimidade única de um desses sujeitos demandantes, mas para clarear as diferenças e

convergências e verificar os campos possíveis de expressão e representação das questões juvenis, e as pautas a serem construídas.

1. Assuntos que interessam e problemas que mais preocupam

Educação e emprego aparecem praticamente empatados na lista de assuntos que interessam aos jovens, cada um deles citado espontaneamente por mais de um terço da mostra: 38% e 37%, respectivamente, em respostas espontâneas e múltiplas. Em terceiro lugar, vem *cultura e lazer*, citados por mais 27%. Depois disso vêm ainda *esportes* (21%), *relações amorosas* (20%), *família* (16%), *saúde* (13%), *segurança e violência* (10%) e outros temas com menos de 10% de citações (ver Anexo, quadro 21).

Segurança e violência, por um lado, e *emprego/profissões*, por outro, são os *problemas* que, com índices muito próximos de escolha, mais *preocupam* os jovens (citados respectivamente por 55% e 52%, em respostas também espontâneas e múltiplas – ver Anexo, quadro 20). A preocupação com questões de *violência e segurança* é bem generalizada e não apresenta diferenças significativas por idade ou gênero, mas é importante dizer que sobre com a escolaridade: a porcentagem dos que citam este item entre os que têm ensino superior é o dobro daquela dos que não completaram o ensino fundamental – 64% a 32%. A preocupação com *drogas* vem em terceiro lugar (citado por 24%), sem quase diferenciação, e *educação* em quarto, junto com *saúde*, ambas com 17%.

É possível dizer, então, que *educação* interessa bastante, mas não preocupa muito, o que parece congruente com as respostas que avaliam positivamente a escola, no sentido de que parece um campo assegurado, pelo menos como possibilidade¹⁷. Já *emprego* interessa e preocupa ao mesmo tempo, o que pode indicar que *trabalho*, mais que *educação*, aparece como ponto crítico para esta geração de jovens.

Vale a pena assinalar que os temas de interesse e preocupação seguem quase as mesmas variações observadas nas respostas relativas ao que é valorizado e sentido como dificuldade na vivência juvenil (visto no item anterior, sobre o que é melhor e pior em ser jovem).

¹⁷ Cabe aqui perguntar por que os tão evidentes e denunciados problemas de qualidade e acesso do ensino nos graus superiores não se traduzem como preocupação para esses jovens.

Educação interessa mais aos adolescentes (45% dos jovens entre 15 e 17 anos, ante 32% dos que têm mais de 20 anos) e mais às mulheres que homens (42% a 34%, respectivamente). O interesse por educação também cresce muito com o nível de escolaridade: sobe de 20% entre os menos escolarizados – com até a 4ª série do ensino fundamental – para 44% entre os jovens que têm nível superior de ensino. Pode-se inferir que educação é tema principal para quem vive a condição estudantil, ou para aqueles que investiram mais tempo nela: os adolescentes e os com maior escolaridade.

Já *emprego* interessa mais aos mais velhos, e mais aos homens que às mulheres. O interesse e a preocupação com *emprego*, contudo, não varia tanto com escolaridade, mas sim com renda: a preocupação com este tema cai de 57% na faixa de renda familiar mais baixa para 35% na faixa mais alta. Uma possibilidade de interpretação é a de que os jovens das famílias mais ricas estão menos voltados a este tema; outra é a de que os recursos percebidos como necessários à garantia de trabalho vão além da escolaridade alcançada, não funcionando, portanto, como fator de eliminação da preocupação.

O interesse por *cultura e lazer* não apresenta diferenças muito significativas entre os gêneros, mas é possível ver que fala mais aos adolescentes (34% deles citam este item, ante 22% dos que têm entre 21 e 24 anos), e cresce um pouco com a escolaridade: é citado por 24% entre os que têm menor escolaridade e por 33% entre os que têm nível superior.

Esporte recebe 21% de citações, mas praticamente só interessa aos homens (entre eles, é o segundo assunto de interesse, citado por 36%, depois de emprego); já para as mulheres, é o último assunto, citado por apenas 5%, abaixo de *sexualidade* (8%) e *governo e política* (6%).

2. Discutir com quem

Uma das questões mais interessantes da pesquisa, pois permite enxergar de uma maneira mais complexa os interesses dos jovens, para além da primeira declaração, é a que examina que assuntos os jovens gostariam de discutir em três distintos âmbitos: com os pais, com os amigos e com a sociedade. A análise das respostas nos indica que os jovens fazem claras distinções entre os âmbitos que consideram apropriados para serem discutidos os diferentes temas

De modo geral, pode-se dizer que são para serem discutidos com os *pais* assuntos da conduta e do futuro pessoal: *educação*, em primeiro lugar

(61% das citações, em respostas múltiplas), *drogas* em segundo (52%) e *ética e moral* em terceiro (32%) na primeira bateria¹⁸; na segunda bateria, *futuro profissional* (68%), *violência* (53%) e *religião* (43%) (ver Anexo, quadro 23).

Para serem discutidos com amigos, assuntos da vivência propriamente juvenil, relacionados às experimentações, descobertas, diversões e os riscos nelas envolvidos: *drogas* (46%), *sexualidade* (45%) e *esportes* (43%) na primeira bateria; na segunda, *relacionamentos amorosos* (51%), *violência* (50%) e *futuro profissional* (47%) (ver Anexo, quadro 24).

Para discutir publicamente, com a *sociedade*, temas que têm uma dimensão social ou política: *educação* (50%), *desigualdade social e pobreza* (45%) e *drogas* (42%), com a qual vem quase empatada *política* (41%); na segunda bateria, *violência* (63%), *cidadania e direitos humanos* (58%) e *globalização* (44%) (ver Anexo, quadro 25).

Essa diferenciação de âmbitos pode nos ajudar a questionar análises muito difundidas sobre o acentuado individualismo desta geração de jovens, por estar mais voltada para assuntos da vida pessoal do que para os da vida social. Talvez seja necessário levar em conta a complexidade das dimensões da vida dos jovens, seus lugares de vivência e espaços de desenvolvimento de suas experiências e referências, para se aproximar de uma visão mais abrangente de seus valores e posturas.

É interessante perceber que *drogas* e *violência* estão entre os três primeiros assuntos nos três distintos âmbitos, mostrando o peso com que esses dois elementos se fazem presentes na vida dos jovens: na relação com amigos, como elemento de diversão ou de apreensão; na busca de orientação e negociação de sua própria conduta – ou busca de resguardo – com os pais; e como tema de resolução pública. Talvez por isso sejam temas que assumem tanta relevância entre os jovens, justamente porque acionam e permitem conectar múltiplas esferas de suas vivências e preocupações.

3. Fatores importantes para a vida

Outra questão da pesquisa que permite fazer inferências de como os jovens avaliam de forma distinta os âmbitos públicos e privados vinculados

¹⁸ Foram apresentadas duas baterias de itens distintos, para amostras diferentes. Em nenhuma das duas havia itens relacionados a emprego ou trabalho.

às suas vidas é aquela que pergunta ao jovem sobre quais os fatores mais importantes para ele em três diferentes dimensões: para a vida como jovem, para melhorar de vida e para a garantia dos direitos.

Para *a vida como jovem*, o fator que recebe maior número de respostas (resposta única), de quase metade dos jovens pesquisados (48%), é o apoio da família. Já para *melhorar de vida*, a resposta dada por um contingente quase igual (44%) é o esforço pessoal; e para a *garantia dos direitos*, o fator que aparece com mais respostas é políticas de governo (com 30%) (ver Anexo, quadro 35). É interessante reparar aqui que a ideia de melhorar de vida, que depende do esforço individual, se separa nitidamente da garantia dos direitos, que remete ao plano da política. Isto pode querer dizer que uma parcela significativa dos jovens tem uma percepção de que direito é coisa distinta de vantagem ou de benefício pessoal. A resposta do apoio da família como fator importante para a vida como jovem reforça a análise feita anteriormente sobre a noção de que a vivência juvenil se desenvolve sobre a estrutura de apoio familiar.

Não há diferenças muito significativas na análise das faixas etárias. Cabe assinalar, porém, que o apoio dos amigos ou o pertencimento a grupos de jovens é sempre mais citado por adolescentes que pelos que já estão com cerca de 20 anos, assim como é nesta faixa etária que ganha alguma significação, nas respostas múltiplas, o papel dos grupos de jovens na garantia dos direitos. Por outro lado, a compreensão da importância das políticas de governo para a garantia dos direitos cresce com idade (de 28% a 34%) e escolaridade.

4. Direitos

É possível sugerir que a ideia de direitos está bastante presente para esta geração: na resposta à pergunta “quando se ouve falar de cidadania, o que você pensa?”, a maior parte dos jovens (37%, considerada apenas a primeira resposta dada, e 53%, consideradas todas as respostas) cita diferentes direitos; uma segunda parcela (27% na resposta única, 34% na múltipla) pensa em questões relativas à postura ou atitudes de cidadãos (ver Anexo, quadro 75).

E quais são os direitos que os jovens consideram mais importantes? A resposta espontânea (e considerada apenas uma resposta) indica que a maior parte dos jovens (50%) aponta direitos individuais, sendo que o mais citado

é liberdade (25%), seguido de igualdade (14%). Em segundo lugar, somando 43% das respostas, direitos sociais, dos quais o primeiro é emprego (15%), o segundo, educação (12%) e o terceiro, saúde (6%). Direitos políticos são citados por apenas 5% (ver Anexo, quadro 76).

No entanto, quando perguntados sobre qual o direito mais importante *para os jovens*, as respostas incidiram mais sobre direitos sociais (58%) que individuais (29%). E dentre os direitos sociais, ressalta o direito à educação (35%); em segundo lugar emprego (15%), em terceiro lazer (4%) e saúde (3%).

Portanto, pode-se dizer que os jovens estão antenados com seu tempo histórico, em que muito do debate político e das mobilizações sociais e disputas se produzem em torno dos direitos sociais, ameaçados de diferentes modos pelas transformações desencadeadas na esfera da economia e da política nos últimos anos.

Mas também foi perguntado aos jovens que direitos achavam que deveriam ser criados para eles¹⁹: e nesse caso o mais citado foi o direito ao trabalho e ao emprego, por 27% dos entrevistados, na resposta única; educação vem em segundo, com 21% das citações (ver Anexo, quadro 77). Uma possibilidade de interpretação dessas respostas é a seguinte: na pergunta anterior, sobre qual o direito mais importante para os jovens, aparece com maior força um direito (a educação) que já está, de alguma forma, consolidado (pelo menos “no papel”) e, nesse sentido, é o direito mais importante existente para os jovens; nesta segunda resposta aparece com mais força um tema (trabalho) ainda não legitimado, nem mesmo enunciado para os jovens como direito.

Cabe assinalar que cultura e lazer, dimensão valorizada da condição juvenil, assunto de bastante interesse e campo de desejo dos jovens, não aparece como tema de direito, o que pode refletir sua desvalorização social geral como assunto de resolução pública. Importante assinalar aqui, contudo, que este tem sido um dos temas a partir do qual muitos dos grupos e movimentos juvenis têm formulado demandas à sociedade e ao poder público e, inclusive, em torno do qual têm sido oferecidos programas e políticas.

¹⁹ A pergunta foi: “Se você pudesse criar novos direitos para os jovens, direitos que não existissem no papel, que direitos você criaria? Que direitos você acha que os jovens não têm, mas deveriam ter?”.

IV - Alinhavos e considerações

Na busca de fazer um alinhavo das informações recolhidas neste artigo, podemos ressaltar que a juventude é vivida centralmente no seio da família de origem, contando com sua estrutura (material e afetiva). Estudo, trabalho e diversão são elementos fortemente presentes para o conjunto dos jovens, com grandes variações na forma, grau e qualidade com que são vividos, segundo as desigualdades de idade, gênero e classe. Mas nenhum destes elementos aparece como exclusivo ou ausente, em qualquer dos recortes considerados.

Se temos a intenção de pensar em políticas públicas, é preciso lembrar que a multiplicidade de espaços da vivência juvenil (além de outros, como sexualidade, cultura etc.) implica a necessidade de ações em diversas áreas, articuladas, numa perspectiva da visão integral do sujeito a que se destinam.

Por outro lado, é preciso pensar em opções (ou modalidades) dessas políticas, para atender às distintas situações e trajetórias pelas quais os jovens, concretamente, vivem os processos referentes a esta etapa, como uma maneira talvez mais eficaz de perseguir a concretização de direitos universais, pelo atendimento diferenciado de necessidades desiguais.

Uma das diferenças a ser considerada é a que existe entre adolescentes e os jovens propriamente ditos. Entre os primeiros, o estudo aparece como atividade dominante, presente para a quase-totalidade deles – a grande questão aqui, principalmente para os pertencentes às famílias de renda mais baixa, é a da qualidade do ensino recebido, a do ritmo e sentido da formação e do acesso aos níveis superiores de ensino. O trabalho, como atividade ou como aspiração, é uma realidade para metade deste grupo etário, mas normalmente em condições terrivelmente precárias, o que reforça a preocupação existente com o dano que tal experiência pode causar no desenvolvimento e trajetória futura dos jovens que assim vivem esta experiência. A diversão, principalmente a realizada com amigos, é atividade central do tempo livre, mas muitos sofrem as limitações de acesso e possibilidade de escolhas para gozar uma amplitude e qualidade maior neste campo, por falta de dinheiro, de equipamentos, por controle dos pais.

Entre os jovens com mais de 20 anos, é o trabalho que ocupa a maior parcela (mais de 90%, se somados os que estão trabalhando com os que estão em busca de trabalho), enquanto o estudo é usufruído por cerca de metade do

grupo etário. O trabalho, portanto, já não aparece como exógeno, resíduo ou projeto futuro; o desemprego é que se coloca como drama. O tema, aqui, deveria ser o do tipo de trabalho realizado, a qualidade de suas condições, o sentido e a capacidade de realização e crescimento que caracteriza o trabalho encontrado; e as possibilidades de conciliá-lo com as outras dimensões de sua vida.

Pode ser importante levar em conta essa questão no debate sobre as políticas, que muitas vezes fica polarizado nos termos de apoiar ou retardar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho; talvez falte uma discussão sobre que tipo de trabalho (em que condições, com qual jornada, com que perspectiva de formação e carreira) o trabalho deve ser combatido ou estimulado.

Quanto ao estudo, muitas vezes interrompido em graus muito baixos de qualificação, a questão central parece ser a de possibilitar uma retomada que possa ser conciliada com as outras esferas em que o jovem já vive a sua vida, e que venha a fazer sentido na sua trajetória. Também não se pode esquecer que a presença significativa de casados e/ou com filhos, principalmente as moças, neste grupo etário, coloca a necessidade de pensar ações e modalidades diferenciadas que contemplem esse tipo de situação.

Embora não haja um conteúdo único da compreensão do que é ser jovem, pode-se destacar um sentido geral que podemos dizer compartilhado por esta geração: um período da vida em que se tem menor responsabilidade que os adultos, principalmente por não se ter ainda formado nova família (não ter casado e não ter filhos), e menor carga (não ausência) de encargos financeiros (do que é necessário para manter uma família).

Poder viver de uma maneira alegre e com muito espaço para diversão é outro traço fundamental, e muito valorizado, desta condição: as dimensões de aproveitamento da vida aparecem com mais força do que aquelas relativas à preparação para o futuro. Estudar, ou poder só estudar, é citado por apenas parcela da mostra e mais fortemente entre aqueles que estão estudando. Talvez porque, também, os sentimentos em relação ao futuro sejam muito ambíguos, sobressaindo dúvidas e riscos, engendrando posturas divididas entre um investimento e cuidado com o futuro e o aproveitamento imediato da vida. A entrada no mercado de trabalho não aparece, para a grande maioria dos jovens, como corrosiva desta “moratória”; o trabalho não aparece como elemento negador desta experiência, mas ao contrário, para muitos deles, como constitutivo deste conjunto.

Neste sentido, podemos dizer que a “moratória” juvenil hoje tem menos o sentido de “suspensão” e “espera” para poder realizar melhor as coisas no futuro, quando forem adultos; e mais a noção de uma possibilidade de vivência e experimentação diferenciada (uma vivência em todas as esferas do mundo adulto, mas de maneira singular, não igual ao dos adultos): sexualidade, estudo, trabalho, diversão, mas com menos compromissos e encargos do que quando se casa e tem filhos, com vínculos menos definitivos (como namorar sem compromissos), com mais alegria e liberdade, em função do maior vigor e disponibilidade para a experimentação e menor número de constrangimentos.

Disso decorre que as políticas para jovens devem ser capazes de abordar esta singularidade do modo de inserção, menos do que supor a suspensão ou adiamento destas esferas. E também, que não basta pensar na dimensão da formação, mas também nas da experimentação, da iniciação, da realização, da participação.

A alta positividade com que valorizam a sua vida como jovens, apesar das diferentes situações e de todos os fatores de dificuldades econômicas e de perspectivas, pode nos levar a arriscar a ideia que a própria possibilidade de estar vivendo a juventude aparece como uma experiência positiva, talvez como uma conquista histórica desta geração. Cabe perguntar se isso pode estar fornecendo uma base para a construção de uma identidade etária/geracional frente a outros segmentos sociais (surgirão demandas, bandeiras, movimentos gerais da juventude?); ou para a afirmação de uma singularidade no interior de outras identidades (como classe, gênero, etnia, fazendo aparecer demandas relacionadas ao cruzamento destas identidades com a geracional?).

Nas respostas sobre direitos, quase não se verificam diferenças quanto às faixas etárias, a não ser na questão de quais direitos deveriam ser criados para os jovens: os que estão acima dos 20 anos citam em maior proporção direitos sociais (50% a 39%), enquanto está entre os adolescentes a maior taxa dos que citam direitos individuais (28% a 18%), principalmente liberdade (13% a 5%). O que parece corroborar a ideia de que tais demandas expressam significações decorrentes de momentos distintos da vivência juvenil: na adolescência, o crucial parece ser mesmo a possibilidade de viver experiências formativas num arco de menor exposição a riscos, ao lado da relativa conquista da autonomia do controle dos pais para viver estas mesmas experiências, onde as questões relativas ao desenvolvimento

pessoal assumem relevância primordial; na etapa seguinte da vida juvenil, o crucial são as questões emergentes da busca de inserção na vida social, onde as experimentações estão ligadas ao uso e exercício de uma série de atividades, que remetem ao plano das políticas sociais.

Talvez por isso mesmo a juventude, mais que a adolescência, se tenha tornado hoje um termo-chave, uma vez que as suas questões tocam em temas que são centrais nesta conjuntura histórica. A sua demanda principal é de inserção, numa sociedade que vive profundamente os problemas da exclusão, numa estrutura socioeconômica em que “não cabem todos”. Por isso também o tema do trabalho surge com tanta força e dramaticidade, ao lado do da violência. A inclusão ainda é processada fundamentalmente pela possibilidade de exercer trabalho remunerado e a sua escassez e fragilidade acentuam o seu peso e importância. As dificuldades e demandas dos jovens neste campo revelam, assim, as dificuldades estruturais da sociedade. Talvez seja isso que explique por que a juventude volta a se tornar um problema político. Como já apontou Maria Alice Foracchi (1971), quando a crise da juventude se encontra com a crise social, ela emerge como categoria que condensa o debate sobre os rumos da sociedade.

Referências bibliográficas

- ABAD, Miguel (2003). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil en Colombia. DAVILA, O. (ed.) *Políticas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar, CIDPA.
- ABRAMO, Helena (1994). *Cenas Juvenis*. São Paulo, Scritta.
- _____. (1997). A tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5-6. São Paulo, ANPED.
- _____. (2003). Juventude. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: avanços e desafios*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.
- BOURDIEU, Pierre (1983). A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- CALAZANS, Gabriela (2000). *O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência: uma produção ideológica?* Dissertação de mestrado em psicologia social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.
- CALLIGARIS, Contardo (2000). *A Adolescência*. São Paulo, Publifolha – Coleção Folha Explica.

- CAMARANO, Ana Amélia *et al.* (2003). *A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios*. Rio de Janeiro, IPEA – Conjuntura e Análise, nº 21.
- ERIKSON, Erik (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FORACCHI, Marialice (1971). *A Juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira.
- FRIGOTO, Gaudêncio (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.
- HALL, Stuart e JEFFERSON, Tony (1976). *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Postwar Britain*. London, Hutchinson and Co., CCCS, University of Birmingham.
- KEHL, Maria Rita (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.) (1995). *História dos jovens*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MADEIRA, Felicia (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, nº 58. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, agosto.
- MARGULIS, Mario e URRESTI, M. (1998). La juventud es mas que una palabra. In Margulis, M. *La juventud es mas que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Ayres, Biblos.
- MORIN, Edgar (1986). *Culturas de massa no século XX*. Rio de Janeiro, Forense.
- NOVAES, Regina (2002). *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*. Comunicações do ISER, nº 57, ano 21.
- PAIS, José Machado (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise sociológica*, v. 25.
- PROJETO JUVENTUDE. Instituto Cidadania, 2004.
- POCHMANN, Marcio (2004). Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.
- RUA, Maria das Graças (1997). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD.
- SPINDEL, Cheywa (1988). *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo, Brasiliense.
- SPOSITO, Marília (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo, Ação Educativa.

SPOSITO e CARRANO, Paulo (2003). Juventude e políticas no Brasil. Davila, O. (ed.)

Políticas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar, CIDPA.

TELLES, Vera da Silva (1996). As novas faces da cidadania: uma introdução. In: Novas faces da cidadania: identidades políticas e estratégias culturais.

Cadernos de Pesquisa, CEBRAP.

Brasil: jovens de norte a sul

Antonio Lassance

Cientista político e especialista em políticas
públicas pela Universidade de Brasília.

Que jovem é esse?

O objetivo deste texto é enxergar e compreender os jovens brasileiros. A principal pergunta é: até que ponto existe mesmo um jovem brasileiro, nacional, cuja proximidade, de norte a sul, de leste a oeste, seja maior que as imensas distâncias do território?

A temática regional é um assunto recorrente na discussão da identidade nacional. Os contrastes que marcam nosso território pareceram, por muito tempo, determinar o perfil e o caráter das populações regionais. Quando Euclides da Cunha dizia n’*Os sertões* que o *sertanejo* era antes de tudo um forte, que não tinha “o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”, estampava a seu modo uma visão bastante comum, em que ao regional se atribuíam características muito fortes, capazes de esculpir vincos profundos.

Sendo o Brasil um país de contrastes e desigualdades que se sobrepõem, é relevante analisar até que ponto o regional particularizaria o jovem a ponto de podermos falar em um jovem nordestino, sulista e assim por diante.

Faremos esta análise, sobretudo com base na pesquisa desenvolvida pelo Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, complementada com alguns dados de perfil socioeconômico e educacional de órgãos oficiais.

Os dados assim agregados podem nos informar, por exemplo, como a presença demográfica do jovem varia regionalmente e se algumas variáveis sobre sua condição de vida são significativamente díspares. Pela pesquisa do Projeto Juventude, podemos ir além e verificar se a auto imagem, as opiniões, a compreensão de seus problemas e as estratégias desses jovens variam significativamente por região.

As diferenças, se relevantes, deveriam motivar flexões apropriadas das políticas públicas para se adaptar às peculiaridades regionais. Ou, do contrário, deveriam fortalecer a perspectiva de políticas nacionais que fossem a base, enquanto as adaptações regionais seriam o complemento. Pode-se ainda supor que as particularidades se escondam em outro horizonte. Quem sabe, em vez da escala regional, não estariam nas assimetrias existentes entre capitais, grandes cidades e regiões metropolitanas, de um lado, e as cidades pequenas e médias, de outro.

É como se buscássemos não tanto descobrir que nome as pessoas têm, mas sim seu grau de parentesco. Importa verificar se são irrisórias, pequenas ou grandes as distâncias entre os jovens de várias regiões. Estaremos menos debruçados na resposta que eles apresentam em cada região e mais na semelhança ou discrepância entre suas escolhas. Se os jovens respondem de forma parecida ou aproximada, independentemente da região onde habitam, e se demonstram coerência nacional em suas escolhas, estaremos mais próximos de encontrar seu DNA.

O jovem brasileiro corresponde a cerca de 20,13% da população do país. São aproximadamente 34,18 milhões de jovens, em uma população estimada pelo último Censo em 169,79 milhões (IBGE, 2002). Uma estimativa corrigida para 2001, aplicada a taxa de crescimento da população, nos leva a considerar a existência de aproximadamente 17,77 milhões de jovens de 15 a 19 anos e 16,9 milhões de jovens de 20 a 24 anos. Estes contingentes são, respectivamente, 10,31% e 9,8% da população total.

Em torno de 50,2% são homens e 49,8%, mulheres. Respectivamente, 17,42 milhões e 17,28 milhões, o que é praticamente um empate.

A distribuição dos jovens acompanha de forma muito próxima as características gerais da distribuição regional da população pelo território nacional. Ou seja, há um peso extraordinário das regiões Nordeste e Sudeste na composição do contingente da juventude. Cada uma é maior que a soma das populações jovens das três outras regiões.

Este quadro se inverte quando analisamos a proporção de jovens em relação à população de cada região. O Nordeste passa à dianteira, com 22,5% de jovens em sua população, seguido pelo Norte, com 22%, o Centro-Oeste, com 19,5%, o Sudeste, com 19% e o Sul, com 18,5%.

Os dados nos trazem duas indicações. Primeiro, da tendência demográfica a uma maior proporção de jovens em regiões de menor Produto Interno Bruto (PIB), menor e renda *per capita* e maior crescimento demográfico. Regiões mais pobres produzem maior proporção de jovens. Mas estas tendências acabam atenuadas pelos movimentos de migração, fortemente influenciados pela evolução desigual do mercado de trabalho. Regiões com maior grau de desenvolvimento demandam maior volume de mão de obra e atraem sobretudo os trabalhadores mais jovens.

O jovem brasileiro: um panorama regional

O Norte

A região Norte tem cerca de 8,25% dos jovens do país, o que corresponde a aproximadamente 2,86 milhões de pessoas de 15 a 24 anos.

O Norte tem a segunda maior taxa do país de jovens com a menor remuneração, ou seja, aqueles que ganham até, no máximo, meio salário mínimo (IBGE/Unicef, 1999). São 56,4% (ou 1,61 milhão de jovens) nesta condição, conforme a população estimada pelo Censo 2000.

Considerando a importância da garantia da cobertura educacional e da presença dos jovens no ensino médio – que é o ensino que corresponde a uma faixa dos jovens –, podemos analisar a relação entre as taxas de matrícula no ensino médio em relação à proporção de jovens em cada região. Cerca de 23,19% dos jovens de 15 a 19 anos da região estão matriculados no ensino médio. Embora seja esta a segunda menor região do país (à frente apenas do Nordeste), o Norte não

está longe da média nacional (25,1%). O que mais destoa em relação ao resto do Brasil é a presença muito pequena do ensino privado. Apenas 1,65% dos jovens nortistas frequentam o ensino médio privado. Por sua vez, o sistema estadual de ensino responde por 91% das matrículas desta faixa etária, o que representa a maior taxa de cobertura de todo o país (dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais [Inep], em IBGE, 2003).

A participação eleitoral dos jovens elucida em parte a visão política que têm do sistema representativo. Principalmente se separarmos os jovens de 16 e 17 anos, para os quais o voto é facultativo, dos que têm mais de 18 anos, que são obrigados a votar. Tal participação pode variar da apatia à aversão ao voto, o que contribui significativamente para que seja irrisória, aos 16 anos (apenas 3,16% dos jovens nesta região votam), ou mínima, aos 17 anos (7,42%). Quase 90% dos jovens que votaram no Norte em 2002 tinham 18 anos. Os jovens, majoritariamente, votam quando são obrigados a fazê-lo e se abstêm fortemente quando o voto é facultativo (dados do Tribunal Superior Eleitoral [TSE], em IBGE, 2003).

O Nordeste

A região Nordeste possui 10,9 milhões de jovens, que correspondem a cerca de 31,42% do total dos jovens brasileiros.

Tem a pior taxa de remuneração dos jovens de todo o país. Aqueles que ganham até meio salário-mínimo são 94,1% dos jovens, correspondendo a 10,26 milhões de pessoas (sempre aplicando a proporção da pesquisa IBGE/Unicef, [1999] à população estimada com base no Censo 2000).

A condição educacional do jovem no Nordeste, com base na verificação de sua presença no ensino médio, indica que cerca de 21,2% dos jovens de 15 a 19 anos da região estão matriculados no ensino médio. A taxa é a mais baixa do país, porém não tão distante da média nacional (25,1%). A distância é maior se comparada ao Sudeste, que mantém 28,3% de seus jovens matriculados no ensino médio. A região, no entanto, demonstra um razoável enfraquecimento da capacidade do sistema de ensino estadual em responder adequadamente (em quantidade e qualidade) às demandas desta faixa de ensino. O ensino estadual absorve 16,9% dos jovens com suas matrículas. O ensino privado alcança 2,8%. O ensino público municipal, embora não tenha sequer a obrigação constitucional neste âmbito, participa

com 1,3%. Embora elevada (79,65% das matrículas do ensino médio), a taxa de cobertura estadual é a menor do país (dados do Inep, em IBGE, 2003).

Os jovens no Nordeste são os de maior participação eleitoral aos 16 anos (3,48%), ainda assim bastante baixa. Os de 17 anos correspondem a 7,66% dos votantes na faixa de 16 a 18 anos, sendo esta a maior proporção nacional. Mesmo assim, 88,84% votam aos 18 anos, quando o voto é obrigatório (dados do TSE, em IBGE, 2003).

O Sudeste

A região tem 13,74 milhões de jovens. Cerca de 39,6% de pessoas têm entre 15 e 24 anos.

O Sudeste tem a menor proporção de jovens com remuneração até meio salário-mínimo: 24,6%. São cerca de 3,38 milhões de jovens nesta faixa.

Na região, a presença dos jovens de 15 a 19 anos no ensino médio é a maior do país (28,3%), mas uma taxa próxima da média nacional (25,1%). A cobertura estadual chega a 23,8%, a mais alta dentre as demais, assim como é a mais alta de todas a taxa de participação do ensino privado (3,8%). O sistema público estadual responde por cerca de 84% das matrículas (dados do Inep, em IBGE, 2003).

Os jovens do Sudeste têm a menor participação eleitoral aos 16 anos (1,55%). Aos 17, participam em 5% apenas do total de votantes. São os jovens de 18 anos que respondem por 93% do voto jovem nesta faixa (dados do TSE, em IBGE, 2003).

O Sul

O Sul abriga 13,7%, ou 4,75 milhões, dos jovens do país.

Aproximadamente 28,5% recebem até meio salário-mínimo, sendo esta a segunda melhor taxa de renda, comparando-se com as demais regiões.

A presença dos jovens de 15 a 19 anos no ensino médio do Sul é de 25,66%, correspondendo aproximadamente à média nacional. A cobertura estadual alcança 22% dos jovens desta idade. O ensino privado participa com 3,19% dos jovens. O sistema público estadual detém 85,77% das matrículas (dados do Inep, em IBGE, 2003).

No Sul, menos de 3% dos jovens de 16 anos votaram em 2002. Com 17 anos, são apenas 7% dos eleitores. Aos 18, são cerca de 90% dos votantes (dados do TSE, em IBGE, 2003).

O Centro-Oeste

Com 2,43 milhões de jovens, o Centro-Oeste responde por 7,01% do total nacional.

A taxa de 32,8% de jovens que recebem até meio salário-mínimo situa esta região mais próxima a Sul e Sudeste que a Norte e Nordeste.

Na região, 25,64% dos jovens (15 a 19 anos) estão matriculados no ensino médio, o que é muito próximo à média nacional. O Centro-Oeste tem uma condição educacional desses jovens aproximada à das regiões Sul e Sudeste. O sistema de ensino médio estadual responde por 21,95% das matrículas nesta idade. O ensino privado tem 3,34% dos alunos. O sistema público estadual atende 85,6% das matrículas (dados do Inep, em IBGE, 2003).

No Centro-Oeste, 3,3% dos jovens votantes em 2002 tinham 16 anos. Por volta de 7,3% tinham 17. Os de 18 anos mais uma vez responderam pela grande maioria, 89,4% (dados do TSE, em IBGE, 2003).

Próximos ou distantes?

Os dados do perfil socioeconômico

Uma maneira simples de olhar a variabilidade dos dados sobre a juventude é o uso de medidas estatísticas de dispersão. Elas nos servem justamente para inferir considerações sobre a homogeneidade ou a heterogeneidade de uma distribuição de dados. As duas mais comuns são a amplitude e o desvio-padrão. A amplitude é dada pela diferença entre o menor e o maior valor entre os dados de uma tabela. Portanto, diz quanto mede a linha que liga os extremos. O desvio-padrão é dado pelo cálculo da raiz quadrada da variância. O mais importante é compreender que amplitudes muito grandes ou muito pequenas significam indivíduos que estão, respectivamente, muito distantes ou muito próximos entre si. Muito ou pouco se assemelham. Desvios elevados ou reduzidos representam dados que estão próximos ou distantes um em relação ao outro (e não apenas em relação aos extremos).

A proporção demográfica dos jovens na população tem amplitude de 11%, mas seu desvio-padrão é reduzido a 4,39%.

Os dados da condição educacional dos jovens a partir da análise de sua presença no ensino médio mostram diferenças muito reduzidas e pou-

cos indícios de grandes discrepâncias regionais. A proporcionalidade e as regras públicas educacionais constitucionalizadas permitiram, e certamente esta é a principal razão, que a condição educacional dos jovens no país alcançasse um relativo grau de isonomia. É claro que os professores têm grandes diferenças regionais em termos de remuneração e qualificação, as escolas têm recursos assimétricos, há precariedades que não podem ser desconsideradas, mas parece que as diferenças se mostrarão mais nitidamente relevantes numa relação entre centro e periferia; entre grandes cidades e as demais, entre as áreas urbanas e rurais do que propriamente entre as regiões. E certamente a condição educacional estará demarcada pelas chances diferenciadas de se alcançar e manter-se no ensino médio privado. Por ser pago, ele necessariamente desponta por oferecer vantagens competitivas relevantes, principalmente para a disputa por vagas no vestibular. O grande dado relevante é o enorme abismo que existe, a ponto de se ter, em média nacional, entre 70% e 75% dos jovens ausentes deste nível de ensino.

A amplitude da taxa de matrículas nas regiões é de 7%, enquanto o desvio é de 2,42%. Em termos de presença no ensino privado, a amplitude é de 2,24% e o desvio de apenas 0,75%. A participação dos jovens no sistema público de ensino se eleva a uma amplitude de 6,9%, mas tendo um desvio-padrão de 2,3%.

A participação eleitoral dos jovens de 16 a 17 anos é facultativa, de modo que os dados a este respeito devem ser sublinhados. Ela situa até que ponto os jovens se veem estimulados a votar e reconhecem o processo representativo como algo relevante. Os dados são flagrantemente claros em mostrar que o jovem brasileiro, de modo geral, só vota quando impelido a fazê-lo. Enquanto o voto é facultativo, a participação vai do irrisório (2,6%) ao mínimo (6,47%). Apenas quando o voto é obrigatório verificamos uma participação significativa de aproximadamente 91% dos jovens. Os desvios serão de 0,7% (16 anos), 1% (17 anos) e 1,83% (18 anos) entre as regiões, o que significa uma clara homogeneidade em torno da baixa participação eleitoral dos jovens.

Neste panorama, o jovem é uma categoria eminentemente nacional. Seus contrastes regionais são extremamente tênues. As dinâmicas demográficas e alguns aspectos socioeconômicos centrais demonstram grande proximidade e sugerem uma identidade de problemas e contingências em torno de um

jovem que é brasileiro, antes de ser nordestino, nortista, sulista. Enfim, tudo indica que se trata de um personagem eminentemente nacional.

Os dados da pesquisa do Instituto Cidadania

Os dados da pesquisa do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, permitem algo mais do que apenas perceber a condição, os problemas e as contingências dos jovens. É possível, com o auxílio dos dados que ela oferece, adentrar no terreno das respostas a tais circunstâncias, das estratégias de convivência e sobrevivência, das expectativas.

As respostas podem ser avaliadas do ponto de vista da homogeneidade ou da heterogeneidade do jovem diante dessas questões. A variância ou a constância, a globalidade ou a especificidade das questões, com a análise utilizando-se de técnicas de inferência estatística, podem ser mais esclarecedoras para termos uma visão de conjunto do que os estudos descritivos, baseados restritamente nos percentuais de cada resposta considerada isoladamente.

Para tanto, compusemos uma distribuição feita a partir da seleção dos dados mais significativos da pesquisa. Em seguida calculamos a amplitude e o desvio-padrão das mesmas. Finalmente ordenamos a posição das respostas segundo os valores das medidas de dispersão e procedemos à análise de sua posição. Ao todo, selecionamos 62 respostas dadas àquela pesquisa e testamos o regionalismo ou o caráter nacional que é possível extrair dos resultados. Para isto, consideramos como muito relevantes, em termos das respostas dadas pelos jovens, aquelas que estão entre as 25% com menor desvio (o que a estatística denomina de quarto inferior) e as 25% com maior desvio (quarto superior). As respostas de menor desvio nos dizem em que os jovens se aproximam nacionalmente. As de maior desvio representam o que, mesmo que tenha obtido percentuais significativos em algumas regiões, há de menos semelhante sobre seu posicionamento social e político.

O mais interessante é que a própria ordem pode nos contar um pouco da lógica dos jovens brasileiros.

Em que os jovens brasileiros são próximos?

Os jovens respondem nacionalmente de modo muito semelhante em relação a algumas questões-chave.

A pergunta sobre o que deixa o jovem mais satisfeito¹ (ver Anexo, quadro 93) aponta para a sexualidade em proporções muito próximas em todo o país. O mesmo ocorre com relação à saúde física. Perguntas desta natureza, em uma idade de descobertas, dúvidas e preconceitos que pairam sobre os jovens tendem a ter respostas com elevada incidência positiva. Talvez aqui estejam as pistas para uma avaliação tão presente entre a maioria dos jovens de todo o país de que é melhor ser homem que ser mulher (ver Anexo, quadro 92). Aqui estão também alguns aspectos que mais adiante abordaremos, e que dizem respeito à maneira como avaliam suas chances de prosperar, de conquistar, de vencer.

De outro lado, os dados podem nos oferecer uma dimensão exata do quanto preponderam e se reproduzem social e economicamente os apelos a uma “geração saúde”, que expresse no corpo e no sexo uma identidade jovem, seja de forma construtiva ou destrutiva – e aí está a grande diferença do que se esconde por trás das respostas.

Há uma expectativa do jovem brasileiro, disseminada em todos os cantos, de que a vida pessoal vá melhorar² (ver Anexo, quadro 30). Nacionalmente, consideram-se satisfeitos com a família³ (ver Anexo, quadro 93).

Um dado importante, nacional, é da visão de que ser jovem significa conviver com riscos⁴ (ver Anexo, quadro 19). Isto explica por que, diametralmente oposta, a suposição de que ser jovem seria bom porque implica menos responsabilidades e preocupações (ver Anexo, quadro 18), embora apareça espontaneamente, tem pouca homogeneidade (a amplitude chega a 17% e o desvio-padrão a 7,25%, um dos mais altos dentre todos)⁵. Numa análise de conjunto, o jovem considera justamente o contrário. Sua autoimagem é de que tem riscos e, portanto, preocupações e responsabilidades suficientes ou até em excesso.

¹ P9 – Atualmente, você diria que está muito satisfeito(a), mais ou menos satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito? Cf. tabela ao final.

² P18 – O que você acha que vai acontecer nos próximos cinco anos com:.... ? Vai melhorar, vai piorar ou ficar como está?

³ P9 – Atualmente, você diria que está muito satisfeito(a), mais ou menos satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito? Cf. tabela ao final.

⁴ P4 – E quais são as piores coisas de ser jovem? Como assim? Por que isso é ruim?

⁵ P3 – Quais são as melhores coisas de ser jovem? Como assim? Por que isso é bom?

Bastante preocupante é a fragilidade da visão sobre a importância política dos processos de representação democrática. Os jovens nacionalmente consideram muito pouco a opção de mudar a política brasileira. Os dados sobre as participações eleitorais – facultativa dos jovens de 16 a 17 anos e obrigatória para os acima de 18 –, contrastados aos dados sobre a compreensão da cidadania extraídos da pesquisa do Instituto⁶, constataam que a visão do jovem brasileiro da política é de absoluto desencanto e frustração. Isto não é propriamente uma surpresa, mas nos indica o quanto o jovem brasileiro não está sendo organizado política e democraticamente em suas estratégias. Somado ao fato de que eles nacionalmente consideram pouco a possibilidade de alterar as condições de desigualdade, a preocupação recai sobre a medida em que este jovem está à mercê de soluções imediatas de caráter criminal ou autoritário. Baseados tão somente na análise de dados, o mínimo que se pode dizer é que há ingredientes de sobra de um ovo de serpente.

A questão do emprego aparece claramente como questão nacional. Os jovens ponderam com muita proximidade o problema, em todas as regiões (um desvio-padrão de 2,38%)⁷ (ver Anexo, quadro 76). No entanto, a proporção de respondentes é pequena, o que pode indicar seja um desalento em relação às chances de conseguir emprego, seja uma acomodação à estratégia de retardar o ingresso no mercado de trabalho (para aguardar uma condição futura mais favorável) ou ambas as coisas.

Em que estão distantes?

Tão curioso quanto preocupante é o fato de que os jovens estão distantes em termos de expectativas. As semelhanças do ponto de vista de seu perfil e de sua visão não significam que expectativas, estratégias e canais de atuação sejam os mesmos. Estar próximo é diferente de ser igual. Quanto

⁶ P46 – Mudando de assunto, vamos falar um pouco de cidadania (ver Anexo – quadros 75 a 77). Quando você ouve falar em cidadania, no que é que você pensa? P47a – Por lei, todo cidadão brasileiro tem vários direitos, mesmo que na prática nem todos esses direitos sejam respeitados. Como cidadão(ã), qual é o direito que você considera mais importante? P47c – E para os jovens, qual é o direito que você acha mais importante? P49 – Se você pudesse criar novos direitos para os jovens, direitos que não existem nem no papel, que direitos você criaria? Que direitos você acha que os jovens não têm hoje, mas deveriam ter? Quais mais?

⁷ P47a – Por lei, todo cidadão brasileiro tem vários direitos, mesmo que na prática nem todos esses direitos sejam respeitados. Como cidadão(ã), qual é o direito que você considera mais importante?

mais próximos, porém, mais aparecem as grandes diferenças em detalhes precisamente localizados. Sua variação demandaria também defrontar aspectos de classe, de gênero, de raça, além das diferenças brutais que existem na realidade urbana do país.

Os jovens têm expectativas muito distantes sobre se a vida vai melhorar, seja no seu bairro, seja no mundo⁸ (ver Anexo, quadro 30). Têm baixa expectativa de alteração no quadro de pobreza e miséria. A amplitude das respostas chega a 16% e 17% e os desvios a mais de 6%. Há um pessimismo em relação à situação mundial, mais presente nas regiões Norte e Centro-Oeste e, em relação ao Brasil, na região Norte. Há mais otimismo no Sul e principalmente no Sudeste. O Nordeste é o fiel da balança na relação de otimismo dos jovens no país.

Há uma grande variação regional quanto a condições de emprego e estratégias para conseguir emprego.

A disparidade de expectativas diante de um problema considerado nacional pelos jovens indica claramente, de um lado, os problemas do desenvolvimento regional, desigual e combinado, que criam chances bastante peculiares e barreiras às vezes intransponíveis. De outro, indica que as políticas não abrem os canais nem criam as chances que deveriam justamente para quem mais precisa.

Por outro lado, a pesquisa corrobora a análise dos dados de perfil da educação, que demonstra que as políticas universais, garantidas com fundos públicos, diretrizes nacionais, gestão compartilhada e sistemas de avaliação (lembrando que o principal sistema de avaliação da educação nunca foi o Provão, mas o trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep-MEC), contribuiu decisivamente para a avaliação positiva dos jovens em todo o país. Os jovens se dizem satisfeitos com a educação que recebem na escola. A qualidade do ensino talvez ainda seja um abismo, principalmente para quem não recebe as vantagens pagas a peso de ouro do sistema privado. Não obstante, os jovens já consideram a possibilidade de acesso como uma ponte. Precária, estreita, mas ainda assim eles podem caminhar por ela.

⁸ P18 – O que você acha que vai acontecer nos próximos cinco anos com:....? Vai melhorar, vai piorar ou ficar como está?

No entanto, o mesmo patamar conseguido pela educação – que tem um peso específico sobre a condição do jovem muito maior que a saúde – não se materializou em outras áreas. Tal é a razão para que as perguntas sobre direitos do cidadão brasileiro, cidadania e direitos sociais, civis e individuais deem margem a respostas tão difusas em nível nacional. A pesquisa nos mostra que a cidadania ainda é uma abstração para a grande maioria dos jovens brasileiros.

Conclusões

Fica claro que podemos falar, sem sombra de dúvida, da existência de um jovem brasileiro. Não se suponha daí que eles sejam iguais em todo o país, pois é notório o quanto há matizes em seu perfil e sua condição, por mais que eles sejam aproximados.

Com base sobretudo nos dados apresentados pela pesquisa do Instituto Cidadania, buscamos expor justamente as considerações relevantes, com algum fundamento estatístico. A partir de recursos comparativos associados ao método de análise exploratória dos dados, verificamos o que assemelha e o que diferencia os jovens.

Concluimos que há certa proximidade no perfil demográfico e em aspectos cruciais da condição do jovem. Há muita proximidade também em sua auto-imagem. No entanto, vimos o quanto eles divergem em termos de expectativas (aquilo que querem que aconteça), de visões de futuro (aquilo que acham que vai acontecer) e de estratégias.

A pesquisa nos apresenta a porta de entrada do labirinto de enigmas desses jovens. O labirinto, porém, é o reino da política e das políticas (públicas), pois é nesta arena que os problemas se resolvem. Assim sendo, não é nada bom constarmos o quanto os jovens brasileiros estão longe de querer e de poder adentrá-lo. Esta combinação de sentimento de impotência em uma categoria social desta magnitude jamais pressagiou bons augúrios.

O jovem em todo o país lança sobre si próprio uma elevada carga de expectativas. A comparação, por exemplo, das respostas dadas à pergunta sobre “o que você acha que vai acontecer nos próximos cinco anos”, para saber se as coisas vão melhorar, piorar ou ficar como estão, é bastante elucidativa. Em geral, os jovens são pessimistas em relação ao mundo, mais otimistas em relação ao Brasil e superotimistas em relação a si próprios

(ver Anexo, quadro 30). O otimismo diante do Brasil é prudente para que as cobranças que farão sobre si próprios estejam pelo menos em parte ancoradas nas chances que o país reservará aos seus jovens. Cria-se um fio, mesmo que tênue, para que os jovens relacionem as expectativas diante das perspectivas e associem mais fortemente as chances pessoais ao rumo das decisões políticas. Contudo, nada garante que este fio será desenrolado.

O desafio político da auto-organização dos jovens, da necessidade de maior envolvimento das entidades civis na montagem coletiva de estratégias – tão importantes às chances futuras dos jovens –, da reorientação de cada uma das políticas nacionais para, além da educação, esclarecer o papel que desempenham para este público fundamental; tudo isto fica à espera de um passo seguinte. Na verdade, as atitudes que prevalecerão nos jovens partem de três opções possíveis e bastante diferentes entre si: remar, navegar ou afundar o navio.

A pesquisa do Instituto Cidadania nos serve de bússola. Os caminhos a serem traçados, porém, dependem da ousadia dos jovens de segurar o leme.

Referências bibliográficas

- CEPAL (1985). *Mujeres jóvenes en América Latina*. Montevideo, Arca.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*, <http://www.culturabrasil.pro.br/osserto.es.htm>
- DINIZ, Célio Campolina e LEMOS, Maurício Borges (1990). “Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil”. In: IPEA. *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília, IPEA/IPLAN.
- FREYSSINET, J. (1996). *Les jeunes face à l'emploi*. Paris, Documentation Française.
- FUNDAÇÃO SEADE (2000). *Percentual da população com atraso escolar, por sexo, segundo a idade – Região Metropolitana de São Paulo (1986-1996)*, www.seade.gov.br.
- IBGE/UNICEF (1999). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, 1997. Rio de Janeiro, IBGE/Unicef.
- IBGE (2002). *Censo demográfico 2000: resultados do universo*. Rio de Janeiro, IBGE. Base de dados em CD.
- IBGE (2003). *Base de informações municipais*. Rio de Janeiro, IBGE. Base de dados em CD.
- LANIEL, Laurent (1999). ‘Drogas y globalización: una relación equívoca’, www.unesco.org/issj/rics/rics160/.

- POCHMANN, M. (1998). *A inserção ocupacional dos jovens*. São Paulo, ABET.
- TOURAINE, Alain *et alii* (1988). *¿Que empleo para los jóvenes? Hacia estrategias innovadoras*. Madrid, Tecnos/Unesco.
- UNICEF (junho 1998). *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo/Brasília, Cortez/Unesco.

Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil

Marília Pontes Sposito

Professora titular da Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo (USP).

Um ponto de partida

Ao analisar as sondagens de opinião, Bourdieu (1988) afirmava que, sob a aparência das respostas rápidas, simples e cifradas, estariam contidas as possibilidades da ilusão: “As verdades primeiras são os erros primeiros”. Mas considerava que essas “perguntas primeiras”, quando se inspiram nos conhecimentos e preocupações práticas e com a condição de serem reinterpretadas em função de uma problemática teórica, aportam informações muito valiosas, “com frequência superiores às que suscitam as interrogações mais pretensiosas dos semieruditos” (BOURDIEU, 1988, p. 85). É sob essa perspectiva que poderemos tomar os grandes levantamentos ou pesquisas de opinião, em especial o levantamento realizado pelo Projeto Juventude, como instrumentos importantes para constituir chaves de compreensão e tornar mais visíveis grandes conjuntos

populacionais de jovens na sociedade brasileira que permanecem desconhecidos em suas práticas, seus valores e seus modos de vida.

Mas esse tipo de empreendimento também oferece um conjunto relevante de problemáticas que poderão ser objeto de novas investigações, incluindo aquelas de caráter qualitativo que permitem tratamentos mais aprofundados de alguns temas. Assim, invertendo a relação entre pesquisa qualitativa e quantitativa – em que a primeira sempre foi considerada uma atividade exploratória e preliminar a ser validada nos procedimentos quantitativos realizados posteriormente (STAKE, 1982) –, o momento das sondagens de opinião poderia ser tratado como instância geradora de novas problemáticas que deverão ser mais bem compreendidas por meio de um amplo esforço de investigação de natureza qualitativa. É inegável, no entanto, que sempre estaremos lidando com o caráter provisório dos resultados e com a necessidade de novas perguntas e outros estudos.

No Brasil, diante da falta de amplos levantamentos sobre a diversidade juvenil¹, o exame de dados originados de uma ampla sondagem de opinião sempre suscita reflexões, indagações e problemáticas, oferecendo perspectivas importantes. Apesar de certa familiaridade com o tema, no caso específico “jovens e escola”, o pesquisador sempre pode surpreender-se e refletir sobre a necessidade de novas perguntas e modalidades de investigações.

Por essas razões, as reflexões aqui esboçadas são produto de uma leitura, entre outras, dos dados, mesmo que preliminar e incompleta. Ela não procura referendar hipóteses já consagradas, mas principalmente problematizar enunciados que rapidamente se transformam em pressupostos muitas vezes não contestados ou, ao menos, contextualizados, indicando seu efetivo alcance explicativo. Em primeiro lugar, busco situar o ponto de vista que marca minha leitura na discussão das relações entre juventude e escola. Nesse caso, a análise exige incursões tanto no domínio da família como nas relações que os jovens tecem com o mundo do trabalho, sem nenhuma pretensão de tratar de modo exaustivo temas tão complexos e fundamentais na vida juvenil. A seguir os dados serão apresentados, após

¹ Os dados mais globais sobre a população jovem no Brasil em geral são extraídos dos Censos e das PNADS realizados pelo IBGE. Os estudos da Unesco sobre juventude também têm contribuído, a partir de eixos temáticos, com diagnósticos diversificados sobre os jovens brasileiros.

uma inevitável seleção que permitirá, finalmente, algumas considerações à guisa de conclusão. Por outro lado, trata-se de um recorte analítico em torno dos sujeitos jovens que vivem, de modo integral, suas experiências não só no universo escolar, mas na cultura, no lazer, no mundo do trabalho, na família e nas formas que selecionam para seu aparecimento na vida pública.

Compreender a condição juvenil no Brasil: um desafio

Da heteronomia infantil à completa autonomia que, em tese², configura a situação do adulto na sociedade, a juventude é vivida como um processo definido a partir de uma inegável singularidade: é a fase da vida em que se inicia a busca dessa autonomia, marcada tanto pela construção de elementos da identidade – pessoal e coletiva – como por uma atitude de experimentação (GALLAND, 1996; SINGLY, 2000).

A moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola³. As teses mais clássicas viam nesse momento, como afirmava Parsons (1974), a passagem do mundo privado das relações familiares para outras formas de contato e de ocupação dos espaços públicos sem a necessária presença do adulto. Nesse período, a escola torna-se, então, elemento importante para assegurar a reprodução cultural e social dos diversos grupos e classes. Assim, as representações dominantes sobre infância e, posteriormente, sobre adolescência e juventude integraram a escola como um de seus espaços formativos, de tal modo que

² Em tese porque, tendo em vista a crise da sociedade assalariada e as transformações do mundo do trabalho, tornando o desemprego uma categoria de natureza estrutural e permanente para grandes contingentes populacionais, a autonomia do adulto via independência financeira pode não se realizar. Assim, estaríamos diante da necessidade de buscarmos, também, outros elementos definidores da condição adulta na sociedade para além da independência financeira, sob pena de negar a condição de autonomia para enormes segmentos excluídos da possibilidade de trabalho.

³ Uma distinção importante realizada por Miguel Abad diz respeito às diferenças entre a *situação juvenil*, que significaria como jovens de classes sociais e origens diversas experimentam a *condição juvenil*, esta última uma construção histórico-social (ABAD, 2003). Nesse caso, seria importante reiterar as observações de François Dubet, que considera a própria categoria juventude como portadora de uma ambiguidade intrínseca, pois seria ao mesmo tempo momento do ciclo de vida, exprimindo assim as características socioculturais de uma determinada temporalidade histórica, e um processo de inserção ou uma experiência delimitada pela estrutura social (DUBET, 1996).

Singly (1993), em suas análises sobre a família contemporânea, examina a dinâmica do grupo familiar a partir do conceito de modo de reprodução com dominante escolar na esteira dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1989)⁴.

A instituição escolar, ao se expandir, surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens que culminaria com sua inserção no mundo do trabalho. É nessa fronteira entre público e privado que Parsons (1974) situa a cultura dos estudantes das escolas secundárias nos Estados Unidos, nos anos 1950, trazendo a discussão da importância da disseminação da escolaridade como fator de constituição da experiência dos *teenagers* e suas práticas de lazer, consumo, vestimentas e estilos musicais, entre outros (PASSERINI, 1996).

Mas se as mutações dos últimos 30 anos atingiram, principalmente, a esfera do trabalho e uma de suas formas principais na sociedade capitalista – o trabalho assalariado –, é inegável que os caminhos e contornos para a entrada na vida adulta se diversificaram, tornaram-se mais complexos e menos lineares. Assim, o modo como os jovens vivem essa etapa de vida também se altera, uma vez que a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho, especialmente se considerarmos o ingresso no mercado formal de ocupações e as posições dos estratos menos privilegiados da sociedade, exatamente aqueles que têm acesso tardio aos degraus mais elevados do sistema de ensino.

Apesar do reconhecimento da importância das instituições socializadoras tradicionais, as profundas transformações observadas nos últimos 50 anos do século XX produziram impactos significativos nas formas como

⁴ Para Singly, “as famílias devem mudar de jogo, modificar suas estratégias para conservar para seus filhos as chances de ocupar, ao menos, posições comparáveis àquelas detidas por seus pais. Em uma sociedade em que o modo de reprodução tem um componente escolar, o valor de uma família (e do grupo social ao qual ela pertence) é definido pelo montante de capital escolar detido por seus membros” (1993, p. 22).

⁵ A desregulação significa que as regras que regulam as diferenças entre as idades e os modos de transição de um momento para outro já não exprimem as formas como os indivíduos vivem as diferentes fases do ciclo de vida. Estaria, na verdade, ocorrendo uma verdadeira mutação do ciclo de vida que resulta, entre outros fatores, do aumento da expectativa de vida e do aparecimento de uma quarta idade. A descronologização significa que as marcas temporais que regulam a entrada na vida adulta não obedecem necessariamente a uma sincronia, ou seja, os modos de acesso

as relações entre as idades e o próprio ciclo de vida são experimentadas. Por essas razões, além do tema da *desregulação* das etapas (PERALVA, 1997) e de sua *descronologização* (ATIAS-DONFUT, 1996)⁵, tem sido recorrente a ideia de que se observa também um processo de *desinstitucionalização* da condição juvenil.

Embora os sentidos da expressão *desinstitucionalização* estejam recobertos de múltiplos significados tanto na discussão sociológica mais ampla como no debate sobre os jovens, de modo geral, este termo tem significado, na acepção de Miguel Abad (2003), uma crise das instituições “tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade” (p. 25). Assim, o espaço deixado por essas formas tradicionais – escola e família – passa “a ser ocupado por um maior desdobramento da subjetividade juvenil” e é “nessa desinstitucionalização da condição juvenil que têm surgido as possibilidades de viver a etapa da juventude de uma forma distinta da que foi experimentada por gerações anteriores” (*Ibidem*, p. 25)⁶.

Mas, ao lado de uma interpretação emergente e do reconhecimento de que os últimos anos têm sido marcados pelo aparecimento de uma nova condição juvenil, verifica-se também um conjunto de análises que revela, enfaticamente, as amarras que caracterizariam os jovens na sociedade atual, quer por sua adesão a valores tradicionalistas, quer por imersão no individualismo contemporâneo que pouco espaço daria para novas formas coletivas, associativas ou solidárias de se estar no mundo⁷.

Afirmar a desinstitucionalização da condição juvenil como fator positivo na medida em que faria emergir uma nova sociabilidade mais próxima do

à vida adulta implicam tempos diversos para a entrada no mundo do trabalho, constituição de nova unidade familiar, saída da casa paterna e conclusão da escolaridade. Além de não serem sincrônicas, estas etapas não são lineares, configurando o que José Machado Pais considera como geração Yô-Yô, em que as idas e vindas são frequentes: saída e volta da casa dos pais, emprego e uniões conjugais provisórias etc. (PAIS, 1994).

⁶ Abad também situa a dissolução das identidades ligadas à ideia de nação ou território com o desajuste das crenças e valores tradicionais, e a relativização da cultura do emprego e do salário, que alongam transições e as tornam indeterminadas e descontínuas, como elementos importantes dos processos de desinstitucionalização da condição juvenil moderna (ABAD, 2003, p. 25).

⁷ O “conservadorismo” é sempre apontado pela mídia. Ver, por exemplo, matéria publicada na revista *IstoÉ* apresentando os dados da pesquisa desenvolvida pelo Projeto Juventude, em 5 mai. 2004.

desejo, da experimentação e da liberdade (ABAD, 2003) pode desconsiderar a aspiração por escolaridade, os sentidos atribuídos à instituição escolar e a importância das redes familiares para muitos jovens, sobretudo aqueles que, em decorrência das estruturas desiguais, situam-se na base do sistema social. De outro, poderia eliminar da análise a permanência de certos mecanismos de poder do “percurso institucional” e a emergência, também, de novas formas de dominação que surgem com desenhos diversos na experiência juvenil contemporânea.

Reiterar, de modo contrastante, na análise sobre jovens, apenas o individualismo e a adesão a valores conservadores como típicos da vida atual dos segmentos juvenis não significaria constatar que seu comportamento é mera cópia dos padrões hegemônicos da sociedade, de sua cultura narcísica com o predomínio dos aspectos privados e não públicos da vida em comum? Nesse caso reafirmam-se a desconfiança ou o ceticismo generalizados quanto à capacidade de ação coletiva e de resistência aos aparatos da dominação no mundo atual, recobrando um espectro muito mais amplo do que a juventude⁸.

É preciso considerar que mutações profundas no ciclo de vida como um todo alteram a especificidade da experiência juvenil, que constitui, sem dúvida, uma condição atual diversa daquela experimentada pelos jovens há 50 anos, e esse é o mérito daqueles que, como Abad, procuram identificar quais são, de fato, as mudanças observadas. Talvez um dos maiores problemas ligados à definição desse modo emergente seja a utilização de noções que acabam por abrigar processos diversos e, ao se tornarem demasiado elásticas ou amplas, perdem seu poder explicativo. Por outro lado, uma dificuldade consiste em considerar esse processo de forma linear, como se a realidade não comportasse práticas sociais que recobrem tempos históricos diversos. Como afirma Martins (1994, 1996), essa multiplicidade de tempos

⁸ A perspectiva psicanalítica tem examinado as questões do narcisismo e dos traços marcantes da sociedade atual pela busca, sem limites, do consumo e do prazer, situando a juventude nesse plano. Tanto Jurandir Freire Costa (2004) como Maria Rita Kehl (2004) examinam esses temas, mas apontam alternativas para a compreensão dos jovens que poderiam romper com esse tipo predominante de experiência. Para Costa, as alternativas estariam radicadas nos novos movimentos ecológicos e ações de responsabilidade política e social. Kehl faz uma análise sobre a importância da função fraterna – os grupos juvenis – na formação do sujeito jovem na contemporaneidade.

exprime a complexidade da sociedade brasileira, que convive, ao mesmo tempo, com o mais moderno e o mais arcaico.

Um exemplo interessante em torno desse tipo de discussão pode ser observado, como afirma Elisabeth Bilac, na temática da crise da família, que já atravessa quase um século e, mesmo assim, não desapareceu. Ocorrem profundas transformações nas dinâmicas e nos arranjos familiares e pode ser observada muito mais a crise prolongada e incompleta de determinado modelo – hierárquico, patriarcal com forte dominação do mundo adulto – do que o enfraquecimento da dinâmica e dos arranjos familiares, tratados estes sempre no plural, porque nem sequer podemos nos referir à família no singular. Por outro lado, os novos modelos veriam a “família organizada não a partir de normas ‘dadas’, mas sim, como fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo dependeria da duração dos acordos. Mas a ênfase na capacidade de negociação dos sujeitos individuais, na família, oblitera diferenças de poder e desigualdades entre homens e mulheres, adultos e crianças, velhos e jovens, diferenças que *são socialmente construídas e normatizadas*” (BILAC, 1995, p. 37). A pergunta proposta pela autora seria direta e simples: a destruição do modelo familiar tradicional significa, de fato, a “desinstitucionalização da reprodução”? (*Ibidem*).

Sérvulo Figueira sempre insiste, a partir de análises sobre as famílias de classe média no Brasil, que sua modernização nunca é um processo simples e linear, pois o moderno coexiste “muitas vezes de modo angustiante e paradoxal, com o arcaico” (FIGUEIRA, 1986, p. 9)⁹.

No exame de algumas instituições na França, sobretudo aquelas que têm como trabalho o cuidado com o “outro” – escolas, hospitais e serviços sociais –, François Dubet estuda sua crise e mutação a partir do esgotamento do que ele chama de “programa institucional”, nascido na modernidade, explicitando com clareza o que desenhava em trabalhos anteriores como

⁹ Para Figueira, a família igualitária, em oposição à família hierárquica, não nasce de modo homogêneo, pela simples substituição de um modelo por outro: “Pela própria velocidade do processo no Brasil, o que se tem é a aquisição de novas identidades (articuladas de modo complexo e variável aos novos ideais), que se sobrepõem às antigas identidades posicionais, sem, contudo, alterá-las substancialmente. O Brasil está cheio de situações em que pessoas ‘modernas’ e ‘liberadas’, súbita e inexplicavelmente, apresentam comportamentos ou assumem posições que, esperava-se, ‘não têm nada a ver com elas’” (1986, p. 18-19).

“desinstitucionalização” (DUBET, 1998 e 2002)¹⁰. Essa matriz estabeleceu as relações entre os indivíduos e as instituições por meio de um programa de ação em que seria exercida, sem conflitos, a missão socializadora das instituições (no caso a escola) e a formação da personalidade. Seria um modo de socialização: “1. que considera o trabalho sobre outrem como uma mediação entre os valores universais e os indivíduos particulares; 2. que afirma ser o trabalho de socialização uma vocação porque é diretamente fundado em valores; 3. que visa a inculcar normas que conformam o indivíduo e, ao mesmo tempo, o tornam autônomo e livre” (DUBET, 2002, p. 13)¹¹. Para Dubet, a escola primária francesa foi extremamente bem-sucedida nesse programa e, apesar das alterações dos últimos 30 anos, tem conseguido articular uma atividade de *socialização* pela interiorização de uma disciplina escolar, uma *aprendizagem* de conhecimentos e saberes e uma *subjetivação* das crianças que devem se desenvolver na escola (*Ibidem*, p. 104).

A crise desse “programa”, afirma Dubet, atinge de forma diferente cada nível do sistema de ensino e classe social, revelando-se mais aguda no nível secundário (os colégios e liceus, no caso francês), originalmente ensino destinado às elites e que passa por um intenso processo de massificação. Nesse caso a socialização não pode ser mais percebida como aprendizagem crescente de papéis ou de jogos sociais: “Trata-se de um ator confrontado com uma grande diversidade de orientações, isto é, com certos antagonismos, e que é obrigado a construir por si mesmo o sentido de sua experiência. Como dizem os alunos, a grande dificuldade é se ‘motivar’, conseguir dar sentido aos estudos” (DUBET, 1998, p. 30).

Por essas razões, mais do que crise, Dubet considera a existência de um processo de mutação que transforma a própria natureza da ação socializadora da escola, fazendo que parte importante do processo seja considerada tarefa ou ação do próprio sujeito sobre si mesmo (DUBET, 2002). Esse processo

¹⁰ Dubet afirma que usa o termo “instituição” em um sentido bem particular, que não se identifica com organizações, sistemas de representação e de decisões políticas, costumes e maneira de ser. Sua escolha distingue-se também do uso da noção de institucionalização quando indica um processo de rotinização das condutas (2002). Por essas razões, para Dubet, a desinstitucionalização significa crise e mutação de uma modalidade de ação institucional consagrada pela modernidade.

¹¹ Norbert Elias considerava ser o indivíduo socializado aquele que interiorizou o controle, a disciplina e a obrigação de ser livre e, portanto, “a obrigação de ser o próprio censor” (ELIAS, 1985; DUBET, 2002).

de mutação da instituição escolar não elimina, mas transforma a natureza da dominação, pois “obriga os indivíduos a se construírem ‘livremente’ nas categorias da experiência social” que lhes são impostas. A dominação se manifesta, assim, não cessando de afirmar que “os indivíduos são livres e mestres de seus interesses [...] a dominação impõe aos atores as categorias de suas experiências, categorias que lhes interdita de se constituir como sujeitos relativamente mestres deles mesmos [...] O dominado é convidado a ser o mestre de sua identidade e de sua experiência social ao mesmo tempo em que é posto em situação de não poder realizar esse projeto” (DUBET, 2002, p. 356).

Assim, é importante examinar a experiência juvenil no Brasil sem retirá-la da esfera de influência ou minimizando a presença das agências mais tradicionais – escola e família –, mas de situá-la pelo menos sob três óticas.

A primeira diz respeito a uma compreensão dos processos de mutação dessas agências clássicas, família e escola, pois quando se estabelece a crítica das relações dos jovens com a família, por exemplo, precisaríamos situar o arranjo familiar que está sendo alvo da crítica ou que está sendo pressuposto como modelo¹².

A segunda situaria a necessidade de considerarmos a confluência de vários processos socializadores na experiência juvenil, ou seja, considerar que tanto família como escola perderam seu monopólio na presença da formação de novas gerações (DUBET, 2002; BARRÈRE e MARTUCCCELLI, 2000 e SPOSITO, 2003). Esse aspecto é particularmente importante para países de expansão escolar recente, como é o caso brasileiro, porque teríamos de perguntar se, em algum momento na socialização das novas gerações, a escola foi agente privilegiado, central, ou detentor de certo monopólio da transmissão cultural, como no caso europeu, sobretudo o francês. Essa confluência de vários agenciamentos socializadores, para além das instituições clássicas da reprodução cultural – família e escola –, nos levaria a considerar a ideia de “socializações compósitas”, como afirma José Machado Pais, ou a adotar a ideia de novas configurações que orientam a socializa-

¹² Em seu artigo, Abad estabelece uma definição de distanciamento dos jovens da família patriarcal, hierárquica e autoritária pela adoção de relações mais horizontais e igualitárias no âmbito familiar (ABAD, 2003). Isso significa uma possível adesão dos jovens e das jovens a um novo modelo de relação familiar que, no Brasil, submete-se aos processos inconclusos de nossa modernização.

ção na acepção de Norbert Elias, como indica Maria da Graça Setton, que analisa “as práticas e experiências de socialização a partir da emergência de uma nova configuração cultural, na qual o processo de construção das identidades sociais dos indivíduos passa a ser mediado pela *coexistência* de distintas instâncias produtoras de valores e referências culturais” (SETTON, 2002, p. 110).

Em terceiro lugar, seria necessário investigar os sentidos que os jovens atribuem a suas relações com essas agências para além de uma submissão aos modelos normativos e hegemônicos da reprodução cultural ou de uma situação meramente instrumental e distanciada de seu modo de funcionamento. Muitos estudos de natureza qualitativa evidenciam significados diversos, decorrentes da situação de classe, sexo e do momento no ciclo de vida, uma vez que a própria vivência da experiência escolar se transforma, também, a partir da variável “idade” em interação com o tipo e nível de escola frequentado (SPOSITO e GALVÃO, 2004; SOUZA, 2003).

Enfim, trata-se ainda de uma ampla agenda de investigações que, de fato, permitam uma compreensão mais adensada das relações dos jovens com as instituições socializadoras clássicas no Brasil, onde o campo de pesquisa ainda necessita de expansão e consolidação.

A expansão recente das oportunidades escolares em um quadro de crise social: os nexos permanentes entre escola e mundo do trabalho

Os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” não só confirmam como apontam um significativo crescimento do acesso à escola por parte da população juvenil. Essa abertura de oportunidades escolares acentuou-se na década de 1990 e ocorreu sob a égide de uma forte crise econômica que estagnou o crescimento, acentuou desigualdades e fez aumentar os índices de desemprego. Nessa década constata-se também um movimento de reordenação do sistema educativo, observado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, atingindo os mecanismos de financiamento do ensino público, provocando alterações curriculares e medidas de correção de fluxo, visando atenuar as reprovações e evasões, em um quadro inalterado de recursos destinados à educação. Por essas razões, muitos dos estudos de

políticas públicas na área de educação concluem, com razão, que se tratou de uma oferta desprovida de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequadas para as unidades escolares, atingindo a escola pública, única modalidade de acesso à educação escolar para a maioria dos jovens brasileiros¹³. Como afirma Maria Malta Campos, para os gestores federais da área de educação que implantaram as reformas educativas dos anos 1990, tratava-se muito mais de um “mau” uso das verbas do que de sua “insuficiência”. No entanto, verificou-se que, em uma década, os recursos para a educação diminuíram, em vez de se observar um incremento que, ao menos, acompanhasse o ritmo crescente das matrículas, fragilizando a hipótese adotada pelo governo nesse período (CAMPOS, 1999).

Em 2001, cerca de 60% dos 34 milhões de jovens ainda não estavam frequentando a escola, apesar de um crescimento significativo, observado a partir de comparações com anos anteriores, conforme nota nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1. Brasil: estudantes, por faixa etária e grau que frequentavam, 2001 (em milhões)

Idade	Grau que frequentavam			
	Fundamental	Médio	Superior	Total
15 anos	2,1	0,9		3,1
16 e 17	2,3	3,0		5,3
18 e 19	1,1	2,1	0,5	3,7
20 a 24	0,9	1,6	1,6	4,1
Total	6,4	7,6	2,1	16,2

Fonte: IBGE, PNAD 2001.

¹³ O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), em 2002, revelou, por exemplo, que no ensino médio os alunos apresentaram uma média de 34,13 pontos, inferior à média de 2001 (40,56%), sendo superior em 2003, com 49,5 pontos numa escala de 0 a 100. Por outro lado, nesse mesmo nível de ensino, o aproveitamento de 74% dos alunos foi considerado “insuficiente” ou “regular”, e apenas o aproveitamento de 2,5% dos estudantes foi considerado de “bom” a “excelente”, em 2002 (VASCONCELLOS, 2004).

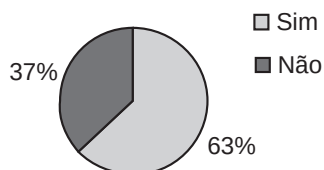
Quadro 2. Brasil: estudantes de 15 a 24 anos, por grau que frequentavam, 1995-2001 (em milhões)

Grau que frequentavam				
Anos	1º grau	2º grau	Superior	Total
1995	5,9	4,6	1,1	11,6
2001	6,4	7,6	2,1	16,1
Crescimento absoluto	0,5	3,0	1,0	4,5
Crescimento relativo	7,7%	65,1%	88,7%	38,5%

Fonte: IBGE, PNAD 2001.

Na amostra investigada na pesquisa do Projeto Juventude, os índices para 2003 foram mais elevados, pois chegaram a apontar 63% de jovens estudando no momento de realização do levantamento¹⁴. A pesquisa apontou também que as maiores diferenças estão entre os jovens que moram na cidade e no campo, pois cerca de 65% dos urbanos e 55% dos rurais estavam estudando (Quadros 3, 4 e 5). Considerando-se a variável cor/raça, percebe-se que os brancos atingem 64% entre os que estudam, os pardos 62%, os negros 62%, os orientais 78% e os indígenas 65% (Quadro 6).

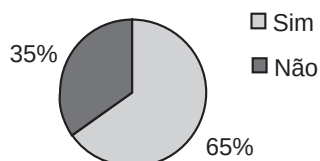
Quadro 3. Estudantes/não-estudantes



Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

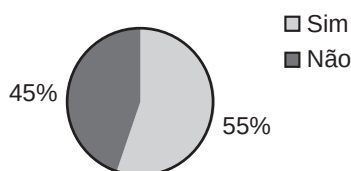
¹⁴ A elevação significativa daqueles que declaram estudar acompanha outras pesquisas realizadas por institutos como Datafolha e IBOPE; somente a partir da PNAD 2003 teremos condições de aferição dos dados globais.

Quadro 4. Estudantes/não-estudantes – moram na cidade



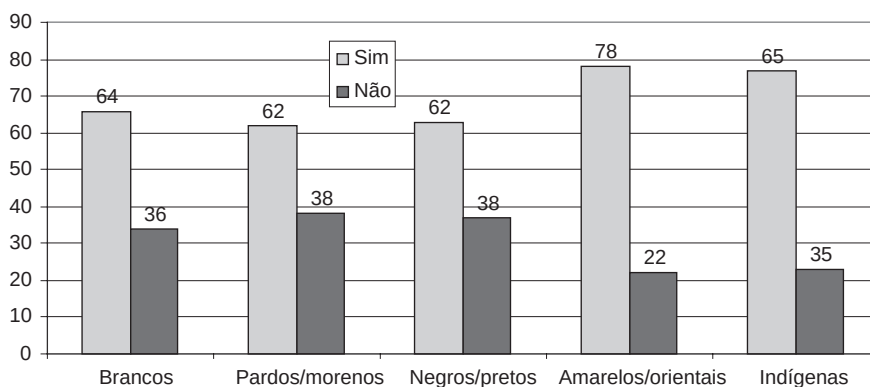
Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Quadro 5. Estudantes/não-estudantes – moram no campo



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Quadro 6. Estudantes e não-estudantes – raça/cor



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Se considerarmos o universo dos que declaram estar estudando, observamos que idade e sexo são elementos importantes para a compreensão do acesso à escola. Entre os homens, 91% dos que têm entre 15 e 17 anos frequentam a escola e, das mulheres, 88%; na faixa etária de 18 a 20 anos,

64% dos homens a frequentam e 61% das mulheres; entre os mais velhos (21 a 24 anos), 46% dos homens e 38% das mulheres. Apesar de a faixa etária constituir, ainda, momento adequado para a formação escolar, observa-se um forte decréscimo dos estudantes com a idade e, em todas as faixas, uma porcentagem menor de mulheres frequentando escolas (Quadro 7).

Quadro 7. Estudantes e não-estudantes – sexo e idade (%)

Idade	Homens		Mulheres	
	Sim	Não	Sim	Não
15 a 17	91	9	88	12
18 a 20	64	36	61	39
21 a 24	46	54	38	62

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Embora os dados da PNAD, em 2001, revelem uma porcentagem maior de jovens que não estavam estudando, é importante reconhecer que o recente processo de expansão do ensino provoca um aumento dos níveis de escolaridade da população jovem que se estende até os dias atuais e, provavelmente, a pesquisa esteja apresentando um retrato bastante aproximado desse fenômeno (Quadro 8).

Quadro 8. Brasil: nível de escolaridade/15 a 24 anos (%)

Nível de escolaridade	Censo 2000	PNAD 2001	PNAD 2002	“Perfil da juventude brasileira” Dez./2003
Até ensino fundamental	43,6	39,8	37,8	42
Até ensino médio	44,5	47,2	48,0	52
Ensino superior completo/incompleto	11,3	12,6	14,2	6

Fonte: IBGE/“Perfil da juventude brasileira”.

Se compararmos o nível de escolaridade, percebemos que as mulheres jovens praticamente empatam com os homens no ensino superior e estão poucos pontos percentuais acima em relação ao nível médio da escolaridade (Quadro 9), embora tenham índices mais altos do que os homens no âmbito daqueles que não estudam, como já foi observado. Aparentemente, de acordo com a pesquisa do Projeto Juventude, haveria uma discrepância entre estatísticas que cada vez mais apontam a progressiva presença das mulheres nos sistemas de ensino. Mas os dados podem indicar também que, ao conseguirem um percurso escolar sem tantas interrupções e com melhor rendimento, as mulheres jovens encerram mais rapidamente sua carreira escolar nos degraus básicos do ensino, continuando a apresentar sérias dificuldades de acesso ao ensino superior, como os rapazes. No entanto, a presença maciça das mulheres e seu desempenho no sistema de ensino brasileiro merecem novas investigações, uma vez que o fenômeno é muito recente para verificarmos se realmente há uma reversão de desigualdades construídas por vários séculos¹⁵. Por outro lado, sob o ponto de vista das etnias, percebe-se que negros e pardos estão alocados na educação básica, com pouquíssimo acesso ao ensino superior, e apresentam índices mais altos de concentração da escolaridade até o ensino fundamental do que brancos, que, em conjunto com os orientais, apresentam os percentuais mais elevados de acesso ao ensino superior (Quadro 10).

Quadro 9. Grau de escolaridade por sexo (%)

Escolaridade	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Ensino superior completo/incompleto
Total	42	52	6
Homens	43	50	7
Mulheres	41	53	6

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

¹⁵ O último ENEM, realizado em 2003, revela que os rapazes obtiveram melhor desempenho do que as mulheres (www.inep.br, acesso em 11 ago. 2004).

Quadro 10. Grau de escolaridade por raça/cor (%)

Escolaridade	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Ensino superior completo/incompleto
Total	42	52	6
Brancos	36	54	10
Pardos	44	52	4
Negros	52	46	2
Indígenas	49	49	2
Orientais	26	64	10

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Mesmo que mais da metade dos jovens já consiga atingir o último degrau da educação básica, o ensino médio¹⁶, é preciso apontar que cerca de 30% sofrem um atraso escolar significativo, pois não terminaram o ensino fundamental, que tem como faixa etária ideal para a conclusão, de acordo com a legislação vigente, 14 anos (ver Anexo, quadro 2).

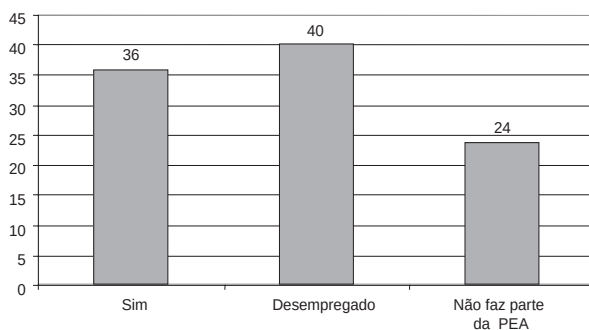
Apesar do incremento da escolaridade, o que em tese aproximaria os jovens das condições socioculturais de um modelo moderno da condição juvenil, caracterizado pelo acesso aos sistemas de ensino dissociado do mundo do trabalho, os investigados situam-se majoritariamente na órbita do trabalho, pois para 76% dos jovens essa dimensão está em seu horizonte vital (Quadro 11). Do conjunto dos investigados, 36% trabalhavam no momento do levantamento dos dados e 40% declararam estar desempregados¹⁷. Apenas 24% não se colocavam na população economicamente ativa (ver Anexo, quadro 3), incluindo aqueles que somente estudam (19%) e os que

¹⁶ O que não significa necessariamente possibilidades de conclusão. Cerca de 27% dos jovens estavam na 3ª série ou tinham ensino médio completo.

¹⁷ Esse contingente compreenderia a PEA.

nem estudam nem trabalham (5%). Entre aqueles que declararam trabalhar, 34% estavam no mercado formal (ver Anexo, quadro 4) e, no conjunto dos desempregados, 80% já haviam passado pela experiência do trabalho.

Quadro 11. Relações com o mundo do trabalho



Não é possível desconhecer que as desigualdades econômicas continuam a delimitar os horizontes possíveis de ação dos jovens nas suas relações com a escola e o mundo do trabalho. Os dados coletados evidenciam o brutal processo de concentração de renda e a distribuição desigual entre os grupos étnicos na amostra investigada (Quadro 12). Apenas 18% dos jovens brancos possuem renda familiar com mais de cinco salários-mínimos; esses índices decrescem significativamente para os jovens pardos e negros (12% e 8%, respectivamente).

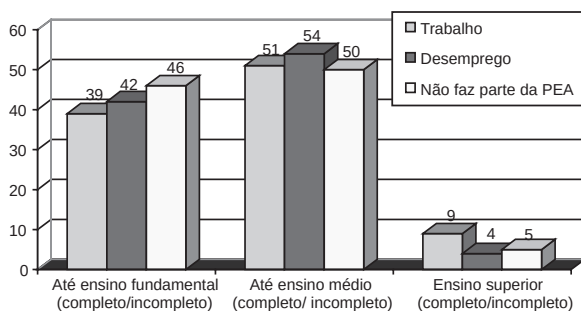
Quadro 12. Renda/raça/cor

Renda	Total	Branco	Pardos	Negros	Indígenas	Outras
Sem renda	1	1	1			
Até 2 salários-mínimos	43	36	46	51	50	59
+ de 2 a 5 salários -mínimos	31	32	30	30	27	20
+ de 5 a 10 salários -mínimos	9	11	8	5	6	11
+ de 10 salários-mínimos	5	7	4	3	2	4
Não respondeu	11	13	11	11	15	6

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

É importante verificar que, independentemente do acesso ao trabalho, a maioria dos entrevistados chegou até o ensino médio. Por outro lado, é preciso considerar que o desemprego afeta a todos, mas na amostra investigada atingiu em maior grau os que já estavam tendo acesso ao ensino médio ou já haviam concluído essa etapa da escolaridade (54%). Para o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), a PNAD de 2002 confirma esses dados, pois a taxa de desemprego atinge maiores índices nos últimos dez anos entre aqueles que tiveram acesso à escolaridade média (ensino médio incompleto) no total da população (www.iets.org.br, acesso em 8 ago. 2004)¹⁸. Esse quadro reitera, mais uma vez, que não há uma relação linear entre a elevação do nível de escolaridade da população jovem e o emprego. As oportunidades de inserção ocupacional dos jovens continuaram a ser escassas nos últimos anos, independentemente da elevação de sua escolaridade. Por outro lado, novas hipóteses investigativas se configuram, pois quase nada sabemos sobre o trabalho de jovens com menor escolaridade, o tipo de ocupação realizada e sua relação com as aspirações escolares. Do mesmo modo, o segmento dos “inativos”, constituído por uma maioria feminina, deveria também ser investigado, pois, localizado na base da pirâmide social, estabelece modos de vida bastante desconhecidos da literatura sobre jovens no Brasil (Quadro 13).

Quadro 13. Trabalho/escolaridade



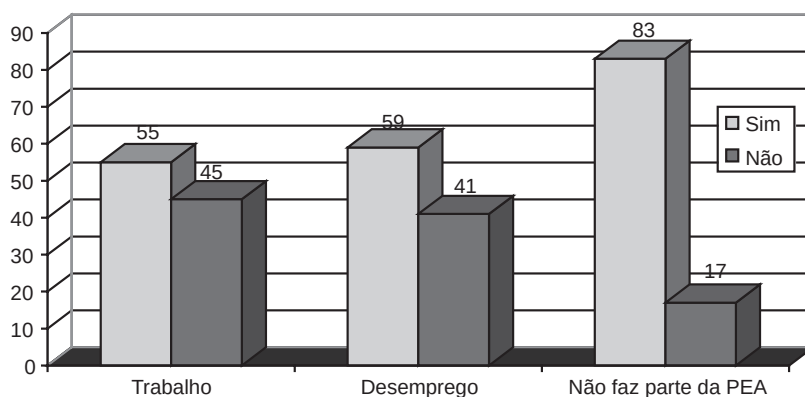
Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

¹⁸ De acordo com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), em 2002 a PNAD registrava 18,3% de desemprego entre a faixa de 18 a 24 anos. Sob o ponto de vista da escolaridade, o desemprego foi de 17,6% para os que estavam cursando o ensino médio, 10,9% para os que haviam concluído o segundo grau completo e 11,6% para aqueles que concluíram o ensino fundamental (esses dados não estão agregados por idade).

Toda a expansão da escolaridade dos jovens no Brasil não foi acompanhada de um efetivo desligamento da juventude do mundo do trabalho, hipótese assumida por vários economistas afinados com as denominadas teorias do capital humano, prevalentes nos anos 1970, e criticada por Felícia Madeira em artigo dos anos 1980 (MADEIRA, 1986).

O aumento do número de estudantes, de fato, ocorreu nos últimos 20 anos de acordo com a PNAD, pois, se em 1981 apenas 17,4% estudavam, em 2001 os índices chegavam a 28,1%. Porém, houve de modo concomitante o aumento dos índices daqueles que estudavam e trabalhavam, nesse mesmo período: eram 15,4% em 1981 e, em 2001, atingiram 20,9% dos jovens. Observou-se sensível diminuição dos que eram só ocupados, mas a expansão da escolaridade não implicou a retirada dos jovens do mundo do trabalho (CAMARANO *et alii*, 2003). Nos Quadros 14 e 15, verifica-se a simultaneidade de estudo e trabalho para mais da metade dos jovens investigados e um número bastante significativo de indivíduos que, apesar do desemprego, declararam estar estudando no momento da pesquisa.

Quadro 14 – Estudo e trabalho



Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Quadro 15. Ocupação/estudo/trabalho e não-trabalho (%)

Situação	Ocupado	Desempregado	Procura emprego	Não faz parte da PEA
Ocupado/ estuda	56	-	-	-
Estuda	-	60	74	81
Trabalha	44	-	-	-
Não estuda/não trabalha	-	40	26	19

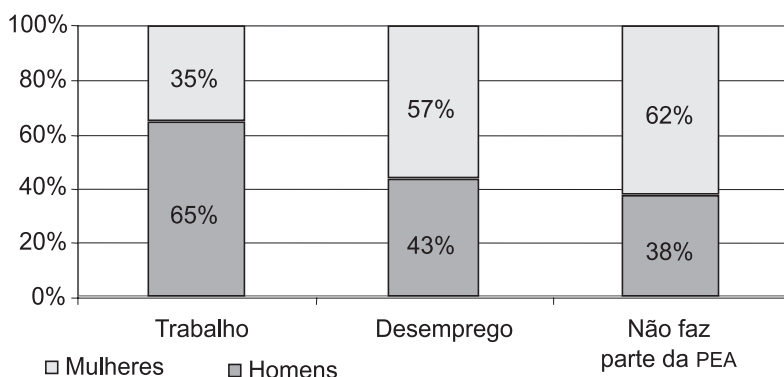
Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Esses dados sugerem também a necessidade de um contínuo exame das relações entre escola e trabalho sob o ponto de vista dos jovens, pois, mesmo afetados pelo desemprego, não entram todos em atitudes de abandono, ao menos imediato, de suas pretensões de escolaridade. Madeira também já caracterizava as relações entre educação e trabalho, sob o ponto de vista dos jovens, como intermitente (MADEIRA, 1986). Não se pode configurar nem uma adesão linear à escola ou um abandono ou exclusão total de aspirações de escolaridade no âmbito das orientações dos jovens que trabalham. Assim, para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Por essas razões, a experimentação e a reversibilidade de escolhas aparecem como fatores importantes para compreender as relações dos jovens tanto com a escola como com o mundo do trabalho, situando-as na dimensão do tempo como uma construção social e cultural em que se articulam demandas do presente e projetos para o futuro (MELUCCI, 1992 e 1997; GALLAND, 1996).

Apesar de mudanças sensíveis na elevação da escolaridade, não se pode subestimar as diferenças entre os sexos nas relações com escola e trabalho. As mulheres jovens são mais afetadas pelo desemprego do que os homens (57% e 43%, respectivamente) e integram majoritariamente a população que está fora do mercado de trabalho (62% e 38%, respectivamente), pois,

de cada dez jovens inativos, seis são mulheres. Esses dados não significam que essas jovens “inativas” sejam apenas estudantes, mas que poderão estar, sobretudo, no trabalho doméstico, conforme indicam alguns estudos sobre jovens que não trabalham e não estudam (RIOS-NETO e GOLGHER, 2003; SILVA e KASSOUF, 2002; CAMARANO e outros, 2003) (Quadro 16).

Quadro 16. Trabalho/sexo



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

As diferenças entre os sexos aliadas à variável “idade” também são importantes, pois a frequência à escola para as mulheres decresce com a idade mais do que para os homens. Mais de 40% das jovens entre 21 e 24 anos não estão na escola nem no mercado de trabalho, ao passo que esses índices caem para 17% para os homens. É interessante considerarmos que a temática do desemprego tem sido, no discurso hegemônico, aliada, mais ainda nos centros urbanos, ao tema da violência, recobrando uma imagem sobretudo masculina: seriam os homens jovens, principalmente afrodescendentes, moradores das periferias dos grandes centros urbanos na condição de desempregados, os eventuais contingentes a serem capturados pelo crime profissional. Ocorre que – não só a pesquisa indica, mas os próprios índices nacionais confirmam – que as mulheres jovens estão na faixa do não-emprego ou da inatividade e fora do circuito da escolaridade em índices significativamente mais expressivos do que os homens. Assim, ao não se considerar as relações entre os sexos como portadoras de sentidos e práticas diversas que tornam invisíveis o universo feminino cotidiano, mais restrito

à esfera privada com menor circulação nos espaços públicos e, portanto, “menos ameaçador” à ordem pública, o tratamento do desemprego juvenil tem sido carregado de imagens e estereótipos masculinos¹⁹.

Algumas imagens da educação e da instituição escolar

É interessante observar como os temas relativos à educação participam do universo juvenil de forma diversificada. A educação aparece como o quarto problema que afeta os jovens investigados (ver Anexo, quadro 20), sendo os índices um pouco mais elevados no segmento que têm curso superior completo ou incompleto. Deve-se ressaltar que a percepção dos dois primeiros problemas muda menos de acordo com a escolaridade e mais a partir da renda (Quadro 17). Para todos, certamente a violência aparece como o grande problema, com mais intensidade entre os de maior renda. Para os jovens que só conseguiram frequentar até o ensino fundamental e de menor renda o maior problema é o emprego, seguido de modo próximo pela violência.

Quadro 17. Problemas que mais preocupam/escolaridade/renda

Problemas	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Ensino superior	Até 2 salários-mínimos	+ de 2 a 5 salários-mínimos	+ de 5 a 10 salários-mínimos	+ de 10 salários-mínimos
Segurança/violência	25%	28%	28%	26%	26%	27%	37%
Emprego/profissional	26%	26%	20%	28%	24%	17%	17%
Drogas	7%	8%	10%	7%	8%	12%	6%
Educação	5%	7%	9%	6%	7%	7%	8%

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Algumas diferenças entre os sexos podem ser observadas, quando os assuntos são de escolha e do interesse dos jovens, quanto ao lugar obtido pelo tema “educação” (ver Anexo, quadro 21). Para as mulheres a educação (42%) é o tema portador de maior interesse, seguido por emprego e profissão (32%); os rapazes têm seu alvo de interesse, em primeiro lugar, em torno

¹⁹ Um tratamento mais minucioso dos dados permitiria o cruzamento da variável “sexo” com etnia e certamente indicaria maiores desigualdades para as mulheres negras, conforme vários estudos indicam.

do emprego (43%) e, em seguida, educação (34%) (ver Quadros 18 e 19).

Em outro momento da entrevista, solicitados a se pronunciarem sobre o tema de interesse pessoal do modo mais livre possível, os jovens afirmaram novamente ser a educação um tema de interesse, embora essa escolha, para os homens, esteja no mesmo patamar que os esportes. Esse dado aponta, curiosamente, uma tendência importante, bastante desprezada no debate atual sobre juventude. Acusada de hedonismo ou pela busca incessante de viver o presente, a juventude revelada pela pesquisa do Projeto Juventude indica ter interesses em discutir educação e trabalho, temas que tanto dizem respeito à condição presente como constituem aspectos relevantes para estabelecer seu modo de inserção na vida adulta e seus projetos para o futuro. Voltam-se, assim, para temas relacionados às agências socializadoras tradicionais, indicando que sua importância está assegurada no horizonte juvenil, o que implica investigar as mudanças que se observam em seu interior e os significados de cada uma dessas esferas em sua experiência cotidiana.

Quadro 18. Assuntos de interesse/sexo (%)

Assuntos	Total	Homens	Mulheres
Educação	38	34	42
Emprego/ profissional	37	43	32
Cultura/lazer	27	27	27
Esportes/ativida- des físicas	21	36	5
Relacionamentos amorosos	20	25	14
Família	16	14	19
Saúde	13	8	18
Segurança/ violência	10	6	15
Governo/ política	7	8	6
Drogas	7	4	9
Sexualidade	7	6	8

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Quadro 19. Tema de maior interesse pessoal independentemente de qualquer coisa (%)

Assuntos	Total	Homens	Mulheres
Educação	28	26	30
Esportes	15	26	4
Artes	11	9	13
Sexualidade	11	8	14
Drogas	10	8	11
Desigualdade social	8	7	9
Ética e moral	5	5	5
Racismo	4	2	6
Ecologia	3	3	4
Política	3	3	3

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Quando querem discutir assuntos considerados importantes, entre eles a educação e o emprego, os jovens buscam claramente o mundo adulto familiar como universo de referência. Ouvem mais as mães (58% dos homens e 60% das mulheres) do que o pai. Tanto pelos rapazes como pelas moças, os professores são muito pouco citados (ver Anexo, quadros 21 a 23 e 36). Apesar de considerarem a educação como área de interesse, não escolhem os profissionais do ensino para uma possível conversa. Mesmo que o tema esteja claramente associado ao universo de projetos e expectativas pessoais e, por essa razão, o interlocutor mais próximo esteja situado na família, seria interessante investigarmos, na percepção dos jovens, as razões de a escola e seus profissionais estarem ausentes na discussão de tema tão importante, diretamente relacionado ao seu existir (Quadro 20). Por outro lado, as respostas atestam a relevância das figuras familiares na vida dos jovens, mesmo que nessa relação possam estar pressupostas novas formas de interação advindas das transformações dos modelos familiares, pois querem discutir com seus pais temas até então considerados tabus no âmbito familiar, como sexualidade e drogas (Quadro 22).

Quadro 20. Pessoas que se constituem como referência a ouvir em assuntos importantes/sexo (%)

Pessoas a quem recorre	Total	Homens	Mulheres
Mãe	59	58	60
Pai	15	19	11
Esposo(a)/ companheiro(a)	6	4	8
Avô(ó)	3	5	1
Amigo(a)	3	1	5
Padre/pastor	3	2	3
Namorado(a)	2	2	2
Professor(a)	2	1	2
Tio(a)	2	1	2
Irmão(ã)	2	2	1

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Com os amigos, preferem discutir temas relacionados a comportamento e, por essa razão, drogas e sexualidade aparecem em primeiro lugar (ver Anexo, quadro 24). Preferem também conversar sobre esportes, principalmente os homens, e as mulheres caminham para o campo das artes (música, teatro, dança). Na condição de tema de interesse público, a ser discutido pelo conjunto da sociedade, os jovens não hesitam em apontar novamente a educação (ver Anexo, quadro 25)²⁰.

De modo geral, os dados indicam que a educação para os jovens é tanto uma questão de sua esfera pessoal, preferindo nesse âmbito discutir com os familiares, como uma questão da esfera pública, que deveria ser examinada pelo conjunto da sociedade. Mas intriga que, aparentemente, a unidade escolar não esteja diretamente incluída nesse horizonte.

²⁰ Em segundo lugar, aparecem as desigualdades sociais como tema relevante para a discussão, contrastando com uma atribuição de estrito individualismo na experiência dos jovens brasileiros.

Um olhar mais interno ao sistema escolar evidencia que, se as relações entre a escola e os jovens não podem ser consideradas excelentes, também não são de todo insatisfatórias para a maioria. Aqueles que consideram existir por parte da escola uma incompreensão em relação aos jovens somam 18%. Quanto ao interesse por seus problemas, praticamente 30% consideram que a instituição não tem interesse. Mas os mesmos índices (30%) são apontados para aqueles que consideram que a escola tem muito interesse. Percebendo certo distanciamento da unidade de ensino em relação ao seu entorno, quase 60% afirmam que a escola tem pouco ou nenhum interesse pelo bairro. Por outro lado, as questões da atualidade não parecem estar distantes do universo escolar, pois quase 40% afirmam que encontram na escola espaço para esses temas (ver Anexo, quadro 41 e Quadro 21).

Quadro 21. Escola e mundo juvenil (%)

Escola	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
Entende os jovens	24%	58%	15%	3%
Tem interesse pelos problemas dos jovens	29%	43%	19%	10%
Tem interesse pelo seu bairro	13%	27%	29%	31%
Tem interesse em questões da atualidade	39%	40%	15%	6%

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

A variável escolaridade interfere nessas apreciações, pois o conjunto mais insatisfeito no quesito “entender os jovens” está situado na população universitária (25%), em contraste com os que são menos escolarizados, pois a insatisfação cai para 16% entre os jovens que têm até ensino fundamental. O mesmo ocorre com o nível de interesse pelos problemas dos jovens, pois, à medida que a escolaridade aumenta, diminui a adesão à ideia do interesse: responderam pouco ou nenhum interesse 25% dos jovens com ensino

fundamental, 31% dos jovens com ensino médio e 33% dos universitários (Quadro 22). Uma hipótese a ser mais bem investigada reside na possível ausência de grandes expectativas em relação à experiência escolar por parte dos segmentos menos escolarizados, pois parecem considerar que nas condições atuais a oferta não é totalmente ruim. Não muito satisfeitos, mas com um nível reduzido de aspirações diante do que lhes é ofertado, os jovens talvez não consigam estabelecer claros elementos comparativos que permitam propor alternativas diversas para a trajetória escolar. Os mais escolarizados, ao constituírem percursos mais longos nas várias etapas do sistema de ensino, aprendem a construir um juízo mais completo dos benefícios e limites da ação escolar para além dos conteúdos de ensino propriamente ditos.

Quadro 22. Escola e mundo juvenil/escolaridade (%)

Escola	Total	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Ensino superior
Entende os jovens				
Muito	24%	31%	17%	25%
Mais ou menos	58%	53%	63%	50%
Pouco	15%	13%	15%	23%
Nada	3%	3%	4%	2%
Tem interesse pelos problemas dos jovens				
Muito	29%	36%	23%	28%
Mais ou menos	43%	39%	47%	40%
Pouco	19%	16%	21%	25%
Nada	10%	9%	10%	8%

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Apesar da crise da escola e das dificuldades que os jovens enfrentam para assimilar os conteúdos escolares em condições de extrema precariedade da rede de ensino, sobretudo a pública, a confiança nos professores é apontada com muita intensidade, situando-se logo depois da família (ver Anexo, quadro 69).

Ao cruzarmos os índices de confiança com escolaridade, verificamos que, para aqueles que são menos escolarizados (até o ensino fundamental), 88% citaram confiar em seus professores; dos que atingem o ensino médio, 92% e os universitários, 95% (Quadro 23). Novas investigações deveriam ser realizadas de modo a interpretar os vários sentidos da expressão *confiança* e se esses prováveis significados comporiam uma apreciação de natureza afetiva, vendo no professor um provável interlocutor, um amigo²¹. Se os universitários constituem o segmento mais insatisfeito quanto à capacidade de a escola em entender os jovens e se interessar por seus problemas, provavelmente as respostas relativas à confiança podem indicar mais respeito ao desempenho, à competência e às condutas dos mestres do que propriamente uma atitude derivada de uma interação pessoal forte e afetiva. Os professores e a escola são muito pouco citados como possíveis alternativas para diálogos e conversas em torno de assuntos considerados relevantes pelos jovens.

Quadro 23. Instituições/pessoas em que mais confia (%)

Instituições	Total	Homens	Mulheres
Família	98	99	97
Professores	90	90	91
Parentes	81	82	81
Colegas de escola	78	79	78
Companheiros de trabalho	77	80	72
Igreja/padres católicos	76	73	78
Militares/Forças Armadas	67	65	70
Polícia civil	67	65	69
Polícia militar	66	61	70
Movimentos populares	65	66	65
Igreja evangélica/pastores	62	65	59

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Por essas razões, ao apontarem qual é o maior fator de amadurecimento, tanto homens como mulheres jovens consideraram, em primeiro lugar, a família (ver Anexo, quadro 37). A elevada *performance* da instituição familiar tem sido recorrente em outras investigações internacionais, realizadas em alguns países como Itália, Espanha e Portugal. Ao que tudo indica, a crise das instituições políticas clássicas e do Estado leva os jovens a atribuírem índices mais altos de confiança na esfera privada. Poderíamos considerar que se trata, assim, de uma vocação apenas para o consumo ou para a circulação no mundo das relações privadas, mas também de uma recusa ao tipo de prática política dominante nos mecanismos clássicos da participação política.

No entanto, não é possível desconsiderar que a importância da família ocorre em sentido inverso à renda, ou seja, os jovens mais pobres atribuem ao grupo familiar uma relevância não acompanhada por aqueles que pertencem às famílias com renda mais alta. Assim, para estes estratos, a escola também tende a aparecer mais fortemente do que para aqueles que estão na base da pirâmide social (Quadro 24).

Quadro 24. Fatores de amadurecimento sexo/renda (%)

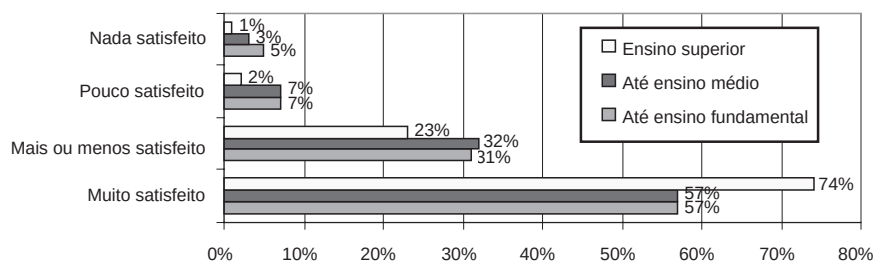
Fator	Total	Homens	Mulheres	Até 2 salários- mínimos	+ de 2 a 5 salários- mínimos	+ de 5 a 10 salários- mínimos	+ de 10 salários- mínimos
Família	74	75	73	76	73	68	59
Escola	8	6	9	7	7	11	14
Rua	7	7	7	7	9	4	10
Trabalho	5	7	3	4	7	11	5
Igreja	3	3	4	3	3	3	8

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

²¹ Em matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 19 de julho de 2004, os resultados de questionário aplicado no ENEM de 2003 revelam que os alunos do ensino médio estão satisfeitos com seus professores. Apenas 8,87% consideram insuficiente o conhecimento do professor sobre sua disciplina e 13,36% também consideram insuficiente sua dedicação para preparar aulas e atender os alunos. Especialistas acreditam que os alunos são movidos por afetos ao estabelecerem índices tão positivos de apreciação de seus professores. Se o ingrediente afetivo parece estar presente, creio que ele não deve ser descartado *a priori* como negativo. Por outro lado, a afetividade parece não significar necessariamente incapacidade de crítica a outros aspectos da atividade docente. Seria preciso também considerar o nível de expectativas da maior parte dos alunos que só agora ingressam no ensino médio diante de seus professores, seu conceito de competência e os parâmetros que utilizam para dizer o que é um bom ou um mau professor. As pesquisas de natureza qualitativa evidenciam que há um conjunto de motivações nessas avaliações que tornam um pouco mais complexa a imagem que alunos fazem de seus professores, para além de uma adesão ingênua dos parâmetros exclusivos da afetividade (a este respeito consultar SPOSITO e GALVÃO, 2004).

Os jovens investigados frequentam ou freqüentaram majoritariamente a escola pública (89%) (ver Anexo, quadro 39) e apresentam visões diferentes sobre o grau de satisfação obtido com a educação recebida, ou seja, os aspectos diretamente ligados ao ensino. Os mais satisfeitos são aqueles que conseguiram acesso ao ensino superior (74%). Aqueles menos escolarizados são, portanto, os menos satisfeitos, tanto para os que têm até o ensino fundamental como até o ensino médio (Quadro 25). Apenas 8% não completaram a 4ª série do ensino fundamental, no entanto, quanto ao domínio da leitura, mais da metade dos homens (57%) e pouco menos da metade das mulheres (48%) consideram difícil a leitura ou a escrita (ver Anexo, quadro 38). Os dados indicam que os jovens conhecem suas dificuldades, uma vez que, apesar de uma elevação do grau de escolaridade, essas habilidades não estão asseguradas. Como a insatisfação com o ensino recebido não é majoritária, parece que os jovens, a partir de sua experiência escolar, consideram que aprender ou não ainda constitui, principalmente, um problema de natureza pessoal, muito mais decorrente do esforço do que derivado das condições em que se realizam o processo de ensino e aprendizagem e as desigualdades sociais.

Quadro 25. Nível de satisfação com a educação escolar recebida/escolaridade



Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Mas há outras avaliações sobre a experiência escolar realizadas pelos entrevistados que propõem temas importantes para o aprofundamento sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. Fica evidente que, sob a perspectiva do futuro profissional, a escola é tida como muito importante por ampla maioria (76%) (ver Anexo, quadro 40), mas essa crença é menos visível tendo em vista os benefícios do presente, pois os índices decrescem

para 58% para aqueles que consideram a escola muito importante para a obtenção do trabalho, sendo que 7% a consideram nada importante. Outra característica positiva da experiência escolar decorre de uma maior compreensão da realidade, pois para 74% dos entrevistados sua influência é muito importante. Para dois terços dos entrevistados, a escola é muito importante para fazer amigos e para o dia a dia. De modo geral, as apreciações positivas são muito fortes, restando um contingente que não chega a 10% de descontentamento com os benefícios da frequência à escola. Por outro lado, essa apreciação bastante positiva, proposta pela pergunta, refere-se à escola como um todo, estando nela incluídos os saberes sistematizados, a vida cotidiana, as relações entre profissionais e alunos, as amizades etc. Temas mais específicos, que constituem o núcleo duro da instituição escolar que é a transmissão da cultura letrada, contemplando os saberes disciplinares, seus conteúdos e métodos de ensino, não estão tratados separadamente. Esses aspectos, examinados isoladamente, poderiam oferecer maior grau de informação sobre como os jovens pensam a escola e propor novas possibilidades investigativas (Quadro 26).

Quadro 26. Avaliação do que aprendeu/viveu na escola, por gênero (%)

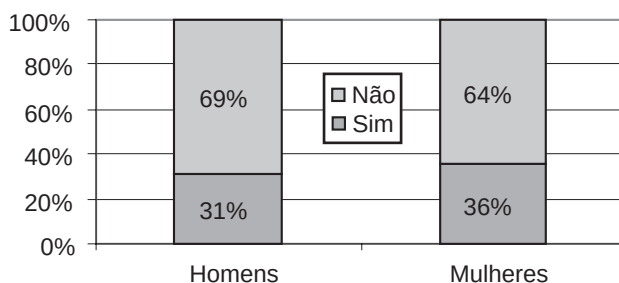
Benefícios da escola	Muito importante		Mais ou menos importante		Pouco importante		Nada importante	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Futuro profissional	76	77	18	18	4	4	2	1
Obter trabalho hoje	61	55	18	19	6	6	7	7
Para o dia a dia	69	64	23	28	6	7	3	1
Para entender a realidade	74	75	18	18	6	7	2	1
Para fazer amigos	69	62	18	26	10	9	3	2

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Indagações sobre as experiências de discriminação, humilhação e desrespeito permitiram um elenco importante de respostas que incidem sobre a escola. As mulheres jovens, mais do que os homens, declararam ter sofrido discriminação (ver Anexo, quadro 80) e, como era de esperar, negros e pardos apresentaram maiores índices de respostas afirmativas do

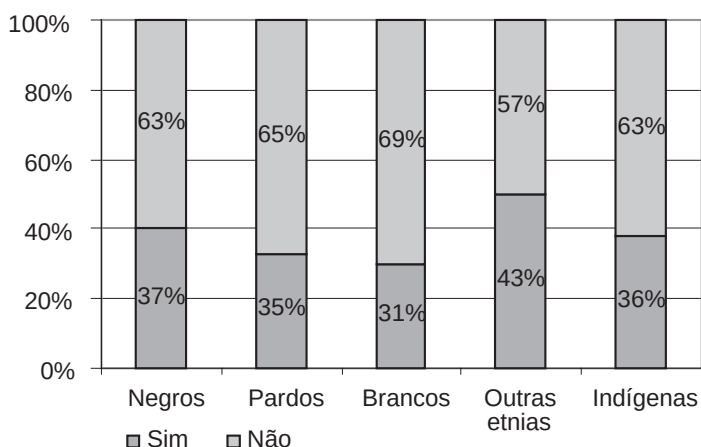
que os brancos. Os jovens menos escolarizados e com menor renda também indicam estar mais expostos a essa situação, que reitera, assim, os fundamentos dessas práticas a partir de desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Quadros 27, 28, 29 e 30).

Quadro 27. Experiência de discriminação, humilhação, falta de respeito, por gênero



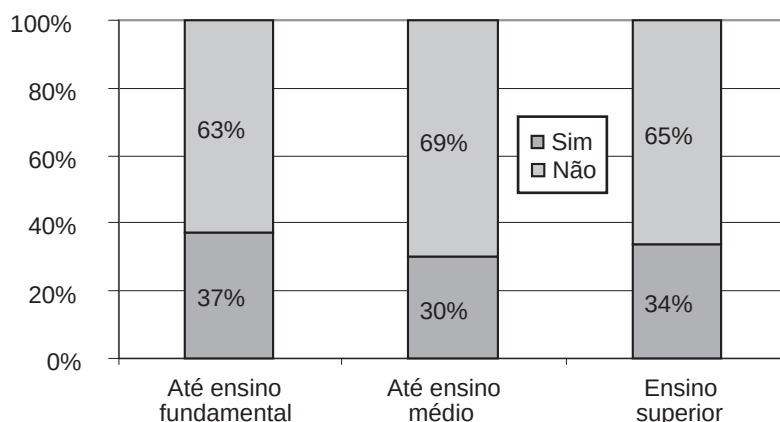
Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Quadro 28. Experiência de discriminação, humilhação, falta de respeito/raça/cor



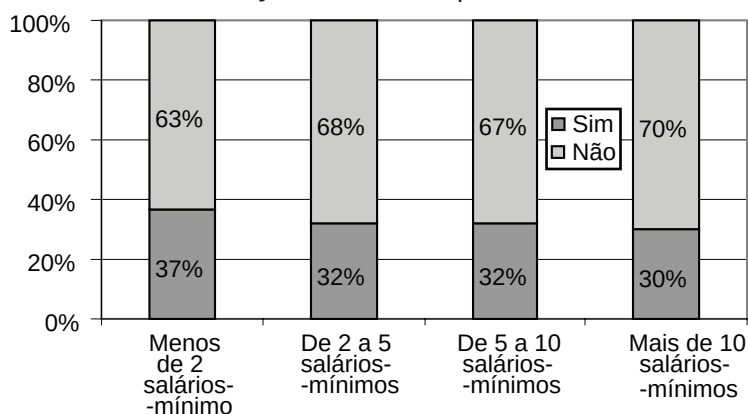
Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Quadro 29. Experiência de discriminação, humilhação, falta de respeito/escolaridade



Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Quadro 30. Experiência de discriminação, humilhação, falta de respeito/renda



Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Se há um grau razoável de convergência para uma apreciação positiva da vida na escola, é preciso considerar, de acordo com os jovens investigados, que esse ambiente não está imune à possibilidade de algum tipo de constrangimento ou de sofrimento psíquico. Os protagonistas e as circunstâncias que

envolvem a experiência de discriminação, desrespeito ou humilhação podem ser diversos, dependendo das variáveis sexo ou raça/cor.

Tanto para os jovens como para as jovens, os colegas, tanto do bairro como da escola, constituem a fonte mais frequente desse tipo de experiência (24% do total das respostas). Para os homens, em terceiro lugar estão os policiais e seguranças como protagonistas de situações de constrangimento e humilhação e, em quarto lugar, os atores do mundo do trabalho, principalmente chefes e patrões. Para as mulheres, em terceiro lugar estão as relações face a face no ambiente doméstico (pai, mãe, irmãos, marido) e, em quarto, o mundo do trabalho. As interações mais próximas, tanto no ambiente familiar como com namorados(as), atingem 28% das citações para o total dos investigados, constituindo atores variados conforme se depreende no Quadro 31, sendo mais citadas pelas mulheres do que pelos homens.

Quadro 31. Pior experiência/protagonista, por gênero (%)

Protagonista	Total	Homens	Mulheres
Amigos/colegas do bairro	12	12	12
Amigos/colegas de escola	12	12	12
Patrão/chefe/colega de trabalho	8	9	7
Pai/mãe/irmãos/marido/esposa	7	5	9
Desconhecidos na rua	7	7	6
Policial/segurança	6	11	2
Conhecidos dos pais/de amigos	6	8	5
Vendedores/funcionários	6	5	7
Vizinhos	5	4	5
Professores/funcionários da escola	5	4	5
Tios/avós/primos	3	2	3
Ex-namorado(a) e afins	3	2	5
Namorado(a)	2	2	3
Outras respostas	5	6	7
Não sabe/não respondeu	9	8	11

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Depois dos colegas/amigos, as interações no ambiente de trabalho também são as mais citadas por todos os grupos. Se considerarmos as diferenças étnicas, verificaremos que, para os negros, este ambiente é o mais discriminador. Para os indígenas, grupo de jovens muito pouco investigado no Brasil, os policiais ou seguranças constituem fortes protagonistas de experiências de humilhação, além de conhecidos dos pais ou amigos (Quadro 32).

Quadro 32. Pior experiência/protagonista por raça/cor

Protagonista	Total	Brancos	Pardos	Pretos	Indígenas	Outros
Amigos/colegas do bairro	12	15	12	9	13	3
Amigos/colegas de escola	12	13	11	12	8	3
Patrão/chefe/colega de trabalho	9	9	9	13	7	-
Pai/mãe/irmãos/marido/esposa	7	6	8	8	8	15
Desconhecidos na rua	7	6	7	8	8	-
Policia/segurança	6	6	5	6	10	3
Conhecidos dos pais/de amigos	6	5	6	6	17	7
Vendedores/funcionários	6	7	6	6	4	5
Vizinhos	5	4	4	5	8	6
Professores/funcionários da escola	5	5	4	5	3	5
Tios/avós/primos/sogro(a)	3	3	4	4	5	4
Ex-namorado(a) e afins	3	4	3	4	1	-
Namorado(a)	2	2	3	3	-	11
Outras respostas	5	4	8	7	14	8
Não respondeu/não sabe	9	6	12	5	6	23

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Quanto ao local das ocorrências, verifica-se que as ruas, o bairro e a cidade constituem cenários para que as situações ocorram. No entanto, a rua aparece como espaço que comporta um grande número de relações primárias, pois os atores situam-se no campo das interações primárias, face a face, uma vez que os protagonistas desconhecidos foram pouco citados, conforme já foi observado (Quadro 33). A escola, como espaço de tensões e situações de sofrimento, aparece em segundo lugar, o que é,

de certa forma, esperado, uma vez que as relações entre os pares aparecem como as mais difíceis.

Quadro 33. Pior experiência/local de ocorrência, por gênero (%)

Locais	Total	Homens	Mulheres
Rua/bairro/cidade	22	27	19
Escola	20	18	22
Na própria casa	13	9	16
Trabalho/agência de emprego	9	10	7
Estabelecimentos comerciais	5	5	4
Na praça/quadras esportivas	4	5	3
Em casa de amigos/namorados	4	3	4
Em casa de parentes/sogro(a)	4	2	4

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

As relações no grupo familiar e as amizades, formas importantes de convívio para a sociabilidade juvenil, são também marcadas por conflitos e tensões que os jovens não deixam de referir. O mundo do trabalho também não está alheio a esse tipo de experiência adversa. Os dados também indicam que, mesmo reconhecendo a relevância dessas esferas, não mitificam as interações que nelas ocorrem.

Concluindo?

Muitas possibilidades estão presentes nas análises de uma investigação, dependendo das variáveis selecionadas e do tratamento dos dados. O caminho seguido neste artigo foi relativamente simples e, certamente, não esgotou o conjunto de informações disponibilizadas pela pesquisa “Perfil da juventude brasileira” e não optou por qualquer tratamento estatístico mais aprofundado.

Foi possível neste trajeto discutir – ou ao menos problematizar – certas afirmações recorrentes sobre os jovens em suas relações com as instituições

socializadoras tradicionais, principalmente a escola. Sua expansão por meio da abertura recente das oportunidades de acesso ao sistema de ensino, em particular o ensino médio, tem criado uma nova geração de jovens que incorporam a variável escolar no seu repertório de práticas e expectativas. Para esta geração, predominantemente urbana (apenas 19% dos entrevistados moravam no campo e 64% sempre moraram na mesma cidade) (ver Anexo, quadro 6), há um mergulho na “sociedade escolarizada”, pois a instituição escolar está no centro das referências identificatórias, independentemente de uma possível adesão ou crítica (FERNANDES, 1994). Os jovens assumem essas referências e, de modo geral, não contestam fortemente sua legitimidade, embora reconheçam limites no impacto que a instituição escolar tem sobre suas vidas, sobretudo nos benefícios de uma provável inserção no mundo do trabalho. Sabem que a escolarização é uma entre outras possibilidades para se situar melhor no mundo, para além de um ganho imediato com o emprego ou um futuro profissional melhor. Consideram a existência de uma relativa abertura para as questões que envolvem o mundo contemporâneo e a própria juventude, mas não estabelecem críticas contundentes à qualidade da educação oferecida. Talvez, reproduzindo os mecanismos contemporâneos da dominação, que trata a tarefa da socialização como “uma aparente escolha pessoal do sujeito”, consideram que são responsáveis pelas próprias dificuldades que apresentam no domínio das habilidades e competências a serem oferecidas pela unidade escolar.

A expansão da escolaridade e a progressiva retirada da criança e do jovem do mundo do trabalho criaram a imagem moderna da juventude, de tal forma que, afirmam alguns autores, “escolarização faz juventude” (FANFANI, 2000). Mas, como a expansão da escolaridade no Brasil é recente, uma vez que nos últimos 50 anos parcela significativa da juventude brasileira permaneceu fora da escola ou teve acesso apenas aos níveis iniciais do sistema de ensino, deveríamos problematizar algumas afirmações clássicas que atribuem à moderna constituição da juventude pela mediação escolar e como essa mesma mediação não apareceria, hoje, na consolidação de uma condição juvenil pós-moderna.

Os jovens que hoje estão no sistema de ensino experimentam a condição juvenil em espaços não escolares e já adentram na instituição com essas práticas e modos de vida consolidados porque possuem alternativas e querem, certamente, preservá-las. Aqueles que não encontram fora do espaço escolar possibilidades

de interações ricas nos grupos de pares, nas formas de lazer e de consumo ou na produção cultural compartilham esse universo simbólico carregado de expectativas e esperam realizá-las enquanto estudantes. Certamente constituem essas demandas desde o momento em que abandonam a infância, pois a escola não é a única agência que lhes oferece modelos culturais para a experiência de ser jovem. Não podemos deixar de considerar que estilos, hábitos e modos de vida são conformados também por outras agências, conforme já foi observado, reiterando a ideia dos múltiplos espaços socializadores.

Depositam confiança na escola, em relação ao projeto futuro, mas as relações são mais difíceis e tensas com o tempo presente, na crise da mobilidade social via escola. Configura-se, desse modo, uma ambiguidade caracterizada pela valorização do estudo como uma promessa futura e uma possível falta de sentido que encontram no presente. Nessa tensão, pode ocorrer uma relação predominantemente instrumental com o conhecimento, resposta mínima para se evitar a deserção ou o retraimento total em relação ao processo de sua apropriação (SPOSITO e GALVÃO, 2004; SOUZA, 2003).

Na encruzilhada das instituições socializadoras, a família aparece como importante, particularmente para os mais pobres, pois seus laços asseguram trocas afetivas e simbólicas, alguma estabilidade e mecanismos de sobrevivência mais estáveis em um quadro de ausência da ação pública e de retraimento de direitos. Não se trata, assim, de uma família idealizada, pois os conflitos são descritos e os aspectos negativos não são omitidos²².

Todavia, chama a atenção, além do fato de os jovens seguirem percursos institucionais clássicos sem adesão total, mas também sem recusa, como é o caso da escola, a importância do mundo do trabalho²³. Sob esse ponto de vista, poderíamos afirmar que no Brasil o “trabalho também faz juventude” e se torna demasiadamente complexa a construção sociocultural da categoria “juventude” em nosso país sem a sua mediação efetiva e simbólica. Esse reconhecimento não implica, de modo ingênuo e talvez equivocado, uma defesa do trabalho de adolescentes e jovens, sobretudo se considerarmos as

²² Um tratamento mais exaustivo dos dados sobre os jovens e família fugiu ao escopo deste texto, mas certamente enriqueceria nossa compreensão mais completa dessas dinâmicas.

²³ Os vários sentidos e o lugar do trabalho – que não é recoberto pela categoria “emprego” na vida juvenil – também não foram analisados neste artigo.

especificidades de cada momento do ciclo que tratamos genericamente como juventude²⁴. Ao contrário, implica admitir que, se a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, no Brasil uma alteração desse quadro deveria ser expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais, submetidas a processos de longa duração.

Por essas razões, ao tentar analisar a emergente condição juvenil contemporânea no Brasil, seremos também obrigados a tratar, sob a ótica da diversidade, daquilo que aparentemente é o mais tradicional da modernidade – trabalho, família e escola –, sem que, necessariamente, estejamos reiterando chaves analíticas anacrônicas, conservadoras, ou negando horizontes utópicos de cunho emancipador.

Referências bibliográficas

- ABAD, Miguel (2003). Crítica política às políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas. Juventude em Pauta*. São Paulo, Cortez Editora/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine (1996). Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et Sociétés*, v. 28, n. 1.
- BARRÈRE, A. e MARTUCCCELLI, D. (2000). La fabrication des individus à l'école. In: VAN-ZANTEN, A. (org.). *L'école. L'état des savoirs*. Paris, Éditions La Découverte.
- BILAC, Elisabete Dória (1995). Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, EDUC/Cortez Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1988). *Cosas dichas*. Barcelona, Gedisa Editorial.
- _____. (1989). *La noblesse d'état*. Paris, Minuit.
- CAMARANO, Ana Amélia; PAZINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange e VIANNA, Caroline (2003). A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios. *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, n. 21, IPEA.
- CAMPOS, Maria Malta (1999). A qualidade da educação em debate. *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 22. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

²⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata com muita clareza os limites legais e legítimos aceitos para a atividade de trabalho dos adolescentes.

- COSTA, Jurandir Freire (2004). Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- DUBET, François (1996). Des jeunesses et des sociologies: le cas français. *Sociologie et Sociétés*, v. 28, n. 1.
- _____ (1998). A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação. Revista Semestral de Ciências Sociais e Educação*. Instituto de Estudos da Cultura e Educação continuada – IEC, Rio de Janeiro, ano III, n. 3.
- _____ (2002). *Lé déclin de l'institution*. Paris, Seuil.
- ELIAS, Norbert (1985). *La société de cour*. Paris, Flammarion.
- FANFANI, Emilio (2000). *Culturas juveniles y cultura escolar*. Documento apresentado no seminário “Escola jovem: um novo olhar sobre o ensino médio”. Brasília/MEC.
- FERNANDES, Heloísa (1994). *Sintoma social dominante e moralização infantil*. São Paulo, Edusp/Escuta.
- FIGUEIRA, Sérvulo (1986). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Uma nova família?* Rio de Janeiro, Zahar.
- GALLAND, Olivier (1996). L'entrée dans la vie adulte en France. *Sociologie et Sociétés*, v. 28, n. 1.
- KEHL, Maria Rita (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MADEIRA, Felícia (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 58, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, ago.
- MARTINS, José de Souza (1996). As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec.
- _____ (1994). *O poder do atraso*. São Paulo, Hucitec.
- MELUCCI, Alberto (1992). *Il gioco dell'Io*. Milão, Saggi/Feltrinelli.
- _____ (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, São Paulo, ANPED.
- PAIS, José Machado (1994). A geração yô-yô. In: *Dinâmicas multiculturais – novas faces, outros olhares*. Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa.

- PARSONS, T. (1974). La classe en tant que système social: quelques-unes de ses fonctions dans la société américaine. In: GRAS, A. *Sociologie de l'éducation. Textes fondamentaux*. Paris, Larousse Université.
- PASSERINI, L. (1996). A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 50. In: LEVI, G. e SCHMITT, J. C. *História dos jovens. A época contemporânea*. São Paulo, Cia das Letras.
- PERALVA, Angelina (1997). O jovem como modelo cultural. PERALVA, A. e SPOSITO, M. P. (orgs.). *Juventude e Contemporaneidade*, n. 5 e 6, São Paulo, Revista Brasileira de Educação, ANPED.
- RIOS-NETO, Eduardo e GOLGHER, André (2003). A oferta de trabalho dos jovens – tendências e perspectivas. *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, n. 21, IPEA.
- SETTON, Maria da Graça (2002). Família, escola e mídia, um campo com novas configurações. *Educação e Pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 28, n. 1, jan./jun.
- SILVA, Nancy de Deus Vieira e KASSOUF, Ana Lúcia (2002). A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, jul./dez.
- SINGLY, François de (1993). *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris, Nathan.
- _____ (2000). Penser autrement la jeunesse. *Lien social et politiques* – RIAC, 43, p. 9-21.
- SOUZA, Regina Magalhães (2003). *Escola e juventude*. São Paulo, EDUC/Paulus/FAPESP.
- SPOSITO, Marília P. (2003). Uma perspectiva não-escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, n. 57, p. 210-26, São Paulo, mar./mai.
- SPOSITO, Marília Pontes e GALVÃO, Izabel (2004). A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. *Revista Perspectiva*. Universidade Federal de Santa Catarina. Artigo aprovado para publicação (no prelo).
- STAKE, Robert (1982). *Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Comunicação aproveitada no “Seminário sobre avaliação”, PUC/RJ.
- VANNUCHI, Camilo e VILAS, Juliana (2004). *Quero ser grande. Isto É*, ed. 1804, 5 mai.
- VASCONCELLOS, Patrícia Meira de. (2004) *Projetos na escola: novas trilhas para o ensino médio*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC/SP.

Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas

Pedro Paulo Martoni Branco

Economista formado pela FEA-USP, foi diretor do CDHU – Cia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (1984-1987), diretor executivo da Fundação Seade (1991-2000) e assessor especial da presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo (2003-2004).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos sofreu uma forte elevação nos últimos dez anos completados em 2003 – alcançando, nesta data, cerca de 88 milhões de pessoas. Com isso, os jovens nessa faixa etária já estariam representando cerca de 47% do total global de desempregados no mundo, ainda que correspondam a não mais do que 25% da totalidade da população trabalhadora (identificada como economicamente ativa e, portanto, em situação de atividade, ou desocupada procurando trabalho) do planeta. Nos países “em desenvolvimento” a situação é ainda pior, uma vez que a possibilidade de um jovem tornar-se desempregado é cerca de 3,8 vezes maior do que a de um adulto a partir de 25 anos. Nos países desenvolvidos, a chance de que um jovem se veja desempregado é 2,3 vezes maior do que a dos adultos acima de 25 anos.

Os dados aqui mencionados constam do recém-divulgado relatório “Tendências globais de emprego para a juventude 2004”, em que também se pode verificar que o crescimento da população mundial entre os jovens entre 15 e 24 anos foi de 10,5% no período entre 1993 e 2003. Todavia, a oferta de empregos para essa faixa de trabalhadores se expandiu no mesmo período apenas 0,2%. O mesmo estudo revela, ainda, que se o número de jovens desempregados pudesse ser reduzido à metade da sua atual expressão (recuando de 14,4% para 7,2% em termos globais), a economia mundial acabaria incorporando uma expansão estimada em 3,5 trilhões de dólares. Esse montante é equivalente a 7% do total do PIB mundial hoje realizado. E, no caso da África Subsaariana, os benefícios do crescimento seriam ainda superiores, implicando uma elevação do PIB entre 12% e 19%.

1. A questão do trabalho e da renda na vida cotidiana e no horizonte juvenil

Infelizmente, os indicadores sobre o mercado de trabalho no Brasil revelam um quadro igualmente dramático: as taxas de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos se inscrevem no topo da escala e representam praticamente o dobro dessa medida, quando tomada em referência ao total da População Economicamente Ativa (PEA), ou superior a duas vezes, se cotejada com as taxas aferidas para os contingentes adultos (no caso, acima de 24 anos). Basta sublinhar que, segundo os últimos resultados da PME¹, divulgados pelo IBGE e relativos ao mês de junho passado, enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho 8 em cada 100 se encontravam *desempregados*; no caso dos jovens, essa cifra saltava para 24,5 em cada 100, ou seja: *três vezes mais!*²

Além disso, se atentar para as características das ocupações preenchidas pelos contingentes de 16 a 24 anos, ver-se-á que, em muito maior proporção do que para os adultos em atividade, são em sua maioria jovens os indivíduos relegados ao preenchimento de posições ocupacionais de baixa qualidade, osten-

¹ PME – Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo).

² Cálculos aproximados efetuados a partir das tabelas disponibilizadas pelo IBGE.

tando vínculos precários e de menor remuneração, situados na camada inferior do setor informal. Com frequência, uma parcela significativa desses jovens que aceitam trabalhar sujeitando-se a tais condições, o faz comprometendo sua escolarização ou mesmo já estando fora da escola, sem que neste caso tivesse sequer completado os ciclos educacionais compatíveis com sua idade.

Por outro lado, todos os indicadores disponíveis têm evidenciado uma forte “pressão” dos jovens na procura por ocupação, denotando que, se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego cairiam substancialmente, uma vez que seu ingresso na força de trabalho seria adiado. E, além disso, estariam adquirindo melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para que pudessem enfrentar com maiores chances de êxito os desafios e obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo.

Postas em contraste essas duas leituras, restaria já de imediato a sensação de um antagonismo quase insuperável entre a procura por trabalho pela população juvenil e a resposta a essa busca que deveria ser proporcionada pela economia. É que, empurrados pelas estratégias de sobrevivência pessoal e/ou familiar, os jovens se sentiriam instados ou se veriam compelidos a “precocemente” exercitar a procura por ocupação, se defrontando quase sempre com as barragens e dificuldades erguidas por um ambiente econômico hostil e pouco permeável às suas aflitivas necessidades de obter respostas positivas.

Vista sob o ângulo dos esforços de toda a sociedade que deveriam ser orientados para a redução das taxas de desemprego e observada sob a ótica das ações de governo, essa perspectiva levaria ao entendimento de que, no plano mais imediato, caberia privilegiar aquelas políticas públicas voltadas para o desestímulo ao ingresso juvenil na PEA, retardando-se ao máximo a chegada do momento desse contingente se incorporar à PEA para “conseguir trabalho” e, desta forma, poder dar conta das demandas familiares e da sua própria sobrevivência com maior autonomia material.

Porém, uma orientação nesse sentido contrastaria fortemente com vários determinantes da realidade, que vêm transformando, para muitos jovens, a busca por ocupação numa opção imperiosa. Seja porque uma enorme quantidade, a maioria, a rigor, das famílias, em face de suas estratégias de enfrentamento da pobreza, não poderia prescindir dos acréscimos de renda que seriam pro-

venientes de algum – no limite, *qualquer* – engajamento de seus membros nas atividades produtivas; seja porque, mesmo naqueles casos em que a procura por trabalho não estivesse tão diretamente subordinada a necessidades extremas de obtenção de renda, ainda assim, por razões de afirmação de sua própria autonomia, os jovens continuariam se mostrando bastante empenhados em conquistar espaços no mercado de trabalho e, sempre que possível, tentariam conciliar tais novas responsabilidades com outras práticas dedicadas ao estudo e à aprendizagem profissionalizante, bem como a atividades ligadas à cultura, ao esporte etc. Além das práticas de participação social cujos desabrochar e engajamento ocorrem justamente nessa etapa da vida.

Afora os pontos já assinalados, a questão do *jovem e o trabalho* também se vê rodeada por outros aspectos, entre os quais sobressaem as dificuldades estruturais impostas por um padrão de crescimento econômico pouco ou nada generoso na geração de oportunidades, notadamente para aquelas frações da PEA sem nenhuma ou com escassa experiência anterior de trabalho e, muitas vezes, com escolaridade inferior à requerida – especialmente quando o processo de formação educacional foi interrompido sem que se tivesse completado o ciclo escolar compatível com a respectiva faixa etária.

Como a economia brasileira vem ostentando, ano após ano, taxas de crescimento muito inferiores aos níveis exigidos pelas necessidades de criação de emprego para se conseguir ao menos absorver os novos ingressantes no mercado de trabalho³, fazendo que se expanda, em termos tanto absolutos como relativos, o contingente total de desempregados, será imperioso atuar para se obter concomitantemente, além das novas vagas, uma diminuição progressiva nos elevados estoques de desempregados que compõem a mão de obra adulta com experiência anterior de trabalho. A situação de precariedade destes trabalhadores, além de dificultar o acesso dos jovens, promove a reprodução, nas famílias de menor renda, dos ciclos de pobreza que, frequen-

³ Estima-se que, a cada ano, apenas para acolher os que completam a idade mínima exigida para se poder trabalhar legalmente, ou iniciam a procura em meio ou após completarem os ciclos educacionais médio ou universitário, seria necessária a criação de pelo menos 1,5 milhão de novos empregos – algumas estimativas chegam a 1,8 milhão de novas vagas ao ano! Essa forte pressão é decorrente do padrão de crescimento populacional que seguirá demarcando a demografia brasileira durante a presente década, para só então ingressar num período de acentuado declínio e começar a refletir as mais recentes quedas ocorridas nas taxas de fecundidade, características marcantes do último decênio.

temente, também representam um forte impulso que termina empurrando precocemente os mais jovens para o mercado de trabalho⁴.

As cifras mencionadas – a despeito de outras – são, entretanto, mais do que suficientes para demonstrar as dificuldades que se contrapõem a quaisquer políticas públicas que se busque delinear tendo por intuito a geração de empregos para os jovens. Para além da existência e disponibilidade de oportunidades de ocupação que melhor se adequariam à oferta de mão de obra juvenil, os trabalhadores adultos desempregados com frequência acabam preenchendo as vagas disponíveis antes mesmo de elas serem acessadas pelos jovens, tais as “vantagens comparativas” que sua peculiar situação oferece aos empregadores, estimulando-os a contratá-los. Especialmente diante do estado de vulnerabilidade e desespero em que se encontram, tornando essa oferta de mão-de-obra muito predisposta a se candidatar a vagas que não lhe ocorreria ocupar em outras circunstâncias marcadas por um melhor funcionamento do mercado de trabalho, em que o tempo médio de procura não fosse tão elevado e – pior ainda – crescente, como vem ocorrendo nos últimos anos. Com isso, uma parcela importante das ocupações existentes, mesmo quando caracterizadas por atributos que melhor se coadunariam com a oferta de mão de obra em busca do primeiro emprego, termina sendo deslocada durante o processo de preenchimento em direção a trabalhadores adultos já testados e portando experiência anterior.

Uma alteração estrutural no quadro ora descrito dependerá substancialmente do ingresso do país numa rota de crescimento sustentado de longo curso, em que o padrão que vigorou durante as duas últimas décadas já encerradas, em que as taxas médias de expansão do PIB (*ao redor de 2,1% ao ano*) mal ultrapassaram o crescimento populacional ocorrido nesse mesmo período (*de aproximadamente 1,6% ao ano*), seja substituído por outro capaz não apenas de dar conta das necessidades de novas vagas como, especialmente, de promover a redução dos atuais crescentes estoques de desempregados – *os quais, a despeito das estatísticas incompletas, poderiam ser estimados como situando-se*

⁴ A se manterem as taxas de expansão da PEA nacional informadas pelas quatro últimas Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADS), quando a força de trabalho cresceu à razão de mais 2,07 milhões de pessoas ao ano, seria necessária a criação de mais cerca de meio milhão de empregos, além daquele 1,5 milhão, apenas para se evitar que o estoque total de desempregados continuasse a crescer em termos absolutos.

entre um mínimo de 8 milhões até, segundo cálculos mais pessimistas, 11,4 milhões de pessoas procurando ocupação.

Apenas a título de elaboração hipotética, caso se pretendesse reduzir num período de quatro anos (o ciclo de um mandato presidencial) em pelo menos 25% os estoques acima estimados e, além disso, ainda se desejasse absorver os cerca de 2 milhões de novos ingressantes (neste cálculo incluído o 1,5 milhão de empregos para os jovens em busca da primeira ocupação e para os demais, pertencentes à faixa de até 24 anos), ter-se-ia que gerar algo entre 2,5 milhões e 2,7 milhões de ocupações ao ano. Tais cifras, estimando-se uma elasticidade de emprego do PIB de 0,4 sobre a PEA, exigiriam uma taxa de crescimento anual do PIB entre 7% e 7,7% – número inalcançável sob as restrições estruturais vigentes e insuperáveis em curto prazo. Foi por esta razão que, no documento *Mais e melhores empregos* elaborado pelo Instituto Cidadania em 2002, que se traduziu nas propostas que foram apresentadas ao país durante a campanha eleitoral daquele ano, se propôs que, ao lado de uma taxa de crescimento do PIB de 5% ao ano, ainda se promovessem medidas destinadas à multiplicação dos empregos pela via da redução da jornada de trabalho e das horas extras, acompanhadas de mudanças profundas no padrão de gastos públicos, enfatizando-se a execução de investimentos e gastos focalizados em atividades de amplo significado social e com fortes efeitos multiplicadores sobre o emprego.

Nas circunstâncias atuais, quando se projetam taxas de crescimento para o PIB inferiores a essa estimativa, é recomendável que se persigam dois objetivos: de um lado, a criação de vagas que permitam ao menos evitar a ampliação dos atuais estoques de desempregados e, de outro, que se busquem alternativas no âmbito das políticas públicas capazes de reduzir os impactos sobre a procura de trabalho, que vem ocorrendo em grande parte pela ausência de iniciativas baseadas na combinação entre medidas nos campos educacionais e de capacitação profissional e o acesso a programas de transferência de renda condicionada – seja aos processos de escolarização e capacitação, seja às práticas de prestação de serviços de interesse social, em regimes de jornada e dedicação compatíveis com a valorização dos processos educacionais e de aprendizagem profissionalizante.

Em larga medida, o cenário tão desfavorável aqui apresentado conduz ao entendimento de que seriam necessárias medidas discriminantes de po-

líticas públicas, orientadas de forma a se lograr constituir, sob o estímulo de incentivos e favorecimentos fiscais e legais, uma demanda por trabalho juvenil que de outra maneira não se colocaria. Sob essa condição se encontra fundamento para a emergência de programas voltados para o primeiro emprego e outros que procuram associar a geração de trabalho e renda para a população jovem, condicionando-a à sua escolarização.

Sem dúvida tais iniciativas são compreendidas como necessárias, mormente se conseguirem conciliar a perspectiva de geração de emprego associada à aquisição por parte da sua clientela juvenil de outros atributos fundamentais e imprescindíveis para a realização de uma existência adulta em que possam se multiplicar as possibilidades e oportunidades de inserção. Em que, além da escolarização, ainda se possa promover seu aperfeiçoamento profissional, não se desconhecendo, ademais, as peculiaridades do estágio da vida representado pela condição juvenil, tanto nos seus aspectos culturais como no tocante à participação.

Todavia, para além dos marcos dos programas de políticas públicas voltadas para a imediata inserção de jovens em atividades econômicas produtivas, o que por certo corresponde às expectativas de uma parcela relevante dos 34 milhões de brasileiros com idade entre 16 e 24 anos, há que se conhecer com maior profundidade e extensão analítica as características que permitam melhor compreender as demandas e aspirações da população juvenil ante o trabalho e a renda, bem como procurar saber sobre as demais expectativas e revelações dos jovens brasileiros disponíveis a respeito de *“como se conhecem e se reconhecem a si próprios”*.

A pesquisa quantitativa realizada pelo Projeto Juventude, no período de novembro a dezembro de 2003, trouxe revelações de enorme significado, emprestando explicações a algumas questões, mas também colocando desafios à formulação de caminhos e propostas de enfrentamento dos complexos problemas aqui registrados.

Tomando-se apenas os aspectos da pesquisa referidos à avaliação feita pelos próprios jovens a respeito do bom e do ruim da condição juvenil, bem como sobre os problemas que mais os afligem, sobressai que embora o trabalho não esteja incluído no contexto das principais vantagens existentes em ser jovem, sua ausência – *mesmo quando não materializada como frustração decorrente de uma procura não correspondida* – acaba se constituindo num dos mais importantes

e afletivos problemas de “ser jovem” (ver Anexo, quadros 35, 36 e 37). *Isto permite concluir que o trabalho ocupa posição central na agenda juvenil, ainda que não autorize o entendimento de que se deva promovê-lo tal e qual se passa para a população adulta.* Ou conforme revelam os resultados da pesquisa, a seguir expostos:

O bom e o ruim de ser jovem

Conforme se pode verificar nas tabelas e gráficos apresentados pela pesquisa (ver os principais resultados do levantamento no sítio *www.projetojuventude.org.br*), as respostas espontâneas e múltiplas indicaram que, “no tocante ao que é bom do ser jovem” (ver Anexo, quadro 18):

- para 45%, é não ter preocupações e/ou responsabilidades;
- para 40%, aproveitar a vida/viver com alegria;
- para 26%, as atividades de lazer e entretenimento;
- para 26%, estudar/adquirir conhecimentos;
- para 22%, ter liberdade;
- para 16%, poder trabalhar;
- para 14%, as amizades;
- para 13%, saúde/disposição física;
- para 5%, o apoio da família;
- para 2%, lutar pelos objetivos;
- para 1%, a independência financeira;
- para 1%, a religião;
- para 1%, não tem nada de bom.

Como se pode perceber, na escala de valores e de expectativas referidas às melhores coisas do ser jovem, os itens diretamente associados ao *poder trabalhar* e à *obtenção de independência financeira*, que dizem respeito à busca de uma inserção econômica produtiva, correspondem a menos de 20% do total. Ou seja, apenas um entre cinco jovens estaria manifestando espontaneamente esse tipo de valor associado às melhores coisas do ser jovem. Os demais quatro em cada cinco jovens identificam as coisas boas com atividades não relacionadas ao trabalho e à obtenção de independência financeira, sendo que quase a metade de todos se refere a dois aspectos quase opostos ao tema do trabalho e da renda, quando aludem a *não ter preocupações/responsabilidades* e *aproveitar a vida/viver com alegria*. Fica ainda mais evidente essa dissociação

quando se junta a quantidade dos que valorizam as atividades de *lazer/ entretenimento* + *estudar/adquirir conhecimentos* + *ter liberdade*.

Já com respeito às “*piores coisas do ser jovem*” (ver Anexo, quadro 19):

- para 26%, não tem nada de ruim;
- para 23%, é conviver com riscos;
- para 17%, são as drogas;
- para 9%, é a violência;
- para 7%, as más companhias;
- para 22%, a falta de liberdade;
- para 15%, o controle familiar;
- para 5%, a falta de liberdade (sem especificar);
- para 4%, os impedimentos por ser menor de idade;
- para 20%, a falta de trabalho/de renda;
- para 9%, a imaturidade/irresponsabilidade;
- para 5%, o desrespeito/incompreensão dos adultos.

Além da diluição dos aspectos vistos como piores, associados a variados componentes já bastante evidenciados pela realidade e muito valorizados pela sociedade com o forte apoio da mídia, cabe assinalar que, com respeito ao *trabalho e à renda*, os dados apresentados corroboram as afirmações feitas sobre a síntese de resultados referida às melhores coisas do ser jovem, ratificando que apenas um em cada cinco se coloca na perspectiva de considerar a ausência de trabalho e renda como um aspecto negativo, entre os piores, de ser jovem. Para os demais quatro em cada cinco jovens, as outras negatividades apontadas também se constituem em fortes empecilhos à usufruição dos bons motivos para ser jovem e foram destacados pelos entrevistados do modo tão intensamente positivo como revelado pela síntese anteriormente analisada.

Problemas que mais preocupam o jovem atualmente

Os jovens entrevistados foram convidados a listar, por ordem de importância, o de maior importância em primeiro lugar, até três problemas que mais os preocupavam. Os resultados colhidos, uma vez somadas as respostas (total de três menções), encontram-se sintetizados a seguir (ver Anexo, quadro 20):

- 55% apontaram como problema que mais os preocupa a segurança;
- 52% se referiram a emprego/profissional;
- 24% assinalaram as drogas;
- 17% indicaram a educação;
- 17% apontaram a saúde;
- 16% fizeram referência a fome/miséria;
- 14% aludiram à família;
- 10% se reportaram à crise econômica/financeira;
- 8% falaram de assuntos pessoais;
- 5% enfatizaram as questões sociais;
- 3% prestaram referência à administração política do Brasil;
- 2% deram relevância aos relacionamentos íntimos/amizades;
- 2% sublinharam o meio ambiente (e idêntica porcentagem elegeu a moradia e a sexualidade).

Desde logo é interessante perceber que o binômio segurança e emprego se incumbe de hegemonizar as respostas. No que se relaciona ao tema destas observações, sobressai a hipótese de que os entrevistados, a despeito de valorizarem entre os benefícios de ser jovem aspectos opostos aos desses dois enfaticamente destacados, mantêm uma fina sintonia com a realidade em que vivem. E, assim, não deixam de reconhecer que os problemas de segurança são de tal ordem que não haveria como subestimá-los (mesmo porque eles estão a produzir restrições e a impor limites que toldam as perspectivas de que os jovens possam de fato conseguir viver uma vida emoldurada pelas “boas coisas de ser jovem”). No tocante ao emprego profissional, não é diferente: basta que olhem para o seu dia a dia ou para o futuro imediato para que se sintam fustigados pela crise que abala o mercado de trabalho. Daí a se sentirem “tomados” pelos temores de um cenário futuro assustador, bastaria que olhassem ao redor para identificarem, nos membros um pouco mais velhos de suas famílias, nos seus vizinhos etc., esses receios se materializando. Assim, independentemente de que estivessem, no momento da pesquisa, procurando ou não ocupação, não poderiam ignorar que, tão logo viessem a ter que fazê-lo, acabariam necessariamente se defrontando com enormes dificuldades. Sabiam disso ao responder à pesquisa e expressaram essa consciência quando, em enorme proporção, se referiram ao *emprego* como um dos dois principais

problemas a preocupá-los. A despeito dessa visão da realidade que os cerca, as respostas obtidas não autorizam, todavia, uma transposição automática, que levaria à pronta conclusão de que meramente acabariam optando por se empenhar em dar conta desse problema mediante sua pronta inclusão no contingente dos que estão trabalhando.

A visão de um futuro que traz consigo sinais de graves dificuldades não pode ser traduzida para o presente simplesmente como se fosse como uma antecipação a ser vivida, ou seja, o jovem que vê, entre os principais problemas a preocupá-lo, a necessidade de, em futuro breve, ter de encontrar emprego/atividade profissional não está declarando, com isso, que a forma de melhor eliminar essa preocupação residiria na imediata obtenção de um emprego ou no pronto desempenho de alguma atividade econômica. Portanto, a resposta que se espera da sociedade e das políticas públicas não deveria se circunscrever a uma automática reação que se exprimisse por meio da promoção de políticas que tivessem por único objetivo ampliar a quantidade de jovens inseridos em atividades produtivas agregadoras de valor de mercado, ainda que, em muitos casos, dadas as premências que pudessem estar cercando as estratégias de sobrevivência de muitos jovens e/ou de suas famílias, não se tivesse como olvidar esta alternativa, colocando-a em posição até mesmo prioritária no conjunto das ações públicas.

Assuntos que mais interessam aos jovens

Ao serem colocados diante da indagação sobre os assuntos que mais lhes interessam e podendo se referir a três deles em ordem de importância, foram obtidos os seguintes resultados, uma vez somadas as três menções (ver Anexo, quadro 21):

- 38% escolheram educação;
- 37%, emprego/atividades profissionais;
- 27%, cultura/lazer;
- 21%, esportes/atividades físicas;
- 20%, relacionamentos amorosos;
- 16%, família;
- 13%, saúde;
- 10%, segurança/violência;
- 7%, drogas;

- 7%, governo/política;
- 7%, sexualidade;
- 6%, temas gerais;
- 6%, religião;
- 6%, amizades;
- 5%, economia/finanças.

No tocante aos assuntos de seu interesse, é possível até mesmo somar as respostas dos que escolheram educação com menções à cultura e ao lazer. Desse modo, caberia dizer que, para 65% dos jovens, o âmbito educacional-cultural se constitui no assunto de maior interesse. Mas, da mesma forma, também seria possível somar a relevância dada à educação com aquela referida ao emprego/atividades profissionais, uma vez que uma das motivações ou razões mais importantes para se estudar está relacionada à obtenção futura de uma boa inserção ocupacional no sistema econômico. A soma de ambas as escolhas alcança a marca de 75% das respostas. Poder-se-ia evoluir, assim, para a constatação de que três entre cada quatro jovens estão atribuindo ao binômio *educação e emprego* o significado de assunto que mais lhes interessa. Entretanto, essa leitura dos dados de “per se” não autoriza interpretações que venham a enveredar pelo entendimento de que os jovens estariam demandando empregos imediatos pela mera razão de colocarem esse “assunto” entre aqueles de maior interesse para eles. É suficiente e adequado o entendimento de que ao valorizar tal assunto os jovens estão reconhecendo sua grande relevância, mesmo porque a “pauta de discussões” que melhor responde a seus assuntos de interesse haverá de incluir, por certo, aqueles temas relacionados às suas expectativas com respeito ao futuro imediato. E a próxima “estação” na transição em que se encontram será a da inserção econômica. Portanto, o tema do emprego sobressai incontestemente, ainda mais diante das perspectivas pouco animadoras que têm se configurado no mercado de trabalho.

Entretanto, não se pode deixar de sublinhar que os jovens acabaram revelando muito nitidamente na pesquisa (fato constatado por meio de uma análise mais abrangente, envolvendo outras tabelas, além das aqui abordadas) a enorme relevância para eles do trinômio educação–cultura–emprego, de tal maneira que não se deverá acolher como autorizadas as leituras mais simplificadoras que se limitem a associar as preocupações com o trabalho às

iniciativas voltadas para a constituição de uma demanda por força de trabalho estimulada por atividades e/ou ocupações apenas restritas ao mundo da agregação de *mais valor de mercado*. Torna-se imperioso ampliar esse escopo, abrindo espaço para as atividades de cunho social, relacionadas a demandas e necessidades concretizadas no campo das políticas públicas de largo alcance social, associadas às tarefas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, nos âmbitos da educação e da alfabetização de adultos, na proteção e assistência aos idosos e deficientes, na melhora das condições de vida nas favelas, na prestação de serviços de assistência técnica a empreendimentos comunitários (mutirões de moradia etc.), na promoção e realização de eventos culturais e tantas outras atividades cuja realização deverá mobilizar o patrocínio estatal e o engajamento de organizações não-estatais de interesse público. Tal como se procura indicar no tópico seguinte.

2. Uma agenda indicativa de ações e propostas de intervenção a serem debatidas e implementadas

2.1. Considerações sobre o contexto e sobre a natureza das ações

Como consequência dos debates ocorridos em meio aos vários eventos promovidos pelo Instituto Cidadania durante a realização do Projeto Juventude, notadamente por meio do rico leque de contribuições trazidas pelos participantes desse processo, se ratificou com muita força a defesa da relevância da esfera do trabalho entre os jovens, quer com respeito aos seus aspectos objetivos (inserção ocupacional e renda), quer no tocante aos seus atributos subjetivos (considerados em sua dimensão formativa como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de habilidades e autocohecimento, construção da autonomia em relação à família, acesso a outras formas de sociabilidade, realização pessoal e vivência da própria condição juvenil). Além disso, angariou forte apoio a leitura de que o trabalho deve ser compreendido como um direito dos jovens a partir dos 16 anos.

Entretanto, foram suficientemente sublinhadas as dificuldades existentes para que se consiga elevar o número de empregos para jovens por intermédio de subsídios a sua contratação e, ao mesmo tempo, se reconheceu a necessidade de se construir um conjunto amplo de alternativas que não fique limitado, de um lado, pelo retardamento do ingresso dos

jovens no mercado de trabalho e, de outro, pela insistência em apenas se procurar inserir os jovens no mercado formal e em atividades diretamente subordinadas à agregação de “*mais-valor*” mercantil.

Desse ponto em diante, emergiram outras possibilidades ligadas ao trabalho associativo e cooperativo; o trabalho social em áreas como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, turismo, comunicação; o estímulo a iniciativas empreendedoras com acesso ao microcrédito e à capacitação específica para isso; o apoio a práticas de economia solidária e de cooperativas urbanas; e, no meio rural, além da garantia de acesso a terra, o apoio à agricultura familiar, à produção artesanal local e regional, ao turismo rural, entre outras alternativas que não ficassem restritas ao trabalho agrícola. Porém, também ficou evidente que a escolha ou o encaminhamento dessas alternativas não deveriam ser entendidos como a negação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, sendo fundamental não apenas conhecê-los, como especialmente reivindicá-los nas mais diferentes situações de trabalho. Além disso, torna-se central assinalar que nenhuma dessas alternativas tomada de modo isolado será suficiente para abarcar a diversidade existente entre regiões e entre jovens no mercado de trabalho do país.

Por outro lado, em todas as perspectivas ou alternativas colocadas, não se poderá deixar de combiná-las com a garantia de promover, em simultâneo, a elevação da escolaridade, quer pela continuidade dos estudos de modo a se obter a conclusão dos ciclos regulares de formação, quer pelo fornecimento de oportunidades de qualificação por meio do acesso ao ensino profissionalizante, ainda que se possa questionar a qualidade da educação oferecida e o baixo apreço conquistado por métodos e modelos de funcionamento das escolas que as vêm tornando, com frequência, pouco estimulantes e interessantes. De qualquer modo, essa combinação imprescindível entre escolarização e inserção dos jovens no trabalho impõe a discussão e o equacionamento de novos parâmetros para a jornada de trabalho (flexibilizando-a e reduzindo-a); a rigorosa fiscalização e controle nos ambientes de trabalho; a construção de meios mais efetivos de apoio e acompanhamento aos jovens na construção de suas trajetórias nas esferas do trabalho e da educação. Um dos espaços mais adequados à realização dessa necessidade deveria ser a própria escola, readaptada para essa função. Essa premissa precisaria ser estendida, inclusive, para aqueles jovens que já

tivessem completado a escolaridade básica e/ou adquirido alguma experiência anterior de trabalho, estimulando-os a retomar a aprendizagem, aliando a permanência no mundo do trabalho à continuidade de sua formação.

Também se evidenciaram importantes “*leituras*” sobre os muitos significados do trabalho para os jovens, destacando-se a busca por alternativas de ocupação em que se pudessem combinar de modo mais satisfatório e gratificante a obtenção de renda e a realização pessoal. Por esse motivo, parte significativa dos jovens se opõe de forma enfática àquelas realidades dos espaços de trabalho onde exercem predomínio as práticas autoritárias das chefias, os ritmos intensos e repetitivos, as longas e rígidas jornadas, tudo isso agravado pelas baixas remunerações e pelas flagrantes desigualdades em relação aos adultos. Ao mesmo tempo, ganharam destaque as referências àquelas atividades vinculadas às possibilidades de transformação e desenvolvimento das comunidades, especialmente quando realizadas por intermédio de trabalho social remunerado e não-voluntário.

Finalmente, encareceu-se a afirmação de que as políticas públicas, a par de reconhecerem o trabalho como um direito dos jovens e das jovens, deveriam fazê-lo acompanhadas da compreensão de não vê-lo vinculado ou articulado como parte do processo ou um meio para a redução dos índices de violência, estigmatizando e qualificando sua natureza como parte das ações de combate à violência. Ao contrário, é mister contextualizá-lo como um conjunto amplo de possibilidades e espaços de geração de trabalho e renda, garantindo aos diferentes segmentos juvenis o acesso a efetivas condições de escolha a partir das suas próprias trajetórias e cenários de vivência. Para tanto, deve-se partir do reconhecimento de se constituírem os próprios jovens nos mais importantes e imprescindíveis interlocutores para a apuração dos diagnósticos sob os quais se irá desenhar o planejamento das ações e, em seguida, a implementação e a avaliação das iniciativas a eles destinadas.

2.2. Propostas recolhidas durante o processo de realização do Projeto Juventude

É valioso registrar, entre as propostas que afloraram durante o processo de discussões sustentadas pelo projeto, aquelas que “enlaçaram” os temas associados à obtenção de trabalho e renda. Sobressai com nitidez, além da grande importância atribuída ao tema, seu entrelaçamento com as demais

órbitas de interesse fundamental para a juventude, especialmente sua associação com os temas da educação e cultura e da participação social.

- Buscar uma trajetória de crescimento econômico sustentado que possibilite o equacionamento, ainda que gradual, do problema do desemprego;
- combater e erradicar toda e qualquer forma de trabalho infantil e de adolescentes até os 16 anos;
- assegurar o direito ao trabalho de adolescentes e jovens a partir dos 16 anos, ressalvadas as peculiaridades e especificidades da condição juvenil;
- assegurar o direito a educação básica, formação e educação profissional de caráter complementar e não substitutivo, elevação da escolaridade e o direito à cultura e ao lazer;
- respeitar a diversidade e as especificidades das atividades econômicas em cada região geográfica e nos espaços do campo e da cidade;
- construir condições de igualdade de oportunidades para atender à diversidade juvenil – de classe, gênero, raça e portadores de necessidades especiais – e para jovens de grupos em situação de vulnerabilidade e risco social;
- regulamentar a jornada de trabalho para não comprometer o acesso à educação básica, à educação e à formação profissional, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- construir meios de regular, orientar e acompanhar os jovens em sua trajetória no mundo do trabalho e da educação;
- criar mecanismos de fiscalização e acompanhamento das condições de trabalho, jornada e salários de jovens em diferentes situações de trabalho;
- articular ações de educação profissional e básica, buscando-se a elevação do nível de escolaridade e educação para a cidadania, concebendo-se educação profissional como formação complementar à educação formal;
- articular políticas de educação e formação profissionais com aquelas voltadas à geração de trabalho e renda;
- construir e implementar projeto de certificação de competências profissionais com a participação dos jovens;
- instituir um plano de formação continuada por meio de cursos de curta, média e longa duração;
- ampliar o debate sobre o mundo do trabalho nas escolas;

- elaborar, de maneira contínua, diagnósticos sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho, envolvendo os próprios jovens e outros atores;
- constituir consórcios envolvendo a sociedade civil, governos, sindicatos e empresários para ampliação das oportunidades de trabalho e renda para jovens;
- construir redes e fóruns juvenis para debater a geração de trabalho e renda para jovens, bem como contribuir na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

2.3. A necessidade de delinear e colocar em marcha um programa nacional amplo voltado para o estabelecimento de um novo padrão de intervenção do Estado em face da questão do trabalho juvenil

A compilação dos pontos anteriormente assinalados, contraposta à magnitude do problema revelado pelas estatísticas referentes ao desemprego juvenil, remete necessariamente ao debate sobre o alcance, a natureza e a qualidade das políticas públicas que deverão estar especificamente voltadas para o enfrentamento desse desafio. É possível reconhecer e afirmar que os resultados exibidos pela pesquisa “Perfil da juventude brasileira” – ao ratificarem a relevância atribuída ao tema pelos jovens de todo o Brasil, independentemente de sua condição socioeconômica e regional – apontam para a necessidade de formular e empreender, em âmbito nacional, um programa amplo, contemplando uma diversidade de alternativas de geração de trabalho e renda para jovens entre 16 e 24 anos, orientado pelas seguintes diretrizes:

1) Incentivar a elevação da escolaridade por meio da transferência de renda e a realização de atividades sociais/comunitárias relacionadas aos interesses dos jovens em cada localidade, privilegiando aqueles de baixa escolaridade, baixa renda e de cada faixa etária mais elevada.

2) Apoiar a inserção de jovens no mercado formal de trabalho, considerando:

- a reformulação do Programa Primeiro Emprego (já alvo de providências);
- a articulação entre educação profissional e local de trabalho, buscando-se a elevação do nível de escolaridade, concebendo-se a educação profissional como formação complementar à educação básica;

- o necessário debate sobre a Lei de Aprendizagem e os estágios, revendo a permissão para a realização de jornadas de trabalho de oito horas diárias, o tipo de trabalho realizado e incluindo a obrigatoriedade de frequência à escola, tanto no ensino fundamental como no ensino médio;
- o fomento de um amplo espaço de debate sobre o Sistema S, as escolas técnicas federais, estaduais e municipais e seus papéis nas políticas de trabalho para jovens;
- a ampliação do envolvimento das empresas nas ações de formação profissional, visando geração de oportunidades de trabalho aos adolescentes;
- ampliação dos espaços de debate em torno dos direitos dos trabalhadores, envolvendo poder público, sindicatos, empresários, universidades e sociedade civil;
- debater o papel do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

3) Fomentar e apoiar a constituição de empreendimentos e cooperativas de jovens considerando a necessidade de:

- constituir programas de formação para o empreendedorismo e o cooperativismo vinculados à elevação da escolaridade;
- criação de um fundo público para financiar empreendimentos e cooperativas de jovens combinados à capacitação para elaboração de planos de negócios, gestão de recursos e acompanhamento permanente;
- acesso a crédito (ao microcrédito, especialmente) e à possibilidade de constituir empreendimentos individuais e coletivos a partir dos 16 anos;
- dar visibilidade e apoio político aos empreendimentos e cooperativas de jovens;
- incluir no currículo escolar (ensinos fundamental, médio e superior) a discussão sobre o mundo do trabalho (formal e informal), a economia solidária e o empreendedorismo de forma opcional e não obrigatória;

4) Fomentar e apoiar a construção de alternativas ocupacionais na área social:

- criar fundos de apoio a projetos comunitários desenvolvidos por jovens;
- apoiar, remunerar e dar visibilidade a trabalhos sociais desenvolvidos por jovens;
- ampliar as alternativas de geração de trabalho e renda a partir de atividades já desenvolvidas por jovens, grupos ou organizações

juvenis em diferentes áreas – educação, comunicação, cultura, lazer, esporte, meio ambiente, entre outras;

- fomentar a construção de alternativas de geração de trabalho e renda na área social.

5) Promover estímulos e apoios ao trabalho no campo:

- fortalecer e ampliar o Programa Primeira Terra;
- incentivar as atividades agrícolas e não-agrícolas como turismo, ecoturismo, artesanato, música, trabalho autônomo, no comércio ou na indústria ligados à produção rural;
- desenvolver política de geração de trabalho e renda no campo com incentivo às cooperativas e agroindústrias nos assentamentos, além do fortalecimento da agricultura familiar;
- fornecer linha de crédito subsidiado e seguro agrícola para o jovem rural até os 35 anos;
- estimular o trabalho social remunerado como alternativa de trabalho e formação para as juventudes no campo.

2.4. Um novo marco institucional de referência

Se for certo reconhecer que um *programa nacional*, concebido de forma a incorporar as múltiplas dimensões assinaladas no ponto anterior, terá o condão de responder conceitualmente às demandas sistematizadas pelo Projeto Juventude, é pouco provável que o mesmo possa ser desenvolvido sem que previamente se dê andamento à constituição de um *novo marco institucional de referência*, calcado na edificação de um arcabouço fortemente descentralizado e capacitado à tarefa de realizar “na ponta do sistema” as ações envolvendo os jovens, objetos dos diferentes projetos e iniciativas delineadas.

Sobressai, por essa razão, que ao lado da importância atribuída aos aspectos conceituais e aos diagnósticos com que se irá fundamentar o desenho das ações finalísticas da política pública, dever-se-á atribuir grande relevância aos aspectos relacionados à implementação propriamente dita das iniciativas elaboradas. Ocorre que o modelo federativo brasileiro, ao mesmo tempo que assegura uma adequada repartição legal e conceitual das responsabilidades e atribuições reservadas a cada uma das três esferas do Poder Executivo, contraditoriamente sofre as consequências da baixa

capacidade de planejamento e gestão que caracteriza seus âmbitos federados – notadamente no tocante à maioria dos municípios – para que estes consigam promover com eficiência e eficácia as ações a eles designadas.

Assim, ao lado da ampla mobilização e articulação que se fará imprescindível desses atores federativos, convocando-os a partilharem a execução da nova política pública, um esforço inicial terá de ser empreendido para sua capacitação prévia, por meio da implementação de um amplo programa de desenvolvimento institucional. Mediante esta iniciativa – também imprescindível – se procurará dotar os entes municipais da capacidade de atenderem aos requisitos mínimos indispensáveis para a realização daquelas tarefas consideradas estratégicas para que se possa alcançar o êxito esperado na execução das ações programadas. De modo especial, os bons resultados dependerão, sobremaneira, da bem-sucedida participação dos atores públicos locais, como será o caso, por exemplo, entre tantas outras providências, da condução das iniciativas voltadas para o desenvolvimento local sustentado e sustentável, um componente que pode ser reputado como indissociável dos objetivos de qualquer programa destinado à geração de oportunidades de desenvolvimento econômico e social nos territórios em que residem os beneficiários das políticas de inclusão, como destacadamente deverão ser consideradas as iniciativas voltadas para a inclusão no mundo do trabalho de jovens provenientes de grupos familiares economicamente vulneráveis.

Referências bibliográficas

- PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA (2003/2004). Uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.
- PME – IBGE – PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (2004). Resultados mensais, referidos aos números consolidados para o conjunto das regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE.
- TENDÊNCIAS GLOBAIS DE EMPREGO PARA A JUVENTUDE 2004 (2004). OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?

Nadya Araujo Guimarães

Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da
Universidade de São Paulo e pesquisadora associada ao
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Neste texto¹ procuro discutir um achado intrigante. Tal achado coloca-se na tensa fronteira de confluência entre expectativas teóricas e resultados

¹ Este texto é uma reflexão indisciplinada. Indisciplinada em vários sentidos, dos quais destaco preventivamente alguns: primeiro, por advir de uma não-especialista em estudos de juventude, que crê poder atenuar o risco dessa incursão ousada oferecendo, em troca, seu longo interesse intelectual pelo estudo do trabalho e o significado de suas mudanças nas sociedades contemporâneas, notadamente na sociedade brasileira atual. Segundo, por procurar refletir na fronteira dos achados de distintas disciplinas algo comum no campo dos estudos do trabalho, mas particularmente necessário em temas como a juventude e suas atitudes em face dele. Terceiro, por correr o risco (para uma socióloga que preza a mensuração precisa) de alinhar argumentos ainda no calor do estímulo de resultados intrigantes, explorando-os sem maior refinamento estatístico. A indisciplina e a ousadia teriam sido impossíveis sem o suporte do cuidadoso levantamento de campo patrocinado pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo, à qual agradeço pela oportunidade de reflexão que desafia meus próprios temas e, sobretudo, pela confiança expressa no convite formulado por Helena Wendel Abramo e por sua tolerância na espera dessas reflexões. Por certo, todos os equívocos que decorrem de tão indisciplinada incursão são de minha inteira e solitária responsabilidade, pelo que agradeço desde já os comentários dos especialistas.

empíricos relativos à importância do trabalho, particularmente entre jovens. Extensa literatura tem se dedicado nos últimos 20 anos a mostrar as significativas mudanças ocorridas nos ambientes produtivos e seus resultados na dinâmica dos mercados internos e externos de trabalho, com efeitos sociais de seletividade, precariedade e exclusão. A consequência esperada dessas mudanças seria a decrescente importância do trabalho, não apenas como provedor de oportunidades duradouras de sobrevivência, mas como (e por isso mesmo) espaço de sociabilidade, significação subjetiva e construção identitária, implicações tidas como especialmente plausíveis entre as novas gerações, socializadas no contexto de sociedades do trabalho em crise.

Entretanto, instigados a manifestarem-se com respeito ao significado e à importância de diferentes esferas de atividade e sociabilidade, os jovens brasileiros ouvidos em pesquisa amostral representativa realizada em 2003 não deixam dúvidas: para eles, o trabalho não apenas ainda está na ordem do dia, como se destaca com relação a outros aspectos tidos como reveladores de interesses “tipicamente juvenis”² (ver Anexo, quadros 20 e 21). Como refletir sobre tal resultado, aceitando o desafio que ele coloca para os debates da sociologia do trabalho, notadamente no que tange ao elo entre juventude e trabalho? Para fazê-lo, desenvolverei meu argumento em três partes. Na primeira, lido com algumas das (nossas) expectativas teóricas. Na segunda, com os intrigantes achados da pesquisa. Na terceira, procuro reconsiderar as expectativas iniciais, de modo a acolher os sinais do estudo empírico, problematizando resultados e expectativas à luz de algumas considerações comparativas.

² Trata-se da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, cujo questionário significativamente intitulava-se “Juventude: cultura e cidadania”, o que sugere como ela mesma foi tomada de assalto pela força com que os resultados a respeito do elo juventude e trabalho viriam se revelar (surpresa, sem dúvida, perceptível na ausência de remissão ao trabalho entre os alvos destacados no título do instrumento de coleta). O estudo foi patrocinado pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo, tendo sido executado pela Criterium Assessoria em Pesquisas. O levantamento fez-se entre os dias 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003, por meio de amplo questionário estruturado (158 perguntas), aplicado por intermédio de contatos pessoais e domiciliares a uma amostra de 3.501 jovens, com idades variando entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados das cinco macrorregiões da União. Construiu-se uma amostra de tipo probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos (estágio final). A margem de erro desse levantamento é de $\pm 1,7\%$ para os resultados referentes ao total da amostra e de $\pm 2,9\%$ para os resultados da subamostra metropolitana, com intervalo de confiança de 95%.

1. O trabalho e seu valor: objetivamente disforme e subjetivamente periférico?

Na teoria sociológica produzida na segunda metade dos anos 1900 com respeito às mudanças no trabalho e ao seu significado para as formas de sociabilidade contemporânea, um ensaio fez o furor dos textos seminais. Nele, Claus Offe (1989) desafiara, como poucos, o *mainstream* acadêmico e notadamente os teóricos da sociologia do trabalho, inquirindo se o trabalho ainda seria uma categoria analítica-chave para o entendimento das sociedades do nosso tempo, em vista das importantes transformações que redefiniam seu lugar tanto na estruturação dessas sociedades como no entendimento dos sujeitos sobre o mundo que lhes era dado viver.

De fato, arguia Offe, a dissolução de uma ética do trabalho – central à construção societária moderna e à elaboração analítica das ciências sociais – ter-se-ia completado com a crise (visível já desde o final dos anos 1970) que se seguiu aos chamados “30 anos gloriosos”, marcados pela confluência entre, por um lado, inovação intensa e crescimento sustentado e, por outro, pretensão à universalização de direitos, à inclusão política e à proteção social, assumidas como metas da arquitetura político-institucional em algumas das mais destacadas nações do planeta. Nesse novo mundo, o trabalho estaria se tornando “subjetivamente periférico” na medida mesmo em que se mostrava “objetivamente disforme”, para usar as provocativas palavras de Offe (1989, p. 17).

Com muito mais razão, diriam outros, o trabalho talvez nunca tivesse sido a fonte motivadora central entre aqueles para quem trabalhar era apenas uma entre outras motivações importantes na organização da vida cotidiana e, quando muito, um passaporte para o reconhecimento social a ser outorgado pelo mundo dos adultos. Aludo, é claro, a uma certa fala a respeito dos jovens. E valho-me, novamente, para exemplificar, de ideias veiculadas em influente e recente publicação, que nem por isso são menos surpreendentes por seu enfoque. No bojo de amplo seminário, envolvendo alguns dos mais ativos organismos internacionais de cunho multilateral (como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – e a Organização Internacional do Trabalho – OIT), escreve um reconhecido intelectual latino-americano no campo, referindo-se às vicissitudes dos jovens:

“En el fondo, todo esto ocurre – seguramente – porque los jóvenes no cuentan con grupos de presión que defiendan sus intereses específicos, lo que en sociedades altamente corporativizadas como las nuestras, constituye una desventaja muy evidente. Y esto, a su vez, se explica porque *los jóvenes se guían por las dimensiones simbólicas de su existencia*, y no por las dimensiones materiales, como lo hacen los trabajadores y las mujeres” (RODRÍGUEZ, 2001, p. 28; grifos do autor).

Por certo, a afirmação causa espécie aos sociólogos do trabalho, de há muito dedicados a mostrar como, para os trabalhadores, é a produção simbólica sobre as relações sociais no trabalho que confere sentido e orienta suas percepções, atitudes, pertencas e comportamentos (individuais ou coletivos). Por isso mesmo, o âmbito do trabalho é o *locus* da produção de bens e serviços e, simultaneamente, o *locus* da produção de ideias, de representações e simbolizações que informam e, vale dizer, são ambos condição de possibilidade, ao darem forma concreta à maneira de se organizar socialmente a produção de bens e serviços. Mais ainda, tal produção simbólica está, ela mesma, enraizada na vida social que transcorre dentro e fora dos espaços onde se tecem as relações sociais de trabalho.

Esse argumento da centralidade da dimensão simbólica para a orientação da conduta dos jovens – que os especificaria, diferenciando-os dos trabalhadores *e das mulheres* – causa ainda mais espécie pois que foi justamente a reflexão feminista, aplicada a entender as formas de inclusão das mulheres no trabalho, a principal avenida teórica para descerrar toda sorte de véus que pudessem ainda encobrir a centralidade das construções simbólicas (produzidas por homens e por mulheres) para o entendimento dos lugares adscritos a estas no “mundo do trabalho”³, as recompensas materiais que lhes eram outorgadas (sob forma de salários, benefícios ou carreiras) e as formas de construção identitária que se produziam no momento em que às mesmas se apelava enquanto “mulheres” e enquanto “trabalhadoras”.

³ Metáfora corrente, mas cuja inadequação é patente justamente nesse caso; longe de ser um mundo possível de ser considerado à parte por seus contornos próprios, o trabalho (com destaque para as relações sociais que nele se tecem) deita suas raízes nos outros “mundos”, que são tão importantes para a construção social e simbólica dos “sujeitos trabalhadores” quanto o seria o próprio “mundo” laboral que é, nesse sentido, carente de qualquer auto-suficiência explicativa, sendo permanentemente informado pelas relações e pelos significados tecidos *fora* das suas fronteiras.

Ora, por que, então, retomar o argumento acima? Para, tratando-o como uma sorte de estilização, contraditar o seu ponto de partida, chamando a atenção, com Bourdieu (1978, p. 112), para que “juventude” é um construto social e histórico, ou, dito em sua maneira radical, “a ‘juventude’ é apenas uma palavra” (p. 112); “e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (p. 113).

Por isso mesmo, à visão singular da juventude como adolecer, como estado de irresponsabilidade provisória, dever-se-ia contrapor uma compreensão mais refinada da relação entre idade social e idade biológica, que entendesse os cortes etários ou geracionais como resultados, e não pressupostos, de leis específicas de envelhecimento em diferentes campos, expressando as (di)visões em torno dos seus objetos correspondentes em disputa. Do mesmo modo que os “novos filósofos” e a “*nouvelle cuisine*”, acolá, ou o “cinema novo”, a “bossa nova” ou os “novos baianos”, por aqui, têm, cada um atrás de si, um outro (como o “seu” velho ou antecessor), assim também “jovens” e “adultos” são construções sociais dotadas de limites etários variáveis se consideradas, por exemplo, as distintas regras de envelhecimento que vigem nos mercados locais de trabalho, em contextos determinados, ou mesmo em ocupações específicas. Causaria espécie um jogador de futebol que continuasse bem-sucedido ao ultrapassar a avançada casa dos 30 anos (dados os termos relativos da competição profissional nessa ocupação), mas nem de longe essa seria uma idade de envelhecimento entre cirurgiões pediátricos, por exemplo. Do mesmo modo, enquanto no mercado de trabalho parisiense talvez um trabalhador de idade pouco competitiva pudesse ser identificado por situar-se acima dos 50 anos, no Brasil de hoje tal limite pode estar posto quase uma década antes, aos 40 anos. Resumindo, então, um primeiro ponto de partida no argumento: cortes etários ou geracionais são o reflexo das regras circunstanciais de envelhecimento em seus respectivos campos, o trabalho entre eles.

Mas, ao lado disso, há que assumir também que, não sendo os cortes etários estados naturais, dados de natureza, mas construções sociais disputadas (por isso mesmo), o resultado dessa disputa, conquanto transitório e restrito a um campo, nunca é unívoco. Assim, num mesmo campo podem

existir “juventudes”. Do ponto de vista do mercado de trabalho, por certo, podemos falar de distintas formas de socialização profissional relativas aos diversos grupos de jovens, variados por sua origem social, regional, étnica, ou mesmo por sua condição de gênero ou seu capital escolar. “Juventudes”, antes que “juventude”. Assim sendo, esperaríamos que variassem as percepções, representações, pertencas, aspirações, interesses e comportamentos dessas diferentes “juventudes”.

Postos esses dois pontos de partida, retorno às expectativas sobre o elo entre “juventude(s)” e “trabalho”. Sendo ele socialmente construído, qual seria, então, a novidade instituída no momento em que o trabalho se torna “objetivamente disforme”, para usar a provocação de Offe? De modo a melhor desvelar tal construção social, retomo alguns exemplos. Dubar (1998 e 2001), refletindo sobre o caso francês, chama a atenção para que

O “dever de inserir-se” na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um “dado” natural que tenha sempre existido. Ao contrário, é uma exigência relativamente recente, na França como alhures. Mesmo a palavra “inserção” (tanto quanto “transição”, empregada em outras realidades) é utilizada nesse sentido há pouco tempo, o mesmo acontecendo com a questão da “inserção dos jovens” que só se tornou um “problema social” e um objeto de políticas públicas, na França, há não mais que um quarto de século aproximadamente” (DUBAR, 2001, p. 112).

Antes disso, nos chamados “30 anos gloriosos”, a passagem da escola (ou universidade) ao emprego se efetuava, para a grande maioria dos jovens, de modo quase imediato. Por isso mesmo, a categoria “inserção” não era historicamente pertinente, no dizer de Dubar para o caso francês. E não somente porque os empregos se expandiam, mas porque prevalecia uma estreita correspondência entre os níveis e gradações do sistema de ensino e os níveis e gradações do sistema de classificação das qualificações em vigor no sistema de emprego. Estava configurado aquilo que Maurice, Sellier e Silvestre (1982) haviam denominado como um tipo virtuoso de “efeito societal”, que articulava o modo de prover à formação da mão de obra (no sistema educativo), de

organizar o uso do trabalho (no sistema produtivo) e de regular e negociar as relações de trabalho (no sistema de relações industriais)⁴.

Essa sorte de “passagem pré-programada” dá lugar mais recentemente a uma situação de “inserção aleatória” (para seguir usando os termos de Dubar), no momento em que se alteram três condições importantes do sistema de emprego (já assinaladas por Giddens, 1998): rompe-se a equiparação entre trabalho e emprego remunerado (vigente no contexto patriarcal do “pleno emprego masculino” do pós-guerra); cai por terra o modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo (multiplicando-se as formas alternativas de relação de trabalho, como tempo parcial, auto-emprego, trabalho no domicílio, entre outros); e saem de cena os contratos de longa duração, em que o vínculo empregatício “casa” o trabalhador a um mesmo empregador por toda (ou quase toda) a sua vida produtiva (de sorte que o emprego deixa de ser uma salvaguarda para o desemprego).

Tornado, assim, “objetivamente disforme” (nos termos de Offe) ou “despadronizado” (no dizer de Beck, 1992, que cunha a expressão “*destandardization of labor*”), o trabalho (ou a inserção no trabalho, para seguir nos termos precedentes) passa a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente institucionalizados. A individualização (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002) que decorre põe nos ombros do trabalhador⁵ a responsabilidade de fazer face a todas as incertezas e novos riscos, como gerenciador solitário do seu próprio percurso.

⁴ Mas essa “passagem pré-programada” é ela mesma um produto histórico e não muito longínquo. No caso francês, Dubar salienta que ela resulta de um movimento histórico que data do final do século XIX, quando se institucionaliza a legislação da escolarização obrigatória para todos, um subproduto da consolidação do ideário republicano. Somente a partir de então a passagem entre dois estados – de “aluno” para “trabalhador” – ganha um sentido social, ao aplicar-se a uma grande massa de jovens de uma mesma geração, independentemente da sua origem social. Antes disso, os filhos de camponeses, operários e artesãos estavam regularmente ocupados, em diferentes ambientes produtivos, desde a mais tenra idade; não foi por acaso que somente no século XX, uma vez universalizada a escolarização obrigatória, teve lugar a interdição dessa atividade ocupacional regular.

⁵ E do seu circuito de “elos fortes”, para usar a imagem de Granovetter, em seu clássico estudo sobre procura de trabalho (1974).

Nessas condições, estava criado o paradoxo entre um destino (ainda) socialmente esperado – que codificava a passagem à vida adulta como consistindo num círculo que, começando na família, estendia-se para a escola e culminava com a inserção no mercado de trabalho e com a participação política – e suas (escassas) chances de realização para parcela não desprezível das novas gerações.

Alie-se a isto o argumento de Bauman (1999), para quem a “ética do trabalho”, que dava sentido a toda sorte de inserção na atividade econômica – humanizando-a, qualquer que fossem as suas características e a satisfação por ela despertada, visto o sentido do “dever cumprido” –, passa a ser substituída pela “estética do consumo”, que gratifica a intensidade e a diversidade das experiências, as ocupacionais entre elas. O trabalho (subjetivamente) atraente passa a ser aquele capaz de produzir não a mera satisfação (ética) pelo dever cumprido, mas a almejada gratificação (estética) pelo desempenho de atividades interessantes e refinadas.

Entretanto, na contramão desses argumentos, uma parte da literatura arguia que, mesmo ao longo dos “30 anos gloriosos” (entre o pós-guerra e o final da década de 1970), nem tudo eram flores para os jovens. De fato, a incerteza que hoje contamina as trajetórias profissionais dos trabalhadores “maduros” era destacada, desde então, como uma característica dos percursos ditos “juvenis”, tanto nos momentos de auge como nos momentos de retração cíclica da oferta de empregos. Isso porque, na sua condição de “recém-chegados” ao mercado de trabalho, via de regra eximidos da responsabilidade da chefia do grupo familiar (e da função de provedor que a ela se associa), adolescentes e jovens expressavam uma grande rotatividade (não apenas entre as situações de emprego e desemprego, mas entre as de atividade e inatividade), em sua busca do “emprego certo”. Não sem razão, diz esse diagnóstico formulado já no final dos anos 1970, tal dinâmica de intensa transição ocupacional (associada ao desemprego juvenil) tendia a se diluir à medida que se atingia a idade adulta (OECD, 1980).

Autores destacados (como GORZ, 1997) reagiram em face dessas evidências, sugerindo que os jovens teriam passado, então, a desenvolver uma relação específica diante do trabalho. Ante a intensidade com que foram tocados pela incerteza e pela transitoriedade dos vínculos, que fez do desemprego juvenil o principal componente do recente fenômeno do “desemprego de massa”, os jovens teriam reagido antecipando uma mutação cultural que

estaria (para o conjunto da sociedade) apenas prenunciada como horizonte. Antecipando o fim da centralidade do trabalho, assumiram a condição de “exilados do trabalho”, tal como a qualifica Gorz, antes mesmo que esta se impusesse de modo socialmente mais amplo.

Estabelece-se, assim, um elo explicativo necessário e suficiente entre a experiência de uma situação de insegurança ocupacional, por um lado, e a perda de significação subjetiva do trabalho, por outro. Para os jovens, o significado do trabalho seria não apenas distinto daquele que lhe outorgaram as gerações já maduras, socializadas sob a ética do trabalho, mas anteciparia um porvir em que a estetização do trabalho daria o tom à orientação das condutas na vida ocupacional, servindo de métrica para a valorização das atividades laborais. Traduzindo-o nas palavras provocativas de Offe, os jovens seriam precursores na transformação simbólica do trabalho, tornado hoje objetivamente disforme, em um valor subjetivamente periférico.

2. Achados instigantes: o trabalho como uma preocupação central no imaginário juvenil (valor, necessidade, direito)

Mas e os jovens brasileiros? Estudo atitudinal recente parece desafiar as expectativas desse veio de teorização, como a sugerir um leque de aspectos intrigantes que tornam mais complexa a maneira pela qual, num determinado momento de tempo e num certo contexto social, o trabalho é dotado de sentido pelos jovens. Ou, para antecipar de certa maneira o fio de meu argumento subsequente, como o trabalho pode ser dotado de múltiplos significados, impossibilitando que se lhe assine um único sentido, de modo unívoco.

Ilustrarei o argumento com dados retirados da já citada pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, realizada em novembro-dezembro de 2003. Nela, o trabalho aparece como uma referência central entre as opiniões, atitudes, expectativas e relatos de experiências colhidos de 3.501 entrevistados, com idades variando entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios e que constituíram uma amostra representativa da juventude brasileira⁶. Vejamos mais de perto esses achados instigantes.

⁶ Para informações gerais sobre o desenho metodológico da pesquisa, retornar à nota 3, p. 152.

2.1. O sentido e a centralidade do trabalho como um valor

É certo que a “dedicação ao trabalho” não aparece como aquele valor que os nossos jovens entronizariam como sendo o mais importante (ver Anexo, quadro 34). Ao contrário, quando instados a eleger apenas um (numa listagem estimulada e bastante diversificada) como o valor principal numa sociedade ideal, apenas 6% escolheram a “dedicação ao trabalho”⁷. Nada mal, pensando-se que isso equivale, em importância, ao peso dado a um valor tido como característico dos jovens, a “liberdade individual” (5%). Mas nem de longe um e outro rivalizam com a importância conferida aos valores religiosos, como “temor a Deus” (o mais citado) ou “religiosidade” que, juntos, correspondem a 27% das respostas. Entretanto, é intrigante a virtual irrelevância de uma certa cesta de valores que poderiam ser considerados “juvenis”, como “prazer sexual”, “autorrealização” ou mesmo a “autenticidade pessoal”, estatisticamente insignificantes. Tal insignificância relativa será uma constante ao longo das respostas, sendo ela mesma um achado relevante, mas sobre o qual não posso aqui me debruçar de modo mais detido⁸.

Mas voltando ao ponto que interessa: para quem a “dedicação ao trabalho” se destaca em importância? Para aqueles que têm ou tiveram trabalho regular (notadamente trabalho formal); mas, igualmente, para os homens, sobretudo aqueles na faixa de 18 a 20 anos, e especialmente para os jovens mais escolarizados (com educação superior). A escolaridade parece ser um divisor de águas também no que concerne à importância conferida aos valores religiosos: esta é marcante entre os de mais baixa instrução e muito menos significativa para os jovens com curso universitário. Mas é o passar da idade que parece se encarregar, em especial entre as jovens, de reforçar a importância dos valores religiosos.

⁷ Esse lugar secundário conferido à “dedicação ao trabalho” não se altera nem mesmo quando são computados os três mais importantes valores, a juízo de cada respondente.

⁸ Intriga porque justamente esses valores que aqui aparecem como secundários ou, mais das vezes até mesmo irrelevantes, estiveram entre aqueles entronizados como hegemônicos nas gerações contestadoras, da chamada “irrupção juvenil”, da segunda metade do século XX, mais exatamente dos anos 1960-1970. Estaríamos, aqui e agora, diante de uma outra juventude? Talvez, se considerarmos que, rivalizando em importância com os valores religiosos, destacam-se o “respeito ao meio ambiente” e a “igualdade de oportunidades”, dois elementos centrais à agenda do final do século passado e início deste, com seu forte apelo à sustentabilidade (ecológica e social) dos novos arranjos para a vida coletiva.

Se, do ponto de vista da constelação e hierarquia de valores, o “trabalho” tem um posto secundário, o mesmo não ocorre quando se interpela os jovens com respeito a suas preocupações e interesses. Aí o trabalho passa ao centro da cena, não importando como se proponha a reflexão: ele se destaca recorrentemente entre os assuntos atuais de maior interesse para a juventude brasileira (17% colocam-no em 1º lugar, ombreando em importância com a “educação”, no topo das preferências – ver Anexo, quadro 21); entre os problemas que mais preocupam (obtendo 26% das respostas, em virtual igualdade com “segurança”, sendo os de mais destaque – ver Anexo, quadro 20); entre as urgências que nossos jovens resolveriam, na própria vida ou no mundo atual, se lhes fosse dada a capacidade de fazê-lo “num passe de mágica” (é a terceira entre as mais importantes urgências, com 12% das indicações, depois de “violência” e “miséria” – ver Anexo, quadro 33); e, finalmente, entre os problemas mais importantes que hoje afligem o Brasil (o assunto “desemprego” é disparado o campeão em importância na agenda nacional, com 30% das respostas dos jovens, indicando-o como o problema número um da nação – ver Anexo, quadro 28).

Arriscaria, então, a hipótese de que a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta de sua urgência como problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar. Para argumentar melhor nessa direção, convém observar em maior detalhe que dimensões do trabalho o colocam no centro da agenda de necessidades, interesses e urgências, pessoais e sociais.

Diria que é sobretudo como fator de risco, destabilizador das formas de inserção social e padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, necessidade, no centro da agenda de parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. Vejamos.

2.2. O sentido e a centralidade do trabalho como necessidade

O trabalho está, como vimos, entre os assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens; no interior desse amplo tema, a referência precípua é ao tema do emprego. Cultura, relacionamentos amorosos, família, religião, sexualidade, AIDS, drogas e até violência ou esportes são todos preteridos diante do

trabalho (ver Anexo, quadro 21). E mesmo quando demandados a indicar não apenas o primeiro assunto de interesse, mas o segundo e o terceiro, a apuração novamente aponta que o trabalho continua a mostrar igual importância⁹.

Mas será que essa pauta de interesse se diferencia entre subgrupos de jovens? De algum modo, sim. O trabalho parece ser um assunto de interesse tanto para os que têm trabalho (23% o colocam como seu assunto preferido) quanto para os que o estão buscando (19%), embora com variação não desprezível. É um assunto atraente para jovens de todas as faixas de escolaridade (uma coincidência que impressiona: o mesmo percentual de respondentes o indica como seu primeiro assunto de interesse, 14%, o que faz dele o principal assunto indicado entre todos, ao lado da educação). Para quase todas as faixas de renda, ele é tema relevante, caindo apenas na faixa mais elevada. Interessa mais de perto aos de maior idade, notadamente os rapazes (as moças estão mais mobilizadas pelos assuntos concernentes à educação).

Entretanto, nem tudo o que se constitui em *assunto* atraente se revela, para os jovens, na mesma medida também como um *problema* considerável. A esse respeito, os três grandes temas evidenciados na pesquisa – educação, trabalho e segurança – se diferenciam. O trabalho é o único que, sendo um assunto de interesse, é também um problema destacável (26% dos jovens o têm como o principal problema); a educação, que aparecera como o assunto mais relevante (ligeiramente acima do tema do trabalho), não aparece na opinião dos jovens como um problema (apenas 6% deles assim a vêem, abaixo mesmo da questão das drogas, esta com 8%); e a segurança, que era um assunto de menor relevo, surge na cena como o mais importante entre os problemas, superando ligeiramente o trabalho – 27% (ver Anexo, quadro 20).

É o desemprego, ou a falta de empregos, a faceta problemática do trabalho, sentida praticamente em igual medida por todos os jovens, independentemente de sua condição em face do mercado de trabalho (entre 24% e 28% deles o colocam em primeiro lugar, superando o subtema violência, rubrica mais importante entre os problemas de segurança, mas que é indicada apenas por 18% dos casos). Isto corrobora o entendimento de que há uma

⁹ Nessa segunda forma de contagem, um assunto ganha maior relevo, a “família”, especialmente em termos das responsabilidades de cuidado da família, tema que se destaca entre os jovens que estão à procura de trabalho.

consciência, muito claramente difundida entre os jovens, da insegurança e do risco que a todos atinge (real ou potencialmente)¹⁰. Quando computados os fatores indicados como os três mais importantes, o desemprego dispara como problema de maior magnitude, com nada menos que metade das respostas concedidas pelos jovens (ver Anexo, quadro 28). E novamente, como um risco geral: o percentual é exatamente o mesmo, não importa se o respondente tem ou não trabalho, se procura ou não emprego e, mesmo para os que não estão na população economicamente ativa (PEA), a indicação é muito elevada (42% o reconhecem como o que mais os preocupa no momento).

O desemprego é o problema mais agudamente manifesto como aquele que está a afligir especialmente os jovens entre 18 e 20 anos, notadamente os rapazes (claro que não exclusivamente)¹¹ com mais baixa escolaridade e menor rendimento; essa confluência de traços alia as piores condições de competição no mercado, num segmento etário em que é mais sentida a pressão que decorre do estatuto (e as necessidades) de novo demandante em busca de inserção.

O sentido de impotência diante do risco (de alguém deixado a si mesmo)¹² é transparente quando se propõe ao jovem entrevistado que indique os principais problemas que atacaria se, “num passe de mágica”, lhe fosse permitido solver os males que afligiam sua vida ou o mundo em que vive. Eles são, nessa ordem, violência (28% dos respondentes), miséria (15%) e emprego (12%) (ver Anexo, quadro 33). O recurso ao “passe de mágica” é eloquente para expressar o sentido de declínio da autoridade pública e de isolamento social, expresso na forma contemporânea de individualização. E são justamente os jovens desempregados e aqueles à procura de trabalho os que mais se destacam na ênfase com que indicam essas três como as necessidades a serem solvidas com a urgência que só mesmo o recurso ao sobrenatural facultaria. Mas há outras características interessantes que espe-

¹⁰ Quando indagados sobre o risco que avaliavam correr quanto ao desemprego, apenas 4% dos jovens se diziam completamente ou um pouco tranquilos; a imensa maioria se dizia um pouco ou muito preocupada. Um pouco preocupados por haver algum risco estavam 20% dos jovens; e muito preocupados, por haver um grande risco de cair em no desemprego, se sentiam nada menos que 75% dos entrevistados!

¹¹ Num padrão algo diferente do que ocorre com o temor pela própria segurança; isto porque a violência parece ameaçar mais intensamente os mais jovens (entre 15 e 17 anos), notadamente as adolescentes e os que se autodefinem espontaneamente como pretos ou negros.

¹² Para usar a expressão de Beck e Beck-Gernschein (2002).

cificam os respondentes segundo suas preferências. O sentido de impotência diante do desemprego é particularmente evidente entre os jovens de baixa renda (15% de indicações formuladas pelos que têm até um salário-mínimo de renda, ante média de 12%) e escolaridade pouco competitiva (20% das indicações estão entre os que têm menos que a 4ª série fundamental, ante 12% em média), que se autoclassificam espontaneamente como negros ou pretos (15% de respostas ante 12% em média) e que estão em faixas de idade mais elevadas (nada menos que 19% das indicações provinham de homens na faixa dos 21 a 24 anos, em que a urgência da inserção remete à precedência do desemprego como problema a resolver). Nessa nova confluência de características, premência, desafiliação e desproteção alimentam-se reciprocamente, remetendo a solução do problema para o “passe de mágica” (e não para as políticas públicas ou para a ação coletiva)¹³.

Quando computados conjuntamente os três principais problemas a resolver destacados, outras observações parecem plausíveis com respeito a esse segundo sentido do trabalho – o trabalho como necessidade. Primeira: o trabalho (isto é, o não-trabalho, ou o desemprego) assume um posto ainda mais significativo em termos do seu peso na percepção dos respondentes (30% das indicações, igualando-se ao problema da miséria e colocando-se na segunda prioridade para o encaminhamento com recurso ao sobrenatural – ver Anexo, quadro 33). Segunda observação: ele só não ganha em destaque entre os que estão fora da PEA; para esses é a miséria, ainda, a segunda principal questão a resolver, depois da violência (27% das indicações). Terceira: já os que têm trabalho (e trabalho formal) aspiram por equidade e pelo fim das injustiças (estaremos aqui diante do velho sabor do viés de classe?).

Finalmente, uma última consideração vem corroborar esse leque de evidências sobre a centralidade do trabalho (ou de sua falta) como necessidade: quando percebido seja como uma necessidade para o curso da própria vida, seja como uma urgência para “o Brasil”, isto é, para um “outro generalizado” (parafraseando Mead), o desemprego aparece na dianteira das expectativas dos nossos jovens. Quando indagados sobre este outro genérico, é ainda

¹³ É interessante observar que, para os indivíduos de maior escolaridade e rendimento, notadamente entre os homens, é a miséria o alvo a reparar “num passe de mágica”. Já as mulheres se mobilizam intensamente e em quase todas as faixas de idade pelo alvo de extirpar a violência.

mais evidente a centralidade do trabalho como necessidade nacional: nenhum outro problema o supera (30% das respostas), nem mesmo a segurança (com 24%) (ver Anexo, quadro 28). Ademais, assim registrado, o problema é percebido por todos, não importando a situação ocupacional, a sugerir que o desemprego não é o fado apenas dos desempregados, sendo vivido como um “real” problema por todos os jovens brasileiros, estejam eles ocupados, desempregados ou inativos. E, mais uma vez, os “temas juvenis”, como sexo e drogas, se esvaecem a ponto de perderem significação estatística.

2.3. O sentido e a centralidade do trabalho como direito

Mas há um terceiro registro no qual me parece plausível identificar um sentido para o trabalho, discutindo uma última dimensão explicativa de sua centralidade entre os jovens brasileiros hoje. Trata-se do entendimento do trabalho como direito.

Assim, quando indagados sobre “o que lhes vem à cabeça” quando se fala em cidadania, eis outro resultado intrigante¹⁴. Cidadania é algo que, para um grupo significativo de jovens, remete à cesta dos direitos ditos sociais (com 7% de respostas quando considerado apenas o primeiro lugar, mas 21% quando considerado como resposta múltipla). E, entre eles, quem se destaca senão – e novamente – o “direito ao trabalho, ao emprego, a ter uma profissão” (com 15% como resposta única, mas 30% quando consideradas mais de uma resposta – ver Anexo, quadro 76)? Uma primeira curiosidade: são os jovens com elos com aquela parcela do mercado de trabalho minimamente regida por uma norma salarial e que se beneficiam dos direitos a ela associados justamente aqueles que remetem o conteúdo da noção de cidadania para os direitos que se associam ao trabalho e ao exercício profissional. Segunda curiosidade: é importante a distância entre a quantidade daqueles que a associam ao direito ao trabalho e aqueles

¹⁴ Deixo à parte a resposta dominante e claramente circular, que remete a cidadania às atitudes e comportamentos de um cidadão. Sendo aquela numericamente mais significativa (com 34% das respostas) (ver Anexo, quadro 75), parece apontar para a desconcertante evidência de que, entre os jovens, a noção de cidadania pode ser carente de sentido substantivo, confundindo-se com a de cidadão. Ela se definiria menos que pela substância dos direitos e mais por sua possibilidade. Mas não está aí o foco do texto, conquanto não resista a destacar quão interessante parece ser também esse achado da pesquisa.

outros que remetem a noção de cidadania a outros direitos sociais, que poderiam ser igualmente importantes para os jovens (educação, moradia, saúde, alimentação etc.).

Interpelados como cidadãos sobre o direito que, em primeiro lugar, gostariam de ver atendidos, novamente os jovens destacam os direitos sociais (agora em primeiro lugar, com 43% das respostas) e, entre esses, outra vez em primeiro plano, o direito ao trabalho (com 15% das respostas) (ver Anexo, quadro 76). Ainda aqui são os que estão trabalhando (15%), notadamente no mercado formal (18%), ou os desempregados que já trabalharam (15%), e especialmente em empregos formais (15%), os que se reconhecem sujeitos desse direito, aqueles para os quais o trabalho assoma como central por seu sentido de *direito*.

Entretanto, quando inquiridos como jovens (ou seja, quando indagados aplicando a pergunta “para os jovens”) sobre qual seria o mais importante direito juvenil, o pêndulo se desloca maciçamente para a educação (35% das respostas), e o trabalho volta ao pálido segundo plano que tinha quando encarado (vide início desta parte) como um valor. Isso é particularmente verdadeiro entre os jovens desempregados, que já trabalharam no informal (18% das respostas, ante 15% na média). Mas, se lhes fosse dada a capacidade de “criar novos direitos para os jovens, direitos que não existiam no papel” (tal como foi formulada a questão), metade (50%) criaria novos direitos sociais e, entre esses, qual o que mais se destaca? Novamente o direito ao trabalho (27%) (ver Anexo, quadro 77). Esse sentido de importância do trabalho como direito – que agora flagro por sua negação, por sua ausência – está significativamente presente, de novo, justamente entre os jovens mais marcados pela desafiliação: os desempregados (33% das respostas, ante 27% em média), que tiveram experiência no trabalho informal (novamente 33%) e que estão à procura de trabalho (30% das respostas).

Curioso que quando se reconhecem *sujeitos do direito* (ao trabalho), tal como destaquei no início deste item, são os jovens com experiência de trabalho regular, no mercado formal, aqueles que mais exibem respostas que os flagram exercitando essa representação de si. Contrariamente, quando flagrados como *sujeitos carentes de um direito*, postulando-o como uma possível criação que protegesse o jovem-cidadão, são os mais próximos à precoce desafiliação aqueles que se perfilam ao redor dessa representação de si.

2.4. No frígir dos ovos, o que se retira do trabalho como resultado subjetivo?

Assim postos ao juízo do leitor aqueles que considero os três sentidos principais que o trabalho parece adquirir para os jovens brasileiros pesquisados, como poderíamos retomar, sob um ponto de vista mais geral, os elementos que conotam substantivamente o significado do trabalho? Proposito, já tratando de finalizar esses comentários, analisar a representação que esses rapazes e moças manifestam sobre o trabalho não como pressuposto, mas como resultado. Qual seria o legado subjetivo do trabalho ou o que dele parece retirar o jovem trabalhador brasileiro? Para tal, os respondentes escolheram associar uma de cinco palavras à ideia de trabalho: necessidade, independência, crescimento, autorrealização e exploração.

O achado empírico parece validar a importância primeira de um dos três sentidos que (como propus acima) pareciam ser outorgados ao trabalho. Antes de tudo, o trabalho – essa dimensão da vida juvenil que apareceu com tanta força nos dados até aqui apresentados – é, para o jovem brasileiro, “*necessidade*” (64% das respostas múltiplas – ver Anexo, quadro 42), e visto tanto mais como necessidade quanto mais fixamos o olhar naqueles mais vulneráveis: os ocupados no mercado informal (41% das respostas únicas, ante 39% na média), os desempregados que tiveram experiência prévia de trabalho (42%), notadamente aqueles cuja experiência se deu no trabalho informal (43%), os de menor escolaridade (59% de respostas entre os que têm apenas até a 4ª série) ou de menor renda (48% entre os que ganham menos de um salário-mínimo), premidos pela necessidade de acelerar a passagem à vida adulta, por sua idade mais elevada (42% das respostas entre os que têm entre 21 e 24 anos).

Um segundo padrão de entendimento do trabalho, pelo resultado subjetivo que aporta, o identifica como uma fonte de *independência* (55% das respostas, quando múltiplas, e 26% quando únicas – ver Anexo, quadro 42). Essa resposta é ligeiramente mais frequente entre os desocupados (27%) que estão empenhados na procura de trabalho (32%). Entretanto, quando observamos como esse padrão de resposta se compõe entre grupos de jovens segundo renda, escolaridade, sexo, idade ou cor, chamam a atenção sua amplitude e generalização: este é um padrão praticamente universal, que parece recuperar um significado subjetivo do trabalho, comum, que transparece para todos os tipos de jovem; é uma sorte de mínimo deno-

minador comum e talvez o móvel mais significativo a distinguir a atração que o trabalho exerce sobre o jovem.

Um terceiro padrão de entendimento do significado do trabalho, visto por seus resultados, se expressa na metáfora do “*crescimento*” (22% das respostas quando únicas e 47% quando múltiplas – ver Anexo, quadro 42). Ela não somente é ligeiramente inferior ao segundo padrão (em termos do percentual de respostas), como parece advir de um outro grupo de jovens, os que estão trabalhando (24% das respostas ante 22% na média), no mercado formal (26% das respostas) e têm escolaridade mais elevada e renda também mais alta (24% das respostas em cada um dos casos).

Por último, há um grupo menor (11% das respostas; 29% quando há possibilidade de mais de uma opção) que entende que o trabalho é uma fonte de autorrealização. As respostas são mais frequentes entre jovens em busca de trabalho (15%), e com peso importante dos que têm curso superior e renda maior que dez salários-mínimos (em ambos os casos 25% das respostas)¹⁵.

Finalmente, resta um último aspecto a recuperar para compor minimamente o argumento de minha análise: sobre que bases materiais se erigem as representações até aqui destacadas? Qual a inserção “real” desses jovens, de suas expectativas, seus anseios e temores?

2.5. As bases materiais das representações:

a (já) longa experiência do jovem brasileiro com o trabalho

Todas essas representações sobre trabalho, sobre riscos nele envolvidos e sobre seu significado subjetivo resultam de uma experiência que, para muitos jovens, chama a atenção por ser considerada uma já longa jornada na vida de trabalho.

Ela nos permite retomar o argumento de Pierre Bourdieu de que “a juventude é uma palavra”. Isto porque, se a entendermos como um momento de transição da escola ao trabalho – retomando a expectativa simbolicamente ainda vigente de que os ciclos de vida movem os indivíduos do ambiente familiar para o ambiente escolar e deste para o ambiente profissional –, o

¹⁵ É estatisticamente insignificante, por tão minúscula, a porcentagem dos que veem na “exploração” o resultado do trabalho realizado. O que por si é também significativo em termos analíticos.

jovem brasileiro vive essa transição de uma forma muito peculiar, numa socialização antecipada e temporã no trabalho. Apenas um quarto dos pesquisados está fora da PEA, nunca trabalhou e nunca procurou trabalho. A maior parte (76%) está incluída no mercado de trabalho, seja como ocupada (36%), seja como desempregada depois de ter tido experiência prévia de trabalho (32%), seja em busca de um primeiro trabalho (8%)¹⁶. Vale dizer que, quando tratamos da juventude brasileira, convém não suprimir um outro adjetivo imprescindível a qualificar sua especificidade: trata-se da juventude *trabalhadora* brasileira. Juventude esta que, em parcela não desprezível, ingressa no trabalho ainda na infância; nada menos que 33% deles iniciam sua carreira como trabalhador entre 5 e 14 anos, e somente um quarto deles o faz depois da maioridade (ver Anexo, quadro 48).

Entre os desempregados, nada menos que um terço procura trabalho há mais de um ano e esse percentual se eleva a quase dois terços se tomarmos o período de procura como igual ou superior a seis meses (ver Anexo, quadro 43). As indicações (47% dos casos) e notadamente a ajuda dos pais (24%) foram as vias cruciais de obtenção de trabalho (ver Anexo, quadro 47) – com a força dos elos mais fortes se fazendo sentir no momento da inclusão no trabalho¹⁷. Quando ocupados, haviam estado majoritariamente sujeitos ao trabalho informal (63%) (ver Anexo, quadro 44) em proporção mais elevada que a média da população brasileira; e apenas pouco mais de um quarto dos casos de ocupados possuía registro em carteira (ver Anexo, quadro 44). A quantidade de horas trabalhadas chama a atenção: 13% dos jovens diziam trabalhar em média mais de dez horas por dia; se considerados os que trabalhavam mais de oito horas/dia (a jornada legal no país), estariam incluídos algo mais que 31% deles (ver Anexo, quadro 45). Entre os que trabalham ou trabalhavam, 86% perfaziam quando muito dois salários-mínimos, dinheiro este que apenas 27% deles guardavam somente para seu próprio gasto; 14% entregavam a outrem tudo o que ganhavam e 57% passavam adiante parte dos seus ganhos (ver Anexo, quadro 46); eram, assim, partícipes-provedores, desde cedo, na organização da vida material do seu grupo de referência.

¹⁶ Destaque para a pouca significação relativa dos que procuram seu primeiro emprego.

¹⁷ É residual (5%) a importância dos que se disseram recrutados em processos seletivos formalizados.

Não sem razão, para a maioria deles, a passagem da juventude à vida adulta não tem como demarcador principal a idade biológica (apenas 7% consideram que se atinge a nova fase com a maioridade), mas resulta da capacidade de assumir responsabilidades (32% das opiniões) e notadamente da capacidade de construir família, ter filhos (31%) e trabalhar (12%) (ver Anexo, quadro 26).

Ora, se essa percepção se lhes autoaplica: boa parte dos nossos jovens de há muito assumem responsabilidades, têm a vida envolvida em rotinas (por vezes bastante longas) de trabalho, contribuindo para o sustento da família ou grupo de residência; se a sensação de vulnerabilidade e risco domina grande parte das respostas manifestas, notadamente em face do trabalho (ou à falta dele), e se o sentido de desafiliação, de desproteção institucional se revela nos anseios que só se resolverão num “passe de mágica”, é compreensível que o imaginário desses jovens esteja fortemente marcado – e sob diferentes sentidos – pela importância do trabalho em suas vidas cotidianas. Nessas condições, do fato de que o trabalho se torna (para retomar Offe) disforme, não decorre, de nenhum modo, sua irrelevância subjetiva. Ao menos para esses jovens, que parecem socialmente talhados como quase-adultos, nas bases naturais da sua existência tanto quanto nas representações simbólicas que sobre ela erigem.

Será este um achado exótico e tropical? Concluo essa reflexão respondendo negativamente a esta pergunta e argumentando novamente com as expectativas e interpretações acadêmicas mais gerais.

3. Concluindo: entre expectativas e resultados

Vários autores, examinando o tema dos elos entre juventude e trabalho, à luz do caso brasileiro, apontam, a meu juízo, novas evidências e outros elementos de articulação analítica que permitem enriquecer o sentido dos achados aqui comentados, ampliando-os. Destacarei apenas quatro, pela importância para o argumento e pela impossibilidade de suscitar-los a partir dos dados do *survey* que me serviu de mote para a reflexão.

Primeiro, é necessário pensar a questão dos elos entre juventude e trabalho, notadamente em países como o Brasil, sem esquecer o importante papel que cumprem determinantes que resultam da dinâmica demográfica.

Vimos na parte inicial que, não raro, o debate se estrutura a partir do que se passa com o âmbito *da demanda* de força de trabalho. Por certo, as transformações no aparato produtivo e seus elos com a dinâmica do mercado de trabalho são fatores de primeira hora para explicar oportunidades seletivamente preenchidas e percursos no mercado de trabalho; disso não resta a menor dúvida¹⁸. Mas não somente elas. De fato, como bem demonstrou Madeira (1998), os fatores que resultam de descontinuidades etárias e promovem movimentos de alargamento de faixas etárias são intervenientes de primeira hora que determinam a dinâmica da oferta de força de trabalho. E, no caso brasileiro, uma sinuosa “onda de jovens” (para usar as palavras de Madeira) se revelou justamente no final dos anos 1990 (quando ressurgiu, depois de amortecida nos 1980) e se sobrepôs a uma segunda onda, a dos que têm idade hoje em torno dos 50 anos. Tal sobreposição teve evidentes efeitos demográficos sobre o tamanho e a composição da PEA, e tem tido claros impactos sobre os problemas do desemprego, que especificam a realidade brasileira e agregam razões importantes para entendermos as vicissitudes atuais (e as percepções) dos jovens no (e sobre o) mercado de trabalho.

Segundo aspecto, a particular configuração do sistema escolar no Brasil e de seu padrão de inclusão e exclusão. Em recente trabalho, Soares, Carvalho e Kipnis (2003) chamam a atenção para a situação dos que denominam de “jovens adultos”, ou seja, rapazes e moças com idade entre 18 e 25 anos que formam, entre os vários grupos de jovens, o contingente mais afetado pela intensa deterioração das condições do mercado para trabalhadores sem níveis educacionais adequados. Os resultados que comentei acima, em diferentes momentos, também apontam para achado similar; e não apenas do ponto de vista das oportunidades, como também do ponto de vista das representações. Soares *et al.* demonstram que os jovens que logram completar a escolaridade média, embora enfrentem dificuldades no mercado de trabalho num momento de tão intensa reestruturação como foram os anos 1990, têm maior chance de incluir-se em empregos com carteira assinada; isso, entretanto, dificilmente ocorre àqueles que, na mesma faixa de idade, evadiram-se do sistema escolar ou nele permanecem com significativo atraso (quatro a cinco anos, por

¹⁸ Do que dá exemplo o trabalho de excelente qualidade de Pochmann (2000).

exemplo). A esses cabem as maiores dificuldades e, via de regra estando por constituir ou já tendo constituído família, formam um bolsão de pobreza e miséria que desafia as políticas públicas, demandando especialmente o foco adequado, em especial para as políticas educacionais¹⁹.

Terceiro, os estudos sobre trajetórias de jovens no mercado brasileiro de trabalho chamam a atenção para a especificidade do movimento de ingresso juvenil, ao menos no que concerne às classes média e popular. Mecanismos informais de intermediação são, entre eles, os mais poderosos instrumentos para dar início, de modo protegido e supervisionado por redes de familiares, conhecidos e amigos, às incursões no mercado de trabalho (LEITE, 2002 e 2003); elas são uma forma de encarar o desafio do provimento de algum tipo de rendimento e a almejada independência (que reencontrei nos dados da pesquisa que analisei). Ora, nesse sentido, transições ocupacionais são comuns no ingresso ao trabalho dos jovens ou dos novos demandantes, para tratá-los de modo geral e mais adequado, como bem o sugere Castel (2001)²⁰. Entretanto, no caso brasileiro, as transições intensas de jovens – que perscrutam o estado das oportunidades e se movem em direção ao que lhes é mais adequado – não são uma exceção, mas constituem a regra geral para parcela majoritária dos percursos ocupacionais, notadamente nos anos 1990 nos mercados metropolitanos (CARDOSO, 2000; GUIMARÃES, 2004).

Quarto e último aspecto a destacar: por isso mesmo, uma gama de recentes estudos qualitativos, realizados no Brasil, sobre trajetórias ocupacionais de jovens e suas representações sobre o trabalho e o desemprego têm sido eloquentes em chamar a atenção para o fato de que as dificuldades provenientes das novas condições de inserção no trabalho, longe de produzirem um movimento de perda da significação do âmbito do trabalho para esses sujeitos trabalhadores, levam à produção de novos e diferenciados significados, que refletem em grande medida o contexto em que se trabalha, a trajetória percorrida e o perfil do jovem trabalhador (MARTINS, 2004; CORROCHANO, 2001; FERREIRA, 2003; LEITE, 2003). Esses achados confluem

¹⁹ Em sentido similar, também alertando para a prioridade de políticas focalizadas nesse tipo de jovem, aponta recente trabalho de Madeira (2003), avaliando programa de primeiro emprego do governo do Estado de São Paulo.

²⁰ E como o documentaram Pignoni e Poujouly (1999) e Demazière (1995) para o caso francês.

em direção a outros, colhidos para outros países da América Latina, como Argentina (JACINTO, 2001) e México (PÉREZ ISLAS e URTEAGA, 2001).

Tudo isso me conduz a concluir, lançando mão de considerações de Castel, arguindo que se é certo que transformações no trabalho põem em xeque antigos valores, ao tempo em que reestruturam novas formas de produzir bens e serviços, esse movimento não é unidirecionado, nem por seu conteúdo, nem por seus atores. Diversas são as atitudes dos jovens que sofrem esse movimento – e sofrem-no com particular intensidade em realidades (como a brasileira) em que fatores demográficos e educacionais, além dos ligados à reestruturação econômica, deterioram ainda mais suas chances de inclusão.

Sem contar que, na ausência de uma sólida experiência de regime de *welfare*, como novamente é o caso brasileiro, os mecanismos de proteção e os institutos das políticas públicas (recentes, restritos, tateantes e escassamente avaliados) alimentam um sentimento de individualização que não enraíza o jovem e sua biografia ocupacional em normas e regulações seguras, como foi o caso da experiência dos países de regime pujante de *welfare*. Ora, nessas condições, o sentido de risco e vulnerabilidade, que observei permeando as representações juvenis, tem toda a razão de ser²¹.

Entretanto, encontrei também que, mais além dessas representações comuns, erigem-se formas de conceber e outorgar valor ao trabalho (fundando-o seja na ética, seja na necessidade, seja na arguição de direito) e padrões de interpretar o significado subjetivo do seu resultado (seja como provedor de necessidade, seja como produtor de independência, crescimento ou autorrealização), os quais, longe de descentrarem o trabalho, permitem entrever a pluralidade de significados produzidos no seio desse grupo de jovens. Como Castel, estou segura da necessidade de avançarmos no estudo empírico das fontes de explicação dessas diferenças de entendimentos e representações, reconhecendo o peso dos determinantes sociais que continuam a comandar o acesso e a natureza da sua relação com respeito ao trabalho. E, nesse sentido, entender essas diversas formas de viver, não apenas a juventude, como (nela) o próprio percurso profissional.

²¹ No caso brasileiro, tal sentimento está igualmente presente no conjunto da população. Em pesquisa amostral representativa conduzida pelo Instituto Datafolha, em 2001, perguntados qual a palavra que lhes vinha à mente associada a “trabalho”, a parcela mais significativa dos brasileiros respondia que trabalho remete a “desemprego” (ver comentários em Guimarães, 2003).

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt (1999). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona, Ed. Gedisa.
- BECK, Ulrich (1992). *Risk Society*. Londres, Sage Publications.
- BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2002). *Individualization. Institutionalized Individualism and Its Social and Political Consequences*. Londres, Sage Publications.
- BOURDIEU, Pierre (1978). “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”, entrevista a Anne-Marie Métaillé, originalmente publicada em *Les jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages. Edição em português em: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983, p. 112-21.
- CARDOSO, Adalberto (2000). *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro, FGV.
- CASTEL, Robert (2001). “Les jeunes, ont-ils un rapport spécifique au travail en France?”. In: CHARLOT, B. e GLASMAN, D. (eds.) *Les jeunes, l’insertion, l’emploi*. Paris, Presses Universitaires de France, p. 287-98.
- CORROCHANO, Maria Carla (2001). *Jovens olhares sobre o trabalho. Um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.
- DEMAZIÈRE, Didier (1995). “Qui sont les chômeurs de longue durée?”. In: *Le chômage de longue durée*. Paris, PUF, cap. II, p. 31-51.
- DUBAR, Claude (1998). “Réflexions sociologiques sur la notion d’insertion”. In: CHARLOT, B. e GLASMAN, D. (eds.) *Les jeunes, l’insertion, l’emploi*. Paris, Presses Universitaires de France, p. 30-38.
- _____. (2001). “La construction sociale de l’insertion professionnelle en France”. In: ROULLEAU-BERGER, Laurence e GAUTHIER, Madeleine (eds.). *Les jeunes et l’emploi dans les villes de l’Europe et de l’Amérique du Nord*. Paris, Editions de l’Aube, p. 111-23.
- FERREIRA, Maria Inês Caetano (2003). *Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da capital paulista*. Tese de doutoramento em sociologia, Universidade de São Paulo, abril de 2004.
- GIDDENS, Anthony (1998). *Más allá de la Izquierda y la Derecha. El futuro de las políticas radicales*. Madrid, Ed. Cátedra.
- GORZ, André (1997). *Misères du présent, richesse du possible*. Paris, Ed. Galilée.
- GRANOVETTER, Mark S. (1974). *Getting a Job. A Study of Contacts and Careers*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- GUIMARÃES, Nadya A. (2003). “As transformações do (não) trabalho e a ação coletiva”. Comunicação apresentada ao Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Campinas, 1-5 de setembro de 2003, 12 p.

- _____ (2004). *Caminhos cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo, Editora 34.
- JACINTO, Claudia (2001). Contextos y actores sociales en la evaluación de los programas de capacitación de jóvenes. In: PIECK, Enrique (coord.). *Los jóvenes y el trabajo – La educación frente a la exclusión social*. México, UIA/UNICEF/Cinterfor – OIT/RET, p. 251-268.
- LEITE, Elenice (2002). “Relatório de avaliação do programa ‘Jovem Cidadão; Meu Primeiro Emprego’”. Pesquisa qualitativa com monitores do PJC, São Paulo, Fundação SEADE, nov.
- _____ (2003). “Jovens”. In: Guimarães et al. *Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil-França-Japão*. Relatório final do Projeto CNPq, São Paulo, USP-Cebrap-SEADE-CEM, cap. 5. Versão digital em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>
- MADEIRA, Felícia R. (1998). “Recado dos jovens: mais qualificação”. CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD, vol. 2, p. 427-498.
- _____ (2003). “Jovem cidadão: meu primeiro emprego. Desafios teóricos e práticos”. São Paulo, dezembro, versão preliminar.
- MARTINS, Heloisa H. T. S. (2004). “A difícil transição – análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos”. In: DOWBOR, Ladislau; FURTADO, Odair; TREVISAN, Leonardo; SILVA, Helio. (orgs.) *Desafios do trabalho*. Petrópolis, Vozes, p. 169-86.
- MAURICE, Marc; SELIER, Pierre e SILVESTRE, Jean-Jacques (1982). *Politiques d’éducation et organisation industrielle. Une comparaison France-Allemagne*. Paris, Presses Universitaires de France.
- OECD – Organization for Economic Cooperation and Development (1980). *Youth Unemployment: Causes and Consequences*. Paris, OECD.
- OFFE, Claus (1989). “Trabalho: uma categoria-chave da sociologia?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, nº 10, jun., p. 5-20 (traduzido a partir da versão inglesa em: *Disorganized Capitalism: Contemporary Transformations of Work and Politics*. Oxford, Basil Blackwell, 1986).
- PÉREZ ISLAS, José Antonio e URTEAGA, Maritza (2001). “Los nuevos guerreros del mercado. Trayectorias laborales de jóvenes buscadores de empleo”. In: PIECK, Enrique (coord.) *Los jóvenes y el trabajo – la educación frente a la exclusión social*. México, UIA/Unicef/Cinterfor-OIT/RET, p. 355-400.
- PIGNONI, Maria Teresa e POUJOULY, Christel (1999). “Trajectoires professionnelles et récurrence du chômage”. *Premières Informations et Premières Synthèses*. Paris, Dares, nº 14.3.

- POCHMANN, Marcio (2000). *A batalha do primeiro emprego. As perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo, Publ. Brasil.
- RODRÍGUEZ, Ernesto (2001). “Juventud y desarrollo en América Latina: desafíos y prioridades en el comienzo de un nuevo siglo”. In: PIECK, Enrique (coord.). *Los jóvenes y el trabajo – la educación frente a la exclusión social*. México, UIA/Unicef/Cinterfor-OIT/RET, p. 27-58.
- SOARES, Sergei; CARVALHO, Luíza e KIPNIS, Bernardo (2003). “Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional”. *Textos para Discussão* n° 954, Rio de Janeiro, IPEA.

Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros

Ana Karina Brenner

Mestranda em educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Juarez Dayrell

Doutor em educação, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Paulo Carrano

Doutor em educação, professor da Faculdade de Educação da UFF.

A investigação sobre a dinâmica da ocupação do tempo livre pelos jovens é de significativa importância para se compreender os sentidos do próprio tempo da juventude nas sociedades. A dinâmica sociocultural da vida juvenil expressa, em grande medida, a realidade efetiva dos aspectos que organizam a vida dos jovens nas culturas vividas no lazer e no tempo livre.

O erro de se compreender a juventude como uma realidade homogênea aparece no senso comum em relação ao tempo livre e ao lazer com expressiva frequência. Talvez pela percepção de que o tempo da juventude, em geral, e o tempo das culturas juvenis, em particular, seriam em “essência” momentos de fruição de divertimentos, prazeres e distância relativa do mundo do trabalho,

este último característica principal do mundo adulto. A pesquisa de opinião pública “Perfil da juventude brasileira”, cujos dados serão apresentados e analisados mais à frente, ao se aproximar da realidade concreta dos jovens brasileiros, amplia a percepção da existência de condições distintas de vivência do tempo da juventude – juventudes. Os jovens entrevistados pela pesquisa revelam com nitidez situações de vida e processos sociais que reafirmam os traços de diversidade da cultura brasileira ao mesmo tempo que denunciam que esta se processa sobre bases socioeconômicas desiguais que incidem sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação dos mundos da cultura, do lazer e do tempo livre.

É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle das gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis. Não é incomum que a sociedade enxergue nessas culturas traços de marginalidade quando estas fogem ao social e culturalmente esperado pela “adulterez” dominante de determinada época histórica ou pelos valores de determinadas comunidades de referência. A busca do controle dos lazeres juvenis faz parte da história de Estados e organizações sociais preocupados com o que comumente foi e ainda é considerado como tempo social potencialmente negativo e, em geral, pensado em oposição ao trabalho, este entendido como tempo de positividade no que se refere à formação humana.

Na contramão da tendência moralizante anteriormente definida, é preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. Assim considerado, o lazer pode ser espaço de aprendizagem das relações sociais em contexto de liberdade de experimentação. A ocupação do tempo livre pelos jovens pressupõe a satisfação de necessidades materiais objetivas e a existência de tempo liberado das obrigações cotidianas e de conteúdos culturais que organizem e deem sentido à experiência desse tempo.

Quanto ao lazer juvenil como experiência cultural coletiva, deve-se reportar à centralidade do grupo de pares no processo de formação huma-

na. A convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais.

Na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. As denominadas atividades de *pura sociabilidade* podem ser definidas como geradoras de tensões emocionais agradáveis e de formas descomprometidas de integração social (ELIAS e DUNNING, 1992). Essas formas *descomprometidas* possuem, entretanto, uma grande efetividade social para o estabelecimento de valores, conhecimentos e identidades. No espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (re)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural.

Uma dimensão inovadora constatada em várias pesquisas sobre as práticas juvenis no Brasil e em outros países se refere à importância da esfera cultural e do lazer como espaço produtor de sociabilidade. Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social. As diferentes práticas de experiência coletiva em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades.

Os espaços de cultura e lazer, com todas as suas potencialidades, se colocam na perspectiva do direito. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, esta compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Espera-se que uma política pública democrática neste âmbito seja capaz de promover cidadania cultural que amplie a capacidade crítica dos jovens ante a tendência de indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade.

A autonomia dos sujeitos sociais nos tempos e espaços de lazer encontra sua relatividade no modo como esses se inserem na esfera produtiva, estabelecem suas relações culturais e também na maneira como experimen-

tam a liberdade de ação política em determinado contexto social comunitário. A base material da existência é um dos limites mais fortes da inserção diferenciada no mundo do lazer. A antiga equação estabelecida entre o mundo da necessidade e o mundo da liberdade ainda está em vigor.

A existência de tempo livre não implica necessariamente lazer. O tempo livre do trabalho muitas vezes pode significar o espaço da penúria, da opressão e da falta de oportunidades. Este é o caso dramático do desemprego e da desocupação, situação vivida por uma expressiva parcela de jovens brasileiros. O lazer é atividade social e historicamente condicionada pelas condições de vida material e pelo capital cultural que constitui sujeitos e coletividades.

É importante destacar que a busca de dados nacionais sobre tempo livre, lazer e cultura no Brasil, não apenas sobre jovens, mas também para a população em geral, resulta num quadro de escassez e dispersão de indicadores culturais. Os planos de ação ou políticas culturais são desenvolvidos sem uma base real de conhecimento sobre aquilo que os sujeitos podem realizar ou desejam experimentar e, em geral, ocorrem sob bases voluntaristas. O conhecimento sobre a realidade cultural pode não apenas contribuir para políticas mais efetivas, como também impor limites à ação ideológica do Estado na definição dos conteúdos de determinada diretriz de política cultural (COELHO, 2003).

Dados levantados pela pesquisa “Informações básicas municipais” (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2001), dialogam com a pesquisa “Perfil da juventude brasileira” e contribuem para a compreensão de um dos fortes motivos para a baixa taxa de participação em atividades culturais de ocupação do tempo livre.

Ao procurar identificar a infraestrutura cultural dos 5.560 municípios brasileiros, a pesquisa do IBGE investigou 17 tipos de equipamentos, apontando sua presença nos municípios e, em alguns casos, indicando sua quantidade. Os dados permitem perceber como as desigualdades sociais e regionais também se configuram na distribuição dos equipamentos culturais. As bibliotecas são o equipamento com a maior presença municipal (79%). Menos da metade (43%) dos municípios brasileiros dispõe de livrarias. Enquanto 64% dos municípios são providos de locadora de vídeo, apenas 8% têm cinemas, o que evidencia simultaneamente o lugar de destaque que os eletrodomésticos conquistaram na vida nacional e o declínio das salas de cinema, notadamente daquelas situadas em vias públicas. Os teatros estão presentes em 19% e museus em 17% dos

municípios. A principal emissora de televisão privada brasileira alcança 98% dos municípios, a segunda 88% e a terceira 75%, enquanto as TVs educativas atingem 53% das cidades. A televisão a cabo é privilégio de somente 7% dos municípios. As bandas de música alcançam 44% dos municípios e as orquestras somente 6%. Os dados sobre a distribuição dos equipamentos culturais, segundo o tamanho do município, revelam que, quanto menor o município, menor também a existência de equipamentos culturais.

Em síntese, a MUNIC apontou as seguintes características de distribuição dos equipamentos: a) a escassez é mais acentuada em municípios de menor população; b) as bibliotecas públicas, clubes e ginásios esportivos são os aparelhos mais disseminados pelos municípios; c) teatros, cinemas e museus são, contudo, pouco presentes na maioria dos municípios; d) o crescimento de alguns equipamentos culturais, como provedores de internet e lojas de discos, CDs e fitas, demonstra a evolução da incidência de novas tecnologias orientadas para o uso pessoal ou doméstico; e) um novo padrão de desigualdade está sendo gerado com o acesso desigual da população aos aparelhos de cultura e lazer relacionados com as novas mídias e as tecnologias digitais.

Pode-se afirmar com segurança que, além das desigualdades regionais entre pequenas e grandes cidades no quadro de distribuição de equipamentos culturais, há, no interior dos municípios, desigualdades tão ou mais brutais. Nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são verdadeiros desertos de equipamentos culturais; ainda que a média de equipamentos seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico aos setores populares.

A MUNIC mostra também que estádios ou ginásios esportivos (76%) e clubes (70%) são equipamentos amplamente presentes nas cidades brasileiras, revelando forte característica da cultura nacional relacionada com a prática esportiva e outras formas de lazer e ao associativismo em clubes. O tema complementar sobre associativismo da “Pesquisa mensal de emprego de 1996” (cit. IBGE, 2001) mostra, por sua vez, que cerca de 697 mil pessoas (2,8% da população de 18 anos ou mais ou 12% dos filiados a órgãos comunitários) nas regiões metropolitanas encontravam-se associadas a entidades esportivas ou culturais. Outra pesquisa realizada pelo IBGE – “Padrões de vida 1996-1997” (*idem*) – aponta que 19,2% da população de 5 anos ou mais pratica algum tipo de exercício físico semanalmente, sendo que 14,3% o

fazem por lazer. Esses dados informam que as dimensões culturais e esportivas ocupam lugar de destaque na malha associativa nacional.

A seguir apresentam-se a descrição e a análise dos dados do “Perfil da juventude brasileira” referentes às questões mais diretamente relacionadas às atividades culturais, esportivas e outras formas e conteúdos de ocupação do tempo livre durante a semana e em fins de semana. As categorias que classificam as atividades de tempo livre ora são apresentadas segundo respostas espontâneas dos entrevistados, ora segundo a categorização previamente estabelecida no formulário de entrevistas da pesquisa. Cada tabela apresentada indica o tipo de resposta dada, se espontânea (primeiro tipo de classificação) ou estimulada (segundo tipo).

Perfil da juventude brasileira

A pesquisa “Perfil da juventude brasileira”¹ indagou sobre o acesso dos jovens brasileiros aos projetos e atividades culturais e/ou esportivos, sejam eles oferecidos pelo poder público ou por ONGs. Em relação a projetos culturais, 88% dos jovens informaram nunca ter participado de algum deles, índice que aumenta para 94% entre os jovens do meio rural. A proporção entre os jovens das capitais e do interior que tiveram acesso a esses projetos é de 17% para os primeiros e 8% para os segundos (Tabela 1). Dos 11% de jovens que afirmaram ter participado de algum projeto cultural, 6% o fizeram há menos de um ano e 4% há mais de um ano.

Chama a atenção a pouca abrangência dessas ações culturais. E, mais sério, o detalhamento dos dados aponta que os jovens das camadas populares, que deveriam ser os sujeitos privilegiados de ações culturais, são exatamente aqueles que têm menos acesso a tais projetos. Dos que possuem renda familiar acima de dez salários mínimos, 23% já tiveram acesso a um projeto cultural, índice muito maior do que os 8% de jovens com renda familiar de até dois salários-mínimos. Esta diferença também aparece na

¹ A amostra total da pesquisa foi de 3.501 entrevistados, entretanto muitas perguntas foram aplicadas em apenas uma das três subamostras (amostra A = 1.171, amostra B = 1.160 e amostra C = 1.170) contempladas no desenho da pesquisa. Ainda que o equilíbrio dessas amostras garanta a fidedignidade dos dados, isso diminui a base respondente e deve ser considerado no momento da análise.

variável escolarização. A maior participação ocorre entre os jovens com escolaridade média e superior (14%), diferente daqueles que possuem até a 4ª série do ensino fundamental (3%). É interessante notar que a variável *trabalho* parece não interferir neste acesso, já que os índices dos que estão trabalhando e os desempregados que participam de projetos culturais são muito próximos (10% e 11%, respectivamente). O mesmo ocorre com a variável *raça/etnia*, que apresenta índices praticamente iguais entre brancos, pardos e negros, indígenas e orientais.

Tabela 1 – Participação em projetos culturais desenvolvidos por governos ou por ONGs, segundo localidade (amostra A, resposta estimulada e única, em %)²

	TOTAL	RMs e capitais	Interior	Cidade	Campo
JÁ PARTICIPOU e a última vez foi	11	14	8	12	5
Há menos de um ano/em 2003	6	7	5	6	3
Há mais de um ano/em 2002	4	5	3	5	1
Não lembra/não respondeu	1	1	*	1	1
NUNCA PARTICIPOU	88	84	91	87	94
NÃO LEMBRA SE JÁ PARTICIPOU/NÃO RESPONDEU	1	2	1	1	1

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Os dados acima devem servir para que a oferta de atividades e equipamentos culturais para os jovens considerem as especificidades de situação de vida dos setores mais empobrecidos da população que, mesmo diante da oferta, encontram maiores dificuldades para participar.

Em relação a atividades culturais desenvolvidas em escolas nos fins de semana, 59% dos jovens brasileiros afirmaram nunca ter participado de alguma, índice que aumenta no avançar da idade – 64% entre a faixa etária de 21 a 24

² Nas tabelas, o símbolo * equivale a respostas que não atingiram 1% e o símbolo - equivale à opção não referida nas respostas dos jovens.

anos. Os jovens do meio rural e das cidades de pequeno porte do interior do país vivem uma realidade na qual as escolas são ainda menos abertas para atividades de fim de semana. Apenas 32% dos que vivem no meio rural já participaram de alguma atividade cultural nas escolas, praticamente o mesmo índice daqueles que moram em pequenas cidades do interior (31%) (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação em atividades culturais desenvolvidas nas escolas nos fins de semana, segundo localidade (amostra A, resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	RMs e capitais	Interior	Cidade	Campo
JÁ PARTICIPOU e a última vez foi	38	41	37	40	32
Está participando atualmente	3	4	3	4	1
Há menos de um ano/em 2003	18	21	16	18	15
Há mais de um ano/em 2002	14	13	14	14	13
Não lembra quando/não respondeu	3	3	3	3	3
NUNCA PARTICIPOU	59	57	60	58	63
NÃO LEMBRA SE JÁ PARTICIPOU/NÃO RESPONDEU	3	3	3	2	4

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Em que pesem as experiências em curso de abertura das escolas para atividades nos fins de semana, de modo geral, ainda são muitas as dificuldades para que as instituições se transformem em equipamentos culturais que favoreçam a expressividade juvenil e, ao mesmo tempo, dialoguem com os projetos pedagógicos escolares. Há duas ordens de desafios para a superação dessas dificuldades: criar políticas que estimulem outras escolas a abrir nos fins de semana e apoiar as iniciativas já existentes. Este apoio passa pela oferta de espaços escolares e materiais suficientes e adequados às atividades extraclasse, garantia de manutenção dos espaços já existentes e capacitação de agentes culturais para que atuem no tempo livre e articulem os conteúdos escolares com as diferentes propostas culturais.

Em relação à promoção de atividades culturais em espaços públicos, 58% dos jovens nunca participaram de *shows* ou outras atividades culturais realizadas em praças públicas (Tabela 3). Como era de esperar, a maioria

dos jovens que participou deste tipo de evento mora em cidades (42%) e a minoria mora no campo (30%). Esta diferença praticamente desaparece na comparação entre capitais e cidades do interior (39% e 40%, respectivamente). As cidades de pequeno porte têm 45% de participação de jovens em algum evento cultural em espaços públicos.

Tabela 3 – Participação em *shows* ou outras atividades culturais realizadas em praças públicas, segundo localidade (amostra A, resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	RMs e capitais	Interior	Cidade	Campo
JÁ PARTICIPOU e a última vez foi	40	39	40	42	30
Está participando atualmente	4	3	5	5	2
Há menos de um ano/em 2003	23	23	22	24	15
Há mais de um ano/em 2002	8	8	8	8	8
Não lembra quando/não respondeu	5	5	5	5	6
NUNCA PARTICIPOU	58	59	58	56	67
NÃO LEMBRA SE JÁ PARTICIPOU/NÃO RESPONDEU	2	2	1	1	3

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

A realização de eventos culturais públicos tais como bailes, *shows*, concertos, recitais etc. é uma maneira de estimular a convivência coletiva de múltiplos grupos juvenis e a intergeracionalidade. A praça como lugar de encontro, festa e convívio social é emblemática de cidades que cultivam a sociabilidade pública em contraposição à privatização da subjetividade, tendência das sociedades de consumo. O fato de uma ampla maioria de jovens nunca ter participado de eventos em praça pública denota precária apropriação da cidade como espaço educativo, de encontro e sociabilidade.

Em relação ao acesso a atividades esportivas, o índice de participação é ainda menor do que em atividades culturais: 72% dos jovens brasileiros nunca participaram de alguma atividade esportiva promovida pelo poder público. Este alto índice indica o pouco investimento feito em ações que democratizem a prática esportiva. Há participação desigual quando se con-

sidera a variável *gênero*: 33% de homens e 22% de mulheres praticam algum esporte. Há desigualdades também em relação à idade – 33% de jovens de 15 a 17 anos ante apenas 24% na faixa etária de 21 a 24 anos participam de atividades esportivas (Tabela 4). Os dados evidenciam, no que se refere ao gênero, a tradicional divisão socioespacial brasileira, na qual os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto as mulheres estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares. A menor participação esportiva de jovens com idades entre 21 e 24 anos pode ser atribuída a fatores como a constituição de família e o ingresso no mercado de trabalho.

Tabela 4 – Participação em atividades esportivas gratuitas organizadas pelo município ou pelo estado, segundo gênero e faixa etária (amostra A, reposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	Homens				Mulheres			
		Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos
Participou	27	33	38	32	28	22	27	20	20
Nunca participou	72	66	61	68	70	77	72	78	80
Não respondeu	1	1	1	1	1	1	1	2	Ñ

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Comparando os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” sobre as práticas esportivas de jovens com as do conjunto da população (IBGE, 2001), percebe-se que há maior incidência dessas práticas entre os primeiros, ou seja, com o aumento da idade, há declínio da atividade esportiva. Mais da metade dos jovens brasileiros declararam na pesquisa que gostariam de fazer parte de algum clube ou associação esportiva. Este é um sinalizador para políticas públicas que podem encontrar no associativismo esportivo o princípio da criação de condições para o exercício democrático da vida coletiva. O associativismo é a esfera pública intermediária entre as redes de relações primárias (família e amigos) e as formas de organização social mais complexas; seu estímulo na juventude pode fortalecer culturas participativas na vida pública.

Ainda no que diz respeito à participação dos jovens em espaços públicos, tem-se que apenas 10% dos entrevistados declararam ter participado de algum tipo de centro da juventude (Tabela 5). No Norte do país, 21% dos jovens participam de atividades realizadas em tais espaços, enquanto o fazem apenas 14% no Centro-Oeste, 8% no Nordeste e Sudeste e 9% no Sul. A existência de centros especialmente voltados para jovens representa uma nova geração de políticas públicas que reconhece a especificidade desta fase de vida e suas demandas sociais e culturais. Nos contextos em que as identidades se multiplicam e se isolam em lógicas culturais e territoriais muitas vezes antagônicas e estimuladas pelas indústrias culturais, a criação de espaços públicos não apenas destinados como também autogeridos por jovens pode significar uma alternativa público-democrática capaz de promover o reconhecimento da alteridade. A pesquisa nada informa sobre usos, gestão e qualidade das atividades e da convivência nesses centros. Encontra-se neste ponto uma lacuna que necessita ser preenchida por outras investigações.

Tabela 5 – Participação em centros de juventude, segundo a região (amostra A, resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
JÁ PARTICIPOU e a última vez foi	10	21	8	8	14	9
Há menos de um ano	4	13	4	3	4	5
Há mais de um ano	4	4	3	4	6	2
Não lembra/não respondeu	2	3	1	1	3	2
NUNCA PARTICIPOU	90	78	91	91	86	91
NÃO LEMBRA SE JÁ PARTICIPOU/NÃO RESPONDEU	1	1	1	1	Ñ	1

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Práticas de tempo livre

Os jovens brasileiros ocupam o tempo livre de forma muito variada e sob condições bastante desiguais. Noções como diversidade e desigualdade devem ser conjugadas como chaves analíticas para se compreender a complexidade sociocultural do *ser jovem* nas diferentes regiões do país. As opções assinaladas pelos entrevistados foram categorizadas pela pesquisa

como atividades de lazer e entretenimento, atividades dentro de casa, esportivas, religiosas e culturais.

A pergunta “Quando você está na sua cidade, o que você costuma fazer com mais frequência nas suas horas livres, isto é, quando não está estudando nem trabalhando, nos fins de semana?”, que permitiu resposta espontânea e única, gerou amplo leque de alternativas.

A primeira opção de atividades de ocupação do tempo livre em fins de semana relaciona-se com atividades de lazer e entretenimento (45%)³. Destas destacam-se sair com amigos (6%), seguido de namorar (5%), passear (5%), sair para dançar, ir a parques e ir à praia (3%, cada). Além dessas, outras atividades aparecem com menor frequência. A ida ao *shopping center* é uma delas, sendo a opção de 2% de jovens. É interessante observar que não há variação significativa na preferência por atividades de lazer para ocupar o tempo livre no fim de semana entre os homens de 15 a 24 anos. Já entre as mulheres, 56% das que se situam na faixa etária de 15 a 17 anos optam por atividades de lazer para ocupar o tempo livre, enquanto 42% entre 21 e 24 anos fazem a mesma opção. O matrimônio pode ser um dos fatores que provocam tais mudanças entre as mulheres, dadas as características das relações de gênero, nas quais é reservada à mulher maior fixação no espaço doméstico, especialmente na presença da maternidade. Outro aspecto a ser observado em relação às atividades de lazer e entretenimento diz respeito ao fato de o índice destas ser maior nas cidades de pequeno porte (52%) do que nas cidades grandes (36%) (Tabela 6).

Já 22% dos jovens ocupam o tempo livre em fins de semana com atividades dentro de casa, sendo esta a segunda opção mais citada. Destacam-se ver televisão (10%), ouvir música (4%) e ficar descansando (3%). Podem-se perceber diferenças entre idades e gêneros em relação às atividades realizadas no espaço doméstico como ocupação do tempo livre. Ficar em casa é a situação de tempo livre no fim de semana de 24% dos homens de 21 a 24 anos e de 19% dos situados entre 15 e 17 anos. No caso das mulheres, a proporção entre as faixas etárias equivale à dos homens, embora as mulheres

³ O cenário se modifica significativamente quando o jovem pode fazer três escolhas: as atividades de lazer passam a ser preferidas por 81%, ainda que a ordem das preferências continue a mesma.

fiquem mais em casa que os homens (22% a 16%): entre as mulheres de 21 a 24 anos, 28% ocupam o tempo livre com atividades realizadas dentro de casa e, entre as de 15 a 17 anos, 22% fazem o mesmo.

A terceira opção mais indicada pelos jovens foi a prática de atividades esportivas, presente entre 18% dos jovens entrevistados. Entre os esportes citados, a preferência é o futebol (13%), seguido da opção pela prática de outros esportes (ciclismo e atletismo) e/ou ida à academia (3%). Há neste quesito duas variações significativas. Uma de faixa etária – a prática de esportes é maior entre jovens de 15 a 17 anos (23%) do que entre os de 21 a 24 anos (13%) – e outra de gênero – apenas 3% das mulheres de 15 a 24 anos praticam algum esporte em seu tempo livre.

A quarta opção é a visita a parentes e amigos (6%), também com variações nesta escolha entre os gêneros (8% das mulheres, ante 3% dos homens). Os homens de 15 a 17 anos desenvolvem mais esta atividade (6%) do que aqueles entre 21 e 24 anos (1%), enquanto entre as mulheres a tendência é oposta, com maior incidência desta atividade de lazer entre as de 21 a 24 anos (10%), ante 6% entre as de 15 a 17 anos. Este dado permite inferir que os adolescentes têm mais disponibilidade de tempo para dedicar-se aos amigos e parentes. É possível considerar, ainda, que os adolescentes têm menos autonomia no interior do núcleo familiar e na possibilidade de escolher os programas de fim de semana, falta de autonomia esta que sobressai entre jovens do sexo feminino. Já para 5% dos jovens, ir à igreja ou rezar são as melhores opções para ocupar o tempo livre.

Apenas 4% dos jovens ocupam seu tempo livre com alguma atividade cultural, aparecendo a leitura e o cinema com 1% cada um.

O aumento da idade significa para homens maior ocupação do tempo livre em fins de semana com atividades de lazer e entretenimento, enquanto diminui significativamente a realização de atividades esportivas. No caso das mulheres significa diminuição do lazer e entretenimento como ocupação do tempo livre, ao mesmo tempo que aumentam as visitas a parentes e amigos, as atividades religiosas e culturais. Os dados da pesquisa apontam tendências no padrão das atividades de tempo livre em fins de semana entre homens e mulheres e entre as diferentes faixas etárias dos jovens brasileiros, sem contudo permitir análises conclusivas sobre as razões de tais mudanças na estrutura da ocupação do tempo livre. Por hora, é possível pensar que a

correlação entre aumento de idade e passar mais tempo em casa para ambos os sexos pode estar relacionada com a constituição de núcleo familiar, especialmente para as mulheres jovens entre 21 e 24 anos.

Tabela 6 – Ocupação do tempo livre no fim de semana, segundo gênero e faixa etária (amostra c, resposta espontânea e única, em %)

	TOTAL	Homens				Mulheres			
		Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos
LAZER E ENTRETENIMENTO	45	42	31	43	50	48	56	47	42
Sair com amigos	6	6	4	4	8	7	9	9	5
Namorar	5	7	3	10	6	4	3	10	2
Passear	5	3	4	*	5	6	9	2	8
Sair para dançar	3	3	1	6	2	4	4	3	3
Passear em parques/prças	3	2	2	1	3	4	6	2	5
Ir à praia	3	3	3	1	3	4	5	3	3
Ir ao <i>shopping</i>	2	2	1	3	2	3	4	4	2
ATIVIDADES DENTRO DE CASA	22	16	15	13	20	27	22	32	28
Ver televisão	10	6	5	5	8	15	13	16	16
Ouvir música	4	4	2	4	4	4	3	5	3
Ficar descansando	3	2	3	1	3	3	2	6	2
ATIVIDADES ESPORTIVAS	18	32	44	31	24	3	4	3	3
Futebol	13	25	32	26	18	1	2	1	1
Praticar esporte/ atletismo/ciclismo/ academia	3	5	8	3	4	1	2	1	1
VISITAR PARENTES/AMIGOS	6	3	6	3	1	8	6	9	10
ATIVIDADES RELIGIOSAS	5	3	2	4	2	8	6	7	9
ATIVIDADES CULTURAIS	4	3	3	5	2	4	4	1	6
Cinema	1	1	1	1	1	1	2	1	1
Leitura	1	1	-	4	1	1	1	-	3

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Um fato a registrar é a diminuição da opção por atividades culturais segundo o porte do município. Nas cidades de grande porte, 6% dos jovens realizam atividades culturais de ocupação do tempo livre nos fins de semana, enquanto nas cidades de pequeno porte esse índice cai para apenas 1%. Estes dados apontam para os efeitos da escassez de oferta de equipamentos

(salas de cinema ou teatro, por exemplo) e políticas culturais, especialmente nos municípios menos populosos.

A ordem de preferência das atividades de tempo livre difere quando se trata dos dias da semana⁴. Nesse período, 59% dos jovens desempenham atividades dentro de casa, como assistir à televisão (34%) e ouvir música (9%). Há uma queda no índice daqueles que desenvolvem atividades de lazer, que passa a ser de apenas 15% (Tabela 7). Assim como no fim de semana, as mulheres ocupam menos seu tempo livre com atividades de lazer e entretenimento (13%) do que os homens (17%). Poucos jovens desenvolvem atividades ao ar livre durante a semana, da mesma forma que apenas 6% praticam atividades esportivas. Durante a semana o estudo (sozinho ou com amigos) relacionado com atividades escolares ocupa o tempo livre de 6% dos jovens, mas essa atividade não ganhou significância nas respostas relacionadas aos fins de semana. Outro dado significativo é a realização de atividades culturais (ler, ir ao cinema, ao teatro e outras), que passa de 3% nos fins de semana para 5% durante a semana.

Ainda no intuito de averiguar as opções de atividades de ocupação do tempo livre durante a semana e em fins de semana, apresentou-se uma lista com 14 opções de atividades que permitiam resposta única (sim ou não) (ver Anexo, quadro 82). Assistir à televisão é atividade realizada por 91% dos jovens. Os índices são praticamente os mesmos entre homens e mulheres (91% e 92%, respectivamente) e variam um pouco entre jovens urbanos e rurais (92% e 86%). Há poucas alterações entre as idades, pequena elevação entre os jovens de 18 a 20 anos (94%) e queda entre os de 21 a 24 anos (89%) (Tabelas 8A e 9A).

Outro meio de comunicação muito presente é o rádio: ouvir rádio é atividade comum a 89% dos jovens, também sem grandes diferenças entre gênero e idade, mas ligeiramente menor entre os que moram em áreas rurais (83%). Cabe aqui fazer uma distinção entre atividades de fruição cultural, como ouvir música no rádio, e aquelas de produção, como cantar ou tocar algum instrumento. Apenas 16% dos jovens afirmaram ter a prática de cantar ou tocar algum instrumento, índice que não varia entre idade e localidade, mas continua a apresentar diferenças significativas entre homens (20%) e mulheres jovens (13%).

⁴ A pergunta correspondente a esta questão também permitiu respostas espontâneas e múltiplas.

Tabela 7 – Ocupação do tempo livre durante a semana, segundo gênero e faixa etária (amostra c, resposta espontânea e única, em %)

	TOTAL	Homens				Mulheres			
		Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos
ATIVIDADES DENTRO DE CASA	59	57	50	63	58	62	61	59	65
Ver televisão	34	31	26	32	33	38	35	37	40
Ouvir música	9	10	7	14	10	7	11	4	7
Dormir	6	8	9	8	7	5	5	5	5
Ficar descansando	3	4	4	5	3	3	3	3	4
LAZER E ENTRETENIMENTO	15	17	19	12	18	13	12	16	12
Sair com amigos	4	5	7	1	6	2	3	1	3
Namorar/paquerar	2	2	1	1	3	2	2	2	1
Passear	1	*	*	-	1	2	1	3	1
ATIVIDADES ESCOLARES	6	6	9	7	3	6	7	7	5
ATIVIDADES ESPORTIVAS	6	10	13	11	7	2	3	3	1
Futebol	3	6	8	6	4	*	*	-	*
Praticar esporte/atletismo/ciclismo/academia	2	3	4	4	2	2	2	3	*
ATIVIDADES CULTURAIS	5	3	3	1	3	7	6	8	8
VISITAR PARENTES/AMIGOS	2	1	2	-	2	3	2	4	3
ATIVIDADES RELIGIOSAS	1	1	1	-	1	2	2	1	2
NÃO TEM HORA LIVRE/TRABALHA	1	1	*	1	2	-	-	-	-
NÃO FAZ NADA	2	2	1	3	2	2	3	1	2

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Os dados relativos às ocupações do tempo livre dos jovens com os meios de comunicação, notadamente o rádio e a televisão, antes de significar qualquer tipo de valoração positiva ou negativa – mesmo porque isso está intimamente relacionado com a qualidade das mediações estabelecidas entre sujeitos e suportes midiáticos – necessitam ser compreendidos como traço cultural característico das contemporâneas culturas juvenis.

A verdadeira imersão semiótica e temporal dos jovens nas mídias eletrônicas (ainda que o acesso a determinadas tecnologias digitais que possibilitam informações, saberes e lazeres seja privilégio de poucos no país) é fenômeno empírico que cobra o aprofundamento de investigações e estudos sobre âmbitos e práticas sociais que redefinem continuamente os sentidos das subjetividades e coletividades juvenis, não apenas referidas a territórios físicos determinados, mas integradas em espaços simbólicos de novas mediações culturais. Um desafio é, portanto, analisar processos sociais de leitura e codificação que os jovens praticam na relação com as programações de rádios e emissoras de televisão. Sem ignorar os poderes desses meios, mas reconhecendo que os sujeitos não estão inertes no processo, dever-se-ia perguntar o que os jovens produzem a partir daquilo que é produzido, especialmente por rádios e TVs abertas que se constituem como os meios mais disponíveis para a maioria dos jovens brasileiros, sejam urbanos ou rurais.

A terceira atividade mais citada pelos jovens para ocupar o tempo livre durante a semana foi encontrar com amigos, comum a 82% dos jovens pesquisados (ver Anexo, quadro 82). Essa informação reforça a importância dada à sociabilidade na vida dos jovens. Nos fins de semana, há um pequeno aumento nos índices, sendo uma atividade comum a 90%, aumento que também se verifica quando se consideram as variáveis *gênero, raça, rendimento familiar, situação na população economicamente ativa (PEA), idade e local de moradia* (campo e cidade). Da mesma forma, não há variação significativa entre essas variáveis e o hábito de encontrar amigos, seja durante a semana ou em fins de semana.

É interessante pontuar algumas diferenças nos índices: encontrar amigos é atividade mais comum entre os homens jovens (90% o fazem) do que entre as jovens (75%). Pode isso ser explicado pela maior mobilidade masculina nos espaços públicos? As mulheres jovens estariam enfrentando maiores dificuldades para sua socialização? Se sim, de que natureza? Encontra-se neste ponto instigante pista para a investigação das variadas e desiguais formas de socialização entre gêneros na juventude⁵.

Ainda no âmbito das relações interpessoais, namorar foi citado por 57% dos jovens como atividade de tempo livre de segunda a sexta-feira; os jovens de 18 a 20 anos namoram um pouco mais (61%). A frequência

⁵ Sobre o tema, consultar a pesquisa de opinião pública “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (<http://www.fpabramo.org.br/>).

do total de jovens alcança 73% nos fins de semana. Aqui também aparece a diferença de gênero, sendo o namoro uma atividade mais citada pelos jovens (76%) do que pelas jovens (69%). Namorar, ao contrário de encontrar amigos, é uma atividade mais comum àqueles mais velhos (77% entre 21 e 24 anos) do que entre os mais novos (64% entre 15 e 17 anos).

Muito relacionado aos amigos e ao namoro, telefonar é uma atividade comum a 67% dos/as jovens nos fins de semana, o índice praticamente não diferindo durante a semana (68%). É uma atividade mais intensa entre mulheres (71%) do que entre homens (64%) e muito mais realizada pelos jovens urbanos (73%) do que pelos do meio rural (41%). Deve-se notar, neste caso, que o meio rural ainda não possui ampla rede de telefonia; muitos lugares do meio rural não têm acesso a telefone para poder utilizá-lo na comunicação com amigos, vizinhos e/ou parentes.

Tabela 8A – Atividades que costuma fazer durante os dias de semana, segundo gênero e localidade (amostra c, estimulada e única, em %)

Atividade		Total	Homens	Mulheres	Cidade	Campo
Assistir à televisão	Sim	91	91	92	92	86
	Não	9	9	8	8	14
	Não respondeu	-	-	-	1	-
Ouvir rádio	Sim	89	89	89	91	83
	Não	9	9	8	8	14
	Não respondeu	2	2	2	2	3
Encontrar amigos	Sim	82	90	75	82	84
	Não	18	10	25	18	15
	Não respondeu	*	*	*	-	1
Namorar	Sim	57	60	53	59	49
	Não	43	40	47	41	51
	Não respondeu	*	-	*	*	-
Falar ao telefone	Sim	68	68	69	75	43
	Não	32	32	31	25	57
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Tocar instrumentos ou cantar	Sim	16	20	13	18	10
	Não	84	80	87	82	90
	Não respondeu	-	-	-	-	-

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Tabela 9A – Atividades que costuma fazer nos fins de semana, segundo gênero e localidade (amostra c, estimulada e única, em %)

Atividade		Total	Homens	Mulheres	Cidade	Campo
Assistir à televisão	Sim	87	87	87	86	89
	Não	12	12	13	13	11
	Não respondeu	1	1	*	1	-
Ouvir rádio	Sim	89	89	88	89	86
	Não	9	8	9	8	11
	Não respondeu	3	2	3	2	3
Encontrar amigos	Sim	90	96	84	89	94
	Não	10	4	15	10	6
	Não respondeu	1	1	*	1	-
Namorar	Sim	73	76	69	74	68
	Não	27	23	31	26	31
	Não respondeu	1	1	1	1	*
Falar ao telefone	Sim	67	64	71	73	41
	Não	32	35	29	26	59
	Não respondeu	1	1	*	1	*
Tocar instrumentos ou cantar	Sim	18	21	16	19	14
	Não	81	78	83	80	86
	Não respondeu	1	1	1	1	-

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Outra atividade bastante citada pelos jovens como ocupação do tempo livre durante a semana e também nos fins de semana foi ajudar em tarefas

de casa, comum a 80% deles. Nesse item aparecem diferenças significativas em relação a gênero, sendo essa atividade de 66% dos homens e de 94% das mulheres. A diferença aponta para uma divisão sexual do trabalho doméstico culturalmente estabelecida e ainda significativamente presente no cotidiano dos lares brasileiros. Esta constatação é reforçada quando percebemos que o ajudar em casa diminui nos fins de semana para todos os jovens, sendo a redução mais significativa entre os homens (56%) do que entre as mulheres (90%) (Tabelas 8B e 9B).

As atividades de leitura são mais frequentes durante a semana do que nos fins de semana. Entre as leituras, a mais comum é a de revistas, citada por 46% dos jovens como atividade de ocupação do tempo livre nos fins de semana e por 55% durante a semana. É uma atividade mais comum entre as mulheres (52%) do que entre os homens (40%)⁶, fato que pode ser revelador da predominância de revistas especializadas e dirigidas ao público feminino em relação às revistas voltadas para o público masculino. No caso da leitura de jornais, os números se invertem: 33% dos jovens leem jornais nos fins de semana (35% durante a semana), sendo que 36% são homens e 29% mulheres⁷. Além disso, a leitura de jornais é mais citada pelos jovens mais velhos (40% de 21 a 24 anos) do que pelos mais novos (23% de 15 a 17 anos). Já a leitura de algum livro sem ser para escola ou trabalho é comum a 34% dos jovens nos fins de semana (44% durante a semana), com predominância feminina na realização desta atividade (39% de mulheres e 28% de homens). As variáveis *escolaridade* e *renda* são determinantes na prática da leitura de livros. Se 44% dos entrevistados costumam ler algum livro (sem ser para escola ou trabalho), apenas 23% dos que possuem até a 4ª série têm este hábito e 36% entre os que têm escolaridade de nível fundamental completo, 51% de nível médio e 46% de nível superior. Na faixa de renda familiar de até dois salários mínimos, são 55% os que afirmaram não ter lido livro nas condições acima assinaladas, 52% na faixa de dois salários-mínimos a cinco salários-mínimos,

⁶ Revistas jornalísticas são lidas na mesma proporção por homens e mulheres. Revistas de variedades e comportamento têm a preferência das jovens. A maior frequência de leitura de gibis está entre os homens (8%) e entre as mulheres este índice é de 3%.

⁷ A seção de esportes é a preferida pelos homens (22%); as mulheres leem preferencialmente as seções sobre cidades e cotidiano (12%) e cultura e variedades (15%).

50% de cinco a dez salários-mínimos e 38% acima de dez salários mínimos. Os dados revelam incipiente cultura literária dos jovens brasileiros, que não se distanciam do conjunto da população⁸. Tem-se uma população com, majoritariamente, pouco ou nenhum hábito de leitura literária associada à precariedade de políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil. Somam-se a isso os proibitivos preços dos livros para a grande maioria da população. Considerados os dados gerais da população brasileira, os índices relativos aos jovens no Brasil expressos pela pesquisa, ainda que preocupantes, não se constituem como algo próprio ao que poderia ser julgado um desinteresse típico da juventude pela leitura, mas expressão geracional de uma das dimensões da precariedade das políticas públicas culturais no Brasil. Cabe lembrar que a presente geração de jovens brasileiros é a mais escolarizada de todos os tempos. Em todas as atividades de leitura, os índices são mais elevados para os jovens urbanos do que para os do meio rural, dando pistas das consequências da pouca oferta de acesso à leitura no campo.

Estudar fora da escola é uma atividade comum a 41% dos jovens durante a semana, caindo para 20% nos fins de semana, sem maiores diferenças de gênero ou mesmo de localidade (ver Anexo, quadro 82 e Tabelas 8B e 9B).

Ainda na questão das atividades que os jovens realizam para ocupar o tempo livre durante a semana e nos fins de semana, é relevante destacar que apenas 17% deles afirmaram ter acesso a computador, seja para navegar na internet ou para utilizar jogos eletrônicos. Os índices de uso do computador foram praticamente iguais durante a semana e nos fins de semana. Há predomínio dos homens (21%) sobre as mulheres (14%) e uma enorme diferença entre os jovens urbanos (20,9%) e os jovens do meio rural (4%). Em média, 8% dos jovens cuja renda familiar se situa na faixa de até dois salários-mínimos joga no computador ou acessa a internet. A partir dessa faixa, a média do uso do computador para jogar ou acessar a internet é de 32%. Os dados são

⁸ Pesquisa realizada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) em janeiro de 2001 aponta a baixa incidência de leitura no Brasil comparativamente aos números absolutos da população. Segundo a CBL, o brasileiro lê, em média, 1,7 livro por ano. Em países da América do Norte e da Europa, esse índice é até dez vezes maior. Quando não se consideram os livros didáticos, o percentual é ainda menor (0,66). As classes B e C (ou classe média e classe média baixa) concentram cerca de 70% dos leitores e, entre os brasileiros considerados alfabetizados, quase 61% não têm contato algum com obras literárias. <http://www.metropolenet.com.br/edicoes/62/literatura.php> (capturado em 2 ago. 2004).

Tabela 8B – Atividades que costuma fazer durante os dias de semana, segundo gênero e localidade (amostra c, estimulada e única, em %)

Atividade		Total	Homens	Mulheres	Cidade	Campo
Ajudar em tarefas em casa	Sim	80	66	94	79	86
	Não	20	34	6	21	14
	Não respondeu	-	-	-	1	-
Ler revistas	Sim	55	49	60	59	36
	Não	45	51	40	41	64
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Ler jornais	Sim	35	38	32	40	17
	Não	65	62	68	60	83
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Ler algum livro (sem ser para escola ou trabalho)	Sim	44	37	52	48	31
	Não	55	63	48	52	69
	Não respondeu	*	*	*	*	*
Estudar fora da escola	Sim	41	38	44	45	28
	Não	58	61	55	55	72
	Não respondeu	*	*	*	*	-
Jogar no computador ou usar a internet	Sim	17	19	15	20	4
	Não	83	81	85	80	96
	Não respondeu	*	*	-	*	-
Jogar futebol	Sim	31	54	8	30	36
	Não	69	46	92	70	64
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Praticar algum outro esporte	Sim	26	33	19	29	14
	Não	74	66	81	71	86
	Não respondeu	*	*	-	*	-

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

eloquentes para evidenciar que o acesso à denominada inclusão digital no Brasil encontra-se intimamente relacionada com a capacidade dos sujeitos de adquirir o suporte informático no mercado em contexto de escassas políticas de microcrédito. Evidencia também a baixa capilaridade e extensão popular das redes públicas digitais; este é um ponto nodal para qualquer política pública que pretenda atacar a exclusão digital, nova desigualdade que se associa a outras históricas e ainda não equacionadas. O baixo índice de acesso dos jovens ao computador e à internet, notadamente no meio rural, evidencia a necessidade de implementação de políticas de letramento digital. O Brasil convive com gerações de jovens que se distanciam do acesso a instrumentos e linguagens de importância radical na vida contemporânea, hoje tão importantes quanto o acesso e o domínio da leitura e da escrita.

Sobre a prática de atividades esportivas, não há diferenças significativas em relação à pergunta que permitia respostas espontâneas e múltiplas: os homens praticam muito mais esportes do que as mulheres; não há diferença significativa na prática de esportes durante a semana e nos fins de semana (apenas um pequeno incremento no último caso), e os jovens mais novos utilizam mais o esporte para ocupar o tempo livre do que os mais velhos.

A pergunta sobre atividades e passeios já realizados pelos jovens entrevistados para a pesquisa buscou quantificar o acesso desses jovens a expressões culturais como cinema, teatro, dança, circo, entre outras. Os resultados são preocupantes. A expressão cultural que obteve maior frequência de participação foi o circo, frequentado pelo menos uma vez por 77% dos jovens. Ainda assim, 55% deles o fizeram há mais de um ano e apenas 19% foram ao circo no ano da pesquisa (2003) (ver Anexo, quadros 84 e 85). Neste caso, a frequência ao circo *define* o panorama comum de predominância de oferta e acesso a bens culturais das regiões Sul e Sudeste sobre as regiões Norte e Nordeste; os jovens da região Norte são os que menos frequentaram o circo (37% nunca foram), seguido pelos da região Centro-Oeste (29%); no Sudeste 23% nunca foram, no Nordeste 19% e no Sul 18%. Nota-se que a maior frequência a outras expressões culturais será de jovens das regiões Sudeste e Sul. A inversão do panorama comum também se dá entre os jovens urbanos e rurais, sendo o circo o único item mais frequentado por jovens do campo (79%) do que da cidade (77%). É também na frequência ao circo que a variável *renda e escolaridade* é menos determinante na participação dos jovens, ou seja, 73% de jovens com escolaridade

até o ensino fundamental já frequentaram o circo, índice não muito diferente de jovens com curso superior – 85%. Em relação à renda, 74% auferem até dois salários-mínimos, enquanto 82% ganham mais de dez salários-mínimos. Este quadro de proximidade nos índices de frequência a algum tipo de equipamento

Tabela 9B – Atividades que costuma fazer nos fins de semana, segundo gênero e localidade (amostra c, estimulada e única, em %)

Atividade		Total	Homens	Mulheres	Cidade	Campo
Ajudar em tarefas em casa	Sim	73	56	90	72	78
	Não	26	43	9	27	22
	Não respondeu	1	1	*	1	-
Ler revistas	Sim	46	40	52	49	31
	Não	54	59	48	50	69
	Não respondeu	*	*	*	*	-
Ler jornais	Sim	33	36	29	37	16
	Não	67	63	71	63	84
	Não respondeu	1	1	*	1	-
Ler algum livro (sem ser para escola ou trabalho)	Sim	34	28	39	36	24
	Não	66	71	60	64	76
	Não respondeu	1	1	*	1	-
Estudar fora da escola	Sim	20	19	20	20	17
	Não	80	80	79	79	83
	Não respondeu	1	1	1	1	*
Jogar no computador ou usar a internet	Sim	17	21	14	20	4
	Não	82	79	86	79	96
	Não respondeu	1	-	-	1	*
Jogar futebol	Sim	39	68	9	37	48
	Não	61	31	90	63	52
	Não respondeu	1	1	*	1	-
Praticar algum outro esporte	Sim	27	39	15	29	17
	Não	72	60	85	70	83
	Não respondeu	1	1	*	1	-

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

cultural na ocupação do tempo livre só se repetirá em relação à frequência a estádios de futebol (Tabela 10).

A segunda atividade cultural mais frequentada – *show* de música brasileira – já realizada por 64% dos jovens também contradiz o que se supõe de maior oferta nas regiões mais desenvolvidas do país. O maior público jovem para *shows* de música brasileira está nas regiões Norte e Centro-Oeste (73% já foram a este tipo de atividade), enquanto nas regiões Sul e Sudeste é de 67% e 64%, respectivamente. No Nordeste, encontra-se a maior expressão de jovens que nunca participaram de eventos dessa natureza (41%). A oferta a esse tipo de entretenimento é bem maior na cidade (68%) do que no campo (49%).

Escolaridade e renda são outros os fatores determinantes para a ida a *shows* de música brasileira, com participação de 56% dos que possuem ensino fundamental, ante 90% dos que cursaram o superior e evolui de 62% entre os que possuem renda de até dois salários-mínimos para 78% entre os que possuem renda superior a dez salários-mínimos. Não foram encontradas diferenças significativas em relação a gênero e faixa etária. Há tendência de aumento de participação neste tipo de atividade entre os jovens mais velhos, o que pode estar relacionado ao maior poder aquisitivo conquistado com o trabalho e, ainda, com a conquista de maior autonomia no que se refere à circulação pela cidade, o que inclui a liberdade de frequentar espaços públicos proibidos a menores de 18 anos.

A terceira atividade cultural mais frequentada foi o cinema, realizada por 61% dos jovens, tendo 37% destes frequentado uma sala de projeção no mesmo ano da pesquisa. Por outro lado, os dados revelam que 39% dos jovens brasileiros nunca viram um filme em tela grande. Este índice aumenta para 73% quando se trata dos jovens do meio rural, que, em geral, revelam frequência mínima nas diferentes atividades culturais apresentadas pela pesquisa. A faixa etária é uma variável que mostra poucas diferenciações entre o conjunto dos jovens. Jovens mais novos (15 a 17 anos) frequentam menos o cinema (59%) em relação aos mais velhos (68% entre 21 e 24 anos). Nesse mesmo sentido, os jovens habitantes de cidades de pequeno porte do interior frequentam menos (32%) os cinemas do que aqueles que moram em cidades grandes do interior (64%), e bem menos que nas regiões metropolitanas (82%); isso indica a escassez de salas de projeção nas pequenas cidades.

Outro dado apresentado pela pesquisa diz respeito à frequência a bibliotecas fora de espaços escolares: 48% dos jovens afirmaram ter frequen-

tado pelo menos uma vez esse tipo de equipamento cultural. O resultado das respostas é coerente com a informação já citada pelo IBGE de que as bibliotecas são o bem cultural mais disseminado no país. Uma informação omissa diz respeito à regularidade na frequência, ao acervo acessado e à qualidade do mesmo. Uma pergunta de desdobramento de pesquisa poderia estar relacionada ao *quantum* de tempo que os jovens dedicam às bibliotecas com finalidades de fruição no lazer como hábito cultural e não apenas como pesquisa para trabalhos acadêmicos.

Na sequência, encontramos um dado sintomático da precariedade da democratização da cultura no Brasil: 62% dos jovens entrevistados nunca foram a um teatro; entre os jovens do campo esse índice chega a 83%. Para se ter uma ideia de um quadro que se repete nas outras expressões culturais, constata-se que, daqueles 38% que já frequentaram o teatro pelo menos uma vez na vida, 70% têm ensino superior e 65% auferem mais de dez salários-mínimos, enquanto 19% têm ensino fundamental e 26% ganham até dois salários mínimos, ou seja, mais anos de escolaridade e renda implicam maior possibilidade de acesso. Há também desequilíbrio regional neste acesso. Tomando o teatro como exemplo, percebe-se que, dos jovens que já frequentaram este equipamento cultural, 48% estão na região Sul, mesmo índice da região Sudeste, 36% na região Centro-Oeste, 25% na região Nordeste e 22% na região Norte.

Dos jovens entrevistados, 92% nunca foram a um concerto de música clássica. Mesmo a frequência a *shows* de músicas como *rock*, *pop*, *hip-hop* é, segundo a pesquisa, inferior a 50%.

Espectáculo de balé clássico foi algo nunca visto por 94% dos jovens e apenas 20% já assistiram a alguma apresentação de dança moderna. Em se tratando do meio rural, os índices são de 99% e 13%, respectivamente. A frequência a museus é atividade já realizada por 69% dos jovens entrevistados, mas apenas 25% já viram uma exposição de fotografia. A maioria (78%) nunca participou de um debate público ou conferência, índice ampliado para 86% em se tratando de jovens do meio rural.

Os dados sobre o consumo cultural e a participação em eventos e debates públicos fazem coro com outros já referidos que expressam a perversa situação de privações múltiplas que os jovens brasileiros experimentam para a construção de seus sentidos éticos e estéticos.

Tabela 10 – Atividades e passeios que já fez alguma vez ou nunca fez, segundo gênero e localidade (amostra c, resposta estimulada e única, em %)

Atividade		Total	Homens	Mulheres	Cidade	Campo
Cinema	Foi/fez	61	62	60	69	27
	Nunca foi ou fez	39	38	40	31	73
	Não respondeu	*	-	*	*	-
Teatro	Foi/fez	38	39	36	43	17
	Nunca foi ou fez	62	61	64	57	83
	Não respondeu	*	-	*	*	
Show de música brasileira	Foi/fez	64	69	59	68	49
	Nunca foi ou fez	36	31	40	32	51
	Não respondeu	*	-	*	*	-
Show de rock, pop, funk, hip-hop etc.	Foi/fez	40	47	34	46	17
	Nunca foi ou fez	59	53	66	54	83
	Não respondeu	*	-	-	*	-
Concertos de música clássica	Foi/fez	8	9	7	9	3
	Nunca foi ou fez	92	91	92	91	97
	Não respondeu	*	-	-	*	-
Museu de arte	Foi/fez	31	31	32	35	16
	Nunca foi ou fez	69	69	68	65	84
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Exposição de fotografia	Foi/fez	25	26	24	28	12
	Nunca foi ou fez	75	74	76	72	88
	Não respondeu	*	-	-	*	-
Espetáculo de dança moderna	Foi/fez	20	20	20	21	13
	Nunca foi ou fez	80	80	80	79	87
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Espetáculo de balé clássico	Foi/fez	6	3	10	8	1
	Nunca foi ou fez	94	97	90	92	99
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Circo	Foi/fez	77	80	74	77	79
	Nunca foi ou fez	23	20	26	23	21
	Não respondeu	-	-	-	-	-

Jogo de futebol em estádio	Foi/fez	48	64	32	50	39
	Nunca foi ou fez	52	36	68	50	61
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Outro evento pago	Foi/fez	25	31	20	28	14
	Nunca foi ou fez	75	69	80	72	86
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Debate público ou conferência	Foi/fez	22	21	22	24	14
	Nunca foi ou fez	78	79	78	76	86
	Não respondeu	-	-	-	-	-
Biblioteca (sem ser da escola)	Foi/fez	48	50	46	52	33
	Nunca foi ou fez	52	50	54	48	67
	Não respondeu	-	-	-	-	-

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

As respostas à pergunta que provocou os jovens a citar a atividade de tempo livre de que mais gostam entre aquelas que costumam fazer revelam que as atividades preferidas não são as mesmas realizadas com maior frequência pela maioria deles. Na verdade, as atividades preferidas são as que aparecem com menores índices de realização, evidenciando a distância entre vontade e possibilidade (ver Anexo, quadros 82 e 83). Na comparação com o que é efetivamente realizado pelos jovens em fins de semana e durante a semana, há uma demanda reprimida em relação às atividades culturais, ou seja, em média, 4,5% dos jovens realizam atividades culturais enquanto o desejo de praticá-las é citado por 40% dos entrevistados. Com as atividades religiosas praticamente não há demanda insatisfeita, uma vez que 5% realizam atividades religiosas em fins de semana e apenas 1% gostaria de fazê-lo e não o faz. São os jovens da menor faixa de renda familiar que mais declararam querer participar de atividades religiosas (Tabela 11).

Perguntados sobre o que nunca fizeram, mas gostariam de fazer no tempo livre se não tivessem que se preocupar com tempo, dinheiro, proibição dos pais ou qualquer outro problema, boa parte dos jovens entrevistados respondeu que gostaria de fazer atividades de lazer (43%). Entre essas atividades, a mais citada como desejo de realização é viajar, seja para o interior do estado em que mora, para outros estados ou para o exterior. Dos jovens de escolaridade de nível superior, 17% demandam viajar pelo país e/ou exterior, enquanto 6% e 7% dos jovens com esco-

laridade de ensino fundamental e médio, respectivamente, expressam a mesma demanda⁹. A expectativa é dobrada quando comparados os jovens de renda familiar de até dez salários-mínimos (6%) e os de renda familiar superior a dez salários-mínimos (12%). Isso revela forte componente de classe no que se refere ao encurtamento ou alargamento das expectativas de ter viagens de lazer como formação cultural e humana. Destacam-se, ainda, como opções de atividades de lazer o desejo de ir e/ou fazer festas junto com amigos e o de dançar (Tabela 12).

Tabela 11 – Preferência de atividade de tempo livre dos jovens ante o que foi citado, segundo gênero e faixas de renda familiar (amostra c, resposta espontânea e única, em %)

Atividades	Total	Homens	Mulheres	Até um salário-mínimo	Um a dois salários mínimos	Dois a cinco salários-mínimos	Cinco a dez salários-mínimos	Mais de dez salários-mínimos
Atividades ¹⁰ culturais	40	33	47	33	39	40	55	53
Atividades de lazer e entretenimento	38	37	40	45	39	41	24	35
Atividades esportivas	14	25	4	10	14	14	14	8
Atividades religiosas	1	*	2	4	1	1	-	-
Outras atividades	1	*	2	-	1	2	4	-

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

O cruzamento dos dados relativos a gênero, idade, raça/etnia e local de moradia (cidades do interior, capitais, cidades de pequeno, médio e grande portes) não revela diferenças significativas nas preferências entre as atividades que os jovens realizam.

⁹ À margem dos circuitos culturais da indústria turística, os programas associativos de turismo juvenil podem se constituir em alternativas aos programas comercializados pelas agências de turismo. A distinção entre as lógicas associativa e comercial de promoção turística reside, fundamentalmente, nos objetivos que as associações definem para seus projetos. Estes incidem sobre a formação pessoal e cultural dos jovens participantes (ABREU, 1995, p. 74).

¹⁰ Ir ao cinema é a atividade preferida de 17% dos jovens, seguida de ir a show de música brasileira (6%), show de rock/pop/hip-hop/funk (3%), ir ao teatro, ir à biblioteca e ler (2% cada).

As atividades culturais seriam, caso pudessem fazê-las, a opção preferencial de 24% dos jovens para ocupar seu tempo livre. Os jovens situados nas faixas de renda familiar de até cinco salários-mínimos são os que mais expressam o desejo de realizar atividades culturais, ainda que seu envolvimento com essas atividades seja semelhante ao das faixas superiores a dez salários-mínimos. A distinção se encontra no desejo expresso de realizar mais ou menos atividades culturais (26% com renda familiar de até cinco salários-mínimos gostariam de realizar mais atividades culturais, enquanto apenas 11% com renda familiar superior a dez salários-mínimos expressam o mesmo). Na faixa de renda acima de dez salários-mínimos, encontra-se maior incidência de jovens que revelaram interesse em ampliar a realização das atividades que mais praticam – lazer e entretenimento (51%) e esporte (10%) –, enquanto na faixa de renda familiar de até cinco salários mínimos, é maior a incidência do aumento da frequência de realização de atividades culturais (26%), ainda que não supere a de realização de atividades de lazer e entretenimento (em torno de 40%).

Entre as atividades culturais, ir ao cinema foi a mais citada pelos entrevistados, apresentando diferenças significativas entre os níveis de escolaridade e de renda. Os jovens com escolaridade de nível fundamental foram os que mais expressaram o desejo de ir ao cinema (10%), enquanto os jovens de nível superior de escolaridade apresentaram índice pouco significativo (1%). Entre as atividades culturais, a segunda opção foi ir ao teatro e a terceira, ir a *shows*/concertos de música.

Em terceiro lugar na escolha por atividades que gostaria de fazer e não faz, aparecem as atividades esportivas, opção de 7% dos jovens, com domínio do futebol, seguido de esportes radicais e frequência à academia.

Outro desejo expresso pelos jovens entrevistados é adquirir bens duráveis, com índices maiores entre os situados na menor faixa de renda familiar e escolaridade.

Com índices variando entre 1% e 2%, aparecem várias outras atividades, como trabalhar e atividades voluntárias ou musicais.

Tabela 12 – Das coisas que nunca faz, o que gostaria de fazer, sem se preocupar com quaisquer impedimentos, segundo escolaridade e faixa de renda familiar (amostra c, resposta espontânea e única, em %)

Atividades	Total	Ens. fund.	Ens. médio	Ens. superior	Até dois salários-mínimos	+de dois até cinco salários-mínimos	+de cinco até dez salários-mínimos	+ de dez salários-mínimos
ATIVIDADES DE LAZER	43	41	44	49	40	43	49	51
Viajar para o interior do estado/para outros estados/outros países/conhecer o mundo	7	6	7	17	6	6	6	12
Ir a festas/fazer festas/festas com amigos	5	4	6	2	5	5	5	1
ATIVIDADES CULTURAIS	24	21	26	20	26	26	21	11
Ir ao cinema	8	10	7	1	10	8	6	-
Ir ao teatro	7	3	9	6	6	8	5	2
Ir a show/concertos de música	6	5	6	5	6	7	5	4
ATIVIDADES ESPORTIVAS	7	5	8	15	5	9	8	10
ADQUIRIR BENS DURÁVEIS	4	5	4	1	5	3	2	3
TRABALHAR	2	4	*	-	4	1	-	-
ATIVIDADES ESCOLARES	2	1	2	1	1	2	2	-
ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS	1	1	2	-	1	2	1	2
ATIVIDADES MUSICAIS	1	2	1	-	1	1	1	-

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

A maioria dos jovens entrevistados afirmou que não faz tudo o que deseja. Sobre os motivos que os impedem de realizar tais desejos, aparece, em primeiro lugar, a falta de dinheiro (41%) (ver Anexo, quadro 86). Entre as diferentes faixas de renda, não há alterações importantes neste índice. Aparecem, contudo, diferenças nos níveis de escolaridade: os jovens com escolaridade de nível superior apontaram que o maior obstáculo para a realização do que desejam é a falta de tempo (44%), e não de dinheiro (29%). A falta de tempo é o segundo motivo apontado nos demais níveis de escolaridade e nas faixas de renda familiar (Tabela 13A e 13B).

O terceiro motivo apontado como impedimento para realizar as coisas que gostaria de fazer e não faz é a proibição dos pais (12%). Há diferenças significativas em relação à faixa etária e ao gênero. A média para o motivo “os pais não deixam” foi de 10% para os homens e 14% para as mulheres. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 23% de homens e mulheres apontaram o mesmo motivo, todavia, entre 21 e 24 anos, apenas 1% dos homens apontou os pais como limitadores da liberdade de realização de seus interesses; já entre as mulheres o índice foi de 6%. Esta diferença entre homens e mulheres na construção do campo de autonomia relacional no interior da família é significativamente reveladora do movimento diferenciado que homens e mulheres jovens percorrem em seus trajetos de transição para a vida adulta. Instigante fonte, portanto, para o estabelecimento de problemáticas e desenhos de investigação que aprofundem o conhecimento de processos sociais e culturais sobre o fenômeno, inclusive no que se refere à pluralidade de formas de ser das famílias brasileiras.

Tabela 13A – Motivos que impedem os jovens de fazer o que nunca fizeram, mas gostariam de fazer, segundo escolaridade e faixa de renda familiar (amostra c, resposta espontânea e única, em %)

Motivos	Total	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Até dois salários-mínimos	+ de dois até cinco salários-mínimos	+ de cinco até dez salários-mínimos	+ de dez salários-mínimos
NÃO FAZ TUDO O QUE QUER	88	84	90	89	88	91	89	80
Por falta de dinheiro	41	43	41	29	44	41	33	35
Por falta de tempo	17	12	19	44	13	20	27	30
Pais não deixam	12	9	14	3	11	12	14	2
Outras respostas	17	20	15	13	20	17	15	13
Não sabe/não respondeu	1	*	1	-	1	1	-	-
FAZ TUDO O QUE QUER	10	11	8	10	9	8	9	20
NÃO LEMBRA	3	5	2	1	3	1	2	-

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Em relação à raça/etnia, jovens orientais ou de outras etnias destacaram-se como o segmento que mais expressou que a falta de dinheiro é o principal limitador para fazer as coisas que gostaria (64%), seguido pelos pretos/negros (45%), morenos/pardos (43%) e brancos (39%). Já a falta de tempo é um limite maior para os brancos (20%) do que para morenos/pardos (17%), pretos/negros (14%), indígenas (12%) e orientais ou outras raças (9%).

Tabela 13B – Motivos que impedem os jovens de fazer o que nunca fizeram, mas gostariam de fazer, segundo gênero e faixa etária (amostra c, resposta espontânea e única, em %)

Motivos	Total	Homens				Mulheres			
		Total	15 a 17 anos	18 a 20 anos	21 a 24 anos	Total	15 a 17 anos	18 a 20 anos	21 a 24 anos
NÃO FAZ TUDO O QUE QUER	88	87	87	87	88	88	87	86	90
Por falta de dinheiro	41	41	32	40	49	41	34	43	45
Por falta de tempo	17	19	14	20	24	15	11	15	19
Pais não deixam	12	10	23	6	1	14	23	12	6
Outras respostas	17	16	15	21	13	18	18	15	19
Não sabe/não respondeu	1	1	2	-	*	1	-	2	1
FAZ TUDO O QUE QUER	10	9	9	8	10	10	11	13	8
NÃO LEMBRA	3	4	4	5	2	2	2	1	2

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Sociabilidade

Para a juventude brasileira, o espaço principal de fazer amigos é o bairro/a vizinhança (47%), seguido pela escola (40%), o que aponta para a importância do “pedaço”¹¹ (MAGNANI, 1984) como *locus* de sociabilidade (ver Anexo, quadro 37). Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de a escola reconhecer sua importância como espaço de encontro para os jovens, atentando para a dimensão educativa da sociabilidade que se faz em espaços de encontro entre pares não regulados pelos adultos. É interessante perceber que a escola assume papéis diferenciados em relação ao fazer amigos de acordo com a idade. Para os mais novos, entre 15 e 17 anos, a escola é o lugar privilegiado de fazer amigos (54%), mais do que o bairro. Já para a faixa etária de 21 a 24 anos, espaços como o trabalho tornam-se mais significativos do que a escola no estabelecimento de laços de amizade, ainda que não a supere (Tabela 14).

Há também uma diferença de gênero diante dos espaços considerados privilegiados para fazer amigos: os homens fazem mais amizades na vizinhança (52%) do que na escola (36%); para as mulheres a importância da vizinhança e da escola é praticamente igual (42% e 43%, respectivamente).

Tabela 14 – Onde os jovens fazem amizades, segundo gênero e faixa etária (amostra A, resposta espontânea e múltipla, em %)

	Total	Homens				Mulheres			
		Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	Total	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos
No bairro / vizinhança	47	52	48	56	51	42	46	38	42
Na escola	40	36	52	36	24	43	56	46	30
Na própria família	14	14	13	13	15	15	10	20	14
Na igreja	8	7	3	8	9	9	10	8	9
No trabalho	7	10	3	8	17	5	1	4	8

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

¹¹ Espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica mais ampla fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.

Ainda que as amizades sejam relações de natureza privada entre sujeitos particulares em contextos de ações coletivas ou não, os espaços de convivência pública são indispensáveis para a criação de condições sociais favoráveis ao estabelecimento de redes de amizades. Sobre isso é importante dizer que a amizade não é somente uma questão dependente da eleição livre nem da seleção por atração pessoal; a disponibilidade de amigos está fortemente referida à localização física e à inserção dos indivíduos na estrutura social. Fazer amigos, portanto, é menos livre e resultante de pura escolha pessoal do que possa parecer (REQUENA, 1994). É nesse sentido que o poder público, ao criar condições favoráveis de ampla circulação dos jovens pelos espaços da cidade, pode estar também estimulando a constituição de redes sociais plurais e não territorializadas. O tempo da juventude é o momento de transformações corporais e afetivas e de construção de identidades no qual a turma de amigos cumpre papel significativo na construção de subjetividades positivas.

Perguntados sobre a participação em algum grupo de jovens, 85% responderam que não são membros nem participam de nenhum grupo (ver Anexo, quadro 55). A distribuição dos jovens entre os grupos, segundo suas atividades principais, é de 4% em grupos religiosos, 3% em grupos de música, 2% em grupos de dança, 2% em grupos de teatro e 1% em grupos de futebol (Tabela 15). É significativo o fato de que quase metade dos que dizem participar de algum grupo está inserida em grupos culturais, o que aponta para a força mobilizadora das ações organizadas em torno da produção de sentidos simbólicos e identidades coletivas, em torno seja de estilos culturais específicos, seja de atitudes sociais compartilhadas de distintas ordens. Da tendência de afastamento das formas tradicionais de socialização política – extensiva ao conjunto da sociedade – emerge uma denominada cidadania cultural (CRUZ, 2003) como conceito que sintetiza a densidade da problemática cidadã a partir das experiências socialmente públicas da juventude.

Tabela 15 – Participação em grupos de jovens (total das amostras A+B+C, resposta espontânea e múltipla, em %)

PARTICIPA	15%
Grupo de jovens da igreja/religioso	4%
Grupo de música	3%
Grupo de dança	2%
Grupo de teatro	2%
Grupo de futebol/jogo de futebol	1%
Outros grupos	3%
NÃO PARTICIPA	85%

Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Conclusão

Os contrastes socioeconômicos da sociedade brasileira se manifestam eloquentemente na desigualdade da qualidade do tempo livre juvenil e no precário acesso a bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer da maioria da população juvenil. Num quadro de profundas restrições orçamentárias tanto das famílias como do Estado, a cultura e o lazer são frequentemente vistos como algo supérfluo ou mesmo privilégio de poucos. Políticas públicas de juventude devem ser capazes de atuar sobre essas condições desiguais, favorecendo a criação de situações materiais que aumentem as possibilidades de fruição do tempo livre, ao mesmo tempo que ampliem esferas públicas democráticas de cultura e lazer. Os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” revelam que é preciso favorecer o acesso a espaços, equipamentos, instituições e serviços de cultura e lazer que alarguem as possibilidades culturais de escolha no tempo livre para todos os jovens brasileiros.

A atenção aos dados dessa pesquisa e a outros que venham a ser produzidos pode possibilitar que as políticas públicas de juventude sejam

elaboradas levando em conta os diversos modos de ser jovem, suas formas próprias de lazer e suas capacidades de produzir cultura autonomamente.

Uma das expressões civilizatórias mais fortes e perversas sobre a constituição da subjetividade dos sujeitos jovens se encontra na profusão e intensidade das mensagens daquilo que poderíamos chamar de mercadorias culturais – produtoras de necessidades históricas permanentemente insatisfeitas no circuito da acumulação capitalista. Os jovens são fortemente atingidos pela estética das mercadorias que não se situam apenas como bens a serem adquiridos, mas operam como verdadeiros construtores da subjetividade individual e coletiva. No contexto de uma sociedade desigual como a brasileira, políticas públicas culturais para os tempos de lazer dos jovens necessitam dirigir-se especialmente àqueles dos setores populares que, além de possuírem poucos recursos para o consumo nos diferentes mercados culturais, habitam espaços com baixíssima infraestrutura social pública. Ainda que o lazer seja um direito constitucional assegurado, seu acesso, na prática, está fortemente mediado por relações de mercado ancoradas pela capacidade de consumo dos jovens e de suas famílias.

A pesquisa demonstrou que as desigualdades nas formas e conteúdos de ocupação do tempo livre se manifestam mais intensamente quando consideradas as variáveis *gênero* e *faixa de renda*.

No que se refere a gênero, percebeu-se que as mulheres praticam menos esportes e realizam mais atividades dentro de casa para ocupar o tempo livre do que os homens. Os dados evidenciam a tradicional divisão socioespacial brasileira na qual os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto as mulheres estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares. Aliado a isto é preciso considerar determinado padrão de cultura corporal de movimento que faz que a prática do futebol – eminentemente masculina – seja responsável pela desigual frequência de participação em atividades esportivas.

A faixa de renda, por sua vez, é condicionante que limita o acesso aos bens e espaços culturais. As respostas dos jovens evidenciam que as políticas públicas não estão fazendo significativa diferença no sentido de possibilitar alternativas de fruição no tempo livre e realização de práticas culturais não dependentes de relações de mercado. Uma das evidências disto é que, quanto menor a faixa de renda, menor o número daqueles que costumam ler como atividade de ocupação do tempo livre. A perversa combinação de baixo capital

cultural literário familiar com a ausência de políticas públicas de incentivo à leitura, que inclui o acesso a espaços e acervos literários, e mercado livreiro de alto custo incide diretamente nas possibilidades de consolidação da prática de leitura como hábito cultural juvenil de tempo livre.

Na questão da autonomia dos jovens, é preciso pensar em políticas que considerem a problemática da emancipação juvenil ante o núcleo familiar. Isso é especialmente importante no caso das mulheres jovens, para as quais a limitação familiar da autonomia é sensivelmente acentuada, evidentemente por fatores culturais de maiores restrições ao feminino, mas também pelas razões de dependência econômica dos jovens no interior do grupo familiar na ausência de alternativas econômicas próprias.

É possível afirmar que têm mais acesso aos bens culturais no Brasil os jovens dos grandes centros urbanos, das regiões Sudeste e Sul do país e, ainda, aqueles que apresentam maior escolaridade e renda, numa evidência de que a desigualdade social gera desníveis culturais que reproduzem o círculo vicioso que vem empobrecendo o capital instrutivo dos jovens ao não construir as condições materiais e socioculturais da possibilidade de que os jovens realizem escolhas culturais alternativas.

O resultado que mostra que os jovens dos estratos de renda familiar mais baixos não têm as viagens como perspectiva de ocupação do tempo livre diz respeito tanto às dificuldades que limitam os horizontes formativos como à ausência de políticas públicas de apoio a circuitos culturais de viagens alternativos aos mercados de turismo.

O tempo livre não é espaço apenas para atividades de lazer, cultura desinteressada e entretenimento. É também momento de construção de relações sociais com múltiplas mediações e interesses em jogo, desde os mais orientados para a satisfação de necessidades pessoais objetivas até aqueles voltados para o estabelecimento de vínculos sociais, afetivos e espirituais mais ou menos desinteressados. É preciso investigar até que ponto a busca da religião como ocupação do tempo livre, sem desconsiderar a satisfação de necessidades espirituais percebidas pelos sujeitos, pode estar sendo tributária da precariedade material e da falta de infraestrutura de cultura, lazer e entretenimento, em especial para os jovens de baixa renda.

A qualidade do tempo da juventude, quanto à vivência culturalmente significativa do tempo livre, deveria ser princípio garantido nas diferentes

localidades do país, com políticas de correção das distorções relativas a variáveis como *gênero, raça/etnia, faixa de renda*, entre outras. Percebe-se, pelos resultados da pesquisa, que as condições não são as mais favoráveis para que os sujeitos exerçam efetiva e amplamente o direito à cidade, à experimentação da multiplicidade de gostos estéticos que o universo das formas e conteúdos culturais podem possibilitar e, ainda, ao contato de suas experiências culturais particulares com produções culturais universais.

Reconhecer que existem sujeitos culturais completos residentes no campo, portadores de múltiplas formas, conteúdos de saberes culturais organizados historicamente na relação de homens e mulheres na mediação do trabalho, das festas e dos rituais com a natureza, é condição para entendê-los não apenas como sujeitos de falta. A cultura urbana, nesse sentido, não deve se apresentar como superioridade artística diante do que muitas vezes é considerado “folclore” e artesanato rural, mas como registro outro que se coloca em relação de diálogo e complementaridade com o fazer cultural dos sujeitos do campo. Políticas culturais especialmente dirigidas aos jovens do meio rural são também alternativas socialmente necessárias no contexto de políticas socioeconômicas amplas, não apenas de contenção da migração do campo para a cidade, mas de criação de condições adequadas de uma contemporânea vivência rural do tempo de juventude baseada em direitos de cidadania não apartados pelas fronteiras da dualidade entre campo e cidade.

As políticas públicas que busquem atuar na reversão das precárias situações de vida da maioria dos jovens brasileiros deveriam dedicar especial atenção à quantidade do tempo disponível e à qualidade de ocupação do mesmo. A preocupação com o tempo livre da juventude não pode se limitar à busca de redução de danos ou de prevenção da violência, mas, fundamentalmente, considerar as potencialidades impressas na vivência plural do tempo livre, do lazer e da cultura como direitos plenos de cidadania. Ainda que este processo possa e deva ser estimulado como compromisso de Estado, ele encontra sua maior qualidade em contextos de descentralização de planos e orçamentos, de organização e gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil, de práticas de liberdade de expressão e criação cultural, especialmente quando estas assumem o formato de associativismo autônomo e democraticamente orientado.

Referências bibliográficas

- ABREU, Paula (1995). Turismo internacional de jovens – o universo das formas, dos motivos e das representações juvenis sobre a viagem. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais: Turismo, Cultura e Lazer*. Coimbra, Centro de Estudos de Sociais, nº 43, p. 69-91.
- COELHO, Teixeira (2003). Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. In: *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília, UNESCO Brasil, p. 217-32.
- CRUZ, Rossana Reguillo (2003). Ciudadanías culturales. *Revista Última Década*, nº 17. Viña Del Mar, CIDPA.
- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric (1992). *A busca da excitação*. Lisboa, Difel.
- IBGE (2001). *Informações Básicas Municipais* (MUNIC). www.ibge.gov.br.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (1984). *Festa no pedaço*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- REQUENA, Felix Santos (1994). *Amigos y redes sociales: elementos para una sociología de la amistad*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI Editores.

Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para a reflexão

Gabriela Calazans

Psicóloga e especialista em saúde coletiva e mestre em psicologia social. Coordenou no período de 2001 a 2003 a Área de Saúde do Adolescente e do Jovem na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Introdução

Seria difícil realizar uma pesquisa sobre o universo e o comportamento dos jovens sem abordar o tema da sexualidade. No Brasil, temos a expectativa de que a sexualidade apareça na adolescência e há ampla aceitação social de que adolescentes e jovens sejam sexuados. Um desafio presente na abordagem da temática da sexualidade é resgatar a compreensão da experiência sexual de uma visão essencialista do sexo, que o compreende como “natural” e a-histórico. Este desafio torna-se maior na abordagem da sexualidade dos jovens, dado que, para o discurso de muitos sexólogos e educadores sexuais, tanto a sexualidade como a adolescência estariam calcadas na natureza dos processos de amadurecimento hormonal associados ao desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários. Como discutido por Paiva (1996), o “poder dos hormônios” tem

justificado a urgência e a relevância da ação educativa de profissionais de saúde que trabalham com adolescentes e jovens em todo o país.

No Brasil das últimas décadas, podemos observar mudanças importantes na cultura sexual e de gênero, bem como na escala de valores em relação à sexualidade. A produção de conhecimento sobre o tema tem incorporado novos marcos teóricos provenientes de campos disciplinares como a sociologia, a antropologia e a psicologia social, tornando as abordagens sobre o tema mais complexas, históricas e culturalmente contextualizadas.

Diversas iniciativas influíram para colocar o tema da sexualidade na pauta da sociedade por meio de repertórios discursivos que, muito além do discurso moral e religioso, têm como eixo os direitos: os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e o movimento *gay*, a mídia, as organizações não-governamentais, bem como fundações e agências de cooperação internacional. Todo este processo não somente influenciou para uma maior tolerância social com a sexualidade dos jovens, como também impactou a vida sexual dos próprios jovens (ARILHA e CALAZANS, 1998).

No entanto, como afirma Paiva (1996), as estatísticas produzidas pela saúde pública sobre a gravidez na adolescência e a AIDS reelaboraram a sexualidade de adolescentes e jovens como um problema social, realimentando o controle sobre a sexualidade juvenil à luz das consequências negativas de suas práticas sexuais.

Em uma análise de discursos acadêmicos brasileiros da década de 1990 sobre o tema da gravidez na adolescência (CALAZANS, 2000), identificamos as seguintes interpretações caracterizando a sexualidade dos adolescentes:

- irresponsável, descontrolada, impulsiva, instável, experimental, como adjetivada pelos significantes da adolescência, interpretada como fase transitória;
- interdita, pois, como feminina, é também imatura, infantil e despreparada;
- impactada pelos “novos valores” das décadas de 1960 e 1970, nesse sentido interpretada como não submetida ao controle adulto;
- e, ainda, encontramos a interpretação da potenciação da sexualidade juvenil, nos contextos sociais de pobreza, aos quais se atribui lassidão moral.

Tal atribuição de sentidos à sexualidade juvenil por parte dos discursos analisados revela os sentidos de desvio e de anormalidade com que é compreendido o comportamento sexual dos jovens diante da mobilização dos significados identificados acima (irresponsabilidade, descontrole, imaturi-

dade, despreparo etc.). Entendemos que esses significados são construídos relativamente à significação imputada à sexualidade adulta, concebida como responsável, controlada (no sentido do autocontrole), madura, capacitada etc. Dessa forma, a noção de desvio implicada na sexualidade adolescente, tal como se apresenta nos artigos analisados, é disposta em contraposição às noções de normalidade e normatividade reclamadas pela sexualidade adulta. A consideração da sexualidade juvenil como conduta de risco corrobora sua interpretação sob a ótica dos comportamentos desviantes (CALAZANS, 2000).

A presente pesquisa tem como fim subsidiar o entendimento da vivência da condição juvenil no Brasil de hoje, suas questões, dificuldades e potencialidades, posturas e posicionamentos, a partir do relato da opinião dos jovens, da investigação de seus interesses, de suas preocupações e da percepção que têm de si mesmos e da sociedade em que estão inseridos. Trata-se de tentar enxergá-los em sua singularidade histórica e geracional, e não em comparação a um modelo preestabelecido em outros contextos. Dessa forma, podemos não só avançar no conhecimento de sua condição, como também, ao ouvi-los, enfocar a realidade a partir de seu olhar e enriquecer nossa compreensão sobre o momento que a sociedade brasileira atravessa.

O que apresentamos aqui é uma análise introdutória dos dados referentes ao comportamento sexual, à prevenção da AIDS e ao comportamento reprodutivo dos jovens brasileiros. Tomaremos como pano de fundo para a abordagem da discussão sobre a sexualidade as escalas de valores, de interesses, de preocupações e de vivência de satisfação referidas pelos jovens de 15 a 24 anos entrevistados.

Não obstante a riqueza de dados a serem analisados proporcionados pela pesquisa, neste artigo, estudaremos o universo pesquisado à luz dos diferenciais de sexo, idade, escolaridade e renda familiar mensal, na tentativa de compreender a diversidade das experiências da sexualidade experimentadas pelos jovens. Buscaremos, sempre que possível, contextualizar as práticas sexuais e reprodutivas a partir de suas determinações sociais e dos horizontes éticos e normativos que as orientam.

Seria possível estabelecer os mais diversos cruzamentos e articulações nesta análise. Pretendemos continuar trabalhando com esses dados, mas cabe destacar que lidamos, nesse momento, com descrições dos achados da pesquisa que indicam relações entre si, mas não nos propomos a estabelecer associações estatisticamente significantes.

Apontaremos alguns elementos para a reflexão que procurem ajudar a compreender a sexualidade dos jovens como diversa, contextualizada e complexa, longe, portanto, de uma experiência dada e natural.

Pano de fundo: interesses, preocupações e valores dos jovens

Os interesses e as preocupações dos jovens voltam-se predominantemente às temáticas do emprego e do mercado de trabalho, educação, segurança, violência e cultura, como podemos perceber no Anexo, quadro 21. Esta escala de interesses e preocupações reflete o contexto em que se dá a experiência da sexualidade juvenil.

Como indica o diagnóstico sobre a juventude brasileira apresentado no documento de conclusão do Projeto Juventude, do qual esta pesquisa é parte integrante, os jovens estão entre as principais vítimas da forma de desenvolvimento econômico e social adotado pelo Brasil nas últimas décadas: representam 47% do total de desempregados do país, 50% deste contingente populacional estava fora da escola em 2001 e somente 42% da população de 15 a 24 anos chegou ao ensino médio, considerado atualmente nível básico de escolarização. Além disso, a taxa de homicídios na população jovem é de 54,5 para cada 100 mil, ante 21,7 para a população geral (PROJETO JUVENTUDE, 2004). Nesse sentido, pesquisas, ações e políticas públicas que pretendam compreender e interferir na sexualidade dos jovens brasileiros têm como desafio buscar entender as consequências desse contexto na experiência da sexualidade, bem como considerá-lo em seu delineamento, sua execução e sua avaliação.

A categoria “sexualidade” ocupa lugar de pouca importância entre os assuntos que mais interessam aos jovens (3% quando a resposta era única e 7% quando a resposta era múltipla, tendo sido computados os três primeiros lugares – Anexo, quadro 21). Estão incluídas nesta categoria respostas como sexo/sexualidade, gravidez, orientação sexual e métodos anticoncepcionais, bem como outras respostas não agrupadas.

Os temas da sexualidade e da gravidez também não se configuram como preocupações dos jovens e obtiveram menos de 1% das respostas em relação ao primeiro lugar das preocupações juvenis. Na listagem dos três principais problemas que preocupam os jovens, a “sexualidade” foi

referida por 2% dos jovens, enquanto a “gravidez” foi referida por somente 1% dos jovens (ver Anexo, quadro 20).

Nota-se, no entanto, o interesse na categoria “relacionamentos amorosos”, na qual estão incluídas respostas como: namoro, relacionamento afetivo (amoroso), mulheres, namorado/a, rapazes e homens, assim como outras respostas não agrupadas. Esta categoria constitui-se em assunto de interesse de 31% dos jovens do sexo masculino e 14% das moças, sendo nítida a tendência de maior interesse entre os mais jovens (27% entre os jovens de 15 a 17 anos), decaindo sua importância entre os mais velhos (14% das referências dos jovens entre 21 e 24 anos). A resposta “mulheres”, por exemplo, atraiu o interesse de 15% dos rapazes, mantendo-se neste patamar nos três grupos etários (15 a 17 anos, 18 a 20 anos e 20 a 24 anos), enquanto a resposta rapazes/homens atraiu o interesse de somente 1% das mulheres jovens.

O maior interesse nos relacionamentos amorosos relativamente ao interesse na temática da sexualidade pode estar associado ao que Costa (1997) apontou, em pesquisa com jovens universitários, como dissociação entre satisfação amorosa e satisfação sexual. Se hoje a satisfação sexual seria entendida como um direito universal, a satisfação amorosa seria vivida como intangível, dada a contradição experimentada entre a liberdade sexual e a realização emocional nas relações afetivas.

De qualquer forma, as diferenças nos interesses de rapazes e moças indicam uma contradição com o estereótipo social de que seriam as mulheres adolescentes e jovens, e não os homens, que mais se interessariam, na vida e nesta fase em particular, pela temática dos relacionamentos amorosos e do sexo oposto. Essa construção social é reforçada, por exemplo, pela mídia jovem, que dispõe de produtos tais como cadernos e seções em jornais, revistas e programas de televisão, especialmente dedicados à temática da sexualidade e prioritariamente dirigidos às jovens do sexo feminino, como é o caso das revistas *Capricho*, *Carícia* e *Atrevida*, ou da seção 2Neurônio do *Folhateen*¹.

Uma hipótese que precisaria ser melhor investigada em relação ao maior interesse masculino na temática dos relacionamentos amorosos é: estão os

¹ Pode-se ler mais sobre o papel da mídia feminina jovem em relação à sexualidade em: Simionetti (1991), Buitoni (1991), Lopes (1991), Fischer (1994) e Santos (1991), citados em CALAZANS (1999).

rapazes vivendo uma mudança no campo de seus repertórios valorativos? Num artigo anterior sobre as mudanças experimentadas pelos jovens em sua cultura sexual e suas implicações para as políticas públicas de saúde e educação (ARILHA e CALAZANS, 1998), afirmamos que teria ocorrido uma importante transformação nos valores e repertórios sexuais das garotas nos últimos tempos, em que elas estariam experimentando maior flexibilidade diante da virgindade e de envolvimento eróticos e sexuais de curta duração (“ficar”), sem necessariamente sentirem-se desvalorizadas ou o serem em seus grupos sociais. Naquele momento, em consonância com outros autores, afirmávamos que as práticas sexuais dos rapazes viviam menos mudanças, estando historicamente associadas a maior liberdade. Precisariamos compreender melhor se os rapazes, ao expressarem seu interesse nos relacionamentos amorosos, reivindicam a oportunidade de manifestarem-se afetivamente, contrapondo-se ao imperativo machista que os obriga ao interesse constante na atividade sexual (BARKER e LOEWENSTEIN, 1996).

Cabe ainda refletir se a ênfase dada à temática da sexualidade na mídia, na academia e nos programas governamentais e não-governamentais, no que se refere aos jovens, não seria, em vez de uma preocupação legítima dos jovens e das jovens, uma preocupação adulta em relação a este grupo populacional, ou seja, um reflexo do controle social adulto à sexualidade dos adolescentes atuando por meio dos discursos técnicos, acadêmicos e jornalísticos (PAIVA, 1996; CALAZANS, 1999; CALAZANS, 2000).

Entre os temas que mais atraíram o interesse juvenil, é relevante notar que alguns deles tendem a interessar mais as mulheres que os homens, como “educação” (42% das moças ante 34% dos rapazes), “família” (19% das moças ante 14% dos rapazes) e nesta categoria, particularmente, os “filhos e o cuidado com eles” (6% das moças ante 2% dos rapazes), e “saúde” (18% das moças ante 8% dos rapazes). Por outro lado, as categorias que atraem mais os jovens do sexo masculino são: “emprego/profissional” (43% dos jovens ante 32% das jovens), “esportes/atividades físicas” (36% dos jovens ante 5% das jovens).

Esta diferença na escala de interesses em função do sexo dos entrevistados reflete a cultura de gênero predominante no país, em que às mulheres é reservado o mundo privado e familiar e, aos homens, a vida pública (VILLELA e BARBOSA, 1996). A educação configura-se como campo

de maior permeabilidade às jovens mulheres, tanto em função de sua menor responsabilização pelo sustento da casa, como por seu comportamento estar mais adequado às exigências da escola (MADEIRA, 1997).

Tendo em vista os cinco valores considerados mais importantes pelos jovens numa sociedade ideal, identificados a partir de uma listagem de 18 valores, acrescidos ainda por um campo aberto, constatamos que “prazer sexual” não se configura como um valor identificado como prioritário por esta geração (ver Anexo, quadro 34), a despeito do fortalecimento nas últimas décadas dos discursos sociais sobre a sexualidade e os direitos sexuais (ARILHA e CALAZANS, 1998). É interessante notar que o impacto dos “novos valores”, que teriam sido herdados pelos jovens de hoje das gerações de jovens dos anos 1960, sobre a sexualidade apresenta-se mais como um recurso argumentativo adulto do que é percebido pelos jovens entrevistados nas suas escalas de valores.

O “prazer sexual” esteve em penúltimo lugar (8%) das referências, na sistematização das respostas dos jovens ao listarem os cinco valores mais importantes em uma sociedade ideal. É interessante notar que, numa sociedade altamente marcada pelo individualismo, destacam-se entre os valores mais importantes aqueles referentes à vida em comum: a solidariedade (55%), o respeito às diferenças (50%), a igualdade de oportunidades (46%) e a justiça social (41%). Em detrimento de valores referentes à vida individual: autenticidade pessoal (6%), prazer sexual (8%), autorrealização (10%) e conforto material (15%). Cabe ainda notar o valor atribuído ao temor a Deus como um dos cinco mais importantes valores (44%), embora aqui não caiba a interpretação de que seja um valor de vida em comum (ver Anexo, quadro 34).

De forma geral, a sexualidade foi identificada pelos jovens entrevistados como um tema da vida íntima, que deve, preferencialmente, ser discutido entre amigos (45%), com os pais (31%) e, menos prioritariamente, pela sociedade (15%) (ver Anexo, quadros 23 a 25).

Considerando os diferenciais, nestes interesses, de acordo com o sexo e a idade dos entrevistados, identificamos que mais comumente as moças demonstram interesse na discussão do tema da sexualidade com seus pais (35%) do que os rapazes (27%). Seria preciso investigar melhor de que forma o interesse na discussão do tema está associado ao controle social e parental

da sexualidade feminina, quais estratégias de resistência a este controle têm sido utilizadas pelas jovens mulheres e quais suas consequências em suas vidas e em suas trajetórias afetivo-sexuais.

Complementarmente a esse dado, vale considerar como implicação para as políticas públicas a seguinte informação proveniente da “Pesquisa Gravav – Juventude e Saúde” –, um estudo multicêntrico que buscou traçar um panorama da ocorrência do fenômeno da gravidez na adolescência e de seus resultados em três capitais brasileiras: as mulheres cujas mães conversaram com elas antes da menarca, bem como as que incluíram suas mães e seus pais entre as fontes das primeiras informações sobre gravidez e meios de evitar filhos, engravidaram menos na adolescência (AQUINO *et al.*, 2003).

Chama a atenção, ainda, que o interesse em ver o tema da sexualidade discutido pela sociedade em geral cresça com a idade, por parte dos rapazes. Também aqui precisaríamos compreender melhor o interesse dos rapazes no debate público sobre a sexualidade e de que forma tal interesse está ou não associado à importância da sexualidade na construção da subjetividade masculina, bem como às pressões vividas pelos jovens em relação ao seu desempenho sexual (PAIVA, 1994; BARKER e LOEWENSTEIN, 1996; VILLELA e BARBOSA, 1996; ARILHA e CALAZANS, 1998; ARILHA-SILVA, 1999).

Tendo em vista os diferenciais associados ao pertencimento de classe social, cruzando dados de escolaridade e renda familiar, podemos identificar o fortalecimento da concepção de que a sexualidade é um tema da esfera privada, condizente com os valores individualistas vigentes em nossa sociedade, especialmente nas camadas médias (AFONSO, 2001):

- a compreensão de que a sexualidade deveria ser mais discutida pelos jovens com seus pais cresce com a escolaridade (18% de referências de interesse pelos jovens com até a 4ª série do ensino fundamental e 33% de referências por parte dos jovens do ensino superior);
- o interesse pelo debate do tema da sexualidade com os amigos cresce com a escolaridade (42% de referências por parte dos jovens até o ensino fundamental ante 51% por parte dos jovens no ensino superior) e com a renda familiar (41% de referências de interesse por parte dos jovens com renda familiar de até dois salários-mínimos ante 54% de referências dos jovens com renda familiar mensal de mais de cinco salários-mínimos);

- o interesse no debate público sobre o tema da sexualidade diminui com a renda familiar (de 21% por parte dos jovens com renda familiar de até um salário mínimo para 10% por parte dos jovens com renda familiar de mais de dez salários-mínimos mensais).

O espaço relacional privilegiado pelos jovens para a discussão sobre os relacionamentos amorosos é a relação entre amigos, tendo sido o primeiro tema mais citado pelos jovens entrevistados (51%) (ver Anexo, quadro 24). Este interesse é mais estável entre os rapazes das diferentes faixas etárias estudadas, decrescendo com a idade entre as moças (61% por parte das jovens de 15 a 17 anos contra 43% por parte das moças entre 20 e 24 anos). A discussão dos relacionamentos amorosos com os pais foi citada menos frequentemente (30%) (ver Anexo, quadro 23), diminuindo o interesse nesta experiência para os jovens com o passar da idade, especialmente entre os rapazes. Menor ainda é o interesse na discussão pública deste tema (7% das respostas).

O interesse no debate de assuntos relacionados com o corpo e a saúde não é muito frequente, mas também não é desprezado: ocupou o quarto lugar no interesse de debate com os pais (37%), o quinto no interesse de debate com os amigos (32%) e o sétimo no interesse de debate com a sociedade em geral (22%) (ver Anexo, quadros 23 a 25). O interesse das moças pelo debate sobre o tema do corpo e da saúde com os amigos tende a crescer com a idade (de 29% entre as moças de 15 a 17 anos para 38% entre as de 21 e 24 anos), enquanto os pais deixam de se tornar uma referência importante para este tema (de 41% para 36%).

Um contingente de 87% dos jovens entrevistados referiu estar satisfeito com sua sexualidade, sendo que parece haver tendência a maior satisfação com a própria sexualidade nos seguintes segmentos:

- entre os jovens do sexo masculino: 91% dos rapazes ante 84% das moças (ver Anexo, quadro 93);
- entre os jovens de 21 a 24 anos: 90% dos jovens de 21 a 24 anos, ante 81% dos jovens de 15 a 17 anos;
- entre os jovens com maior escolaridade: 91% entre os jovens que tinham ensino superior ante 85% dos que tinham educação fundamental;
- entre os jovens com maior renda familiar mensal: 92% dos jovens com renda familiar entre cinco e dez salários-mínimos ante 85% dos que têm renda até dois salários-mínimos.

As dimensões da vida em relação às quais os jovens referem estar mais satisfeitos são (ver Anexo, quadro 93):

- com sua família (96%);
- com sua saúde física (94%);
- com sua aparência física (93%).

As dimensões em relação às quais estão menos satisfeitos são:

- com as possibilidades de trabalho que têm hoje (49% estão insatisfeitos);
- com o bairro onde moram (21% referem insatisfação);
- em relação ao amor (20% estão insatisfeitos).

Representações de gênero

Na sua opinião, o que é melhor como jovem: ser homem ou mulher?

Mais frequentemente os jovens entrevistados referiram preferir, como jovens, ser homens (58%) a ser mulheres (32%) (ver Anexo, quadro 92). Entre os rapazes, 90% acharam melhor ser homem, 7% acharam espontaneamente que tanto fazia e só 2% dos rapazes consideraram que seria melhor ser mulher. Aproximadamente um terço das moças (27%) considerou que seria melhor ser homem, enquanto 61% delas acharam que era melhor ser mulher; os 10% restantes avaliaram que tanto fazia ou dependia da situação (ver Anexo, quadro 92).

Em relação à escolaridade, a proporção de jovens que preferem ser homem mantém-se estável nos diversos níveis de escolaridade, enquanto há mais referências à preferência por ser mulher entre os jovens com menor escolaridade (36% entre os jovens que chegaram à 4ª série do ensino fundamental diante de 27% entre os jovens universitários) e mais referências a “tanto faz/depende” quanto mais alto o nível de escolaridade (11% entre os jovens universitários ante 4% dos jovens com escolaridade até a 4ª série).

Quanto maior a renda familiar mensal, maior a preferência por ser homem (variação de 55% entre os jovens com renda familiar de até um salário-mínimo para 62% entre os que têm renda familiar de mais de dez salários-mínimos) em detrimento de ser mulher (variação de 37% para 27%), mantendo-se estável a proporção dos jovens que acham que tanto faz (entre 7% e 9%).

Os aspectos mais valorizados em “ser homem” entre os jovens são:

- *liberdade* (34% de citações entre os jovens), especialmente em relação à circulação, aos horários, à sexualidade e ao namoro;
- *trabalho e vida profissional* (15% de citações entre os jovens), especialmente por terem mais oportunidades;
- *menor vivência de preconceito* (13% de citações entre os jovens) – as respostas aqui enquadradas tratam particularmente da maior liberdade moral dos rapazes comparativamente com o maior controle social experimentado pelas moças (“pode não dar satisfação”, “pode namorar sem ficar falado”, “a sociedade cobra menos e não recrimina condutas”, entre outras).

Os aspectos mais valorizados em “ser mulher” são:

- *personalidade* (10%) – foram valorizadas aqui características pessoais das mulheres consoantes com estereótipos femininos como serem menos impulsivas, mais delicadas, tranquilas, sensíveis, intuitivas, corajosas etc.;
- fatores associados ao *trabalho e à vida profissional* (10%), em que são valorizados desde aspectos que favorecem a vida profissional das mulheres, como maior facilidade de arranjar emprego mesmo quando ganham menos, bem como aspectos que adiam a entrada das moças no mundo do trabalho, demora mais para trabalhar, não precisa ir para a roça, entre outros;
- *responsabilidade* (7%), agrupando respostas que valorizam tanto o comportamento mais responsável das mulheres, segundo estereótipos do que seja ser mulher: mais caseiras, menos envolvidas com bebidas e drogas e genericamente mais responsáveis, como a possibilidade de as mulheres manterem-se por mais tempo livres da responsabilidade do sustento da família.

Comportamento sexual

Com quantos anos de idade você teve a sua primeira relação sexual? Mais ou menos?

A maioria dos jovens entrevistados (37%) teve sua primeira relação sexual entre 14 e 16 anos (12% aos 14 anos, 13% aos 15 anos e 12% aos 16 anos). Em torno de 10% dos entrevistados iniciaram sua vida sexual ativa antes dos 14 anos (1% antes dos 10 anos, 4% entre 11 e 12 anos e 5% aos

13 anos) e 19% o fizeram a partir dos 17 anos (9% aos 17 anos, 6% aos 18 anos, 3% entre 19 e 20 anos e 1% com 21 anos ou mais). Cabe salientar que, entre os jovens entrevistados (população entre 15 e 24 anos), 25% nunca haviam tido relações sexuais. Um dado relevante é 7% de recusa em responder esta questão (ver Anexo, quadro 96). A idade média para a primeira relação sexual foi de 15,5 anos entre os entrevistados.

Os jovens do sexo masculino costumam iniciar sua vida sexual ativa antes das jovens mulheres (idade média de ocorrência da primeira relação sexual de 14,1 anos para os meninos ante 16,2 anos para as meninas). Também foi mais comum a referência à virgindade entre as jovens (34%) do que entre os meninos (16%) (ver Anexo, quadro 96).

Foi possível observar a associação entre escolaridade e iniciação sexual, sendo que entre os jovens que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental a idade média de iniciação foi de 14,8 anos, enquanto entre os jovens que chegaram ao ensino superior temos uma média de 16,4 anos. Chama a atenção ainda que entre os jovens que só cursaram até a 4ª série 2% deles referem iniciação sexual até os 10 anos de idade, diferença de um ponto percentual em relação aos demais jovens entrevistados. Não foram encontradas diferenças significativas por renda familiar.

Muitas pessoas preferem ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Você costuma ter relações sexuais:...? E se pudesse decidir livremente, você gostaria de ter relações sexuais:...?

Em relação à orientação sexual, foi perguntado aos jovens entrevistados: com quem você costuma ter relações sexuais e com quem você gostaria de tê-las, caso pudesse decidir livremente.

Os jovens do sexo masculino referem com maior frequência práticas sexuais homo (3%) e bissexual (1%), bem como parecem viver menor conflito entre o desejo e a sua realidade referida, dado que temos as mesmas frequências em ambas as perguntas. Já entre jovens do sexo feminino, particularmente as de 15 a 17 anos, quando perguntadas em relação à possibilidade de decidirem livremente seu desejo em relação às suas parcerias sexuais, encontramos maiores diferenças (ver Anexo, quadro 97):

- diminuição da frequência de referências à parceria heterossexual de 97% para 92%, da primeira para a segunda pergunta;

- crescimento na frequência de respostas em relação à parceria homossexual, de menos de 1% para 2%;
- referência ao desejo de não manter relações sexuais com ninguém, de nenhuma resposta para 2% das moças entre 15 e 17 anos.

É relevante considerar a hipótese de que este desinteresse em relação ao sexo oposto entre as adolescentes esteja associado à experiência de situações de violência sexual.

Aventamos esta hipótese, pois é possível identificar na pesquisa que:

- entre os jovens que referiram ter vivido alguma situação de humilhação, desrespeito ou discriminação (33% dos entrevistados) (ver Anexo, quadro 80), as maiores frequências desses eventos de desrespeito e discriminação ocorrem entre as mulheres;
- as situações de desrespeito vividas pelas mulheres jovens (36%) configuram-se em: constrangimentos (77%) e violência física (10%);
- 2% das moças de 15 a 17 anos referem ter passado por situações de constrangimento em função de discriminação pela opção sexual; não há referências desta situação entre os jovens rapazes de 15 a 17 anos;
- das situações de violência física vividas pelas mulheres jovens (10%), 4% configuram-se como violência sexista (assédio sexual ou estupro), 2% foram infringidas pelos pais ou responsáveis e 1% pelos companheiros (namorados, maridos ou ex-maridos) e, ainda, 9% das mulheres jovens referem ter sofrido algum tipo de violência de algum familiar ou de alguém com quem estava se relacionando (violência doméstica) (ver Anexo, quadro 81);
- das moças que já sofreram algum tipo de violência doméstica, 56% viveram-no em suas casas, 62% dos agressores eram seus familiares e 25% eram amigos, conhecidos ou parceiros amorosos;
- a adolescência (dos 12 aos 17 anos) é o momento da vida no qual as mulheres jovens mais referem ter vivido situações de violência doméstica (51%);
- parcela significativa dessas situações de violência doméstica contra as mulheres jovens tem motivações pessoais (25%), nas quais destacam-se os ciúmes (10%), as acusações mentirosas (3%), a

traição (1%) e a gravidez (1%), indicando relação com situações de controle da sexualidade feminina.

Parece importante considerar as consequências da vivência de situações de violência doméstica nas trajetórias afetivo-sexuais das jovens. Ao indicar estes dados não queremos afirmar que as mulheres são as únicas vítimas das situações de violência doméstica, queremos apenas precisar o padrão de violência vivido por elas, que em muito difere do padrão masculino, particularmente em relação ao controle da sexualidade.

Os homens jovens vivem menos frequentemente situações de violência por parte da família ou de pessoas com quem se relacionam (6% dos rapazes ante 9% das moças), bem como situações de violência em suas casas (45% dos homens ante 56% das mulheres). As experiências de violência doméstica vividas pelos rapazes são mais frequentes na infância, 21% dos rapazes viveram-nas entre os 2 e os 11 anos de idade, ante 13% das moças, e as motivações mais frequentemente citadas são as desavenças com os pais. Destacam-se ainda entre os rapazes as situações de violência doméstica associadas às condições sociais e à discriminação (24% dos rapazes ante 11% das moças).

**Como você considera o relacionamento com a
pessoa com quem você teve sua última relação sexual.
Você diria que é um relacionamento estável ou eventual?**

Encontramos entre os entrevistados perfis bastante distintos de resposta de homens e de mulheres. Metade dos jovens do sexo masculino descreve suas relações como estáveis e a outra metade, como eventuais. Já entre as jovens mulheres encontramos 82% de referência a relações estáveis ante somente 18% de relações eventuais. Em ambos os sexos, foi possível identificar a tendência à estabilização dos relacionamentos com o aumento da idade, de 50% entre os jovens de 15 a 17 anos para 69% entre os de 21 a 24 anos.

Nos cruzamentos por escolaridade, é possível perceber que jovens com menor escolaridade tendem a referir menos relacionamentos eventuais (29%) do que jovens com escolaridade superior (39%).

Qual o vínculo que você tinha com essa pessoa, ou seja, o que ela é sua?

A descrição do tipo de vínculo mantido pelos jovens com as pessoas com as quais mantiveram sua última relação sexual foi (ver Anexo, quadro 109):

- 44% de referências a namorados;
- 28% de referências a maridos e esposas;
- 23% de referências a amigos e conhecidos;
- 3% de referências a desconhecidos;
- 1% de referências a amantes;
- não chega a 1% a referência a profissionais do sexo.

Aqui novamente os diferenciais por sexo e idade são marcantes. Se no total das jovens que já tiveram relações sexuais a última transa ocorreu em contextos de namoro (43%) ou casamento (47%), entre as mais jovens, de 15 a 17 anos, são mais frequentes os namoros (62%), enquanto entre as mais velhas, de 21 a 24 anos, são mais frequentes os casamentos (56%). Uma comparação entre as respostas de caracterização dos tipos de vínculo entre as moças nos leva a crer que uma parte delas não atribui caráter de estabilidade a seus namoros, dado que o total de respostas entre namoro e casamento é maior que o total de respostas referentes às relações estáveis.

Já entre os jovens homens, os tipos de vínculo mais frequentes são os namoros (45%) e a relação entre amigos ou conhecidos (34%). As tendências entre os rapazes, com o passar da idade, são: diminuição das relações entre amigos e conhecidos, de 49% entre os rapazes de 15 a 17 anos para 28% entre os de 21 a 24 anos, e crescimento das relações com cônjuges, de 1% dos rapazes de 15 a 17 anos para 22% dos rapazes de 21 a 24 anos. De qualquer forma, é muito inferior a frequência das últimas relações sexuais que ocorrem em relações conjugais entre os homens (13%) do que entre as mulheres (47%).

Os padrões de relacionamento também variam com a escolaridade:

- frequência de relações sexuais em relações de namoro cresce com a escolaridade (de 34% no ensino fundamental para 67% no ensino superior);
- a frequência de relações sexuais que ocorrem em contextos de casamento diminui com a escolaridade (de 43% em jovens que concluíram até a 4ª série para 6% de jovens com ensino superior);

- as relações sexuais entre desconhecidos também crescem com a escolaridade (de nenhuma referência entre os jovens que estudaram até a 4ª série a 7% entre os que chegam ao ensino superior).

Atualmente, qual é a sua situação conjugal?

Como era de esperar, a maioria dos jovens são solteiros (78%). Mas aqui novamente encontramos grandes diferenças entre os sexos (ver Anexo, quadro 13). Muito mais frequentemente as moças mantêm relações conjugais (casamento no papel e morar com o companheiro) em todas as idades, sendo que nas faixas etárias posteriores a diferença entre os sexos diminui: a razão de sexo na faixa dos 15 aos 17 anos é de 9 moças em relações conjugais para cada rapaz na mesma situação; na faixa dos 18 aos 20 anos é de 5,4 moças para cada rapaz; e dos 21 aos 24 anos, de 1,7 moça para cada rapaz.

Também são relevantes os diferenciais por escolaridade e renda mensal familiar: os jovens com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental referem mais frequentemente relações conjugais (43%) do que os jovens que chegaram ao ensino superior (10%), bem como os jovens com renda familiar de até um salário-mínimo referem mais relações conjugais (30%) do que os jovens com renda familiar de mais de dez salários-mínimos (5%).

Aproximadamente quanto tempo faz que você teve sua última relação sexual?

Uma parcela significativa dos jovens que já transaram teve suas últimas transas no intervalo de tempo da semana anterior à realização da entrevista (43% delas no intervalo de um a oito dias) (ver Anexo, quadro 101). Pode-se observar a maior frequência de relações sexuais no intervalo da última semana entre as mulheres (52%) e entre os jovens de 21 a 24 anos (50%). Esta tendência provavelmente está relacionada às relações mais estáveis, mais frequentes entre as mulheres e entre os jovens adultos, como já foi indicado anteriormente. As relações estáveis e conjugais favorecem a frequência das relações sexuais, dado que é um pré-requisito para se ter uma relação sexual a disponibilidade de um parceiro. De forma que, diferindo do imaginário social que vincula a vida de solteiro a uma vida sexual mais ativa e frequente, é mais comum que pessoas envolvidas em relações estáveis e casadas tenham relações sexuais mais frequentemente.

Também diferindo do imaginário social de que jovens têm práticas sexuais muito frequentes, identificamos que em torno de 27% do total dos entrevistados que já tiveram alguma relação sexual transaram pela última vez havia mais de um mês antes de serem entrevistados.

**Você já levou namorado(a) para dormir com você na sua casa?
Com ou sem permissão dos seus pais?**

Um padrão de comportamento que tem gerado um certo alarde nas divulgações dos resultados desta e de outras pesquisas referentes às relações entre família e comportamento sexual dos jovens é levar o namorado ou a namorada para dormir na casa dos pais. Podemos dizer, no entanto, que este ainda é um comportamento circunscrito.

Do total dos jovens entrevistados, 18% já levaram os namorados para dormir na casa de seus pais, mais os homens que as mulheres (ver Anexo, quadro 98); 12% deles ainda moram com os pais e os 4% restantes já não moram com sua família de origem. A maioria (65%) dos jovens ainda mora com os pais, em diversos arranjos familiares (pai, mãe, padrasto, madrastra, com ou sem filhos etc.) (ver Anexo, quadro 14). Morar com os pais é mais frequente, no entanto, entre os rapazes (79%), os jovens universitários (79%) e os jovens com renda familiar mensal de mais de dez salários-mínimos (89%). Os jovens pertencentes a estes segmentos e que ainda moram com os pais também referem com maior frequência o comportamento de levar namorados para dormir na casa dos pais: 18% dos rapazes, 25% dos jovens no ensino superior e 23% dos jovens com renda familiar maior do que cinco salários mínimos.

Do total dos jovens entrevistados que ainda moram com os pais, aproximadamente 13% deles referiram já ter levado o namorado ou namorada para dormir em sua casa, 9% com o consentimento dos pais.

Pode-se observar a associação com a idade dos jovens: quanto mais velhos, mais frequente é a referência a levar o namorado para dormir na casa dos pais (9% dos jovens de 15 a 17 anos, 17% dos jovens de 18 a 20 anos e 31% dos jovens de 21 a 24 anos). Este comportamento é também mais frequente entre os jovens do sexo masculino do que entre as mulheres (22% dos jovens homens ante 13% das jovens), como se pode ver na tabela a seguir. Esta associação é devida, provavelmente, ao maior controle social

em torno do comportamento sexual feminino, o que restringe a autonomia das mulheres jovens.

Distribuição dos entrevistados jovens que moram com os pais pelo comportamento de levar o namorado para dormir na casa de seus pais, segundo sexo e idade

	Homens				Mulheres				Total
	Total	de 15 a 17 anos	de 18 a 20 anos	de 21 a 24 anos	Total	de 15 a 17 anos	de 18 a 20 anos	de 21 a 24 anos	
LEVOU NAMORADO	22	11	21	37	13	7	11	23	18
Com consentimento dos pais	14	6	13	24	11	7	10	19	13
Sem consentimento dos pais	9	5	8	14	2	0	1	4	6
NUNCA LEVOU	76	88	78	60	86	91	89	75	80
NÃO RESPONDEU	2	1	1	3	1	1	0	1	1

Fonte: "Perfil da juventude brasileira".

Os dados referentes ao comportamento de levar o namorado ou namorada para dormir consigo na casa dos pais parecem indicar uma escala de autonomia dos jovens em relação ao comportamento sexual, maior entre os rapazes, os jovens adultos de 21 a 24 anos, os universitários e os jovens com maior renda familiar, em contraposição às mulheres, aos jovens de 15 a 17 anos, aos jovens com escolaridade até a 4ª série e aos jovens com renda familiar inferior a dois salários-mínimos mensais. Nesse sentido, cabe investigar melhor se o impedimento do comportamento sexual dos jovens, especialmente das moças, configura-se como um fator importante na decisão de sair da casa dos pais e de que forma isso ocorre nas relações familiares dos jovens brasileiros.

Uso de preservativos e AIDS

Entre os jovens que já mantiveram relações sexuais (73% do total de jovens entrevistados na amostra B), 59% deles referiram ter usado preser-

vativo em sua última relação sexual (ver Anexo, quadro 102). Foi possível identificar maior referência ao uso de preservativo entre os jovens de 15 a 17 anos (71%) do que entre os jovens de 21 a 24 anos (53%) e entre os rapazes (71%) do que entre as moças (44%).

Preocupa a pequena referência ao uso de preservativos entre as moças, especialmente tendo em vista os últimos dados divulgados pela mídia, relativos à epidemia de HIV/AIDS, que indicam seu maior crescimento entre as jovens do sexo feminino: “Dos portadores do HIV que têm hoje entre 15 e 24 anos, 60% são mulheres, alerta um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). Pior: nessa faixa etária, elas têm, em média, três vezes mais chance do que eles de ser contaminadas” (COELHO, 2004).

Comparativamente aos achados de outras pesquisas que investigam o uso de preservativos em faixas etárias mais amplas, identificamos que as jovens gerações estão usando mais o preservativo do que as demais gerações e estão, especialmente, iniciando sua vida sexual usando-o (Ministério da Saúde e Cebrap, 2000; PAIVA e cols., 2003). Este parece ser um resultado positivo do esforço brasileiro no desenvolvimento de estratégias de prevenção da epidemia de HIV/AIDS. O desafio que tem sido apontado, no entanto, é o da sustentação do uso da camisinha, em especial em contextos de relações estáveis e tendo em vista as culturas sexuais e de gênero vigentes, nas quais as moças têm enormes dificuldades na negociação do uso de preservativos. (VILLELA E BARBOSA, 1996).

Esta baixa referência do uso de preservativos entre as jovens do sexo feminino está fortemente associada a condicionantes culturais de gênero que estabelecem como valor maior à conquista de relações afetivo-sexuais estáveis para as jovens mulheres, às quais são associados valores como a impossibilidade de desconfiança do parceiro, dificuldades na negociação do uso do preservativo e o desejo de ter filhos.

Observamos também maior referência de uso de preservativos entre os jovens com maior escolaridade (48% entre jovens do ensino fundamental, 67% entre os jovens do ensino médio e 74% entre os jovens de ensino superior).

É possível notar também maior referência de uso da camisinha nos jovens com maior renda familiar (56% de uso entre os jovens com renda familiar de até dois salários-mínimos ante 71% de uso entre os jovens com renda familiar de mais de cinco salários-mínimos).

Por quê? Por quais outros motivos você usou/não usou camisinha?

Ao buscarmos entender as motivações dos jovens para o uso ou não da camisinha, identificamos que a motivação para o uso está prioritariamente associada aos argumentos técnicos que o justificam: a prevenção de doenças (50% dos jovens sexualmente ativos justificam seu uso em função da prevenção de doenças – 28% para prevenção no geral, 15% ressaltando especificamente as doenças de transmissão sexual e 11% a AIDS) e a contracepção (46% dos jovens sexualmente ativos referem fazer uso do preservativo para evitar uma gravidez) (ver Anexo, quadro 103).

Ao identificarmos os motivos que justificam o não-uso do preservativo, nos deparamos com outra natureza de respostas, em geral mais associadas aos afetos e aos valores (ver Anexo, quadro 104): 21% referem não usar o preservativo em função da confiança no parceiro e da fidelidade e estabilidade na relação e 7% referem não usar por não gostar ou por seu parceiro não gostar.

Há ainda, no entanto, jovens que não identificam a necessidade de usar o preservativo: por usarem outros métodos contraceptivos (11% dos jovens sexualmente ativos) ou por não precisarem diante de uma situação de gravidez ou pelo desejo da mesma (3% afirmam não precisar usar). São praticamente inexistentes os jovens que referem não usar o preservativo por motivações religiosas (menos de 1%).

Chama a atenção que, apesar dos esforços brasileiros na prevenção da epidemia de AIDS, sejam tão poucos os jovens que justificam o uso do preservativo para a prevenção desta doença. Seria importante compreender melhor estes dados à luz da percepção dos jovens sobre o seu próprio risco de infecção: será que os jovens não percebem o risco de se infectar pelo HIV?

Ainda considerando as estratégias de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, identificamos que, apesar dos esforços de associação do preservativo ao afeto e ao cuidado consigo e com o parceiro, os dados parecem indicar que as motivações para o uso são de natureza bastante racional, enquanto o não-uso do preservativo está mais associado à pressuposição de cuidado, confiança e fidelidade mútuos.

Pelo que você sabe ou ouviu falar, atualmente a AIDS: ...?

No Brasil, desde 1996, é feita gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS) a distribuição do chamado “coquetel”, ou seja, dos medicamentos

anti-retrovirais que têm apresentado bons resultados no tratamento e no cuidado dos doentes de AIDS, significando uma alternativa importantíssima de controle e cronificação da doença, mas não a sua cura.

Gerou preocupação, no entanto, a forma como se deu a divulgação do referido coquetel de medicamentos, temendo-se o relaxamento das ações de prevenção diante da compreensão de que a partir daquele momento a AIDS teria cura. Sendo assim, investigaram-se nesta pesquisa as informações de que os jovens dispunham sobre a AIDS.

A maioria (66% dos entrevistados) dos jovens refere deter a informação mais correta, ou seja, de que a AIDS não é curável, mas que suas consequências podem ser controladas por meio de tratamento capaz de gerar maior sobrevida. Chama a atenção, no entanto, que 33% dos entrevistados ainda tenham informações incorretas (sendo que 21% acreditam que, sendo uma doença fatal, não há meios para adiar a morte e 12% acreditam que seja uma doença curável) (ver Anexo, quadro 114).

Como era de esperar, jovens com maior escolaridade e renda familiar referem mais frequentemente a informação correta sobre a AIDS (81% dos jovens com ensino superior ante 38% dos jovens com até a 4ª série e 82% dos jovens com renda familiar de mais de dez salários-mínimos ante 53% dos jovens com renda familiar de até um salário-mínimo). Não identificamos diferenças significativas em função da idade e do sexo dos entrevistados.

Comportamento reprodutivo

Você tem filhos?

Do total dos jovens entrevistados de 15 a 24 anos, 22% deles têm filhos. A diferença entre homens e mulheres é marcante (ver Anexo, quadro 10). Sem desvalorizar os esforços de pesquisadores e militantes que têm pautado a necessidade de considerar e dar suporte à paternidade entre adolescentes e jovens (FONSECA, 1997 e 1998), a gravidez e a parentalidade entre jovens são um fenômeno predominantemente feminino. Há também que se considerar que nas faixas etárias inferiores é ainda maior a proporção de jovens mães em relação aos jovens pais (na faixa etária de 15 a 17 anos, a razão entre mulher/homem foi de 8,2/1, na faixa de 18 a 20 anos foi de 4,4/1 e entre os 21 e os 24 anos foi de 1,99/1).

Seria importante avaliar melhor entre os jovens que experimentam a maternidade e a paternidade como se dá a sua experiência juvenil, dado que os dois fatores mais frequentemente citados na opinião dos entrevistados desta pesquisa como momentos de término da juventude são a assunção de responsabilidades (32%), bem como a constituição de uma família, os filhos e o casamento (31%) (ver Anexo, quadro 26).

Quanto mais velhos, mais frequentemente os jovens têm um ou mais filhos:

- de 4% dos jovens entre 15 e 17 anos para 41% dos jovens entre 21 e 24 anos;
- especialmente entre as jovens mulheres: de 7% das jovens entre 15 e 17 anos para 55% das jovens entre 21 e 24 anos;
- na sua maioria, os jovens têm um filho (14% dos entrevistados), mas há até 27% das entrevistadas jovens entre 21 e 24 anos com dois ou mais filhos.

É preciso, no entanto, identificar em que idade os jovens tiveram seus primeiros filhos, na tentativa de discutir o fenômeno da gravidez na adolescência, tema frequente na abordagem dos problemas sociais enfrentados pelos jovens, bem como na proposição e na construção de justificativas para políticas públicas dirigidas a este grupamento social.

Com que idade você teve seu primeiro filho natural?

Entre os jovens que têm filhos, 40% deles os tiveram até os 17 anos (ver Anexo, quadro 11), configurando-se como adolescentes segundo os parâmetros etários propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8069) e que orientam o marco legal dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Se levarmos em consideração os parâmetros etários utilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que orientam os gestores de políticas públicas de saúde no Brasil e que, usualmente, dirigem a discussão sobre gravidez na adolescência, teremos a delimitação etária da adolescência na faixa dos 10 aos 19 anos. Segundo esses critérios, entre os entrevistados nesta pesquisa, 70% dos jovens com filhos tiveram-nos na adolescência.

A maior parte dos jovens que têm filhos, no entanto, os têm entre os 17 e os 19 anos (47% dos jovens com filhos), sendo que 23% os têm antes dos 17 anos (11% antes dos 15 anos e 12% aos 16 anos) e 29% depois dos

19 anos. A idade média em que os jovens entrevistados experimentaram sua primeira gravidez foi aos 18 anos e 2 meses (ver Anexo, quadro 11).

Observamos relação entre a escolaridade e a idade em que os jovens têm seus primeiros filhos, de forma que, à medida que cresce a escolaridade, sobe a idade média em que os jovens tiveram seus primeiros filhos (idade média de 17,5 anos para os jovens com até a 4ª série do ensino fundamental; 17,9 anos para os jovens com escolaridade da 5ª à 8ª séries do ensino fundamental; 18,8 anos para os jovens com até o ensino médio e 19,1 para os jovens com ensino superior). Importante ressaltar, no entanto, que em todos os níveis de escolaridade foram encontrados jovens tendo filhos desde antes dos 15 anos até as demais idades estudadas; o que muda são as proporções em cada uma das idades. Encontramos, mais frequentemente entre os jovens com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, jovens que tiveram seus primeiros filhos com até 15 anos de idade. Bem como encontramos, mais frequentemente entre os que chegaram ao ensino superior, jovens que tiveram seus primeiros filhos com 19 anos ou mais.

A variação da idade média em que os jovens têm seus primeiros filhos é menor em relação à distribuição dos jovens segundo sua renda familiar mensal. No entanto, a distribuição dos jovens pela idade em que tiveram seus primeiros filhos concentrou-se mais nas faixas etárias posteriores quanto maior sua renda familiar, e esteve mais homogeneamente distribuída quando se tratava dos jovens com menor renda familiar mensal.

Mais comumente, jovens que têm até a 4ª série do ensino fundamental e renda familiar mensal de até dois salários-mínimos têm filhos (49% dos jovens que têm até a 4ª série do ensino fundamental e 30% dos que têm renda familiar mensal de até dois salários-mínimos têm filhos, enquanto são 9% dos que têm ensino superior e 7% dos que têm renda familiar de mais de dez salários-mínimos).

Quem cuida do/a seus(suas) filho/a(s) no dia a dia?

São as jovens mães que mais usualmente se tornam responsáveis pelo cuidado dos filhos no dia a dia. Entre as jovens mães entrevistadas, 72% referem cuidar sozinhas de seus filhos e 27% delas referem ter ajuda nos cuidados diários, sendo suas mães e sogras os apoios mais comuns (16% do total de jovens mães contam com a ajuda de suas mães e sogras) (ver Anexo, quadro 12).

Entre os jovens pais entrevistados, a referência ao cuidado diário dos filhos por parte das mães sem ajuda ocorre em 67% dos casos. É curioso, no entanto, que a percepção de cuidado diário dos filhos por parte dos jovens pais só é referida pelos próprios pais: 26% deles referem cuidar diariamente de seus filhos, dos quais 3% com a ajuda da mãe da criança, 17% com a ajuda de suas mães ou sogras, 6% com a ajuda de outras pessoas e 2% referem cuidar sozinhos dos filhos. Nenhuma das entrevistadas referiu cuidados diários de seus filhos por parte dos pais das crianças e somente 2% dos entrevistados referiram compartilhar os cuidados diários dos filhos entre eles e os pais ou mães das crianças (ver Anexo, quadro 12).

A maior variação no padrão de cuidados diários com os filhos ocorre entre os jovens que atingem o ensino superior. Entre as jovens, há referência de 53% delas ao cuidado diário de seus filhos de forma compartilhada (sendo distribuídos da seguinte forma: 6% contam com o apoio dos pais das crianças, 30% com a ajuda de suas mães e sogras e 17% com a ajuda de outras pessoas) e somente 19% referem cuidar dos filhos sozinhas. Entre os rapazes, o envolvimento no cuidado cotidiano dos filhos, apesar de também raro, é um pouco mais frequente, sendo que 11% dos jovens pais universitários compartilham o cuidado de seus filhos com as mães das crianças (4%), com suas mães ou sogras (4%) ou com outras pessoas (4%).

É interessante perceber que, pelo menos na perspectiva dos jovens, não ocorre a delegação do cuidado dos filhos a seus pais, situação pela qual mães e pais adolescentes são usualmente criticados por profissionais de saúde e pesquisadores.

Você planejou ter esse filho, ou a gravidez foi sem querer?

Tendo em vista as formas pelas quais a gravidez de adolescentes tem sido abordada socialmente, pela mídia, pela academia ou pela proposição de políticas públicas, sempre adjetivada como um evento indesejado, não-planejado, precoce, entre outros adjetivos, esta pesquisa buscou inquirir os jovens pais em relação ao planejamento do primeiro filho. Entre os jovens pais, que são, como vimos, 22% do total dos jovens entrevistados (sendo 13% dos rapazes e 31% das moças), identificamos que 40% deles referiram ter planejado a gravidez de seu primeiro filho, enquanto os outros 60% referiram ter vivenciado uma gravidez não-planejada, contrariando a

abordagem mais usual do tema da gravidez na adolescência (ver Anexo, quadro 12).

Há mais referências ao planejamento da gestação entre as moças (41%), entre os jovens na faixa etária de 21 a 24 anos (44%), entre os jovens com menor escolaridade (47% entre os jovens com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental) e entre os jovens nos limites extremos da renda familiar (44% dos jovens com renda familiar mensal de até um salário-mínimo e 45% entre os jovens com renda familiar de mais de dez salários-mínimos mensais). Tendo em vista que, do total dos jovens entrevistados nesta pesquisa, 10% deles referiram ter planejado seus primeiros filhos, parece importante considerar os sentidos de uma gravidez e da maternidade na experiência destes jovens, tendo em vista seus percursos de vida e os horizontes possíveis para a realização de seus projetos de vida, buscando compreender em que contextos a gravidez e a maternidade podem constituir-se em projetos de vida legítimos para os jovens.

É relevante considerar que a maioria das mulheres brasileiras tem filhos entre os 20 e os 24 anos, o que nos leva a pensar que a antecipação dos 20 para os 18 anos não é um enorme desvio. O “desvio” da gravidez de adolescentes pode ser mais bem compreendido se considerarmos que para as camadas médias – grupo social a partir do qual, geralmente, provêm os chamados “formadores de opinião”, como jornalistas, pesquisadores e especialistas – ter filhos aos 20 anos significa uma mudança radical no percurso esperado de desenvolvimento da vida juvenil e da transição para a vida adulta. Isso porque nestas camadas sociais espera-se dos jovens um percurso linear e etapista que inclui, inicialmente, a conclusão da sua escolarização com, no mínimo, o ensino superior, seguida da entrada no mercado de trabalho e, somente depois de concluídas as “etapas” anteriores, o estabelecimento de vínculos conjugais e a constituição de uma família.

Vale notar que não existem estudos comparáveis de planejamento do primeiro filho entre homens e mulheres adultos, dado que esta é uma abordagem específica da gravidez entre adolescentes (CALAZANS, 2000). Sabe-se, no entanto, que não é uma prerrogativa juvenil o não-planejamento de uma gravidez.

Referências bibliográficas

AFONSO, Lúcia (2001). *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte, Edições do Campo Social.

- AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luíza; KNAUTH, Daniela; BOZON, Michel; ALMEIDA, Maria da Conceição; ARAÚJO, Jenny; MENEZES, Greice (2003). Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2):S377-S388.
- ARILHA, Margareth e CALAZANS, Gabriela (1998). Sexualidade na adolescência: o que há de novo? *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD, v. 2, p. 687-708.
- ARILHA-SILVA, Margareth (1999). *Masculinidades e gênero: discursos sobre a responsabilidade na reprodução*. Dissertação de mestrado em psicologia social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.
- BARKER, Gary e LOEWENSTEIN, I. (1996). *Where the Boys Are: Promoting Greater Male Involvement in Sexuality Education. Conclusions from the Qualitative Research in Rio de Janeiro*, Brasil. Rio de Janeiro, CEDUS.
- BUTTONI, Dulcília (1991). Consciência e inconsciência na mídia. *Sexualidade na Adolescência: Educação e Mídia*. São Paulo, ECOS, Série Cadernos, 1, p. 98-104.
- CALAZANS, Gabriela (1999). Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). *Cultura, adolescência, saúde: Argentina, Brasil, México*. Campinas, Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO-Unicamp).
- (2000). *O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência: uma produção ideológica?* Dissertação de mestrado em psicologia social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.
- COELHO, Luciana (2004). *Mulheres são 60% dos jovens com AIDS. Folha de S.Paulo*, 14 jul., p. A9.
- COSTA, Jurandir Freire (1997). *Utopia sexual. Utopia amorosa*. Mimeo.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno (1994). Capricho das disciplinas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 19(2), p. 47-66.
- FONSECA, Jorge Luiz C. Lyra da (1997). *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. Dissertação de mestrado em psicologia social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.
- FONSECA, Jorge Luiz C. Lyra da (1998). Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra e DANTAS, Benedito (orgs.). *Homens e masculinidade: outras palavras*. São Paulo, ECOS/Editora 34, p. 185-214.
- LOPES, Jussara (1991). A imprensa dirigida ao público adolescente: funcionamento, abrangência e limites. *Sexualidade na adolescência: educação e mídia*. São Paulo, ECOS, Série Cadernos, 1, p. 78-83.

- MADEIRA, Felícia Reicher (1997). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Record/Rosa dos Tempos.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE e CEBRAP (2000). *Comportamento sexual da população brasileira e percepções do HIV/AIDS*. Brasília, Ministério da Saúde.
- PAIVA, Vera S. F. (1994). Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para prevenção do HIV/AIDS. In: *A AIDS no Brasil: história social da AIDS*. Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ/Relume Dumará.
- PAIVA, Vera S. F. (1996). Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ABIA/IMS-UERJ, p. 213-34.
- PAIVA, Vera; VENTURI, Gustavo; FRANÇA-JUNIOR, Ivan e LOPES, Fernanda (2003). *Uso de preservativos – Pesquisa Nacional* Ministério da Saúde/IBOPE. Mimeo.
- PROJETO JUVENTUDE (2004). Documento de conclusão do Projeto Juventude (versão inicial para discussão, complementação e ajustes). São Paulo, Instituto Cidadania.
- SANTOS, Laymert Garcia dos (1991). A mídia e as transformações na subjetividade. In: *Sexualidade na adolescência: educação e mídia*. São Paulo, ECOS, Série Cadernos, 1, p. 159-63.
- SIMONETTI, Cecília (1991). A linguagem viva das cartas adolescentes. In: *Sexualidade na adolescência: educação e mídia*. São Paulo, ECOS, Série Cadernos, 1, p. 151-58.
- VILLELA, Wilza e BARBOSA, Regina Maria (1996). Repensando as relações entre gênero e sexualidade... In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ABIA/IMS-UERJ, p. 187-99.

Juventude rural: projetos e valores

Maria José Carneiro

Antropóloga, doutora em antropologia social pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, bolsista do CNPq e professora do curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade da UFRRJ.

Questões de definição

O interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente, sendo bastante limitada a bibliografia disponível¹, o que não acontece no que se refere à população jovem dos grandes centros urbanos, que tem atraído a atenção de um número muito mais amplo de estudiosos sobre temas variados.

Geralmente as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão

¹ Sobre esse assunto, ver Silvestro *et alii*, 1998 e 2001; Carneiro, 1998a.

social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários e engrossando, assim, as estatísticas sobre a população economicamente ativa (PEA) no meio rural².

Vistas dessa maneira desde a ótica do trabalho, a “juventude rural” – categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea – permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social, dificultando, assim, a compreensão de sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado (DURSTON, 1994). Essa invisibilidade decorre, segundo esse autor, de um estereótipo baseado em uma visão urbana da noção de juventude sustentada na percepção da existência de um espaço cultural propriamente juvenil e do adiamento das responsabilidades e dos papéis dos adultos. Como no campo o jovem normalmente precisa trabalhar para sobreviver ao alcançar 15 anos e às vezes assume o papel de chefe de família, é casado, tem filhos e não estuda, “parece legítimo supor que sua juventude terminou antes de começar”, cabendo a pergunta “existe juventude rural na América Latina?” (DURSTON, 1998). Como consequência dessa visão estereotipada, continua o autor, a juventude rural não aparece como foco de atenção da maioria dos programas de combate à pobreza, ainda que muitos dos projetos de desenvolvimento rural (e dos movimentos sociais, eu acrescentaria) na América Latina contem com a participação efetiva e entusiasta de jovens. Além disso, os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” mostram que não são apenas os jovens rurais que estão envolvidos com o mundo do trabalho. A maioria dos jovens (da cidade e do campo) consultados pela pesquisa integra a PEA (70%) (ver Anexo, quadro 3), ou seja, está trabalhando (36%), já trabalhou e encontra-se desempregado (32%), ou nunca trabalhou, mas está procurando trabalho (8%). No entanto, é importante destacar que o número de jovens que estavam trabalhando na ocasião de realização da pesquisa (dezembro de 2003) é maior no campo (41%) que na cidade (35%); acompanhando essa situação, o número de desempregados na cidade é maior (34%) que no campo (25%).

² Para efeito dos cálculos das Pesquisas Nacionais de Amostra Domiciliar (PNAD), realizadas pelo IBGE a partir de 1992, integram a população economicamente ativa todas as pessoas com 10 anos e mais que trabalham uma hora ou mais na semana de referência, remuneradas ou não.

Afora o perfil em relação ao trabalho, essa pesquisa traz uma grande contribuição ao ampliar a lente de observação sobre a juventude, de maneira não só a incorporar aqueles que moram no campo, mas também a contemplar uma grande variedade de aspectos sobre sua visão de mundo e seu comportamento. Ainda que a amostra dos que “moram no campo” seja mais reduzida (19% do universo da pesquisa, o que significa um total de 669 jovens entrevistados distribuídos pelas cinco regiões do país) e variável, os dados permitem levantar algumas questões e interpretações parciais de extrema importância para um primeiro esforço de tirar a juventude rural da invisibilidade.

A dificuldade na delimitação do que se designa como “juventude rural” – categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – reside também nas imprecisões quanto ao que se entende por “rural”, questão que se acentua com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade. Um intenso debate tem ocupado o meio acadêmico em diferentes áreas disciplinares no esforço de construir parâmetros mais adequados à definição do “rural” na sociedade contemporânea. Apesar de o consenso não ter ainda se estabelecido, é possível falar de uma tendência à concordância quanto à necessidade de ampliar a definição do rural para além do setor agrícola. Este “rural” ampliado, que inclui um número cada vez mais diversificado de ocupações – o que lhe mereceu o rótulo de “novo rural”³ –, é resultado de processos recentes que têm transformado o mundo rural em um espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado. Contudo, devemos admitir que esse “novo” nem sempre significa uma melhoria na qualidade de vida do conjunto da população rural nem pode ser entendido como um fenômeno generalizado no país.

Porém, tem-se observado que a juventude rural sobressai como a faixa demográfica mais afetada por essa dinâmica que, de um modo geral, tem reduzido suas perspectivas de trabalho na agricultura ao mesmo tempo que tem ampliado suas referências de padrão de vida com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes do estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade.

³ Sobre esse assunto, ver SILVA, 1999.

Como um dos resultados desse debate está a ideia de uma certa arbitrariedade da classificação “rural” e “urbano”, sobretudo a sustentada nessa dualidade. Nessa direção, é importante chamar a atenção para o fato de que todo esforço de classificação resulta em sistemas arbitrariamente construídos e que não podem ser confundidos com a própria sociedade. Portanto, como produto da sociedade, essas categorias classificatórias são definidas em função dos interesses ou dos objetivos envolvidos no seu uso.

Situa-se aqui um dos limites da análise das informações resultantes da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”. Segundo os critérios do IBGE utilizados para a seleção dos municípios rurais que compuseram a base da amostra da pesquisa, o “rural” é definido pelas Câmaras Municipais, ou, melhor dizendo, é considerada área rural toda a área externa ao perímetro urbano, sendo este definido por lei municipal. O “rural” é, dessa maneira, delimitado pela negação do “urbano” – universo amplo e diversificado que “abrange áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas”⁴. De acordo com decreto-lei de 1938, ainda em vigor, toda sede de município ou de distrito é considerada cidade (categoria que se confunde com “urbano”), independentemente do número de seus habitantes, condições de infraestrutura ou serviços. Vários autores⁵ têm apontado para a fragilidade desta definição, que acaba por criar uma imagem distorcida das dimensões (extremamente reduzidas) do “Brasil rural”, que não chegaria a abrigar 10% da população brasileira, segundo o Censo demográfico de 2000. Além disso, é praticamente impossível encontrarmos distinções estruturais que sirvam de divisor de águas entre um grande número de municípios ou áreas classificados como “urbanos” e outros tidos como “rurais”. No entanto, é importante admitir que a heterogeneidade não reside apenas entre ou dentro desses dois grandes polos, mas também na maneira como se expressa a ruralidade nas diferentes regiões do país⁶ e na maneira como as próprias pessoas entendem o que seja “rural” ou “campo”⁷ (ver Anexo, quadro 6).

⁴ IBGE, *Estatísticas do século xx – Conceitos e definições*, <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 27/5/04.

⁵ Ver, por exemplo, os diversos artigos de José Eli da Veiga sobre o tema.

⁶ A pesquisa não diferencia os jovens rurais dos urbanos nos recortes regionais.

⁷ A pesquisa utilizou o critério de autodefinição dos entrevistados para identificar se o jovem mora no campo ou na cidade. Teria sido interessante explorar os critérios desta autoclassificação.

Isso nos remete diretamente aos problemas inerentes à noção de “juventude rural”, que, além de conter esses grandes fatores de diversidade, guarda também diferenças internas em uma mesma localidade segundo as condições econômicas, as identidades de gênero, o grau de escolaridade, entre outras variáveis. Nesses termos, podemos perguntar sobre o sentido de falarmos em um padrão de comportamento ou de valores de uma categoria com tamanha fragilidade de definição. De certo modo, essa heterogeneidade está presente nos dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” quando observamos a grande dispersão das respostas obtidas na maioria das questões espontâneas. Este alerta é importante para termos em mente a impossibilidade de traçar um perfil da “juventude rural” brasileira ou de construir um padrão, um tipo ideal, do “jovem rural”. Essas considerações nos levam a tomar certas precauções na análise das informações produzidas pela referida pesquisa. Nesse sentido, nosso procedimento será identificar algumas questões para reflexão e alguns valores mais recorrentes sobre assuntos previamente selecionados e estabelecer um diálogo com nossa experiência de pesquisa sobre o tema.

Educação e projeto de vida: a cidade como única alternativa?

Nos poucos estudos realizados que abordam o tema da juventude rural, uma das questões que têm recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais. Infelizmente essa questão não foi proposta pela pesquisa, mas é possível abordá-la, indiretamente, analisando respostas a ela relacionadas.

Por exemplo, é significativo que os três assuntos que mais interessam os jovens rurais atualmente – educação, emprego e cultura e lazer – não diferem dos apontados pelos jovens urbanos nem em termos da proporção em que foram citados (ver Anexo, quadro 21). Quando considerados em conjunto e por ordem de prioridade, os dois primeiros são igualmente relevantes para 38% dos jovens entrevistados do campo e da cidade, mas quando considerados isoladamente, a educação se destaca em primeiro lugar como o assunto que mais interessa a aproximadamente um quarto dos jovens rurais (22%) e a 17% dos jovens urbanos.

Detendo-nos no universo dos que “moram no campo”, esses dados confirmam conclusões de pesquisas qualitativas realizadas em algumas localidades rurais do país (cf. ABRAMOVAY *et alii*, 1998; CARNEIRO, 1998; SILVESTRO *et alii*, 2001; PEREIRA, 2004) sobre a importância atribuída pela população jovem (e por seus pais) à educação como meio de acesso a uma ocupação mais bem-remunerada e menos penosa que a agricultura. Em uma área de pequenos agricultores familiares em crise, na região serrana do Rio de Janeiro (CARNEIRO e MALUF, 2003), predomina o pessimismo na avaliação sobre o futuro da agricultura, que resulta no desejo dos pais de que seus filhos sigam outra profissão. O “estudo” é, então, visto como o principal caminho para abrir novas alternativas ao “trabalho pesado”, ao pequeno retorno monetário e às incertezas sobre o futuro da agricultura, o que leva esses agricultores a vislumbrarem a cidade como uma alternativa desejável para os filhos, onde “a vida é mais fácil” em comparação ao “péssimo negócio” que representa a atividade agrícola nessa região. Mesmo entre os que se consideram bem-sucedidos na atividade agrícola, são poucos os que desejam que os filhos deem continuidade à lavoura familiar, pesando nessa avaliação o pessimismo quanto ao futuro das condições de produção do pequeno produtor.

Na pesquisa realizada entre jovens da mesma região, 70% dos rapazes e 75% das moças demonstraram vontade de não ser agricultores⁸. Dos rapazes, 50% já exerciam ocupações não-agrícolas e, entre os que trabalhavam na lavoura, a metade não queria continuar nessa atividade, razão pela qual estavam prosseguindo nos estudos. Entre os alunos inscritos no segundo grau da escola estadual da mesma localidade rural, 93% dos rapazes e 83% das moças pretendiam continuar os estudos na cidade após concluírem o segundo grau⁹, numa realidade contrastante com a de seus pais que, via de regra, não ultrapassaram a 4ª série primária.

⁸ Em pesquisa realizada no oeste catarinense o resultado alcançado foi diferente, o que vem confirmar a heterogeneidade das realidades vivenciadas pelos jovens rurais brasileiros. Nessa pesquisa, entre 116 unidades representativas da agricultura familiar, mais de dois terços dos rapazes expressaram a vontade de permanecer na agricultura, enquanto apenas uma minoria (32%) das moças expressou o mesmo sentimento. No entanto, são os filhos das famílias de maior renda que encaram a permanência na agricultura como promissora (SILVESTRO *et alii*, 2001).

⁹ É importante registrar que se trata de uma área sob forte influência dos valores urbanos devido à grande afluência de turistas, sobretudo jovens, e à facilidade de comunicação com a sede do município.

O aumento da escolaridade dos jovens de hoje em relação a seus pais também foi constatado na pesquisa: a grande maioria dos pais (em torno de 60%) não estudou ou cursou apenas até a 4ª série, enquanto apenas 1% dos jovens atuais não estudou e 61% frequentaram até o ensino fundamental, sendo que apenas 16% não completaram o primário ou cursaram até a 4ª série¹⁰. O grande gargalo parece se localizar na idade em que o jovem começa a ser definido socialmente como “trabalhador” em potencial, esperando-se, então, que ele contribua para aumentar a renda da família (78% dos jovens rurais que trabalham declararam contribuir para o sustento familiar). Entende-se assim por que, entre os 60% que frequentaram o ensino fundamental, a metade o tenha abandonado entre a 5ª e a 7ª série e apenas 14% tenham concluído essa formação. Dos que cursaram o ensino médio (38% do total), aproximadamente a metade chegou ao final.

A existência de uma escola que ofereça o curso médio noturno nas proximidades do local de moradia do jovem é uma condição importante para que ele dê continuidade a sua formação escolar, como demonstrou a pesquisa realizada em localidades rurais dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. A condição socioeconômica da família também é uma variável importante, sendo raros os filhos de agricultores que atingem esse grau de escolaridade. Na localidade estudada no estado do Rio de Janeiro, dos 86% dos jovens que estudavam e trabalhavam, apenas 8% estavam no setor agrícola (CARNEIRO, 1998a). Esses números vêm corroborar uma das conclusões da pesquisa realizada no oeste catarinense de que só permanece na agricultura os que têm formação escolar mais precária (SILVESTRO *et alii*, 2001).

É possível dizer, portanto, que a associação entre estudo e emprego é também generalizada no meio rural, sendo o estudo encarado como a condição para, no falar de um jovem, “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor. Essas informações permitem algumas inferências importantes.

¹⁰ O aumento do tempo de frequência escolar no campo nas gerações mais jovens é uma realidade constatada em diversas pesquisas, como por exemplo o Censo realizado pela Epagri/Icepa (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) entre jovens residentes em propriedades rurais de dez municípios de Santa Catarina. A proporção dos que possuíam, em 1999, apenas a 4ª série caiu de 60% (na faixa etária de 25 a 29 anos) para 19% entre os que tinham entre 13 e 18 anos.

A primeira é que a valorização do estudo como condição para o jovem do campo conseguir um emprego está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola. Apontam para isso os dados sobre as condições de trabalho do jovem rural da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”. Da totalidade dos jovens rurais entrevistados que trabalham ou já trabalharam (66%), mais da metade (37%) está vinculada ao mercado de trabalho na cidade, o que indica a ausência de alternativa de emprego no meio rural, realidade confirmada pela porcentagem de jovens residentes na cidade, mas que passaram a maior parte da infância no campo – 10% (ver Anexo, quadro 6).

Por outro lado, a grande incidência de jovens que moram no campo e trabalham na cidade pode ser interpretada também como decorrência de uma nova realidade na qual o jovem procura combinar a residência na localidade de origem com o trabalho na cidade. Permanecer no campo implica contar com o apoio da família na diminuição dos custos de sua reprodução, comparados aos custos dos que optam por migrar definitivamente para a cidade.

A segunda conclusão é sobre as condições precárias dos contratos de trabalho do jovem rural. Menos de um terço dos jovens residentes no campo e que trabalham na cidade tem sua situação regularizada com carteira assinada (30%). Os demais integram o mercado de trabalho informal, seja como assalariados sem registro, seja por conta própria, como “bico”. A mesma precariedade se expressa na baixa remuneração. Em uma das amostras parciais realizadas entre jovens rurais que trabalham ou já trabalharam (131 entrevistados), 42% ganham menos de meio salário-mínimo (até 120 reais) e 27% recebem de meio a um salário-mínimo, o que indica que o investimento na educação, apesar de ser um valor compartilhado pela maioria dos jovens, ainda não tem sido suficiente para realizar o objetivo normalmente a ele associado: conseguir uma melhor inserção no mercado de trabalho alternativo à agricultura.

No entanto, esse valor, ainda que não realizado integralmente na prática, continua mobilizando a juventude rural, sendo responsável por uma avaliação positiva da escola. A grande maioria dos jovens rurais (95%) de uma amostragem parcial estimulada (total de 205 entrevistados) considera a escola importante para seu futuro profissional ou para conseguir um emprego hoje (80%). É interessante observar que essas porcentagens coincidem ou se aproximam bastante das porcentagens dos jovens residentes na cidade, o

que pode ser interpretado como mais um indicativo das semelhanças entre certos valores que compõem o universo cultural dos jovens do campo e da cidade, reforçando o argumento desenvolvido acima sobre a dificuldade de estabelecermos fronteiras nítidas entre esses universos. Já foi observado que a quebra do relativo isolamento social, propiciado pela migração pendular para a cidade, e o contato mais frequente com os valores da sociedade urbano-industrial estimulam a formulação de projetos individuais voltados para o objetivo de “melhorar de vida” associado ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior. Novos valores são adquiridos, mudando substancialmente certas práticas sociais estabelecidas por gerações anteriores, fazendo que os jovens incluam em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicas da juventude de classe média urbana (CARNEIRO, 1998a). Na mesma direção vão as respostas da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, referentes ao significado atribuído ao trabalho. Após a opção “necessidade”, que foi selecionada por 44% dos jovens rurais, os valores “independência”, “crescimento” e “autorrealização” são os mais recorrentes na associação à palavra “trabalho” tanto para os moradores do campo quanto para os da cidade. É significativo também que o trabalho não esteja associado à exploração nem pelos residentes na cidade (1% das respostas) nem pelos jovens rurais (2% das respostas), apesar da precariedade da remuneração de ambos, mas especialmente desses últimos.

A escola preenche, idealmente, uma condição para a realização dos projetos individuais, o que, na maioria das vezes, implica a saída da localidade, trazendo consequências negativas para o processo sucessório nas famílias de agricultores, principalmente daqueles cuja reprodução social não é satisfatoriamente garantida pela atividade agrícola.

Mas a escola não tem importância apenas como um meio facilitador do acesso ao mercado de trabalho, ela se destaca igualmente como importante espaço de sociabilidade (“onde se faz amigos”) e como provedora de ensinamentos para o dia a dia. Nesse sentido, a escola é uma instituição que compete com os pais na socialização dos filhos, podendo introduzir tensões (positivas ou negativas) no universo das relações familiares, alimentando conflitos intergeracionais. Quando, por exemplo, o filho do agricultor vai estudar na cidade, adquirindo novos valores, mas mantém os vínculos com a cultura local por

intermédio da relação familiar, a supremacia dos interesses familiares sobre os individuais pode ser questionada. O conflito entre o individual e o coletivo (familiar) pode ser resolvido por meio de negociações que acionam valores tanto do universo simbólico “tradicional” – mantido e atualizado pela família – quanto da “modernidade”, adquiridos na sociabilidade urbana. Essa situação contribui para reforçar a ambiguidade vivenciada pelos jovens do campo expressa pelo desejo de continuar os estudos para adquirir uma formação profissional e de permanecer vinculados à família e ao meio rural. Sabe-se que a realização dos projetos individuais depende de várias condições, entre elas a composição do grupo familiar e o capital material e cultural disponível para o jovem. O número de irmãos e sua distribuição por gênero poderão facilitar ou dificultar o projeto de ida para a cidade de um filho de agricultor. No caso de famílias agrícolas, a existência de um número maior de filhos homens poderá ampliar as possibilidades de realização de projetos individuais.

A terceira conclusão que podemos extrair dos dados relativos ao mercado de trabalho vem confirmar o que já foi observado em uma série de estudos sobre agricultura familiar: sua importância como empregadora de mão-de-obra. Ainda que, tradicionalmente, a forma de organização familiar do trabalho na agricultura suponha a não-individualização da renda resultante do trabalho coletivo na lavoura, tem-se observado a tendência a alguma forma de remuneração do filho do agricultor, seja como mecanismo de mantê-lo por mais tempo engajado no trabalho familiar, seja como resultado da própria pressão exercida pelos jovens, cada vez mais referenciados às formas individualizadas (assalariadas ou não) de remuneração. Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, dos 24% que trabalham no campo, 14% estão inseridos em estabelecimentos de agricultura familiar, enquanto apenas 8% são assalariados, mas sem registro formal, e 2% são ajudantes familiares sem remuneração.

Apesar das dificuldades atuais enfrentadas pelos jovens rurais para se estabelecerem no mercado de trabalho e da precariedade das condições a que são submetidos, a avaliação que fazem do futuro próximo é, paradoxalmente, otimista. A quase totalidade deles vislumbra um futuro melhor para suas vidas pessoais com base em dois principais fatores: a possibilidade de virem a trabalhar (ou de terem uma profissão) e o término da formação escolar (um associado ao outro).

A precariedade do vínculo de trabalho dos jovens rurais associada ao ideal de um futuro melhor pode indicar que a relação atual de trabalho é considerada provisória, daí se submeterem com maior “naturalidade” às baixas remunerações e à ausência de um contrato formal enquanto ainda não consideram concluída a fase de formação profissional e chegado o momento de entrada no mundo adulto¹¹. Observou-se em outras pesquisas qualitativas que essas condições são próprias da fase inicial de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, quando o rapaz começa a sentir a necessidade de uma renda própria para cobrir suas despesas individuais (com roupas, festas e aquisição de bens de consumo que atribuem *status*) ou para ajudar a família. Isso ocorre normalmente entre os jovens de 15 a 18 anos, quando estão terminando o ensino fundamental ou cursando o ensino médio e, em geral, antecede o momento de partida para a cidade, onde esperam, idealmente, adquirir uma especialização profissional, ou seja, um contrato de trabalho formal (CARNEIRO, 1998a). Raramente a profissionalização está associada a cursos de capacitação (90% dos jovens rurais não passaram por nenhum curso de capacitação). Ela é feita por meio de um aprendizado direto na prática.

Mas, apesar do otimismo dos jovens e do aumento do grau de escolaridade em relação à geração de seus pais, a ida para a cidade nem sempre possibilita a realização de seus ideais. Considerando que o jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social (o apoio familiar, sobretudo) dos jovens da cidade, a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável, o que se expressa nas remunerações inferiores em relação aos jovens urbanos. Essa situação tem levado, em alguns casos, à relativização da migração para a cidade como única alternativa. Observaram-se em áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura (qualidade das estradas e dos meios de transporte que facilitem a comunicação com a cidade, saneamento básico, telefonia etc.) indícios de mudança nos valores dos jovens no que se refere à relação campo-cidade. Influenciados pela própria valorização urbana do campo como “lugar saudável”, “tranquilo”, “sem violência”, os jovens começam a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não a

¹¹ Assim como os critérios que delimitam a juventude são culturalmente definidos, os fatores que indicam a entrada no mundo adulto são extremamente variáveis.

agrícola. Contribuem para essa decisão o aumento da violência nas cidades e a ampliação do mercado de trabalho não-agrícola no campo.

É significativo que a violência e o desemprego despontem como os principais problemas do país tanto para os jovens rurais como para os urbanos. No entanto, em relação ao bairro de moradia, a violência não é tão percebida na área rural, tendo sido citada apenas por 9% dos jovens rurais. Já a falta de infraestrutura (saneamento básico, água, pavimentação etc.) é o problema que mais preocupa nesta área, apontado por 28% dos jovens rurais. Todavia, essa carência é ainda mais sentida entre os jovens que moram atualmente na cidade, mas passaram a maior parte da vida no campo (35%), o que pode ser indicativo de um processo de favelização decorrente do êxodo rural. Esses dados confirmam o que foi dito acima sobre a ambiguidade nos valores dos jovens rurais. Razões afetivas, como o apego à família e à localidade de origem, são citadas como justificativas para o desejo de permanecer no meio rural, enquanto “a falta de recursos” (educação e comércio), o lazer e as opções de trabalho qualificado são apontados como carências que mobilizam a ida para a cidade¹².

Mas, como já foi alertada, a diversidade de situações vivenciadas pelos jovens rurais é grande. Se em determinados contextos a renda familiar mais elevada pode gerar condições ou até mesmo estimular a continuidade dos estudos dos rapazes fora da localidade de origem, em outros contextos, onde a agricultura familiar é promissora, os rapazes podem se sentir mais motivados a permanecer na agricultura, investindo na modernização tecnológica, possibilitando assim um aumento da produtividade e do rendimento agrícola. Nesses casos, a porcentagem dos rapazes que consideram ter melhores oportunidades no meio agrícola aumenta quanto melhores forem as condições materiais das famílias (SILVESTRO, 2001). Já entre os colonos prósperos de origem italiana de Nova Pádua, no Rio Grande do Sul, apenas 17% dos filhos de agricultores entrevistados queriam se dedicar à atividade agrícola, mas o universo dos que desejam permanecer na localidade de origem atinge aproximadamente a metade dos rapazes e das moças. Um outro fator importante a ser considerado para entendermos a opção pela agricultura é a posição do

¹² Esses valores foram observados tanto entre os jovens entrevistados em uma localidade rural do Rio de Janeiro como entre os de uma colônia italiana do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 1998b).

jovem no processo sucessório dentro da família e suas condições de se manter como agricultor. Dependendo dos costumes locais que regulam a escolha do sucessor do chefe da unidade de produção agrícola, um filho pode ser levado a permanecer na agricultura enquanto outros são estimulados a se engajar em outra atividade. Para alguns desses jovens, a situação de agricultor pode ser considerada uma fase transitória que lhes permite acumular algum recurso para montar um negócio próprio fora da atividade agrícola. Para outros, a agricultura passa a ser a única saída justamente devido à ausência de recursos (materiais e simbólicos) para investirem em outra atividade ou migrarem para a cidade. A proximidade com a cidade e as alternativas apresentadas pelos mercados de trabalho urbano e não-agrícola no campo são alguns dos fatores que irão interferir nas opções a serem tomadas. Como vemos, as variáveis são múltiplas, o que torna impossível traçar um padrão de estratégia individual ou familiar levando em conta somente as condições de renda e de produção da família.

Apesar do universo da pesquisa nacional sobre os jovens rurais não permitir o cruzamento das questões com a variável gênero, de maneira a produzir resultados estatisticamente válidos, pesquisas realizadas em universos menores em algumas regiões do país têm revelado diferenças relevantes entre o comportamento das moças e o dos rapazes. Em geral, as moças são mais motivadas a migrar para a cidade. Isso decorre não apenas da ausência de uma posição socialmente reconhecida e valorizada da mulher dentro do estabelecimento familiar agrícola, como também do melhor nível educacional delas em relação aos rapazes. Tradicionalmente, os papéis sociais da mulher na sociedade rural são extremamente reduzidos, limitando-se quase exclusivamente aos de mãe e esposa. Mas atualmente, por não serem consideradas socialmente candidatas à sucessão do pai na agricultura, acabam em situação mais vantajosa em relação aos rapazes, sendo mais estimuladas a prosseguir os estudos e até mesmo a completar o terceiro grau. A despesa com a manutenção dessas jovens na cidade é entendida como uma compensação por sua exclusão da partilha da terra, nos casos em que só os homens são considerados herdeiros da propriedade. Nesse sentido, paradoxalmente, o sistema patriarcal acaba por ampliar as opções da mulher rural para além das fronteiras do universo doméstico, possibilitando a formulação e a realização de projetos profissionais de mais longo prazo.

Por força da mudança dos valores quanto às identidades de gênero, a continuidade do estudo ou a dedicação a alguma atividade não-agrícola no campo, são altamente valorizadas pelas filhas de agricultores como uma possibilidade de romper com o modelo de vida de suas mães, visto como extremamente árduo e sem reconhecimento social. É importante considerar também que a possibilidade de oferta de espaços de inserção econômica e social para as moças fora do papel de esposa de agricultor acaba sendo uma condição fundamental para a sua permanência no campo e, por conseguinte, para a reprodução social dos agricultores familiares. A ameaça do celibato masculino entre jovens agricultores tem sido uma realidade observada em várias situações em que não são apresentadas essas alternativas às mulheres (cf. SILVESTRO *et alii*, 2001; CARNEIRO, 1998b).

Família, escola, trabalho e lazer: a sociedade “ideal”

Como vimos, a escola foi apontada como importante não apenas para o futuro profissional, mas também como fonte de aprendizado de vida para a maioria dos jovens do campo e da cidade. Mas quando perguntados sobre o que os tem ajudado mais no crescimento pessoal e em seu amadurecimento, 78% dos jovens do campo citaram a família como mais importante no papel de orientadora e como fonte de apoio pessoal, enquanto apenas 7% destacaram a escola no desempenho dessa função. O apoio da família para a vida atual também é reconhecido pela metade dos jovens rurais. No entanto são poucos (14%) os que destacaram o peso dessa instituição na melhoria das condições de vida do jovem, o que revela que o apoio afetivo, a segurança emocional e a socialização encontrados na família são mais importantes que o apoio material por ela disponibilizado para a realização de projetos futuros. A tendência é que o jovem conte mesmo com seu esforço pessoal para melhorar de vida. Essa situação pode ser entendida como decorrência de dois fatores: do contexto de carência material da maioria das famílias dos jovens entrevistados – 36% das famílias têm renda inferior a um salário mínimo e 27% de um a dois salários-mínimos – e do processo de individualização da sociedade, o que anteriormente só era reconhecido como um valor urbano. Aliás, é sugestivo registrar que não foram encontradas diferenças significativas nas respostas dos jovens urbanos a essa questão, nem às demais, no que se refere aos valores atribuídos à família.

A ausência de políticas públicas com efeitos sobre a juventude rural é verificada no pequeno número de jovens (13%) que atribuem importância às políticas do governo na mudança de suas condições de vida.

Não é novidade que a vida social dos jovens rurais é, via de regra, reduzida a encontros de amigos e familiares e ao jogo de futebol nos finais de semana, podendo variar segundo a proximidade dos centros urbanos que ofereçam a possibilidade de ampliar a rede de sociabilidade e as alternativas de lazer. Mas, normalmente, as opções de lazer no campo são bastante limitadas, o que tem sido alvo de críticas e de insatisfação por parte dos jovens. A ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração (CARNEIRO, 1998a). Essa carência de lazer (possibilidade de viajar, de ir a festas, passear etc.) é observada em uma das amostras da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” quando o lazer é apontado como um desejo idealizado por grande parte dos jovens rurais (e urbanos), no caso de não estarem sob limites de dinheiro, de tempo ou de repressão familiar. É significativo e estimula reflexões o fato de que a demanda por atividades culturais (cinema, teatro, *shows* etc.) apareça em segundo lugar como atividade ideal para ocupar o tempo livre, igualmente para jovens rurais e urbanos (24% dos jovens de ambas as categorias). Mas a realidade é outra. A maioria dos jovens rurais (e urbanos) ocupa seus finais de semana assistindo à TV, ajudando em tarefas domésticas ou encontrando amigos. A leitura de livros não é citada como opção nem pelos jovens rurais, nem pelos urbanos. Já o futebol (jogar e assistir), que aparece como atividade que ocupa 48% dos jovens rurais nos finais de semana, não recebe relevância (citado apenas por 2%) desses mesmos jovens quando se pensa em termos ideais, ou seja, do que gostariam de fazer em seu tempo livre.

Cidadania e participação na sociedade civil

O modelo de sociedade “ideal” dessa faixa da população no campo não se limita à disponibilidade de lazer. A pesquisa revela um perfil de juventude (rural e urbana) que rompe com certas imagens naturalizadas pela sociedade, como o caráter individualista e egoísta que normalmente lhe é atribuído. Ao contrário, percebe-se que a preocupação com problemas coletivos, que

afetam o conjunto da sociedade, toma um peso maior que as realizações meramente pessoais na elaboração da imagem de uma sociedade ideal.

A violência e o desemprego se destacam como os principais problemas do país e são os assuntos que mais preocupam o jovem hoje (ver Anexo, quadro 28). Nessa direção, acabar com a violência, a miséria, a fome e o desemprego sobressai como atitude necessária para mudar a vida pessoal e o mundo. Mas é importante destacar que o desemprego aparece como problema para um maior número de jovens da cidade (32%) do que para os do campo (25%). Essas informações, apesar de muito limitadas para permitir tirarmos conclusões gerais, podem ser interpretadas na mesma direção do que apontamos anteriormente, ou seja, de que no campo a agricultura (familiar) exerce dupla função social que não pode ser desprezada se pensarmos em termos de formulação de políticas públicas ou de projetos de desenvolvimento rural. A agricultura familiar, não obstante a crise que a afeta em várias regiões do país, tem se destacado como a principal fonte de emprego no campo (principalmente dos filhos dos agricultores) e como responsável por garantir o mínimo necessário à sobrevivência das famílias com a produção de alimentos para o autoconsumo (cf. CARNEIRO e MALUF, 2003).

A novidade apontada pela pesquisa no que diz respeito às questões relativas à cidadania é observada na questão sobre os valores mais importantes quando se pensa em uma sociedade ideal. A ênfase recebida ao respeito ao meio ambiente pelos jovens rurais, igualando-se ao valor “temor a Deus” (17% e 18%, respectivamente), sugere uma consciência ecológica mais expressiva entre os jovens do campo do que entre os moradores da cidade. A “igualdade de oportunidades” e a “solidariedade” são igualmente citadas como o terceiro valor mais importante nessa mesma questão, o que nos chama a atenção para a existência de valores relacionados à noção de cidadania entre esses jovens. Talvez essa tenha sido uma revelação das mais importantes da pesquisa, mostrando um universo de valores que contrasta tanto com o estereótipo do jovem como “individualista” e “descomprometido com os problemas sociais” (e nacionais) como com a imagem geralmente associada aos habitantes do campo como “atrasados”, “ignorantes” e “voltados para seus interesses próprios”: 60% dos jovens rurais declararam ler ou assistir (sempre ou de vez em quando) noticiários sobre política. Apesar da dificuldade de generalizarmos os dados dessa pesquisa,

ela aponta para uma nova imagem da juventude rural, sugerindo um novo campo de estudo e pesquisas a ser explorado.

Mas, por outro lado, a pesquisa revela que isso que podemos chamar genericamente de “consciência cidadã” não é acompanhada de uma participação efetiva dos jovens em espaços de atuação comunitária: 81% dos jovens rurais (e 87% dos que moram na cidade!) nunca participaram de associações ou grupos comunitários voltados para resolver problemas do bairro ou da cidade. Proporções semelhantes foram encontradas nas pesquisas referentes à participação em reuniões de movimentos ou causas sociais e, ainda maior, em reuniões de partidos políticos. Esse dado chama a atenção para dois aspectos que merecem ser observados em detalhe em pesquisas futuras: a ausência de organização da sociedade civil específica para o público jovem, tanto no campo como na cidade, e a grande distância entre a identificação dos problemas (em dimensões locais ou nacionais) por parte da população jovem e o reconhecimento de seu papel como ator social na transformação da sociedade.

Essa realidade é apreendida de maneira tão homogênea para o conjunto dos jovens do país que nos leva a confirmar e ampliar a observação feita no início desse artigo sobre a invisibilidade da juventude rural. Pelo que indicam os dados, a invisibilidade relacionada à exclusão da sociedade civil não diz respeito apenas aos jovens rurais, mas à juventude brasileira.

Considerações finais

Não obstante a dificuldade de obter conclusões genéricas em uma pesquisa de grandes dimensões – a juventude rural no Brasil –, é possível levantar algumas questões que poderão orientar estudos futuros.

Primeiramente, para além da reconhecida heterogeneidade das maneiras de viver e dos valores da juventude em diferentes contextos, sejam eles rurais ou urbanos, a pesquisa “Perfil da juventude brasileira” revela uma incrível semelhança em algumas das expressões entre os jovens do campo e da cidade. Buscar entender essas semelhanças assim como o que os diferencia exige, primeiramente, um procedimento metodológico que supere a visão polarizada entre o “campo” e a “cidade”. Poderíamos sugerir, por exemplo, que o “rural” e o “urbano” se expressam em universos culturais distintos que podem se

manifestar nos mesmos espaços geográficos. Por exemplo, a pouca distinção entre alguns valores dos jovens da cidade e do campo pode ser expressão da diluição das fronteiras culturais entre o socialmente reconhecido como rural e urbano, tornando cada vez mais imprecisas as fronteiras concernentes às idealizações e projetos dos jovens. Nesse sentido, diríamos que a juventude, “rural” e “urbana”, estaria sendo afetada pela mesma ordem de problemas próprios de uma sociedade ao mesmo tempo globalizada e subdesenvolvida. No entanto, entender a maneira como os jovens reagem e se adaptam a essa realidade exige levar em conta o que os diferencia segundo os variados contextos sociais, econômicos e culturais.

Entende-se que, sob a hegemonia dos universos culturais urbanos, os “jovens rurais” estariam vivendo uma ambiguidade de valores que se traduz em manter uma identidade afetiva ao modo de vida local (identificado à família), ao mesmo tempo que veem sua autoimagem refletida no espelho da cultura “urbana”, “moderna”, que lhes aparece como referência para a elaboração de um projeto para o futuro. Alcançar uma profissionalização e retornar ao município de origem é um ideal compartilhado por muitos jovens que, atualmente, não vislumbram um rompimento definitivo com a localidade de origem, mas a possibilidade de combinar os dois mundos: a realização de um projeto próprio e a segurança (afetiva) oferecida pelos laços familiares.

No que se refere à “juventude rural”, a necessidade de ampliar seus espaços de inclusão social, em relação tanto ao mercado de trabalho como as opções de educação e lazer, é condição para a permanência dessa juventude em seus universos sociais de origem. A identificação imediata do campo ao agrícola tem sido intensamente questionada pela bibliografia especializada. A ampliação das opções de trabalho não-agrícola no campo é um fenômeno generalizado, surtindo efeitos positivos especialmente sobre a juventude. A valorização dessas ocupações por meio de cursos de capacitação é uma necessidade diretamente associada à ruptura com a precariedade das relações de trabalho e da remuneração.

Por outro lado, respeitando a diversidade, é importante reforçar as condições de reprodução da agricultura familiar de maneira que ela possa cumprir com eficiência a função de empregadora de mão de obra e de produtora de alimentos para a sociedade e para o autoconsumo. Nesse sentido, a saída do jovem para a cidade ou seu engajamento em atividade não-agrícola poderá

ser resultado não de uma fatalidade, mas de uma opção dada às necessidades familiares e às alternativas de emprego existentes. A combinação da atividade agrícola com a não-agrícola deve ser encarada também como uma saída tanto para aumentar o rendimento familiar (e individual) como para criar espaços valorizados de inserção econômica e social da mulher.

A dimensão de gênero, sem dúvida, tem de ser levada em conta ao falarmos especialmente de “juventude rural”. A ela estão relacionadas questões relativas à herança, à hierarquia entre os gêneros no interior do grupo familiar e às condições sociais de reprodução social da agricultura familiar, em especial quanto ao casamento ou, visto de outro lado, à ameaça do celibato masculino no campo.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *et alii* (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília, Edições Unesco.
- CARNEIRO, M. J. (1998a). O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. Teixeira da; SANTOS R. e COSTA, L. F. C. *Mundo rural e política. Ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____ (1998b). *Agricultores, camponeses e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- CARNEIRO, M. J. e MALUF, S. R. (orgs.) (2003). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro, Mauad.
- DURSTON, J. (1994). Juventude rural, modernidade e democracia: desafio para os noventa. *Juventude e desenvolvimento rural no Cone Sul Latino-Americano*. Série Documentos Temáticos. Brasil, RS, jun.
- _____ (1998). *Juventud rural en Brasil y México. Reduciendo la invisibilidad*. Cepal, LC/R 1819, mai.
- PEREIRA, J. L. G. (2004). *Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade*. Tese de doutorado, CPDA/UFRRJ.
- SILVA, José Graziano da (1999). *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp – IE, (Coleção Pesquisas, 1).
- SILVESTRO, M. *et alii* (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis/Brasília, Epagri/Nead, MDA.
- VEIGA, José Eli da (2002). *Cidades imaginárias*. São Paulo, Ed. Autores Associados.

Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença?

Regina Novaes

Antropóloga, mestre pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutora pela USP. É professora do programa de pós-graduação em sociologia e antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao lado de outros recortes – de classe, de gênero, de raça ou cor, de local de moradia, de opção sexual, de estilo ou gosto musical –, a religião pode ser vista como um dos aspectos que compõem o mosaico da grande diversidade da juventude brasileira.

No início do ano de 2004, quando foram divulgados os primeiros resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, que ouviu 3.501 jovens de 15 a 24 anos, contemplando as diversidades geográficas e diferenças de renda, alguns dados sobre religião chamaram logo a atenção.

Nessa pesquisa declarou-se ateu apenas 1% dos entrevistados (ver Anexo, quadro 7). A religião ocupou um lugar surpreendente entre os assuntos que os jovens gostariam de discutir não só com os pais, mas também com os

amigos e com a sociedade (ver Anexo, quadros 23, 24 e 25). Além disso, na parcela de 15% de entrevistados que – por meio de respostas espontâneas e múltiplas – declararam participar de grupos de jovens, no topo do *ranking* estavam “os grupos da Igreja” (ver Anexo, quadro 56). Também nas respostas estimuladas sobre participação em associações e entidades, mais uma vez o “grupo religioso” se destacou (ver Anexo, quadro 58). Chamou a atenção, ainda, entre as coisas que eles mais gostam de fazer no fim de semana, o destaque para a alternativa “ir à missa/igreja e culto” (ver Anexo, quadro 83). Por fim, como compreender que entre os valores mais importantes para uma sociedade ideal um número significativo de jovens (em resposta única) destacasse o “temor a Deus”? (Ver Anexo, quadro 34.)

Juventude conservadora? Respostas a esta pergunta renderam boas manchetes em vários meios de comunicação que divulgaram a pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania, em parceria com a Fundação Perseu Abramo. Entretanto, o veredicto final não é simples. A busca de compreensão das experiências dos jovens de hoje desafia velhas classificações.

Toda a experiência geracional é inédita. Aprender sua singularidade demanda a explicitação dos termos de comparação: conservadora ou progressista, individualista ou solidária, alienada ou crítica em relação a que ou a quem? A rigor, o tema “juventude” é fértil para questionar modelos pré-construídos e paradigmas naturalizados.

No que diz respeito particularmente à fé e às crenças, é preciso desnaturalizar pares de oposição consagrados que polarizam religião e participação política e/ou ciência e religião. O que significa aproximar ausência de religião – ateísmo ou agnosticismo – ao progresso da política e da ciência. No entanto, notícias do Brasil e do mundo revelam o quanto se faz política em nome da religião (e vice-versa) e o quanto técnicas de comunicação e os avanços da tecnologia de ponta são incorporados na chamada globalização do campo religioso (sobre o assunto, ver PACE, 1997).

Os jovens brasileiros, nascidos do final da década de 1970 para cá, encontraram o mundo mudado. Eles fazem parte de uma geração pós-industrial, pós-Guerra Fria e pós-descoberta da ecologia. Vivem as tensões e os mistérios do emprego, da violência urbana e do avanço tecnológico. Em um contexto de intensificação da difusão de informações, a cultura midiática também oferece espiritualidades. Para os jovens de hoje, multiplicam-se

igrejas e grupos de várias tradições religiosas. Para eles também existem possibilidades de combinar elementos de diferentes espiritualidades em uma síntese “pessoal e intransferível”. Em síntese: nos dias atuais, surgem constantemente novas possibilidades sincréticas que, ao mesmo tempo, (re) produzem identidades institucionais e até novos fundamentalismos.

Para ter acesso à Bíblia, por exemplo, os jovens brasileiros não precisam desconsiderar a autoridade dos padres ou outros mediadores religiosos tradicionais, nem precisam a eles se submeter. A Bíblia pode ser comprada em qualquer esquina, seus versículos são cantados nas letras de *rap* e aparecem escritos em *outdoors* no centro das cidades, nos muros das favelas e periferias. Eles podem assistir pela TV a programas espíritas, às invenções rituais da Igreja Universal e de outras tantas denominações evangélicas. Na televisão, nas lojas de produtos esotéricos, nas feiras, no rádio já encontraram ofertas de “orientalização” das crenças ocidentais convivendo com uma difusa negação do dualismo cristão. Ou seja, se quiserem negar a existência de Deus ou mudar de religião, os jovens de hoje já encontram questionada a histórica equação: “brasileiro” = “católico”.

É nesse cenário que se coloca o desafio de compreender o “quanto”, “como” e “quando” o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens desta geração. Trata-se de encontrar instrumentos de análise e caminhos de reflexão para compreender melhor os efeitos de escolhas, pertencimentos e identidades religiosas em diferentes áreas da vida social. Com esta perspectiva, no presente artigo – sobretudo através da noção de experiência geracional – pretendo detalhar um pouco mais os resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”.

1. As religiões dos brasileiros: mudanças e continuidades

Considerando o Censo de 2000 realizado pelo IBGE, são três as principais mudanças que caracterizam o campo religioso brasileiro hoje, a saber: diminuição percentual de católicos (de 83,76% em 1991 para 73,77% em 2000), crescimento dos evangélicos (de 9,05% em 1991 para 15,5% em 2000) e aumento dos “sem religião” (de 4,8% em 1991 para 7,4% em 2000).

Entre os jovens, de 15 a 24 anos, o mesmo Censo revelou um pouco mais acentuada a tendência de diminuição dos que se declararam católicos

(73,6%); um pouco menos acelerado o ritmo de crescimento evangélico (14,2%, sendo 3,9% de denominações tradicionais e 10,2% de denominações pentecostais); já jovens que se declararam “sem religião” (9,3%) fazem um pouco mais da soma relativa a outras faixas etárias (7,4%)¹.

Três anos depois, os resultados da pesquisa do Projeto Juventude confirmaram tais tendências identificadas pelo Censo de 2000. Foram 65% dos jovens entrevistados em todo o país que se declararam católicos, 22% se declararam evangélicos, sendo 15% pentecostais e 5% não-pentecostais². Foram 11% os jovens “sem religião”, sendo que 10% declararam “acreditar em Deus, mas não ter religião”, enquanto apenas 1% identificou-se como ateu e agnóstico (ver Anexo, quadro 7).

Em termos de distribuição regional, na mesma pesquisa, temos os seguintes resultados: enquanto o catolicismo entre os jovens predomina nas regiões Nordeste e Sul, os jovens evangélicos estão mais presentes no Norte/Centro-Oeste e no Sudeste. No Sudeste também está a maioria dos jovens espíritas kardecistas e os jovens adeptos das religiões afro-brasileiras que responderam o questionário da pesquisa. Quanto àqueles que “acreditam em Deus, mas não têm religião”, é interessante notar que se distribuem por todas as regiões do país, com destaque na região Sudeste (ver Anexo, quadro 7).

Comparando especificamente os resultados desta pesquisa com aquela realizada em 1999 pela Fundação Perseu Abramo, no que diz respeito especificamente às regiões metropolitanas do país e ao Distrito Federal, podemos notar que as diferenças mais significativas nesse espaço de quatro anos ficam por conta do crescimento evangélico pentecostal e da diminuição de jovens que se declaram católicos.

¹ No Censo de 2000, em todas as faixas etárias, somaram 1,4% os brasileiros que se declararam espíritas; 0,3% que se declararam adeptos da umbanda ou do candomblé; 1,3% citaram várias outras alternativas religiosas. Entre os jovens de 15 a 24 anos: 3,3% declaram ter outras religiões: as afro-brasileiras, o espiritismo kardecista e, em menor proporção, judaica, islâmica, budista e outras.

² Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, outros 3% dos jovens entrevistados indicaram igrejas classificadas como neocristãs, tais como Testemunhas de Jeová, Mórmons, Legião da Boa Vontade. Os espíritas e os jovens que se declararam adeptos das religiões afro-brasileiras somaram 1%. Também 1% os jovens que fizeram referência a outras minorias religiosas como judeus, islâmicos, budistas etc.

2. Os jovens entrevistados e suas religiões: retratos em movimento

2.1 Os jovens católicos

Como vimos acima, na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, os jovens católicos somaram 65% (dentre eles 48% de homens e 52% de mulheres) dos entrevistados, se distribuem pelas capitais, regiões metropolitanas, cidades de grande e médio porte, mas – comparando com jovens de outras religiões – são os que estão mais presentes nas cidades de pequeno porte.

Estão nas diferentes regiões do país e presentes em todos os grupos de idades contempladas pela pesquisa. Na distribuição de renda, imitam a pirâmide social brasileira. Isto porque o perfil demográfico e socioeconômico dos católicos se assemelha em grande parte ao da população brasileira em seu conjunto. Os jovens católicos entrevistados estão em todas as faixas de renda, mas são mais numerosos entre os mais pobres (até um salário-mínimo), precedidos nesta posição apenas pelos jovens adeptos da umbanda e do candomblé e se igualando em proporção com os jovens evangélicos pentecostais. Entre eles, 45% se declararam brancos. O número de jovens católicos que se declararam pretos ou pardos (40%) se aproxima do dos evangélicos pentecostais (46%). Vale destacar que entre os católicos 5% se declararam indígenas e 4% amarelos.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, os jovens católicos que já trabalharam ou estão trabalhando nas cidades estão mais no mercado de trabalho informal (37%) do que no mercado formal (26%). No campo, 6% trabalham ou já trabalharam na agricultura familiar e 4% como assalariados rurais.

O Brasil ficou historicamente conhecido como o maior país católico do mundo. O catolicismo como religião oficial e dominante está presente na formação da cultura brasileira. Com as mudanças recentes no campo religioso, costuma-se perguntar sobre as chances futuras. Focalizando a juventude, podemos perguntar sobre as possibilidades de transferência intergeracional do catolicismo.

Relacionando religião e transferência intergeracional, especificamente no Rio de Janeiro, o demógrafo René Decol (2001) afirmou que o fluxo atitudinal de católicos para outros grupos ganhou proporções de “mudança social” na medida em que está alterando significativamente e de forma definitiva o perfil religioso da população. Segundo o autor, o processo tem um componente

demográfico: à medida que os grupos populacionais (coortes) se sucedem no tempo, menos adultos em idade de reprodução se declaram católicos, resultando em número cada vez menor de crianças recebendo influência desta natureza. A tendência é um menor número de católicos no interior de cada coorte, fazendo com que a porcentagem de católicos no conjunto da população decline de forma cada vez mais acentuada. Segundo o demógrafo, a estrutura social tradicional, onde valores e normas são transmitidos verticalmente, de geração em geração, passa a ser afetada cada vez mais por processos culturais, que atuam em planos horizontais, agindo sobre as coortes de forma diferenciada.

Em sua análise, Decol destaca os ventos secularizantes que têm soprado pela sociedade. Porém é preciso considerar outros agentes que hoje estão influenciando nas escolhas religiosas dos jovens. Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, não fizemos uma pergunta que revelasse as influências em tais escolhas. Porém, em outra pesquisa que desenvolvemos no Rio de Janeiro (ver NOVAES e MELLO, 2002), constatamos que a influência da família na escolha da religião pesava apenas para mais de 50% dos entrevistados, para o restante a escolha passava por outras justificativas: por “motivos pessoais”; por “influência de amigos” e “influência de agentes religiosos”. Ou seja, os jovens desta geração estão sendo chamados a fazer suas escolhas em um campo religioso mais plural e competitivo. Aí entram, sobretudo, os evangélicos pentecostais.

2.2 Os jovens evangélicos

A literatura especializada costuma definir os evangélicos considerando a época de origem, a procedência geográfica e certas ênfases doutrinárias. Para os protestantes históricos, a referência geográfica é a Europa e a Reforma do século XVI. Entre os evangélicos históricos (de migração ou de missão), destacam-se os batistas, os presbiterianos, os luteranos, os episcopais, os metodistas, os anglicanos e os congregacionais. Estes grupos tiveram importância numérica em regiões de migração, mas sempre foram considerados minorias religiosas no conjunto do país.

Foram as denominações pentecostais que alavancaram o crescimento evangélico no Brasil. Para os pentecostais, de berço protestante, a referência são os Estados Unidos e o início do século XX. O pentecostalismo já nasce transnacional. Foi no Novo Mundo que aconteceram múltiplas aproxima-

ções culturais entre movimentos avivalistas – desencadeados por trabalhadores migrantes europeus – e a religiosidade negra norte-americana.

O Brasil foi, desde o início, parte integrante do movimento pentecostal mundial. A história das duas mais antigas denominações pentecostais no Brasil – Assembleia de Deus e Congregação Cristã do Brasil – acontece simultaneamente com a história americana. Embora hoje existam, cada vez mais, diferenças significativas entre as próprias denominações que se proliferaram no Brasil nas últimas décadas, consideradas pentecostais, são as seguintes ênfases doutrinárias que diferenciam os pentecostais dos evangélicos históricos: enfatizam a urgência da conversão como caminho de salvação ante os desmandos do mundo e acreditam ter acesso, no dia a dia, aos dons e carismas do Espírito Santo para as curas dos males do corpo e da alma.

Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, os jovens evangélicos somaram 22% dos entrevistados (entre eles 48% de homens e 52% de mulheres). Enquanto os evangélicos históricos (5%) estão mais nas cidades de grande porte e nas capitais³, os evangélicos pentecostais (15%) acham-se mais nas outras cidades das regiões metropolitanas do que nas capitais e cidades de médio porte, distribuindo-se por todas as idades contempladas pela pesquisa⁴.

Podemos dizer que o perfil socioeconômico dos jovens pentecostais entrevistados é condizente com o que vem sendo analisado na literatura especializada: o pentecostalismo cresce mais entre os mais pobres que estão tanto nas periferias dos espaços dinâmicos do país, seja do ponto de vista econômico (por exemplo, nas periferias das metrópoles, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo), seja do ponto de vista das dinâmicas populacionais reveladas por fortes movimentos migratórios (como é o caso de Rondônia).

Entre os evangélicos não-pentecostais 48% se disseram brancos, 38% negros ou pardos e 7% amarelos (maior número, que os faz empatar com os ateus). Os evangélicos pentecostais estão sobretudo entre os que se declara-

³ Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, foram nomeadas 48 denominações pentecostais e oito históricas.

⁴ Lembro que outros 3% dos jovens entrevistados declararam pertencer a igrejas que têm sido classificadas na literatura como “outras cristãs” ou neocristãs. Entre elas destacam-se: Testemunhas de Jeová, Mórmons, Legião da Boa Vontade. No entanto, mesmo presentes nos gráficos, não será possível, nos limites deste artigo, examinar detidamente suas respostas.

ram negros e pardos (46%). Cabe ainda notar que entre os pentecostais 6% se declararam indígenas⁵. Os jovens evangélicos não-pentecostais entrevistados estão sobretudo no ensino médio e chegam à universidade, o que reforça a característica das denominações evangélicas históricas de valorização do estudo. Já com os jovens evangélicos pentecostais acontece o inverso: foram entrevistados apenas 3% de universitários, são poucos os que terminaram o ensino médio e eles estão em primeiro lugar entre os jovens entrevistados que estão cursando o ensino fundamental ou que pararam de estudar nessas séries (50%).

Quanto à renda, os evangélicos históricos não-pentecostais se destacam na posição intermediária (de cinco a dez salários-mínimos – 15%) e também se fazem minoritariamente presentes entre os que dizem ter renda familiar acima de 20 salários-mínimos. Já os jovens evangélicos pentecostais estão predominantemente entre os mais pobres.

À indagação sobre já ter tido experiências no mundo do trabalho, quanto ao trabalho agrícola, as respostas evidenciam certas características da pequena produção no Brasil bastante enraizada em áreas de protestantismo histórico não-pentecostal: 5% dos evangélicos históricos entrevistados trabalham na agricultura familiar e apenas 1% como assalariados rurais. E, inversamente, as respostas sobre trabalho assalariado no campo foram dadas por 5% dos pentecostais e, como vimos, por apenas 1% dos não-pentecostais.

No que diz respeito ao trabalho urbano, os evangélicos pentecostais (35%) e evangélicos não-pentecostais (37%) declararam trabalhar ou já ter trabalhado na cidade sem registro. Eles também se aproximam no trabalho urbano com carteira assinada: pentecostais (31%) e não-pentecostais (32%).

Frequentando assiduamente suas igrejas, os “crentes” ou “evangélicos” – como se autodenominam e são denominados atualmente –, reafirmam seu pertencimento à “comunidade de irmãos”. Estes últimos aspectos refletem na adesão e na influência o que o “ser evangélico”, sobretudo pentecostal, tem para os jovens. Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, 100% dos jovens evangélicos – pentecostais e não-pentecostais – afirmam só

⁵ Entre os que se declararam indígenas, as religiões pentecostais têm importância semelhante à umbanda e ao candomblé: 7% .

⁶ Enquanto em torno de 10% dos católicos admitem participar de outros atos religiosos da umbanda, do candomblé, do espiritismo kardecista, de outras religiões e até mesmo de cultos evangélicos, pentecostais ou não.

frequentar atos religiosos de sua própria religião⁶. São eles também que contribuem decisivamente para que em uma das amostras “ir à missa/igreja/culto” ficasse em segundo lugar entre as atividades que os entrevistados mais gostam de fazer no tempo livre e em terceiro lugar em outra amostra, onde se buscou medir a frequência a atividades de lazer, cultura e passeios.

Outras pesquisas – qualitativas e quantitativas – têm registrado histórias de conversão de jovens que ressaltam a função de “ordenamento da vida” que aqueles convertidos atribuem às suas igrejas. Nos “testemunhos”, momento importante de seus cultos, os fiéis dão publicamente a conhecer os problemas e as soluções encontradas para questões pessoais e familiares, de ordem financeira, afetiva, de saúde, salientando questões de uso ou comércio de drogas e de empregos.

2.3 Os jovens sem religião

Depois dos evangélicos, os brasileiros “sem religião” são os que mais crescem no conjunto da população e sobretudo entre os jovens. A pesquisa “Perfil da juventude brasileira” reafirmou a tendência revelada pelo Censo de 2000.

Como já foi dito, em sua análise, sobre a diminuição do catolicismo, Decol enfatizou os ventos secularizantes que têm soprado pela sociedade. Mas, estes não são os únicos ventos. Isso porque para essa geração nada pode ser visto como muito estável, pois o que mais a caracteriza é a disponibilidade para a experimentação, o que ocorre também no campo religioso. São os jovens os que mais transitam entre vários pertencimentos em busca de vínculos sociais e espirituais.

Dessa forma, também não há sequer garantia da total “transferência intergeracional” do ateísmo ou do agnosticismo. Em outras pesquisas (ver NOVAES e MELLO, 2002), obtivemos respostas que indicavam que metade dos filhos de pais ateus ou agnósticos disse ter eles próprios alguma religião. Em segundo lugar, porque parte dos jovens que não seguem as religiões de seus pais católicos busca outras. Os índices crescentes de evangélicos entre os jovens apontam nessa direção.

Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, 1% dos entrevistados (sendo 69% de homens e 31% de mulheres) declarou-se ateu ou agnóstico. Entre eles, 41% se declararam brancos e 44% estão entre os que se declararam pretos ou pardos. Entre os ateus ou agnósticos, há ainda 7% dos que se declararam indígenas.

Em um *ranking* de renda, considerando o conjunto dos jovens entrevistados, os ateus e agnósticos aproximam-se mais dos evangélicos não-pentecostais e de jovens das “outras religiões”. E estão, como era de esperar, mais distantes dos pentecostais e distinguem-se também dos espíritas kardecistas. Por outro lado, chama a atenção o fato de os entrevistados que se declararam ateus ou agnósticos viverem mais nas regiões metropolitanas do que no interior, confirmando um dos velhos cânones que relaciona ateísmo com os ventos secularizantes da urbanização modernizadora.

Quanto à faixa etária, 50% deles estão na zona intermediária (18 a 20 anos). O que pode indicar um momento de afirmação de independência em relação à família, como aconteceu com outras gerações. Mas ainda assim a comparação demanda cuidados. Nada pode assegurar que os sentidos das palavras sejam os mesmos nem em termos de passado e presente, nem mesmo entre eles.

Com efeito, as declarações ateístas dos jovens de hoje têm que ser pensadas em suas inter-relações no interior do campo religioso em transformação, onde há também um tipo novo que pode ser chamado de “religioso sem religião”, isto é, aquele que tem fé, mas não vínculos institucionais com igrejas.

Na pesquisa, 10% dos jovens disseram “acreditar em Deus, mas não ter religião” (ver Anexo, quadro 7). Este número, que tem consonância com os resultados do Censo de 2000, pode estar apontando para expressões locais de um “espírito da época” no qual se expande o fenômeno da adesão simultânea a sistemas diversos de crenças, combinam-se práticas ocidentais e orientais, não apenas no nível religioso, mas também terapêutico e medicinal. Entre os jovens entrevistados, deve haver uma parcela que se aproxima de formas não-institucionais de espiritualidade, normalmente classificadas como esotéricas, nova era, holísticas, de ecologia profunda etc. Eles se afastam do “pacote” institucional das igrejas, podem ser classificados como “religiosos sem religião”. Contudo, analisando o perfil daqueles que disseram “acreditar em Deus, mas não ter religião”, no âmbito da pesquisa, podemos dizer que o “espírito da época” não se faz presente apenas em uma pequena parcela de jovens incluídos educacional e economicamente. Vejamos como se caracterizam esses entrevistados.

Os que se declararam “acreditar em Deus, mas não ter religião” somam 10% no conjunto dos entrevistados, sendo 64% de homens e 36% de mulheres, distribuem-se por todos os grupos de idade e estão um pouco mais entre os mais velhos (21 a 24 anos – 36%).

É interessante comparar o perfil dos jovens que possuem alguma religião com o dos que afirmam acreditar em Deus, mas não ter religião. Em termos de renda e escolaridade, ambos são muito poucos na faixa de renda superior e se concentram entre os mais pobres. Já em termos de autoclassificação de raça ou cor, há menos jovens que se declararam brancos entre os que disseram “acreditar em Deus, mas não ter religião” do que entre os evangélicos pentecostais.

Também em termos de educação formal, há uma aproximação entre os pentecostais e os que disseram “acreditar em Deus, mas não ter religião”. Entre os jovens que estão cursando o ensino fundamental, ou que pararam de estudar nessas séries, somente os evangélicos pentecostais entrevistados são em número um pouco maior do que os jovens que afirmam “acreditar em Deus, mas não ter religião”. Já no ensino superior, estes últimos só são em maior número do que os umbandistas e do candomblé e os pentecostais.

Quanto à experiência de trabalho, os jovens que afirmaram “acreditar em Deus, mas não ter religião” são os que mais trabalham na cidade sem registro (45%); um quarto trabalha na cidade com carteira assinada (26%); são 17% entre os que fazem bicos na cidade; 2% entre os que trabalham na agricultura familiar; e outros 2% entre os que trabalham como assalariados no campo.

Estas informações nos levam a pensar em uma inédita conjugação entre “ventos secularizantes” e “espírito de época” (para alguns “nova era”), que permite várias apropriações e diferenciados “estados” entre os jovens de diferentes classes sociais e níveis de escolaridade que se definem como “sem religião”.

2.4 No chamado mundo mediúnico: jovens espíritas, umbandistas e do candomblé

Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, 2% dos entrevistados se declararam espíritas kardecistas (dentre os quais 56% de mulheres e 44% de homens) e apenas 1% dos entrevistados declarou-se adepto da umbanda e do candomblé (dentre eles, 60% de mulheres e 40% de homens).

Vejam agora o que aproxima e o que distingue os entrevistados kardecistas dos que se identificam com as religiões afro-brasileiras. Ambos se concentram mais nas capitais e regiões metropolitanas do que no interior. Aproximam-se entre si em termos de faixa etária enquanto não estão entre os mais jovens (15 a 17 anos), porém os kardecistas estão principalmente na faixa de 21 a 24 anos (46%). Já em termos de renda, cor e escolaridade, há grandes diferenças entre eles.

Embora os entrevistados adeptos da umbanda e do candomblé se localizem na faixa intermediária de renda, é nesta faixa que estão sobretudo os espíritas kardecistas, que também são a maioria entre os que declararam ter renda familiar de mais de 20 salários-mínimos. Não tivemos acesso a jovens que se declarassem umbandistas ou do candomblé na faixa de renda superior.

Os espíritas kardecistas se autotransclassificaram, majoritariamente, como brancos (63%) e, inversamente, os jovens da umbanda e do candomblé são os que mais se classificaram como pardos (19%) e pretos (27%).

Em termos de escolaridade, entre os que alcançaram a educação superior, temos no topo os espíritas kardecistas⁷, seguidos pelos evangélicos não-pentecostais e ateus, nesta ordem.

Ao responder à questão sobre em que estavam trabalhando ou já tinham trabalhado, os jovens espíritas kardecistas – mais velhos e mais escolarizados – se destacaram no conjunto dos entrevistados por alcançar maior inserção no mercado de trabalho formal (53%) em relação aos adeptos da umbanda e do candomblé (36%). Já no mercado informal, temos o inverso: são os adeptos da umbanda e do candomblé que aí se destacaram (64%). Nenhum jovem que se declarou espírita, umbandista e do candomblé estava trabalhando ou já tinha trabalhado no campo.

Ao falar sobre as religiões mediúnicas, sempre se pergunta sobre seu futuro diante da escalada pentecostal. De fato, a olho nu, parecia ser maior o número de espíritas kardecistas, umbandistas e candomblecistas que na última década vinham assumindo publicamente suas identidades religiosas. Mas apenas 1,4% de espíritas kardecistas e 0,3% de umbandistas e candomblecistas aparecem no Censo de 2000. Embora a pesquisa “Perfil da juventude brasileira” tenha chegado a números maiores (2% e 1%, respectivamente), a questão procede. Como explicar estes números quando se fala em maior diversidade religiosa no Brasil?

Em primeiro lugar, não há como negar que o crescimento pentecostal disputa “nas bases” com as religiões afro-brasileiras. Não é por acaso, diga-se de passagem, que a neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus elege entidades e orixás como seus adversários mais poderosos. O exorcismo – ali denominado de libertação – pressupõe a crença no poder do inimigo.

⁷ Pesquisas sobre religiões entre jovens universitários indicam o crescimento significativo do espiritismo kardecista entre eles. Sobre o assunto, ver balanço da literatura realizado por Tavares e Camurça (2004).

Em segundo lugar, é preciso não esquecer que, certamente, muitos jovens entrevistados – como em gerações anteriores – continuam se definindo como católicos, sem deixar de ir a centros e a terreiros. Este fenômeno, bem conhecido entre nós, revela estratégias de apresentação social ante os preconceitos e perseguições sofridos pelos adeptos das religiões afro-brasileiras ao longo da história, mas também sentimentos de “duplo pertencimento”, que fazem com que um pai ou uma mãe de santo possam dizer, sem constrangimento: “Sou católica e da umbanda” ou “sou católica e do santo”.

E, em terceiro lugar – para além da onda evangélica –, neste momento em que “ser católico” deixou de ser um requisito socialmente obrigatório, pode estar em vigor um novo expediente: jovens frequentadores dos centros espíritas, da umbanda e do candomblé podem estar engrossando as fileiras dos “sem religião”. Esta hipótese está baseada em pesquisas que registram novas combinações entre crenças e práticas mediúnicas com outras vindas do chamado universo “nova era”. Esta mistura pode ser observada tanto em lojas esotéricas que vendem produtos afro-brasileiros, como vice-versa.

Quanto aos espíritas kardecistas, deixando de ser socialmente levados a se incluir entre os católicos, eles não teriam o menor problema de definir-se como “sem religião”. Afinal, como filhos do racionalismo francês, os espíritas sempre valorizaram o “caráter científico” da doutrina de Allan Kardec.

2.5 Outras religiões

Por fim, cabe salientar ainda que 1% (entre eles 57% de homens e 43% de mulheres) dos jovens entrevistados pela pesquisa declarou ter “outras religiões”, destacando-se entre eles judeus, islâmicos, budistas e outros orientais. Entre eles, 45% se declararam brancos, 35% pardos e 11% optaram por “outras” definições de raça ou cor (5% negros, 3% amarelos e 1% indígena). Interessante notar que entre os entrevistados da pesquisa estes jovens estão mais no interior do que nas regiões metropolitanas e nas capitais, o que pode indicar maior identidade com comunidades étnicas.

Os jovens que se declararam adeptos de “outras religiões” estão, majoritariamente, no ensino médio. Entre estes jovens de outras religiões que estavam trabalhando ou já trabalharam, 61% vinculam-se ao mercado informal e 39% ao formal. Nenhum deles declarou já ter trabalhado no campo.

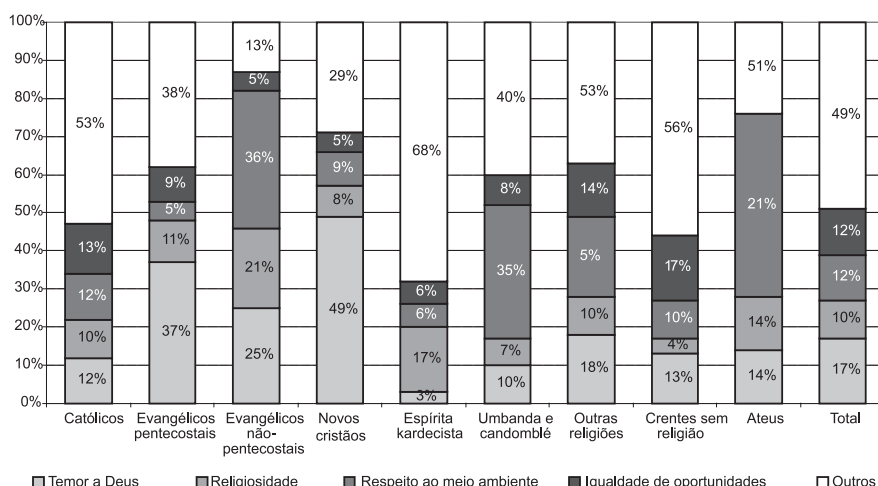
Além de estas opções indicarem o pertencimento de jovens a grupos étnicos e religiosos específicos, vale a pena chamar a atenção para a atração que suas filosofias e espaços de culto (menos judaicos e mais islâmicos, budistas e orientais) têm exercido sobre os jovens de hoje, ainda que tais incursões possam ser feitas sem implicar conversões ou adesão definitiva.

3. Religião e sociedade: o “temor a Deus” alivia o medo de sobrar ou de morrer?

Como dizia Bourdieu (1963:10), a estatística é uma das formas de representar a vida social. O desafio da interpretação sociológica – mesmo quando a força da “evidência” dos números, das tabelas e gráficos parece marcante – é atribuir-lhes sentido que nunca perdem seu caráter hipotético. Ou seja, a explicação sociológica deve funcionar com “costura” produtora de inteligibilidade. Mas, às vezes, a importância dos números e gráficos está em apenas permitir que surjam novas perguntas. É na busca de novas perguntas que apresentarei os quatro gráficos abaixo.

Gráfico 1

Pensando na sociedade ideal, qual destes valores você acha que seria mais importante? (Estimulada e única)



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Indagados sobre os valores mais importantes para uma sociedade ideal, as respostas dos entrevistados católicos deram pesos semelhantes ao “temor a Deus” (12%), à “religiosidade” (10%), ao “respeito ao meio ambiente” (12%), à “igualdade de oportunidades” (13%).

Respondendo à mesma pergunta, os jovens evangélicos históricos não-pentecostais colocaram nos quatro primeiros lugares: “temor a Deus” (25%), “religiosidade” (21%), “respeito ao meio ambiente” (36%) e “igualdade de oportunidades” (5%). Já os evangélicos pentecostais indicaram nos dois primeiros lugares “temor a Deus” (37%), “religiosidade” (11%) e inverteram a posição no terceiro e no quarto lugar: “igualdade de oportunidades” (9%) e “respeito ao meio ambiente” (5%).

O que indicam estas respostas? Considerando o catolicismo como “religião da família brasileira”, presente em todas as classes sociais e dominante na sociedade, é compreensível que os jovens católicos entrevistados não dêem um destaque especial aos valores religiosos que aparecem com peso aproximado aos demais valores propostos. Considerando a conjugação entre minoria étnica/cultural e minoria religiosa no país, os evangélicos históricos não-pentecostais aumentam o peso dos itens ligados à espiritualidade mas, de maneira condizente com sua escolaridade, assumem a contemporânea questão ambiental. Considerando o crescimento dos pentecostais que conjuga, principalmente, experiências de conversões recentes e as carências dos diferentes tipos de “periferias sociais”, é possível compreender a conjugação entre “temor a Deus” e “igualdade de oportunidades”. Se este esquema produz simplificações, ele também oferece pistas para formulação de hipóteses a serem posteriormente testadas.

Mas o gráfico 1 também revela outros aspectos mais surpreendentes. Concentrando-se sobretudo no “respeito ao meio ambiente” (12%), um quarto dos ateus e agnósticos não desdenha a dimensão espiritual: 14% elegeram “temor a Deus” como o valor mais importante para a sociedade ideal e outros 14% escolheram “religiosidade”. Estas respostas me lembram uma entrevista que fiz com um jovem morador de favela no Rio de Janeiro que se definiu “sou ateu à procura de Deus”.

Também indagados sobre os valores que seriam mais importantes em uma sociedade ideal, a maioria (56%) dos jovens que disseram “ter fé, mas não ter religião” se dispersou entre vários valores (o que parece condizente

com a hipótese de que “não ter religião” comporta várias modalidades e momentos diversos de percursos e trajetórias juvenis). Em seguida, suas escolhas se concentraram no item “igualdade de oportunidades” (17%), já o “temor a Deus” e “religiosidade” somaram com, respectivamente, 13% e 4% nas respostas dos que “acreditam em Deus, mas não têm religião”.

Em resumo, os valores “temor a Deus” e “religiosidade” somaram 28% nas respostas dos ateus/agnósticos entrevistados e 17% das respostas daqueles que “acreditam em Deus, mas não têm religião”. Por outro lado, estas respostas também podem levar a um questionamento da equação ausência de fé/crítica social – já que os jovens que disseram “acreditar em Deus, mas não ter religião” foram os que mais valorizaram a “igualdade de oportunidades” (17%), aspecto pouco valorizado pelos ateus. Ou seja, certamente é preciso mais investigação sobre os diversos sentidos atribuídos às palavras ateu e agnóstico.

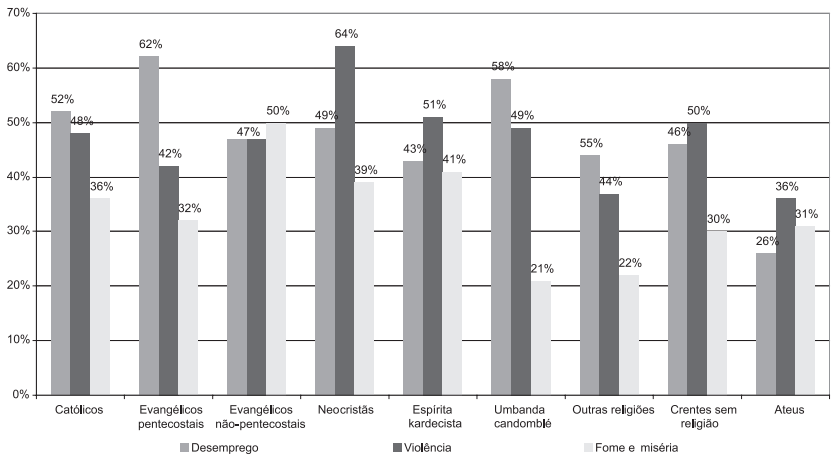
Mais ainda do que os “que têm fé em Deus, mas não têm religião”, os espíritas kardecistas foram os que mais se dispersaram entre outros valores (68%) que não os quatro que predominaram no conjunto dos entrevistados. Suas respostas são as que mais separam “religiosidade” (17%) e “temor a Deus” (3%). Já os adeptos da umbanda e do candomblé ficaram com o “respeito ao meio ambiente” (35%), “igualdade de oportunidades” (8%), “temor a Deus” (10%) e religiosidade (7%).

No gráfico 1, chama ainda a atenção os altos índices da resposta “respeito ao meio ambiente” que teve destaque entre ateus (21%), evangélicos históricos não-pentecostais e adeptos da umbanda e candomblé (35%). Mesmo levando em conta o fato de que esta é uma geração que já recebeu como legado a disseminação do ideário ecológico, seria interessante aprofundar as possíveis nuances contidas nestas respostas. O “respeito ao meio ambiente” pode ter um sentido específico para os adeptos das religiões afro-brasileiras, pois, para além do “espírito ecológico de época”, esta tradição religiosa valoriza a natureza, a flora, tanto em sua cosmologia quanto em seus rituais. Por outro lado, pesquisas qualitativas indicam que “ser ateu” pode não ser incongruente com novas possibilidades de consagração da natureza, para alguns chamada de ecologia profunda.

Deixando agora esta dimensão mais abstrata dos valores, vejamos quatro outros gráficos que dizem respeito aos problemas do país e às experiências de

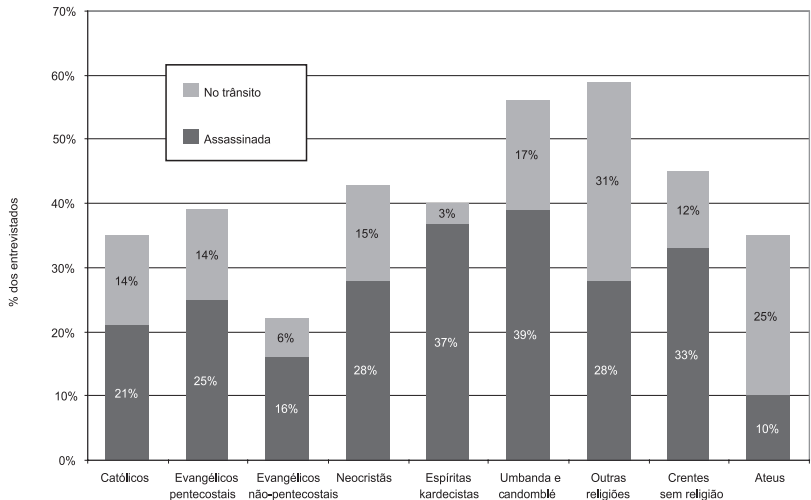
vida dos jovens brasileiros de diferentes crenças ou pertencimentos religiosos. Eles podem evidenciar marcas geracionais e sugerir novas perguntas.

Gráfico 2
Quais são os principais problemas do Brasil?



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

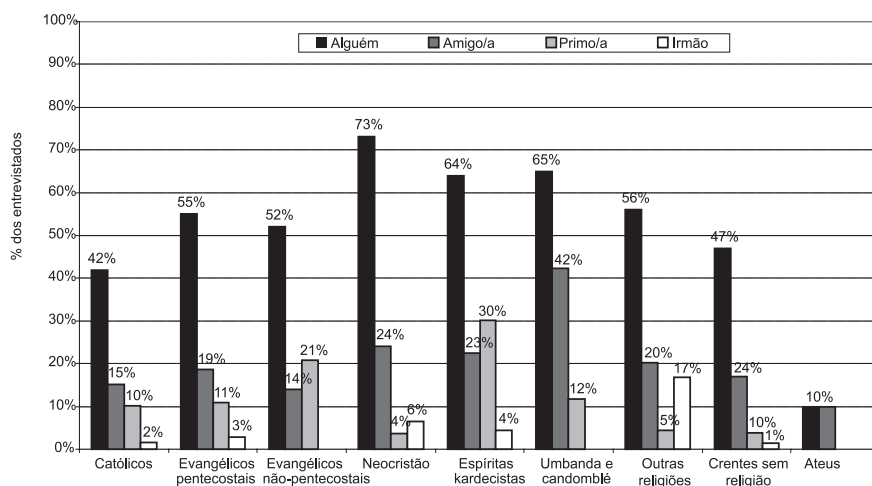
Gráfico 3
Jovens que viram de perto uma pessoa ser assassinada ou morrer no trânsito



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Gráfico 4

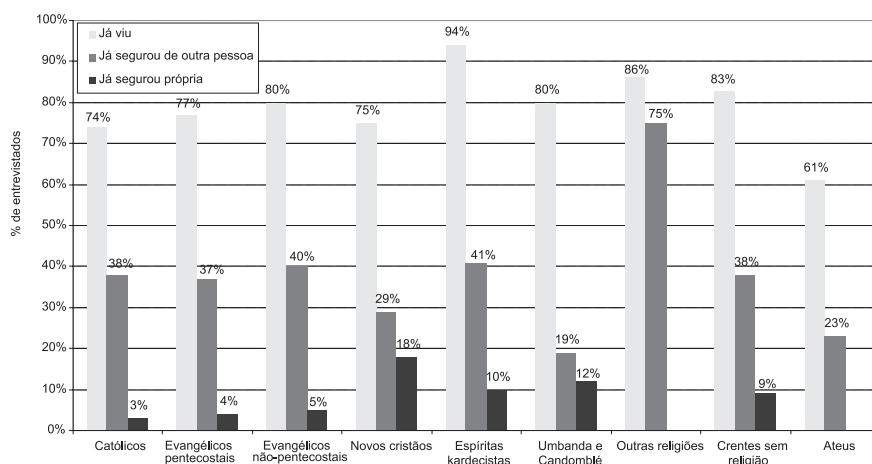
Jovens que já perderam alguém próximo de forma violenta
Destaque para amigos, primos e irmãos



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Gráfico 5

Você já viu ou segurou uma arma de fogo?
Própria ou de outra pessoa?



Fonte: “Perfil da juventude brasileira”.

Menos importantes aqui são os números exatos. Os gráficos acima não devem ser lidos pelos seus números absolutos, que certamente mereceriam maiores ponderações e tratamento estatístico, mas podem contribuir para uma maior aproximação do que é “ser jovem” nos dias de hoje.

A importância do gráfico 2 é reafirmar que – em uma resposta espontânea e múltipla – os jovens entrevistados de diferentes religiões, ao falar dos problemas do Brasil, concentraram-se em três temas. Se “fome e miséria” fazem parte de um repertório clássico das preocupações de segmentos de outras gerações de jovens brasileiros, “o desemprego” e “a violência” ganharam *status* de signos da geração atual (ver Anexo, quadro 28).

As dificuldades de inserção dos “jovens de hoje” no mercado de trabalho restritivo e mutante já têm sido bastante traduzidas em estatísticas nacionais. O tema preocupa e, é tido como inerente à condição juvenil contemporânea. Nesse gráfico, foi a questão mais enfatizada por adeptos da umbanda e do candomblé e também por evangélicos pentecostais, entre os quais estão nossos jovens entrevistados com menor nível de renda e que mais se autodefiniram como pardos e negros.

Em posição bem próxima à questão do emprego está a preocupação com a violência. Certamente, para falar de violência, com mais precisão estatística, deveríamos acionar e adicionar à religião outras variáveis, com as quais poderíamos confirmar recorrências já encontradas em outras pesquisas, que nos mostram que mais vulneráveis à violência – como vítimas ou agressores – são os mais pobres, os negros, os habitantes de áreas dominadas pelo narcotráfico e atingidas pela violência policial. No entanto, este não é meu objetivo aqui.

O mais importante agora é mostrar o quanto o tema se incorpora no imaginário desta geração e produz respostas recorrentes. Entre os problemas do Brasil, são os jovens das chamadas igrejas neocristãs e os jovens que afirmam “acreditar em Deus, mas não ter religião” os que mais destacaram a violência, que foi citada por jovens de todas as religiões. Nos gráficos 3 e 4, são os jovens da umbanda e do candomblé que deram destaque às mortes em geral e às mortes de vítimas da mesma geração. Isto é, amigos e primos dos entrevistados. No último gráfico, que diz respeito ao contato com armas de fogo, impressiona o número de jovens que afirmaram já ter pego em armas dos outros ou até próprias.

Ora, em várias pesquisas, os jovens dizem que a melhor coisa em ser jovem é ter um futuro pela frente, mas, ao mesmo tempo, os maiores medos também estão relacionados com o futuro. Certamente, outras gerações de jovens viveram essa ambivalência em relação ao futuro, mas talvez nunca o futuro tenha sido tão olhado pela ótica do medo.

O que isso teria a ver com religião? Não me atrevo a afirmar que o medo de sobrar, a insegurança para planejar o futuro profissional e a experiência de vivenciar precocemente a morte de amigos, primos e irmãos resultem, direta e necessariamente, em reforço de valores religiosos, em busca de fé ou na valorização da religião como lócus de agregação social. Contudo, quando se pretende analisar as relações entre religiões e juventude, não podemos deixar de lado as inseguranças advindas dos desenraizamentos do mundo contemporâneo e as específicas dificuldades de inserção social que vivem os jovens brasileiros de hoje. Religião, nesse sentido, não pode ser pensada como volta ao passado, os jovens de hoje parecem viver uma nova página nas relações entre valores da sociedade moderna e religião.

4. Sexualidade, aborto e pena de morte: as práticas e as tomadas de posição

Em termos de experiência geracional, caberia perguntar o que pensam e como se comportam os jovens das diferentes religiões quanto às relações sexuais, uso de camisinha, aborto e união de pessoas do mesmo sexo. Nestas questões é necessário distinguir “práticas” de “tomadas de posição”. Vejamos primeiro algumas práticas.

Entre os jovens entrevistados, aqueles que declararam nunca ter tido relações sexuais estão assim divididos: jovens de “outras religiões” (36%), evangélicos não-pentecostais (31%), evangélicos pentecostais (29%). Em seguida, neste mesmo item, igualam-se católicos e ateus (26%). Mais abaixo se aproximam adeptos da umbanda e do candomblé (18%), aqueles que afirmaram “acreditar em Deus, mas não ter religião” (14%) e os espíritas kardecistas (13%). Olhando por este ângulo, poderíamos dizer que os jovens de outras religiões (judaica, islâmica, budista) abrigariam os jovens mais conservadores neste quesito, mas é importante lembrar que entre os nossos entrevistados estes são também os mais novos.

Por outro lado, entre os que já tiveram relações sexuais estão 69% dos jovens que se declararam evangélicos não-pentecostais (destes, apenas 4% moram juntos e 4% são casados no papel) e 71% dos pentecostais (destes, 15% moram juntos e 13% são casados no papel). Entre os católicos, são 74% os que afirmaram já ter tido relações sexuais (destes, 14% moram juntos e 6% estão casados no papel).

Observando tais alternativas religiosas, que pressupõem instituições que possuem normas para regular relações sexuais, veremos que os preceitos religiosos que circunscrevem o sexo ao casamento não têm um peso decisivo para interditar o exercício da sexualidade dos jovens desta geração. No geral, a iniciação sexual se dá por volta dos 15 anos. Nesse aspecto, há pequenas variações nas respostas dos jovens de diferentes religiões que chamam a atenção. Por exemplo: entre os evangélicos pentecostais, 6% iniciaram sua vida sexual aos 11 ou 12 anos; outros 6% aos 13 anos; 11% aos 14, 13% aos 15 anos etc.

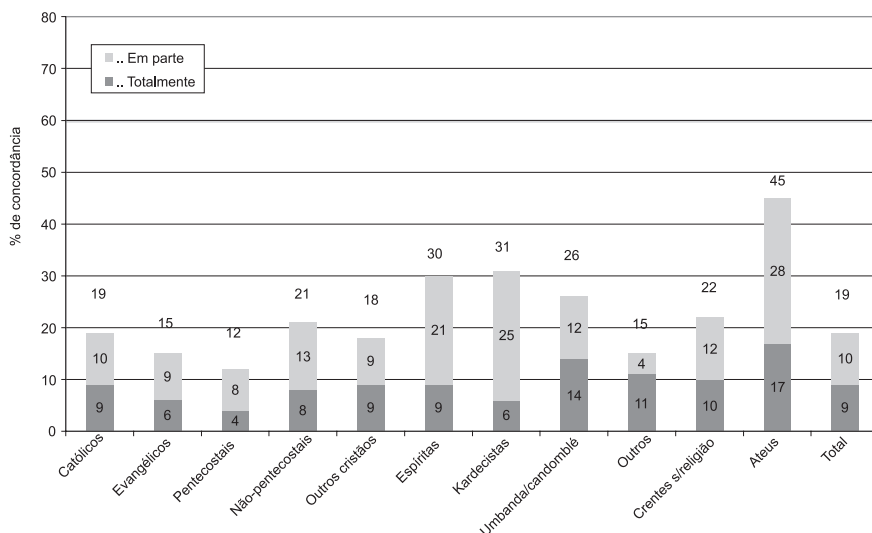
Todavia, estas e outras variações não podem ser levadas ao pé da letra porque pode haver uma discrepância entre a religião declarada no momento da pesquisa e aquela que o jovem declararia no momento que iniciou sua vida sexual. Como já foi dito, há grande probabilidade de ter havido trânsitos, experimentações e transformações em suas definições religiosas.

Também no que diz respeito ao uso de camisinha na última relação, aproximam-se jovens de distintas religiões e também com escolaridade e extração social diferentes. No total, 59% disseram ter usado (ver Anexo, quadro 102). Nos três primeiros lugares se destacam: os adeptos da umbanda e do candomblé (71%), os evangélicos não-pentecostais (70%), os que disseram “acreditar em Deus, mas não ter religião” (66%). Nos primeiros lugares dos que não usaram estão – certamente por motivos diferentes – os evangélicos pentecostais (46%), os espíritas kardecistas (43%) e, empatados, os católicos e ateus (40%).

Uma vez mais, vale reafirmar que as práticas dos jovens de diferentes religiões fazem parte do campo de possibilidades e expressam padrões aceitáveis para sua geração. Contudo, considerando o cenário de desigualdades sociais e de diferenças culturais no qual se desenrola a vida do jovem de uma mesma geração, podemos nos perguntar se as diferenças propriamente religiosas não estariam menos em suas práticas sexuais e mais nas opiniões sobre temas controversos.

Dois temas polêmicos podem nos ajudar a refletir sobre tomadas de posição: aborto e união de pessoas do mesmo sexo. Estas são questões que dividem as opiniões da sociedade em geral e dos jovens. Porém, comparando as respostas, podemos perceber possíveis efeitos de doutrinas e de tipos de igreja.

Gráfico 6: Que o aborto deixe de ser crime

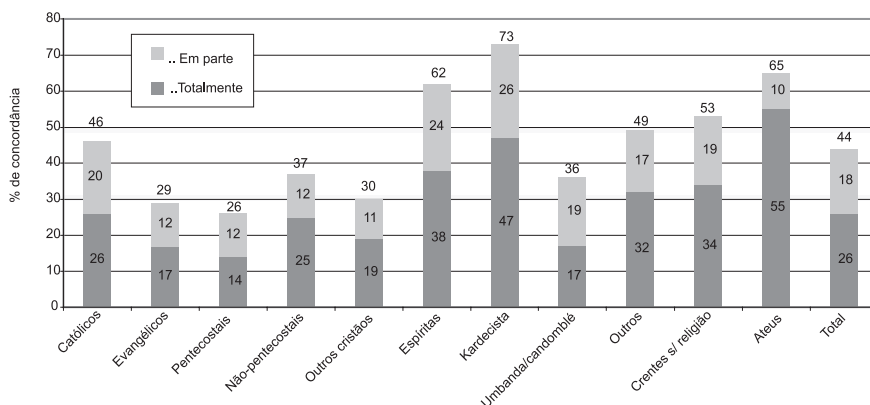


No caso do aborto, num extremo está a favor da legalização menos da metade dos ateus e, no outro extremo, pouco mais que um décimo dos pentecostais (45% e 12%, respectivamente). Nesse caso, podemos pensar que ter ou não vínculos com instituições religiosas interfere nas respostas, separando, de um lado, evangélicos pentecostais e, de outro, os ateus. Os católicos ficam em uma posição intermediária, em que 19% se declararam a favor (9% totalmente e 10% em parte), podem estar refletindo vivências institucionais variadas (praticante/”não-praticante”, de grupos conservadores ou progressistas), diferentemente dos pentecostais, em que há mais controle religioso e assiduidade aos templos.

Porém, entre os entrevistados, quase um terço dos espíritas kardecistas se declararam a favor de que o aborto deixe de ser crime, o que os aproxima dos ateus. O que parece ser condizente com o nível de escolaridade e renda que predomina entre eles. Mas, totalmente a favor entre os espíritas kardecistas foram apenas 6%. Somando os que são só parcialmente a favor

com a maioria de espíritas (quase dois terços) que se colocaram contra, podemos sentir o peso do espiritismo, que condena o aborto baseado na doutrina das reencarnações sucessivas. Outras composições se revelaram na polêmica sobre a união entre pessoas do mesmo sexo.

Gráfico 7: A legalização da união entre pessoas do mesmo sexo

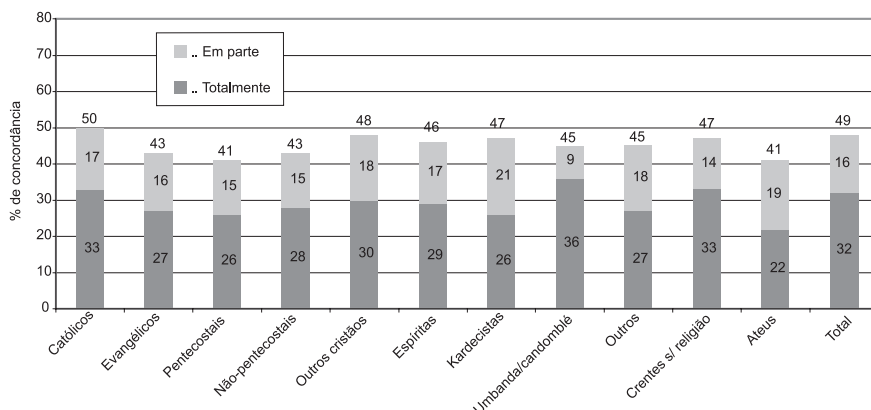


Neste caso da legalização da união homossexual, livres do confronto entre o aborto e a doutrina das reencarnações, os espíritas kardecistas são os que mais aprovam (mais de 70%), superando os ateus (65%). No outro extremo, de novo estão os pentecostais, com apenas 26% de aprovação. Os católicos ficam nos 46%, deixando mais uma vez antever a convivência de distintos padrões no meio católico.

No geral, fica claro que é mais difícil apoiar o aborto (19% no cômputo geral) do que aceitar a união de pessoas do mesmo sexo (43% no cômputo geral). É verdade que hoje existem mecanismos de constrangimento social que inibem o preconceito ativo contra homossexuais e isto se reflete nas respostas dos jovens entrevistados. Portanto, não podemos dizer até que ponto as respostas a favor indicam aceitação, tolerância, indiferença ou atualização de uma resposta “politicamente” correta. E isto vale até para os pentecostais, entre os quais mais de um quarto (26%) se declarou a favor da união entre pessoas do mesmo sexo.

Porém, se nas questões morais (aborto e homossexualismo) a tendência é que a coesão grupal evangélica resulte em dominância de posições socialmente classificadas conservadoras isto não é uma regra sem exceção. Vejamos agora a questão da pena de morte.

Gráfico 8: A legalização da pena de morte



A média de respostas a favor da pena de morte ficou em 48%. Comparando com o item anterior, temos aqui uma interessante variação entre os jovens de diferentes religiões. Desta vez, entre os católicos são 50% os que mais se colocaram a favor, superando a média. Em um ponto intermediário, podemos destacar os espíritas kardecistas (47% a favor) ou os adeptos da umbanda e do candomblé (45% a favor). Na outra ponta, estão os evangélicos não-pentecostais, com 42% a favor, quase empatados com 41% dos evangélicos pentecostais e dos ateus. Ou seja, entre os jovens que responderam nossa pesquisa, é entre evangélicos pentecostais e ateus que há menor aceitação da pena de morte. Talvez as justificativas dos ateus estejam referenciadas no ideário dos direitos humanos, mas certamente as justificativas dos pentecostais estão ligadas à ideia de conversão, de novo nascimento, da graça de Deus que eles oferecem a cada dia para os que estão nas margens da sociedade.

As diversificadas opiniões sobre estes três temas suscitam uma reflexão sobre as nossas expectativas de “coerência” dos entrevistados. Na verdade, coerências se realizam por meio de diferentes composições entre padrões vigentes/emergentes no tempo em que se é jovem e as formas de as religiões construir identidades e pertencimentos.

5. Religião e política: encontros e desencontros

Como sabemos, nos anos de 1960 e 1970, no Brasil, grupos juvenis ligados à Igreja Católica e a algumas denominações protestantes ultrapassaram fronteiras

eclesiásticas e confessionais em busca de um cristianismo de esquerda. Hoje, nos espaços de militância político-religiosa, destacam-se entre jovens católicos as diferentes vertentes da Pastoral da Juventude, grupos de jovens ligados a outras pastorais, a rede MINKA (Rede de Militantes Políticos da Pastoral da Juventude do Brasil), o Movimento Mística e Revolução (MIRE). Isto sem falar na evidente mística cristã presente no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No mundo evangélico, destacam-se grupos como a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), assim como se fazem visíveis os grupos de jovens luteranos, metodistas, batistas, presbiterianos, das Assembleias de Deus que se propõem a examinar as relações entre fé e política. Também há registros de jovens que se definem como adeptos das religiões afro, jovens carismáticos, pentecostais, outros que se identificam com cosmologias orientais ou esotéricas, que se dispõem a participar de grêmios escolares, de ações comunitárias, de campanhas pelo meio ambiente, pela paz etc. Mas em todos estes casos podemos falar de minorias ou de indivíduos. Então, como avaliar a relação religião e política ultrapassando as fronteiras da militância?

Embora as declarações de voto não devam nunca ser tomadas ao pé da letra, vamos explorar as respostas dos entrevistados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” sobre as eleições presidenciais de 2002.

Gráfico 9: Em quem votaram no primeiro turno?
(quatro primeiros colocados)

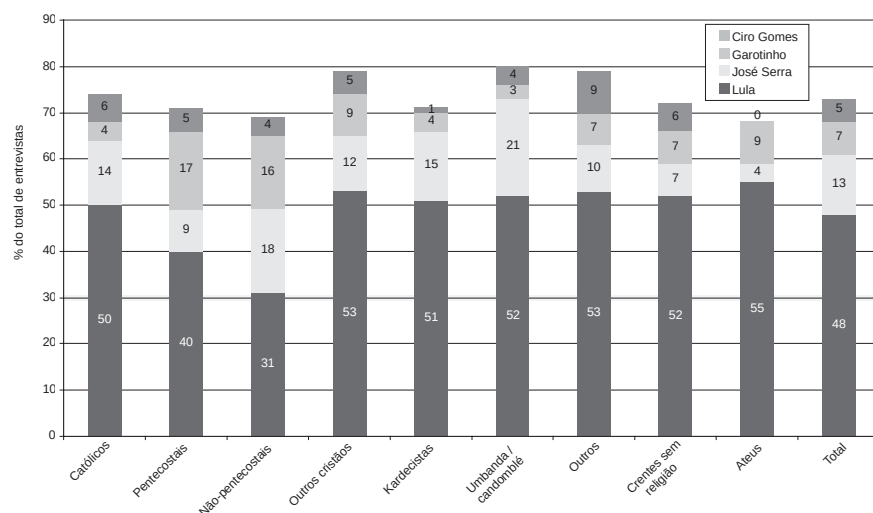
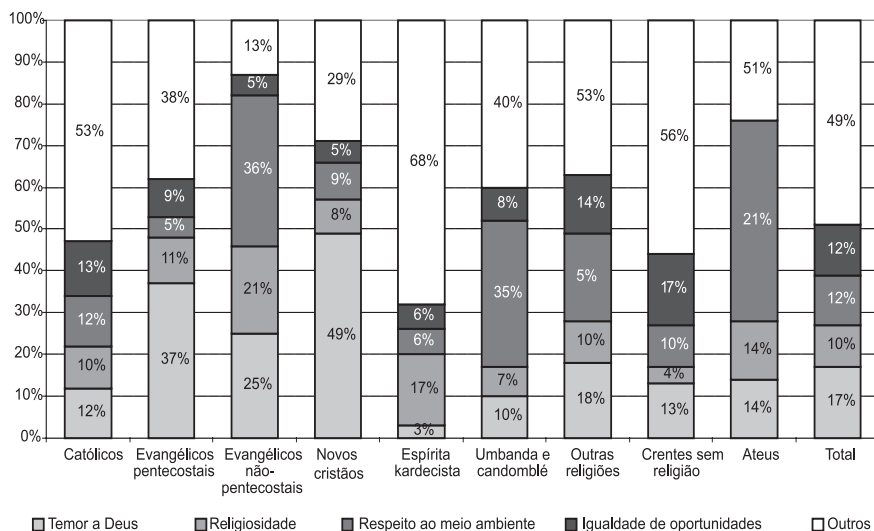


Gráfico 10: Em quem votaram no segundo turno?



Os dois gráficos logo de saída indicam que, independentemente da religião, os jovens entrevistados concentraram seus votos nos quatro principais candidatos e majoritariamente em Lula no primeiro e segundo turnos.

Por outro lado, considerando-se que o candidato Garotinho recebeu votos de jovens de todas as alternativas religiosas (inclusive de espíritas, umbandistas/candomblecistas e ateus), as respostas obtidas mostram evangélicos que votaram em todos os candidatos e desmistificam certa visão que atribui apenas aos votos evangélicos o patamar eleitoral (17,9% dos votos válidos) que este candidato alcançou no primeiro turno das eleições presidenciais. Ou seja, quando se fala em eleições, além da religião, outras variáveis – tais como propaganda eleitoral, programa político, personalidade, alianças e disputas locais – devem ser levadas em conta. No entanto, a pesquisa “Perfil da juventude brasileira” revela um significativo capital eleitoral nacional presente entre evangélicos históricos e pentecostais que se deu a conhecer naquela eleição. Presbiteriano, apresentando-se como “evangélico”, Garotinho angariou votos de pentecostais e não-pentecostais, expressando eleitoralmente as mudanças no campo religioso e também uma rede específica que garante a presença dos evangélicos nos meios de comunicação de massa em distintas regiões do país.

O que podemos concluir daí? Embora todas as alternativas religiosas sejam porosas e se deixem entremear pelos processos sociais em curso,

evangélicos históricos e não-pentecostais e, sobretudo, os pentecostais são os que mais apresentam probabilidades de fazer a religião influenciar eleitoralmente. Isto porque, comparativamente, são eles que apresentam o pertencimento institucional como marca distintiva da vida religiosa. Não por acaso, na pesquisa, são os jovens evangélicos que mais participam em “grupo religioso”: 34% dos jovens que se declararam evangélicos pentecostais participam deste tipo de grupo, seguidos por 33% de evangélicos não-pentecostais, 31% dos jovens das minorias religiosas citadas, 13% de católicos e kardecistas, 1% dos entrevistados que declararam “acreditar em Deus, mas não ter religião”. Os ateus e os adeptos da umbanda e do candomblé disseram não pertencer a grupos de jovens.

Enquanto isso, no senso comum *savant*, pentecostalismo parece não combinar com juventude. Isto não só porque esta vertente sempre traz à tona a velha equação “conservadorismo religioso = alienação política”, mas também porque propõe uma distância da bebida e das drogas que se opõe frontalmente à ideia de juventude/moratória social, tempo de “aproveitar a vida”.

6. Nota final

Os anos 1990, trouxeram consigo crises de paradigmas que atingiram instituições religiosas e políticas. O fim da Guerra Fria e a descrença na possibilidade de mudanças radicais já haviam produzido mudanças de formas e de conteúdo no caráter dos movimentos sociais contemporâneos. No que diz respeito ao campo religioso, velhos e novos fundamentalismos passaram a conviver com a emergência de um mundo religioso plural em que cresce a presença de grupos e indivíduos cuja adesão religiosa permite rearranjos provisórios entre crenças e ritos sem fidelidades institucionais.

Por outro lado, as instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público e têm fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos. Expressando vínculos institucionais ou apenas crenças mais difusas, nos últimos anos, a linguagem religiosa também se faz presente

em muitas expressões juvenis na área das artes e cultura. Não é por acaso que o Prêmio Hutus, considerado o mais importante do *hip-hop* no Brasil, instituiu a categoria *hip-hop gospel* e premia composições que falam de Cristo, de Oxalá e citam salmos bíblicos.

Diante deste cenário rico e complexo, tornam-se preciosos os resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”. Eles nos permitem perceber que, na busca de apreender os efeitos sociais das crenças e pertencimentos religiosos dos jovens, dois extremos devem ser logo descartados. A ideia de que a religião não faz diferença para a complexa vida social contemporânea, para o aqui e agora, resulta na amputação de uma parte importante do imaginário social dos jovens de hoje, empobrece as análises. Mas a ideia oposta, de que a força proselitista de certas religiões é tão forte que – não se submetendo a circunstâncias e contextos – teria o poder de por si fazer retroagir conquistas republicanas, também pode esconder outros tantos preconceitos. Preconceitos confessionais e/ou iluministas? Tanto faz, o prejuízo é o mesmo (se o objetivo é se aproximar e conhecer mais a experiência de certos segmentos da juventude brasileira).

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *et alii* (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris. La Haye, Mouton.
- DECOL, René (2001). “Imigração internacional e mudança religiosa no Brasil”. Campinas, Unicamp.
- NOVAES, Regina (1994). “Religião e política: sincretismos entre alunos de Ciências Sociais”. In: A dança dos sincretismos. *Comunicações do ISER*, 45, ano 13.
- NOVAES, Regina e MELLO, Cecília (2002). Jovens do Rio. *Comunicações do ISER*, número 57, ano 21.
- PACE, Enzo (1997). Religião e globalização. In: ORO, A. P. e STEIL, C. A. (orgs.). *Religião e globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- TAVARES, M. F. e CAMURÇA, Marcelo (2004). “Balanço dos estudos sobre juventude e religião”. Universidade Federal de Juiz de Fora. Artigo inédito.

A juventude negra

Gevanilda Santos

Historiadora e mestre em sociologia política (PUC-SP)

Maria José P. Santos

Assistente social e mestre em psicologia social (PUC-SP)

Rosângela Borges

Jornalista e doutoranda em ciências sociais (PUC-SP)

Outros autores já abordaram nesta coletânea o que é ser jovem no contexto da sociedade brasileira globalizada. A novidade do nosso enfoque é indagar o que é ser jovem numa sociedade que discrimina.

A pesquisa “Perfil da juventude brasileira” levantou novos dados segundo o pertencimento racial dos entrevistados, a partir dos quais foi feita uma releitura das relações sociorraciais brasileiras¹.

¹ Relações sociorraciais é um pressuposto analítico para significar o cotidiano da juventude negra na sociedade brasileira que é marcado por grande desigualdade social combinada com a discriminação racial. O pressuposto explica a peculiaridade do racismo no Brasil, que combina diferenciação na estratificação social com práticas discriminatórias em uma dinâmica que ora acentua a pobreza do negro, ora acentua a desvalorização da sua condição étnica. Isso significa dizer que o racismo no Brasil incide na população negra brasileira determinando duas condições sociais, a pobreza e a discriminação racial. Qualquer análise que desconsiderar tal inter-relação poderá distorcer a objetividade do racismo no Brasil

A composição social do Brasil tem a base bastante larga e o ápice estreito. Há, porém, uma característica ainda mais marcante: as camadas sociais vão embranquecendo na medida em que sobem na pirâmide social. Assim, quando se fala das pessoas que vivem na base da pirâmide social, logo se identifica a pobreza e quando se fala de pobreza no Brasil está-se falando principalmente da população negra e da discriminação racial.

Não é diferente quando se fala da juventude negra, imediatamente percebe-se que “ser jovem negro” não é o mesmo que “ser jovem branco” no Brasil. Além dos aspectos socioeconômicos, faz-se necessária uma abordagem que reconheça as diferenças em alguns aspectos, como autopercepção da identidade, do que é ser jovem, do que é ser brasileiro, da discriminação cotidiana, das atividades de lazer, do racismo, da violência e da importância de alguns valores para a construção de uma sociedade ideal.

As identidades raciais

De acordo com o Censo 2000 do IBGE, o Brasil tem 34,1 milhões de jovens, correspondentes a 20,1% do total da população. Destes 34,1 milhões, quantos são negros?

A pesquisa “Perfil da juventude brasileira” apontou um percentual de 47% de negros, aproximadamente 16 milhões de jovens pretos e pardos. Ela averiguou em pergunta estimulada, segundo o critério de classificação por cor/raça do IBGE, o pertencimento racial dos jovens brasileiros. Diferentemente do IBGE, utilizamos a palavra “negro” para a somatória dos quesitos pardo e preto, por considerá-la mais representativa da reconstrução identitária da população negra impulsionada pelo Movimento Negro Brasileiro nas últimas décadas².

Os dados da pergunta sobre cor e raça da juventude brasileira apontam que 47% são de jovens negros (16 milhões), percentual maior que a totalidade de negros brasileiros (Censo do IBGE 2000, 45,3 % de pretos e pardos). Os jovens que responderam cor/raça branca são 45%, indígenas

² O Movimento Negro Contemporâneo ressignificou a palavra “negro” por meio da ação política-cultural e estética da negritude, um movimento da década de 1970, que valorizou os traços da cultura africana que se manifestam na música, na religião de matriz africana, na dança, na culinária, na rejeição e protesto contra a preponderância da cultura de matriz europeia.

5% e outras 2%.

Quando observamos a distribuição espacial da juventude negra no território nacional, os dados obtidos em pergunta espontânea combinada com estimulada demonstram uma maior concentração dos jovens negros nas regiões Norte e Centro-Oeste com 50%, seguida de 45% no Sudeste e 42% no Nordeste, apenas 17% de jovens negros na região Sul. A pesquisa demonstra uma grande diminuição da presença negra nessa região (ver Anexo, quadro 8).

Em 2003, os dados da distribuição espacial da juventude negra na região Sul vêm confirmar que a típica imigração europeia daquela região, iniciada no século XIX, restringiu a presença da população negra. Fica a pergunta: qual o impacto desse processo histórico na formação identitária, na mobilização social e intervenção política daqueles 17% de jovens negros da região Sul? (Ver Anexo, quadro 8).

Para conhecer o que a juventude brasileira entende por identidade racial, em qual condição o faz, a diferença de percepção entre negros e brancos, não esquecendo o intenso processo de miscigenação e a ideologia do embranquecimento populacional, a pesquisa também recortou a ascendência racial, considerando as combinações de cor ou raça dos avós e pais.

O resultado nacional, em resposta estimulada, apontou que 47% se declaram ter ascendência negra e branca; 21% só branca; 11% branca, negra e índia; 9% branca e índia; 4% só negra; 4% negra e índia e 5% de outros (ver Anexo, quadro 8).

Curioso é que quando se fala em ascendência racial só de brancos, o percentual antes averiguado por cor/raça que era de 45% diminui para 21%. A população mestiça de ascendência negra e indígena subiu para 75%. O contorno do mapa de distribuição espacial da juventude negra também mudou. A maior concentração de jovens brancos da região Sul (75%) caiu drasticamente para 49%. O índice da população jovem branca da região Sudeste de 46% caiu para 21% (ver Anexo, quadro 8).

O quadro comparativo nos permite reiterar a participação majoritária de negros e indígenas na composição do povo brasileiro. Dentre os chamados não-brancos, encontramos diferentes identidades em construção. Uma delas é a identidade negra. Tal fato justifica o porquê de se falar muito que o Brasil é o segundo maior país de população negra. O primeiro é a Nigéria, na África.

O que é bom ou ruim de “encarar” no Brasil

No universo dos jovens pesquisados, 74% consideram que há mais coisas boas do que ruins nessa fase da vida. Entre as melhores coisas, eles destacam não ter preocupação/responsabilidade (45%), aproveitar a vida com alegria (40%), desfrutar as atividades de lazer/entretenimento (26%) e estudar/adquirir conhecimentos (26%) (ver Anexo, quadros 17 e 18).

Já foi dito que “ser jovem negro” não é o mesmo que “ser jovem branco”, muito embora eles afirmem que o simples fato de ser jovem é “algo bom”. Para os jovens brancos, todavia, essa opinião é compartilhada por 77%, enquanto para os não-brancos por 71%.

Vejamos o que diferencia a percepção de jovens negros e brancos. Não ter preocupação/responsabilidade/compromisso diante da vida é algo bom para 44% dos jovens negros, enquanto 46% dos jovens brancos consideram isso algo bom. A alegria de viver foi ressaltada por 41% dos jovens negros e pardos e por 38% dos brancos. Desfrutar as atividades de lazer/entretenimento é bom na juventude para 28% dos jovens negros e 24% para os brancos. A qualificação educacional nos dias de hoje é algo bom para 25% dos negros e 26% dos brancos.

Os dados sobre o que é bom para a juventude negra não se diferenciam significativamente do que é bom para a juventude branca. Em ambos os casos, confirma-se a convicção enraizada no imaginário cultural brasileiro de que, somos um povo alegre e há, em particular, uma contribuição da população negra, expressa no Carnaval, na dança, na música, no esporte, entre outras. Entretanto, longe do imaginário da cultura e independentemente das desigualdades de oportunidades de acesso, o jovem negro tem tanta preocupação (25%) quanto os brancos (26%) em estudar e adquirir conhecimento para desfrutar o que eles consideram bom na juventude. Estes índices demonstram o quanto a educação é uma via importante para a mobilidade social da população jovem. Historicamente, as tentativas para diminuir as desigualdades entre negros e brancos vêm sendo apontadas desde a Frente Negra Brasileira (1931) até hoje, como as iniciativas dos cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes, que reivindicam políticas públicas de ação afirmativa na universidade difundida como “cotas para estudantes negros”.

O “orgulho em ser brasileiro” é partilhado por 91% dos jovens negros e brancos. Entre os negros, 31% acreditam que o Brasil cultua a paz, enquanto 28% dos brancos têm essa mesma percepção. A beleza natural foi apontada igualmente por 27% dos negros e brancos. Quanto à característica do brasileiro, o caráter cordial e alegre é apontado como motivo de orgulho para 23% dos negros e 25% dos brancos.

Os dados evidenciam que também os jovens negros são suscetíveis à idealização do imaginário da cordialidade e da visão paradisíaca do Brasil. O que explica que eles, os jovens negros, são o alvo do mito da democracia racial brasileira, que distorce a visão sobre as condições concretas dos aspectos socioeconômicos e das práticas discriminatórias, muito peculiar ao racismo brasileiro³.

Os problemas mais cotados na percepção do que é “ruim de encarar” quando se é jovem são a convivência com risco (23%), a falta de trabalho/renda (20%), as drogas (17%) e o controle familiar (15%). Analogamente, o que mais preocupa o jovem é a questão da segurança/violência (55%), emprego/profissão (52%), drogas (24%) e educação (17%) (ver Anexo, quadros 19 e 20).

O cotidiano “ruim de encarar” teve cotação semelhante entre os jovens negros e brancos, uniformizando de certa forma as preocupação da juventude brasileira. Nos dias de hoje, a droga é um risco eminente para 17% dos jovens negros ou brancos, indistintamente. As situações ligadas ao mundo do trabalho decorrentes da falta de emprego ou renda foram apontadas mais por jovens negros (23%) do que por brancos (18%). O cotidiano urbano marcado por violência das gangues, das más companhias até a suscetibilidade ao mundo do crime foi lembrado por 7% dos negros e 6% dos jovens brancos.

A pesquisa “Perfil da juventude brasileira” aponta para uma realidade, na qual a discriminação racial, a desigualdade socioeconômica e a falta de acesso ao lazer, entre outras coisas, são uma constante na vida de grande parte desses jovens. Fato que pode explicar parte da incerteza e preocupação demonstradas no questionário sobre as coisas consideradas ruins para os jovens.

³ O mito da democracia racial é a ideia da rejeição dos valores de matriz cultural africana, a negação do racismo, ao mesmo tempo que difunde o ideal do embranquecimento a partir da simbologia da morenidade, da atitude cordial e hospitaleira do brasileiro. Esses são os ingredientes ideológicos do mito da democracia racial, com forte apelo popular.

A discriminação cotidiana

A pesquisa evidencia que a juventude negra tem encarado com mais dificuldade essa fase da vida, porque convive com a discriminação no seu dia a dia, principalmente na educação e no mundo do trabalho.

O quadro nacional da educação, segundo cor/raça, apontou que 42% dos jovens têm até oito anos de estudo no ensino fundamental, dentre esses 30% dos negros e 33% dos indígenas não o concluíram, e na mesma situação temos apenas 19% de brancos e 23% dos que se autoclassificam como pardos (ver Anexo, quadro 2).

No nível universitário, os dados apontam que apenas 6% da juventude brasileira tiveram acesso ao ensino superior, e dentre esses 10% são jovens brancos, 3% jovens negros e 3% jovens indígenas.

Esse quadro educacional põe em discussão a correlação entre a paulatina desqualificação do ensino público brasileiro, nos últimos 30 anos, e a sua retração enquanto um direito universal em todos os níveis de escolaridade. A mobilização da juventude negra em prol de política de inclusão social de estudantes negros oriundos das escolas públicas é uma crítica ao quadro educacional, cuja pretensa universalidade está sendo revisada para democratizar o acesso e permanência do jovem negro.

No mundo do trabalho, a situação não é diferente.

As percepções do mundo do trabalho são diferenciadas para jovens negros e brancos. A importância do trabalho na vida dos jovens é bastante diferenciada, na medida em que 41% dos negros consideram essa atividade uma necessidade de sobrevivência, fato que é destacado por apenas 38% dos jovens brancos.

No geral, a pesquisa revelou que 52% dos jovens estão preocupados com o emprego (ver Anexo, quadro 28). Essa inquietação da juventude foi comprovada no gráfico da evolução do emprego para essa faixa etária. Nos últimos quatro anos, houve recuo na inserção do jovem no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas. Entre 1999 e 2003, o índice dos jovens que estão trabalhando caiu de 36% para 29%, enquanto o índice de desemprego subiu de 32% para 38% entre os jovens.

A retração geral no índice de emprego afetou em maior proporção a juventude negra. O desemprego atinge hoje 34% dos jovens negros ante 28% dos jovens brancos.

Quando observamos o quadro dos jovens com alguma experiência de trabalho, a diferença não é significativa. Do total de 68% dos jovens que trabalham ou já trabalharam, temos 67% entre os negros e o mesmo índice entre os brancos.

Na competição por uma vaga no mercado de trabalho, no entanto, os jovens negros defrontam-se com um mecanismo discriminatório, vulgarmente denominado seletivo, como “boa aparência” ou “ter um bom currículo”, que são quesitos desclassificatórios para a admissão ao emprego.

Em resumo, os aspectos que a juventude define como “ruim de encarar” acentuam os riscos nessa fase da vida e confirmam a discriminação cotidiana sofrida por alguns segmentos sociais – como negros, mulheres, indígenas – em um modelo de sociedade excludente.

Preferências de lazer e mídia

Na sociedade contemporânea ocidental, principalmente a publicidade e as produções televisivas colocam a juventude como um grupo emblemático, mais por sua capacidade de adaptação aos ideais de consumo e valorização do tempo livre do que por sua criatividade artística. Mas realmente existem condições concretas para os jovens negros desfrutarem estas e outras aspirações?

Frequentar uma quadra de escola de samba, exceto no período de Carnaval, não é habitual na fase da juventude. Quando a pergunta, estimulada pela pesquisa, referia-se às atividades de lazer, cultura e passeios realizados pelo menos uma vez na vida, 86% dos jovens responderam que nunca foram em uma quadra de escola de samba e apenas 14% responderam que foram pelo menos uma vez. Dentre esses, temos 21% de jovens negros, 14% dos pardos e apenas 12% dos jovens brancos. Embora seja maior o comparecimento dos jovens negros nas quadras das escolas de samba, esse espaço de lazer é de baixa frequência para a juventude em geral. Isto é comprovado por 86% dos jovens que responderam nunca ter frequentado uma quadra de escola de samba (ver Anexo, quadro 84).

Com um percentual de 47% de jovens negros no Brasil, pode causar certo espanto o distanciamento com a quadra de escola de samba, que historicamente tem sua matriz cultural na população negra. Em uma outra questão sobre gêneros e tipos de música de que mais gosta, o samba apa-

rece com 14%, o pagode com 24%, a somatória de menções ao *rap* com 6% e ao *hip-hop* também com 6% das preferências, elevam o *rap* à disputa pelo quinto gênero de música preferida pela juventude. Na somatória dos gêneros musicais, confirma-se a preferência de 50% para os de matriz cultural negra (ver Anexo, quadro 87). De qualquer forma, a preferência dos jovens negros por gêneros musicais próximos da cultura negra sempre é maior, por exemplo, no caso do samba há 19% de preferência dos jovens negros, 13% dos jovens pardos e 14% dos jovens brancos. Cabe destacar que a receptividade da juventude aos diferentes gêneros musicais é estimulada pela indústria cultural, mais no que se refere ao consumo do que à produção artística fonográfica.

Indagados sobre hábitos de leitura de revistas e quais costumam ler, 67% dos jovens costumam ler alguma revista, hábito mais presente entre as mulheres (77%) do que entre os homens (60%); 40% dos homens e 23% das mulheres não têm hábito de ler revistas. As três revistas mais apontadas são: *Veja*, *Época* e *Contigo*. Nesse caso, as diferenças de gênero, o gosto da leitura entre homens e mulheres, foram mais curiosas do que as diferenças de raça/cor. Nota-se também que entre as mais citadas nenhuma delas se destina especificamente à juventude negra.

O reconhecimento do racismo

Nos último 30 anos, a população brasileira está paulatinamente se afastando da ideologia de acomodação das desigualdades sociorraciais conhecida no Brasil pelo mito da democracia racial. Surgiu um pensar e agir mais próximo de uma nova identidade racial. Estamos falando da identidade de projeto, para usar as palavras do antropólogo Kabengele Munanga⁴. O projeto do Movimento Social Negro Contemporâneo orientou o fortalecimento identitário da população negra, referido por Munanga, a partir de uma importante ação

⁴ Segundo Kabengele Munanga (2002), negros, índios, mulher, homossexual, classes sociais, todas as diversidades regionais e locais constroem identidades diversas e não mestiças (...) e mais negros, brancos, árabes, asiáticos, judeus constroem diversas identidades de resistência, enquanto os movimentos sociais negros, movimentos feministas e outros movimentos construídos com bases em diferenças de sexo, como os movimentos homossexuais, constroem identidades de projeto. Ver *Revista Ethnos Brasil*, Ano I, n.1, março 2002, NUPE, Unesp.

política: resgatou a categoria raça no âmbito teórico e sociopolítico brasileiro para denunciar e protestar contra a prática discriminatória e o racismo. Com essa estratégia abriu os olhos da população negra para vislumbrar o direito à igualdade de condições sociais e subjetivas. Floresceu uma nova identidade negra e o reconhecimento do racismo. Essa mudança se refletiu positivamente na autopercepção dos jovens nascidos nos anos 1980 e 1990. Eles têm uma nova atitude ante a realidade que discrimina, agora ela está sendo reconhecida.

A pesquisa identificou várias experiências desagradáveis ou até mesmo desrespeitosas motivadas por discriminação racial. Quando perguntados sobre a pior experiência de humilhação/discriminação sofrida, 36% dos jovens negros confessaram ter passado por essa experiência e apenas 31% dos jovens brancos reclamaram de tal fato.

O imaginário dos jovens brasileiros reconhece as desigualdades sociais, entre elas as decorrentes do racismo. A pesquisa apontou uma disposição para encarar tais assuntos. Entre os principais assuntos de interesse pessoal dos jovens, tanto os negros como os brancos, 27% destacaram os assuntos correlatos à desigualdade e à pobreza e 19% referiram-se ao racismo (ver Anexo, quadro 22).

Para além do interesse pessoal, tais assuntos poderão motivar o diálogo na família e nos círculos de amizade, visto que 30% querem falar sobre a desigualdade social e 23% sobre o racismo (ver Anexo, quadro 23).

A relevância social da discussão do tema racismo para a sociedade brasileira foi destacada por 32% dos jovens, juntamente com desigualdade e pobreza (45%) e educação (50%) (ver Anexo, quadro 25). Os conflitos sociorraciais no Brasil possuem uma tendência a ultrapassar o campo da subjetividade e adquirir maior objetividade social, o que pode favorecer no futuro a perspectiva de enfrentar o racismo como uma tarefa de toda a sociedade brasileira, não apenas uma preocupação dos negros. Consequentemente coibir a discriminação cotidiana será uma responsabilidade de todos os brasileiros, no âmbito privado e público.

É normal ter ideias diferentes

Jovens negros e brancos compartilham muitos valores, principalmente os referentes à aceitação dos diferentes comportamentos coletivos existentes no mundo urbano.

Quase metade da juventude brasileira, 46%, admite que é normal ter opinião diferente sobre igualdade de direitos, intolerância racial e religiosa ou comportamental e, sobretudo, rejeitam o diálogo capaz de provocar mudança de opinião.

Acreditar na superioridade da raça branca e consequentemente na inferioridade racial do negro é um fato válido para 7% da juventude. Essa postura da juventude não deve causar espanto, porque confirma o reconhecimento da hierarquização dos valores que definem o que tem ou não prestígio na sociedade brasileira. A hierarquia da diferença é a base do pensamento racista, muito embora no Brasil não seja assumido como uma prática e responsabilidade pessoal (ver Anexo, quadro 63).

A aceitação ou rejeição do direito à diferença coloca em debate o reconhecimento dos movimentos sociais enquanto atores sociais da luta por direitos, inclusive a legitimidade do Movimento Negro Brasileiro.

Felizmente, os dados da pesquisa apontam para uma postura ligeiramente favorável aos movimentos sociais, na medida em que está aumentando a rejeição total ou parcial ao pensamento intolerante, do tipo que aceita prontamente a legalização da pena de morte, a criminalização do aborto, a homofobia e a defesa da superioridade da raça branca. O que nos leva a crer que há uma tendência em admitir novos valores, principalmente o respeito às diferenças e diversidade cultural (ver Anexo, quadro 63).

A violência e os direitos humanos

De forma geral, os dados da pesquisa identificaram que 55% dos jovens brasileiros estão preocupados com a segurança/violência nos dias atuais. Os jovens brancos apresentam preocupação maior (60%) em relação aos jovens negros (52%).

Cerca da metade dos jovens entrevistados disse que, para além da preocupação com a violência, já experimentou tal situação, na medida em que 46% disseram ter perdido alguém próximo de forma violenta, realidade mais vivenciada pelos jovens negros, 52%; 49% dos pardos e 42% dos jovens brancos confessaram o mesmo infortúnio.

A bem da verdade, os índices da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” confirmam estudos já realizados que vêm apontando que o jovem negro das periferias das cidades é mais suscetível aos riscos da violência⁵.

A segurança pública no Brasil é uma atribuição do Estado, porém diante da juventude negra e pobre ela exerce um papel mais repressivo e menos de seguridade social. A abordagem policial na periferia das grandes cidades está em grande parte comprometida com a situação de extermínio da juventude negra. Outra parte da responsabilidade é do crime organizado.

Entre os dois extremos, fica o jovem negro, que não possui condição socioeconômica familiar capaz de lhe dar proteção, investimento educacional e qualquer alternativa à violência cotidiana.

Há muita concordância entre jovens negros e brancos quando o assunto é a violência. O que pode ser traduzido por um apelo às autoridades legislativas e governamentais, para tomarem providências para um maior policiamento nas escolas (91%), exame *antidoping* na escola (83%), proibição da venda de arma de fogo (59%) e proibição de torcidas organizadas (43%) (ver Anexo, quadro 118).

Tal assunto é um alerta para a urgência do debate sobre os direitos humanos no Brasil. Sobretudo quando falamos de uma juventude que confia parcialmente na Polícia Militar (46%) ou não confia (41%) (ver Anexo, quadro 69).

Os direitos humanos são para 43% dos jovens a garantia dos direitos individuais e civis, de liberdade (19%) e de respeito (8%) ao cidadão (ver Anexo, quadro 79).

Para finalizar, é importante enfatizar que a pesquisa também aponta a percepção da juventude para um futuro próximo. Nesse futuro, há muitos sonhos alimentados por valores universais. Entre os valores mais impor-

⁵ O estudo realizado por Barbosa (1998) demonstra que os homens negros têm suas vidas ceifadas mais cedo; enquanto 63% deles morrem até os 49 anos, esta proporção é de 39% para os homens brancos. Conclui a autora em seu estudo que o racismo é fator determinante no modo de viver, adoecer e morrer. Por exemplo: o peso das causas externas (não naturais) nos óbitos dos homens negros é basicamente o dobro do peso dos homens brancos: 32,3% para 16,2%. Ver Barbosa, Maria Inês. *Racismo e saúde*, tese de doutorado defendida na Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998.

Uma outra pesquisa aponta que a proporção de vítimas por homicídio na população parda e negra é 65,3% superior à da população branca. Entre os negros, a taxa é de 34 mortes a cada 100 mil e, entre os brancos, o índice diminui para 20,6 a cada 100 mil. A tendência mantém-se entre os jovens: a cada 100 mil habitantes, 39,3 brancos morrem por homicídio, enquanto o número de negros é de 68,4, diferença de 74% entre as raças. Ver *O mapa da violência IV: Os jovens do Brasil*, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Instituto Ayrton Senna, em 2004.

tantes para uma sociedade ideal, os jovens apontaram a “solidariedade” (55%), o “respeito às diferenças” (50%), a “igualdade de oportunidades” (46%) e de forma pulverizada a noção de cidadania a partir dos direitos civis e coletivos. Essa é a dica da juventude para as políticas públicas (ver Anexo, quadro 34).

Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem

Beatriz Carlini-Marlatt

Cientista social, doutora em psicologia social pela PUC-SP e doutora pela Boston University School of Public Health.

Introdução

Os movimentos sociais, políticos e artísticos das décadas de 1970 e 1980, foram regados a caipirinha e chope e envolvidos numa grande nuvem de fumaça, quase sempre de cigarros sem filtro.

Em tempos de pouquíssimo espaço para escolhas, optar por ser fumante, beber e eventualmente fumar um baseado constituíam umas das poucas práticas disponíveis de afirmação de nossas individualidades. Questionar essas práticas, em nome da saúde e do bem-estar, era iniciativa inútil, encarada como intrusiva, moralista, inadequada.

Textos que se tornaram clássicos na época, como “Geração AI-5”, de Luciano Martins (1970), ou “Duas peças de acusação na sociedade contemporânea”, de Gilberto Velho (2004), discutiam a maconha e os estilos

de vida da juventude urbana associados a seu uso sob a ótica do contexto político opressivo em que vivíamos. Nessa época, saúde coletiva e uso de drogas eram temas que não pertenciam ao mesmo universo vocabular.

Hoje, os que se reuniam décadas atrás em bares, sindicatos e grêmios estudantis constituem a liderança política e intelectual do Brasil. Nós chegamos ao poder. E conosco permanece um certo incômodo histórico de discutir o uso de substâncias químicas entre os jovens do nosso país. Este texto é um apelo para que superemos esse incômodo.

Nesse intervalo de tempo que separam os anos 1970 da nossa promissora atualidade, nossos “hábitos individuais” viraram “*big business*”, nossos espaços de escolha, espaços de *marketing* (JERNIGAN, 1997; ADVOCACY INSTITUTE, 1998). Ditado pela globalização da economia e alimentando-se de nossa omissão e condescendência, a produção legal de álcool e tabaco, e ilegal, de cocaína e maconha, foram assimiladas pelas grandes corporações transnacionais. A sofisticação das estratégias de produção e distribuição, visando garantir consumidores fiéis desde a pré-adolescência, tem sido documentada tanto em nosso país como no exterior (CAMPAIGN FOR TOBACCO-FREE KIDS AND ACTION ON SMOKING AND HEALTH, 2001; CARLINI-MARLATT, 2001).

O presente texto apresentará primeiramente o cenário brasileiro nessa área, para em seguida discutir dados de recente pesquisa conduzida sob direção do Instituto Cidadania, intitulada “Perfil da juventude brasileira”. Será concluído sugerindo abordagens para o desenvolvimento de políticas públicas que possam contribuir para a promoção de uma vida plena e saudável para os jovens brasileiros.

O cenário

Bebidas alcoólicas: uma mercadoria como outra qualquer; uma mercadoria muito diferente

Substâncias que alteram o humor e a percepção da realidade acompanham a humanidade desde os primórdios da civilização e têm sido produzidas, distribuídas e negociadas como quase todos os outros bens presentes nas mesmas. Assim, não é de estranhar que atualmente a produção de bebidas alcoólicas obedeça à lógica do capitalismo globalizado em tempos de

política neoliberal: é dominado por gigantescas corporações que insistem no “direito” de comercializar seus produtos sem respeitar fronteiras nacionais e políticas fiscais, sociais ou de saúde e ainda se utilizam amplamente de estratégias de *marketing* para posicionar seus produtos.

O alvo principal (mas não exclusivo) das grandes indústrias de álcool é a população jovem. As razões dessa escolha não são mais perversas que a lógica já perversa do mercado livre: concentra-se maior energia na população que mais tem potencial de aumentar o consumo e é sensível a mensagens que associem o uso desses produtos a uma identidade geracional (CARLINI-MARLATT, 2001; PINSKY, 2004). As estratégias de *marketing* das bebidas alcoólicas infelizmente abordam a juventude brasileira com competência e eficácia invejáveis (JERNIGAN, 1997; PINSKY, 2004); reconhecem que não há uma juventude homogênea, mas juventudes e que seus segmentos necessitam de mensagens diferenciadas (segmentação do mercado); entendem a importância de oferecer produtos jovens com imagens diferentes; reconhecem, nas suas campanhas de *marketing*, a necessidade dos jovens de serem levados a sério (mas com humor e irreverência) e exploram conflitos geracionais sob a ótica dos mais jovens. Há marcas de bebidas associadas ao jovem trabalhador, ao jovem universitário de elite, ao público feminino, ao jovem irreverente e inconformista, ao jovem sexualmente agressivo, ao jovem sexualmente confuso.

O profissionalismo com que o *marketing* de bebidas alcoólicas tem posicionado seu produto na sociedade é maximizado pela política brasileira em relação as mesmas: basicamente nenhuma (CARLINI-COTRIM, 1999; ROOM *et alii*, 2002). Não temos oferecido proteção à agressividade quase indecorosa dessas indústrias à nossa população, além de uma tímida legislação controlando propagandas (que não atinge cervejas e chope, bebidas de maior identidade jovem) e uma lei que proíbe a venda de bebidas para menores de 18 anos (raramente cumprida ou fiscalizada). Ainda entregamos às leis do mercado a regulamentação do preço, da distribuição e da produção de bebidas alcoólicas no país, para o total deleite das corporações transnacionais que controlam o mercado (mesmo que espertamente travestidas de marcas nacionais).

Os resultados dessa combinação de agressividade das indústrias e omissão governamental são previsíveis: o consumo *per capita* de álcool cresceu 154,8% entre 1961 e 2000, situando o Brasil entre os 25 países do

mundo que mais aumentaram o consumo de bebidas durante esse período (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002a).

Poderia ser argumentado que os fatores descritos – competência em comunicação com jovens, agressividade de *marketing* e não-regulamentação governamental – são perfeitamente aceitáveis e utilizados em vários outros produtos que vêm explorando o grande potencial de consumo jovem: marcas de *jeans*, tênis, chocolate, revistas, refrigerantes.

Esse argumento desconsidera, no entanto, que o consumo intenso de álcool no contexto social de nosso país (falta de empregos, poucas oportunidades de lazer, disponibilidade alta de armas de fogo, sistema educacional injusto e excludente) gera problemas sociais e de saúde em frequência desproporcionalmente alta (ROOM *et alii*, 2002).

As consequências do uso de álcool pelos jovens, quando comparadas com a “inocuidade” de vestir o *jeans* ou o calçado do momento, clamam por uma política menos liberal em relação às bebidas.

No Brasil, o consumo de bebidas alcoólicas é o principal fator de risco para morte, doenças e deficiências físicas (calculados pelo índice DALY, ou Disability Adjusted of Life Years Lost, da Organização Mundial de Saúde – OMS), em decorrência dos acidentes e da violência que ocorrem quando as pessoas estão sob efeito de álcool. Para surpresa de muitos, esses problemas não são devidos principalmente aos dependentes de álcool, pequena proporção do total de pessoas que consomem bebidas alcoólicas, mas pela grande fatia de jovens e adultos jovens que, sob efeito de álcool, expõem-se a uma variada gama de situações arriscadas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002b).

Essas consequências vêm sendo ilustradas por várias pesquisas no Brasil: uma análise dos exames toxicológicos realizados no Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo (CARLINI-COTRIM e CHASIN, 2000), durante 1994, revelou que 52% das vítimas de homicídio, 64% das de afogamentos fatais e 51% dos vitimizados fatalmente em acidentes de trânsito, apresentaram álcool na corrente sanguínea em níveis mais elevados do que o permitido por lei para dirigir veículos (maior ou igual a 0,08 grama de álcool por litro no sangue). Já em Curitiba (DUARTE e CARLINI-COTRIM, 2000), encontraram-se fortes evidências de que 58,9% dos autores dos crimes e 53,6% das vítimas de 130 processos de homicídios ocorridos entre 1990 e 1995, julgados nos Tribunais de Júri da cidade, estavam sob efeito de bebida alcoólica no

momento da ocorrência. Em Recife (OLIVEIRA e MELCOP, 1997), durante o Carnaval de 1997, 88,2% das vítimas fatais e 80,7% das vítimas não-fatais de acidentes de trânsito apresentaram exame positivo para intoxicação alcoólica. Estudos feitos em prontos-socorros em Brasília, Curitiba, Recife, Salvador (NERY FILHO *et alii*, 1997), São Paulo (GAZAL-CARVALHO *et alii*, 2002) e Campinas (MANTOVAM *et alii*, 1993), por diferentes autores e instituições, também encontraram presença de álcool no sangue de vítimas em porcentagens que variaram de 29% a 61%.

Finalmente, embora a grande maioria dos jovens que bebem exageradamente tenda a parar de beber ou a beber doses moderadas quando se tornam adultos, uma pequena proporção continua a usar álcool, crônica e pesadamente. A dependência do álcool, geralmente resultado de décadas de consumo de bebidas, tem tido destaque absoluto na proporção de internações psiquiátricas por drogas no Brasil, variando entre 90% e 95% do total desde os anos 1980 (NOTO *et alii*, 2002).

Tabaco: política pública e pressão econômica

O cigarro e as armas de fogo são as duas únicas mercadorias produzidas legalmente que, se forem usadas conforme os seus fabricantes recomendam, matam.

No Brasil, 90% dos fumantes adultos começaram a fumar na adolescência (Inca – Instituto Nacional de Câncer). E, de cada três adultos vivos que começaram a fumar durante a adolescência ou a juventude e não pararam até hoje, um irá morrer precocemente por doenças causadas pelo cigarro (CDC, 1996). Enquanto isso, outros dois adultos irão onerar nosso sistema de saúde com muito mais intercorrências médicas que os não-fumantes da mesma idade.

A chance de morrer pelo uso de cigarro (uma em três) é duas vezes maior do que a chance de morrer fazendo “roleta-russa” (uma em seis, com uma arma de fogo que carrega seis balas). Mas, como a morte não ocorre imediatamente, a conexão entre o comportamento (fumar) e sua consequência (morte precoce) é mais difícil de fazer, principalmente pela população jovem, tipicamente centrada nos resultados imediatos de suas escolhas, e não nas consequências futuras. Ainda no caso do uso de cigarros, tem-se a ilusão de que se pode “desistir da roleta-russa” a qualquer momento, parando de fumar. Essa ilusão é ainda mais forte no caso dos jovens, que

alimentam uma onipotência típica da faixa etária, descrita até nos manuais mais elementares da psicologia do desenvolvimento. Obviamente a possibilidade de parar de fumar é real, mas infelizmente rara: apenas cerca de 20% dos fumantes que querem parar de fumar o conseguem efetivamente, a cada tentativa (US DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, 1996).

A indústria de tabaco, que movimenta no mundo bilhões de dólares por ano, trabalha diligentemente para camuflar as consequências do uso de seu produto e promove o hábito de fumar como um exercício de autonomia. Concentra seus esforços de *marketing* principalmente para angariar a população jovem (BIENER E SIEGEL, 2000), devido à altíssima mortalidade precoce de seus consumidores adultos (essa estratégia foi chamada pela própria indústria de tabaco de política de “*replacement*”, ou reposição) (LING E GLANTZ, 2002).

Felizmente e em contraste com o álcool, a distribuição e o *marketing* de cigarros no Brasil são regulamentados por uma das políticas mais ousadas do mundo contemporâneo, só comparada à do Canadá em termos de proteção da sociedade à agressividade da indústria produtora. No Brasil, a propaganda de cigarros é proibida em todos os veículos de comunicação, as companhias de cigarro não podem patrocinar eventos culturais ou esportivos, os lugares onde fumar é permitido são regulamentados por lei, o Ministério da Saúde exige fotos coloridas que ocupem todo o verso do maço de cigarros ilustrando as consequências do tabagismo, além de uma frase de advertência. Ainda, os impostos sobre os cigarros no Brasil contribuem para que o preço seja mais elevado do que as leis naturais de mercado determinariam, na tentativa de desencorajar o consumo.

Esses esforços parecem estar surtindo efeito: o relatório do Nations (NATIONAL TOBACCO INFORMATION ONLINE SYSTEM, 2002) apurou um consumo de 714 cigarros *per capita* no Brasil, em 1998, em contraste com 1.748 no Reino Unido, 2.255 nos Estados Unidos, 784 no México e 1.527 na Argentina. O Nations documenta ainda que o uso de cigarros decresceu 43% entre 1970 e 1998, no Brasil.

Seria ingênuo, no entanto, imaginar que medidas tão corajosas seriam assimiladas por grandes corporações econômicas sem tentativas de sabotagem e pressão política.

Alguns exemplos: várias marcas de cigarro brasileiras incluem adesivos-brinde dentro do próprio maço, com temas visualmente agradáveis, para

serem colados sobre as fotos que ocupam o verso do maço de cigarros, mostrando, por exemplo, fumantes em estado terminal de saúde. Algumas outras marcas incluem em seus maços um pequeno texto sugerindo que as pessoas consumam seus produtos de forma moderada, exercendo sua liberdade de escolha. Esse apelo, possivelmente inspirado na ideia de beber com moderação, é de uma hipocrisia indecorosa: décadas de pesquisa na área vêm demonstrando que, enquanto a ampla maioria dos consumidores de álcool consegue beber com moderação, somente uma minoria ínfima de fumantes consegue fumar moderadamente, devido ao alto potencial de dependência causada pela nicotina (WARNER, 2002).

As pressões internacionais também contribuem para minar nossos esforços. As pressões exercidas pela Marlboro na ocasião da corrida de Fórmula 1 ocorrida em São Paulo no início de 2002, é um bom exemplo: a proibição de propagandas de cigarros no país teve que ser suspensa nessa ocasião, para que o logotipo da Marlboro pudesse ser divulgado mundialmente pelos órgãos de comunicação.

Finalmente, desde os fins dos anos 1990, uma forma de burlar os impostos sobre cigarros vem crescendo no Brasil: exportamos quantidades cada vez maiores de cigarros ao Paraguai, que são por sua vez contrabandeados de volta ao Brasil e vendidos ilegalmente como forma de evitar os impostos sobre o produto. A estimativa feita por artigo recente publicado na prestigiosa revista científica *Tobacco Control* (SHAPEY *et alii*, 2002) é de que 40% dos cigarros consumidos no Brasil são oriundos da conexão Brasil-Paraguai-Brasil, porcentagem muito próxima de 43%, que indicaria a taxa de queda no consumo *per capita*, documentada oficialmente.

Deve-se enfatizar, no entanto, que todas essas tentativas de sabotar a política brasileira antitabagismo não são argumentos para desistir da regulamentação do produto: a manutenção das taxas de consumo não é um resultado nada desanimador, principalmente se comparado com o obscuro aumento de vendas das bebidas alcoólicas no país.

Drogas ilícitas: problema de importância ou de importação?

O quadro de consumo de drogas ilícitas no Brasil, quando comparado com o cenário internacional, é discreto, embora venha aumentando marcadamente nos últimos anos.

Essa afirmação é confirmada por uma série de estudos, sendo o mais recente e abrangente deles o “1 Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país – 2001”, realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas, o Cebrid (2002).

A síntese dos resultados dessa pesquisa, que representa a população brasileira residente nas cidades com mais de 200 mil habitantes na faixa etária compreendida entre 12 e 65 anos de idade, é excelente ilustração do uso modesto de drogas ilícitas e medicamentos no Brasil. Alguns trechos dessa publicação:

“[...] 19,4% da população pesquisada já fez uso na vida de drogas, exceto álcool e tabaco. [...] Em pesquisa idêntica realizada nos Estados Unidos essa porcentagem atinge 38,9% e no Chile, 17,1%.

“O uso na vida da maconha aparece em primeiro lugar entre as drogas ilícitas com 6,9% dos entrevistados. Comparando-se esse resultado com outros estudos, pode-se verificar que é bem menor que em países como Estados Unidos (34,2%), Reino Unido (25%), Dinamarca (24,3%) e Chile (16,6%). Porém, superior a Bélgica (5,8%) e Colômbia (5,4%).

“O crescimento de drogas entre jovens vem sendo observado, quando se comparam levantamentos nacionais feitos entre estudantes brasileiros do ensino fundamental e médio. De 1987 a 1997, o uso na vida de maconha passou de 2,8% para 7,6% e o de cocaína subiu de 0,5% para 2%.”

Comparado com o impacto do álcool e do tabaco sobre a autonomia, a saúde e o bem-estar da população jovem, a questão do uso de drogas ilícitas pelos jovens brasileiros é de relevância questionável.

Elas ocupam, no entanto, um lugar de destaque no imaginário de nossa população, provocando ondas de pânico em grande parte alimentadas (e algumas vezes produzidas) pela mídia.

As drogas ilícitas são muito mais uma das várias peças de acusação das gerações mais velhas em relação a alguns estilos de vida adotados pelos jovens (VELHO, 2004), do que um problema de saúde coletiva que mereça atenção prioritária em políticas sociais. Com exceção do papel das drogas injetáveis na

disseminação do vírus da AIDS, para o que o Brasil já exibe uma das políticas públicas mais arrojadas do mundo, o tema é de significação duvidosa.

O mesmo não é verdade para outra faceta dessa questão: a produção e o tráfico de drogas. Oferecendo identidade, respeitabilidade, rendimento financeiro e “plano de carreira” para grande parcela da juventude socialmente excluída, o comércio de drogas arregimenta sem dificuldades enorme contingente de adolescentes. Considerando-se que o Brasil é país de ponta na manutenção do tráfico internacional e que o mercado interno de drogas é pequeno, mas em expansão, trabalho não falta.

Infelizmente, enquanto o país não oferecer políticas educacionais e de opção no mercado de trabalho que consigam competir minimamente com os apelos da profissão de traficante de drogas, há poucas chances de se conseguir mudanças nesse quadro.

Perfil da juventude brasileira: dados sobre drogas

Durante os meses de novembro e dezembro de 2003, uma amostra probabilística de 3.501 jovens entre 15 e 24 anos, residentes em 198 municípios brasileiros, foi entrevistada em seus domicílios. Responderam a um questionário de 158 perguntas sobre suas crenças, valores e experiências a entrevistadores especialmente treinados para abordar jovens. Várias dessas questões eram relativas a drogas, incluindo álcool e tabaco.

As informações geradas pela pesquisa “Perfil da juventude brasileira” contribuem de modo original para vários aspectos ainda inexplorados do tema drogas, mesmo considerando o fato de contarmos com uma organização universitária, o Cebrid, que vem realizando pesquisas periódicas sobre o uso das mais variadas substâncias psicotrópicas visando monitorar o consumo de drogas entre estudantes da rede pública desde 1987 (GALDURÓZ *et alii*, 2004), e já conduziu uma pesquisa sobre o mesmo assunto numa amostra da população geral brasileira, com entrevistas domiciliares (DUARTE E CARLINI-COTRIM, 2000).

No presente texto, apresentaremos os dados gerados pela pesquisa que puderam ser analisados sem a necessidade de recorrer a tratamentos estatísticos multivariados, para o controle de variáveis de confusão óbvias, como sexo e faixa etária. Estudos futuros poderão trabalhar com outras

informações obtidas, potencializando as contribuições desse levantamento de dados na área de drogas.

Hierarquia de contato

Uma das novas informações que a pesquisa registra diz respeito à proximidade e disponibilidade de drogas ilícitas (maconha e cocaína) no cotidiano do jovem.

Os dados colhidos indicam que essas substâncias são de fácil acesso: a grande maioria dos jovens (72%) relatou que já conheceu alguém que usava maconha e um terço deles relatou o mesmo em relação à cocaína (32%). Interessante notar, no entanto, que relativamente poucos usaram essa proximidade para conseguir essas substâncias para uso próprio (13,9% e 9,4%, respectivamente, em relação ao uso – ver Tabelas 1 e 2). Ainda, os jovens mais novos (15 a 17 anos), em geral concebidos como os mais ingênuos, foram os que mais rejeitaram essa oportunidade – ver Tabelas 1 e 2).

Esses achados desafiam a ideia de que os jovens são “presa fácil” ao apelo das drogas ilícitas e tendem a ser acríticos diante da oportunidade de usarem substâncias proscritas. Os dados colhidos sugerem uma juventude avessa à experimentação da maconha e cocaína, relatada por 10% e 3% dos entrevistados, respectivamente (ver Anexo, quadros 114 e 116).

Deve-se levar em conta, no entanto, que esses percentuais talvez fossem mais baixos alguns anos atrás, como detectado nas pesquisas entre estudantes do ensino fundamental e médio feitas pelo Cebrid e que, provavelmente, alguns entrevistados preferiram omitir a verdade, embora a literatura indique que essa proporção não é muito significativa (no caso dos estudantes, os dados são colhidos em questionários de autopreenchimento, anônimos, de preenchimento voluntário e depositados em urnas colocadas na sala de aula. Essa metodologia é adotada internacionalmente e uma discussão acerca de sua validade pode ser encontrada em Carlini-Coltrim e Barbosa (1993).

Tabela 1 - Hierarquia de contato com a maconha, entre jovens brasileiros de 15 a 24 anos, segundo sexo e faixa etária

Hierarquia de contato com a maconha	Sexo			Idade		
	Total%	M%	F%	15-17%	18-20%	21-24%
Conheceu alguém que usa	72	79	65	65	73	77
Viu alguém usando	63	74	51	55	62	69
Alguém ofereceu	37	51	23	23	36	49
Segurou na mão	17	23	12	11	16	24
Já usou	10	14	6	5	8	15
Proporção conhece alguém/já usou	13,9	17,7	9,2	6,8	10,9	19,5

Tabela 2 - Hierarquia de contato com a cocaína, entre jovens brasileiros de 15 a 24 anos, segundo sexo e faixa etária

Hierarquia de contato com a cocaína	Sexo			Idade		
	Total%	M%	F%	15-17%	18-20%	21-24%
Conheceu alguém que usa	32	37	27	23	31	41
Viu alguém usando	24	30	17	15	22	32
Alguém ofereceu	14	19	9	5	13	21
Segurou na mão	6	8	3	2	4	10

As informações obtidas sobre o consumo de álcool e tabaco não permitem uma comparação direta com as relativas ao consumo das drogas ilícitas, mas sugerem contrastes importantes. Assumindo-se a hipótese bastante razoável de que todos os jovens entrevistados (100%) já conheceram alguém que toma bebidas alcoólicas e alguém que fuma, a proporção “conhece/já usou” é muito maior para essas substâncias do que para maconha e cocaína: 68% (álcool) e 26% (cigarros). Ainda, metade dos que relataram já terem experimentado cigarros admite continuar fumando (13%) (ver Anexo, quadro 106) e 52% adquiriram o hábito de beber (ver Anexo, quadro 109), embora a quantidade e a frequência desse hábito –

informação central para saber do real risco de tal comportamento – não sejam conhecidas.

A facilidade com que os jovens aceitam consumir álcool e cigarros e rejeitam maconha e cocaína não é surpresa quando levamos em conta o cenário descrito na primeira parte deste texto.

Fica a questão a ser melhor explorada em próximas pesquisas: qual é o perfil da minoria que se interessa em usar maconha e cocaína, além da já conhecida e aqui também documentada tendência de serem mais velhos e do sexo masculino? Por outras pesquisas, sabemos que os jovens defasados nos estudos, com baixo desempenho na escola e com relacionamento familiar difícil, vivendo situações de violência doméstica e estudando no período noturno são os que apresentam maiores chances de consumir substâncias ilícitas (GALDURÓZ *et alii*, 2004; DEMICHELI e FORMIGONI, 2004; CARVALHO *et alii*, 1995). Nesses casos, o uso de drogas ilícitas parece ser menos resultado da oportunidade de usá-las que da falta de oportunidade em outros domínios da vida social e afetiva.

Tabela 3 - Experimentação e uso habitual de bebidas alcoólicas e cigarros

Bebidas e cigarros	Sexo			Idade		
	Total	M	F	15-17	18-20	21-24
TABACO - Já fumou - Continua fumando	2.613	2.914	2.312	166	2.411	3.520
ÁLCOOL - Já bebeu - Continua bebendo	6.852	7.761	5.944	5.844	7.057	7.455

Mas a “teoria da falta” só conta um pedaço da história. Um outro aspecto a ser conhecido, timidamente discutido por alguns estudos antropológicos e para o qual são ausentes estudos na área de saúde, diz respeito ao apelo que as drogas ilícitas podem exercer justamente nas porções mais questionadoras e rebeldes da juventude, ou seja, aqueles setores com maior potencial de ações transformadoras e pensamento crítico. É possível que, na construção de uma identidade transgressora, as drogas ilícitas sejam mercadorias de grande apelo, por serem comercializadas à margem da estrutura

formal de consumo. Nesse caso, a minoria jovem com maior potencial de transformação seria também a que tenderia a se expor a maior risco, uma vez que os dados epidemiológicos disponíveis são muito claros em documentar que as drogas ilícitas não são usadas para substituir as permitidas por lei, mas adicionadas ao repertório de consumo.

Atitudes

Outra contribuição importante da pesquisa em pauta é a possibilidade de comparar, na mesma amostra de jovens, algumas atitudes em relação a temas controversos na sociedade contemporânea, com claras implicações morais e éticas.

A Tabela 4 descreve as proporções de jovens que concordam com algumas bandeiras clássicas na construção de uma sociedade tolerante e inclusiva socialmente. Os jovens se revelam cautelosos e, por que não dizer, conservadores, em relação aos temas pesquisados: limitam-se a criticar a ideia de que a raça branca é superior às outras, mas no restante dos temas pesquisados o máximo de concordância obtida é da ordem de 50% (ver Anexo, quadro 63).

Em relação à descriminalização da maconha, questão de interesse deste artigo, os jovens se revelaram ainda mais conservadores do que nos outros temas, com somente 17% de concordância (o máximo de apoio a essa bandeira foi encontrada entre os jovens com instrução universitária, 28% – ver Tabela 4). Mas esse dado só revela uma faceta de uma questão certamente complexa: na última linha da Tabela 4 descrevem-se os resultados de uma outra questão do questionário, e pode-se ler que 77% dos pesquisados acreditam ser melhor mandar os usuários de drogas para tratamento, e não para a prisão. Essas atitudes, aparentemente contraditórias, mereceriam ser abordadas em outras pesquisas. Por ora, revelam um jovem que ainda se digladia com uma dicotomia extremamente simplificada do usuário de drogas: se é doente ou criminoso.

Tabela 4 – Atitudes de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos em relação a temas controversos na sociedade brasileira, segundo sexo e idade

ATITUDES	TOTAL	M	F	15-17	18-20	21-24
CONTRA A SUPERIORIDADE DA RAÇA BRANCA	91	92	91	90	92	9
CONTRA A LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE	50	49	51	53	50	47
A FAVOR DA LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	43	40	47	42	44	44
A FAVOR DE QUE O ABORTO DEIXE DE SER CRIME	19	18	20	18	19	19
A FAVOR DE QUE O USO DE MACONHA DEIXE DE SER CRIME (*)	17	20	15	15	17	19
QUE OS USUÁRIOS DE DROGAS RECEBAM TRATAMENTO MÉDICO, E NÃO PRISÃO	77	76	78	77	78	76

ATITUDES	Ensino			Região					
	Fundamental	Médio	Superior	Norte/Centro-Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Urbano	Rural
CONTRA A SUPERIORIDADE DA RAÇA BRANCA	89	93	94	94	87	93	94	92	89
CONTRA A LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE	57	45	42	53	53	48	47	49	54
A FAVOR DA LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	37	47	51	40	39	44	48	45	36
A FAVOR DE QUE O ABORTO DEIXE DE SER CRIME	16	19	36	16	16	21	22	20	15
A FAVOR DE QUE O USO DE MACONHA DEIXE DE SER CRIME (*)	15	18	28	15	15	19	19	18	14
QUE OS USUÁRIOS DE DROGAS RECEBAM TRATAMENTO MÉDICO, E NÃO PRISÃO	75	79	76	77	77	74	78	78	73

(*) Não foi encontrada diferença de opinião entre os jovens segundo sua situação na PEA. Em relação à raça, foi encontrada uma maior frequência em favor da descriminalização entre os indígenas (26%). Finalmente, 22% dos jovens que não têm companheiros do maior grupo etário (21 a 24 anos) foram a favor da descriminalização, destacando-se nesse sentido.

Comentários finais: políticas de juventude na área de drogas

Diante das informações contidas neste artigo, sugere-se que políticas de juventude nessa área incorporem alguns elementos que vêm sendo historicamente negligenciados:

- Oferecer oportunidades educacionais para que os jovens entendam as tentativas de manipulação de sua independência e capacidade de raciocínio crítico por parte das indústrias produtoras de drogas. Essa abordagem tem o potencial de ser muito mais efetiva do que o tradicional foco nos prejuízos à saúde causados pelo uso de drogas. Um exemplo dessa abordagem diferente foi a Campanha Truth, desenvolvida pela American Legacy Foundation (FARRELY, HEALTON *et alii*, 2002) e veiculada exclusivamente nos meios de comunicação com audiência jovem (MTV, VH1, revistas *teens* etc.): utilizando-se dos dados das próprias indústrias de tabaco e da comunidade científica, a campanha incentivou movimentos de jovens norte-americanos a denunciar e documentar as estratégias usadas para angariar fumantes tipicamente jovens ou pais de jovens. Outra possibilidade a ser explorada são os chamados programas de “*media literacy*” (<http://medialiteracy.org>), que incentivam jovens a analisar criticamente o *marketing* dos mais diversos produtos, questionando estereótipos e ditando normas de comportamento.
- Oferecer oportunidades educacionais para que os jovens possam encarar o usuário de drogas ilícitas com mais tolerância e menos moralismo. Compilar e discutir histórias de vida em que o preconceito do uso de drogas causou muito mais dano ao indivíduo do que o uso delas em si, pode ser uma maneira adequada de abordar esse aspecto (como no caso do filme *Bicho-de-sete-cabeças*).
- Oferecer oportunidades educacionais para que os jovens que tomam bebidas alcoólicas superem a visão de que o álcool só é um problema quando causa dependência (alcoolismo). Se os jovens entenderem os reais riscos de desempenharem uma série de atividades cotidianas (dirigir veículos a motor, andar nas ruas com trânsito intenso, nadar, operar uma série de máquinas) sob efeito de bebidas alcoólicas, é

possível que se sensibilizem a mensagens de redução de danos, que passem a beber de modo menos danoso. Bons exemplos de projetos educacionais para jovens com abordagem de redução de danos ao consumo de álcool, são BASICS (BAER *et alii*, 2001) e ASTP (BAER *et alii*, 1991), desenvolvidos para universitários norte-americanos.

- Repensar a atual política neoliberal de produção, distribuição e *marketing* de bebidas alcoólicas, regulamentando a comercialização de álcool no Brasil. Medidas a serem adotadas nesse sentido precisam ser primeiro amplamente discutidas nos vários setores da sociedade antes de serem adotadas. Caso contrário, corre-se o risco de que a sociedade civil encare a regulamentação nessa área como tentativa de cerceamento de liberdade individual de escolha, o que será certamente explorado pela indústria produtora.
- Apoiar e contribuir para uma maior efetivação da política nacional de combate ao tabaco e de prevenção à AIDS no Brasil, iniciativas exemplares, que são referência internacional no campo de saúde pública.

Referências bibliográficas

- ADVOCACY INSTITUTE, August 1998. *Smoke & Mirrors: How the Tobacco Industry Buys & Lies Its Way to Power & Profits*.
- BAER, J. S. *et alii*. (1991). *Alcohol Skills Training Manual*. Seattle, WA, USA. University of Washington. Addictive Behaviors Research Center.
- BAER, J. S.; KIVLAHAN, D. R.; BLUME, A. W.; MCKNIGHT, P. e MARLATT, G. A. (2001). Brief Intervention for Heavy-Drinking College Students: 4-year follow-up and natural history. *American Journal of Public Health* 91, nº 8, p. 1.310-316.
- BIENER, L.; SIEGEL, M. (2000). Tobacco Marketing and Adolescent Smoking: More Support for a Causal Inference. *American Journal of Public Health* 90, p. 407-11.
- CAMPAIGN FOR TOBACCO-FREE KIDS AND ACTION ON SMOKING AND HEALTH (2001). Report: *Trust Us, We're the Tobacco Industry*. <http://tobaccofreekids.org/campaign/global/framework/docs/TrustUs.pdf>
- CARLINI-COTRIM, B. (1999). Country Profile of Alcohol Use and Related Problems in Brazil: A Review. RILEY, L. e MARSHALL, M. (eds). *Alcohol and Public Health in Eight Developing Countries*, Geneva, Substance Abuse Depar-

- tment, Department of Social Change and Mental Health, World Health Organization (WHO/HSC/SAB/ 99.9), p. 13-36.
- CARLINI-COTRIM, B. e BARBOSA, M. T. S. (1993). *Pesquisas epidemiológicas sobre o uso de drogas entre estudantes: um manual de orientações gerais*. São Paulo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid).
- CARLINI-COTRIM, B. e CHASIN, A. A. M. (2000) Blood Alcohol Content (BAC) and Deaths from External Causes: A Study in the Metropolitan Area of São Paulo, Brazil. *Journal of Psychoactive Drugs*, 32 (3), p. 269-75.
- CARLINI-MARLATT, B. (2001). “A população é jovem e o país é quente”: estimativas de consumo de álcool e tabaco no Brasil pelos dados das indústrias produtoras. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas* 2 (1), p. 3-8.
- CARLINI-MARLATT, B.; GAZAL-CARVALHO, C.; GOUVEIA, N. e MARINHO, F. (2003). Drinking Practices and Other Health-Related Behaviors Among Adolescents of São Paulo City, Brazil. *Substance Use and Misuse* 38(7), p. 905-932.
- CARVALHO, V. A.; PINSKY, I.; SOUZA E SILVA, R. e CARLINI-COTRIM, B. (1995). Drug and Alcohol Use and Family Characteristics: A Study Among Brazilian High-Schools Students. *Addiction* 90, p. 65-72.
- CDC – Center for Disease Control and Prevention (1996). Projected Smoking-Related Deaths Among Youth. *MMWR* 45, p. 971-4.
- CEBRID (2002). I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país – 2001. (<http://obid.led.ufsc.br/OBID> , clique Central de Pesquisa e Publicações Científicas).
- DEMICHELI, D. e FORMIGONI, M. L. O. S. (2004). Drug Use by Brazilian Students: Associations with Family, Psychosocial, Health, Demographic and Behavioral Characteristics. *Addiction* 99, p. 570-578.
- DUARTE, P. C. A. V. e CARLINI-COTRIM, B. (2000). Álcool e violência: estudo dos processos de homicídio julgados nos Tribunais de Júri de Curitiba, PR, entre 1995 e 1998. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas* 1 (1), p.17-25.
- FARRELLY, M. C.; HEALTON, C. G. *et alii*. (2002). Getting to the Truth: Evaluating National Tobacco Counter Marketing Campaigns. *American Journal of Public Health* 92(6), p. 901-7.
- GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A. e CARLINI, E. A. (2004). Trends in Drug Use Among Students in Brazil: Analysis of Four Surveys in 1987, 1989, 1993 and 1997. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* 37, p. 523-31.

- GAZAL-CARVALHO, C.; CARLINI-COTRIM, B.; SILVA, O. A. e SAUAIA, N. (2002). Prevalência de alcoolemia em vítimas de causas externas admitidas em centro urbano de atenção ao trauma. *Revista de Saúde Pública* 36, p. 47-54.
- INCA – Instituto Nacional de Câncer (2004). www.inca.gov.br –Atualidades – Jovem/ Mulher e tabaco. Informações acessadas em 24 de novembro de 2004.
- JERNIGAN, D. H. (1997). *Thirsting for Markets: The Global Impact of Corporate Alcohol*. San Rafael, CA, The Marin Institute for the Prevention of Alcohol and Other Drug Problems.
- LING, P. M. e GLANTZ, S. A. (2002). Why and How the Tobacco Industry Sells Cigarettes to Young Adults: Evidence from Industry Documents. *American Journal of Public Health* 92(6), p. 908-16.
- MANTOVANI, M.; BACCARINI, V.; RASKIN, E.; ZAMBRONE, F. A. D.; MELLO, S. M. (1993). Etanolemia no traumatizado. *Medical Master: Anais Atualização Medicina* 1, p. 203-206.
- MARTINS, Luciano (1970). Geração AI-5. *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro.
- NATIONS – National Tobacco Information Online System. Centers for Disease Prevention em colaboração com Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde e American Cancer Society. (<http://apps.nccd.cdc.gov/nations>, informações colhidas em novembro de 2002).
- NERY FILHO, A.; MEDINA, M. G.; MELCOP, A. G.; OLIVEIRA, E. M. (eds.) (1997). *Impacto do uso do álcool e outras drogas em vítimas de acidentes de trânsito*. Brasília (DF), Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Trânsito (AbDetran).
- NOTO, A. R.; MOURA, Y. G.; NAPPO, S.; GALDURÓZ, J. C. e CARLINI, E. A. (2002). Internações por transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas: um estudo epidemiológico nacional do período de 1988 a 1999. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* 51 (2), p. 113-21.
- OLIVEIRA, E. M e MELCOP, A. G. (1997). *Álcool e trânsito*. Recife, Instituto RAID.
- PINSKY, I. (2004) Alcohol Advertising in Brazil: The Case of the Young People. In: RILEY, L. e OBOT, I. (eds). *Drinking it in: Alcohol Marketing for Young People*. Geneva, World Health Organization.
- ROOM, Robin; JERNIGAN, David; CARLINI-MARLATT, Beatriz; GUREJE, Oye; MÄKELÄ, Klaus; MARSHALL, Mac; MEDINA-MORA, Maria Elena; MONTEIRO, Maristela; PARRY, Charles; PARTANEN, Juha; RILEY, Leanne; SAXENA, Shekhar (2002). *Alcohol in Developing Societies: A Public Health Approach*. Helsinki, Finnish Foundation for Alcohol Studies, in collaboration with the World Health Organization. 276 pp.

- SHAFETY, O.; COKKINIDES, V.; CAVALCANTE, T. M.; TEIXEIRA, M.; VIANNA, C. e THUN, M. (2002). Case Studies in International Tobacco Surveillance: Cigarettes Smuggling in Brazil. *Tobacco Control* 11: 215-19.
- US Department of Health and Human Services (1996). *Smoking Cessation*. Clinical Practice Guideline Number 18. Public Health Service, Agency for Health Care Policy and Research, Center for Disease Control and Prevention. AHCPR Publication n° 96-0692, Rockville, MD, AHCPR.
- VELHO, G. (2004) Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- WARNER, K. E. (2002). Tobacco Harm Reduction: Promise and Perils. *Nicotine & Tobacco Research* 4 Suppl 2: S61-71.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002a). www.who.int - seção Statistics –Adult Per Capita Alcohol Consumption, dado obtido em novembro.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002b). *The World Health Report Reducing Risks, Promoting Life*. Genebra, 2002, p. 248.

Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática

Paulo J. Krischke

Mestre (MA) e doutor (Ph.D) em ciência política pela Universidade de York (Canadá), realizou estudos de pós-doutorado em teoria política na *New School for Social Research* em Nova York. Foi vice-presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

Introdução

A importância dos estudos sobre cultura política está nas evidências que eles podem proporcionar a respeito da disposição das pessoas a apoiarem o regime democrático, apesar das eventuais desilusões acerca deste ou daquele partido ou governante de turno – além de outras circunstâncias e condições que podem (ou não) afetar sua adesão à democracia. Infelizmente, muitas vezes há certo determinismo ou linearidade nesses estudos sobre a cultura política, pretendendo, por exemplo, que os processos de democratização sejam inexoráveis ou irreversíveis – como se lhes coubesse seguir a mesma trajetória de modernização (hoje diríamos “globalização”) trilhada pelos países centrais do Ocidente.

O tema da participação política dos jovens não é uma exceção nesse quadro, pelo contrário (EDMUNDS e TURNER, 2002). Muitas vezes os pesquisa-

dores e as lideranças investem na juventude expectativas de mudança extraídas de outros contextos, que não condizem com a trajetória histórico-cultural do país nem com os incentivos e condições abertos à sua participação. Contudo, essa sobrecarga de expectativas acerca da adesão da juventude à democracia talvez seja mais compreensível, que aquela linearidade que muitos estudos atribuem aos processos de democratização. Pois, o ingresso dos jovens no eleitorado e na atividade produtiva manifesta uma renovação demográfica constante e crescente que, às vezes, pode desafiar o conjunto da população e das instituições que devem reger o presente e o futuro do país.

Por exemplo, dados oficiais do governo e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam o Brasil como um dos países onde há mais assassinatos de jovens em relação ao número de habitantes, sendo as vítimas principalmente homens de baixa renda, com idade em torno dos 20 anos. Sem querer endossar a ênfase sensacionalista posta usualmente nesses fatos pela imprensa, é fácil presumir que essa criminalidade relaciona-se com a carência de oportunidades de integração socioeconômica e político-cultural para a juventude. E devemos logo lembrar que não cabe “culpar as vítimas” por essas carências. Como recorda Rodrigo Baño, sociólogo chileno estudioso da juventude e da cultura política, os jovens tanto retratam como respondem à sociedade em que vivem:

“Para as novas gerações, o mundo aparece cada vez mais como pré-definido, fechado e ocupado. Isto possivelmente incide no processo de socialização com determinadas características quando se é jovem; e, posteriormente, em termos de ideologias de diferenciação social contrastantes e duras, entre aqueles que lograram integrar-se e aqueles que ficaram excluídos [...] Creio que seria necessário enfatizar o problema político de uma brecha geracional, cujo alcance e conteúdo seria interessante investigar [...] No caso específico da América Latina, creio que seria bom enfatizar o importante papel político anteriormente desempenhado pela juventude nos diferentes países [...] Daí deriva o lógico interesse em saber qual será (se houver) a orientação e ação política dos jovens nos anos 2000” (BAÑO, 2000, p. 171-73).

Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente por meio de sua participação gradual

nos recursos culturais e processos decisórios que caracterizam o regime democrático de governo. Isto passou a acontecer no Brasil nas últimas décadas com a democratização do país, iniciada nos anos 1980. Este texto levanta questões para a formulação de hipóteses acerca das possíveis mudanças e características atuais da cultura política dos jovens no Brasil, tendo em vista a análise dos dados da pesquisa realizada em 2003, pelo Instituto Cidadania. Isso será feito à luz dos resultados e interpretações de outras pesquisas, realizadas no Brasil e no exterior.

O texto consta de duas partes, a primeira examinando a adesão (ou não-adesão) dos jovens à democracia, por meio dos indicadores e interpretações convencionais. A segunda parte considera outros dados e análises menos convencionais sobre a participação política, centrados na adesão a valores e práticas emergentes entre a juventude. No entanto, essa divisão não será muito rígida, pois em ambas as partes o texto discute inovações e debates, relacionados tanto à participação convencional como à não-convencional.

1. A participação convencional

A transição à democracia no Brasil suscitou grandes expectativas de transformação política – por exemplo, com a notável expansão da participação eleitoral, que estendeu aos jovens a possibilidade de votar aos 16 anos, estabelecendo virtualmente, com esta e outras medidas, o sufrágio universal. Contudo, nem sempre a juventude adere à democracia como os adultos talvez gostariam (aliás, já veremos que eles tampouco o fazem). A Tabela 1 apresenta uma aproximação inicial para avaliar a adesão dos jovens à democracia como regime político.

Antes de examinar os resultados desta tabela, é preciso lembrar que os três anos em que se deram essas pesquisas foram momentos históricos muito especiais. Em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para a Presidência da República após 21 anos de regime militar, ao final do governo de transição sob a gestão de José Sarney (eleito pelo Congresso em 1985). O ano de 1993 foi o penúltimo do governo Fernando Collor/Itamar Franco, após o *impeachment* de Collor pelo Congresso e às vésperas da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a Presidência, sob a forte influência do Plano Real (implantado por FHC quando ministro da Fazenda de Itamar). Finalmente, 2003 é o primeiro ano da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência, após uma campanha presidencial no ano anterior que suscitou grandes expectativas, utilizando os mais modernos recursos de *marketing* eleitoral.

Tabela 1 – Preferências da juventude pela democracia no Brasil (%)*

	1989 (16 a 25 anos)	1993 (16 a 25 anos)	2003 (15 a 24 anos)
Democracia	35	53	53
Ditadura	20	13	16
Tanto faz	28	17	22
Não sabe	16	17	8

* As porcentagens foram arredondadas¹.

Fontes: Moisés, 1995 (dados de 1989 e 1993); “Perfil da juventude brasileira” (2003).

Todas essas circunstâncias podem ter estimulado um acréscimo na preferência da juventude pelo regime democrático – embora os índices de adesão à democracia da população em geral, levantados por esta mesma pergunta, em 1989 e 1993, tenham sido um pouco maiores que o índice apenas dos jovens nesses anos (incluído na Tabela 1). Moisés (1995) interpreta essas diferenças como resultado da menor exposição dos jovens aos fatores de modernização do país, como renda, ocupação e escolaridade.

Na verdade, essa questão sobre a adesão formal à democracia retrata uma tendência apenas geral e superficial. A questão é sempre utilizada em pesquisas apenas porque é útil para uma comparação preliminar e aproximativa entre diferentes momentos, lugares e condições sociais. Entre outras deficiências, a questão não permite distinguir o apoio ao governo de turno da preferência pelo regime político como um todo. Além disso, não especifica uma definição ou conteúdo para a democracia, relacionado com

¹ Os dados de 1989 e 1993 foram colhidos em pesquisas representativas do total da população, de modo que a amostra da juventude representada na Tabela 1 para esses anos foi muito menor que a entrevistada na pesquisa de 2003. Mas, sem pretender uma comparação rigorosa, a tabela indica tendências gerais para a formulação de hipóteses. A pesquisa de Moisés entrevistou 2.859 pessoas em 1989 e 2.526 em 1993, em levantamento por amostragem estratificada, com sorteio aleatório. Cada região do país participou na composição da amostra de acordo com seu peso populacional, e os municípios foram agrupados de acordo com sua localização geográfica e seu nível socioeconômico. Em cada grupo de municípios foram sorteados municípios estratificados pelo tamanho da população e, por meio de sorteios sucessivos, chegou-se em seguida aos bairros, ruas e indivíduos.

as demais opções e preferências políticas que os jovens, e os cidadãos em geral, estão sendo convidados a assumir durante a resposta ao questionário da pesquisa. Veremos adiante outros dados e indicadores que nos permitem avaliar melhor a qualidade dessa adesão à democracia.

Em todo caso, a Tabela 1 sugere uma preferência crescente da juventude pela democracia entre 1989 e 1993 e uma relativa estabilidade dessa preferência nos dados de 1993 e 2003². Portanto, o índice de adesão da juventude à democracia não parece estar crescendo como se esperava na década passada. Mesmo assim, é muito importante constatar que cerca de metade dos jovens brasileiros prefere a democracia a qualquer outro regime de governo. E é importante também constatar que isso ocorre há aproximadamente dez anos, com variações circunstanciais. Mas, logo surgem as perguntas: podemos talvez dizer que logo teremos uma segunda geração de jovens, que em sua maioria optam pela democracia (ainda que de modo ocasional ou circunstancial)? Quais as razões que os levam a essa preferência? Quais os conteúdos, definições e atividades práticas que se relacionam com essa preferência?

Mas antes de examinar como Moisés (1995) enfrentou esses pontos, precisamos assinalar outra dúvida, que discutiremos depois: se na Tabela 1 constatamos que cerca de metade da juventude mostra preferência pela democracia, também temos de perguntar qual a preferência da outra metade? Usando uma grosseira metáfora, podemos perguntar: a adesão à democracia retrata “um copo (ainda) vazio pela metade, ou (já, estavelmente) cheio pela metade”?

Ao apresentar seus dados de 1989 e 1993, Moisés (1995) declarou claramente sua opção pela primeira alternativa desse dilema, sobretudo tendo em vista a ampliação das oportunidades de inclusão social suposta pela “modernização” da sociedade. Assim, notou uma diferença de gênero na opção pela democracia, em todas as idades, sendo os homens 5% mais favoráveis que as mulheres – sem que houvesse um aumento correspondente na opção das mulheres pela ditadura, ou pela opção de indiferença (“tanto faz”). Ao

² É claro que se examinarmos os dados sobre essa questão levantados anualmente pelo *Latino-barômetro*, entre todos os países da América Latina desde 1996, constataremos uma constante oscilação circunstancial nas preferências da população em geral, sendo que, no caso do Brasil, esse índice de preferência pela democracia cai geralmente abaixo da média do continente, por exemplo, por volta de 30% ou 40%. Essas oscilações resultam das circunstâncias do momento e das deficiências e limites na formulação da questão, já mencionados.

correlacionar esses dados com aqueles sobre inserção ocupacional, constatou que as mulheres que participavam do mercado de trabalho declaravam, em maior proporção que a média feminina, uma opção pela democracia. Essa relação entre os dados levou-o a considerar o apoio feminino à democracia como resultado da “modernização” que tem conduzido as mulheres a atividades remuneradas.

A pesquisa de Moisés apresentou o grau de escolaridade dos entrevistados como principal determinante da escolha pela democracia, em 1993, seguido pelo nível de renda familiar. Na verdade, ele considerou ambos os indicadores relacionados com a “sofisticação política”³ dos entrevistados (homens e mulheres) – ou seja, sua capacidade de fazer escolhas políticas, seja pela democracia ou pela ditadura –, concentrando-se os “não-sofisticados” entre os indiferentes (“tanto faz”) e os que alegam desconhecimento (“não sabe”). A ampliação da escolaridade e da renda familiar é vista, assim, como indicador principal da “modernização” social que possibilita a opção pela democracia.

Moisés também encontrou em 1993, uma relação positiva entre o apoio à democracia e a urbanização (o local de moradia dos entrevistados em cidades maiores), acrescentando esse indicador ao que denominou o “tripé da participação política”: educação, renda e ocupação. Vejamos como os dados levantados pela pesquisa de 2003, podem referir-se a esses requisitos da opção democrática, apresentados a partir dos dados de 1993, com vistas a levantar hipóteses comparativas para a análise atual.

Com relação às diferenças de gênero, a pesquisa atual sobre a juventude encontrou também uma diferença de 6% a mais para os homens que optam pela democracia com relação ao número de mulheres que fazem o mesmo. Os dados da pesquisa mostram que as mulheres jovens participam bem menos de atividades de trabalho remuneradas que os homens jovens entrevistados (ver Anexo, quadro 3). Por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos saber se a participação feminina em formas remuneradas de trabalho continuou crescendo na última década e, nelas, qual a inserção da juventude feminina. Comparando

³ Esta escala correlaciona indicadores usuais sobre cultura política e acesso a recursos socioeconômicos, ao redor de critérios sobre sofisticação cognitiva – como capacidade para mobilizar informações, importância atribuída à política pelos entrevistados e sua capacidade para conceituar a vida política (por exemplo, distinção “esquerda/direita” etc.).

com as atitudes das mulheres nos dados desta pesquisa de 2003, podemos saber então se há comprovação ou não da hipótese anterior, sobre a eventual “modernização” resultante dessa inserção. Caso não se comprove essa hipótese, precisamos buscar outra explicação para as diferenças de gênero no apoio à democracia.

Com relação a considerar escolarização e renda familiar como determinantes da opção pela democracia, os dados de 2003, à primeira vista pareciam confirmar, ao menos em parte, a conclusão de Moisés sobre a importância da escolaridade para a opção democrática. Esta pesquisa de 2003, revela que 43% dos jovens escolarizados até o ensino fundamental apoiam o regime democrático (34% até a 4ª série), bem abaixo da média nacional da juventude, que é de 53% (Tabela 1), sendo que 59% dos que atingiram o ensino médio e 72% dos que chegaram à universidade fazem essa mesma opção. Estes dados poderiam talvez confirmar a conclusão de Moisés sobre a importância desse fator como parte da “modernização” – que representaria a “sofisticação” política do eleitorado. E é certo que houve considerável expansão do acesso à rede escolar (e universitária) na última década.

Porém, uma questão que surge de imediato é: se há realmente uma influência direta da expansão de acesso à escolaridade sobre o apoio à democracia, por que o índice de adesão da juventude à democracia permaneceu estável entre 1993 e 2003, apesar de toda a expansão quantitativa ocorrida no sistema escolar e em seu acesso pela população? Por certo haverá inúmeros outros fatores que influem nesse resultado. Mas o ponto principal será verificar, por meio de outros dados desta pesquisa, se a escolaridade continua sendo equivalente à “sofisticação política” como pretendia Moisés.

Este é um ponto fundamental a ser esclarecido, devido às considerações anteriores sobre a “modernização” que seria resultante do acesso à educação. Os dados do IBGE podem informar em que nível terá ocorrido, principalmente nos anos 1990, a expansão do acesso à rede escolar. Se foi no ensino fundamental, os dados do parágrafo anterior sugerem que talvez ainda tenhamos de aguardar toda uma década para conhecer seus efeitos no apoio à democracia. Além disso, nada garante que a expansão simplesmente física da rede escolar e do seu acesso pela população assegure ou melhore suas consequências na qualidade do ensino. Portanto, temos que analisar os dados da pesquisa pelo teste sobre “sofisticação política” dos entrevistados, com relação à escolarida-

de e outros fatores da chamada “modernização”. E isso também para que se possam entender melhor as diferenças entre os que optam pela democracia, a ditadura, os indiferentes (“tanto faz”) e os que alegam desconhecimento (“não sabe”). A correlação dessas respostas com as da escala de “sofisticação política” pode colaborar no esclarecimento dessas diferenças.

Por outro lado, a importância da renda familiar na opção pelo regime político também parece menos clara agora que em 1993. Correlacionada hoje à renda familiar, a opção pela democracia recebe em 2003, adesão de 48% dos jovens entrevistados com renda familiar até dois salários-mínimos. Adesão que sobe a 57% dos que declaram mais de dois e até cinco salários-mínimos, e para 65% dos que recebem mais de cinco e até dez salários-mínimos, sendo que a adesão democrática dos que declaram mais de dez salários-mínimos fica em 68%. Há, pois, uma diferença de 20 pontos no índice de adesão à democracia, entre a faixa mínima e a máxima da renda familiar, diferença que é bem menor do que aquela encontrada anteriormente entre os níveis mínimo e máximo de escolaridade na pesquisa atual. Isto sugere, mais uma vez, a necessidade de reconsiderar a importância desses fatores (o famoso “tripé da modernização”) como sustentação à opção pela democracia.

Hoje parece absurdo considerar que, após duas décadas de regime democrático, seja necessário que os jovens tenham cursado o segundo grau e disponham de renda familiar de pelo menos dois a cinco salários-mínimos para que possam declarar apoio majoritário a esse regime político. Certamente outros fatores relevantes incidem nesses resultados levantados pela pesquisa. Em todo caso, as demais opções da Tabela 1 são pouco afetadas pela variação de renda ou escolaridade na pesquisa atual. A opção pela ditadura oscila muito pouco nessa correlação, ao redor dos 16% da média geral. O mesmo acontece – em torno dos 8% da média – entre os que declaram desconhecimento (“não sabe”), embora esta última opção esteja levemente concentrada nos polos mais baixos de renda e escolaridade.

Em outras palavras: os jovens abertamente autoritários formam uma minoria, presente em todas as faixas de renda e educação, sendo uma minoria ainda menor a dos que alegam desconhecimento político. Por sua vez, entre os indiferentes (“tanto faz”) há uma queda relevante com a escolaridade, na adesão a esta alternativa – de 30% no ensino fundamental a 8% no ensino superior. Quanto ao nível de renda, os indiferentes caem de 27% com até dois salários

mínimos a 13% com mais de dez salários-mínimos. O estudo dos indicadores sobre a sofisticação política desses setores que não apoiam a democracia será, portanto, tão fundamental quanto entre os que escolhem a democracia.

Finalmente, a pesquisa de Moisés em 1993 encontrou também uma correlação positiva entre o apoio à democracia e o índice de urbanização (com respeito ao local de moradia dos entrevistados nas cidades maiores). A pesquisa sobre a juventude em 2003, não parece mostrar essa relação e sugere o contrário para uma importante situação específica: a adesão à democracia recebeu apoio de 49% dos jovens que vivem nas capitais e regiões metropolitanas, em contraste com o apoio de 55% dos que moram no interior (sendo que nas cidades grandes do interior esse apoio sobe para 60%). É certo que essa diferença não é *muito* grande, mas como aparenta reverter uma tendência que era considerada em 1993 parte de um processo de “modernização” de sentido contrário, merece ser hoje estudada mais detidamente.

Talvez a primeira pergunta que devemos fazer aqui seja sobre o que aconteceu durante essa década nas cidades grandes do país, que, por um lado, levou os jovens das metrópoles a declarar *menor* adesão à democracia do que a média nacional, e não *maior* adesão como era esperado? E, por outro lado, precisamos saber também o que aconteceu nas grandes cidades do interior que justifique a tendência mais “normal”, digamos, conforme a hipótese de Moisés?

Esta segunda questão talvez seja mais fácil de pesquisar, pois muitas dessas grandes cidades do interior passaram por surtos de prosperidade nas últimas décadas, relacionados, por exemplo, à expansão da agroindústria e da economia regional, além da descentralização fiscal e administrativa que transferiu mais recursos aos municípios a partir da Constituição de 1988. Essa maior autonomia de recursos e de gestão teria facilitado um processo de urbanização mais consentâneo com os prognósticos políticos positivos da “modernização”: melhor qualidade de vida, maior participação da cidadania, da distribuição da renda etc. Mas é muito importante indagar também, se essa maior adesão dos jovens dessas cidades à democracia não ocorreu principalmente em vários municípios grandes do interior que adotaram administrações mais transparentes, com orçamento participativo, políticas especiais de estímulo à juventude, à escolarização, de combate à pobreza etc. — enfim, promovendo ativamente a inclusão social nessas cidades.

O ponto aqui é saber se a maior “eficácia objetiva” dessas administrações municipais afeta positivamente a vida dos jovens, sendo isso por eles reconhecido – não tanto apenas como efeito de uma maior fluência de recursos (a qual também pode existir), mas devido a decisões políticas em maior sintonia com as expectativas da população. Estes fatores podem ser pesquisados correlacionando apoio à democracia com localização urbana, junto a respostas a outras questões sobre se “a política influencia sua vida?” e se “você influencia a política?”, por exemplo (ver Anexo, quadro 57). Processos políticos “virtuosos” como esses (iniciativas de gestão que retroalimentam sua legitimidade) seriam mais difíceis de promover em grandes capitais e regiões metropolitanas. Daí a dificuldade também de obter uma adesão mais significativa da juventude a essas administrações e, eventualmente, ao próprio regime democrático.

A violência urbana é um dos problemas do país mais apontados pelos entrevistados na pesquisa atual sobre a juventude (precedido pela ameaça de desemprego – ver Anexo, quadro 28). Isso pode ser especialmente sentido pela juventude das capitais. Seria possível que sensações de ameaça como essas afetem a adesão à democracia e a vigência dos seus valores (como a tolerância social e política – o reconhecimento do direito à diferença, também encontrado em baixa nesta pesquisa)? Convém, além disso, correlacionar essas questões com a exposição à mídia sob todas as suas formas (inclusive telenovelas e programas de auditório), pois é possível que se constatem efeitos de reforço entre as experiências reais da população com esses problemas e as estratégias da mídia para ampliar audiência, que podem insuflá-la de modo sensacionalista.

Em todo caso, a correlação entre essas questões e os posicionamentos dos entrevistados com sua recepção às políticas públicas nos grandes centros urbanos é de máxima importância para a atuação dos governos que visam fortalecer a democracia⁴. As variáveis sociodemográficas, como

⁴ A *Folha de S. Paulo* (9/5/04) incluiu uma matéria sobre os efeitos positivos das políticas municipais que combatem a exclusão social na região Leste da cidade de São Paulo. A mesma edição do jornal publicou um artigo do sociólogo francês Alain Touraine no qual se lê: “A grande meta que o Brasil deve perseguir é a da reconstrução – material, econômica e cultural – de uma parte das grandes cidades, e, mais precisamente, das duas maiores metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, onde milhões de habitantes vivem em condições precárias e inaceitáveis [...] A revitalização de uma grande parte das principais metrópoles deve ser uma meta federal. [...] para realizar reformas dessa magnitude”.

renda, classe social, idade e escolarização, devem ser estudadas em análise multivariada ou fatorial, que considere suas relações com as atitudes políticas da juventude – tanto as de caráter instrumental (busca de emprego, segurança, exercício do voto etc.) como as atitudes consideradas “expressivas” (por exemplo: insatisfação com o cotidiano, tolerância à diferença, apoio a valores como qualidade de vida, liberdades etc.). A possibilidade de avaliar os conteúdos atribuídos pelos entrevistados à opção política (democrática ou não) depende de uma análise das complexas relações entre essas variáveis e os índices de sofisticação política (sobre isso ver KRISCHKE, 1994; KRISCHKE, 1997 e ECHEGARAY, 1996).

A pesquisa de Moisés (1995) realizou análise multivariada para examinar os conteúdos atribuídos à democracia pelos seus entrevistados e concluiu pela predominância do conteúdo liberal ou procedimental do regime democrático – confiança na eficácia e funcionamento das instituições de governo, eleições etc. Mesmo assim, resultou também importante a presença dos objetivos igualitários da democracia, tanto os econômico-distributivos como os político-participativos. A pesquisa de 2003, sobre a juventude também levantou dados que permitem avaliar os conteúdos atribuídos à opção democrática dos entrevistados – em que parece se manter a predominância dos conteúdos liberais, embora haja provavelmente um acréscimo (ou uma mudança de qualidade) nos conteúdos igualitários, em comparação com a pesquisa anterior.

Na verdade, a pesquisa atual inovou significativamente em face de outras pesquisas nesse maior interesse pelos conteúdos da política. Por exemplo, solicitou aos entrevistados que avaliassem o socialismo, indicando os conteúdos que lhe atribuem. Seria possível correlacionar essas respostas, bem como os conteúdos atribuídos à democracia, com outras informações disponíveis na pesquisa, que permitam interpretar os perfis ideológicos da juventude. Isto pode ser feito em combinação com uma análise mais detida de outras respostas, por exemplo: sobre identificação e confiança partidária, aprovação/rejeição de partidos e governos, autoposicionamento no eixo direita/esquerda etc. Inclusive, esta pesquisa é muito mais ampla e abrangente que as anteriores, levantando não apenas as atitudes convencionais sobre cultura política, mas outras que informam sobre as atividades associativas, os valores e as preferências práticas e culturais, e acerca da vida cotidiana

da juventude. Isto deverá permitir uma análise muito completa da cultura política da juventude brasileira.

Mas antes de argumentar sobre as relações da juventude com a participação convencional e não-convencional, devemos voltar a uma questão que levantamos no início, sobre a opção não-democrática de cerca de metade da juventude, ao redor da tosca metáfora do “copo (ainda) vazio pela metade, ou (já, estavelmente) cheio pela metade”. Sugerimos então que Moisés apostou na primeira alternativa, mas vimos depois que os dados da pesquisa atual levantam dúvidas sobre a crença em um certo “automatismo” evolutivo dos efeitos da “modernização” no apoio à democracia. Pois bem, Rodrigo Baño é o sociólogo chileno que faz a aposta contrária à de Moisés.

Se metade dos jovens não apoia a democracia, como interpretar este fenômeno? Um primeiro passo deve testar se há diferenças entre os que apoiam uma ditadura e outros que se declaram indiferentes (“tanto faz”) ou manifestam desconhecimento (“não sabe”). Dificulta muito a compreensão desse setor que não manifesta compromisso com a democracia o fato de ele ser constituído por grupos heterogêneos, assumindo posições com conteúdos que podem ser muito diferentes. Já vimos acima a interpretação de Moisés (1995), que atribui ao processo de modernização da sociedade a capacidade de inclusão desses setores no apoio à democracia. Grande parte da literatura, até os anos 1980, partilhava desse otimismo. Contudo, já notamos indícios também, no caso dos fatores gênero, escolaridade, renda e outros, de que a “modernização” – compreendida, assim, em variáveis estruturais – tem perdido parte de sua força explicativa para a adesão à democracia. Isto leva a crer que tenha perdido também capacidade de explicação para a falta de compromisso democrático.

Rodrigo Baño tem tratado desse tema na América Latina desde um artigo sobre o apoliticismo na juventude chilena, que preparou com Enzo Faletto em 1992. Depois ampliou o tratamento teórico-metodológico do tema (BAÑO, 1995), e iniciou uma pesquisa comparativa do Chile com o México e o Brasil (1997) sobre o mesmo fenômeno. O ponto de partida de sua contribuição é que o apoliticismo constatado no Chile *após* a restauração democrática é *qualitativamente* diferente daquele que existia *antes* do regime militar – isso apesar de que, quantitativamente, continuasse

similar, ou seja, abrange até hoje uma porcentagem semelhante da população (cerca de 30%).

Como diz Baño (1997, p. 14), na fase anterior ao golpe militar, “o arquétipo da apatia política era a mulher idosa, de baixa renda e escolaridade”, uma vez que todas essas condições sociais (entre outras) eram correlativas a um alto índice de apoliticismo. Como em outras partes, a expectativa era então que o processo de modernização (principalmente por meio do crescimento econômico e da distribuição da renda) faria desaparecer essas “categorias residuais” ou tradicionais (como velhos, pobres e iletrados). Democracia e modernização progrediriam de “mãos dadas”, abrindo caminho à juventude mais educada, politizando os setores excluídos e promovendo uma adesão crescente à democracia.

Baño constata que, na nova situação de restauração do regime democrático no Chile dos anos 1990, a exclusão ou a marginalização sociopolítica mudou de *qualidade*, inclusive quanto à sua dependência das variáveis demográficas e socioeconômicas. Assim, a modernização da sociedade sob controle neoliberal deixou de exibir aquela pretensão evolucionista e econômico-determinista que detinha no passado (*Ibid*, p. 16). As atitudes apolíticas atuais se nucleiam em uma “síndrome do homem-massa”, o qual, segundo Baño, ostenta “uma pretensão contraditória de individualidade sem referente social e uma identificação com os demais sem diferenciação crítica”. Ou seja, “o homem-massa é uma categoria compreensiva da condição de alienação sociopolítica, estabelecida por uma soma de atitudes inter-relacionadas”. Por exemplo: o homem-massa pensa que “é como todo mundo”, mas também “não quer saber dos demais”, pois acha que “só depende de si mesmo”. Sua expressão típica é: “Não quero saber de política, pois quando não trabalho, não como” (*Ibid*).

Se essa síndrome do apoliticismo de massas contemporâneo emerge com o neoliberalismo, como Baño propõe, isso poderia ser constatado analisando comparativamente os índices dessas atitudes inter-relacionadas, entre as populações de países com distintos níveis de penetração pelas políticas neoliberais. A Tabela 2 reproduz os indicadores usuais de apoliticismo, que Baño compara nos casos do Chile, Brasil e México, em 1993, para a partir daí expor sua contribuição.

Tabela 2 – Atitudes usuais de apoliticismo comparadas em 1993 (%)*

Atitudes	Chile	Brasil	México
Nenhum interesse pela política	30,8	31,2	24,3
Partidos não são necessários	28,3	63,8	47,4
Sem posição política	16,2	7,0	34,0
Sem proximidade com os partidos	21,4	41,5	21,8
Indiferente ao regime político ("tanto faz")	21,6	27,7	33,1
Média das cinco variáveis acima	23,66	34,22	32,12
Fonte: Baño, 1997	Fonte: Baño, 1997	Fonte: Moisés, 1995	Fonte: Durand, 1995

* Os dados desta tabela referem-se a amostras da população total desses países.

Os dados usuais de apoliticismo não apenas mostram distintos níveis de sua incidência entre os países, mas requerem também um tratamento estatístico com outros indicadores, de modo a conhecer as configurações diferenciais da síndrome do apoliticismo de massa, compondo o que Baño denominou Indimasa⁵. A Tabela 2 retrata que o apoliticismo é mais alto no Brasil, seguido de perto pelo México, com o Chile em último lugar. Mas, considerando o início das reformas neoliberais em cada país, sabemos que se iniciaram no Chile já no final dos anos 1970, seguidas no México nos anos 1980, e aqui no Brasil apenas durante o governo Collor, em 1990.

Portanto, os dados da Tabela 2 apresentam uma mescla parcial de configurações atitudinais em cada país, que combinam o apoliticismo anterior ao neoliberalismo com as novas tendências que se têm implantado gradualmente após as políticas neoliberais. Baño faz a análise multivariada dessas atitudes,

⁵ O Indimasa analisa a síndrome do "homem-massa" nas três dimensões seguintes, com suas respectivas variáveis: 1) o individualismo associal exacerbado, por meio do desinteresse pela política e pelo primado do doméstico sobre a vida social em geral; 2) marginalidade em face da condução da sociedade, em sentido político amplo, retratada pela ausência de posicionamento político e indiferença diante do regime; 3) recusa explícita à representação e à organização coletiva de interesses, com os partidos políticos considerados inúteis ou prejudiciais etc.

incorporando também os indicadores adicionais do Indimasa, chegando com isso a configurações mais homogêneas por país. Não é o caso de detalhar aqui esses resultados, mas de ressaltar que eles confirmam a hipótese de que “tais atitudes não aparecem isoladamente, mas relacionadas entre si, numa síndrome atitudinal ou ‘ideologia’, que confere conteúdo ao apoliticismo” (*Ibid.*).

As conclusões da análise do Indimasa mudam totalmente os resultados apresentados na Tabela 2, mostrando agora o Chile com índice mais alto de apoliticismo que o México e o Brasil – e inclusive com maior associação às posições de marginalidade estrutural que nos outros dois países. Para Baño, essas correlações com as variáveis estruturais apresentando maior proximidade no Chile confirmam sua hipótese de que a origem do novo tipo de apoliticismo reside nas políticas neoliberais, há mais tempo implantadas naquele país. Inclusive, o perfil típico da marginalização apolítica já não é mais o das mulheres idosas, pobres e iletradas, mas perpassa todas as idades – embora ainda associado à baixa renda e escolarização.

Esses resultados também demonstram a insuficiência de exame do fenômeno apenas por meio das atitudes apolíticas convencionais apresentadas na Tabela 2. Não se trata mais apenas de um fenômeno quantitativo, que continua numericamente o mesmo de antes, mas de uma mudança de qualidade ou ideologia, que introduziu uma auto-imagem individualista, antisocial e antipolítica na apatia e no desinteresse político tradicionais.

Toda essa discussão da proposta de Baño se justifica, no contexto desta pesquisa sobre a juventude no Brasil, principalmente pelo caráter heterogêneo que apresenta a não-adesão à democracia neste país. Isto se pode constatar por intermédio da inconstância com que aparecem as opções de desinteresse, indiferença e desconhecimento a várias respostas às questões da pesquisa. Em alguns poucos casos, esses tipos de resposta chegam a alcançar 50% dos entrevistados. Seria fecundo realizar nesta pesquisa (e em outras também) testes com o Indimasa para verificar, por exemplo, se há diversidades regionais, socioeconômicas, ou outras propriamente ideológicas, nas atitudes apolíticas entre a juventude brasileira.

Esses resultados poderiam ser importantes para a formulação de políticas públicas para a juventude, conforme as regiões do país, e em face de outras variáveis que resultem significativas. E serviriam também para um melhor conhecimento das transformações em curso na cultura política nacional como

um todo. Em suma, poderíamos também testar a validade do diagnóstico de Baño sobre a heterogeneidade do apoliticismo brasileiro, ou se essa configuração ou síndrome atitudinal sofreu alterações após dez anos da pesquisa de Moisés, cujos dados Baño utilizou. E mais importante ainda: após quase 15 anos da introdução das políticas do neoliberalismo no país.

2. A participação não-convencional

A importância crescente das formas não-convencionais de participação política começou a ser observada a partir de contradições aparentemente inexplicáveis das atitudes acerca da própria participação convencional, sobretudo no caso dos partidos políticos. Alguns autores buscaram encontrar na juventude a origem dessas contradições, em uma mudança geracional supostamente inexorável, de “desafeição” ou “desalinhamento” partidário, decorrente da chamada “pós-modernização”⁶. Não podemos considerar neste espaço os méritos e detalhes desse debate, mas a Tabela 3 apresenta algumas dessas incongruências nos dados da pesquisa de 2003 (ver Anexo, quadros 67, 72, 73 e 74) e do *Latinobarômetro* em 1997:

Tabela 3 – Relações com os partidos políticos no Brasil (%)

Atitudes	1997 (toda a população)	2003 (jovens)
Importância dos partidos	50	82
Confiam nos partidos	5	35
Distantes dos partidos	70	53
Identificam-se a partidos	7	47
Reconhecem eixo direita/esquerda	64	82
Declaram-se de esquerda	18	27
Declaram-se de direita	36	32

Fontes: *Latinobarômetro* (1997), in MOREIRA, 2000a.

⁶ Ver INGLEHART, 1997. Tratei deste tema em KRISCHKE, 2000 e 2004. Outro autor que abordou o tema, de forma mais eficaz, foi DALTON, 1984.

Relembremos aqui as advertências sobre as tabelas anteriores, no sentido de que não podemos comparar diretamente os dados desses dois anos, por resultarem de amostras diversamente construídas – no caso, principalmente por ser a de 1997 representativa do conjunto da população e não apenas da juventude. Contudo, o cotejo dos dados mostra que nas duas pesquisas há uma grande distância entre o reconhecimento da importância dos partidos e a confiança que recebem dos entrevistados, que é bem menor. Sobretudo no caso da juventude, percebemos que a identificação dos entrevistados com os diferentes partidos e seu posicionamento junto a eles são muito maiores que a confiança neles depositada. O reconhecimento das posições esquerda/direita é um tema controvertido⁷ e aqui salientamos apenas que, a porcentagem dos jovens que se declaram de esquerda ou de direita é maior que a dos que se identificam com os partidos.

Sem dúvida, é possível que as pessoas se considerem de esquerda, centro ou direita, ou de outra forma capaz de influenciar a política, embora não confiem nos partidos ou não se identifiquem com eles. Podemos encontrar explicações para essas diferenças correlacionando os dados sobre participação política convencional com as demais respostas dos entrevistados, como tem sido feito em outros países⁸. Por exemplo, a crescente importância de formas políticas de participação não-convencional entre a juventude europeia é consistentemente enfatizada pela pesquisadora Pippa Norris, da Universidade de Harvard. Em dois artigos recentes (2003 e 2004), ela utiliza os dados do *European Social Science Survey* de 2002 para afirmar que o ativismo político da juventude tem aumentado em lugar de diminuir, como muitos intérpretes afirmavam anteriormente. E sustenta também que tem havido entre a juventude uma mudança *qualitativa* nas modalidades de participação política, das formas mais formalizadas e convencionais para outras de caráter mais espontâneo, associativo e não-convencional.

É importante salientar logo de início que os 15 países europeus estudados por ela não são apenas as democracias há longo tempo consolidadas

⁷ Ver parte desse importante debate em SINGER, 2000 e REIS, 2002.

⁸ Por exemplo, no caso do Uruguai, MOREIRA (2000b) encontrou uma explicação para incongruências desse tipo, nos termos de uma menor integração socioeconômica e político-cultural dos jovens e das mulheres, conduzindo a uma maior desafeição e desconfiança da política apesar dos elevados conhecimento e identificação política do eleitorado.

(no caso, Inglaterra, Holanda, Suécia, Noruega, Finlândia, Irlanda e Suíça). A amostra inclui também quatro países mediterrâneos, de democratização mais recente (Espanha, Portugal, Grécia e Israel), além de outros quatro da Europa Central (Hungria, Polônia, Eslováquia e República Checa), que só começaram a democratização no início dos anos 1990. Isto sugere que, longe de representar apenas uma elite socioeconômica e político-cultural da juventude mundial, a amostra estudada por Pippa Norris retrata tendências mais gerais da juventude em face das novas (e também das velhas) formas de política, que podem estar presentes em muitas partes do mundo (inclusive no Brasil). Com respeito à preferência da juventude pelas novas formas de participação política, uma das conclusões dos seus estudos é que:

“Uma característica importante dos repertórios de ação (não-conven-
cional) orientada tematicamente (*‘cause-oriented’*) é que se amplia na
política dos ‘estilos de vida’, a qual dissolve a distância entre o social
e o político [...] Estes repertórios dedicam-se tanto à reforma legal e
à influência dos processos decisórios (político-governamentais) como
à mudança dos padrões sistemáticos de comportamento social [...] em
que se torna controvertida a linha divisória precisa entre o ‘público’ e
o ‘privado’ – como enfatiza há anos a literatura feminista [...] Portanto,
em geral, o antigo foco nas ações da cidadania destinadas a influenciar
as eleições, o governo e os processos decisórios do Estado parece hoje
insuficiente, por excluir demasiado daquilo que é comumente entendido
como ‘político’ em sentido amplo”.

Diagnósticos desse tipo não são novidade na literatura sobre movi-
mentos sociais⁹ – como a autora admite com relação ao feminismo –, mas
sua novidade reside no fato de que sintetiza uma análise rigorosa e empírica,
no campo da cultura política, sobre dados representativos do conjunto da
juventude desses 15 países europeus tão diversificados. No artigo de 2004,
Pippa Norris afirma que apenas a metade dos jovens até 29 anos declara
haver votado nas últimas eleições (enquanto 75% dos eleitores com mais de

⁹ Ver a tese de MESQUITA (2001) sobre mudanças desse tipo no movimento estudantil brasileiro.

30 anos participaram); que apenas 3% dos jovens eram filiados a partidos (havendo 8% filiados entre aqueles com idade acima de 30 anos); que 41% dos jovens declararam-se próximos aos partidos (em comparação com 65% dos maiores de 30); que entre os jovens há menos interesse pela política e confiança no governo etc. Todos esses são dados tratados geralmente pela literatura como indicadores de apatia política e “desalinhamento” partidário por parte da juventude.

Em contrapartida, a pesquisa de 2002 revela que os jovens europeus têm um senso maior de eficácia política do que os cidadãos de maior idade – tanto eficácia objetiva (no sentido de reconhecer que o governo responde a seus interesses) como subjetiva (de que as pessoas podem influir na política e no governo). Os entrevistados jovens declaram também haver assinado petições e participado de manifestações (respectivamente 8% e 6% *acima* dos maiores de 30 anos que declararam o mesmo). Além disso, a pesquisa com o total da população dos 15 países revelou que o ativismo convencional (*campaign activism*) tinha como principais expoentes os homens jovens de até 29 anos com maior escolaridade e renda, os quais demonstram maior interesse que a média do eleitorado pela política, maior vinculação partidária, forte senso de eficácia subjetiva e responsabilidade cívica.

Os resultados dos dois parágrafos anteriores parecem à primeira vista paradoxais, se não contraditórios. Mas quando é considerada a idade dos jovens separadamente em subgrupos constata-se, por exemplo, que aqueles entre 18 e 23 anos declaram *menor* participação eleitoral que os maiores de 24 anos. Em combinação com outros dados do mesmo tipo, percebe-se que a participação convencional exibe um padrão curvilíneo em todas as sociedades estudadas, resultante do ciclo de vida – com os grupos mais jovens tornando-se gradualmente mais engajados em partidos e eleições à medida que amadurecem e radicam-se em suas comunidades locais.

O ativismo e a participação não-convencional ou temática (*cause activism*) também têm maior presença da juventude, mas exibem um padrão ou trajetória diferente. O principal setor também incluía jovens com maior escolaridade e renda do que a média da juventude, e com um senso mais forte de eficácia subjetiva. Mas exibia alguns contrastes demográficos com a juventude que adota participação mais convencional: por exemplo, as mulheres estavam em maior número em ações não-convencionais e os pa-

drões de residência invertiam os anteriores – as pessoas com *menos* tempo de residência na localidade eram mais orientadas à ação não-convencional (*cause-oriented*). O importante, porém, é que o perfil de idade se manteve, sendo os mais jovens os mais inclinados ao engajamento não-convencional.

Constatou-se também que este tipo de participação é mais forte na Escandinávia e no norte da Europa, o que não é de surpreender, dado que nada menos que 40% da população de Suécia, Holanda e Bélgica (em todas as idades) declarou na pesquisa haver participado em manifestações não-convencionais pelo menos uma vez no ano anterior. Em todo caso, não obstante sua maior difusão no norte da Europa, o ativismo ou participação política não-convencional aparece com relevância estatística em todos os 15 países pesquisados, exibindo em todos eles uma trajetória linear que perpassa a juventude como um todo (e não um padrão curvilíneo como na participação convencional). Isto sugere que o ativismo não-convencional evidencia uma mudança geracional nesta modalidade de participação política, e não apenas o “ciclo de vida” adaptativo da participação convencional.

O grande feito desses trabalhos de Pippa Norris foi esclarecer os sentidos dessas mudanças diferentes entre a juventude, sua presença nos subgrupos de idade e suas diversas inter-relações na integração dos jovens ao processo político. Para isso, ela utilizou análise multivariada com os usuais indicadores demográficos e socioeconômicos, como gênero, educação, renda, tempo de residência na localidade. Correlacionou-os com as atitudes políticas usuais, como interesse, confiança e eficácia políticas, participação em campanhas sociais e políticas e com temas relacionados à idade. Por fim, vinculou os dados à atividade associativa própria da juventude, construindo variáveis culturais relacionadas à participação, à tolerância e aos valores adotados pelos jovens. Esses procedimentos, aliados a um cuidadoso estudo histórico dos países e situações pesquisadas, possibilitaram a construção dessa tipologia da participação política da juventude.

Não será impossível realizar uma análise semelhante para o caso do Brasil, uma vez que os dados empíricos necessários já estão, em grande parte, disponíveis nesta pesquisa sobre o perfil da juventude brasileira. Fazendo isso, talvez possamos chegar a uma conclusão como a de Pippa Norris: “As energias políticas da geração mais jovem têm se *expandido* por meio da participação não-convencional, em lugar de simplesmente

regredir à ‘apatia’ ou ‘apoliticismo’ – como erroneamente previam os estudos usuais sobre o tema” (2004, p. 19, grifo no original). E será importante verificar também se no Brasil há diferenças significativas, tanto regionais como entre subgrupos de idade, gênero e outros com relação às atitudes e alternativas de ação política e social, convencionais e não-convencionais, como é o caso na Europa.

Na verdade, essa análise não só é possível, com os dados agora disponíveis sobre a participação política da juventude brasileira, mas revela até, em alguns casos, índices aparentemente mais elevados que os alcançados entre os jovens da Europa. Como vemos a seguir, na Tabela 4, duas de cinco atitudes políticas significativas utilizadas pela pesquisa na Europa encontram maior presença no Brasil (e uma das outras três é de magnitude idêntica à dos jovens europeus). E nos repertórios de ação política convencional e não-convencional, os jovens brasileiros alcançam índices superiores aos europeus em dois dos três indicadores de cada forma ou repertório de ação. Mas deve-se ressaltar enfaticamente que será imprescindível um adequado processamento estatístico desses dados para tornar possível uma interpretação do seu real significado.

Tabela 4 – Atitudes e repertórios de ação política dos jovens (%)

Atitudes políticas	Europa 2002 (18 a 29 anos)	Brasil 2003 (15 a 24 anos)
Proximidade a partidos	54	47
Satisfação com o governo	51	64
Discute política "sempre"	10	10
Posicionamento esquerda/direita	32	59
Eficácia subjetiva ("influi na política")	60	43

Repertórios de ação convencional		
Identificação partidária	6	47
Participa em campanhas eleitorais	5	16
Contacta autoridade ou político	16	12
Repertórios de ação não-convencional		
Assina manifestos	22	20
Participa de reuniões de movimentos sociais	4	14
Participa em manifestações públicas de protesto	6	13
Fontes:	Norris, 2003 e 2004.	"Perfil da juventude brasileira", 2003 (ver Anexo, quadro 64)

Para concluir esta discussão sobre a participação não-convencional, vamos considerar agora dados levantados em 2003, sobre os valores preferenciais da juventude brasileira, ao lado dos valores prioritários levantados em 2001, entre a juventude de Curitiba e Porto Alegre, os quais já foram tratados em análise fatorial (KRISCHKE, 2004). É importante assinalar preliminarmente que a Tabela 5 não trata de cotejar *todos* os valores priorizados (e nem mesmo os que obtiveram maior adesão) nas duas pesquisas, mas seleciona apenas alguns valores que foram incluídos nas duas pesquisas e alcançaram correlações significativas com outras questões na pesquisa de 2001. Além disso, como advertimos com relação às outras tabelas, não se pode comparar diretamente os resultados das duas pesquisas, porque seus objetivos públicos pesquisados e demais características técnicas são inteiramente diferentes.

Tabela 5 – Prioridades de valores entre a juventude (%)

Ordem de prioridade		BRASIL 2003	Curitiba 2001	Porto Alegre 2001	
3	Igualdade de oportunidade	46	53	62	"Igualdade"
5	Temor a Deus	44	28	10	
7	Dedicação ao trabalho	37	35	29	
8	Respeito ao meio ambiente	36	26	41	
9	Religiosidade	29	24	8	
10	Liberdade individual	27	32	46	"Liberdade"
12	Competência	23	35	34	
Fontes:	"Perfil da juventude brasileira", 2003	(15 a 24 anos)	(17 a 28 anos)	(17 a 28 anos)	Krischke, 2004.

Os valores pesquisados em 2001 nem sempre foram os mesmos da pesquisa de 2003, como é o caso de “igualdade” e “liberdade”, que estão mais especificados na última pesquisa (ver Anexo, quadro 34). Mas na pesquisa em Curitiba e Porto Alegre esses mesmos valores e mais “respeito ao meio ambiente” tiveram bem maior adesão na última cidade (e não apenas entre os jovens). Enquanto outros valores, como “temor a Deus” e “religiosidade” tiveram muito mais adesão em Curitiba que em Porto Alegre, e “dedicação ao trabalho” também obteve um pouco mais de adesão em Curitiba. O valor “competência” foi o único que obteve quase idêntica adesão nas duas cidades.

Sabemos que Curitiba e Porto Alegre são capitais que apresentam índices demográficos semelhantes, de desenvolvimento socioeconômico, orçamento municipal, industrialização, urbanização e do famoso “tripé da modernização” (ocupação, escolaridade e renda). Mas há mais de dez anos as administrações municipais dessas duas capitais têm sido conduzidas por partidos políticos de orientações opostas no cenário político nacional (em Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores [PT] e em Curitiba o Partido da Frente Liberal [PFL] hoje Democratas [DEM], ou seus aliados no polo conservador/liberal do espectro

ideológico). Ao levantar os contrastes entre os valores em cada cidade (conforme a Tabela 5, especificamente sobre a juventude), tratamos de correlacioná-los com outros dados sobre a atividade política dos entrevistados e logramos estabelecer perfis bastante nítidos dos eleitores em ambas as cidades.

No caso da juventude, pudemos constatar que há tanto semelhanças como diferenças. Quanto às semelhanças, os jovens partilham uma demanda por *competência*, associada à condução do desenvolvimento e da estabilidade econômica como objetivo prioritário para o país. Isto está claramente associado também à busca dos jovens por novas oportunidades de emprego durante o tempo livre disponível e à escolha do valor “dedicação ao trabalho”. Outras semelhanças incluem os valores do “prazer”, da “autorrealização”, da “alegria” e do “respeito ao meio ambiente” associados ao emprego eventual do tempo livre em “lazer e relações afetivas” – sendo o valor “meio ambiente” também, como seria de esperar, mais fortemente associado às atividades eventuais de “defesa do meio ambiente” no uso desejável do tempo livre. Outra opção significativa dos jovens das duas cidades no uso do tempo livre é ocupá-lo em “atividades políticas” – escolha feita principalmente por aqueles que reconhecem em outras questões a preferência pela democracia e a “importância da política” em suas vidas.

Mas há também diferenças entre as atitudes dos jovens das duas cidades. Por exemplo, em Curitiba, a opção no tempo livre por “atividades assistenciais” é importante para aqueles que escolheram os valores “religiosidade” ou “temor a Deus”, mas não alcança significação em Porto Alegre. Na verdade, a ênfase maior dos curitibanos no “temor a Deus” e na “religiosidade” está correlacionada à prioridade do valor “disciplina” naquela cidade, enquanto os porto-alegrenses relacionam mais o valor da religião à ênfase secular e republicana no associativismo.

Por sua vez, a seleção de “atividades políticas” como opção de tempo livre em Curitiba relaciona-se à escolha do valor “liberdade”, sendo que esta última escolha também se relaciona à opção pela democracia na preferência por regime político. Em Curitiba, houve também uma correlação significativa entre a escolha do valor “desenvolvimento econômico” e a ênfase na “maior participação da população nas decisões importantes de governo” como alternativa entre os principais objetivos do país. Em Porto Alegre, essa correlação não foi encontrada, e o valor “desenvolvimento econômico” apareceu associado ao reconhecimento da “importância da política” e da tolerância social e política (reconhecimento do direito à diferença).

Como podemos observar, as correlações entre opções de valores e outros indicadores de adesão eventual – por exemplo, utilização desejável do tempo livre, ou declarações de que “gostaria de participar” mesmo quando ainda não participa de determinadas atividades associativas e ações não-convencionais – fornecem indicações significativas sobre tendências potenciais à mudança. Essas indicações podem ser muito mais explicativas daqueles fenômenos inovadores, que caracterizam o exercício da cidadania em cada local, e que o exame apenas das atitudes políticas convencionais não consegue captar. Além disso, as próprias atitudes convencionais, como vimos anteriormente no caso dos valores religiosos, assumem significados distintos conforme as peculiaridades culturais de cada cidade.

Portanto, foi necessário adotar procedimentos de análise multivariada dos dados, de modo a examinar a configuração característica dos valores selecionados em cada cidade e suas relações com as demais atitudes e orientações políticas assumidas pelos entrevistados¹⁰. Um procedimento que resultou muito produtivo foi a correlação das opções de valores com as atividades de tempo livre, as atividades associativas e os índices de tolerância. Talvez resultados semelhantes se obtenham também na pesquisa de 2003, correlacionando, por exemplo, os índices de tolerância ou reconhecimento do direito à diferença das minorias (descriminalização do aborto – 25%; legalização da união entre pessoas do mesmo sexo – 25%; descriminalização do uso de drogas – 17%. Ver Anexo, quadro 63) com valores prioritários, atividades associativas e ações não-convencionais dos entrevistados. Com esses e outros procedimentos, será possível chegar a configurações mais precisas da predominância dos valores por subculturas, regionais e outras, que permitam caracterizar a cultura política dos jovens brasileiros em sua complexa e promissora diversidade.

¹⁰ Foram usados os testes Cluster Analysis e Multidimensional Scaling, examinando detidamente as diversidades regionais. As conclusões a que chegamos são: 1) curitibanos e porto-alegrenses convergem suas preferências de valores ao redor de *justiça*, *liberdade*, *desenvolvimento* e *igualdade*, embora os primeiros apontem a *disciplina* e os segundos o *respeito ao meio ambiente*, respectivamente, como seu quinto valor prioritário; 2) no caso de Curitiba, há uma ênfase no cidadão como portador de direitos e obrigações, em contraste com a ênfase no “outro social”, tendencialmente reconhecido em Porto Alegre como participante de um projeto coletivo; 3) essas ênfases contrastantes podem ser vistas como duas faces complementares do exercício da cidadania, que enfatizam seja o acatamento individual da lei, seja sua fundamentação e seu aperfeiçoamento argumentativo, na participação coletiva da esfera pública; 4) há uma ênfase significativa no pluralismo político-ideológico, principalmente nas atitudes de apego à tolerância e na disposição ao associativismo da juventude.

Conclusão provisória

Uma visão superficial dos dados sobre cultura política desta pesquisa sobre a juventude brasileira sugere, logo à primeira vista, índices elevados de participação política dos jovens, tanto em suas formas de ação convencional como nas não-convencionais. Por exemplo, a identificação partidária dos entrevistados, a aprovação do governo, a confiança nos partidos, a participação em protestos, movimentos sociais etc. (como vimos na Tabela 4) são numericamente equivalentes, ou até superiores, aos observados recentemente entre os jovens da Europa.

E note-se que nem mencionamos no texto o enorme otimismo dos jovens brasileiros ao acreditarem que “podem mudar o mundo” (ver Anexo, quadro 32), atribuindo a seu esforço pessoal e sua capacidade de inovação a conquista de um futuro melhor – em sua própria vida, para o seu bairro e para o país em que vivem. É claro que essas orientações e atitudes positivas podem ter muito a ver com o contexto pós-eleitoral, que suscitou grandes expectativas em toda a população brasileira. De fato, os índices de comparecimento às urnas nas eleições de 2002 declarados pelos jovens entrevistados nesta pesquisa foram ainda superiores aos elevados índices relatados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os eleitores em geral.

Mas iniciamos este artigo com uma avaliação mais sóbria e cautelosa, que cabe agora retomar. Vimos então que o índice de opção formal da juventude pela democracia tem se mantido estável na última década e divide meio a meio o espaço de opções com aqueles que não manifestam compromisso explícito com o regime democrático. Portanto, a análise mais detida dessas atitudes e escolhas políticas contrastantes da juventude exige a aplicação de uma bateria de testes estatísticos, cuja oportunidade tratamos de esclarecer no decorrer deste texto. A realização dessas análises multivariadas e outras permitirá chegar a conclusões historicamente fundamentadas – por exemplo, sobre as influências dos contextos regionais e das variáveis demográficas, na formação de subculturas de gênero, classes de renda, escolaridade, e subgrupos de idade entre a juventude.

Além disso, as variáveis atitudinais, instrumentais e expressivas necessitam também de tratamento específico, em separado e em conjunto com as variáveis sociodemográficas. Por exemplo: o otimismo entre os jovens

constatado anteriormente, seu senso de eficácia subjetiva etc., poderia revelar-se numa hipótese negativa, consequência da ideologia neoliberal do “cada um por si”? O teste do Indimasa, sugerido por Baño, e outros testes, como o da “sofisticação cognitiva”, podem esclarecer esta e outras questões igualmente importantes.

Por outra parte, cabe perguntar se a aposta anterior das pesquisas da cultura política sobre os efeitos determinantes (ou deterministas) da modernização nas atitudes de apoio à democracia, será questionada no exame dos resultados finais desta pesquisa. À primeira vista, pode parecer inquestionável a influência dos fatores de renda, escolaridade, ocupação e urbanização sobre as atitudes políticas. Mas essa influência pode ser diversificada, ao combinar-se com opções de vida e condições histórico-culturais que os jovens enfrentam no seu cotidiano.

É por isso que os testes sobre valores prioritários e suas relações com o associativismo e as alternativas que os jovens buscam e às vezes realizam, no seu ambiente (e no espaço público em que atuam) serão tão fundamentais para avaliar também as diversidades de suas opções políticas e de seus perfis ideológicos. Pois o extraordinário otimismo – pessoal, social e político – dos jovens pode bem chegar a realizar-se, pelo menos, em parte. E é possível verificar se ele fundamenta uma mudança de valores com o restante da sociedade (mesmo que num plano momentâneo e localizado) – não sendo então, apenas, mais uma vez, um ciclo de protesto e euforia que depois recaia na cinzenta apatia da resignação.

Referências bibliográficas

- BAÑO, Rodrigo e FALETTO, Enzo (1992). “El apoliticismo: El factor generacional”. *Série Estudios Políticos*, 25, FLACSO-Chile.
- BAÑO, Rodrigo (1995). “El nuevo carácter del apoliticismo”. *Série Estudios Políticos*, FLACSO-Chile, 33.
- _____. (1997). “Apatia y sociedad de masas en la democracia chilena actual”. *Nueva Série*, FLACSO-Chile.
- _____. e KRISCHKE, Paulo *et. al.* (2000). “Debates: Desafios da ecologia e da juventude para o novo século”. In: KRISCHKE, P. (org.). *Ecologia, juventude e cultura política*. Florianópolis, EDUFSC.
- DALTON, Russell J. (1984). “Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Societies”. *Journal of Politics*, 46 (1), p. 264-84.

- DURAND PONTE, Victor Manuel (1995). *La construcción de la democracia en México*. México, Siglo XXI.
- ECHEGARAY, Fabian (1996). “Atitudes da classe trabalhadora e democracia no Brasil”. *Opinião Pública*, 4 (1), p. 23-32.
- EDMUNDS, June e TURNER, Bryan (2002). *Generations, Culture and Society*. Londres, Open University Press.
- INGLEHART, Ronald (1997). *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. New Jersey, Princeton University Press.
- KRISCHKE, Paulo (1994). “Resenha de ‘Os brasileiros e a democracia’”. *Planejamento e Políticas Públicas*, 11, p. 297-304.
- _____. (1997). “Cultura política e escolha racional na América Latina: Interfaces nos estudos da democratização”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, 43, p. 103-26.
- _____. (2000). “Juventude e socialização no sul do Brasil”. In: KRISCHKE, P. (org.). *Juventude, ecologia e cultura política*. Florianópolis, EDUFSC.
- _____. 2004. “Cultura política: Convergências e diferenças em Porto Alegre e Curitiba”. *UFSC, Revista de Ciências Humanas*, 35. (no prelo).
- MESQUITA, Marcos R. (2001). *Juventude e movimento estudantil. O velho e o novo na militância*. Dissertação de mestrado em sociologia política, UFSC.
- MOISÉS, José A. (1995). *Os brasileiros e a democracia. Bases sociais da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática.
- MOREIRA, Constanza (2000a). “La izquierda en Uruguay y Brasil: Cultura política y desarrollo político-partidário”. In: MALLO, Suzana e MOREIRA, Constanza. *La larga espera: Itinerarios de la izquierda en Argentina, Brasil y Uruguay*. Montevideu, Ed. Banda Oriental.
- _____. (2000b). “Cultura política no Uruguai ao final do século: A democracia dos inconformados”. In: KRISCHKE, Paulo (org.). *Juventude, ecologia e cultura política*. Florianópolis, EDUFSC.
- NEUMAN, R. W. (1986). *The Paradox of Mass Politics*. Boston, Harvard University Press.
- NORRIS, Pippa (2003). “Young People and Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?”. *Report for the Council of Europe Symposium*, www.pippanorris.com.
- _____. (2004). “The Evolution of Election Campaigns: Eroding Political Engagement?”. *Conference on Political Communications in the 21st Century*, www.pippanorris.com.
- REIS, Fabio W. (2002). “Sociologia política, ciência política, e ‘escolha racional’”. *Política e Sociedade*, 1, p. 37-56.
- SINGER, André (2000). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, EDUSP.

Maiorias adaptadas, minorias progressistas

Gustavo Venturi

Mestre em sociologia e doutor em ciência política pela
Universidade de São Paulo (USP). Assessor científico ad-hoc do
Núcleo de Opinião Pública (NOP) da FPA.

Vilma Bokany

Graduada em Ciências Sociais (PUC-SP) e pós-graduada em Psicologia Política
(PUC-SP), é analista do NOP.

As primeiras reações da mídia à divulgação do conjunto da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” tiveram uma tônica em comum: a leitura de que os jovens brasileiros deste início de século são conservadores, comportamentalmente caretas e politicamente passivos ou despolitizados¹, reforçando interpretação que quase já se tornou senso comum, partilhada pelos principais veículos impressos e por grande parte de seu leitorado adulto.

No plano do comportamento e dos valores morais, foram selecionados alguns dados para corroborar essa tese: três em cada quatro jovens apoiam a diminuição da maioridade penal e quatro em cada cinco são favoráveis a

¹ “Surpresa! A juventude brasileira é careta”, matéria de capa da revista *Istoé*, edição nº 1.804, de 05.05.04, e “A juventude conservadora que ama a família”, jornal *O Globo*, 02.05.04, p. 16-17.

exames *antidoping* nas escolas para detectar o uso de drogas, enquanto somente 18% defendem o pleno respeito aos “direitos humanos dos presos e bandidos” (ver Anexo, quadros 78, 118 e 119); a maioria é contra a legalização da união de pessoas do mesmo sexo (52%, para 44% a favor), contra a descriminalização do aborto (80%) e do consumo da maconha (81%) (ver Anexo, quadro 63) – droga que teria sido experimentada por apenas 10% (ver Anexo, quadro 114); a maioria preferiria relações amorosas estáveis (63%) a eventuais (36%) (ver Anexo, quadro 99) e somente um de cada seis jovens que moram com os pais (como é o caso de 70% da juventude brasileira, considerada dos 15 aos 24 anos) sairia de casa, mesmo “se pudesse decidir agora, sem se preocupar com qualquer coisa” (ver Anexo, quadro 16). Finalmente, “pensando em uma sociedade ideal”, *temor a Deus* foi apontado como o valor mais importante, entre 18 sugeridos (ver Anexo, quadro 34).

No campo mais específico da política e suas instituições, destacou-se a percepção da maioria dos jovens de que eles não têm influência sobre a política (55%), o dado de que apenas 16% seriam politicamente de esquerda, ante 45% que se considerariam de centro e 21% de direita; uma leitura de que quase a metade não se importaria de viver sob uma ditadura (22% afirmam que tanto faz um governo democrático ou ditador, 16% preferem em certos casos uma ditadura e 8% não têm opinião a respeito); e a baixa participação dos jovens em partidos políticos (apenas 1% milita em algum partido), em sindicatos ou associações profissionais, inclusive em entidades com interesses mais voltados ao seu momento de vida, como grêmios ou associações estudantis (2% fazem parte e só 9% já foram membros), além da baixa participação em manifestações políticas, ainda que sem vínculos, para as quais mais de 80% dos jovens nunca se mobilizaram (ver Anexo, quadros 57, 62, 66 e 67).

Por sua vez, a confiança que os jovens depositam em instituições tradicionais como a família (98%), Igreja Católica (75%), Forças Armadas (67%) e polícias (66% na Militar e 67% na Civil) é maior que a confiança, por exemplo, em movimentos sindicais (50%) ou sociais, como o dos Sem Terra (48%); ao mesmo tempo que as instituições políticas merecem as maiores taxas de desconfiança, como os partidos políticos, nos quais 65% dos jovens não confiam, o Congresso Nacional (64%), os vereadores da cidade (61%) ou mesmo o governo federal (55%) – ver Anexo, quadro 69 –, dados que, ao expressarem a baixa credibilidade nas instâncias da esfera pública em tese mais

permeáveis à participação, seriam indicadores do conservadorismo político, quando não da alienação da geração hoje jovem.

A tese do conservadorismo comportamental e político da juventude atual – aparentemente endossada pelos dados da “Perfil da juventude brasileira” – apresenta, no entanto, problemas de três ordens: no plano dos pressupostos do que foram as gerações jovens anteriores, na interpretação dada a boa parte dos resultados atuais citados e em leituras parciais ou mesmo erradas de outra parte, na verdade tecnicamente não sustentáveis pelos dados obtidos. A desconstrução dessa tese demanda a análise dessas três ordens de problemas – tarefa que executamos a seguir.

No plano dos pressupostos, a ideia subjacente àquelas interpretações, às vezes explicitada, é que gerações anteriores de jovens – no Brasil, sobretudo a dos anos 1970 e início dos anos 1980 – teriam majoritariamente se engajado na luta política institucionalizada (ou em sua negação, via contraviolência revolucionária) e teriam assumido atitude progressista e contestadora dos costumes, seja no plano da sexualidade, da experiência com drogas ilícitas ou em suas múltiplas expressões estéticas, da arte produzida ou fruída, à linguagem e aos estilos visuais que adotaram.

Ora, aqui é evidente a confusão entre a imagem de uma minoria mitificada com a suposta atitude política e comportamental da maioria daquelas gerações. Se nos anos 1970, tivesse sido feita uma pesquisa quantitativa tão abrangente como a atual do Projeto Juventude, provavelmente veríamos que a maioria dos jovens brasileiros da época era ainda mais conservadora – e agora estaríamos constatando, na verdade, uma queda nos indicadores de conservadorismo. O fato de que uma minoria tenha abraçado valores da contracultura que os levava a saírem da casa dos pais mais cedo, a viverem com maior liberdade sexual e a experimentarem todas as drogas, parece ofuscar as evidências históricas de que a maioria deles, à época, simplesmente reproduziu em seu comportamento os padrões conservadores então vigentes.

Não se trata, naturalmente, de afirmar que gerações anteriores não tenham produzido vanguardas que correspondem ao figurino de “revolucionárias”/ contestadoras dos costumes/ malucas-beleza. Ao contrário, foi a existência efetiva dessas vanguardas (minoritárias por definição) que fez com que sua atitude, no plano da leitura dos fatos, fosse generalizada como a de toda uma geração e – mais importante, porque no plano propriamente dos

fatos – fez com que os valores que propagavam fossem gradual e parcialmente assimilados, modificando o horizonte moral dominante, a ponto de permitir o arrefecimento do conflito intergeracional, tal como hoje se observa.

Os problemas de leitura dos dados atuais se relacionam, em boa medida, a essa falsa premissa de que toda uma geração anterior de jovens tivesse rompido, nas esferas política e comportamental, com os padrões da época. Mas a tese do conservadorismo juvenil também traz implícita uma segunda ideia: a de que os jovens, hoje, são mais conservadores que seus pais. Assim, seja porque não há estudos anteriores que forneçam evidências diretas para sustentar a crítica àquele pressuposto, seja para responder a esta segunda ideia, recorreremos a outras investigações recentes², em que algumas questões comuns foram respondidas não apenas por jovens, mas também pelo restante dos adultos acima dos 24 anos.

VÍNCULO COM ASSOCIAÇÕES, ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS **			
a. Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. Participa	2	3	6
. Já participou	5	8	12
. Nunca participou	93	90	81

² Os dados a seguir, da Fundação Perseu Abramo, referem-se à pesquisa Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil, realizada em outubro de 2003, junto à população brasileira com 16 anos ou mais. Amostra de 5.003 entrevistas, distribuídas em 834 setores censitários, urbanos e rurais, em 266 municípios de todo o país. Resultados em www.fpabramo.org.br e análise preliminar em “Queda do preconceito: real ou retórica?”, Venturi, G. e Bokany, V. - Revista Teoria e Debate nº 59, ago-set 2004.

b. Associação de defesa do consumidor			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. Participa	*	*	1
. Já participou	*	2	2
. Nunca participou	99	97	96
c. Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. Participa	1	1	2
. Já participou	4	6	4
. Nunca participou	95	93	95

d. Sindicato de trabalhadores			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. Participa	1	1	5
. Já participou	1	3	10
. Nunca participou	99	96	85
e. Entidade ou grupo ligado ao movimento negro ou contra o racismo			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. Participa	*	1	1
. Já participou	2	2	1
. Nunca participou	98	98	99

►

f. Organização de mulheres ou entidade ligada ao movimento feminista			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. Participa	*	*	1
. Já participou	*	*	1
. Nunca participou	99	100	98

Não atingiu 1%. ** Na FPA, pergunta aplicada à subamostra C, com 1.671 entrevistas. Margens de erro: até ± 5 pontos percentuais para os dados da coluna "16-24 anos" e até ± 3 p.p. para os dados da coluna "25 anos ou mais", com intervalo de confiança de 95%.

Como se pode observar, o aparentemente baixo associativismo aferido entre os jovens, na melhor das hipóteses, não é um privilégio dessa faixa etária no Brasil contemporâneo: em poucos casos, os dados sobre a população adulta superam as baixas taxas de participação encontradas no segmento juvenil, nas mesmas entidades. Uma das poucas diferenças significativas está na menor filiação juvenil aos sindicatos, o que se explica pelo alto desemprego e pela precarização das relações de trabalho que atingem a população jovem – fatos já conhecidos, confirmados pela pesquisa do Projeto Juventude.

E se por um lado o associativismo juvenil a entidades mais tradicionais segue o padrão adulto de baixa adesão, por outro, quando perguntados sobre a participação em grupos que realizam atividades em seu bairro ou comunidade, 15% dos jovens brasileiros (cerca de 5 milhões) dizem fazer parte de algum tipo de grupo. Alguns ligados a igrejas (4%), muitos outros a atividades culturais ou de lazer, como a música (3%), dança (2%) e teatro (2%), além de futebol (1%) e outras motivações variadas (ver Anexo, quadro 56). Uma avaliação correta da disposição associativista dos jovens hoje não

pode desconsiderar essas outras formas e motes de agrupamento, muitas vezes fruto de uma visão crítica dos espaços tradicionais de participação e expressão de engajamento em movimentos político-culturais autônomos, a exemplo do *hip-hop* (cuja vertente musical, o *rap*, já disputa o quinto lugar entre os principais gêneros de música preferidos pelos jovens brasileiros contemporâneos (ver Anexo, quadro 87).

No campo da política *stricto sensu*, a percepção da importância dessa atividade humana é um pouco maior entre os jovens (84%) que entre os adultos mais velhos (77%), tanto por considerá-la *muito importante* (53% a 50%), como *mais ou menos importante* (31% a 27%). A mesma tendência se observa quanto ao reconhecimento de que a política tem influência sobre suas vidas, maior entre os jovens que entre os mais velhos (72% a 62%), sobretudo pela percepção de que influi ao menos *um pouco* (35% a 25%).

PERCEPÇÃO DO GRAU DE IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA*				PERCEPÇÃO DO GRAU DE IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA*			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo		Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/2003		Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +	Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
IMPORTANTE	87	84	77	INFLUI	69	72	62
. Muito	54	53	50	. Muito	37	37	37
. Mais ou menos	33	31	27	. Um pouco	32	35	25
NADA IMPORTANTE	11	12	18	NÃO INFLUI	29	24	32
NÃO SABE	2	4	5	NÃO SABE	2	3	6

* Na FPA, pergunta aplicada à subamostra C, com 1.671 entrevistas. Margens de erro: até ± 5 pontos percentuais para os dados da coluna "16-24 anos" e até ± 3 p.p. para os dados da coluna "25 anos ou mais", com intervalo de confiança de 95%.

Por sua vez, diante da clássica questão de estudos de cultura política – se a democracia é sempre a melhor forma de governo, se em certas circunstâncias é melhor uma ditadura, ou se tanto faz –, na pesquisa do Projeto Juventude uma maioria tênue (53%) optou pela democracia sempre, enquanto os demais dividiram-se entre a indiferença (22%) e a opção eventual pela ditadura (16%, sendo que outros 8% não souberam responder) (ver Anexo, quadro 66). Nota-se logo que a leitura de que “quase metade da juventude brasileira não se importaria de viver numa ditadura” (*O Globo*, 02.05.04),

referindo-se aos 38% que resultam da soma das duas últimas alternativas, não é muito precisa. Mais correto seria dizer que de cada cinco jovens um é indiferente ao regime de governo, que um em cada seis prefere a ditadura, ou mesmo que pouco mais da metade opta pela democracia.

Porém, mais importante é o fato de que, de novo, o que se observa na juventude em relação a escolhas tão relevantes está no mesmo patamar do que tem sido mensurado, em outras pesquisas, entre os adultos mais velhos. Por exemplo, após a eleição de Lula e às vésperas do início do seu governo, em novembro de 2002, quando o indicador de adesão à democracia atingiu o auge aferido nos últimos 15 anos – vale dizer, pós-redemocratização, considerando-se estudos nacionais disponíveis – dois terços dos jovens (66%) optavam pela democracia em qualquer circunstância, assim como os brasileiros acima dos 24 anos (66%); 13% em certas situações seriam favoráveis à ditadura, ante 10% dos demais adultos; e 16% manifestavam-se indiferentes, ante 13% dos mais velhos. Ou seja, confirma-se aqui que a juventude reflete as tendências e escolhas da maioria da sociedade de que faz parte. Nesse sentido, é mais correto dizer que a juventude atual (como a de ontem) está atenta, e não alienada do meio em que está inserida.

No que tange à autoclassificação de suas “atitudes e ideias” no espectro político-ideológico, é preciso observar, primeiro, que há duas maneiras de ler os resultados dessa pergunta: os entrevistados são expostos a um diagrama com sete quadrados conectados e numerados, com a indicação gráfica de que, quanto menor o número, significa estar mais à esquerda, e quanto maior, mais à direita; de modo que, sendo 4 o ponto médio, tanto se pode agregar as opções 3, 4 e 5 em um “centro ampliado”, que engloba portanto as representações de centro-esquerda (3) e de centro-direita (5), e somar, de um lado esquerda (2) e extrema esquerda (1), de outro direita (6) e extrema direita (7), quanto se pode isolar o centro (4), compondo uma esquerda (1+2+3) e uma direita (5+6+7) ampliadas.

Na primeira alternativa, pela pesquisa do Projeto Juventude, lê-se que os jovens estão 16% à esquerda, 45% no centro e 21% à direita (ou respectivamente 17%, 34% e 19%, na pesquisa da Fundação Perseu Abramo). Pela segunda alternativa, os jovens de centro caem para 22% (PJ) ou 21% (FPA), os da esquerda sobem para 27% (PJ) ou 29% (FPA) e os de direita para 32% (PJ) ou 30% (FPA). Mas como se pode observar abaixo, na alternativa 1 há mais

jovens no centro ampliado que adultos (43% a 37%), sobretudo por força da opção que representa a centro-esquerda, e um pouco menos na direita (19% a 22%). E na alternativa 2 há claramente mais jovens que adultos na esquerda ampliada (29% a 20%) e as mesmas proporções no centro e na direita.

AUTOCLASSIFICAÇÃO NO ESPECTRO POLÍTICO-IDEOLÓGICO*			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
ALTERNATIVA 1			
ESQUERDA	16	17	14
. Quadrado 1 (extrema esquerda)	5	8	6
. Quadrado 2 (esquerda)	11	9	8
CENTRO AMPLIADO	45	43	38
. Quadrado 3 (centro- esquerda)	11	12	6
. Quadrado 4 (centro)	22	21	23
. Quadrado 5 (centro-direita)	12	11	8
DIREITA	21	19	22
. Quadrado 6 (direita)	14	13	13
Quadrado 7 (extrema direita)	6	6	9

Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
ALTERNATIVA 2			
ESQUERDA AMPLIADA	27	29	20
. Quadrado 1 (extrema esquerda)	5	8	6
. Quadrado 2 (esquerda)	11	9	8
. Quadrado 3 (centro-esquerda)	11	12	6
CENTRO (quadrado 4)	22	21	23
DIREITA AMPLIADA	32	30	30
. Quadrado 5 (centro-direita)	12	11	8
. Quadrado 6 (direita)	14	13	13
. Quadrado 7 (extrema direita)	6	6	9
Outras respostas	1	1	2

* Na FPA, pergunta aplicada ao total da amostra, com 5.003 entrevistas. Margens de erro: até ± 3 pontos percentuais para os dados da coluna "16-24 anos" e até ± 2 p.p. para os dados da coluna "25 anos ou mais", com intervalo de confiança de 95%.

Há polêmicas sobre o significado atual dessas posições ideológicas (ou a falta de), e pesquisas anteriores demonstram que por trás dessas opções há um componente cognitivo importante, havendo casos extremos em que *direita* é compreendida como *o que é direito, o que é certo*, e, por exclusão,

esquerda é o *torto ou errado*³. Por sinal, a escolarização crescente entre as gerações explicaria, ao menos em parte, a menor taxa de *não sabe* e mesmo o maior equilíbrio entre esquerda e direita, observado entre os jovens, ante os adultos mais velhos (pesquisa FPA). Discussões à parte, seja qual for a alternativa, e tomando-se a direita como conservadora, em nenhum caso os dados sustentam a ideia de que, também por este prisma, a juventude brasileira seria mais conservadora que o restante da sociedade adulta.

A conclusão semelhante nos leva alguns resultados sobre temas comportamentais, disponíveis para comparação entre jovens e demais adultos. Indagados sobre descriminação do aborto, é verdade que a maioria dos jovens é contra (80%, para 19% a favor, na pesquisa PJ, ou 76% a 17%, respectivamente, na pesquisa FPA), mas a posição dos demais adultos é ainda um pouco mais conservadora: 77% discordam, apenas 14% concordam que o aborto provocado deixe de ser penalizado criminalmente. E em relação à legalização de uniões homossexuais, embora a maioria dos jovens brasileiros ainda se oponha (52% a 43%, na pesquisa PJ, ou 48% a 44%, na pesquisa FPA), o contraste com a posição dos adultos mais velhos a respeito é ainda maior: 63% discordam, ante apenas 27% que concordam.

OPINIÃO SOBRE A DESCRIMINAÇÃO DO ABORTO ("que o aborto deixe de ser crime") **			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. A FAVOR/CONCORDA*	19	17	13
.. Totalmente	9		
.. Em parte	10		
. CONTRA/DISCORDA*	80	76	77
.. Totalmente	73		
.. Em parte/ DEPENDE*	7	6	8
. NÃO SABE	1	1	1

³ Pesquisa Cultura Política, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em novembro de 1997, junto à população brasileira com 16 anos ou mais. Amostra de 2.670 entrevistas, distribuídas em 266 municípios de todo o país e em André Singer, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: A identificação ideológica nas disputas*. Edusp, 1998.

OPINIÃO SOBRE A LEGALIZAÇÃO DAS UNIÕES HOMOSSEXUAIS ("entre pessoas do mesmo sexo") **			
Fonte:	Projeto Juventude	Fundação Perseu Abramo	
Data:	nov/03	out/ 2003	
Faixa etária:	15-24 anos	16-24 anos	25 anos ou +
. A FAVOR/CONCORDA*	43	44	27
.. Totalmente	26		
.. Em parte	18		
. CONTRA/DISCORDA*	52	48	63
.. Totalmente	43		
.. Em parte/ DEPENDE*	9	6	6
. NÃO SABE	5	2	4

*Na pesquisa da FPA as alternativas eram: *Concorda ou discorda?* Na FPA, pergunta aplicada ao total da amostra, com 5.003 entrevistas. Margens de erro: até ± 3 pontos percentuais para os dados da coluna "16-24 anos" e até ± 2 p.p. para os dados da coluna "25 anos ou mais", com intervalo de confiança de 95%.

Finalmente, no plano da leitura parcial ou mesmo equivocada dos dados atuais, podem-se listar vários resultados que, se bem ou corretamente interpretados, não sustentam a tese do conservadorismo juvenil. Por exemplo, o destaque dado à preferência da maioria dos jovens a permanecer na casa dos pais, mesmo "se pudesse decidir agora, sem se preocupar com qualquer coisa" – 82%, segundo a capa da *IstoÉ* (edição de 05.05.04). Primeiro, vejamos a taxa correta, já que a pergunta só foi feita aos 70% que ainda moram com os pais. Na verdade, portanto, os 82% (de 70%) equivalem a 57% do total dos jovens. Segundo, nestes estão somados os que "esperariam mais um tempo para mudar" (27%) e os que – agora sim, a princípio conservadores, ao abrir mão de sua plena autonomia – "não têm planos de morar sem os pais ou responsáveis" (30%) (ver Anexo, quadro 16).

Ainda assim, é preciso relativizar a conclusão sobre o conservadorismo dessa minoria. Considerando-se que essa opção decresce um pouco com o aumento da renda familiar (de 29% entre os que estão em domicílios com renda mensal até cinco salários-mínimos, para 24% entre os que com renda superior) e que a opção de esperar mais um tempo cresce com o aumento da renda (de

26% para 39%), nota-se que as respostas a essa questão são atravessadas por dois fatores: entre os de menor renda, o horizonte das possibilidades efetivas para dar esse salto (de manter a própria casa), e entre os de maior renda um provável clima de maior diálogo com os pais e, assim, uma provável ponderação quanto às vantagens dos ganhos de alguns graus de liberdade (em parte já garantida), em troca de perda de conforto e aumento de responsabilidades.

Quanto à preferência atual da maioria dos jovens por relações amorosas estáveis (63%), trata-se de outro equívoco de leitura: primeiro, porque a pergunta não foi feita aos 25% que se declararam virgens, portanto, os 63% (de 75%) equivalem a 47% do total dos jovens. Segundo e ainda mais importante, a questão relativa a esse dado se referia à dimensão factual⁴, não ao campo das preferências – ignorando assim, por exemplo, que 20% dos jovens já vivem em relações maritais (12% dos homens e 27% das mulheres) –, propensos, portanto, a terem tido a última relação sexual que antecedeu a entrevista com parceiro estável (de fato, apenas 3% haviam tido relação extraconjugal) (ver Anexo, quadro 13). Entre a maioria não-casada nem amigada (72% dos não-virgens), o engajamento em relações estáveis cresce com a idade (de 44% entre os jovens de 15 a 17 anos, para 54% entre os que estão na faixa de 21 a 24 anos), como era de se esperar (ver Anexo, quadro 99). De resto, a inexistência de dados comparativos sobre a prática de gerações anteriores não nos permite concluir se as relações sexuais com parceiros sexuais eventuais são hoje mais comuns ou não. Nossa hipótese é que são, uma vez que a iniciação sexual ocorre mais cedo (15 anos e meio, entre os 75% que já tiveram relação sexual, sendo 14 anos e 10 meses entre os 84% dos rapazes não-virgens, 16 anos e 2 meses entre as 66% das moças não-virgens) (ver Anexo, quadro 96).

Outros temas cuja leitura superficial favorece interpretações equivocadas são a questão das drogas e o problema da segurança pública. Em que pesem os cuidados adotados no início de cada abordagem, no sentido de garantir o anonimato dos entrevistados e seu direito a não responder perguntas que julgassem constrangedoras, é evidente que em pesquisas não se pode tomar as respostas sobre práticas ilícitas ao pé da letra (e do número) – sobretudo

⁴ “Como você considera o relacionamento com a pessoa com quem você teve a sua última relação sexual: você diria que é um relacionamento estável ou eventual?”

no contexto de um levantamento domiciliar –, como se viu na capa da *IstoÉ* (05.05.04): “90% dos jovens entrevistados nunca fumaram maconha”. Na verdade, para chegar a essa taxa, o questionário introduziu o tema gradualmente: indagados primeiro se conheciam alguém que fuma maconha, 72% disseram que sim; *já viram alguém fumando?* 63% responderam *sim* – indicadores da banalidade do consumo da maconha nos espaços sociais em que circulam os jovens. A seguir, perguntados se alguém já lhes ofereceu, afirmaram que sim 37%; *já seguraram maconha na mão?* 17% responderam *sim*, e finalmente perguntou-se se já tinham experimentado, obtendo-se a resposta positiva de 10% (ver Anexo, quadro 114). Certamente, a taxa dos que admitiram já ter fumado maconha seria ainda menor sem a gradualidade usada para se chegar à pergunta direta, mas sua utilização tampouco garante a fidedignidade do número obtido. O mais provável é que o percentual real dos que já experimentaram esteja próximo ou acima dos que admitiram já ter pego na mão, algo entre 20% e 25%; e que o consumo regular de maconha esteja em torno dos 10% que – sob a formulação propositadamente ambígua da pergunta, referida a uma experiência que pode ser única ou habitual – se sentiram à vontade para confessar que já fumaram ao menos uma vez.

Isto nos remete à questão das políticas públicas dirigidas ao consumo das drogas ilícitas: se 10% dos jovens fumam maconha, a sociedade brasileira há de se perguntar se a legislação e a política vigentes de combate ao consumo de drogas – por ora tratado fundamentalmente como caso de polícia, de acordo com as diretrizes estadunidenses para o setor – são as mais adequadas às nossas condições (o preparo e a capacidade investigativa das nossas polícias, a baixa produtividade de nosso Judiciário, a superlotação de nossos presídios, entre outras), dado que levar essa política às últimas conseqüências implica perseguir, julgar e encarcerar (pelo menos) esse contingente de jovens usuários (cerca de 3,5 milhões). Diante da oposição entre essa alternativa e a vertente adotada por grande parte da Comunidade Européia, que concebe o usuário de drogas ilícitas como um problema de saúde pública, a maioria dos jovens brasileiros – mesmo que, como vimos, se posicione contrária à descriminação da maconha (80%, para 17% a favor) – manifesta uma clara escolha: 77% acham que o usuário de drogas deve receber tratamento médico, ante apenas 13% favoráveis à manutenção da política vigente (8% são favoráveis a ambas medidas, tratamento médico e

prisão) (ver Anexo, quadro 113). Não há dados sobre a opinião dos adultos mais velhos a esse respeito, mas certamente os jovens brasileiros expressam aqui uma opinião vanguardista, nada conservadora⁵.

Já em relação à segurança pública e ao combate à violência, encontram-se as opiniões mais contraditórias, dentre as mensuradas na pesquisa: a maioria dos jovens apoia a proibição da venda de armas de fogo (59%), o fim do porte de armas para civis (59%) e da permissão para se ter armas de fogo em casa (55%), ao mesmo tempo que é a favor, em algum grau, da “presença da polícia nas escolas” (91%), da realização de exames toxicológicos “para detectar uso de drogas entre os estudantes” (83%) (ver Anexo, quadro 118); do rebaixamento da idade penal (75%), de 18 para 16 anos (36%) ou menos (35%) (ver Anexo, quadro 119) e divide-se quanto à legalização da pena de morte (48% a favor, 50% contra) (ver Anexo, quadro 63).

Ocorre que a própria pesquisa do *Projeto Juventude* traz resultados que corroboram as estatísticas que demonstram que, se os jovens são a maioria dos agressores, também constituem o segmento sociodemográfico mais atingido pela violência: um em cada cinco jovens já foi assaltado pelo menos uma vez; quase metade (46%) afirma ter perdido algum amigo (17%) ou parente⁶ morto de forma violenta (cerca de dois terços assassinados, um terço em acidentes de trânsito), e cerca de dois em cada cinco (38%) afirmam já ter testemunhado o cadáver de alguém, conhecido ou não, morto nessas circunstâncias (ver Anexo, quadros 120, 122, 123 e 125). Ante a presença da violência que permeia seu cotidiano, sobretudo nas áreas empobrecidas e de maior densidade urbana, é possível compreender a adesão simultânea dos jovens, hoje, a propostas embasadas em princípios conflitantes, algumas de cunho pacifista, outras de cunho repressor e anti-humanista. É provável que quaisquer outras medidas que fossem testadas também contassem com o apoio da maioria, como se os jovens estivessem a gritar: faça-se alguma coisa para acabar com essa situação!

⁵ A promessa de revisão da política de pura repressão aos consumidores de drogas ilícitas, com a implantação de medidas de redução de danos aos usuários, que o governo Lula traz ao debate público (já próximo de sua metade), vem ao encontro, portanto, da opinião da maioria dos jovens a respeito desse tema.

⁶ Primo 11%, tio 9%, pai 2%, irmão 2%, entre outros, o que equivale a dizer, considerando apenas os dois últimos casos, que mais de 1 milhão de jovens brasileiros carrega o trauma de ter perdido pai ou irmão em circunstâncias violentas.

Finalmente, outro resultado em que apenas uma interpretação parcial ou superficial sustenta a ideia do conservadorismo dos jovens atuais refere-se à hierarquia de valores que consideram mais importantes “em uma sociedade ideal”. Diante de 18 alternativas sugeridas, *temor a Deus* despontou como a mais citada (17%), seguida por *respeito ao meio ambiente* (12%), *igualdade de oportunidades* (12%) e *religiosidade* (10%) (ver Anexo, quadro 34). É verdade que, aparentemente, a liderança de *temor a Deus* e, logo abaixo, *religiosidade* sugerem tradicionalismo. Mas se considerarmos que qualquer sociedade é necessariamente regida por diferentes valores, estejam em combinação harmônica ou conflituosa, a leitura mais recomendável dos resultados dessa questão deve levar em conta não a primeira escolha (resposta única), mas a soma das várias escolhas (resposta múltipla) – o que muda o quadro consideravelmente. Na soma de cinco menções, *temor a Deus* atinge 44%, mas fica abaixo de *solidariedade* (55%) e *respeito às diferenças* (50%), empatado em terceiro lugar com *igualdade de oportunidades* (46%) e seguido de perto por *justiça social* (41%) – ou seja, disputa ou divide um lugar de importância na cabeça dos jovens atuais junto a três valores modernos e um pós-moderno (respeito às diferenças). A liderança de *temor a Deus* como primeira escolha apenas nos informa que é o valor que, isoladamente, mais coesiona os jovens, formando (a maior) minoria específica.

Em suma, os dados indicam que onde pareciam conservadores os jovens não o são, ou ao menos não o são mais que seus contemporâneos adultos. Em boa medida, a plausibilidade da tese do conservadorismo juvenil parece decorrer da experiência de alguns pais de hoje que, por terem feito parte da minoria contestadora de ontem, consideram seus filhos (muitos podem ser mesmo) mais conservadores que eles – mas obviamente não é correto generalizar essa perspectiva particular para toda a geração jovem atual. Ao contrário, por conta da popularização de certos valores antes vanguardistas (como o direito à palavra e de opinião do próprio jovem), numericamente é provável que hoje haja mais jovens desafiando, modernizando ou “atualizando” seus pais (mesmo dentro de casa) do que sempre houve.

De resto, que a maioria dos jovens se comporte e reflita os valores hegemônicos de sua época e cultura parece ser – desde sempre – a norma. Via de regra, a contestação da ordem vigente pressupõe privilégios de ordem material e simbólica não disponíveis à maioria. Seja por força das exigências de sua reprodução cotidiana ou das recompensas por uma adesão pragmá-

tica ao convencionalismo moral, poucas alternativas, além da adaptação, desenham-se em seu horizonte como viáveis – como no horizonte de vida da maioria dos adultos. Nesse sentido, o conservadorismo e a suposta alienação dos jovens que a leitura superficial da “Perfil da juventude brasileira” sugere é, nada mais, o reflexo do conservadorismo e do baixo associativismo em torno de causas comuns que, em que pesem os avanços graduais nas últimas décadas, seguem dando o tom na sociedade brasileira.

Isso não significa que a atual geração de jovens – como parece ocorrer desde que a juventude surgiu na cena social como um ator distinto – não carregue também, em meio a tantas tribos, minorias vanguardistas cuja atitude crítica, ante valores hegemônicos e instituições vigentes (às vezes sob a forma de desprezo), certamente tem contribuído para tensionar as relações sociais em prol de mudanças no *status quo*. Fica a tarefa de, em uma futura análise, discriminar na massa de dados desta pesquisa os vários segmentos que compõem a diversidade da juventude brasileira, de forma a situar e dimensionar os grupos progressistas existentes.

Perfil da juventude brasileira

Informações metodológicas sobre a pesquisa “Perfil da Juventude brasileira”

A pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* foi uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999, pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

Universo: População de 15 a 24 anos, residente no território brasileiro – 34,1 milhões de jovens, ou 20,1% do total da população (Censo 2000 – IBGE).

Amostra: Amostragem probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos (estágio final). Total de 3.501 entrevistas, distribuídas em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados da União. Expansão amostral nas nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal.

Subamostras: A amostra total foi subdividida em 3 subamostras – A, B e C –, cada uma composta por cerca de 1.157 entrevistas, igualmente representativas do universo investigado: jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos, representantes de todos os segmentos sociais, residentes em áreas urbanas e rurais de 198 municípios estratificados por localização geográfica, natureza e porte dos municípios (capital e interior e de pequeno, médio e grande porte).

Margem de erro: A margem de erro é de até 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, para os resultados com o total da amostra, e de até ± 3 pontos para os resultados das perguntas incluídas em apenas uma das três subamostras A, B ou C e para os resultados da subamostra metropolitana, com intervalo de confiança de 95%.

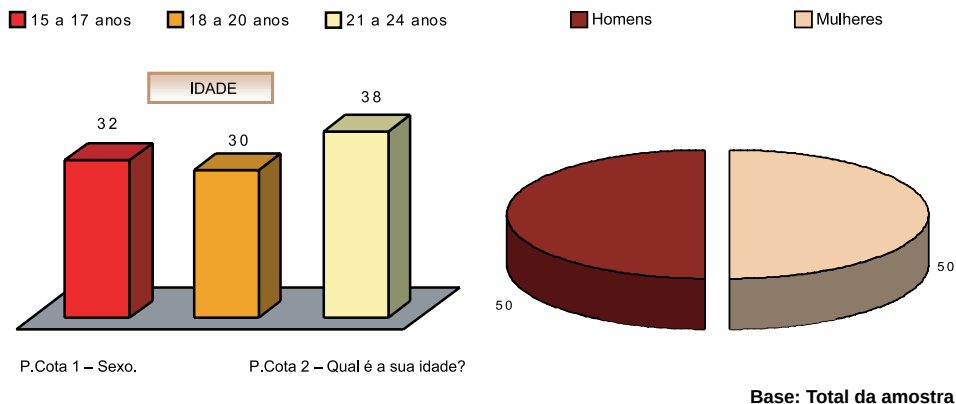
Abordagem: Aplicação de questionário estruturado com 160 perguntas, em entrevistas pessoais e domiciliares (tempo médio de uma hora de aplicação).

Data do campo: A coleta dos dados foi realizada entre os dias 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003. Nos dias 1 e 2 de novembro foi realizado pré-teste, em âmbito nacional, com 600 entrevistas para o dimensionamento e ajustes no formulário final e treinamento das equipes de coletas dos dados.

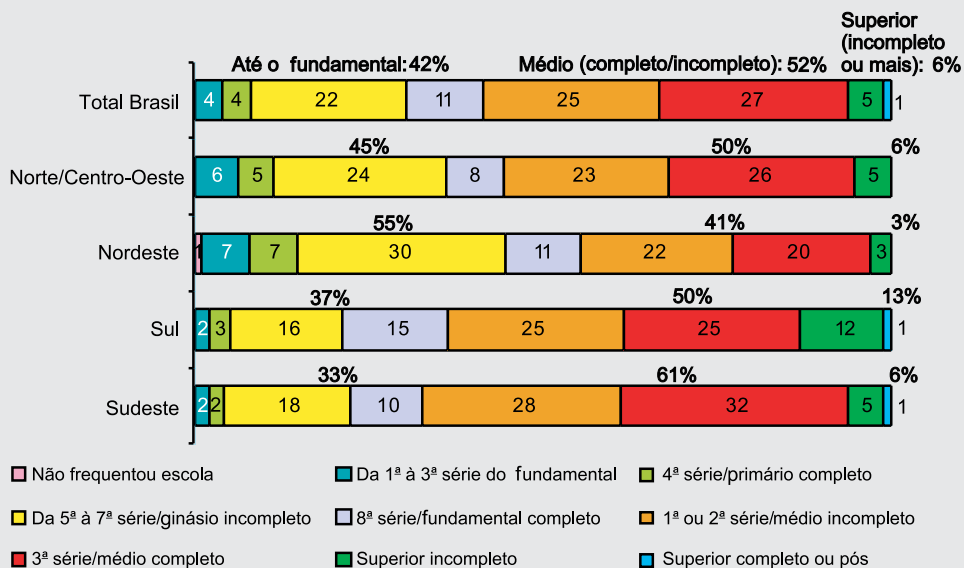
Ainda a título de orientação da leitura das tabelas e gráficos, quatro esclarecimentos finais: a classificação “espontânea” refere-se a respostas a pergunta aberta, em que não se ofereceram alternativas de escolha aos entrevistados; “estimulada”, ao contrário, indica que as respostas foram sugeridas em seguida à formulação da pergunta; os resultados de perguntas que admitiam respostas “múltiplas”, fossem espontâneas ou estimuladas, ultrapassam 100%, já que a base de cálculo das taxas percentuais é sempre a base de entrevistas, e não a soma das respostas; e, em razão do arredondamento das casas decimais, nem sempre a soma nas perguntas com resposta “única” totaliza 100%, podendo variar de 99% a 101%, sem que tenha havido erro de cálculo.

Equipe Criterium: Coordenação geral do cientista político Gustavo Venturi e da socióloga Marisol Recamán; coordenação de campo de Paulo Barone; processamento dos dados de Rita Dias; revisão e análise de Vilma Bokany (NOP-FPA) e Wagner Santana.

1 – SEXO E IDADE (em %)



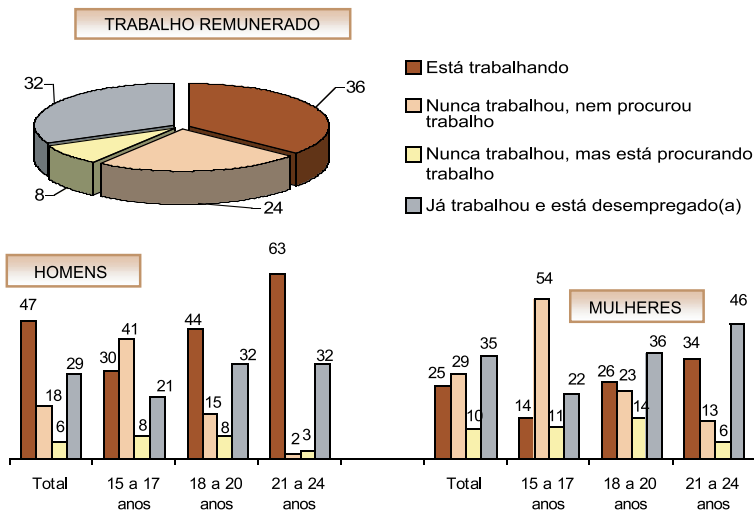
2 – GRAU DE ESCOLARIDADE, POR MACRORREGIÃO (espontânea, em %)



P80. Você está estudando atualmente? Se sim: em que série ou ano você está?
Se não: até que ano da escola você estudou?

Base: Total da amostra

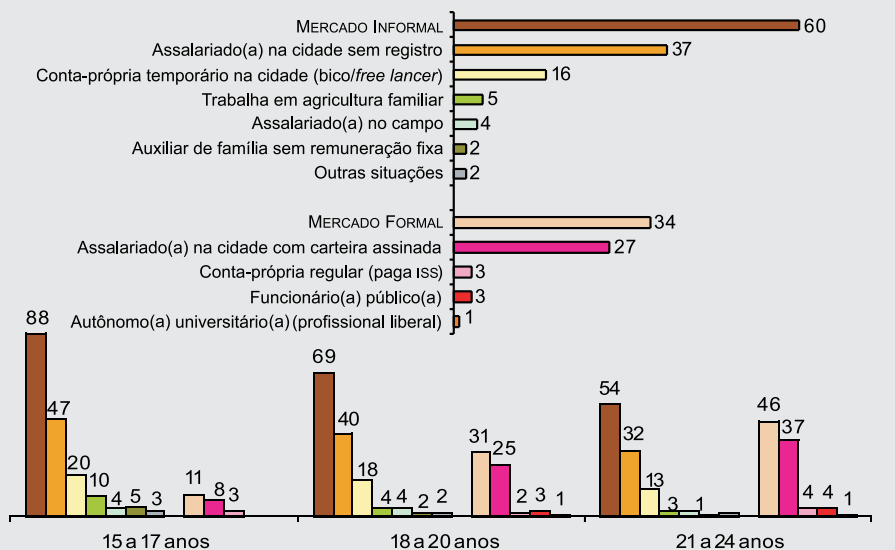
3 – INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO (estimulada e única, em %)



P88. Atualmente você está trabalhando; nunca trabalhou, nem procurou trabalho; nunca trabalhou, mas está procurando trabalho; ou já trabalhou e está desempregado(a)?

Base: Total da amostra

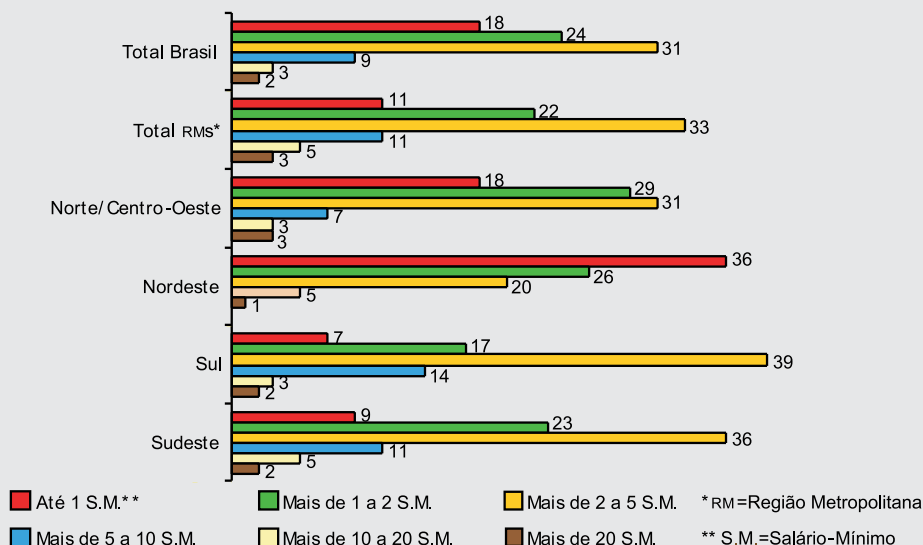
4 – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, POR IDADE (estimulada e única, em %)



P90. No seu trabalho você é:

Base: Entrevistados que trabalham ou já trabalharam (68%)

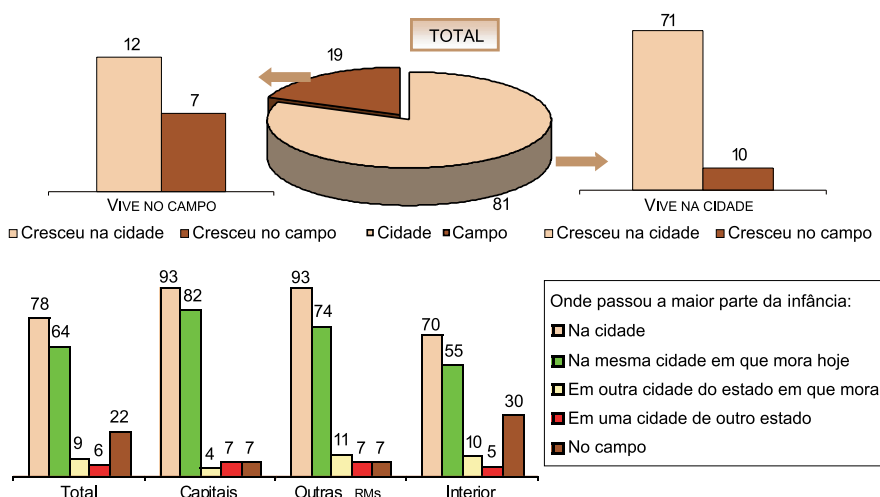
5 – RENDA FAMILIAR MENSAL, POR MACRORREGIÃO (espontânea, em %)



P158. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?

Base: Total da amostra

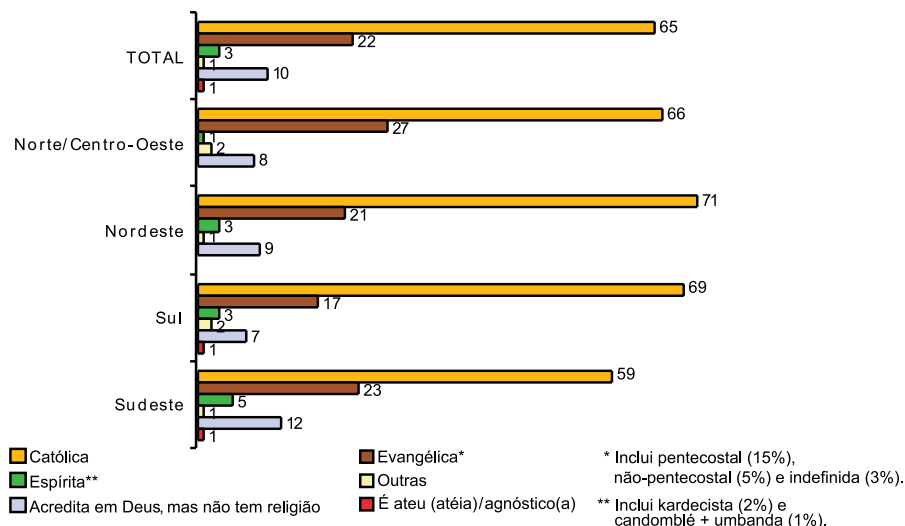
6 – MEIO ONDE RESIDE (URBANO/RURAL) E PASSOU A INFÂNCIA, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (em %)



P1. Você passou a maior parte da sua infância na cidade ou no campo?

Base: Total da amostra

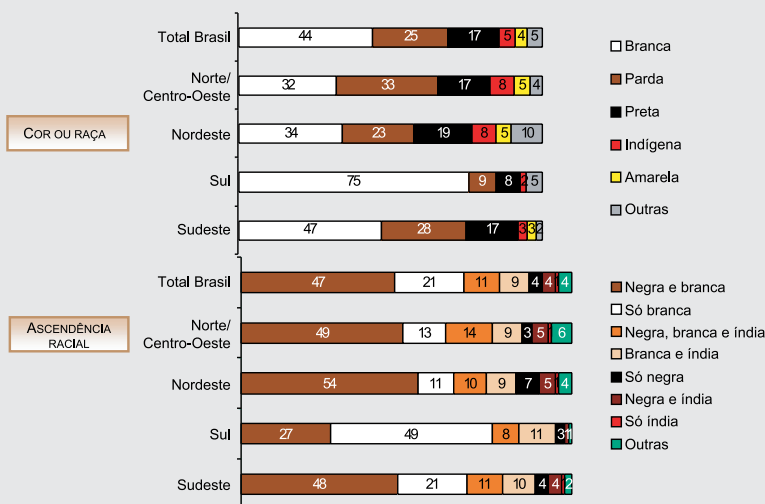
7 – RELIGIÕES, POR MACRORREGIÃO (estimulada e múltipla, em %)



P154. Vou ler uma lista de religiões para que você me indique qual é a sua. Você frequenta, mesmo que de vez em quando, atos religiosos de outras religiões? Se sim: de quais?

Base: Total da amostra

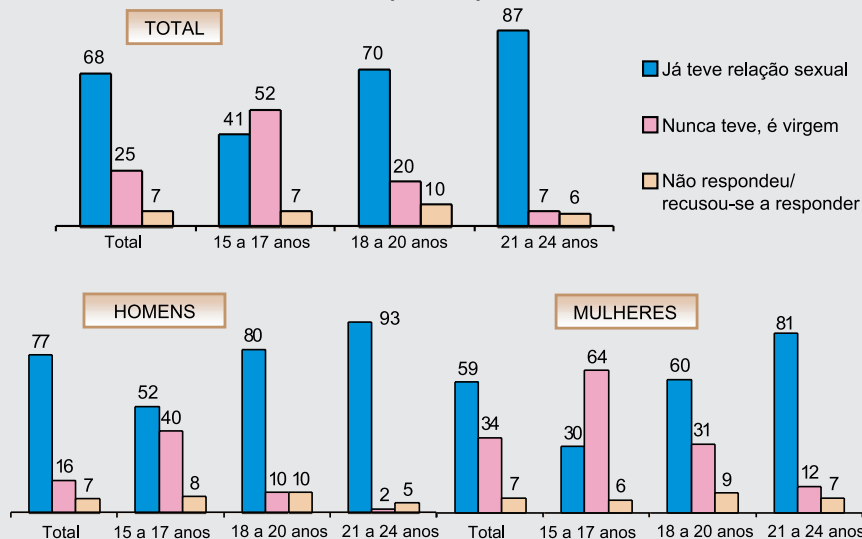
8 – COR OU RAÇA E ASCENDÊNCIA RACIAL, POR MACRORREGIÃO (espontânea e estimulada, em %)



P157. Qual das alternativas que vou citar se aproxima mais do seu caso; considerando as combinações de cor ou raça dos seus avós e dos seus pais, você tem combinação das cores ou raças:

Base: Total da amostra

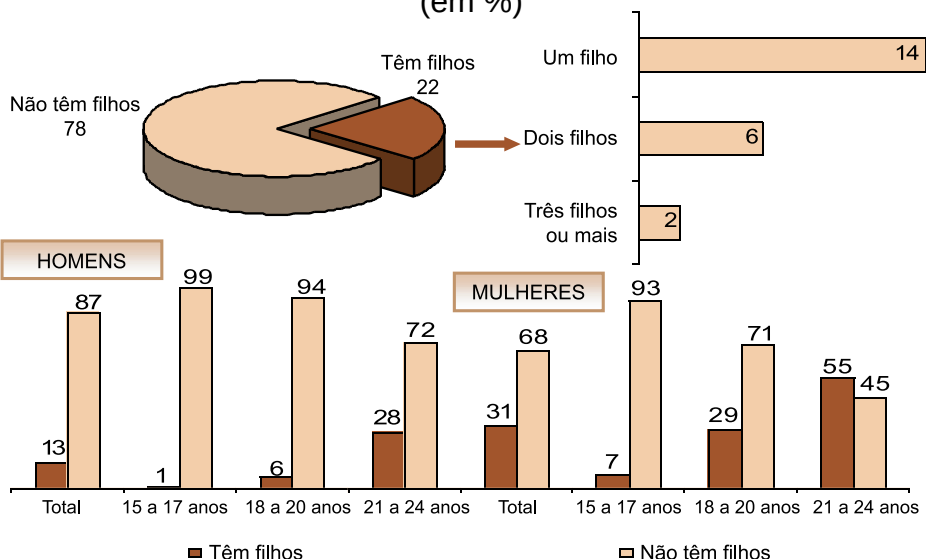
9 – VIRGINDADE, POR IDADE E SEXO (em %)



P39. Com quantos anos de idade você teve sua primeira relação sexual?

Base: Total da amostra

10 – POSSE DE FILHOS, POR SEXO E IDADE, E QUANTIDADE DE FILHOS (em %)

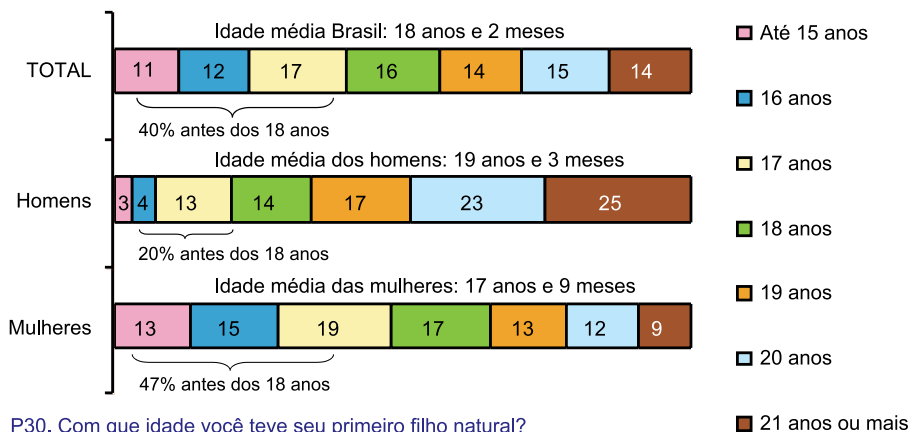


P27. Você tem filho(s)? Se sim: Quantos? De quantos anos?

Base: Total da amostra

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CONDIÇÃO FAMILIAR

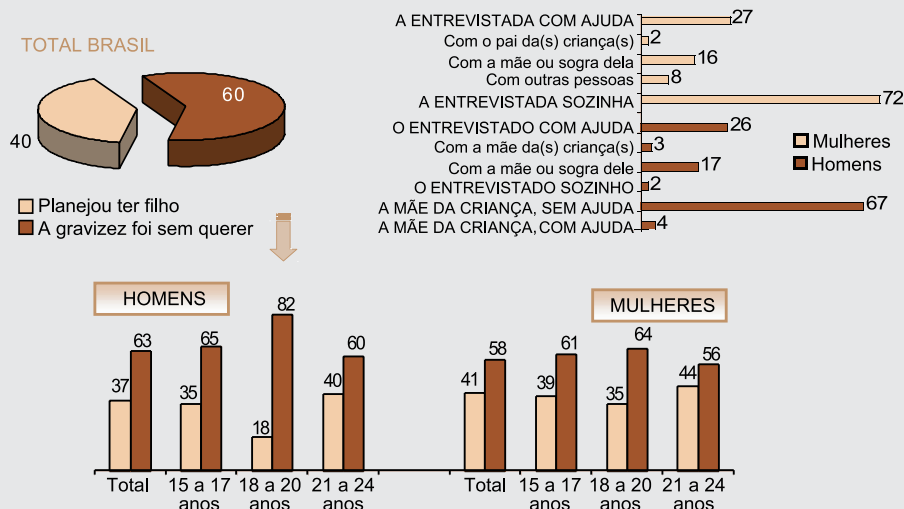
11 – IDADE MÉDIA COM QUE TEVE O PRIMEIRO FILHO, POR SEXO (espontânea e única, em %)



Base: Entrevistados(as) que têm filho (22%)

12 – PLANEJAMENTO DO PRIMEIRO FILHO, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

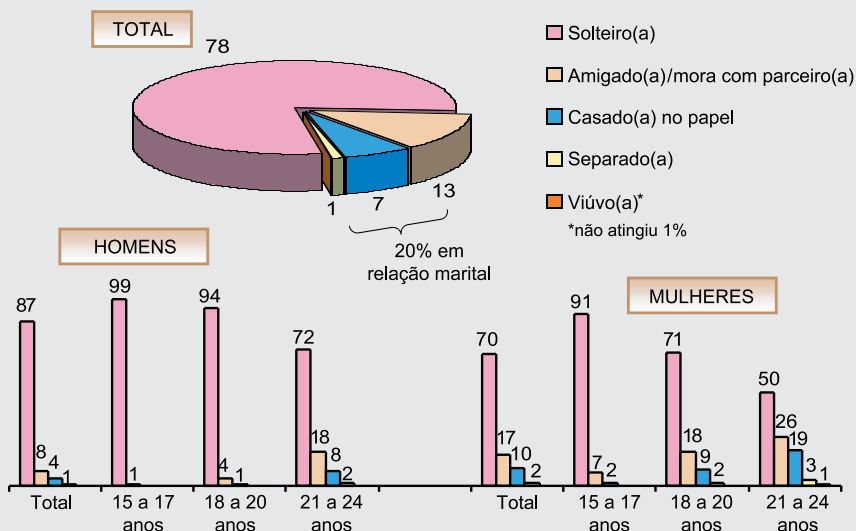
RESPONSÁVEL PELOS CUIDADOS DIÁRIOS COM OS(AS) FILHOS(AS), POR SEXO



P28. Quem cuida dos(as) seu(s)/sua(s) filhos(as) no dia a dia?

P29. Você planejou ter esse filho ou a gravidez foi sem querer? Base: Entrevistados(as) que têm filho (22%)

13 – SITUAÇÃO CONJUGAL, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)



P31. Atualmente, qual é a sua situação conjugal?

Base: Total da amostra

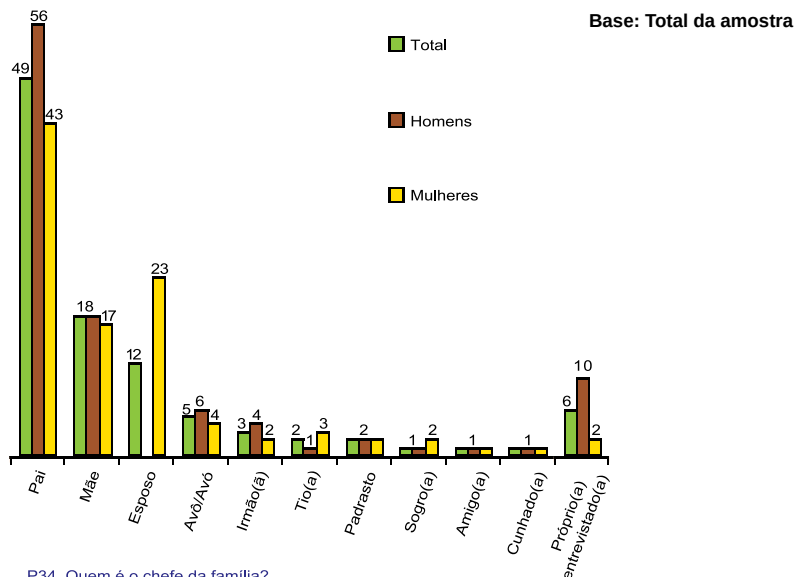
14 – COM QUEM MORA, POR SEXO (espontânea e múltipla, em %)



P32. Sem contar você, quantas pessoas moram neste domicílio atualmente? Qual o vínculo de parentesco que você tem com elas?

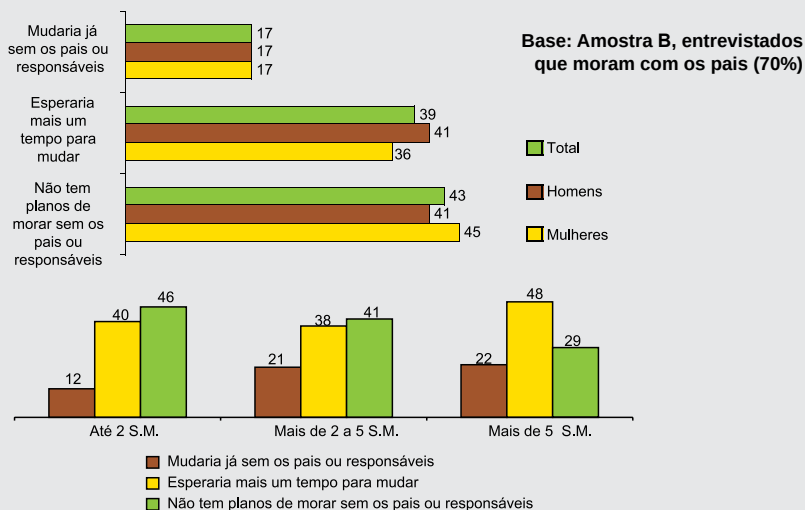
Base: Total da amostra

15 – QUEM É O CHEFE DA FAMÍLIA, POR SEXO (espontânea e múltipla, em %)



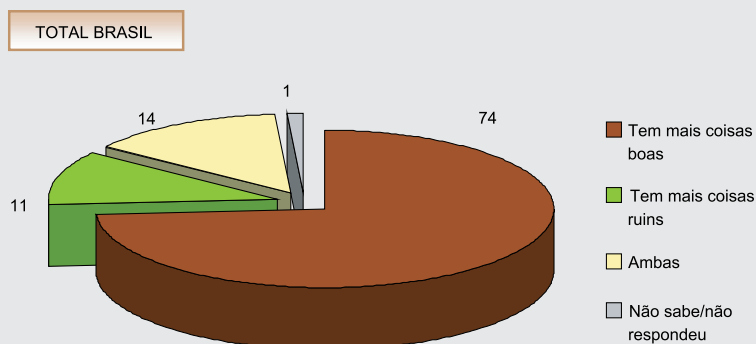
P34. Quem é o chefe da família?

16 – SE PUDESSE, QUEM MORA COM OS PAIS MUDARIA JÁ OU ESPERARIA MAIS UM TEMPO – POR SEXO E RENDA FAMILIAR (estimada e única, em %)



P37. Se pudesse decidir agora, sem se preocupar com qualquer coisa, você mudaria já para morar sem os seus pais (ou responsáveis), esperaria mais um tempo para mudar, ou você não tem planos de morar sem os seus pais (ou responsáveis)?

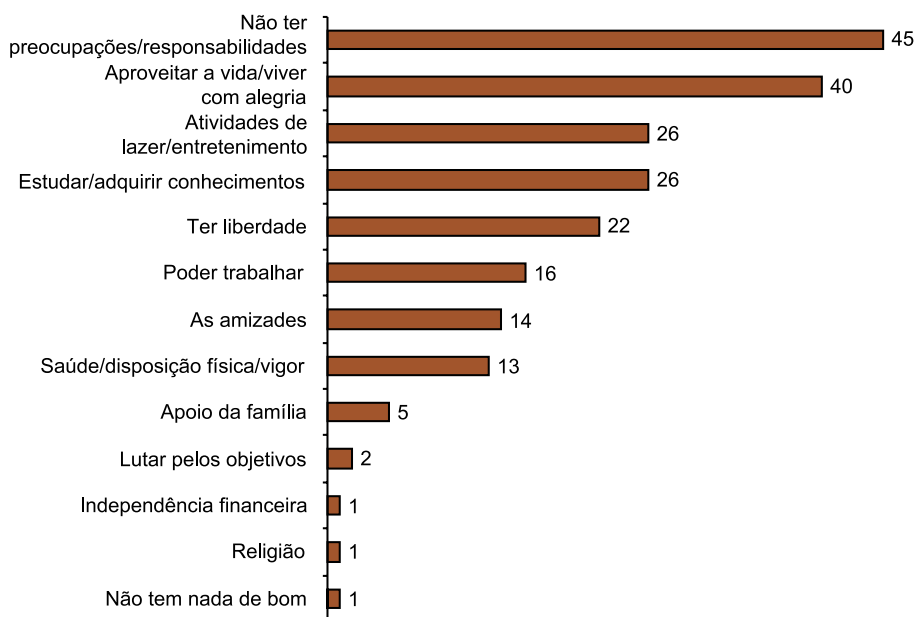
17 – HÁ MAIS COISAS BOAS OU RUINS EM SER JOVEM? (estimulada e única, em %)



P2. Como você se sente como jovem: você diria que tem mais coisas boas ou mais coisas ruins em ser jovem?

Base: Total da amostra

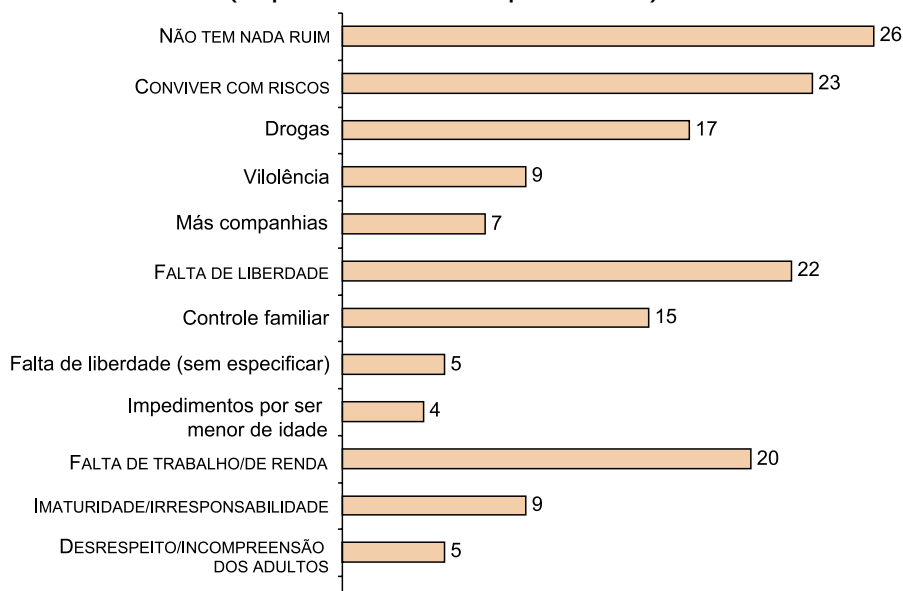
18 – MELHORES COISAS DE SER JOVEM – SÍNTESE (espontânea e múltipla, em %)



P3. Quais são as melhores coisas de ser jovem?

Base: Total da amostra A

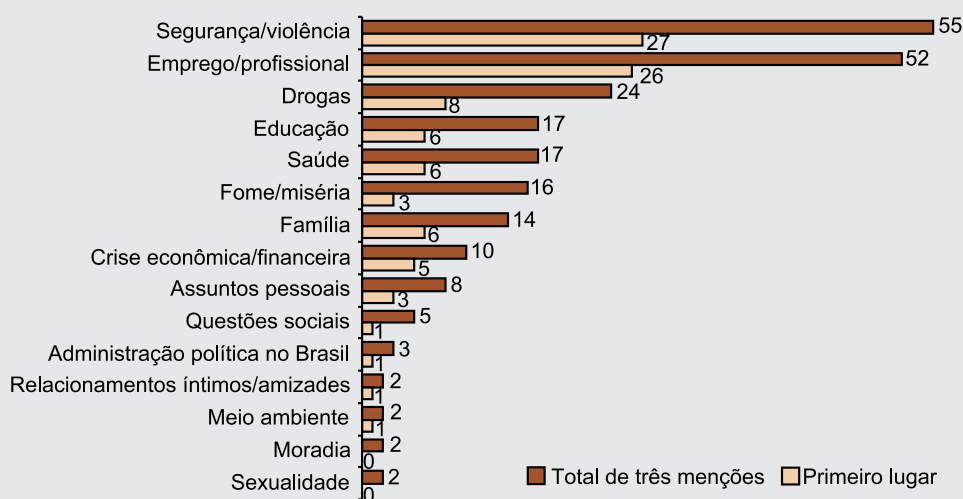
19 – PIORES COISAS DE SER JOVEM – SÍNTESE (espontânea e múltipla, em %)



P4. E quais são as piores coisas de ser jovem?

Base: Total da amostra A

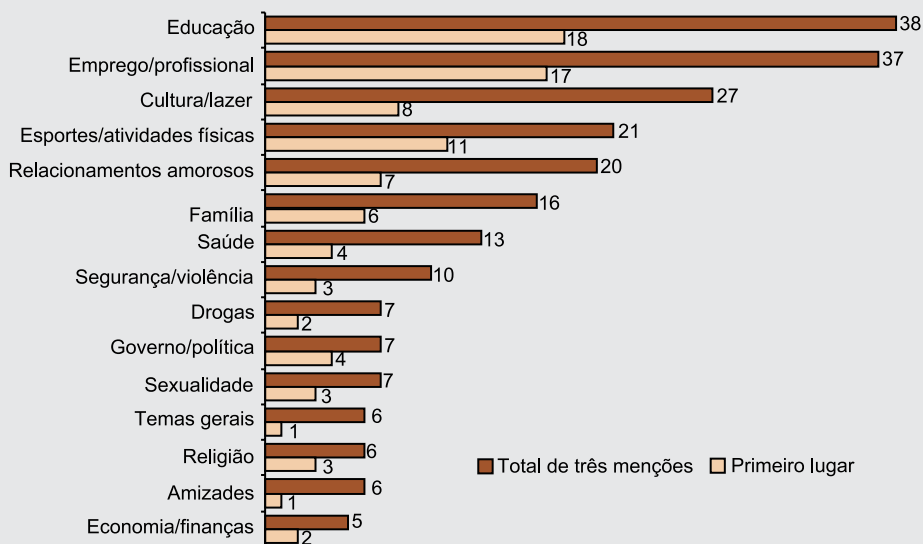
20 – PROBLEMAS QUE MAIS PREOCUPAM ATUALMENTE (espontânea, em %)



P8. E quais são os problemas que mais lhe preocupam atualmente?

Base: Total da amostra A

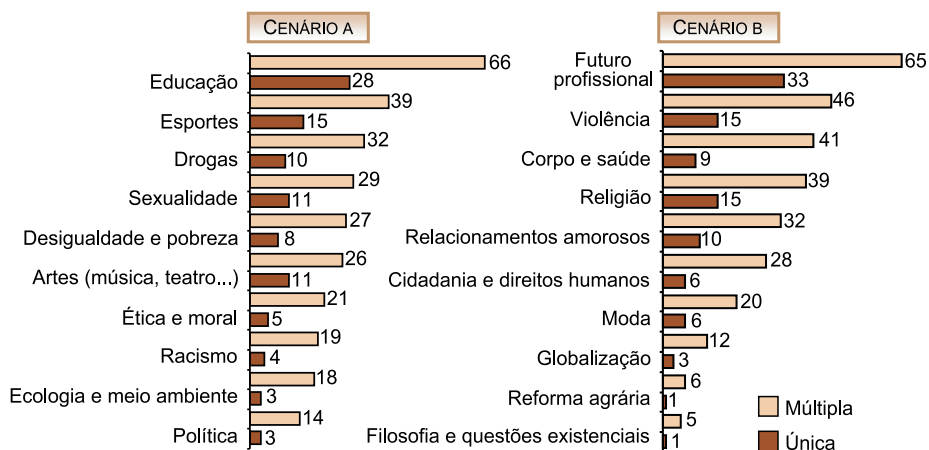
21 – ASSUNTOS QUE MAIS INTERESSAM ATUALMENTE (espontânea, em %)



P7. Quais são os assuntos que mais lhe interessam atualmente? E em segundo lugar? E em terceiro lugar?

Base: Total da amostra A

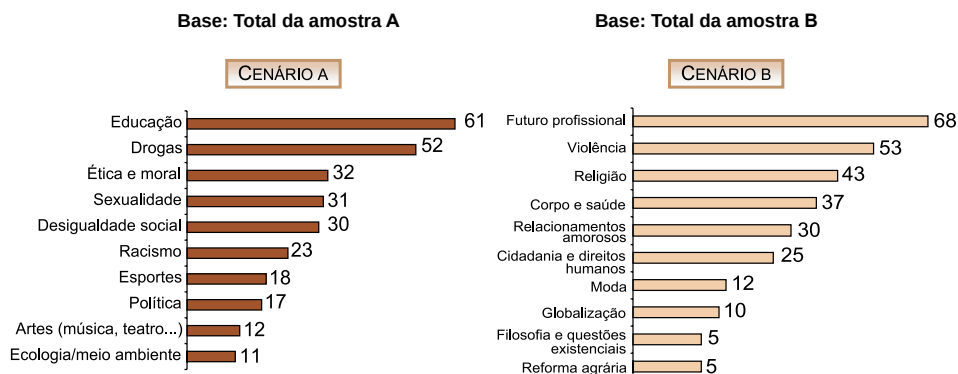
22 – ASSUNTOS QUE MAIS INTERESSAM, SEGUNDO RELAÇÃO ABAIXO (estimulada, em %)



P126. Desses temas, quais são os três em que você tem mais interesse pessoal, independentemente de qualquer coisa?

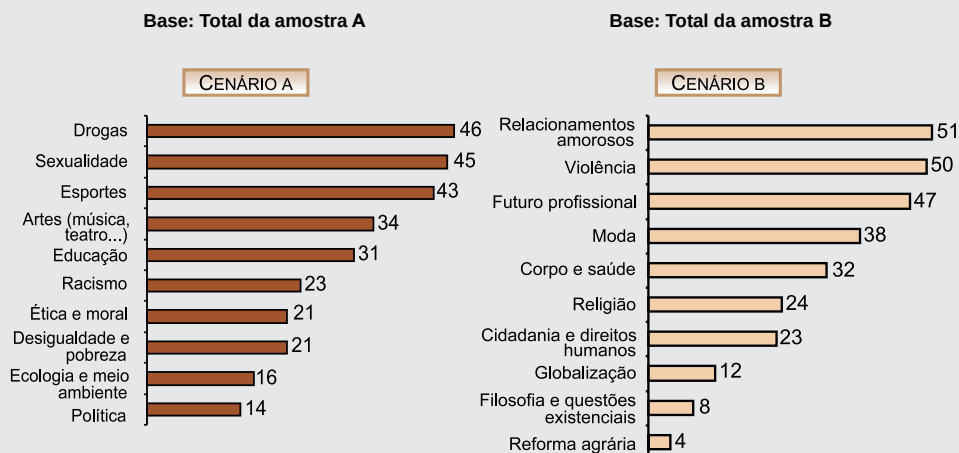
Base: Total da amostra A

23 – ASSUNTOS QUE GOSTARIA DE DISCUTIR COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS (estimulada e múltipla, em %)



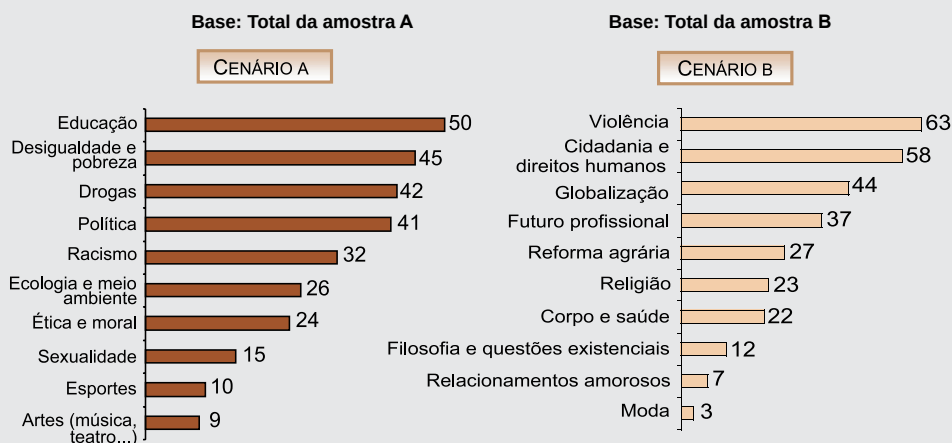
P124a/P125a. Dos seguintes temas ou assuntos, quais os três que você mais gostaria de discutir com seus pais ou responsáveis?

24 – ASSUNTOS QUE GOSTARIA DE DISCUTIR COM AMIGOS(as) (estimulada e múltipla, em %)



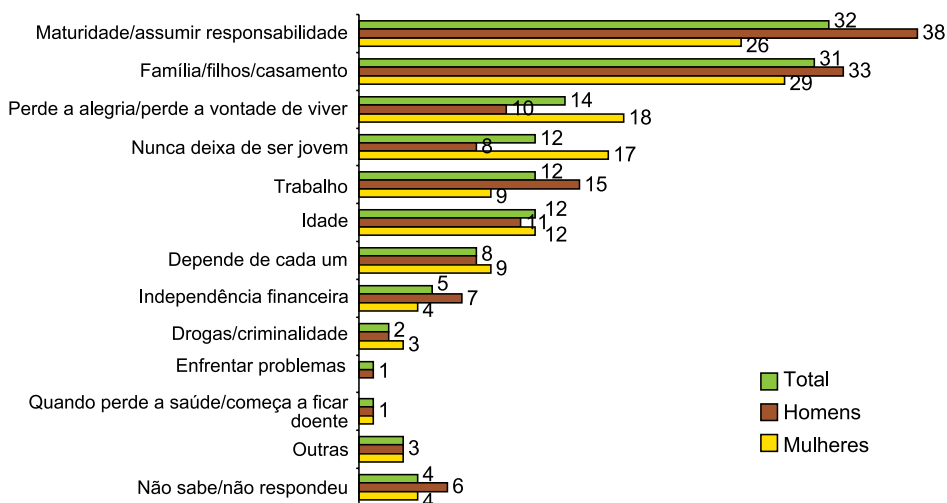
P124b/P125b. Dos seguintes temas ou assuntos, quais os três que você mais gostaria de discutir com seus amigos(as)?

25 – ASSUNTOS QUE CONSIDERA MAIS IMPORTANTES PARA SEREM DISCUTIDOS PELA SOCIEDADE (estimulada e múltipla, em %)



P124c/P125c. Dos seguintes temas ou assuntos, quais os três que você acha mais importantes para serem discutidos pela sociedade em geral?

26 – QUANDO A PESSOA DEIXA DE SER JOVEM, POR SEXO (espontânea e múltipla, em %)

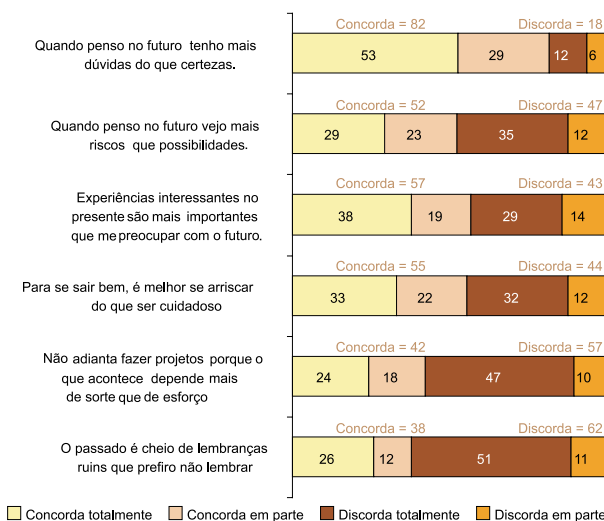


P14. Na sua opinião, quando uma pessoa deixa de ser jovem? Por quê?

Base: Total da amostra C

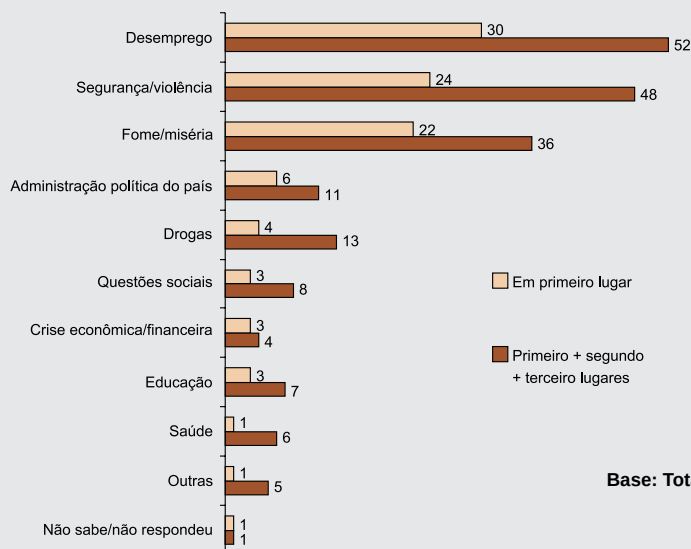
27 – GRAU DE CONCORDÂNCIA OU DISCORDÂNCIA COM AS SEGUINTE FRASES: (estimulada, em %)

Base: Total da amostra C



P13. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou se discorda de cada uma delas:

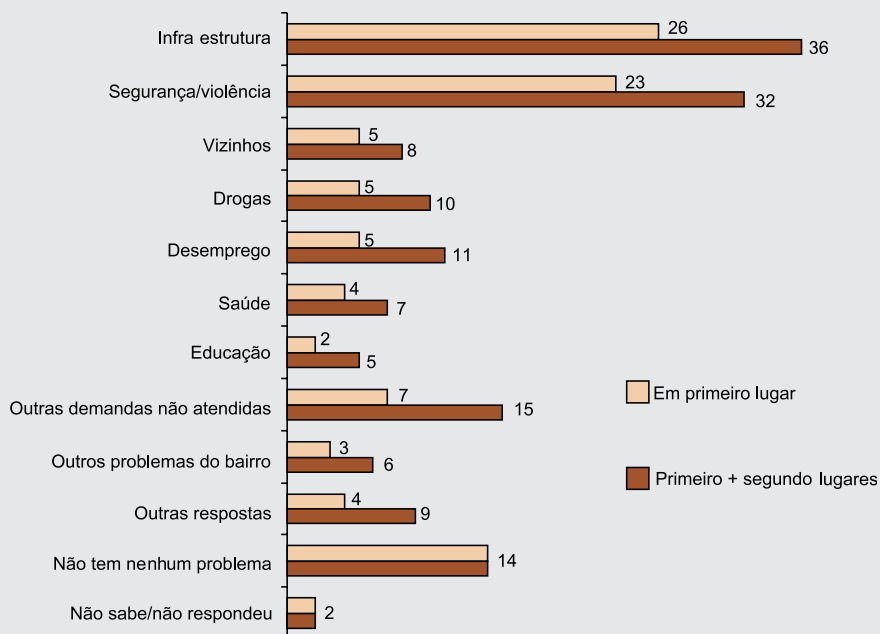
28 – PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BRASIL HOJE – SÍNTESE (espontânea, em %)



Base: Total da amostra A

P17a. Falando agora do Brasil, na sua opinião quais são os principais problemas do país hoje?

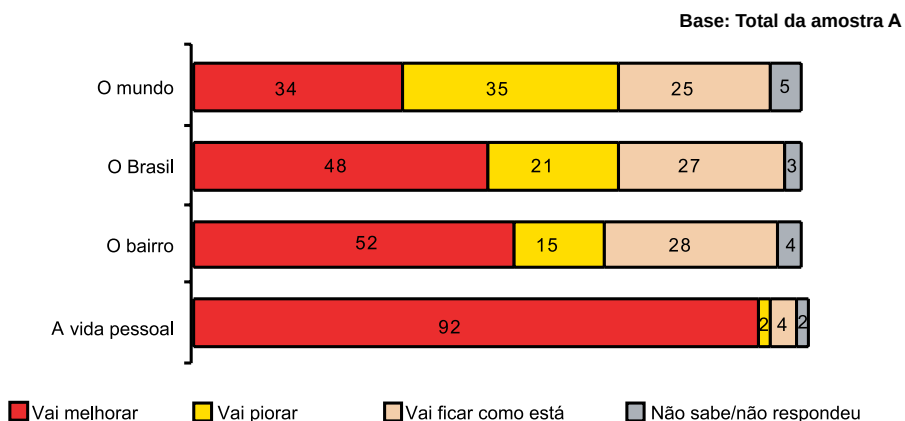
29 – PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BAIRRO – SÍNTESE (espontânea, em %)



P17b. E quais são os principais problemas no seu bairro?

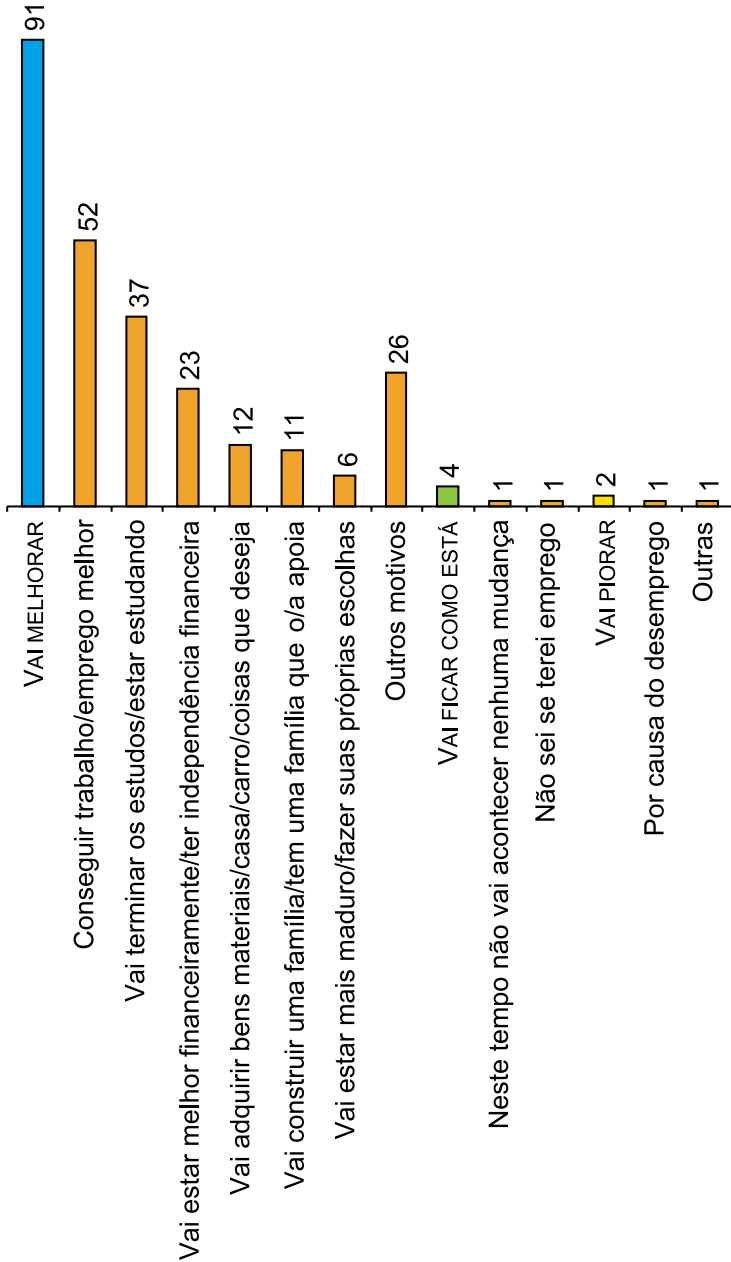
Base: Total da amostra A

30 – EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AOS PRÓXIMOS CINCO ANOS (estimulada e única, em %)



P18a. O que você acha que vai acontecer com o mundo nos próximos cinco anos; na sua opinião o mundo vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? P18b. E o Brasil nos próximos cinco anos vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? P18c. E o seu bairro? P18d. E a sua vida pessoal?

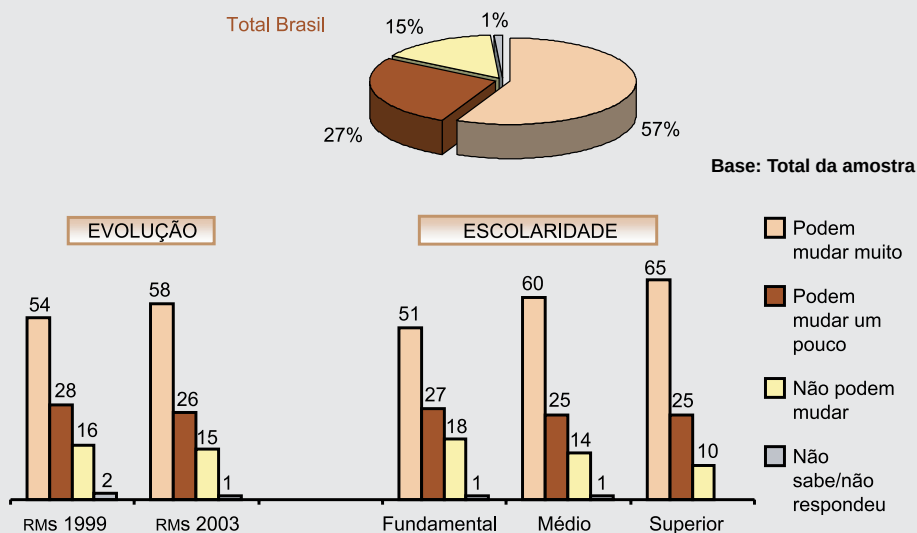
31 – PRINCIPAIS MOTIVOS PARA ACHAR QUE A VIDA PESSOAL VAI MELHORAR (espontânea e múltipla, em %)



P19. Por que você acha que nos próximos anos a sua vida pessoal vai melhorar?

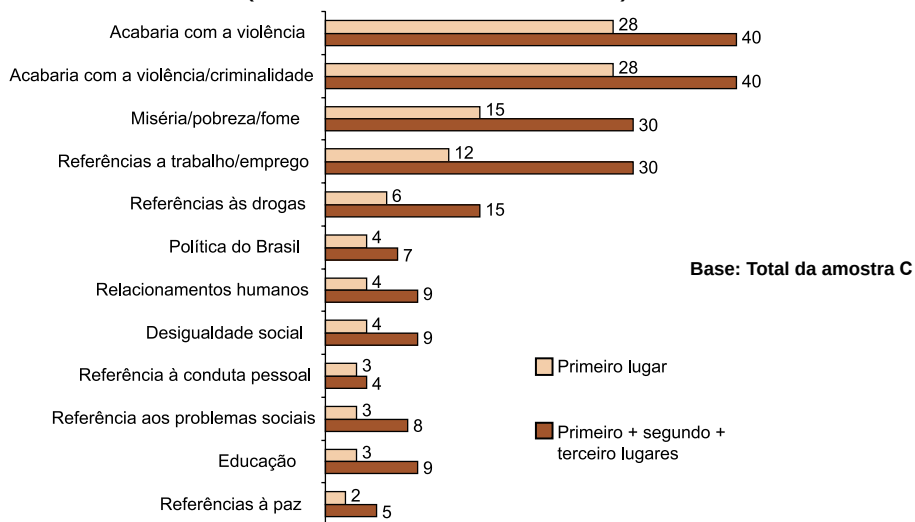
Base: Total da amostra A

32 – Os JOVENS PODEM MUDAR O MUNDO? (estimulada e única, em %)



P10. Você acha que os jovens podem mudar o mundo ou não podem? Se sim: Muito ou um pouco?

33 – SE PUDESSE MUDAR O MUNDO, O QUE FARIA (estimulada e única, em %)



P11. Se num passe de mágica você pudesse mudar qualquer coisa na sua vida ou no mundo, qual seria a primeira coisa que você faria?

34 – VALORES MAIS IMPORTANTES PARA UMA SOCIEDADE IDEAL (estimulada, em %)

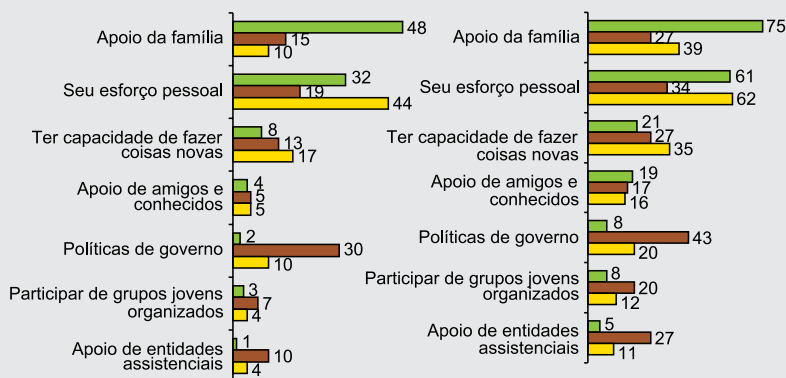


P12. Pensando em uma sociedade ideal, qual destes valores você acha que seriam os cinco mais importantes?

35 – FATORES MAIS IMPORTANTES PARA... (estimulada e única, em %)

Em primeiro lugar

Em primeiro e segundo lugar



P20a. Na sua opinião, qual destes fatores é o mais importante para sua vida hoje como jovem?

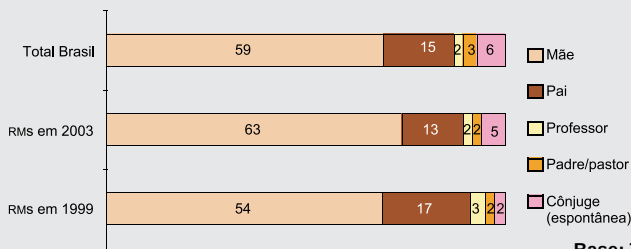
Em primeiro lugar? E em segundo lugar?

P20b. E o que é mais importante para garantir os seus direitos? Em primeiro lugar?

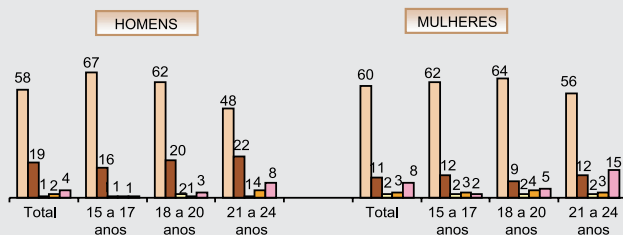
E em segundo lugar?

P20c. E o que é mais importante para você melhorar de vida? Em primeiro lugar? E em segundo lugar?

36 – PESSOA A QUEM DÁ MAIS ATENÇÃO AO QUE DIZ, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

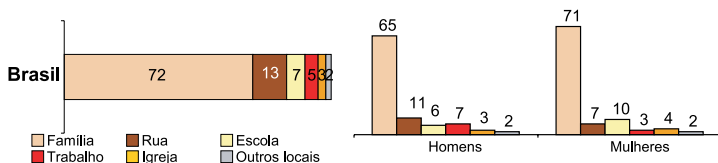


Base: Total da amostra A



P103. Considerando os assuntos mais importantes para você, quem é a pessoa para quem você dá mais atenção ao que ela diz:

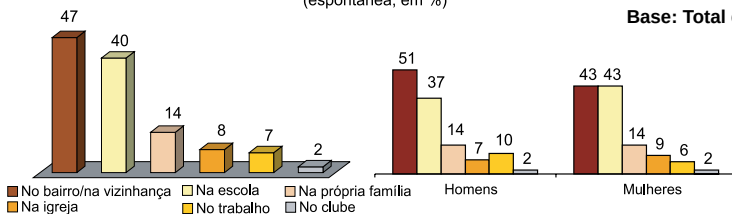
37 – INSTITUIÇÕES OU LOCAIS MAIS IMPORTANTES PARA O AMADURECIMENTO, POR SEXO (estimulada e única, em %)



Local onde fez suas melhores amizades, por sexo

(espontânea, em %)

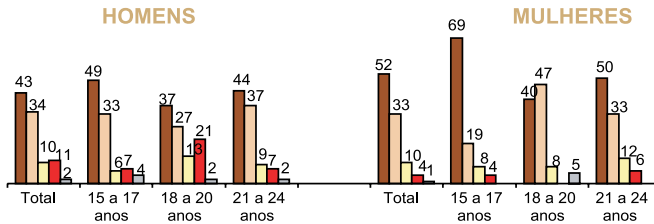
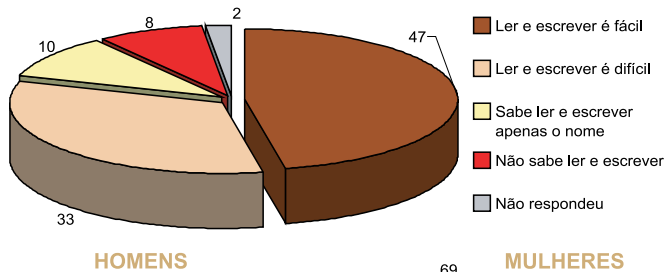
Base: Total da amostra A



P104. E o que você acha que tem sido mais importante para o seu amadurecimento, isto é, o que tem ajudado mais você a crescer pessoalmente: sua vida na família ou fora de casa? Onde?

P106. Pensando nas atuais amizades que você tem, onde você fez seus/suas melhores amigos/amigas?

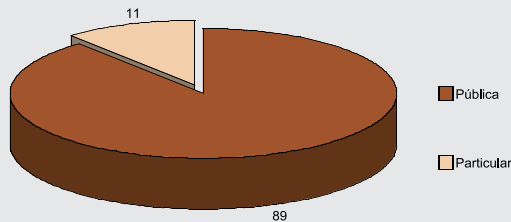
38 – DIFICULDADE EM LER E ESCREVER, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)



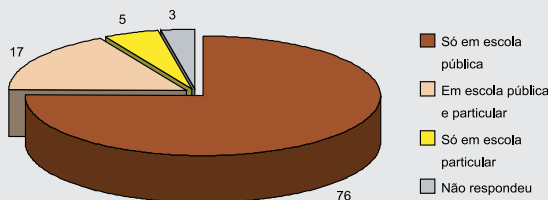
P81. Você sabe ler e escrever? Escrever e ler qualquer palavra é uma atividade que você considera: fácil, difícil ou você sabe ler e escrever apenas seu nome?

Base: Entrevistados(as) que nunca foram à escola ou freqüentaram só até a 4ª série do fundamental (9%)

39 – ÚLTIMA ESCOLA QUE FREQUENTOU: PÚBLICA OU PARTICULAR (estimulada e única, em %)



Maior parte da formação escolar – Escola pública ou particular (estimulada e única, em %)

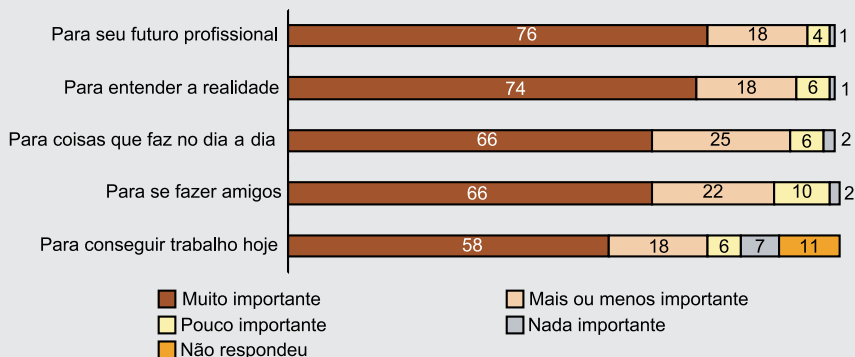


P84. Considerando os anos de estudo que você fez, você estudou só em escola pública, só em escola particular ou estudou em escola pública e particular?

Base: Entrevistados que estudam ou já estudaram (99%)

PERCEPÇÕES DA ESCOLA

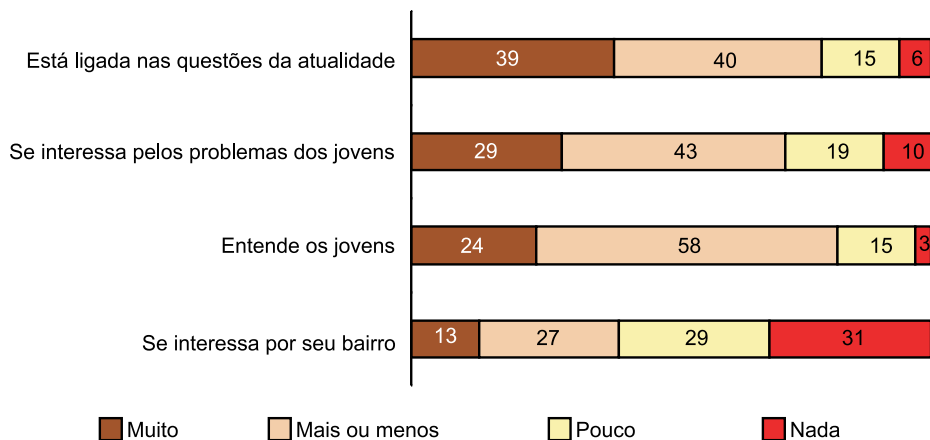
40 – OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA (estimulada e única, em %)



P85. Você acha que o que você aprende(u) ou vive(u) na escola é(foi) muito, mais ou menos ou pouco importante para os seguintes aspectos da sua vida:

Base: Amostra A, entrevistados que estudam ou já estudaram (99%)

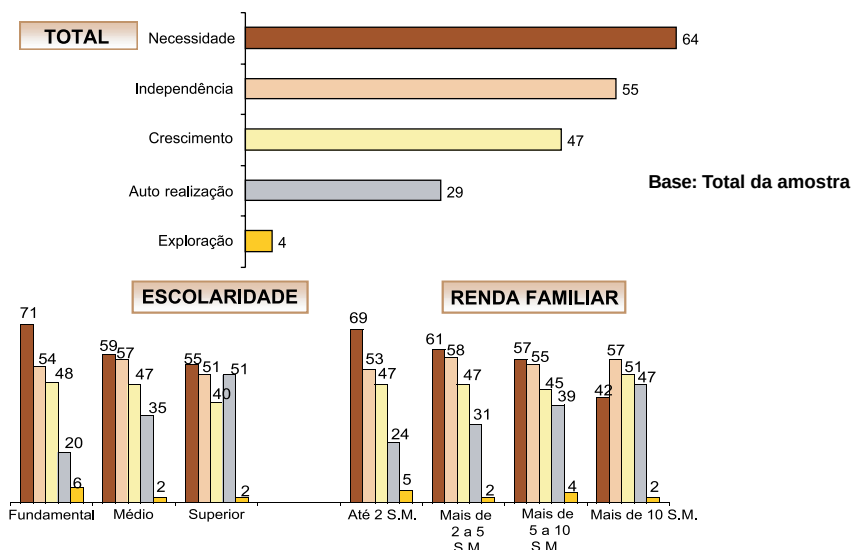
41 – OPINIÃO SOBRE POSICIONAMENTOS DA ESCOLA (estimulada e única, em %)



P86a a P86d. Na sua opinião, quanto a escola entende os jovens: muito, mais ou menos, pouco ou nada? Quanto a escola se interessa pelos problemas dos jovens? Em que medida a escola se interessa pelos problemas do seu bairro? Em que medida você acha que a escola está ligada nas questões da atualidade?

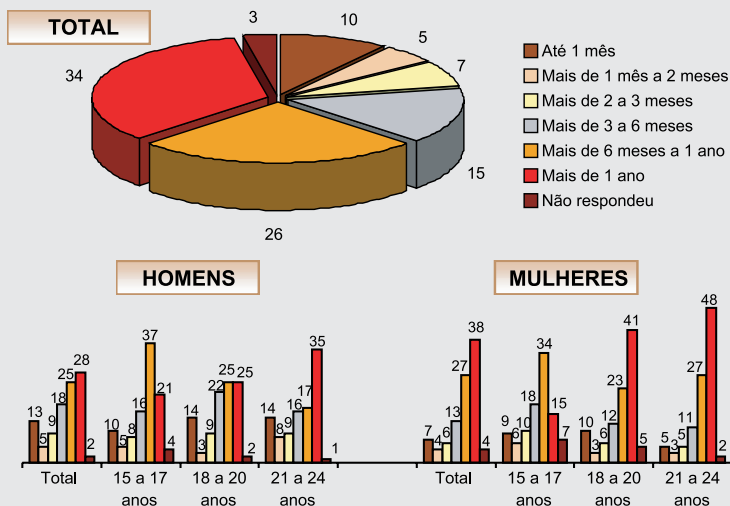
Base: Amostra A, entrevistados que estudam ou já estudaram (99%)

42 – PRINCIPAIS CONCEITOS ASSOCIADOS A TRABALHO, POR ESCOLARIDADE E RENDA FAMILIAR (estimulada e múltipla, soma de duas menções, em %)



P87a Qual das seguintes palavras se aproxima mais do que você pensa sobre trabalho? Para você, trabalho é:

43 – TEMPO DE DESEMPREGO, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

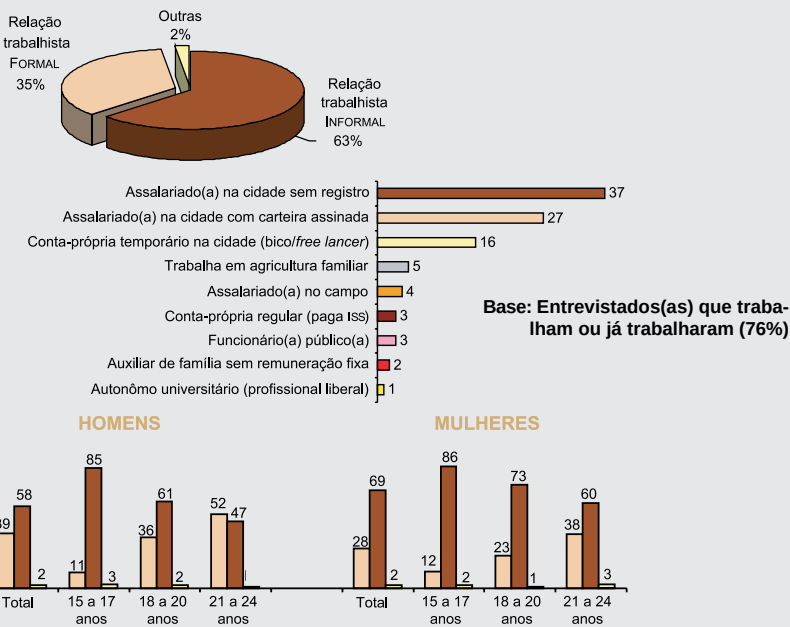


P89. Há quanto tempo você está desempregado(a) ou procurando trabalho?

Base: Entrevistados(as) desempregados(as) (40%)

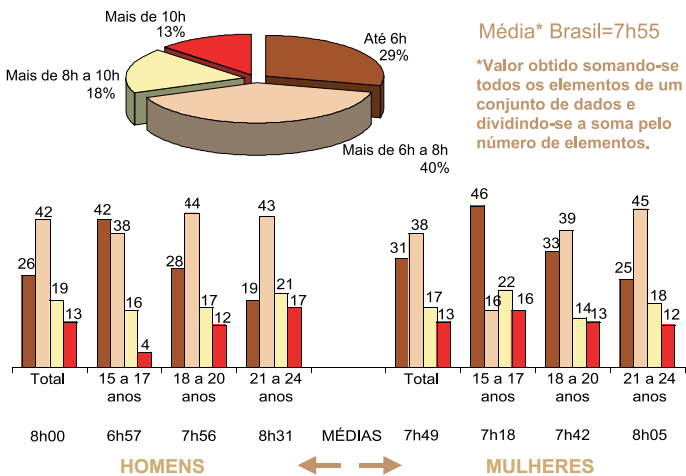
No MUNDO DO TRABALHO REMUNERADO

44 – CONDIÇÃO TRABALHISTA, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)



P90. No seu trabalho você é:

45 – JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

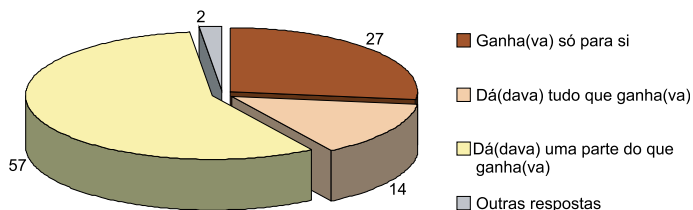


P91. Normalmente quantas horas por dia você trabalha(va)?

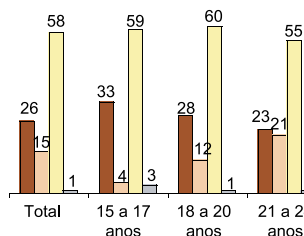
Base: Amostra A, entrevistados(as) que trabalham ou já trabalharam (76%)

NO MUNDO DO TRABALHO REMUNERADO

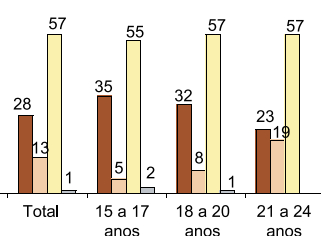
46 – O QUE FAZ COM O DINHEIRO QUE RECEBE (estimulada e única, em %)



HOMENS



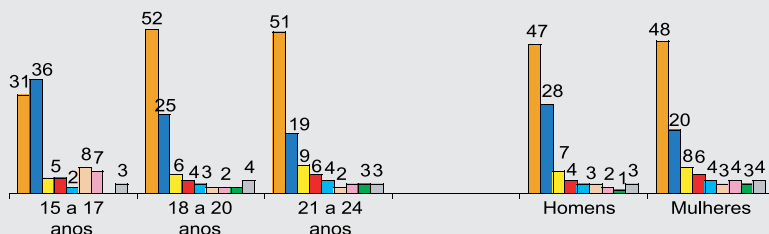
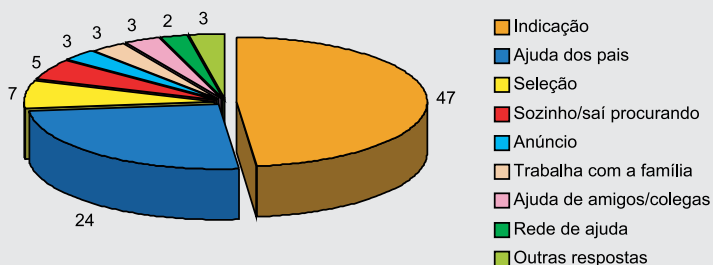
MULHERES



P93. Você costuma(va) dar dinheiro para ajudar a pagar as despesas na sua casa ou o que você ganha(va) é(era) só para você? Você dá(dava) tudo ou uma parte do que ganha(va)?

Base: Amostra A, entrevistados(as) que trabalham ou já trabalharam (76%)

47 – COMO CONSEGUIU O PRIMEIRO EMPREGO (espontânea e única, em %)



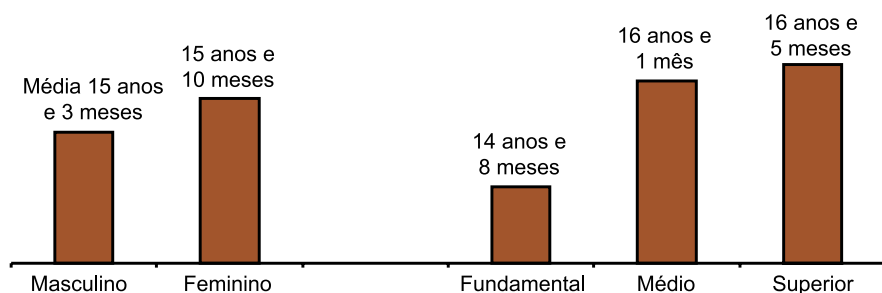
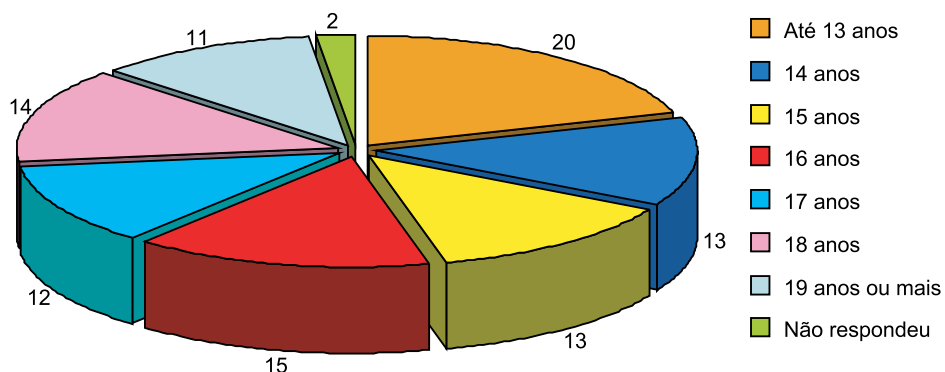
Base: Amostra A, entrevistados(as) que trabalham ou já trabalharam (76%)

P94. Como você conseguiu seu primeiro trabalho?

NO MUNDO DO TRABALHO REMUNERADO

48 – IDADE COM QUE CONSEGUIU O PRIMEIRO TRABALHO (espontânea e única, em %)

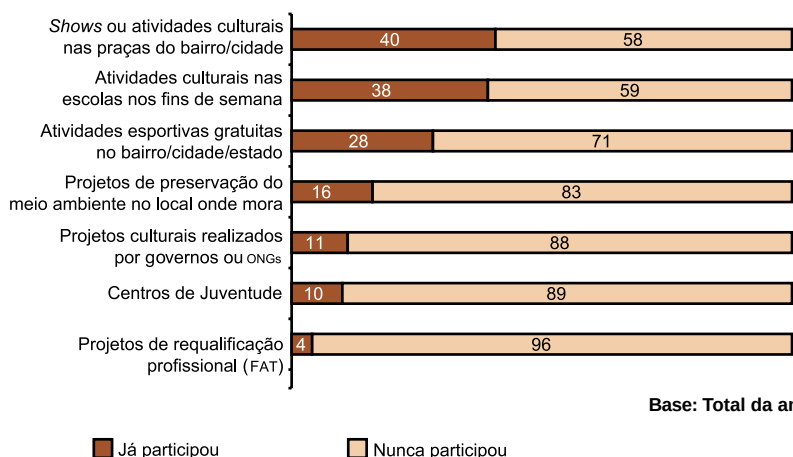
Média Brasil = 15 anos e 6 meses



P95. Que idade você tinha quando conseguiu seu primeiro trabalho?

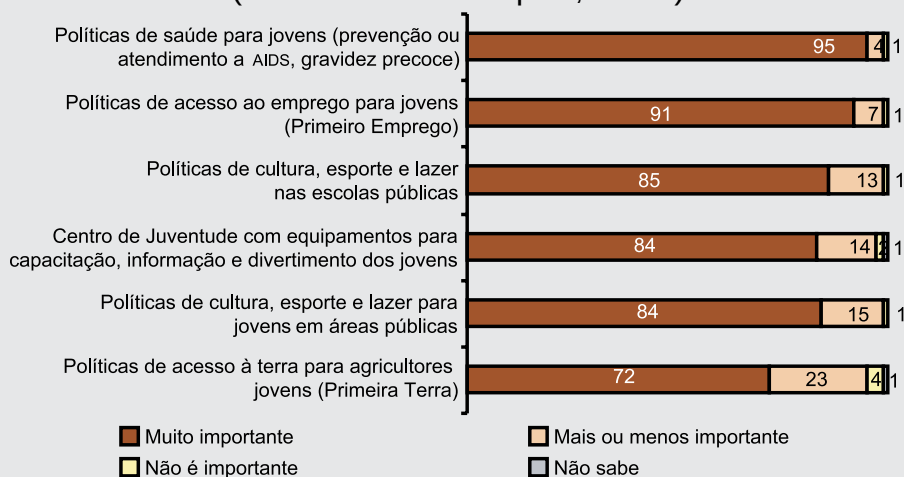
Base: Amostra A, entrevistados(as) que trabalham ou já trabalharam (76%)

49 – PROJETOS E ATIVIDADES DE QUE JÁ TENHA PARTICIPADO (estimulada e múltipla, em %)



P99. Vou falar alguns projetos e atividades e gostaria de saber se você já participou de algum deles.

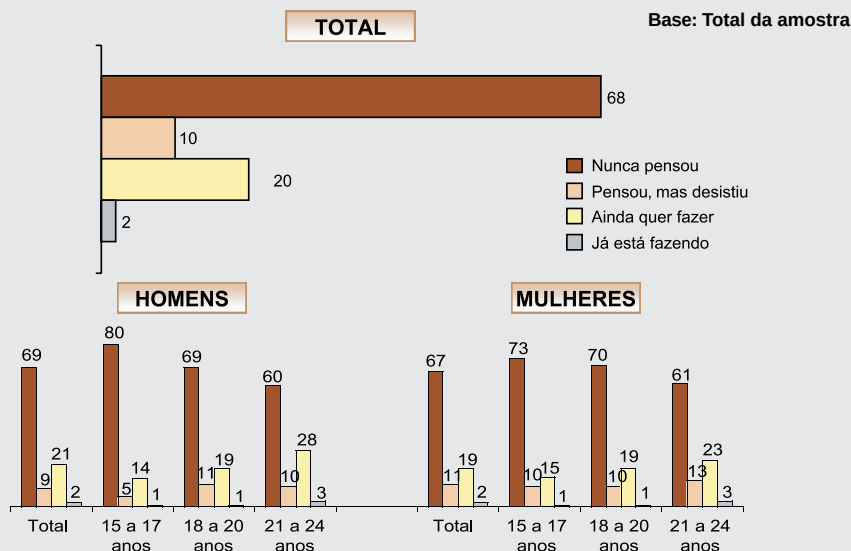
50 – AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DAS SEGUINTE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS (estimuladas e múltiplas, em %)



P100. Vou citar algumas políticas públicas para jovens de que se tem falado no Brasil e gostaria de saber se, na sua opinião, elas são muito importantes, mais ou menos importantes ou não são importantes.

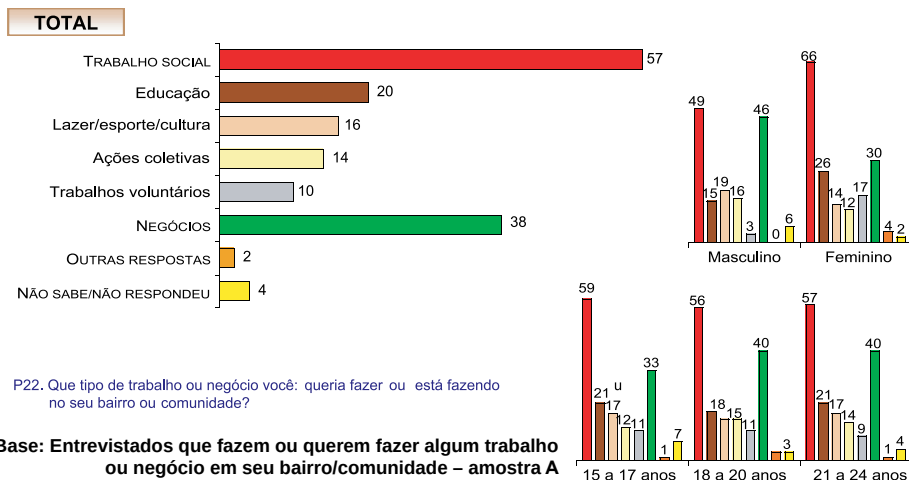
Base: Total da amostra A

51 – INTENÇÃO DE FAZER TRABALHO SOCIAL OU NEGÓCIO NO BAIRRO, BOM PARA A COMUNIDADE, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

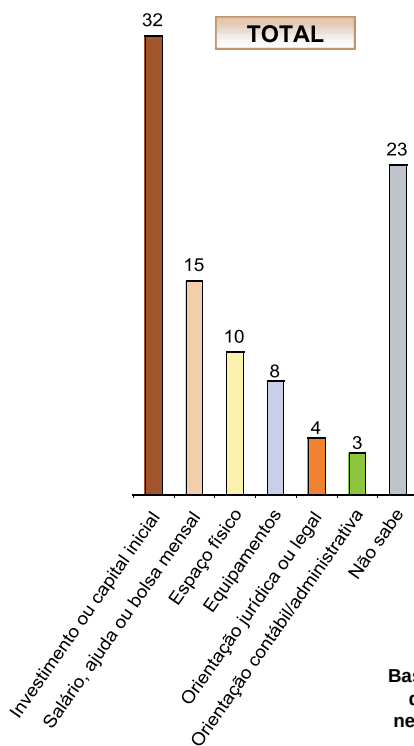


P21. Você já pensou em fazer algum trabalho social, ou montar um pequeno negócio no seu bairro, que fosse bom para a sua comunidade? Se sim: você ainda pensa em fazer isso ou mudou de ideia?

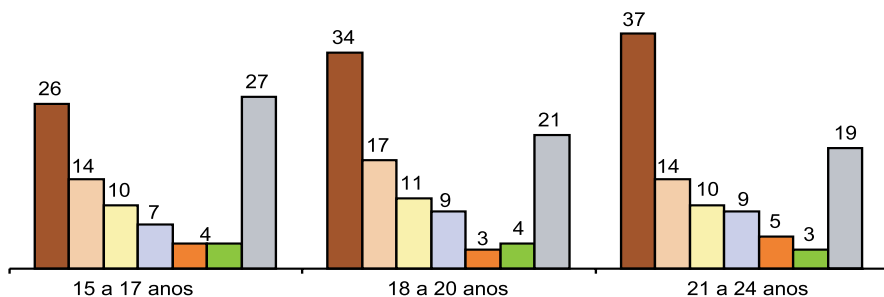
52 – TIPO DE TRABALHO SOCIAL OU NEGÓCIO QUE GOSTARIA DE FAZER OU FAZ, POR SEXO E IDADE (estimulada e múltipla, em %)



53 – TIPO DE APOIO NECESSÁRIO PARA A ATIVIDADE PRETENDIDA (espontânea e múltipla, em %)

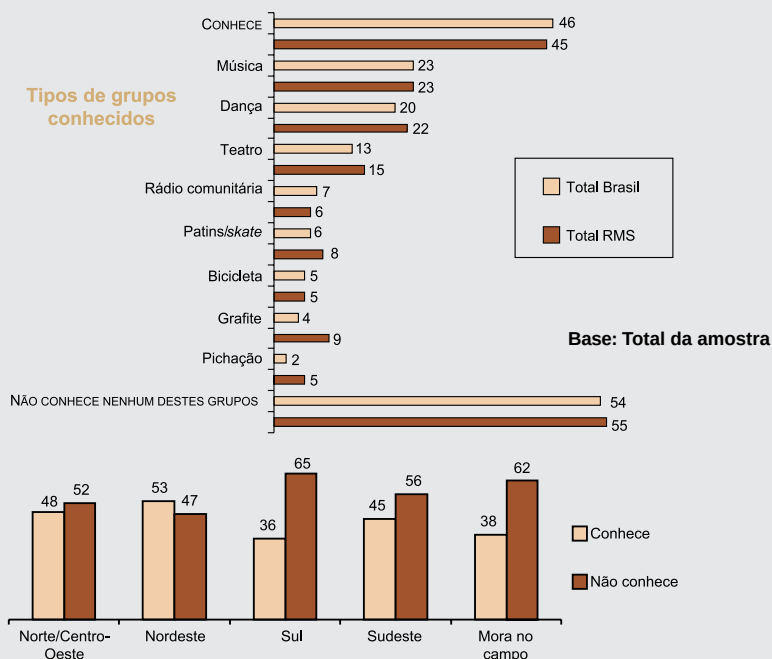


Base: Entrevistados que fazem ou querem fazer algum trabalho ou negócio em seu bairro/comunidade – amostra A



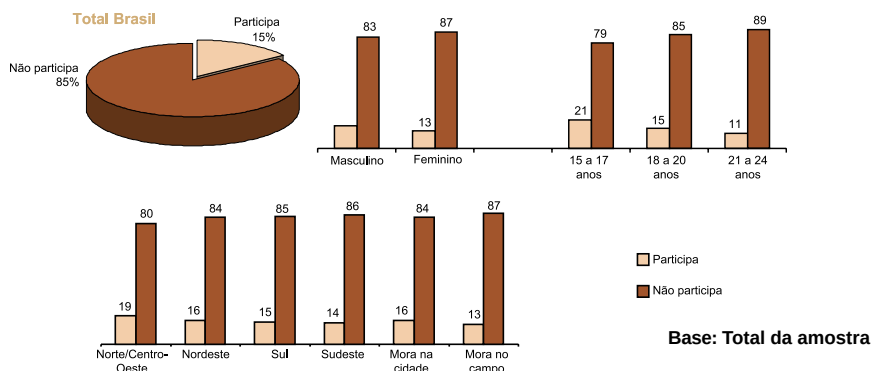
P23. Que tipo de apoio você acha que seria necessário para você fazer um trabalho ou negócio como esse?

54 – CONHECIMENTO DE GRUPO CULTURAL JOVEM NO BAIRRO OU COMUNIDADE, POR REGIÃO E LOCAL DE MORADIA (estimulada, em %)



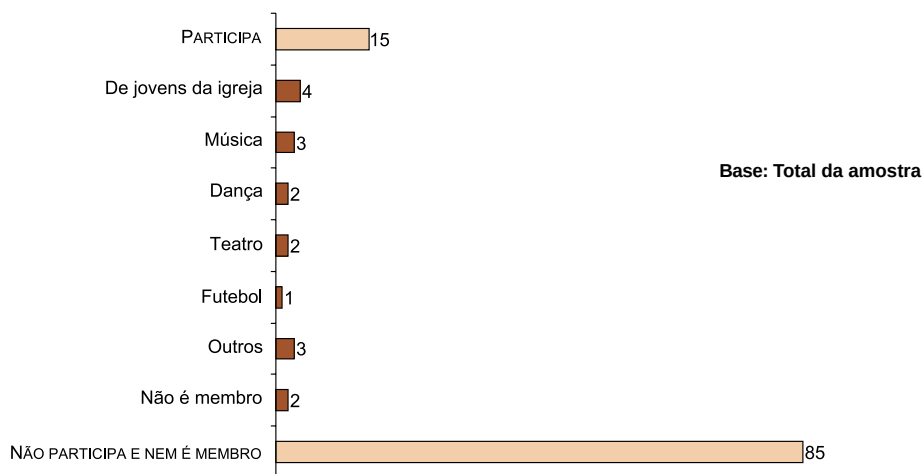
P107. Você conhece algum grupo cultural jovem no seu bairro ou comunidade que faça alguma destas atividades?

55 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE JOVENS, POR SEXO, IDADE, REGIÃO E LOCAL DE MORADIA (estimulada, em %)



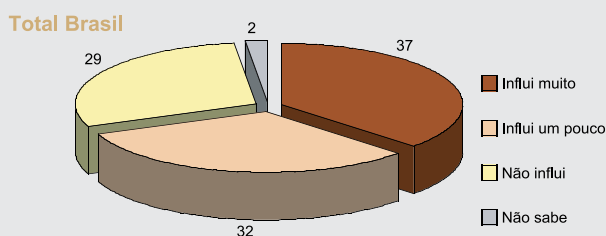
P108. Você faz parte ou participa das atividades de algum grupo de jovens no seu bairro ou em qualquer parte da cidade?

56 – ATIVIDADE DOS GRUPOS DOS QUAIS PARTICIPA (espontânea e múltipla, em %)



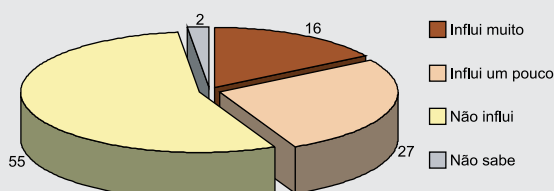
P108. De quais grupos você é membro ou participa? Mais algum?

57 – PERCEPÇÃO DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NA VIDA PESSOAL (estimulada e única, em %)



P129. Você diria que o que acontece na política influi ou não na sua vida? Muito ou um pouco?

Percepção da influência pessoal do jovem na política (estimulada e única, em %)



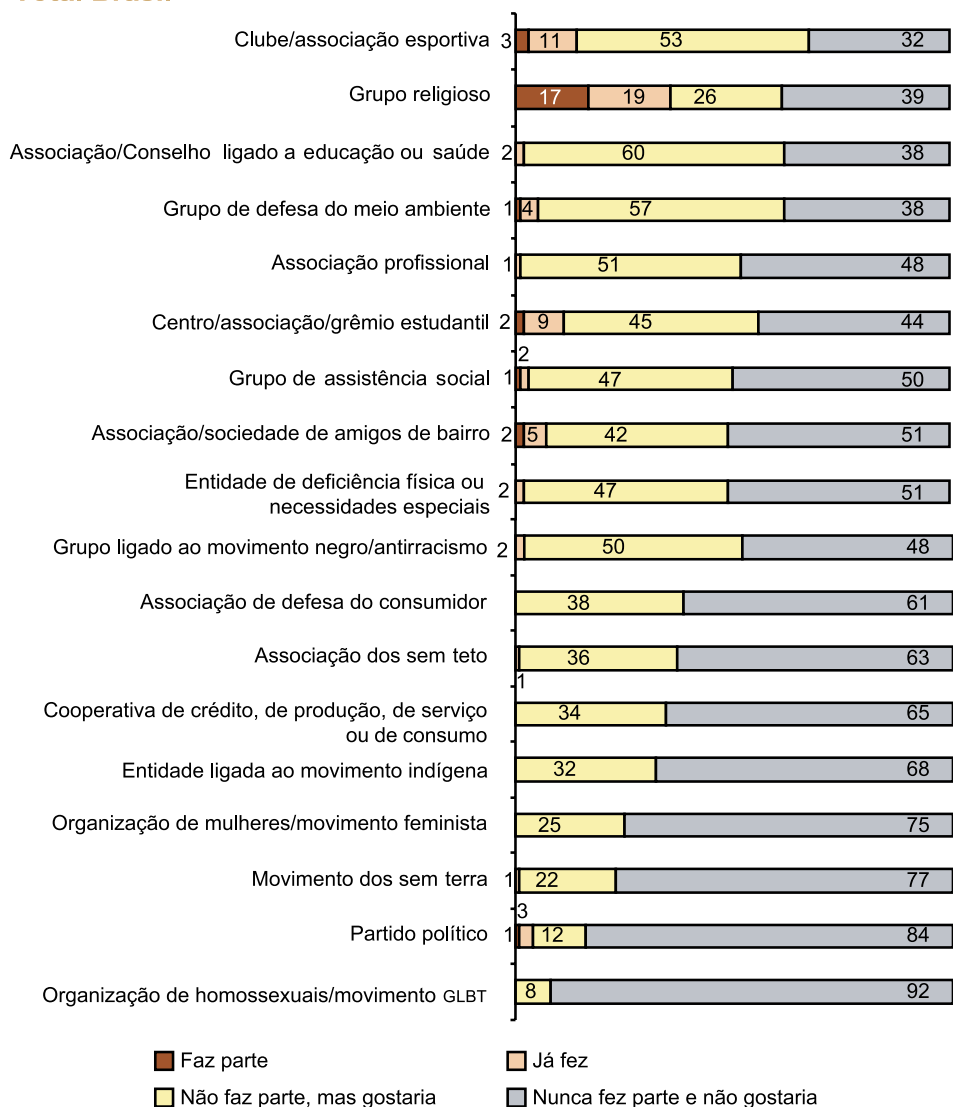
P130. E você, influi ou não na política? Muito ou um pouco?

Base: Total da amostra

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

58 – PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES (estimulada, em %)

Total Brasil

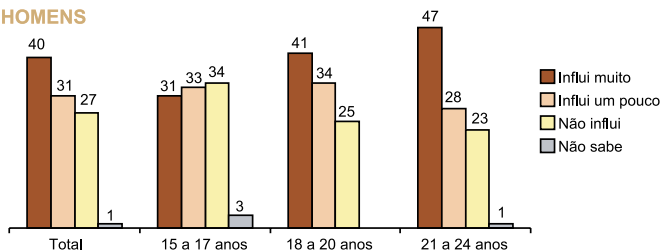


P109. Vou falar alguns tipos de associações e grupos e gostaria que você me dissesse, para cada um deles: se você participa atualmente; se já participou; se nunca participou, mas gostaria; se nunca participou e não gostaria de participar.

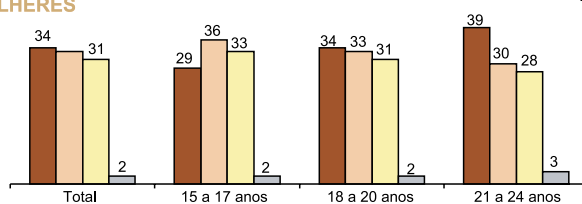
Base: Total da amostra A

59 – PERCEPÇÃO DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NA VIDA PESSOAL, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

HOMENS



MULHERES

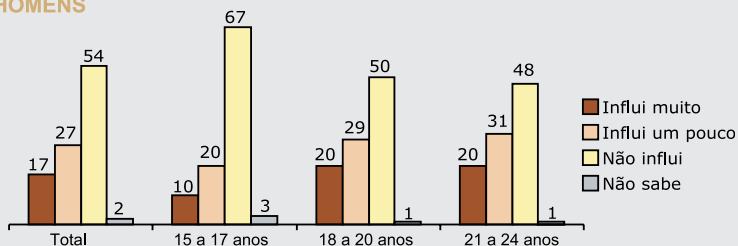


Base: Total da amostra

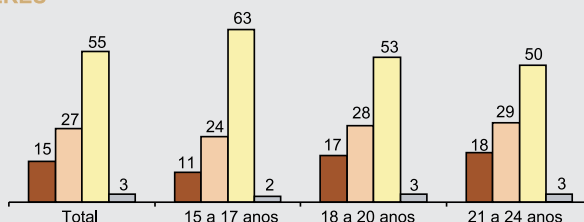
P129. Você diria que o que acontece na política influi ou não na sua vida? Muito ou um pouco?

60 – PERCEPÇÃO DE INFLUÊNCIA PESSOAL DO JOVEM NA POLÍTICA, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

HOMENS



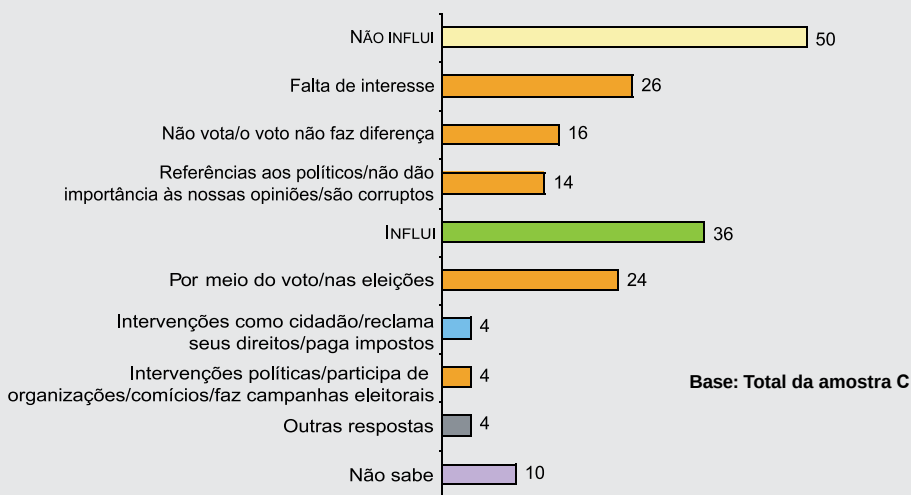
MULHERES



Base: Total da amostra

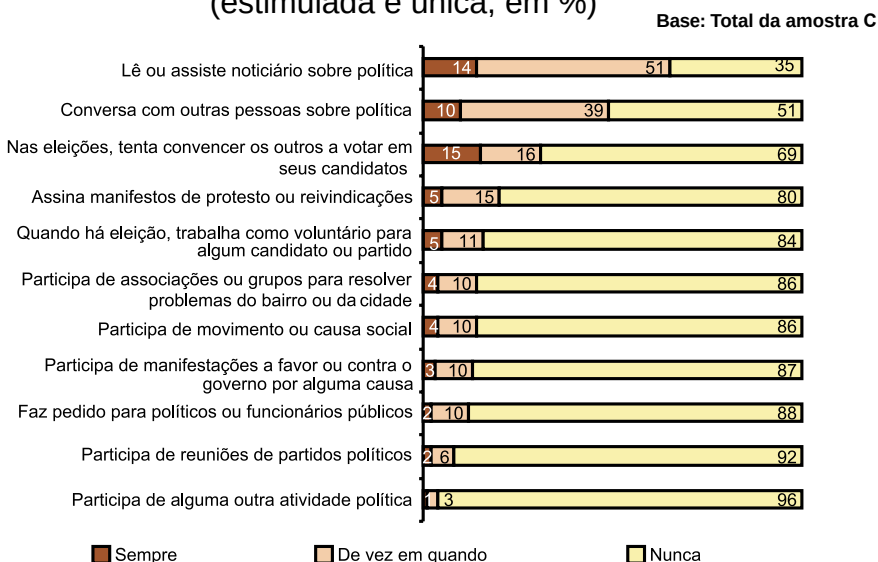
P130. E você, influi ou não na política? Muito ou um pouco?

61 – RAZÕES DA NÃO-INFLUÊNCIA E DE QUE FORMA INFLUI NA POLÍTICA (espontânea e múltipla, em %)



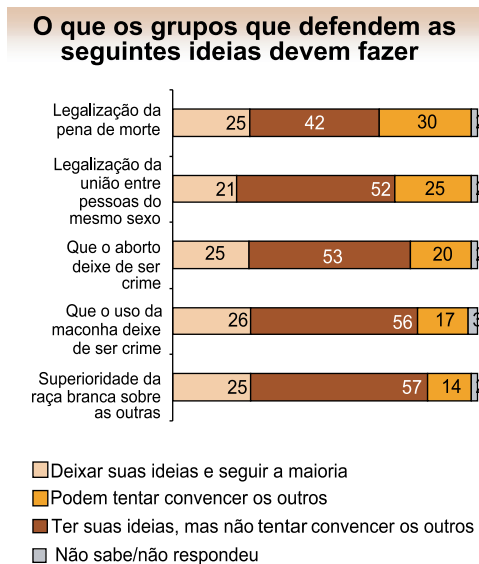
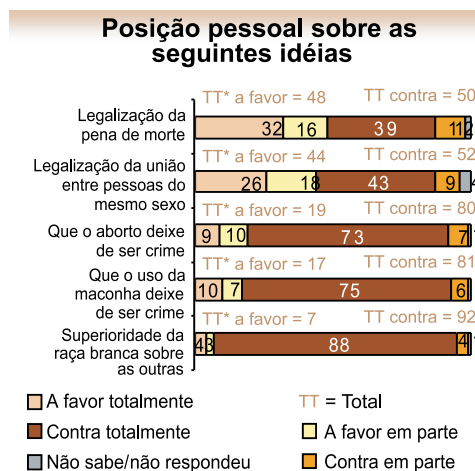
P131. De que forma você influi na política? De quais outras formas você influi na política? Por que você acha que não influi na política?

62 – PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES LIGADAS À POLÍTICA (estimulada e única, em %)



P132. Algumas pessoas participam de atividades ligadas à política e outras não. Vou falar algumas atividades e gostaria que você me dissesse quais você costuma fazer. Com que frequência você:

63 – POSIÇÃO SOBRE TEMAS POLÊMICOS (estimulada e única, em %)

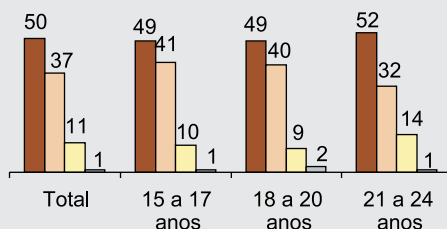


P58. Vou falar de algumas ideias defendidas por alguns grupos e gostaria que você me dissesse o que o(a) senhor(a) acha que esses grupos devem fazer. Os grupos que defendem ____ devem: ... ?
 P59. E você, é a favor ou contra ____ ? Totalmente ou em parte?

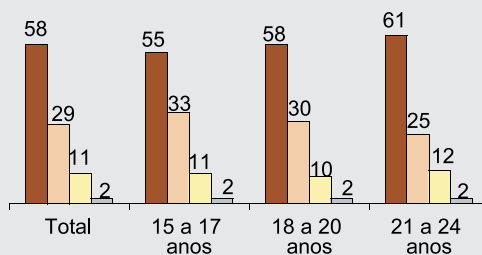
Base: Total da amostra

64 – PERCEPÇÃO DO GRAU DE IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA, POR SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE (estimulada e única, em %)

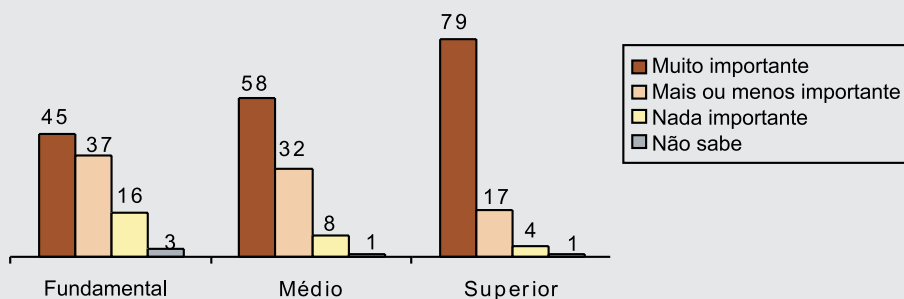
MULHERES



HOMENS



ESCOLARIDADE



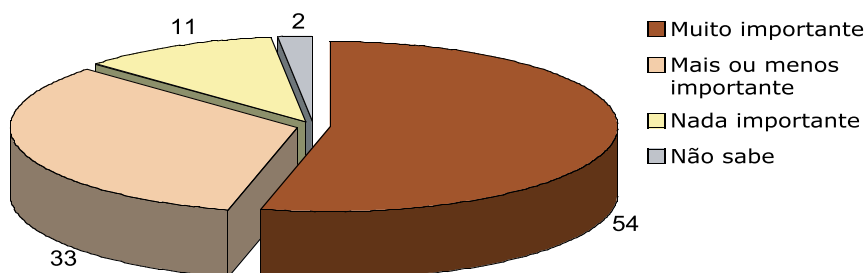
P127. Agora gostaria de saber o que você pensa sobre política. Na sua opinião, política é uma coisa muito importante, mais ou menos importante ou nada importante?

Base: Total da amostra

PERCEPÇÃO DA POLÍTICA

65 – PERCEPÇÃO DO GRAU DE IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA (estimulada e única, em %)

TOTAL BRASIL

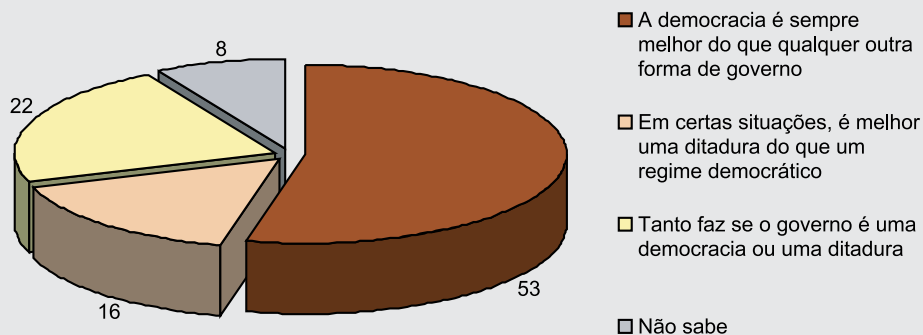


P127. Agora gostaria de saber o que você pensa sobre política. Na sua opinião, política é uma coisa muito importante, mais ou menos importante ou nada importante?

Base: Total da amostra

66 – DEMOCRACIA X DITADURA (estimulada e única, em %)

Total Brasil



P133. Qual das três frases seguintes se aproxima mais do que você pensa?

Base: Total da amostra

PERCEPÇÃO DA POLÍTICA

67 – POSICIONAMENTO NO ESPECTRO POLÍTICO, POR ESCOLARIDADE (estimulada e única, em %)

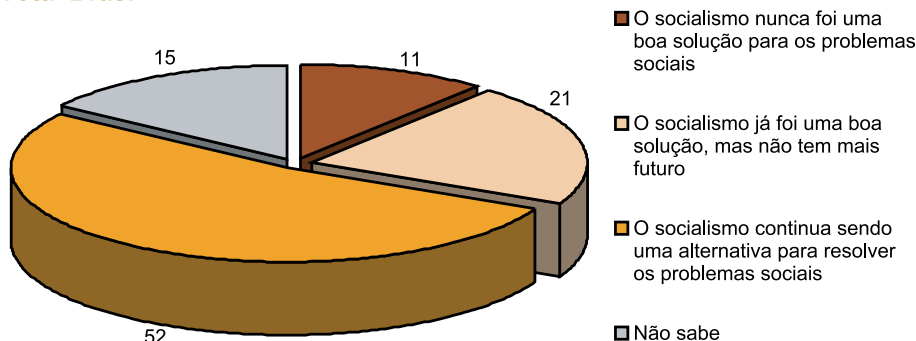


P135. Quando o assunto é política, muita gente fala em atitudes ou ideias de esquerda e de direita. Aqui tem um desenho com essas posições. Onde você se colocaria, levando em conta as suas próprias atitudes e ideias políticas?

Base: Total da amostra

68 – OPINIÃO SOBRE O SOCIALISMO (estimulada e única, em %)

Total Brasil



Base: Total da amostra

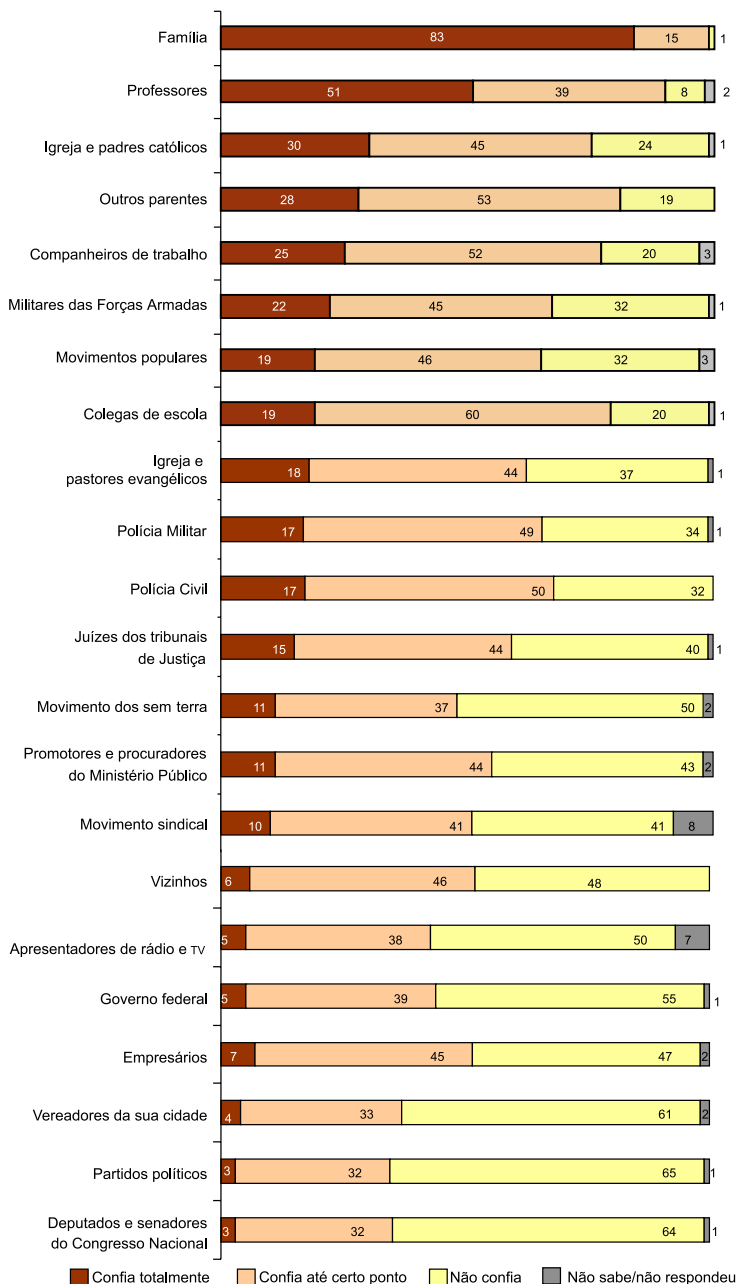
P137. Pensando em solução de problemas sociais, qual das seguintes frases se aproxima mais do que você pensa sobre o socialismo?

PERCEPÇÃO DA POLÍTICA

69 – CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

(estimulada e única, em %)

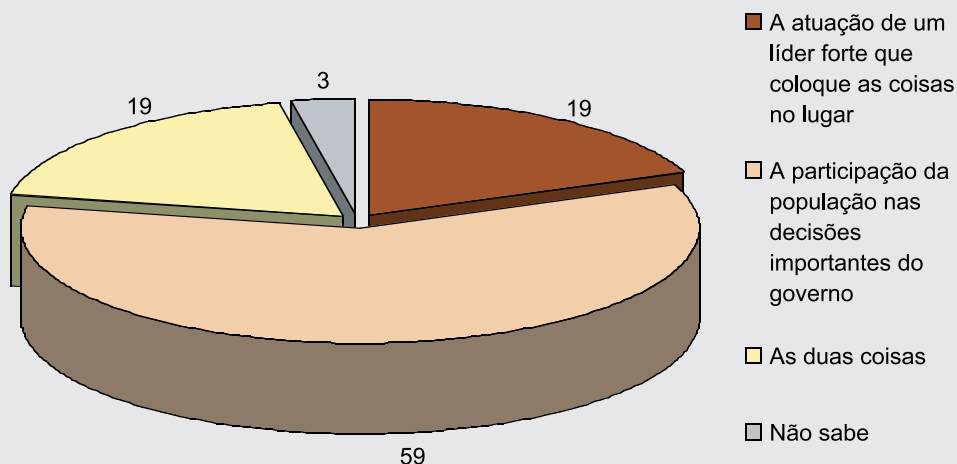
Base: Total da amostra B ou C



P138. Agora eu vou citar algumas instituições e gostaria que você me dissesse se você confia ou não em cada uma delas. Totalmente, só até certo ponto ou não confia?

PERCEPÇÃO DA POLÍTICA

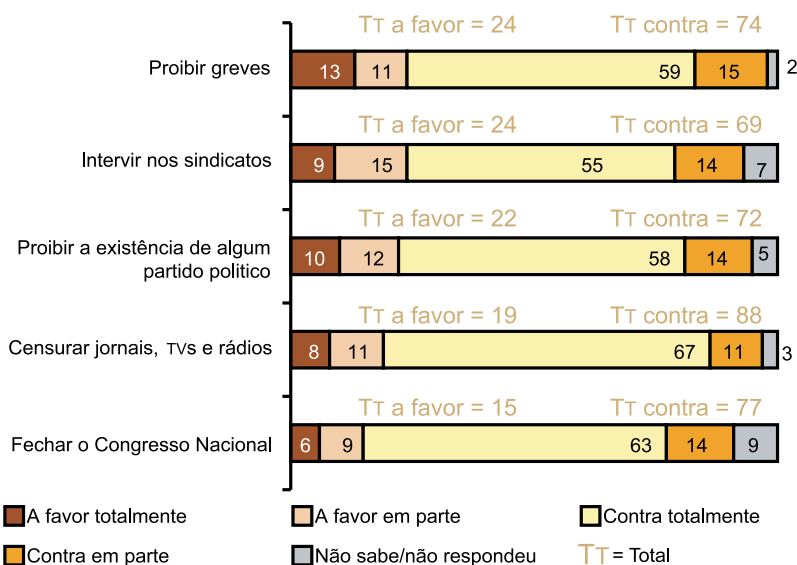
70 – O MELHOR PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DO BRASIL (estimulada e única, em %)



Base: Total da amostra C

P139. Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil?

71 – OPINIÃO SOBRE O DIREITO DO GOVERNO BRASILEIRO A: (estimulada e única, em %)

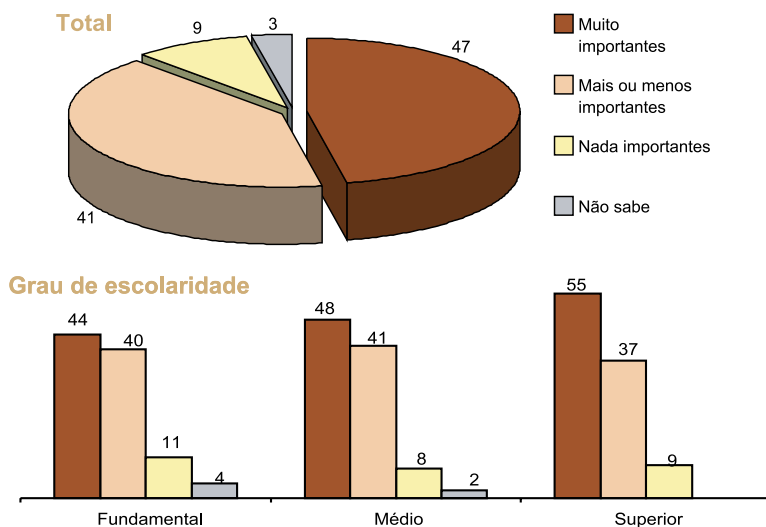


Base: Total da amostra C

P140. Você é a favor ou contra que o governo brasileiro possa ter o direito de:

PERCEPÇÃO DA POLÍTICA

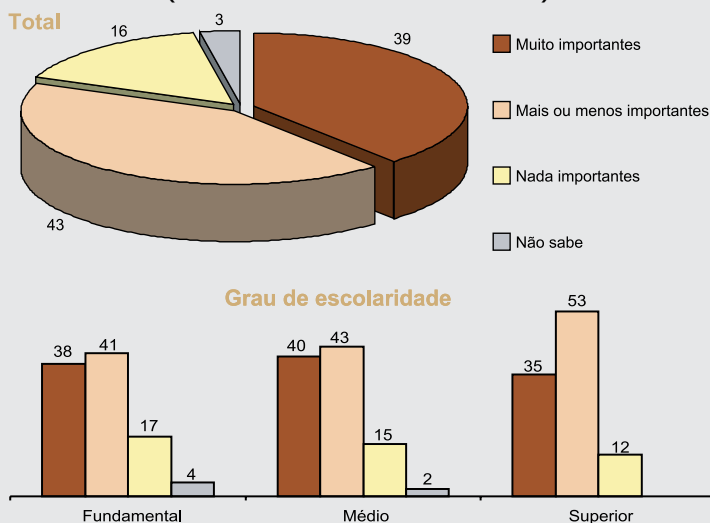
72 – GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA O PAÍS (estimulada e única, em %)



P144a. Na sua opinião, qual é a importância dos partidos políticos para o país?

Base: Total da amostra C

73 – GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA OS JOVENS (estimulada e única, em %)

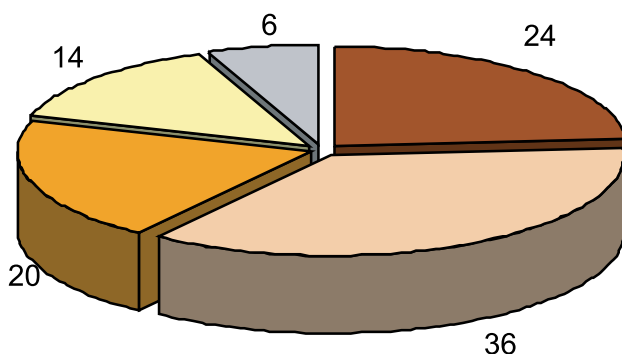


P144b. E para os jovens, os partidos políticos são:

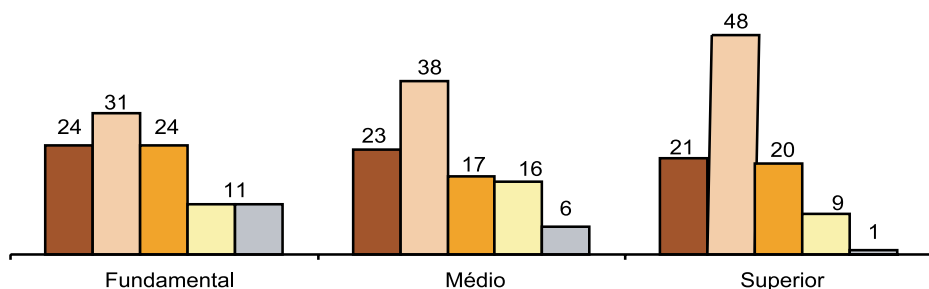
Base: Total da amostra C

PERCEPÇÃO DA POLÍTICA

74 – OPINIÃO SOBRE VÁRIOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL (estimulada e única, em %)



- ☒ É bom para o Brasil ter muitos partidos como tem hoje
- ☐ Seria melhor ter vários partidos, mas menos do que tem hoje
- ☐ Seria melhor se tivesse um único partido
- ☐ Seria melhor se não existisse partido nenhum
- ☐ Não sabe/não respondeu

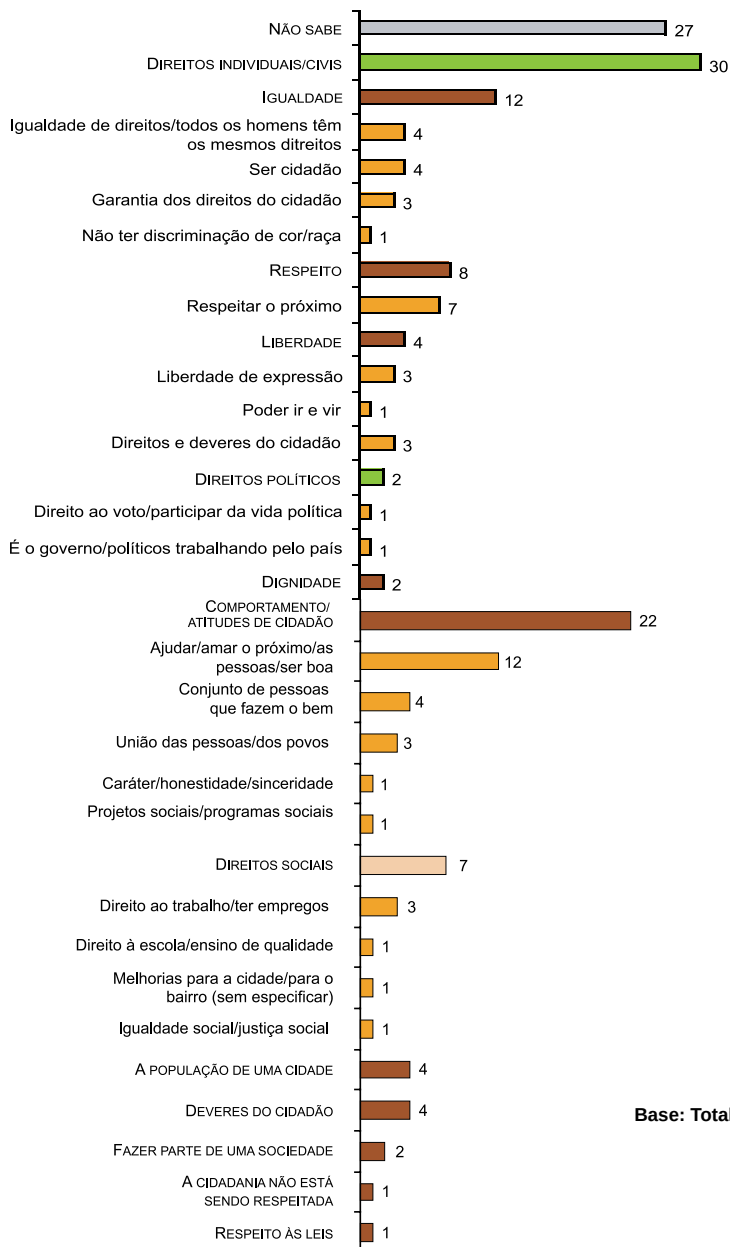


P145. Como você sabe, existem vários partidos políticos no Brasil. Na sua opinião:

Base: Total da amostra C



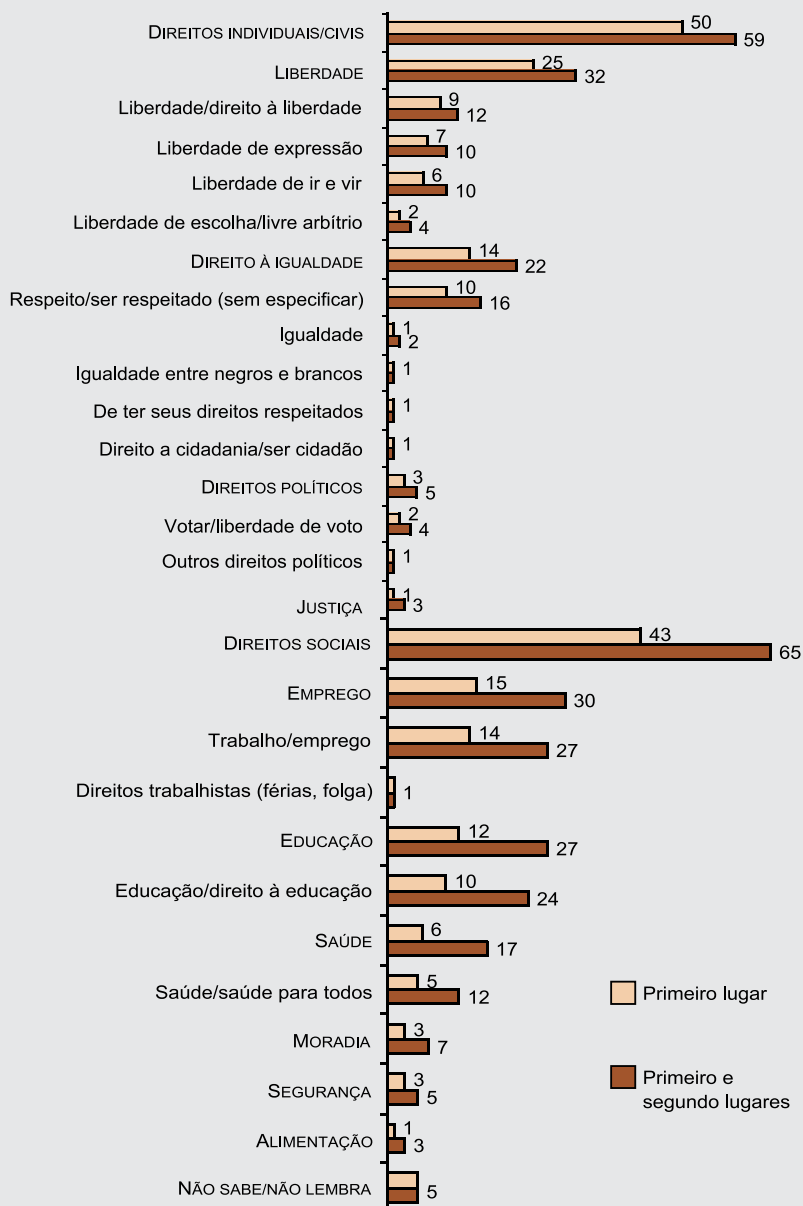
75 – QUANDO OUVES FALAR EM CIDADANIA QUAL É A PRIMEIRA COISA QUE VEM À CABEÇA (espontânea e múltipla, em %)



Base: Total da amostra C

P46. Quando você ouve falar em cidadania, no que você pensa? Qual é a primeira coisa que vem à sua cabeça?

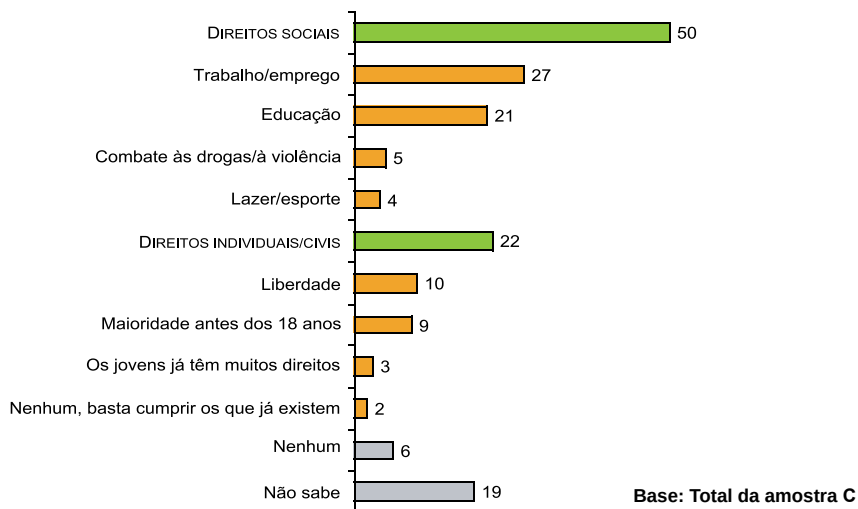
76 – DIREITOS MAIS IMPORTANTES PARA O CIDADÃO (espontânea e múltipla, em %)



P47a/P47b. Por lei, todo cidadão brasileiro tem vários direitos, mesmo que na prática nem todos esses direitos sejam respeitados. Como cidadão(ã), qual é o direito que você considera mais importante? E em segundo lugar?

Base: Total da amostra C

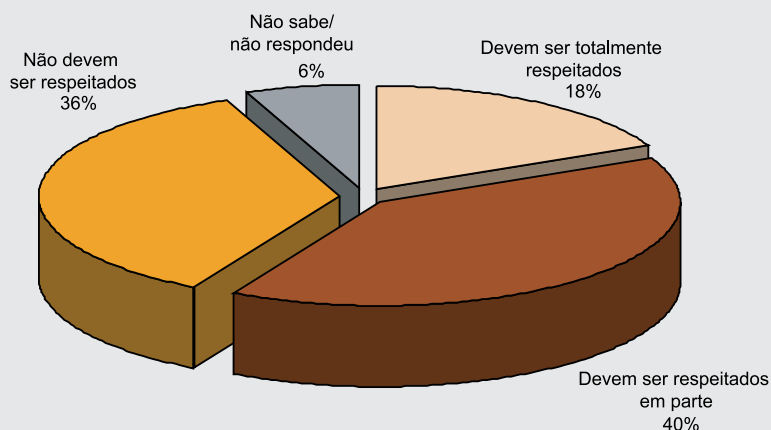
77 – NOVOS DIREITOS QUE OS JOVENS DEVERIAM TER – SÍNTESE (espontânea e múltipla, em %)



P49. Se você pudesse criar novos direitos para os jovens, direitos que não existem nem no papel, que direitos você criaria?

78 – OPINIÃO SOBRE O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS DOS PRESOS E BANDIDOS (espontânea e única, em %)

Total Brasil

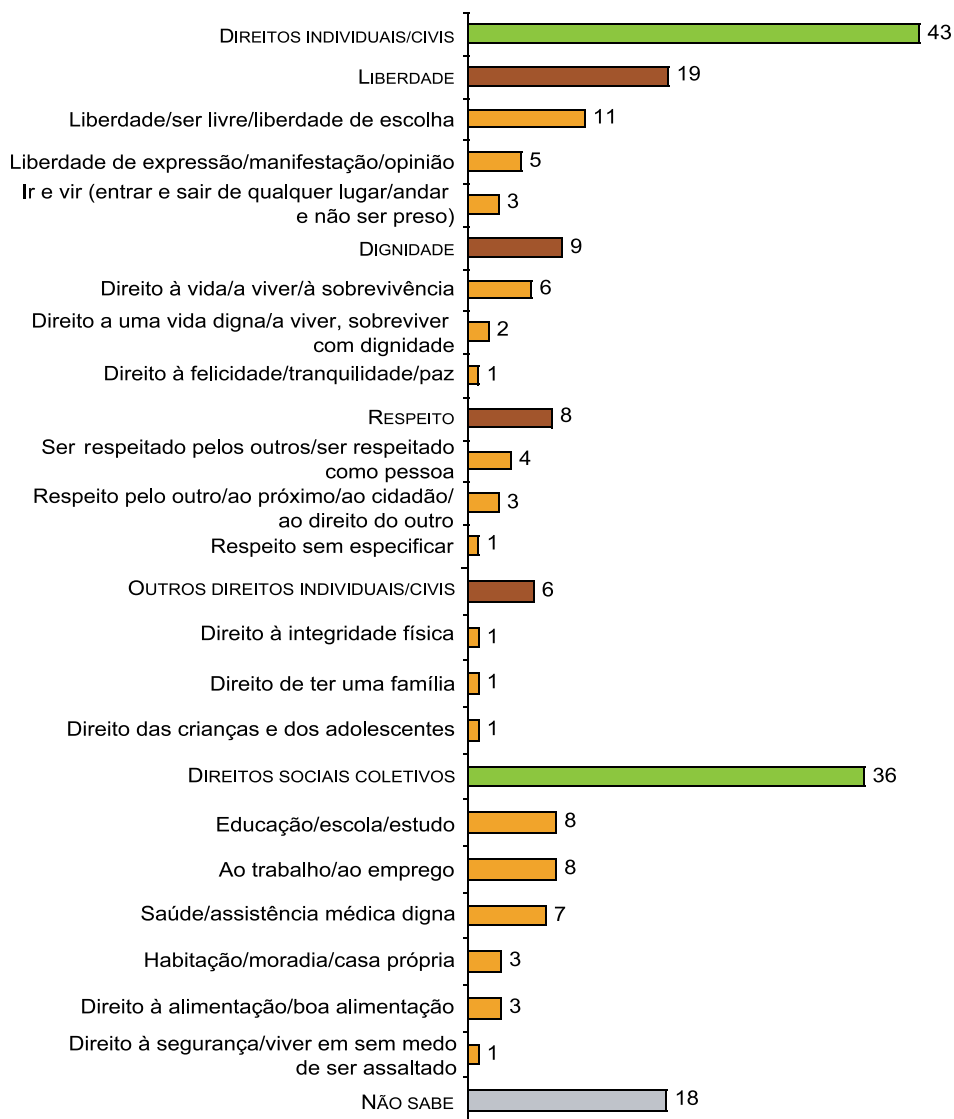


P 52. Na sua opinião, deve-se respeitar os direitos humanos dos presos e bandidos ou não?

Totalmente ou em parte?

Base: Total das amostras B e C

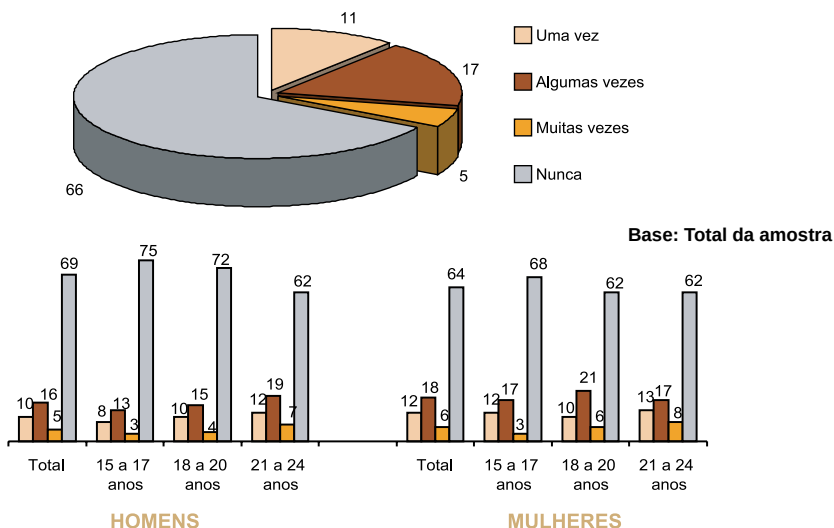
79 – DIREITO HUMANO MAIS IMPORTANTE (espontânea e única, em %)



P51. Para você, qual é o direito humano mais importante?

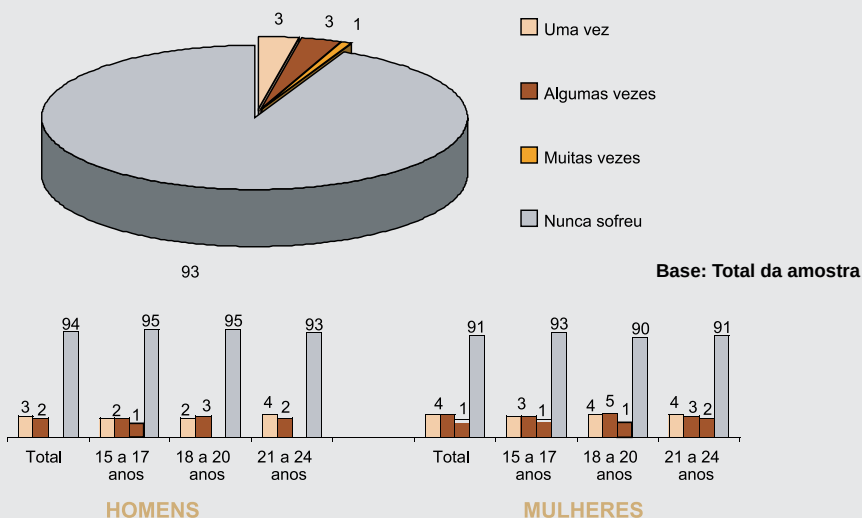
Base: Total das amostras B e C

80 – ALGUMA VEZ SENTIU-SE HUMILHADO(A), DESRESPEITADO(A) OU DISCRIMINADO(A), POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)



P53. Alguma vez você já se sentiu humilhado(a), desrespeitado(a) ou discriminado(a), por qualquer motivo que fosse?

81 – SOFREU VIOLÊNCIA FAMILIAR OU EM RELACIONAMENTO, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

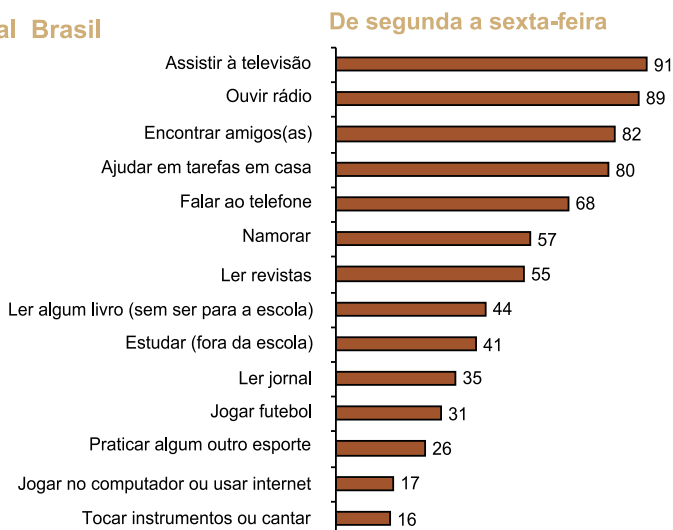


P55. Você já sofreu algum tipo de violência de algum familiar seu ou de alguém com quem você estava se relacionando?

82 – ATIVIDADES REALIZADAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA E NOS FINAIS DE SEMANA

(estimulada, taxas de SIM, em %)

Total Brasil



Finais de semana

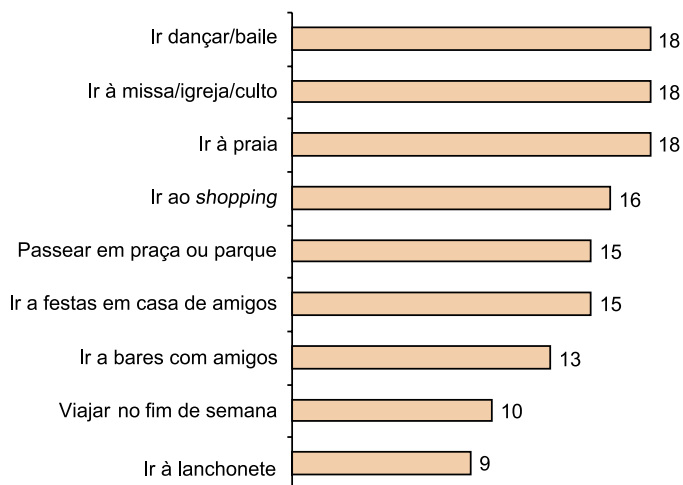


P111a/P111b. E das seguintes atividades, quais são as que você costuma fazer de segunda a sexta-feira? E nos finais de semana?

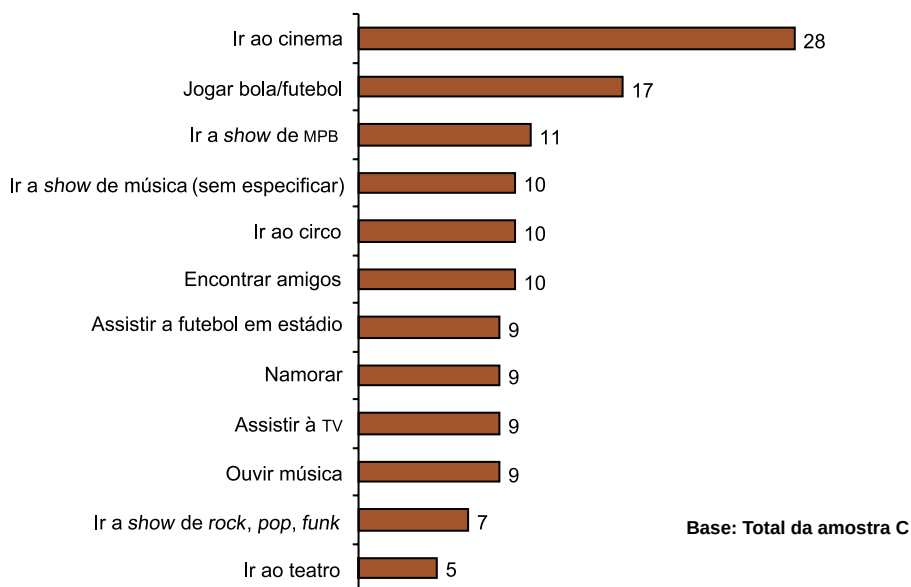
Base: Total da amostra C

83 – ATIVIDADES QUE MAIS GOSTA DE FAZER NO TEMPO LIVRE (estimuladas e múltiplas, em %)

CENÁRIO A



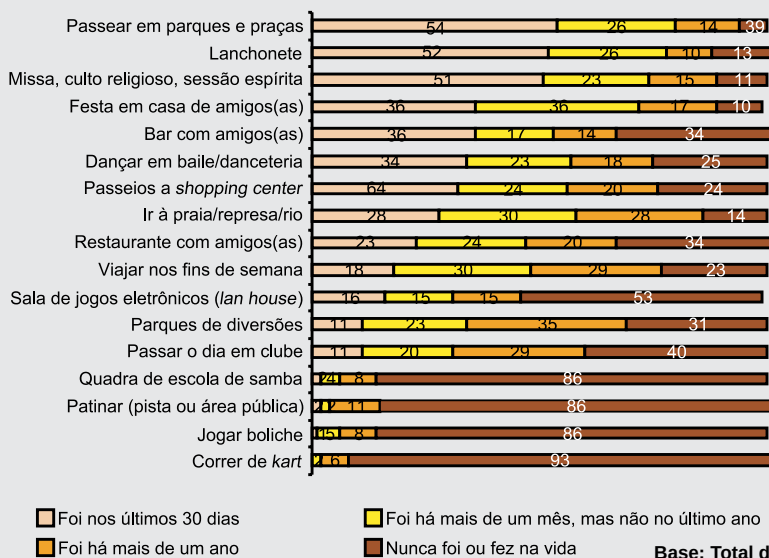
CENÁRIO B



P114b. O que você mais gosta de fazer no seu tempo livre, mesmo que você só faça de vez em quando?

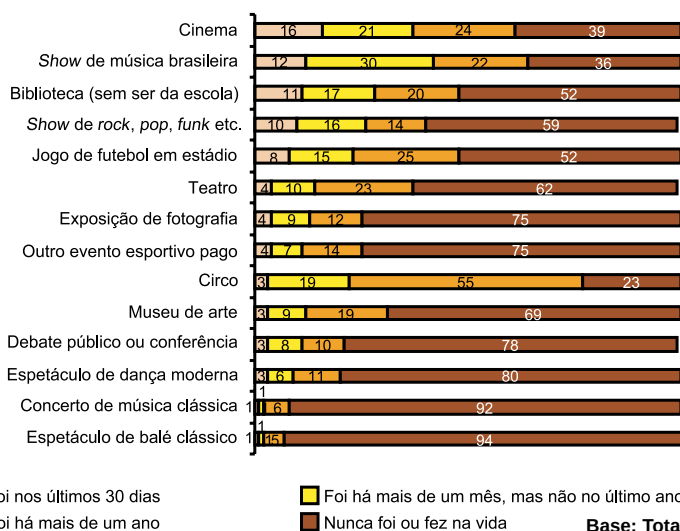
FRUIÇÃO CULTURAL E LAZER

84 – FREQUÊNCIA A ATIVIDADES DE LAZER, CULTURA E PASSEIOS (estimulada, em %)



P113a. Agora vou citar algumas atividades e passeios e gostaria que você me dissesse quais você fez nos últimos 30 dias, ou nos últimos 12 meses, alguma vez na vida ou se nunca fez:

85 – FREQUÊNCIA A ATIVIDADES DE LAZER, CULTURA E PASSEIOS (estimulada, em %)



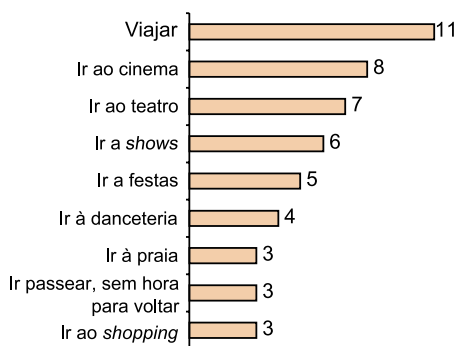
P113a. Agora vou falar algumas atividades e passeios e gostaria que você me dissesse quais você fez nos últimos 30 dias, ou nos últimos 12 meses, alguma vez na vida ou se nunca fez:

FRUIÇÃO CULTURAL E LAZER

86 – ATIVIDADES DE LAZER, CULTURA E PASSEIOS QUE NUNCA FEZ, MAS GOSTARIA DE FAZER, E RAZÕES PARA NÃO FAZÊ-LAS (estimulada e única, em %)

Atividades que gostaria de fazer

(espontânea e única, em %)

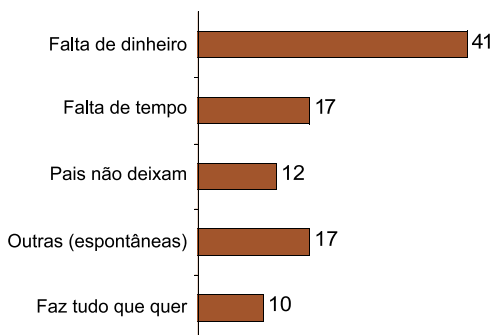


Base: Total da amostra C



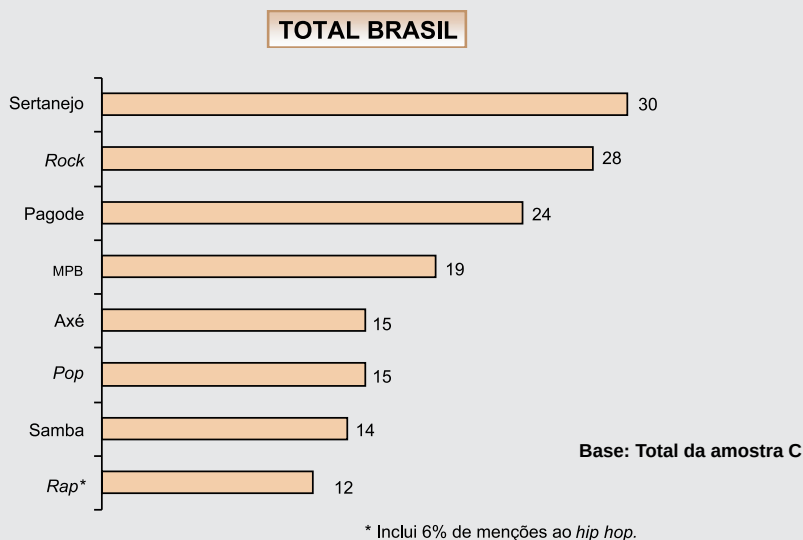
Razão que impede de fazer o que gostaria

(estimulada e única, em %)



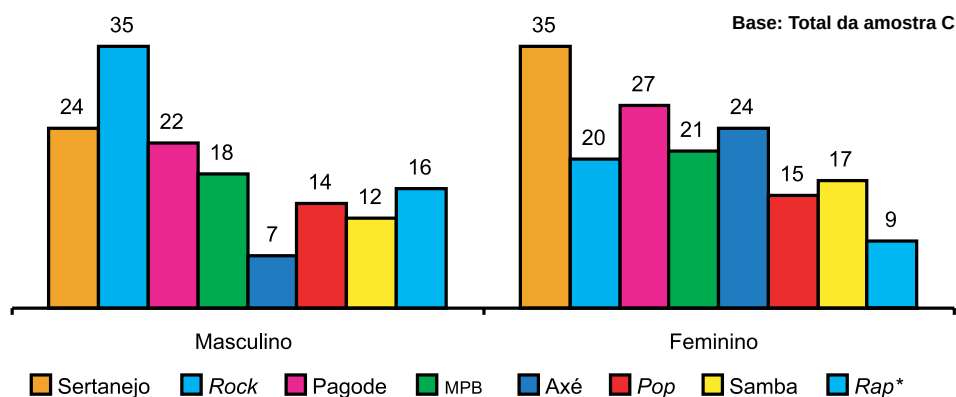
P114b. Pensando nas coisas que você nunca faz nas suas horas livres, se você não tivesse que se preocupar com tempo, dinheiro, proibição dos pais ou qualquer outro problema, o que você gostaria de fazer?

87 – GÊNEROS OU TIPOS DE MÚSICA DE QUE MAIS GOSTA (espontânea, em %)



P117. Quais são os gêneros ou tipos de música de que você mais gosta?

88 – GÊNEROS OU TIPOS DE MÚSICA DE QUE MAIS GOSTA, POR SEXO (espontânea, em %)

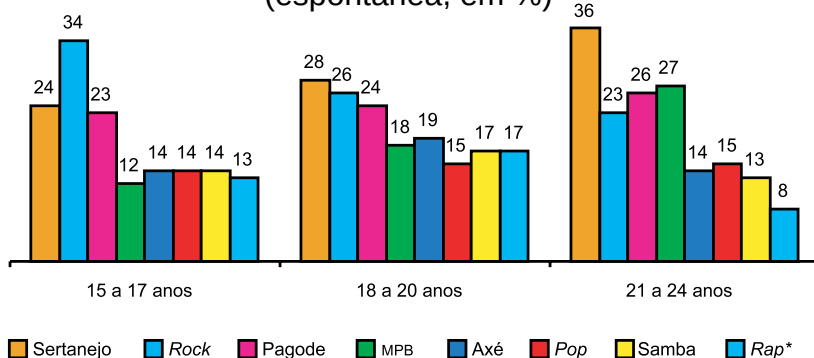


* Inclui 6% de menções ao hip hop.

P117. Quais são os gêneros ou tipos de música de que você mais gosta?

INFLUÊNCIA E PREFERÊNCIA DE MÍDIA

89 – GÊNEROS OU TIPOS DE MÚSICA DE QUE MAIS GOSTA, POR IDADE (espontânea, em %)

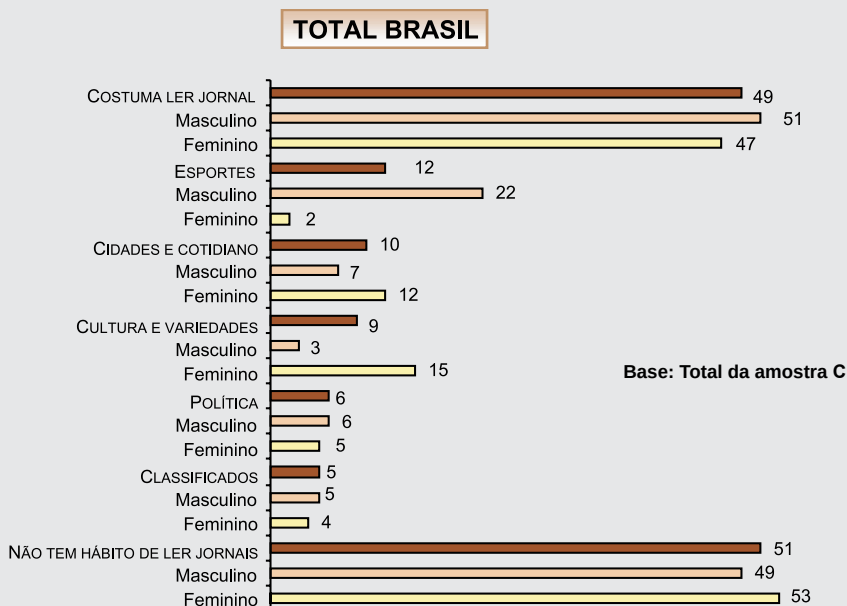


Base: Total da amostra C

* Inclui 6% de menções ao *hip hop*.

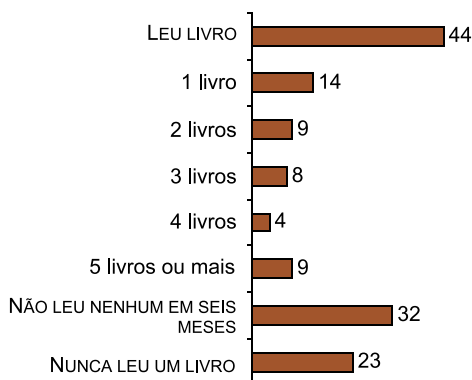
P117. Quais são os gêneros ou tipos de música de que você mais gosta?

90 – HÁBITO DE LEITURA DE JORNAIS E SEÇÕES/ASSUNTOS QUE COSTUMA LER, POR SEXO (espontânea, em %)

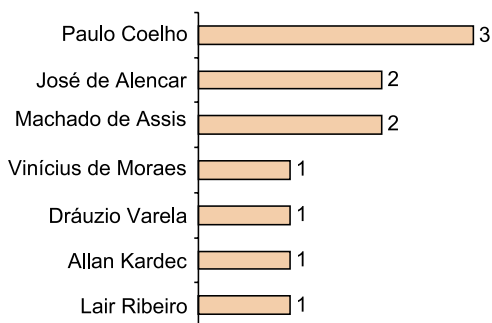


P120. Você costuma ler jornais diários, ainda que de vez em quando? Quais são os assuntos, seções ou cadernos que você mais gosta de ler no jornal?

91 – NÚMERO DE LIVROS LIDOS NO ÚLTIMO SEMESTRE E AUTORES MAIS CITADOS (espontânea e múltipla, em %)



Autores mais citados



Média de livros lidos:

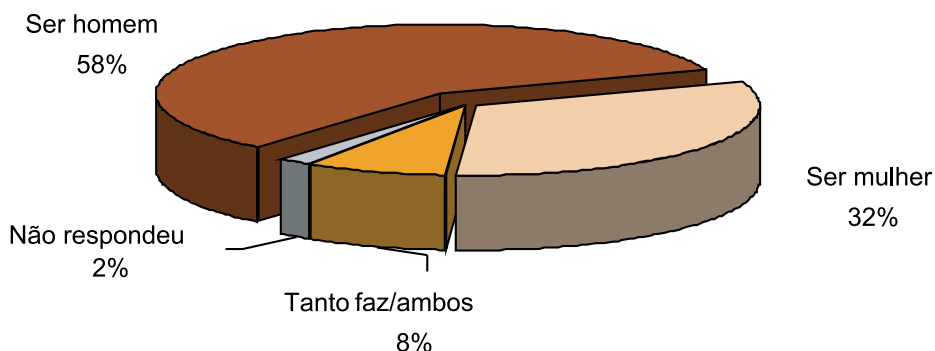
- entre quem leu nos últimos seis meses = 3,59
- sobre o total da amostra = 1,6

P123. Você está lendo algum livro atualmente? Qual foi o último livro que você leu? De qual autor(a)?

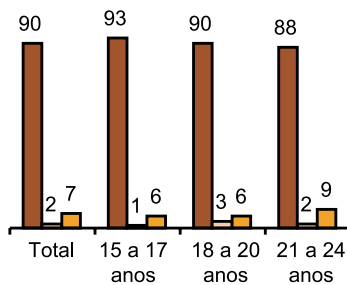
Base: Total da amostra C

92 – COMO JOVEM É MELHOR SER HOMEM OU SER MULHER (estimulada e única, em %)

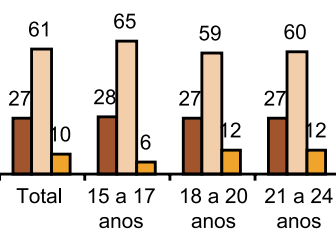
Total Brasil



Masculino



Feminino



Faixa etária

Ser homem

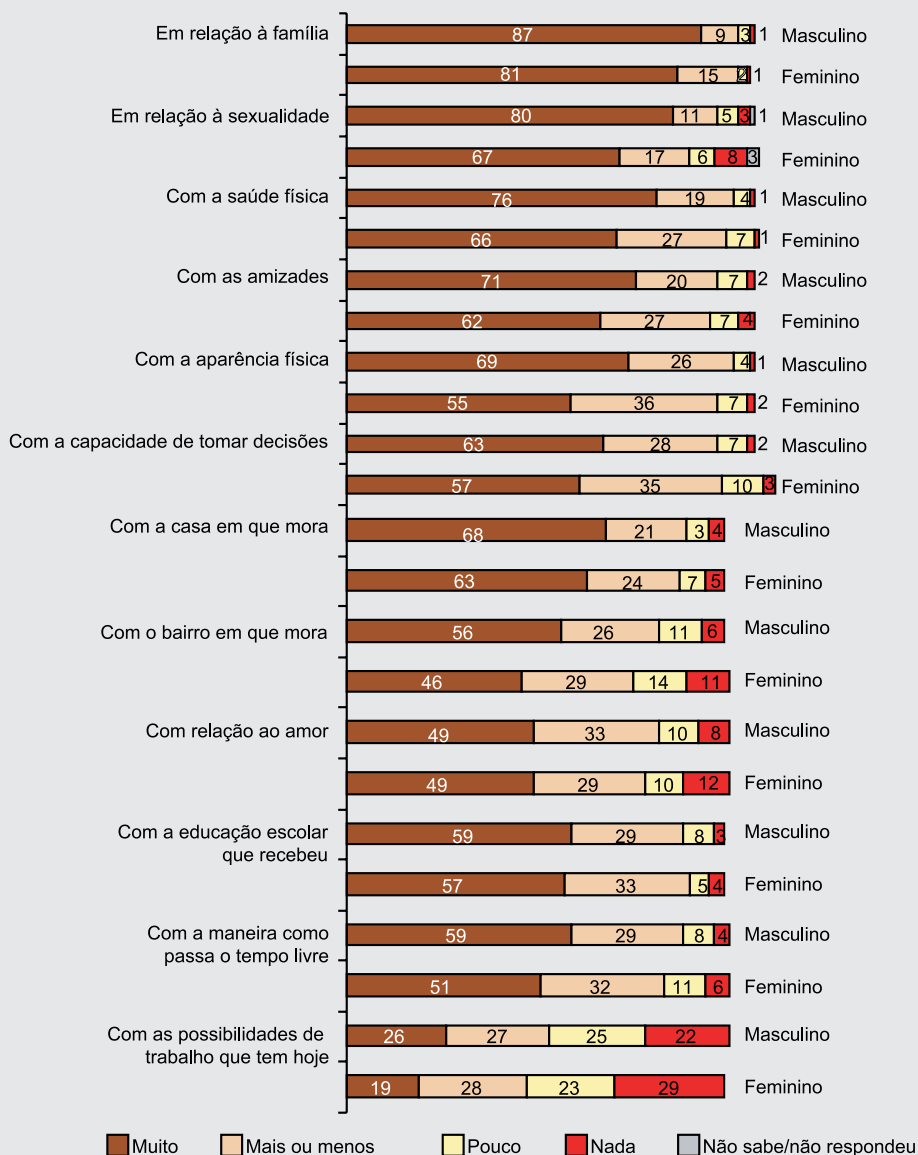
Tanto faz/ambos/depende

Ser mulher

P5. Na sua opinião, o que é melhor como jovem: ser homem ou ser mulher?

Base: Total da amostra

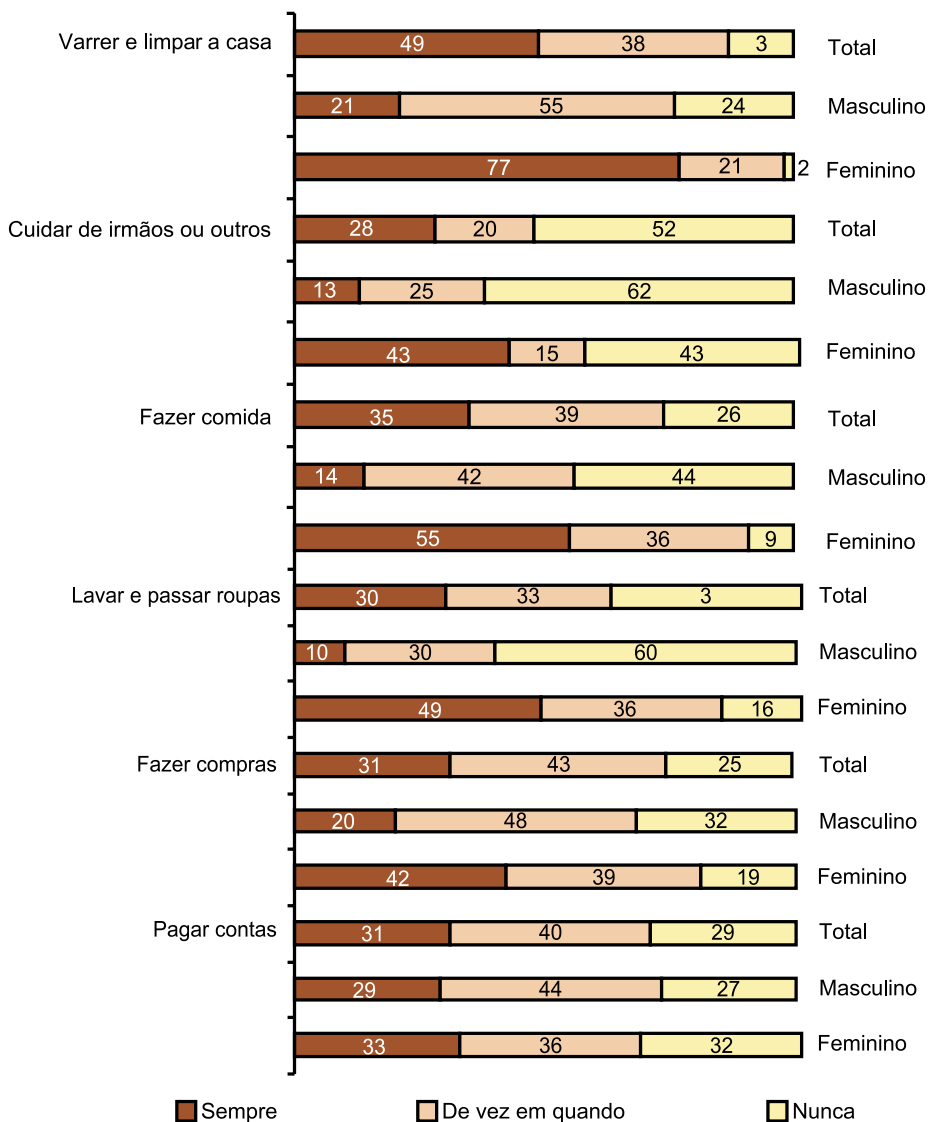
93 – SATISFAÇÃO COM A VIDA, POR SEXO (estimulada e única, em %)



P9. Atualmente, você diria que está muito satisfeito(a), mais ou menos, pouco ou nada satisfeito(a) com:

Base: Total da amostra A

94 – FREQUÊNCIA COM QUE COSTUMA FAZER TAREFAS DOMÉSTICAS EM CASA, POR SEXO (estimulada e única, em %)

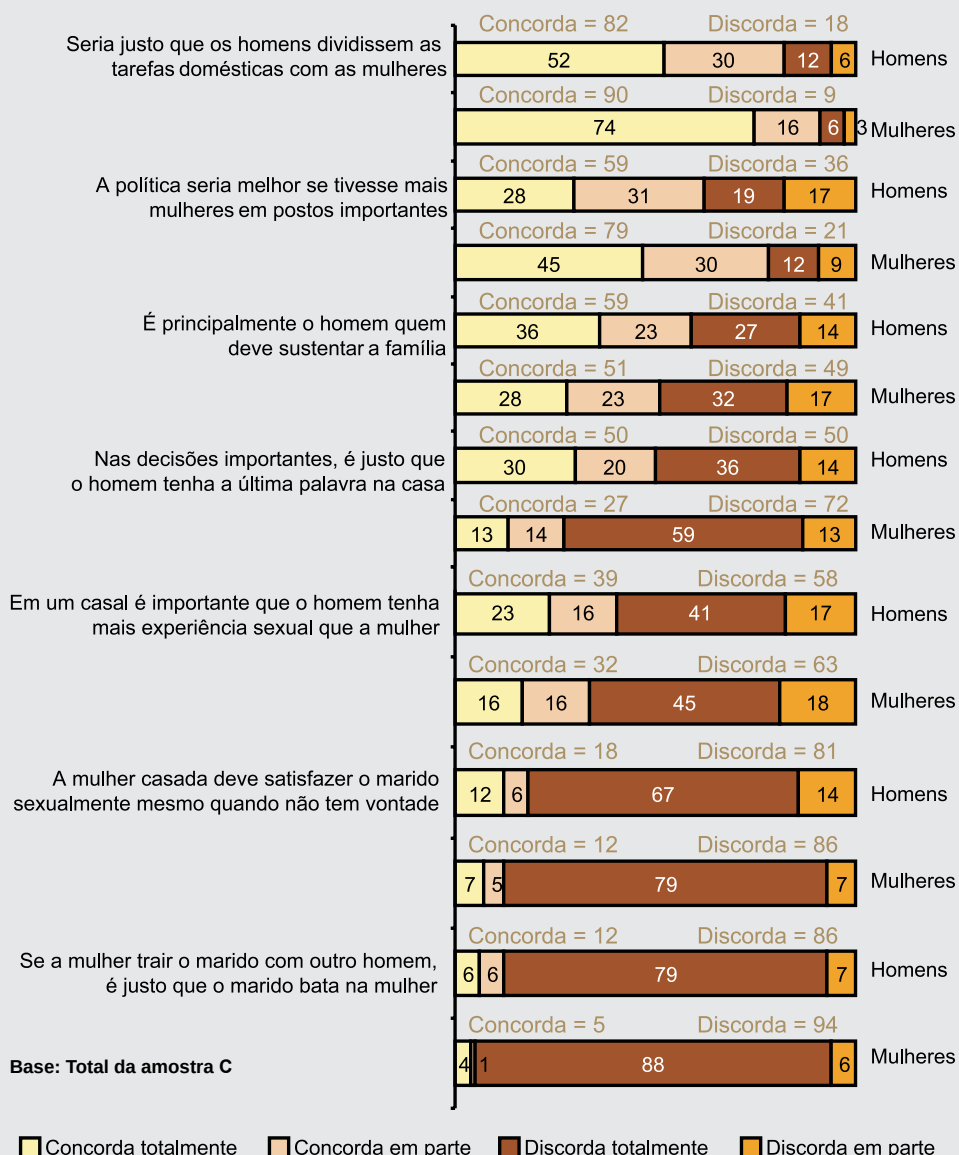


P112. Com que frequência você costuma fazer as seguintes tarefas domésticas na sua casa?

Base: Total da amostra B

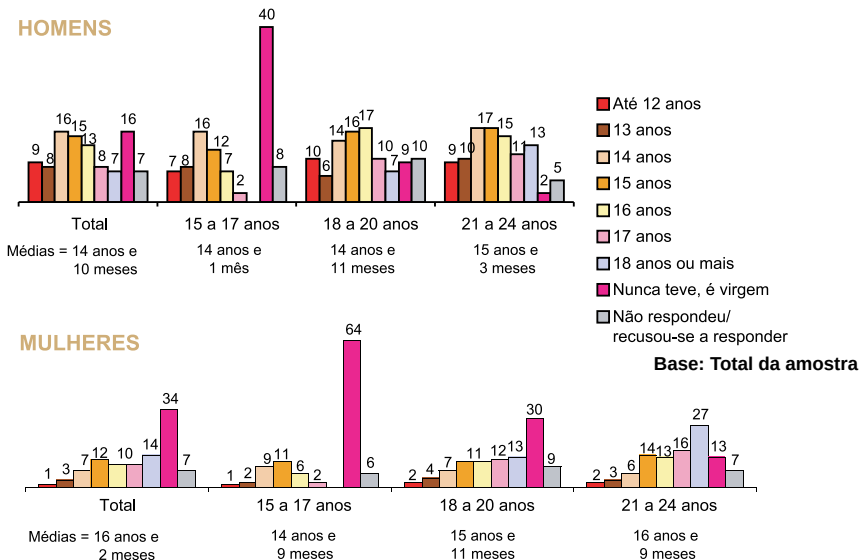
RELAÇÕES DE GÊNERO

95 – GRAU DE CONCORDÂNCIA OU DISCORDÂNCIA COM AS SEGUINTE FRASES, POR SEXO (estimulada, em %)



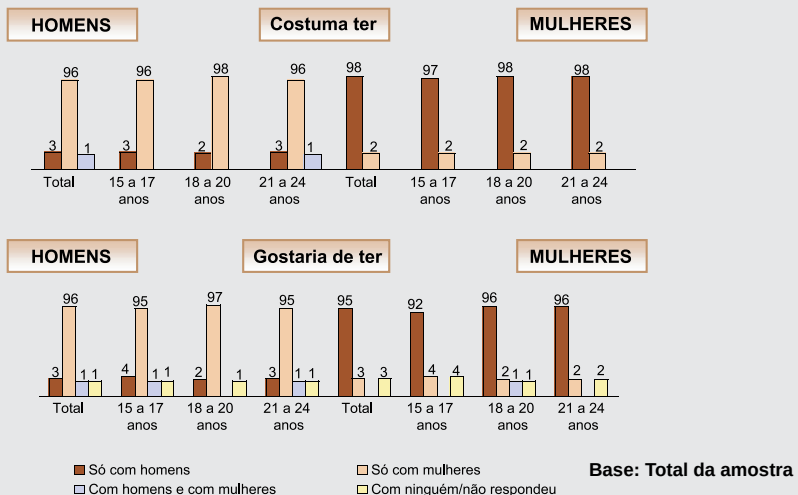
P163. Agora vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou se discorda de cada uma delas. Totalmente ou em parte?

96 – IDADE COM QUE TEVE A PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)



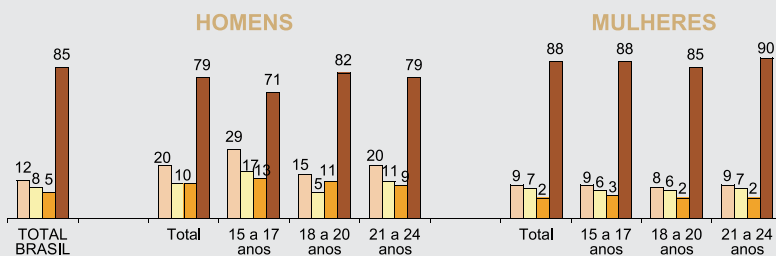
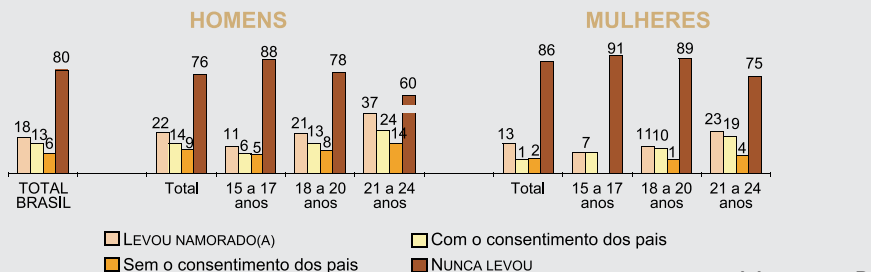
P39. Com quantos anos de idade você teve sua primeira relação sexual?

97 – ORIENTAÇÃO E PREFERÊNCIA SEXUAL, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)



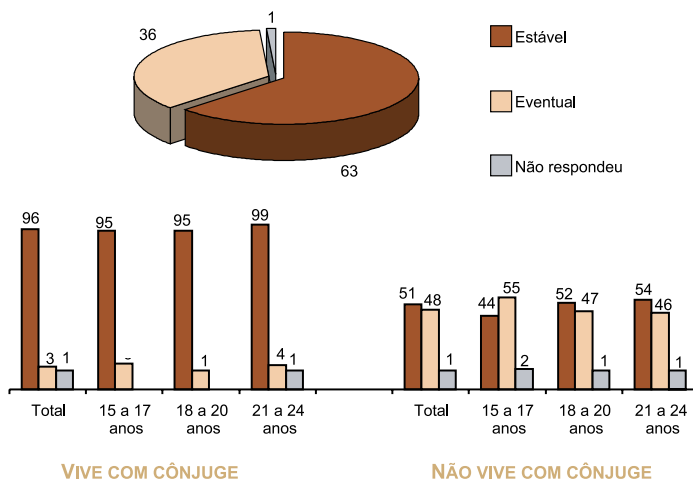
P40a. Muitas pessoas preferem ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Você costuma ter relações sexuais:

98 – HÁBITO DE LEVAR NAMORADO(A) PARA DORMIR EM CASA E CONSENTIMENTO DOS PAIS (espontânea e única, em %)



P38. Você já levou namorado(a) para dormir com você na sua casa? Com ou sem permissão dos seus pais?

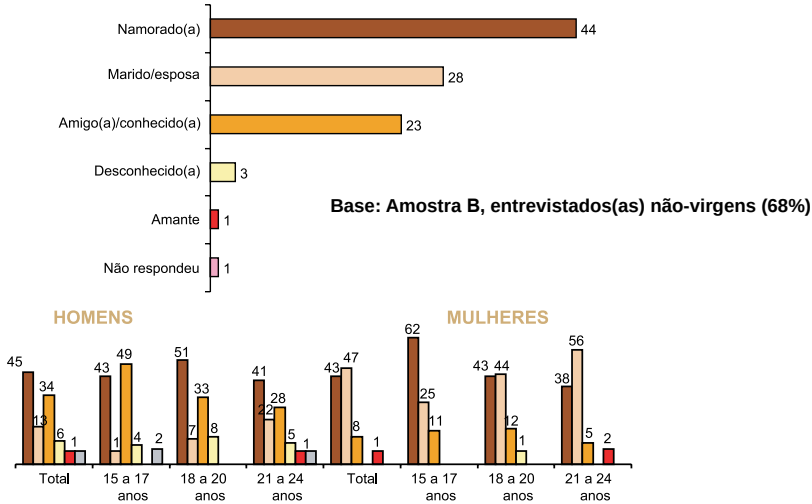
99 – ÚLTIMA RELAÇÃO SEXUAL FOI COM PARCEIRO(A) SEXUAL ESTÁVEL OU EVENTUAL, POR SITUAÇÃO CONJUGAL E IDADE (estimulada e única, em %)



P41a. Como você considera o relacionamento com a pessoa com quem você teve a sua última relação sexual: você diria que é um relacionamento estável ou eventual?

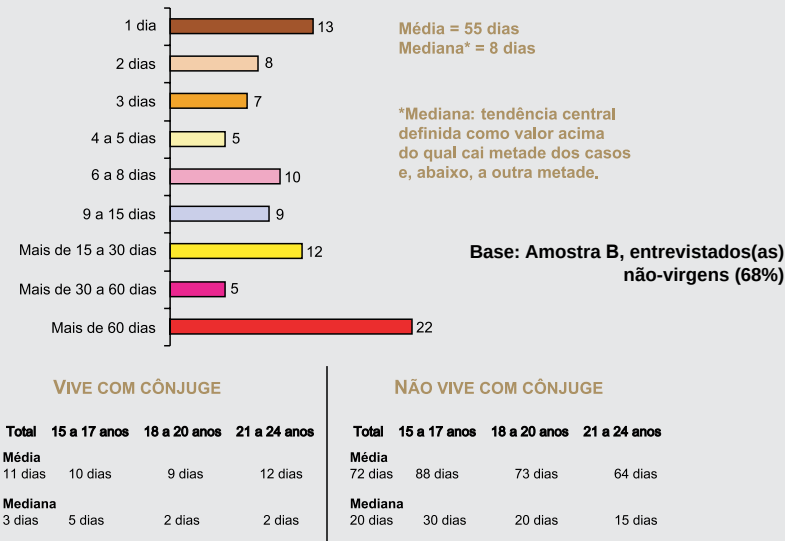
Base: Amostra B, entrevistados(as) não-virgens (68%)

100 – VÍNCULO COM ÚLTIMO(A)
PARCEIRO(A) SEXUAL, POR SEXO E IDADE
(espontânea e única, em %)



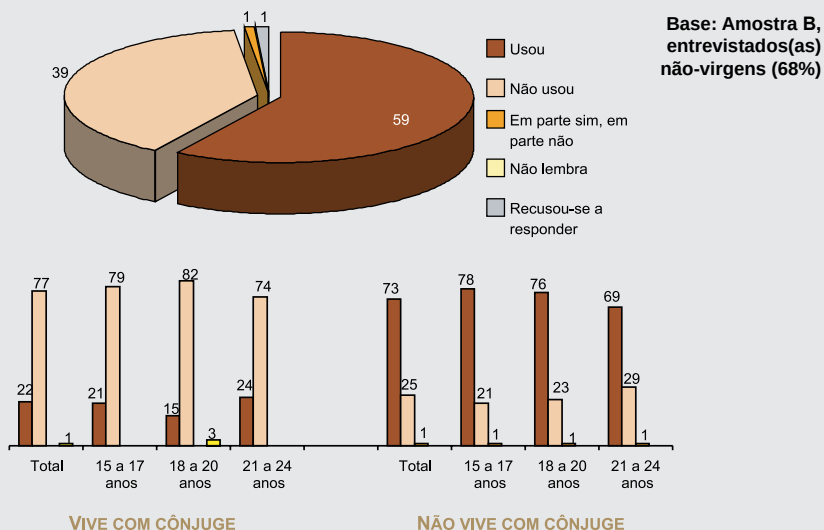
P41b. Qual o vínculo que você tem ou tinha com essa pessoa, ou seja, o que ela é sua?

101 – TEMPO DESDE A ÚLTIMA RELAÇÃO SEXUAL,
POR SITUAÇÃO CONJUGAL E IDADE
(estimulada e única, em %)



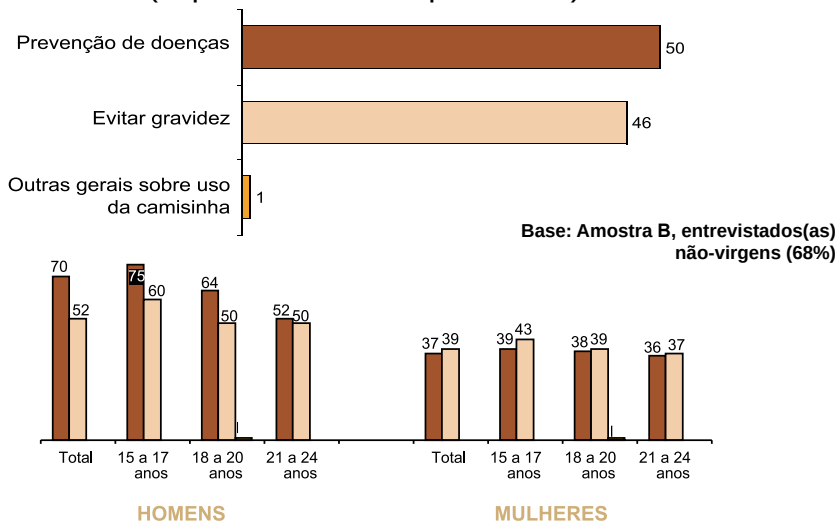
P42. Aproximadamente, quanto tempo faz que você teve essa última relação sexual?

102 – USO DE CAMISINHA NA ÚLTIMA RELAÇÃO SEXUAL, POR SITUAÇÃO CONJUGAL E IDADE (espontânea e única, em %)



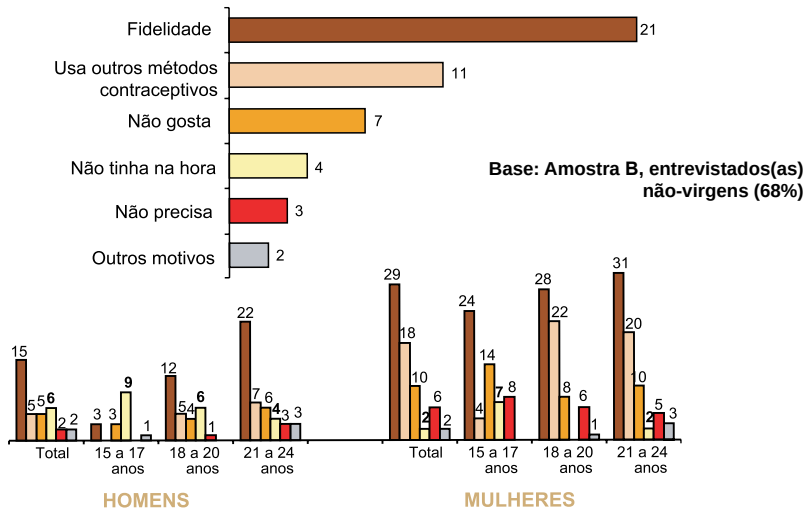
P43. Você usou camisinha nessa última vez em que teve relação sexual?

103 – RAZÕES DE USO DE CAMISINHA NA ÚLTIMA RELAÇÃO SEXUAL, POR SEXO E IDADE (espontânea e múltipla, em %)



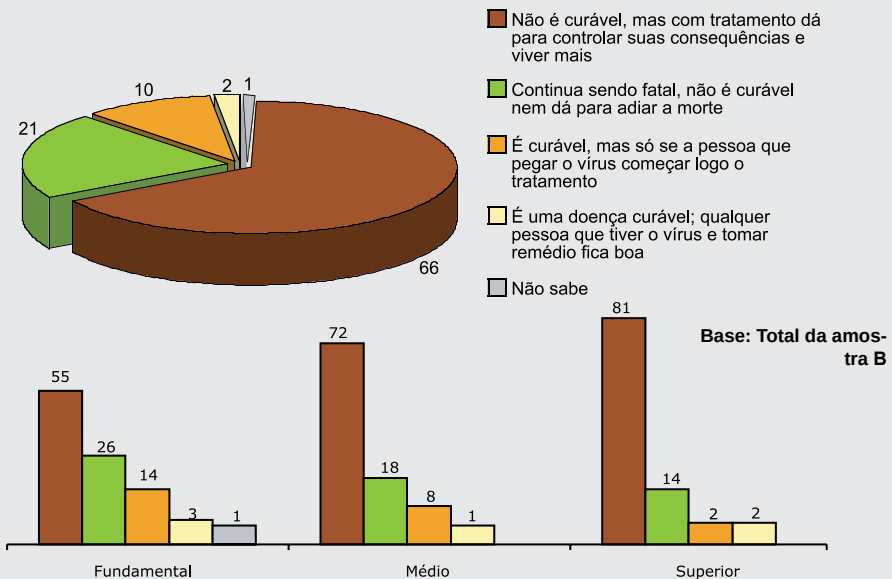
P44. Por quê? Por quais motivos você (usou/não usou) camisinha?

104 – RAZÕES DO NÃO-USO DE CAMISINHA NA ÚLTIMA RELAÇÃO SEXUAL, POR SEXO E IDADE (espontânea e múltipla, em %)



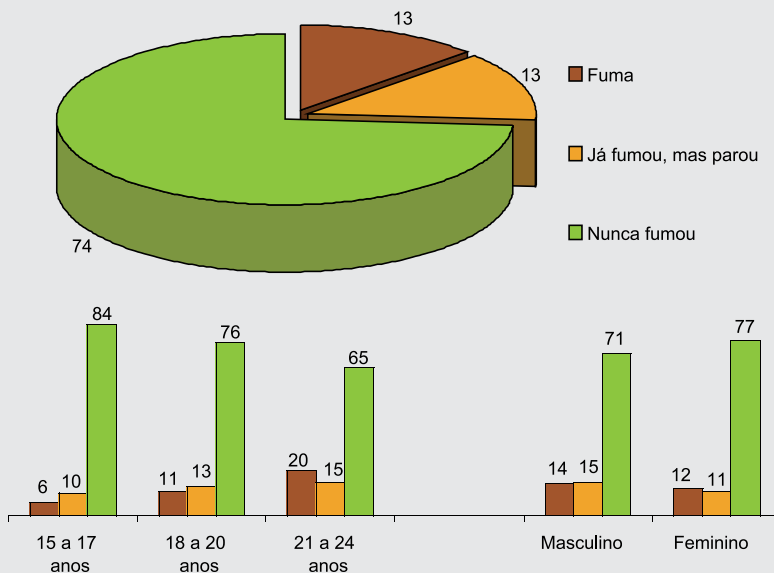
P44. Por quê? Por quais motivos você(usuou/não usou) camisinha?

105 – OPINIÃO SOBRE A CURA DA AIDS, POR ESCOLARIDADE (estimulada e única, em %)



P45. Pelo que você sabe ou ouviu falar, atualmente a AIDS:

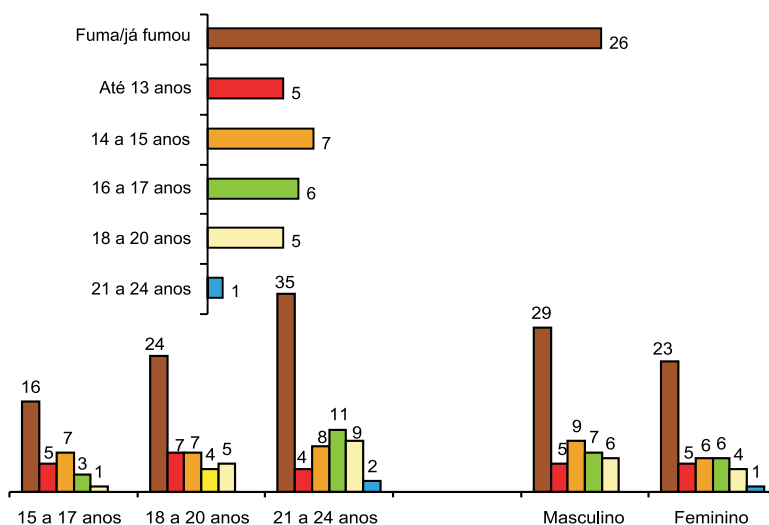
106 – HÁBITO DE FUMO DE TABACO, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)



P67. E cigarro de tabaco, você fuma?

Base: Total da amostra B

107 – IDADE COM QUE COMEÇOU A FUMAR TABACO, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

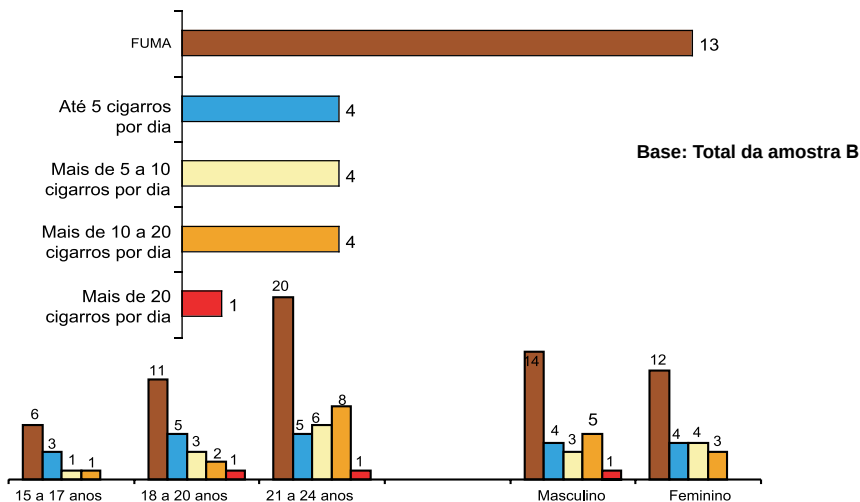


P67. Que idade você tinha quando começou a fumar?

Base: Total da amostra B

108 – MÉDIA DE CIGARROS QUE FUMA

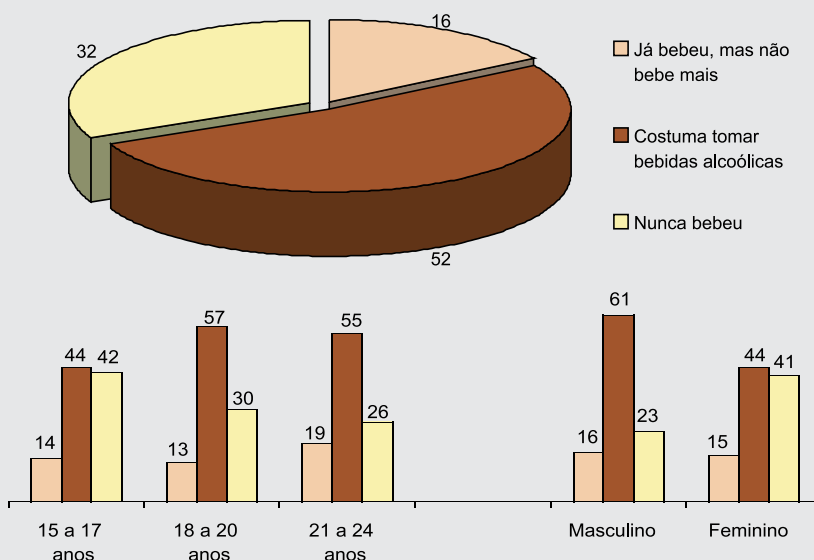
POR DIA, POR SEXO E IDADE
(espontânea e única, em %)



P67. Em média quantos cigarros você fuma por dia?

109 – HÁBITO DE TOMAR BEBIDA ALCOÓLICA, POR SEXO E IDADE

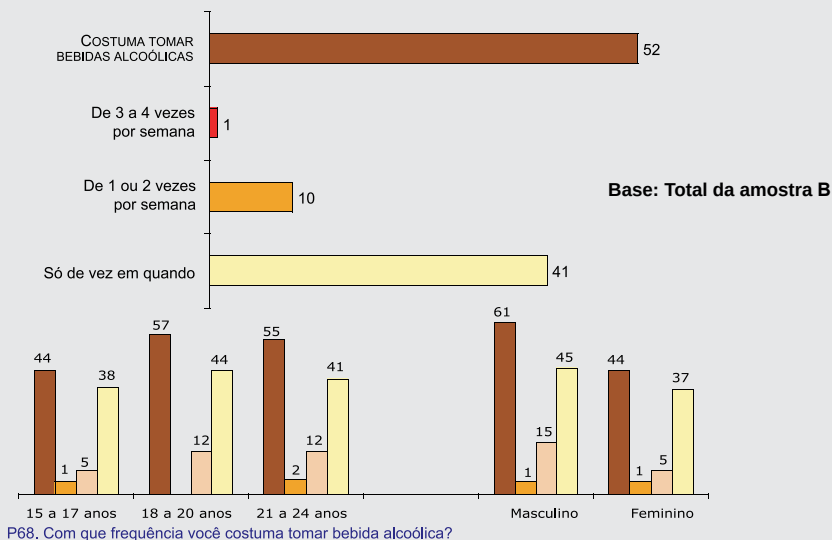
(espontânea e única, em %)



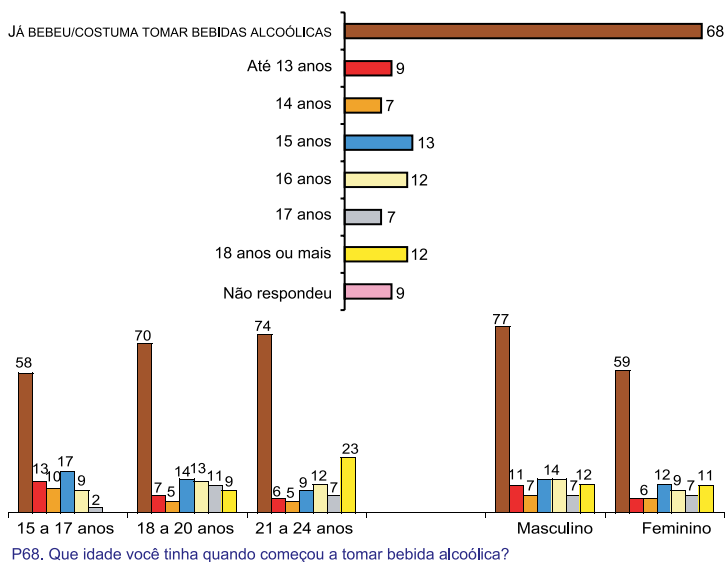
P68. E bebida alcoólica, você costuma beber?

Base: Total da amostra B

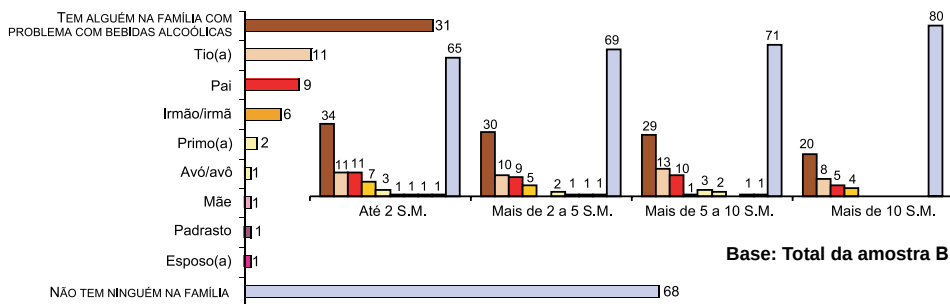
110 – FREQUÊNCIA COM QUE COSTUMA TOMAR BEBIDA ALCOÓLICA, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)



111 – IDADE COM QUE COMEÇOU A TOMAR BEBIDA ALCOÓLICA, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

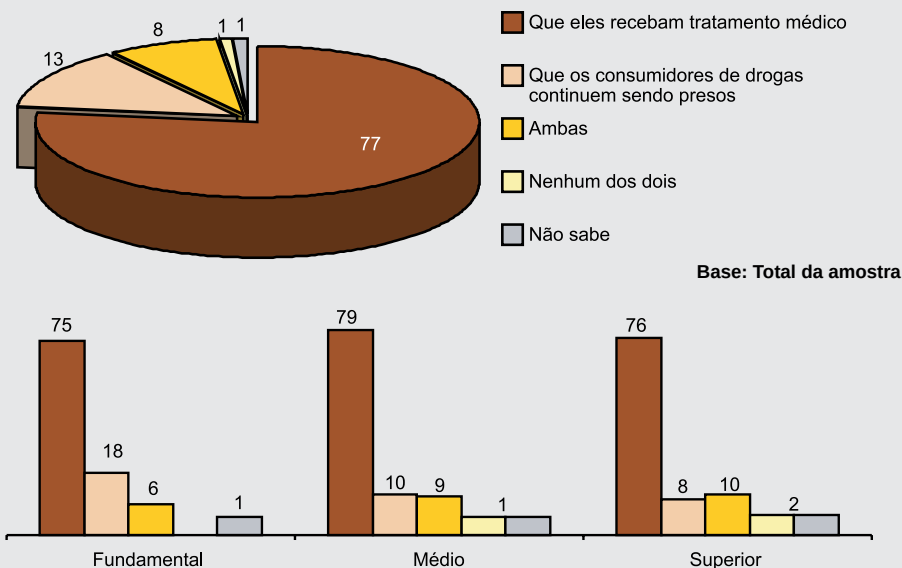


112 – INCIDÊNCIA DE PESSOAS COM ALCOOLISMO NA FAMÍLIA E VÍNCULO DE PARENTESCO, POR RENDA FAMILIAR (espontânea e múltipla em %)



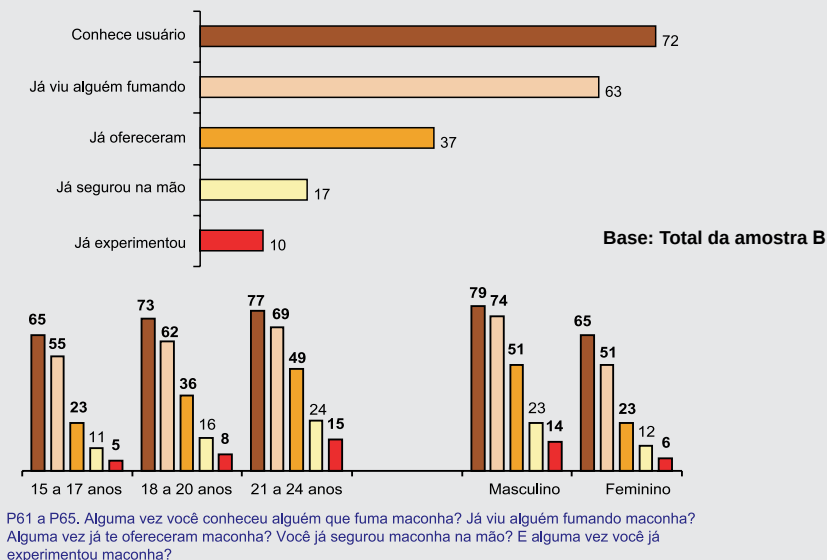
P69. Tem alguém na sua família que tem problema com bebida alcoólica? Qual o vínculo que você tem com essa pessoa?

113 – MELHOR POLÍTICA PARA USUÁRIOS DE DROGAS, POR ESCOLARIDADE (estimulada e única, em %)

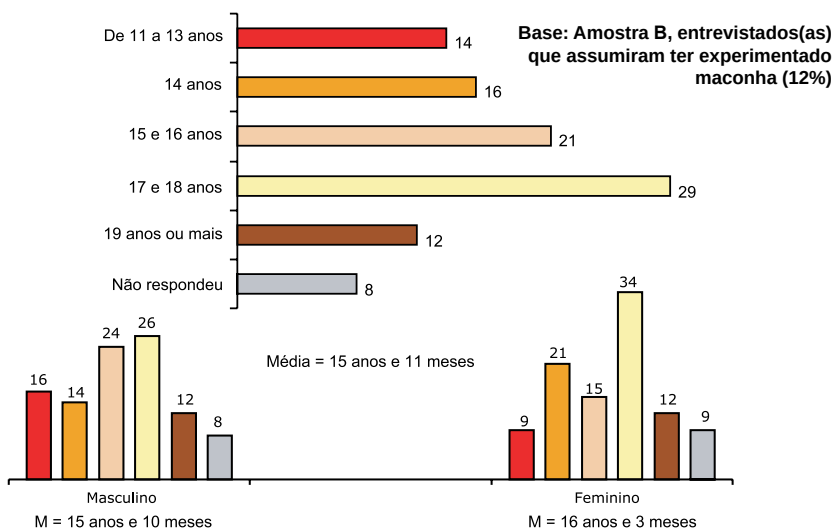


P60. Alguns acham que droga é uma questão de polícia e que quem usa deve ser preso. Outros acham que droga é uma questão de saúde pública e que quem usa droga deve receber tratamento médico, em vez de ir para a prisão. Na sua opinião, o que é melhor?

114 – CONTATO COM MACONHA, POR SEXO E IDADE (estimuladas, taxas de SIM, em %)

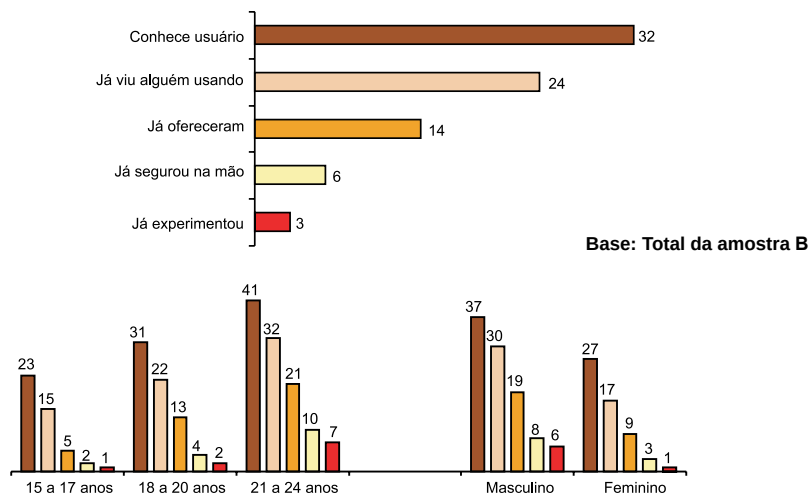


115 – IDADE COM QUE EXPERIMENTOU MACONHA PELA PRIMEIRA VEZ, POR SEXO (estimulada e única, em %)



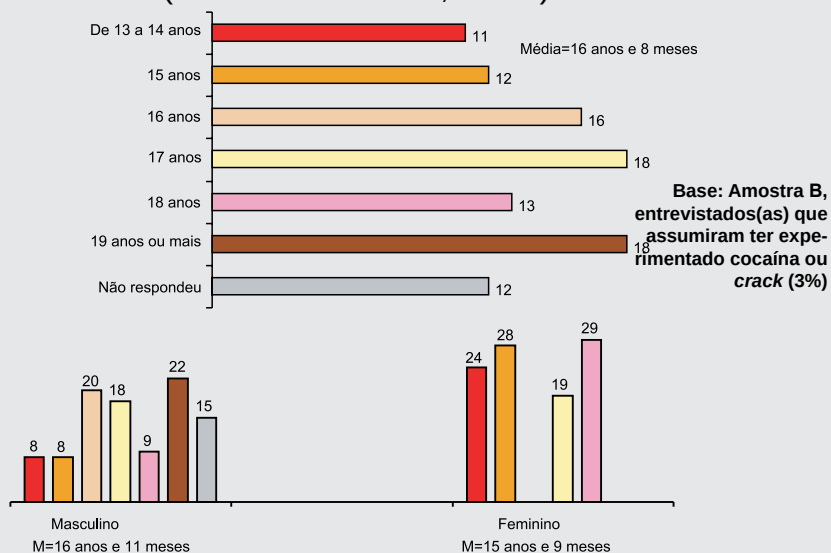
P66a. Que idade você tinha quando experimentou maconha pela primeira vez?

116 – CONTATO COM COCAÍNA OU CRACK, POR SEXO E IDADE (estimulada, taxas de SIM, em %)



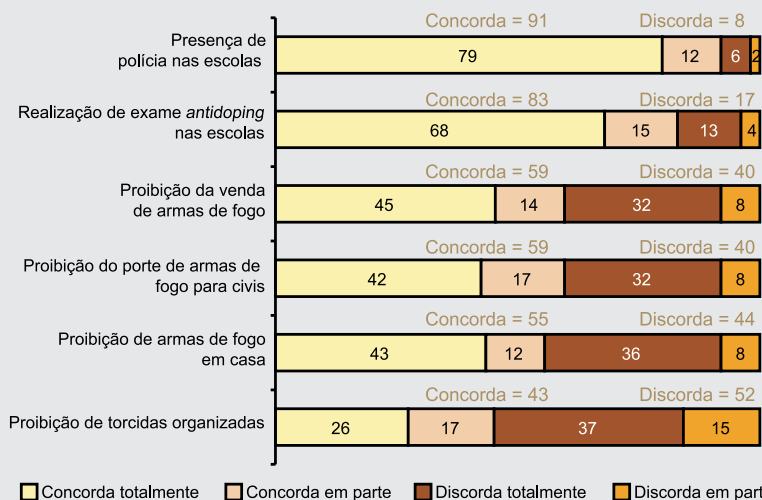
P61 a P65. Você já conheceu alguém que usa cocaína ou crack? Já viu alguém usando cocaína ou crack? Alguma vez já te ofereceram cocaína ou crack? Você já segurou cocaína ou crack na mão? E alguma vez você já experimentou cocaína ou crack?

117 – IDADE COM QUE EXPERIMENTOU COCAÍNA OU CRACK PELA PRIMEIRA VEZ, POR SEXO (estimulada e única, em %)



P66b. Que idade você tinha quando experimentou cocaína ou crack pela primeira vez?

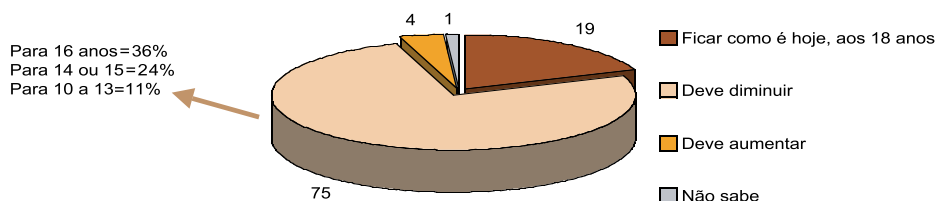
118 – GRAU DE CONCORDÂNCIA COM POLÍTICAS CONTRA A VIOLÊNCIA (estimulada, em %)



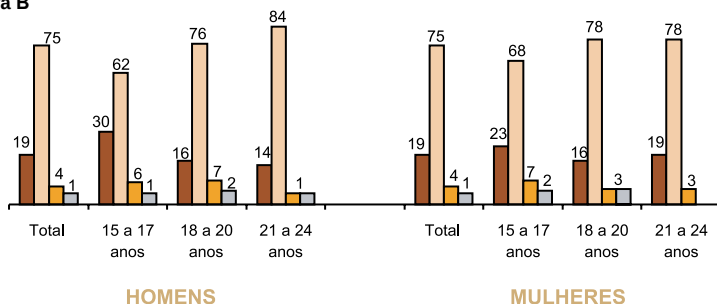
P70. E você é a favor ou contra? Totalmente ou em parte?

Base: Total da amostra B

119 – OPINIÃO SOBRE A IDADE PENAL, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

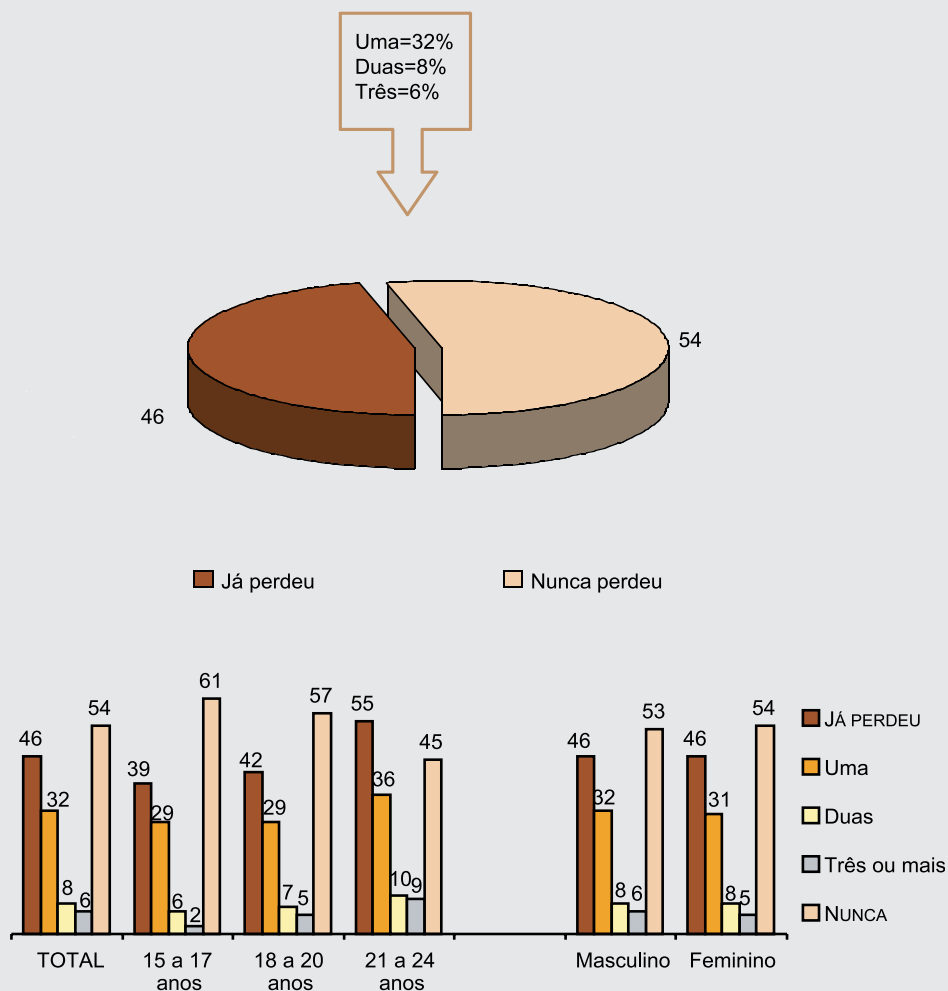


Base: Total da amostra B



P71. Atualmente, por lei, quando uma pessoa menor de 18 anos comete um crime ela não recebe a mesma punição que uma pessoa com 18 anos ou mais. Na sua opinião, a idade mínima para que um jovem receba a mesma punição que um adulto deve:

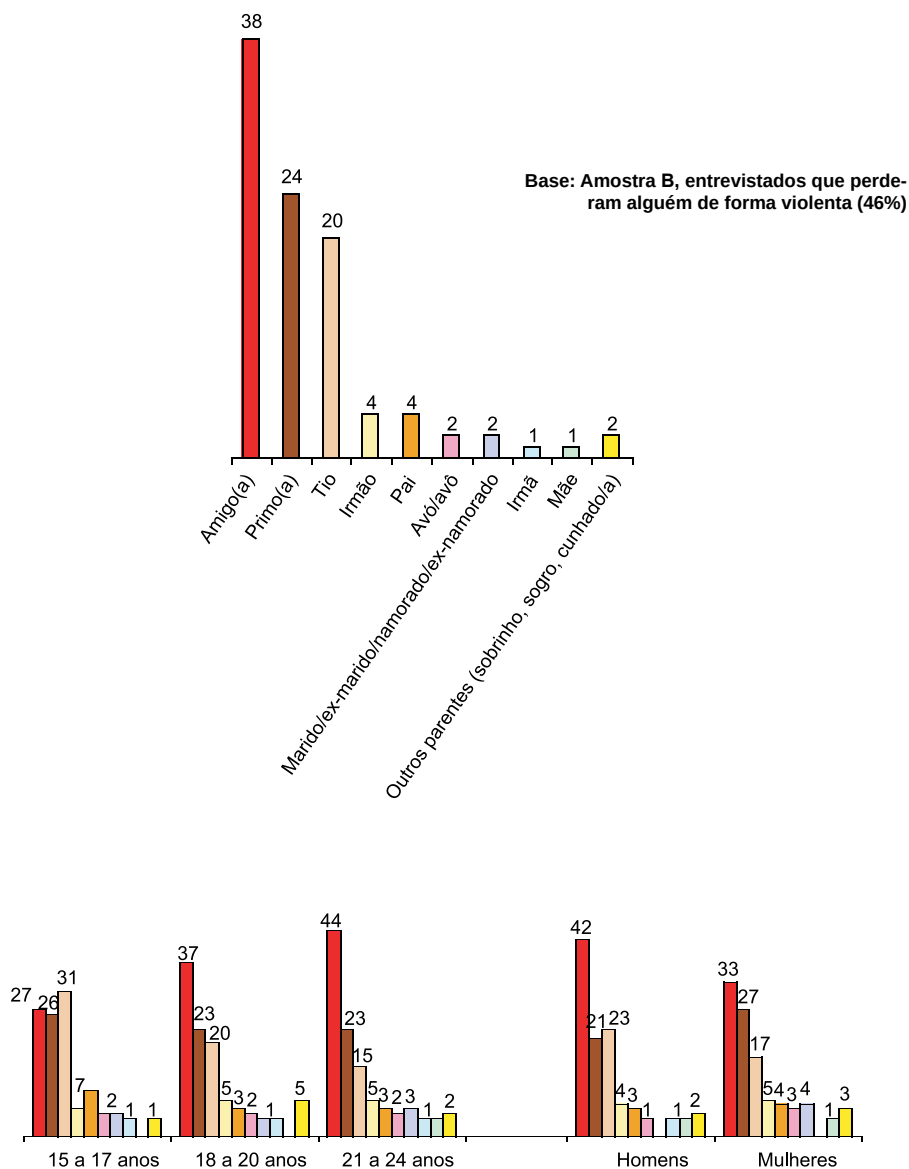
120 – PERDA DE PESSOAS PRÓXIMAS, EM MORTE VIOLENTA, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)



P72. Você já perdeu algum parente ou amigo próximo que tenha morrido de forma violenta, seja por acidente ou outro motivo?

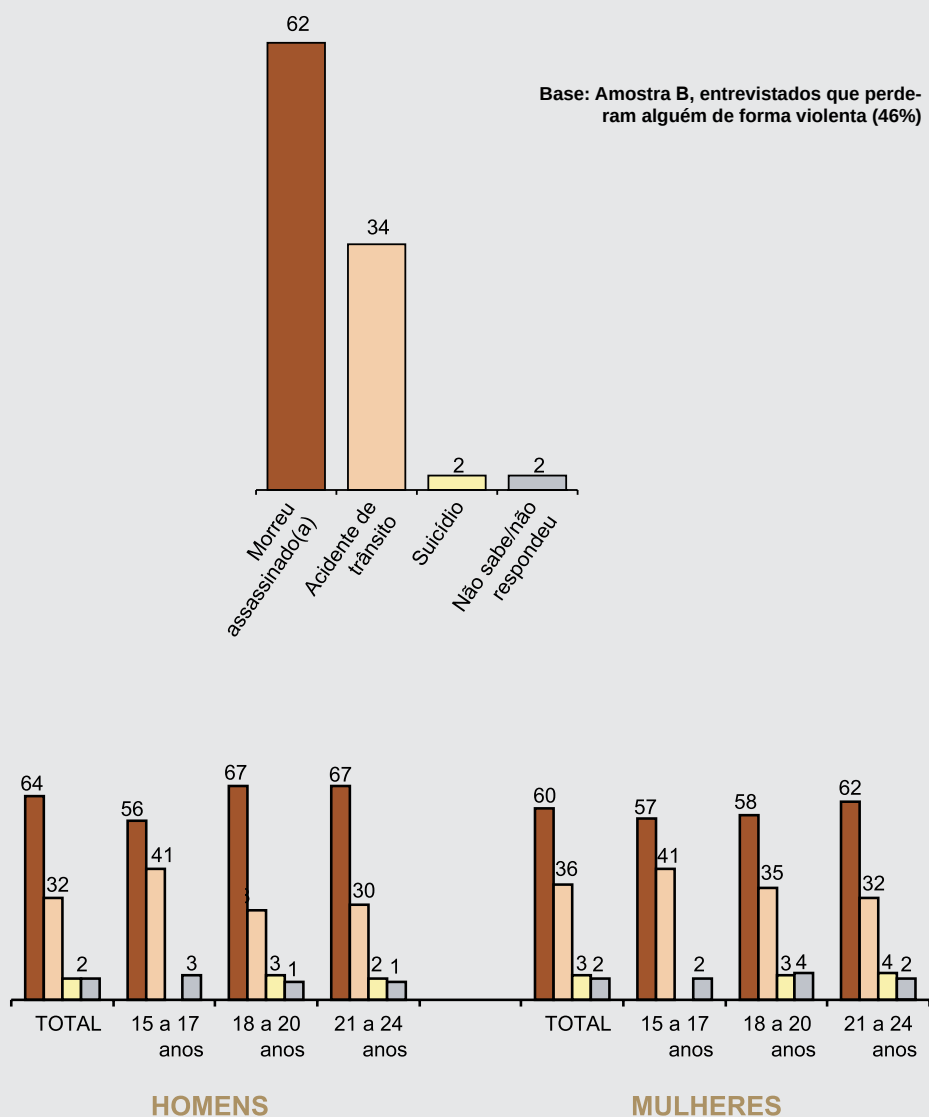
Base: Total da amostra B

121 – VÍNCULO COM AS PESSOAS PRÓXIMAS QUE MORRERAM DE FORMA VIOLENTA, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)



P73. O que essa pessoa era sua?

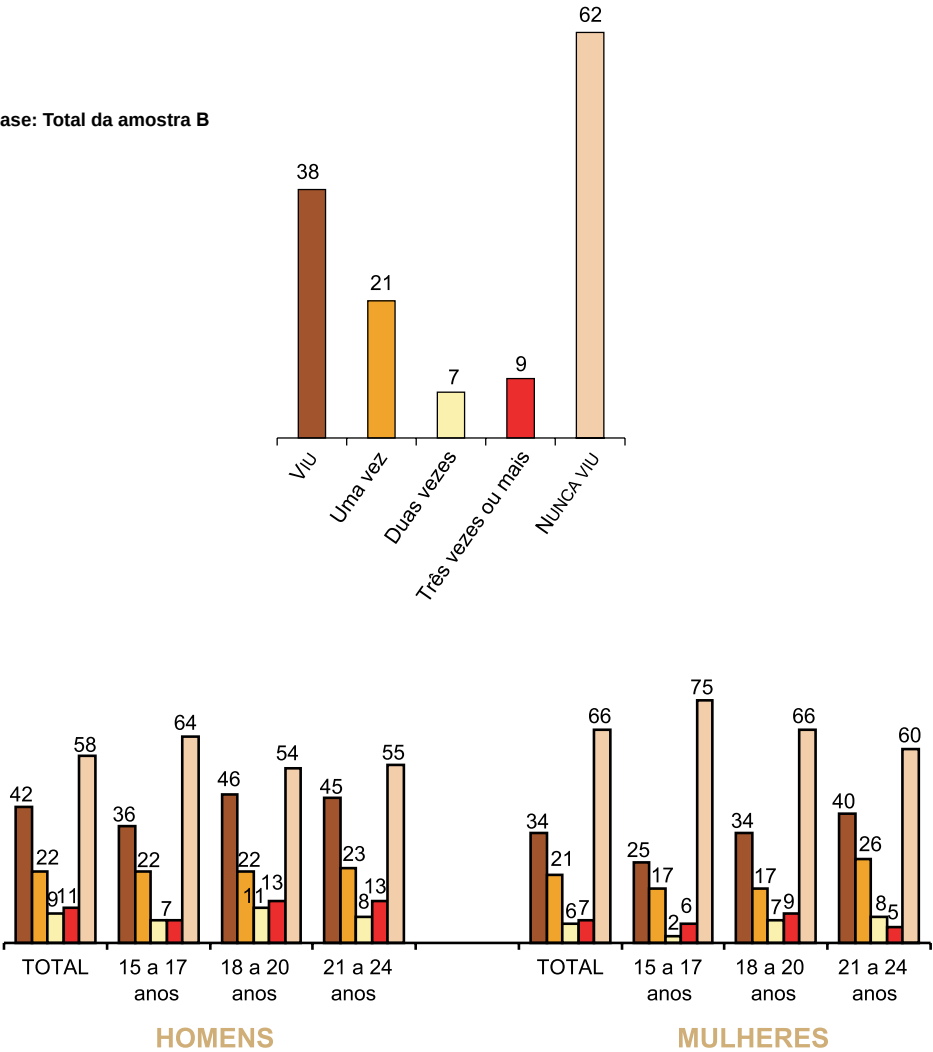
122 – CAUSA MORTIS DAS PESSOAS PRÓXIMAS QUE MORRERAM DE FORMA VIOLENTA, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)



P74. Ele(a) morreu assassinado(a), em acidente de trânsito ou se matou?

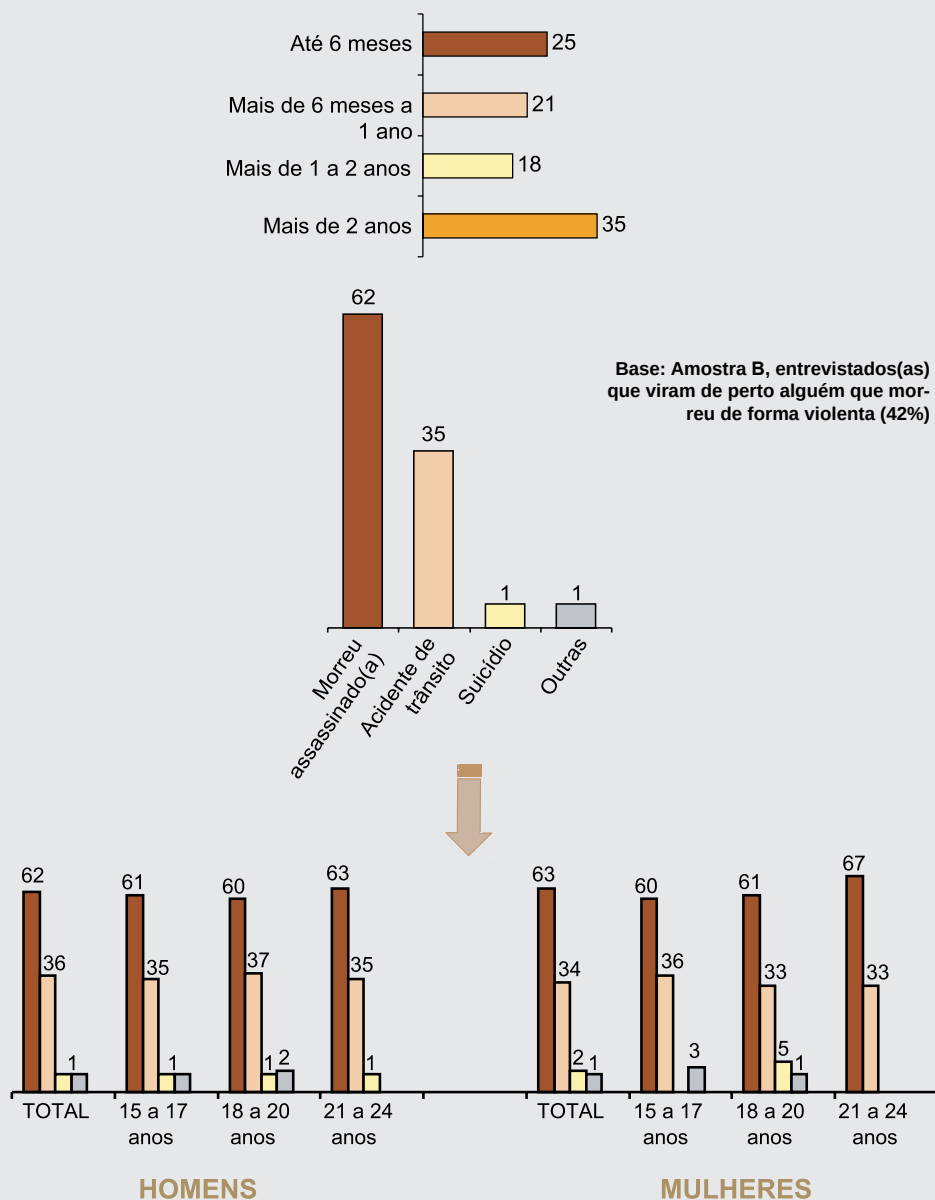
123 – JÁ VIU DE PERTO ALGUÉM QUE MORREU DE FORMA VIOLENTA, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

Base: Total da amostra B



P75. E você já viu de perto alguém que morreu de forma violenta, seja por acidente ou outro motivo, seja conhecido ou desconhecido? Quantas vezes?

124 – TEMPO E CAUSA MORTIS DA ÚLTIMA PESSOA QUE VIU DE PERTO, MORTA DE FORMA VIOLENTA, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

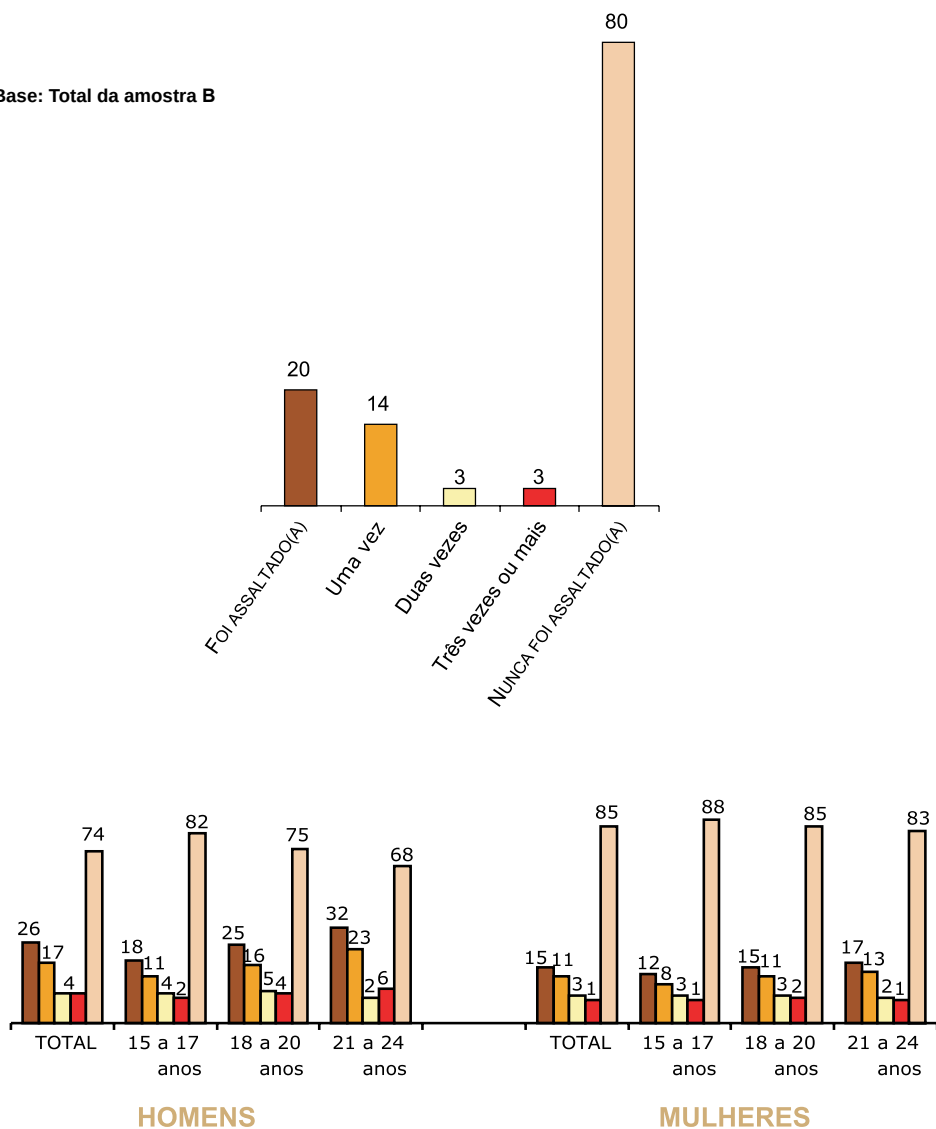


P77. Essa pessoa morreu assassinado(a), em acidente de trânsito ou se matou?

VIOLÊNCIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA

125 – NÚMERO DE VEZES QUE FOI ASSALTADO, POR SEXO E IDADE (espontânea e única, em %)

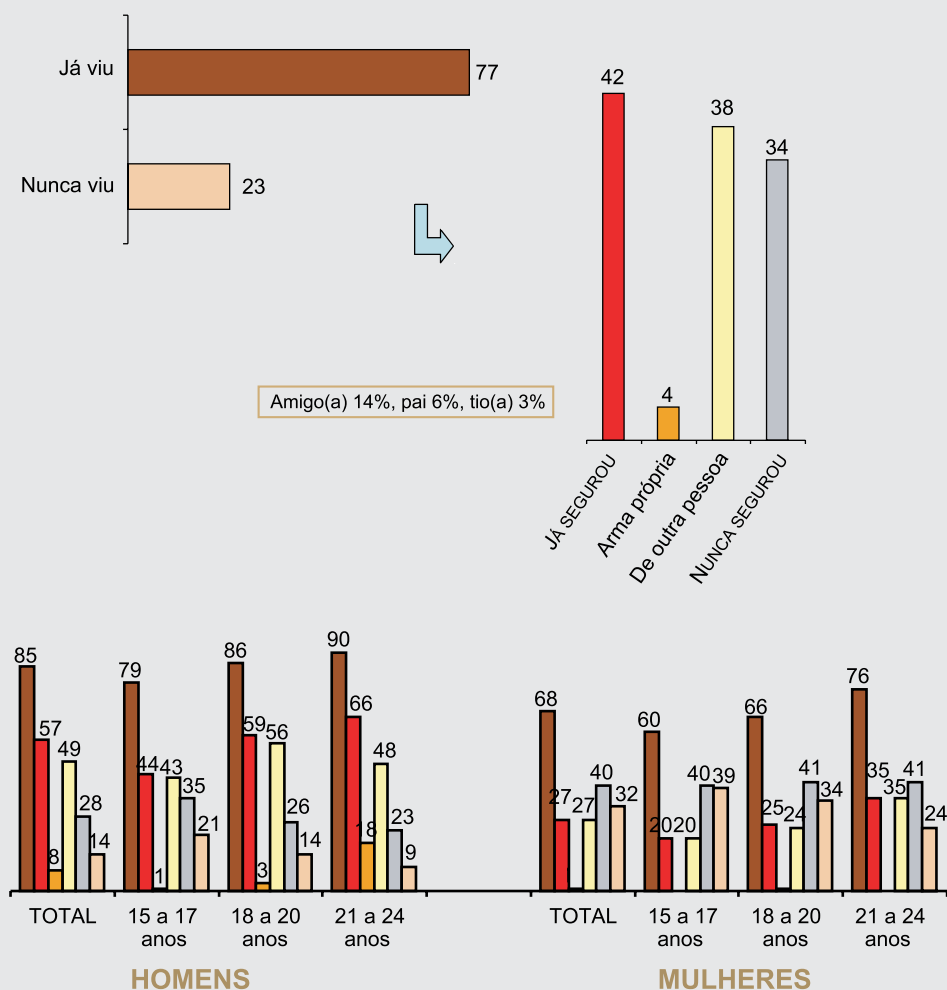
Base: Total da amostra B



P78. Alguma vez você já foi assaltado(a) na rua ou em casa? Ao todo quantas vezes?

126 – CONTATO COM ARMA DE FOGO, POR SEXO E IDADE (estimulada e única, em %)

Base: Total da amostra B

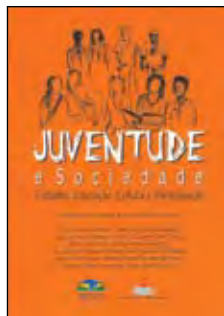


P78. Alguma vez você já viu de perto uma arma de fogo? Você já segurou uma arma de fogo?
De quem era essa arma?

Índice dos quadros

1. Perfil sociodemográfico e condição familiar (quadros 1 a 16).....	p. 371
2. Ser jovem (quadros 17 a 31).....	p. 376
3. Valores e referências (quadros 32 a 37)	p. 387
4. Percepções da escola (quadros 38 a 41)	p. 390
5. No mundo do trabalho remunerado (quadros 42 a 48).....	p. 392
6. Avaliando políticas públicas (quadros 49 a 53).....	p. 396
7. Espaços de participação (quadros 54 a 63).....	p. 399
8. Percepção da política (quadros 64 a 74).....	p. 405
9. Direitos de cidadania (quadros 75 a 81)	p. 412
10. Fruição cultural e lazer (quadros 82 a 86)	p. 417
11. Influência e preferência de mídia (quadros 87 a 91)	p. 421
12. Relações de gênero (quadros 92 a 95)	p. 424
13. Sexualidade e AIDS (quadros 96 a 105).....	p. 428
14. Drogas lícitas e ilícitas (quadros 106 a 116).....	p. 433
15. Violência e política de segurança (quadros 118 a 126).....	p. 439

LEIA TAMBÉM DA
EDITORIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



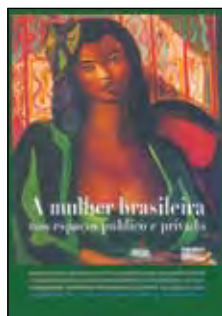
***Juventude e sociedade:
Trabalho, educação, cultura e participação***
Organização: Regina Novaes e Paulo Vannuchi



***Idosos no Brasil: vivências, desafios
e expectativas na terceira idade***
Vários autores



***A mulher brasileira nos
espaços público e privados***
Organização: Gevanilda Santos e Maria
Palmira da Silva



***A mulher brasileira nos
espaços público e privados***
Vários autores

A 2ª reimpressão de *Retratos da juventude brasileira* foi produzida pela **Prol Editora Gráfica** em abril de 2011, com tiragem de 1.000 exemplares. O texto foi composto em Garamond no corpo 11,5/15. A capa foi impressa em papel Carta Íntegra 222g, o miolo, em Offset 75g, e o caderno de gráficos, em papel cuchê 115g.

Sobre os organizadores

Helena Wendel Abramo é bacharel e mestre em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Publicou, entre outros artigos e ensaios, o livro *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*, dissertação de mestrado premiada pela Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

Pedro Paulo Martoni Branco é economista, pós-graduado em economia e história e cursou engenharia civil. Foi instituidor e diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) no período 1984-1987. Atuou no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e foi diretor executivo da Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados.

1ª edição: janeiro de 2005
1ª reimpressão: julho de 2008
2ª reimpressão: abril de 2011
Copyright © 2005 by autores
Todos os direitos reservados